

Anais do I Seminário de Pós-Graduandos em História da UFF: Estudos de Imprensa no Brasil

Orgs.: Júlia Bianchi Reis Insuela | Marina Maria de Lira
Rocha | Matheus Serva Pereira | Natália de Santanna
Guerellus | Pedro Krause Ribeiro | Robertha Pedroso Triches

FORUM

Capistrano DE ABREU

PPGH

ISBN 978-85-68785-07-2

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Roberto Sousa Salles

Vice-Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Antônio Claudio Lucas de Nóbrega

Assessora de Comunicação e eventos: Ana Paula Campos

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:

Maria Fernanda B. Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães

Revisão: Sheila Louzada

Diagramação: Gabriel Brasil Nepomuceno

Produção: Carolina Vianna Dantas

Capa: André Castro

E82 Estudos de Imprensa no Brasil . (1. : 2012 : Niterói, RJ)

1º Seminário [recurso eletrônico] de Pós-graduandos em História da UFF / organizado por Júlia Bianchi Reis Insuela, Marina Maria de Lira Rocha, Matheus Serva Pereira, Natália de Santanna Guerellus, Pedro Krause Ribeiro, Robertha Pedroso Triches. - Niterói, RJ:
PPGHISTÓRIA-UFF, 2012.

412 p.

ISBN 978-85-63735-07-2

1. Imprensa Nacional (Brasil); aspecto histórico. I. Universidade Federal Fluminense.

CDD 981.0435

Organizadores

JÚLIA BIANCHI REIS INSUELA
MARINA MARIA DE LIRA ROCHA
MATHEUS SERVA PEREIRA
NATÁLIA DE SANTANNA GUERELLUS
PEDRO KRAUSE RIBEIRO
ROBERTHA PEDROSO TRICHES

**ESTUDOS DE IMPRENSA NO BRASIL:
I SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA DA UFF**

1ª Edição



Niterói - RJ
PPGHISTÓRIA-UFF
2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	11
Impressos periódicos e escrita da História: algumas observações - <i>Tania Regina de Luca (UNESP)</i>	12
PARTE I - LINGUAGENS DO PODER	16
“Enquanto a polícia dorme, os ladrões roubam”: imprensa como fonte para o estudo do policiamento e da gatunagem na cidade do Rio de Janeiro (1900-1920) - <i>Ana Vasconcelos Ottoni (UFF)</i>	17
As greves políticas de 1962 e o governo Jango: imprensa e poder- <i>Demian Bezerra de Melo (UFF)</i>	33
À luz da cena pública... - <i>Julia Bianchi (UFF)</i>	47
A Corneta, a Opinião e a Nação: sobre jornais e comunicados na Argentina de junho de 1975 a março de 1976 - <i>Marina Maria de Lira Rocha (UFF)</i>	59
“Derechos y Humanos”: a revista Gente na Argentina de 1978 - <i>Livia Gonçalves Magalhães (UFF)</i>	73
PARTE II - A ESCRITA DA NAÇÃO	90
Notas Sobre os Conceitos De “Pátria” e “Nação”: O Revérbero Constitucional Fluminense (1821-22) e O Tamoyo (1823) - <i>Goshai Daian Loureiro (PUC-RIO)</i>	91
Os discursos na Imprensa: o debate educacional traçado nas páginas do jornal Correio de Minas (1896-1920) - <i>Cíntia Borges de Almeida (UERJ)</i>	107
O Garoto, educação e nacionalismo em A Revista - <i>Evelyn Morgan Monteiro Paiva (FGV)</i>	121
O Abertura na Tupi: televisão e política no processo de abertura política no Brasil (1979-1980) - <i>Paulo Roberto de Azevedo Maia (UFF)</i>	132
O Estado de Minas e as eleições de 1982 em Minas: a identidade mineira como mote eleitoral - <i>Isabel Cristina Felipe Beirigo (UFSJ)</i>	141
PARTE III - CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS	163
Abolicionismos e liberdades no carnaval da corte carioca (1879- 1888) - <i>Eric Brasil Nepomuceno (UFF)</i>	164

A “maior revolução (...) de que dão notícia os anais da História Pátria”: festas, política e memórias da Abolição (1888-1898) - <i>Matheus Serva Pereira (UFF)</i>	179
O periodismo português no Rio de Janeiro: um breve mapeamento - <i>Robertha Pedrosa Triches (UFF)</i>	200
<i>A história da Tribuna de Petrópolis em suas edições comemorativas - Verônica Soares da Costa (FGV)</i>	216
Uma das participações dos Diários Associados na denúncia às arbitrariedades civis do primeiro governo Vargas (1945-1950) - <i>Paulo Jorge Corrêa Campos (UERJ)</i>	231
As Crônicas Rachelianas em O Cruzeiro: Apontamentos Sobre a Imprensa como Fonte (1945-1964) - <i>Natália de Santanna Guerellus (UFF)</i>	240
PARTE IV - DISCURSOS E IDEIAS POLÍTICAS	255
A relevância política das charges na Primeira República: a Campanha Civilista e o caso Felisbello Freire (1909-1910) - <i>Pedro Krause Ribeiro (UFRJ)</i>	256
Uma arena de notícias: a fundação do Jornal dos Sports e seus primeiros editoriais - <i>André Alexandre Guimarães Couto (CEFET/RJ)</i>	270
Imprensa, anunciantes e OCIAA no front de guerra (1942-1945) - <i>Érica Gomes Daniel Monteiro (UFRJ)</i>	294
Cultura e civilização como representações: a cobertura feita pela Veja do islamismo e do “ mundo árabe” no pós-11 de Setembro - <i>Felipe Vagner Silva de Farias (UFF)</i>	308
PARTE V - O JORNAL-TRIBUNA, A PEQUENA IMPRENSA E A IMPRENSA ALTERNATIVA AO PODER	321
O trânsito de ideias e intrigas políticas nos jornais portugueses em Londres (1808-1822) - <i>Luís Francisco Munaro (UFF)</i>	322
O Teatro Amador Sob o Olhar da Imprensa - <i>Luciana Penna Franca (UFF)</i>	335
José Do Patrocínio e a Cidade Do Rio: Reflexões Sobre a Atuação de um Intelectual Abolicionista na Imprensa Carioca em Fins do Oitocentos - <i>Flavia Fernandes de Souza (UERJ)</i>	348
Um indigesto netinho bastardo de D. Pedro II nas páginas do Corsario - <i>Rodrigo Cardoso Soares de Araujo (FCRB)</i>	365
O Pasquim: de alternativo a jornal-empresa (1969-1991) - <i>Andréa Cristina de Barros Queiroz (UFRJ)</i>	378
CONCLUSÃO	397
Os intelectuais e a imprensa: uma reflexão sobre a polifonia do semanário A.B.C. (RJ, 1915-1919) - <i>Magali Gouveia Engel (UERJ)</i>	398

Apresentação

Jornal antigo é melhor do que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo. (...) As letras impressas na gazeta antiga são variadas, as notícias parecem recentes; é a galera que sai, a peça que se esta representando, o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação. (Machado de Assis)

Abrir um periódico. Ato tão corriqueiro para muitos como forma de experimentar a ação de se informar. Para nós – historiadores – foi o início de um conhecimento sobre outros mundos. Foi nosso passaporte para o passado. A imprensa, trazendo em si a “própria vida em ação”, como diria Machado de Assis, envolve tantas dinâmicas que proporciona inúmeros questionamentos às fontes e aos objetos para a pesquisa histórica. Fontes e objetos diversos que puderam reunir temáticas tão diferentes: abolição e pós-abolição da escravidão no Brasil, imprensa portuguesa no Rio de Janeiro, as obras de Rachel de Queiroz, o famoso personagem de charges Zé Povinho e processos de resistência e apoios às ditaduras na América Latina.

E como poderíamos começar a contar essa história de reunião aparentemente improvável? Éramos um pequeno grupo de estudantes de Pós-Graduação. Historiadores ainda em formação, ligeiramente destemidos e, com certeza, cheios de energia, quando percebemos que na pluralidade escondiam-se pontos em comum. Julia Bianchi, Marina Rocha, Matheus Pereira, Natalia Guerellus, Pedro Krause e Robertha Triches haviam iniciado suas pesquisas no ano de 2009, a maioria no conceituado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Com o desenrolar delas, foram percebendo a necessidade de expor, para os demais colegas de profissão, as angústias, as incertezas e os possíveis caminhos a serem trilhados no desemaranhar dos arquivos para a reconstrução do passado, que representa um aspecto fundamental no crescimento acadêmico.

Assim sendo, não nos deixamos abater pelas vicissitudes dos ácaros encontrados nos arquivos: iniciamos um debate para a construção de um espaço onde pudessemos dialogar com outros pesquisadores. Debates iam. Debates vinham. Encontros de corredores, reuniões apressadas.

No decorrer do ano de 2009 e 2010, as disciplinas feitas em comum nos ajudaram a perceber maiores conexões entre nossas pesquisas; conexões que valeriam à pena serem expostas e colocadas em cheque para um público maior do que aquele existente entre os muros do Gragoatá. As fontes utilizadas eram o grande elo unificador. Pois, apesar da pluralidade das temáticas pesquisadas, todos usavam uma fonte comum: a imprensa. Contudo, indo um pouco mais além, todos buscávamos discutir, através de perspectivas diferenciadas, a imprensa como fonte histórica.

A confluência – necessidade de espaços de diálogo e a imprensa como fonte – que nos uniria em uma nova empreitada, no ano de 2010, estava demarcada. Com o incentivo da professora Martha Abreu e da coordenação do PPGH-UFF, em especial da professora Fernanda Bicalho e do professor Carlos Gabriel Guimarães, foi possível organizar o *1º Seminário de Pós-graduandos em História: Estudos de Imprensa no Brasil*. Ocorrido entre os dias 6 e 8 de outubro de 2010. O seminário obteve sucesso de público e um grande número de trabalhos foram expostos e discutidos. Certa vez afirmou-se que “arquivos são como cemitérios, povoados por legiões de mortos”,¹ onde nós, historiadores, nos ombreamos com os mistérios a desvendar dessa legião de experiências passadas. Sem desmerecer a beleza da metáfora, gostaríamos de unir a essas palavras aquelas proferidas dois séculos antes por Machado de Assis presentes na epígrafe desta abertura: “Jornal antigo é melhor do que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo”.

Não afirmamos aqui que os jornais são melhores do que os arquivos. Ou melhores do que as demais fontes. No entanto, ao somar as palavras do bruxo do Cosme Velho com as proferidas pelos historiadores do século XXI, queremos valorizar a palavra periódica impressa, dentro da constelação de fontes utilizadas pela historiografia contemporânea, como uma das mais luminosas.

Porém nem sempre foi assim. Apesar dos impressos acompanharem a história brasileira e serem parte constitutiva dos acontecimentos, a imprensa, até bem pouco tempo atrás, foi considerada uma fonte histórica duvidosa. Resultado de visões parciais, de imagens distorcidas da realidade, ela careceria da objetividade necessária para se recuperar a história da forma como ela “realmente teria ocorrido”.

Com o avançar dos anos 1980, a imprensa começou a ser reconhecida não só como fonte, mas principalmente como objeto. Nesse sentido, uma série de pesquisas tem apontado para uma abordagem no trabalho com os impressos, interessada também pela maneira como eles se estruturam, pelos termos que utilizam, pelas

¹ Chalhoub, Sidney & Silva, Fernando Teixeira. “Apresentação”. Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009, p.7.

estratégias de publicação, pelos campos semânticos que traçam, além do seu conteúdo em si.² A imprensa não é mais pensada como portadora de verdades, mas de projetos; ela seleciona os fatos mais importantes, estabelece estratégias para narrá-los e silencia outros, construindo memórias e forjando identidades. Dessa forma, a imprensa se apresenta como ator político na medida em que é produtora de discurso político, formulando e influenciando a opinião pública.³

Nem retrato fiel da realidade, nem narrativa falsa e distorcida da história: a imprensa é compreendida como prática social, como um campo no qual estão em jogo diferentes projetos e devires, diferentes linguagens e representações do mundo. Os estudos sobre a imprensa fazem refletir também sobre a diversidade de jornais e periódicos que, ora questionando o poder hegemônico, ora fazendo parte dele, engendram práticas políticas, procuram mudar a opinião de seus cidadãos – posicionam-se nas lutas do seu tempo. Aos grandes e aos pequenos periódicos, organizados segundo os moldes capitalistas ou publicados por minoritários grupos sociais, sem a regularidade das edições e dos patrocínios, cabem às mesmas perguntas: quais são, por que e para quem são produzidos, que projetos (políticos, sociais, culturais, econômicos) buscam tornar realidade e que memórias sociais buscam construir, reforçar ou silenciar.

Assim, o seminário procurou promover um diálogo profícuo entre trabalhos que estivessem sendo desenvolvidos por variados programas de pós-graduação do Brasil e que se debruçassem sobre a imprensa enquanto fonte e objeto de pesquisa. Organizado com o objetivo de abordar o maior número de temáticas possíveis, o seminário dividiu-se em sete mesas, que duraram o dia inteiro e foram coordenadas por pesquisadores de renome na área. Com objetivo de romper algumas barreiras construídas entre os departamentos acadêmicos, visou-se também a reunião multidisciplinar de investigadores acerca da temática, não se restringindo

² A partir de meados da década de 1980 iniciou-se a publicação de diversas pesquisas que seguiam essa linha na análise da imprensa. Das produções mais recentes no tema, ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História do Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007; LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, n.35, 2007, p. 255-272; MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)visita(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Assis-UNESP, Tese de Livre Docência, 2009.

³ BECKER, Jean-Jacques. “A opinião”. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

a profissionais de História. Um exemplo foi o “universo de convivência” entre jornalistas e historiadores, que ampliou a dinâmica das discussões no espaço.

Devemos grandíssimos agradecimentos a todas as pessoas que se disponibilizaram a ler as apresentações, desenvolvendo este árduo trabalho com esplendor, como a professora Laura Maciel que coordenou a mesa centrada no debate acerca dos desafios analíticos da imprensa como fonte. A professora Marialva Barbosa que trouxe grandes contribuições para a mesa intitulada “Linguagens do Poder: imprensa e política”. Já as professoras Débora El Jaick Andrade e Beatriz Kushnir e o professor Humberto Machado que ficaram responsáveis em apontar possíveis caminhos a serem trilhados e bibliografias pertinentes aos temas apresentados nas três mesas do segundo dia do seminário. E, para finalizar, coordenando as duas últimas mesas do evento, tivemos as importantíssimas participações das professoras Maria Paula Nascimento Araujo e Ana Maria Mauad.

Com certeza esse grande time de professores já seria o suficiente para garantir o sucesso da empreitada estudantil, mas acrescido a eles tivemos a conferência de abertura do evento proferida pela professora Magali Gouveia Engel e a conferência de encerramento, proferida pela professora Tânia Regina de Luca, ambas especialistas no trato com a fonte jornalística.

Como resultado do Seminário, para a nossa alegria o PPGH-UFF propôs a publicação de um e-book a ser fornecido gratuitamente. Nesta direção, por conta do elevado número de apresentações ocorridas durante o seminário e dos diferentes estágios em que se apresentavam as pesquisas expostas, foram selecionados e revisados alguns dos textos do evento, com a intenção de divulgar, não só as pesquisas individuais, mas, através delas, metodologias e debates teóricos no trato com a fonte de imprensa. Neste momento cabe salientar o auxílio nesse árduo trabalho de seleção novamente o apoio da professora Martha Abreu e dos dotes organizativos das professoras Ana Maria Mauad, Carolina Vianna e Laura Maciel. O livro que segue, portanto, traz as contribuições de um projeto começado há cerca de dois anos e que pretende cooperar com os estudos históricos brasileiros.

Agora cabe deixar para vocês leitores um pequeno mapa do e-book que estão vendo em suas telas. Apresentando reflexões acerca do tema do seminário, começamos com o texto da professora doutora Tânia Regina de Luca e terminamos com o trabalho desenvolvido pela professora doutora Magali Gouveia Engel. Ambas, apesar do elevado número de trabalhos que desenvolvem, foram solícitas aos nossos pedidos e se disponibilizaram a compartilhar algumas de suas ótimas reflexões sobre o tema da imprensa como fonte.

A primeira parte deste livro com textos de Ana Ottoni, Demian Melo, Julia

Bianchi, Marina Rocha e Livia Magalhães procura problematizar as relações entre imprensa e o exercício do poder, lembrando que a analogia jornal-público-sociedade é uma “via de mão dupla”, na qual em algum momento, há uma identificação entre todos. Todavia, sem negar a força dos diversos níveis sociais que a imprensa exerce perante a sociedade.

Já a segunda parte, chamada “Escritas da Nação”, traz contribuições de Goshai Daian Loureiro, Cintia Borges Almeida, Evelyn Paiva, Paulo Maia e Isabel Beirigo, sobre reflexões acerca dos diferentes projetos de construção da nação veiculados na imprensa e na mídia em geral.

A terceira parte intitula-se “Construção de memórias”. Através de reflexões a respeito das memórias de festas, cidades e personagens, os autores Eric Brasil, Matheus Serva, Robertha Triches, Verônica Soares, Paulo Campos e Natália Guevellus buscaram demonstrar como a imprensa é um dos mecanismos fundamentais para se entender a construção e o reforço de determinadas memórias. Ou seja, ela seria um elemento constitutivo, desenvolvedor e um espaço de debate dos eventos e personagens que devem ou merecem ser lembrados e também esquecidos.

Na penúltima parte temos os escritos de Pedro Krause, André Couto, Érica Monteiro e Felipe Farias discorrendo sobre ideias políticas veiculadas na imprensa. Seja através de campanhas de governo, debates sobre o esporte, a guerra ou assuntos contemporâneos, como a imagem do islamismo na imprensa brasileira, os autores puderam discorrer como a imprensa não é, apesar de hoje em dia buscar afirmar ser, um elemento neutro no jogo político.

Por fim, damos especial atenção à pequena imprensa, chamada por alguns de imprensa alternativa ao poder, com textos de Luís Munaro, Luciana Franca, Flávia F. de Souza, Rodrigo Araújo e Andréa Queiroz.

Com o mapa, assim, entregamos aos leitores esse e-book onde tantas “folhas” aparecem sob quantos olhares. Esperamos que esses olhares contribuam para engrandecer o universo dos estudos da imprensa. Oferecemos, nas páginas seguintes, ao menos uma boa leitura, na qual aguardamos que sejam acrescidos novos significados ao pueril ato de se abrir os periódicos de todos os dias.

E que venha a próxima página...

INTRODUÇÃO

Impressos periódicos e escrita da História: algumas observações

*Tania Regina de Luca**

Alunos inquietos, que refletem, questionam, discutem, idealizam e assumem a organização de evento acadêmico capaz de atrair a atenção de estudantes de vários pontos do país e de contar com participação ativa de professores do programa ao qual se vinculam e de outras instituições de ensino superior. Esse encadeamento, aparentemente singelo, constitui indicação segura de um ambiente que estimula o confronto de ideias, o debate e a autonomia intelectual e que, portanto, está longe de ser fruto do acaso, como bem revela, aliás, a apresentação deste volume.

Os textos aqui reunidos, exceção feita ao de Magali Gouveia Engel, professora e pesquisadora com larga experiência na temática, resultam de pesquisas em andamento ou recém-concluídas em programas de pós-graduação em História. O alentado rol, que soma 25 contribuições de jovens historiadores, fornece um quadro que, se obviamente não pode ser considerado exaustivo, uma vez que o montante de trabalhos em curso no país que elege a imprensa como fonte privilegiada é muitíssimo mais amplo do que o aqui reunido, permite discernir linhas de força e alguns caminhos que a pesquisa com esse tipo de fonte vem trilhando neste início do século XXI. Assim, para além da importância intrínseca de cada investigação, que o leitor tem a oportunidade de avaliar, o que se pretende é lançar um olhar sobre o conjunto, que pode ser tomado como um instantâneo de parte da nossa produção atual.

No que diz respeito à periodização, estão contemplados os momentos iniciais do século XIX, com pesquisas sobre o *Correio Braziliense* e outros jornais portugueses editados em Londres, o *Revérbero Constitucional Fluminense* e *O Tamoyo*, que circularam no Rio de Janeiro da década de 1820, além de títulos ligados à crise do Segundo Império, muitos dos quais abraçaram a campanha abolicionista, sem que se registre, no conjunto em questão, estudos dedicados a outros momentos do regime monárquico. Já em relação à trajetória republicana, conta-se com artigos referentes à chamada Primeira República, aos decênios de 1930, 1940 e 1950, cabendo marcar que os consagrados às décadas subsequentes – chegando-se até a cobertura dos ataques de 11 de setembro de 2001 pela revista *Veja* – perfazem, sozinhos, 32% do total, enquanto 68% abordam, sobretudo, o período compreendido entre o início do século XIX e meados da centúria seguinte.

A abrangência espacial, por sua vez, é mais restrita, uma vez que 84% das

* UNESP/Pesquisadora do CNPq

contribuições tratam da experiência brasileira, duas privilegiam periódicos argentinos, uma analisa publicações portuguesas editadas em Londres e outra problematiza a propaganda para a América Latina tal como concebida pelo *Office of the Coordination of Inter-American Affairs (OCIAA)* durante a Segunda Guerra Mundial. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais ocupam lugar de destaque, com nítida preponderância do primeiro, o que não surpreende, tendo em vista que o projeto do seminário surgiu na Universidade Federal Fluminense.

Os títulos caracterizam-se pela diversidade: jornais com vida longa, que se organizaram como empresas e que alcançaram repercussão nacional (a exemplo da *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de Minas* e os argentinos *Clarín*, *La Opinión*, *La Nación*) dividem espaço com folhas de circulação mais localizada (como a longeva *Tribuna de Petrópolis* ou o *Correio de Minas*, de Juiz de Fora) ou de vida mais breve, mas nem por isso menos importantes (caso d' *O Corsário*, que circulou na década de 1880, além de vários impressos do começo do século XX dedicados ao teatro, da imprensa fundada por imigrantes ou, ainda, da *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio* ou *O Pasquim*). Ao lado de revistas que desfrutaram dos favores do grande público (*Revista Ilustrada*, *O Malho*, *O Cruzeiro*, *Seleções*, *Fatos e Fotos*, *Veja* e a argentina *Gente*) encontra-se *O Garoto* (1920-1921), publicação destinada às crianças, de responsabilidade do mensário *A Revista* (1919-1923), de Niterói, o que aponta para a crescente segmentação e especialização da imprensa, também exemplificada pelo *Jornal dos Sports* (1931-1950).

E aqui não custa reafirmar um truísmo: o número de exemplares editados, a tiragem, o local de publicação, a natureza do impresso, seu caráter mais ou menos empresarial são dados importantes e que devem ser levados em conta, mas, em si mesmos, não introduzem hierarquias e tampouco são índices capazes de assegurar – ou comprometer – a rentabilidade analítica da pesquisa, que dependerá das questões colocadas e da abordagem do pesquisador.

O tratamento sistemático da imagem, componente que, graças aos avanços da indústria gráfica, ganhou particular importância no mundo dos impressos periódicos a partir do início do século passado, é levado a cabo em algumas contribuições, que se debruçam, por exemplo, sobre charges, fotografias, propagandas ou capas, mas segue, quantitativamente, minoritário em face da predominância do escrito. É forçoso admitir que apenas mais recentemente os historiadores começaram, de fato, a enfrentar os desafios colocados por esse tipo de fonte, que exige habilidades e domínio de linguagens específicas, de modo a ultrapassar a clausura ilustrativa a que foram condenadas as imagens, fixas ou em movimento. Por certo, a imprensa – assim como outros meios de comunicação de massa – oferece opor-

tunidades instigantes para estudos dessa natureza.

As temáticas abordadas constituem uma miríade de questões, que têm como solo comum o fato de se valerem da imprensa escrita e, pelo menos num caso, da televisiva. O debate em torno do processo da formação da nação brasileira e dos caminhos a serem trilhados para assegurar um futuro de prosperidade ao país e a seu povo é recorrente. Não custa lembrar que, entre nós, o nascimento da imprensa e a criação de um espaço público de discussão e debates foram inseparáveis do confronto de projetos sobre os destinos desta porção do Império Português. No presente volume, o leitor tem à disposição análises sobre o conteúdo semântico de pátria e nação no século XIX, bem como discussões sobre o povo imaginado/desejado pelas elites, perceptível nos debates em torno de projetos educacionais, nas publicações destinadas às crianças e nas esperanças depositadas nas práticas esportivas, tidas como capazes de assegurar o viço e a qualidade da “raça”, termo em voga no início dos novecentos. A busca de identidade do Brasil e dos brasileiros convivia com a entrada de imigrantes, especialmente portugueses, colônia muito numerosa na capital federal e que também procurava, por meio de seus próprios jornais, manter os laços com a pátria longínqua que os obrigou a partir, mas que, com o correr do tempo e a distância, acabava por ser imaginada e recriada.

A preocupação com o espaço urbano, em expansão no Rio de Janeiro de fins do século XIX, expunha tensões e contradições sociais e se fez acompanhar pelo afã de controles e limites, como bem indicam as tentativas de proibir os entrudos, reivindicação amplificada nas páginas das folhas que circulavam no final do Império. As regras de convivência e os direitos de cidadania, temas candentes a partir dos últimos anos da escravidão, ganhavam novos contornos com o crescimento das cidades. Cabe destacar a pluralidade de olhares possibilitados pela imprensa, que registrava as transformações em curso seja pela denúncia da gatunagem e (in)ação da política, seja pelas manifestações culturais e produção literária, patente nas crônicas e críticas que tinham por mote o teatro, tão presente no cotidiano da população do Rio.

As relações entre imprensa e poder são objeto de reflexão em diferentes conjunturas, ainda que o foco recaia, sobretudo, na função de “cão de guarda” desempenhado por jornais e revistas que, graças à sua capacidade de construir realidades, formar opinião e difundir imagens, contribuíram para legitimar a ordem imposta por governos discricionários, com destaque, na presente amostra, para o período das ditaduras militares, no Brasil e Argentina, esquadrihado em mais de uma direção. Não por acaso, os EUA conceberam um projeto específico de propaganda para a América Latina durante a Segunda Guerra, momento em que era vital assegurar a união e solidariedade do continente. Assim, o papel desempenhado pela imprensa enquanto ator político, igualmente patente na atuação dos caricatu-

ristas durante a campanha civilista, é evidenciado.

Não se deve perder de vista que os meios de comunicação não foram apenas cúmplices da ordem, também assumiram posições críticas, a exemplo do *Pasquim* em seus anos iniciais, do programa *Abertura*, da TV Tupy, do pequeno *Corsário*, que fustigava D. Pedro II e cujo proprietário, Apulco de Castro, acabou assassinado, ou, ainda, da *Cidade do Rio*, título emblemático e associado à ação de José do Patrocínio em prol da abolição.

Nas revistas e jornais, o passado é frequentemente mobilizado em função de disputas e desafios do presente e acaba por assumir novos contornos e significados, a exemplo do que se observa nas páginas de *O Estado de Minas*, por ocasião das eleições para governador, em 1982. Mas essas páginas igualmente difundem e cristalizam leituras, caso do processo abolicionista, que assumiu novos sentidos a partir da rememoração e celebração levada a efeito pelo *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* nas décadas subsequentes à Lei Áurea, e, ainda, do Estado Novo, denunciado, a posteriori, por David Nasser no *Cruzeiro*.

Mais do que a análise das temáticas, a forma de abordá-las e o uso da documentação permitem concluir que os impressos periódicos são tomados, antes de tudo, como fontes, cabendo assinalar que apenas uma contribuição faz do próprio jornal, tal como concebido por seus diversos proprietários, o objeto da pesquisa. Os vários textos também evidenciam a difusão alcançada entre nós pelo volume organizado por René Rémond, considerado um manifesto em defesa da nova história política,¹ que, ao lado de Pierre Bourdieu, evocado em várias oportunidades, constituem as referências mais mobilizadas. Antonio Gramsci, Bakhtin, Bronislaw Bazco, Dominique Kalifa, Jürgen Habermas, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Michel Pollack, Noam Chomsky, Norbert Elias, Reinhart Koselleck e Robert Darnton estão entre os autores estrangeiros que inspiraram as reflexões apresentadas.

A leitura do volume, que tem o mérito de reunir trabalhos levados a cabo por jovens pesquisadores, atesta a versatilidade e as possibilidades abertas aos historiadores pelo mundo dos impressos periódicos.

¹ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

PARTE I

LINGUAGENS DO PODER

“Enquanto a polícia dorme, os ladrões roubam”: imprensa como fonte para o estudo do policiamento e da gatunagem na cidade do Rio de Janeiro (1900-1920)

*Ana Vasconcelos Ottoni**

Introdução

“Os ladrões: mais um assalto: a polícia dorme.” “Paraíso dos ladrões: assaltos sobre assaltos. Nas barbas da polícia.” “A cidade saqueada: o Rio de Janeiro continua a não ter polícia.”¹ Títulos e subtítulos de notícias como esses, relatando crimes, eram estampados com frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*, do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* no início do século XX. Nestas notícias, os repórteres policiais assinalavam que o Rio de Janeiro, capital da República, estava sendo infestado por diferentes tipos de larápios, desde os “simples” ladrões de galinhas até os gatunos mais audaciosos e hábeis na “arte de furtar”, devido ao mau (ou falta de) policiamento na cidade. Os jornais e seus repórteres consideravam que a deficiência (ou ausência) de policiamento em relação à gatunagem² era um entrave à construção de um Rio de Janeiro que se queria moderno, europeizado, capaz de ser o cartão-postal da República,³ e ao mesmo tempo um obstáculo a uma cidade que se queria cidadã, ou seja, um lugar onde os bens e vidas dos cidadãos fossem protegidos da ação criminosa dos gatunos.

Apesar dos periódicos responsabilizarem a polícia pelo aumento da ladroagem na cidade, esperavam que ela pudesse controlar e combater o crime. A imprensa tinha duas expectativas opostas em relação às forças policiais da época. De um lado, acreditava que elas pudessem ser capazes de controlar e reprimir os negros, pobres e estrangeiros, vistos como uma ameaça permanente à propriedade e à vida do cidadão. De outro, havia a expectativa de que a polícia fosse verdadeiramente uma instituição “republicana e cidadã”. Cidadã no sentido de defender e garantir o que hoje chamamos de

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Bolsista da CAPES.

¹ *Gazeta de Notícias*, 15/02/1910, p. 6; *Jornal do Brasil*, 6/07/1911, p. 6; *Correio da Manhã*, 25/02/1913, p. 2.

² As palavras “gatunagem”, “rapinagem” e “ladroagem”, assim como “gatunos”, “rapinantes”, “ladrões” e “larápios”, possuíam um mesmo significado nas notícias de crimes da época. Por isso, neste estudo tais termos serão utilizados como sinônimos.

³ MATTOS, Rômulo. *“A aldeia do mal”: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Niterói: PPGH-UFF, dissertação de mestrado, História, 2004, p. 34.

direitos civis (direitos à segurança individual, à propriedade e à liberdade). E republicana no sentido de servir ao público e respeitar os direitos tidos como constitucionais, como os concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Este trabalho aborda a imprensa como fonte para o estudo do policiamento e da ladroagem no Rio de Janeiro, de 1900 a 1920, buscando investigar como os jornais cariocas tratavam as relações entre vigilância policial e gatunagem, e como elaboravam seus discursos tanto em prol do controle social quanto em defesa dos direitos de cidadania no que diz respeito à segurança pública.

Selecionou-se como corpus documental do estudo os jornais “populares” *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias*, por serem alguns dos principais periódicos da cidade que divulgavam com vigor as notícias policiais e de crimes, chegando por vezes a ocupar a primeira página do jornal, com títulos muitas vezes redigidos em letras grandes e em negrito para chamar atenção de seus leitores⁴. Essas notícias começaram a conquistar um amplo espaço nas páginas dos jornais na passagem do século XIX para o XX, ou seja, em uma época na qual a imprensa no Brasil transformava-se em empresa capitalista.⁵ As temáticas criminais e policiais ganhavam não apenas mais espaços nas folhas como também um espaço especializado, organizado racionalmente com o intuito de criar e atender a uma demanda do mercado em formação.⁶

A partir dos anos de 1900 as publicações de crimes se expandiram ainda mais na imprensa. Isso porque foi a partir deste período, como bem expõe Mônica Velloso,⁷ que os repórteres passaram a se deslocar do prédio da redação para as ruas em busca dos acontecimentos e dos personagens criminais.

Mas afinal, quem eram os repórteres policiais da época? Tais jornalistas eram, segundo Marialva Barbosa⁸, jovens estudantes das Faculdades de Direito, em maior escala, Medicina e, até mesmo, Engenharia, de idade entre

⁴ Vale notar que não analisaremos aqui as características específicas de cada um desses jornais, uma vez que visamos trabalhá-los de forma conjunta.

⁵ GUIMARÃES, Valéria. “Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira do início do século XX”, in *Art cultura*, v. 11, n. 18, Urbelândia, 2009, pp. 227-240.

⁶ COUTINHO, Eduardo. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 43.

⁷ VELLOSO, Mônica. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. P. 22.

⁸ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil-1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 155.

16 e 20 anos.

Esses jovens acadêmicos pareciam conhecer bem o problema da segurança pública na cidade, assim como as queixas e reclamações do povo com relação à questão.⁹ Possivelmente adquiriram tal conhecimento a partir de suas próprias vivências cotidianas como cidadãos e de seus contatos diários com os populares nas ruas, por meio das entrevistas que faziam com diferentes tipos de personagens envolvidos nos crimes (vítimas, criminosos, testemunhas etc.) e dos múltiplos relatos que ouviam ao transitarem pelos diversos espaços da cidade. Pode ser que os repórteres policiais, como eram em sua maioria estudantes de Direito, tivessem adquirido conhecimento sobre questões relativas ao serviço de policiamento e criminalidade nas Faculdades de Direito, pois os referidos cursos no Rio de Janeiro- e em São Paulo -ofereciam a disciplina de Direito Criminal.¹⁰

Além de terem adquirido tal conhecimento, esses profissionais da imprensa cumpriam um papel fundamental na publicação das reportagens policiais na imprensa, pois eram eles que coletavam as informações de crimes para serem levados ao jornal, além de serem os mesmos que muitas vezes as redigiam. No entanto não assinavam suas reportagens, o que nos impossibilitou de identificar quem eram os autores das notícias de crimes consultadas.

Este artigo está dividido em duas seções. Na primeira, buscaremos identificar e analisar os motivos apontados pela imprensa acerca da má (ou da falta de) vigilância policial sobre a ladroagem no Rio de Janeiro do início do século XX. Na segunda seção, será investigado como os jornais elaboravam seus discursos tanto em prol do controle social quanto em defesa dos direitos de cidadania no que diz respeito à segurança pública, a partir da análise sobre as expectativas da imprensa com relação às forças policiais da época.

“O paraíso dos ladrões”: o policiamento no Rio de Janeiro segundo a perspectiva dos jornais

No início do século XX, os jornais pareciam ter bastante interesse em noticiar os crimes de gatunagem no Rio de Janeiro, pois quase todos os dias publicavam reportagens sobre o assunto. Vale notar que são geralmente estes crimes que denunciam o descuido das autoridades em relação à segurança pública das

⁹ Sobre a coluna “Queixas do povo”, do *Jornal do Brasil*, ver SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Op.Cit, p. 152.

idades¹¹. Enquanto que homicídios são motivados por paixões e ódios em muitos casos momentâneos, impedindo o planejamento e o controle da polícia, os roubos e furtos podem ser monitorados dependendo da ação do poder público e de uma boa legislação penal, como bem assinalou Marilene Antunes Sant' Anna¹². Era por conta disso - explica a autora-, que os jornais no início do século XX não cansavam de publicar inúmeras notícias sobre os crimes de gatunagem ocorridos no Rio¹³ e de responsabilizar a polícia pelo crescimento da ladroagem na cidade, acusando-a de fazer um mau (ou nenhum) serviço de policiamento.¹⁴

Os repórteres afirmavam que, era por conta desse deficiente ou ausente serviço de vigilância policial, que os ladrões não somente perpetravam seus crimes na “calada da noite” e em lugares ermos e nos subúrbios como também cometiam delitos nas ruas mais movimentadas da área central da cidade, em plena luz do dia.¹⁵

Nas notícias de gatunagem publicadas nos jornais, os profissionais da imprensa destacavam que havia basicamente cinco motivos que explicariam o mau (ou a falta de) policiamento no Rio de Janeiro. São eles: a negligência por parte da instituição, o suposto medo que a polícia tinha dos ladrões ou as relações de conveniência que a mesma travava com os referidos criminosos, a incompetência dos profissionais, a impotência da polícia diante dos crimes e a politicagem na organização.

Em relação ao primeiro motivo, os repórteres alegavam que a negligência por parte da instituição se explicava pelo fato de que as autoridades policiais estariam, em vez de perseguirem os laráprios, se ocupando com outros afazeres. Segundo os jornalistas, o problema era mais expressivo nos períodos de grandes festividades como a Festa da Penha e o Carnaval, as festas mais populares da cidade. Alegava-se que nesses momentos os gatunos se aproveitavam das grandes aglomerações nas ruas para perpetrarem seus crimes, e a polícia, em vez de prendê-los, estaria “entregue aos folguedos do Momo”, o que facilitaria ainda mais a ação dos crimi-

¹¹ KALIFA, Dominique. *L' encre et lê sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque*. France: Fayard, 1995, p. 68, apud SANT' ANNA, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de correção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado (História), PPGHIS-UFRJ, 2010, p.143.

¹² SANT' ANNA, Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a casa de correção do Rio de Janeiro*. Op.Cit, p.144.

¹³ Idem, Ibidem, p. 144.

¹⁴ Vale notar que por vezes os repórteres chegavam a elogiar o policiamento na cidade. No que diz respeito às notícias consultadas sobre policiamento e gatunagem, verificou-se, contudo que tal enaltecimento constituía apenas 29 ou 13,5% de um total de 214 reportagens sobre o assunto.

¹⁵ “Um feito audacioso dos ladrões: um assalto a um armazém na Avenida Mém de Sá”, in *Correio da Manhã*, 3/11/1919, p. 3.

nosos.¹⁶

Segundo os jornais, além desses períodos de grandes festividades, os momentos de contestação popular na cidade também eram épocas em que o número de roubos e assaltos nas ruas do Rio de Janeiro cresciam. Durante as manifestações populares, a imprensa ressaltava que ora a polícia era negligente em seu papel de conter e combater tais delitos, ora, como veremos mais adiante neste estudo, era impotente para cumprir tal tarefa. Com relação ao primeiro argumento, parte das notícias de jornais destacava a ideia de que os gatunos da cidade cometiam vários roubos e assaltos pois a polícia, ao invés de prendê-los, estaria somente preocupada em praticar violências e efetivar “prisões arbitrárias” contra os manifestantes dos movimentos populares, sem a menor base legal, como teria ocorrido na greve dos tipógrafos em 1915.¹⁷ Durante essa greve, muitos repórteres alegavam que era devido a essa negligência da polícia em relação à ladroagem que os gatunos se sentiam livres para perpetrarem seus crimes. Segundo um jornalista do *Jornal do Brasil*:

Enquanto a polícia desvia-se dos fins para que foi criada, enveredada pelo caminho tortuoso da prepotência contra os humildes e desprotegidos que incorrem na sua antipatia, os amigos do alheio, de um modo assombroso, cada vez mais desenvolvem sua ação.¹⁸

A negligência policial no que tange ao controle e combate à rapinagem também era explicada pela preguiça da polícia em vigiar os gatunos. Nesse sentido, os repórteres assinalavam que, devido à “vagabundagem” policial, a cidade estava infestada de ladrões. Com títulos sugestivos como “a polícia dorme (...) onde ladrões fugiram ontem do xadrez do palácio da polícia”,¹⁹ os jornais assinalavam que era comum os gatunos fugirem da prisão da cidade, uma vez que a polícia estaria literalmente dormindo. Por vezes eram publicadas nos jornais charges que, em tom irônico, tentavam mostrar imagens de ladrões saqueando a cidade enquanto os guardas dormiam.²⁰

Um outro fator destacado pelos repórteres que explicaria o mau (ou a ausência de) policiamento na cidade dizia respeito ao suposto medo que a polícia

¹⁶ “ Os ladrões em ação: subdelegado folião”, in *Jornal do Brasil*, 6/02/1913, p. 7.

¹⁷ Vale notar que, ao contrário dessas notícias, havia outras na época que apoiavam as prisões e detenções ilegais efetivadas pela polícia, como veremos na segunda seção deste estudo.

¹⁸ “Noticiário policial: paraíso dos ladrões”, in *Jornal do Brasil*, 5/07/1915, p. 9.

¹⁹ *Correio da Manhã*, 15/02/1913, p. 2.

²⁰ Ver: “Os gatunos nos subúrbios”, in *Jornal do Brasil*, 1/11/1907, p. 1.

tinha dos larápios. Segundo os repórteres, tal medo se devia ao alto grau de periculosidade dos criminosos, como mostra a seguinte notícia sobre as ocorrências de ladroagem num morro do Rio de Janeiro:

Quem tem a infelicidade de morar ali pelas proximidades do morro do Senado, dorme em sobressalto, quando dorme, porque tem constantemente ameaçadas a vida e a propriedade.

Há dias chamamos a atenção da polícia para esses lugares perigosos (...).

Entretanto, os gatunos continuam impávidos e desassombrados a atacar as casas vizinhas, à noite, (...) onde se escondem nesse morro, e da qual a polícia tem medo de acercar-se. O público já vai trocando o nome de morro do Senado pelo de morro dos ladrões.²¹

Mas muitas vezes as reportagens policiais repeliam a ideia de que a polícia temia os criminosos, já que os jornalistas, por tal perspectiva, consideravam que um dos fatores da falta de policiamento na cidade eram as “confabulações” que a polícia fazia com os ladrões. Sobre tal assertiva, um repórter do *Jornal do Brasil* assinalava:

Decididamente o Rio de Janeiro é o verdadeiro paraíso dos ladrões. É o único lugar onde eles agem mais audaciosamente livre e impunemente.

(...) A polícia sabe de tudo, conhece perfeitamente os malfeitores, mas ninguém sabe se cruza os braços por conveniência ou medo.

A última hipótese deve ser repelida.

Não é crível que a polícia tenha medo dos ladrões, se com eles tem entrado em confabulações vergonhosas e que não podem continuar para a moralidade de uma administração e a bem dos interesses da justiça.²²

Os jornalistas afirmavam, em tom de denúncia, que no corpo de Segurança havia agentes policiais que deixavam os gatunos livres e impunes, pois em troca da liberdade dos mesmos, recebia dos ladrões dinheiro e com eles dividiam o lucro

²¹ “ O morro dos ladrões”, in *Correio da Manhã*, 9/11/1901, p. 2.

²² *Jornal do Brasil*, 8/11/1915, 7.

dos roubos.²³ Essas supostas relações de conveniências entre criminosos e agentes seriam marcadas pelo que os repórteres chamavam de “negociação da liberdade alheia”. Isso seria feito pelos agentes da Inspetoria de Investigação e Capturas, que faziam a seguinte proposta para os ladrões: “Se disser onde está o roubo, será imediatamente posto e liberdade.” Segundo um repórter: “O ladrão aceita a proposta, a Inspetoria de Investigação e Capturas faz apreensão do roubo onde ele foi vendido, solta o ladrão, entrega os objetos ao dono e tudo isto sem que o delegado distrital tenha a menor informação do andamento da diligência.”²⁴

Segundo a imprensa carioca, um outro fator que propiciava a deficiência ou a falta de policiamento na cidade era a incompetência da polícia. Os jornais alegavam que isso se devia à falta de preparo técnico da polícia para os cargos que ocupava, já que o emprego na instituição se dava normalmente por indicações políticas.²⁵ Além disso, segundo os jornalistas, as forças de segurança não tinham habilidades intelectuais para planejar a captura de um ladrão ou de qualquer outro tipo de criminoso, como sugere a seguinte charge: “O [chefe de polícia] Dr. Caetano, falando com seus botões - garanto que [o ladrão] Carleto há de ser pegato, quero dizer, pegado!”²⁶

Os jornais cariocas também alegavam que a polícia era impotente para combater o aumento da gatunagem. Segundo a imprensa, isso se devia a dois motivos: um deles seria o fato de os ladrões elaborarem inúmeras artimanhas para efetuarem assaltos e roubos - como fingirem-se de grevistas durante os movimentos de greve na cidade²⁷ -, que acabavam por dificultar ou impossibilitar o controle e a repressão por parte da polícia. Um outro motivo de impotência policial salientado pela imprensa era o número reduzido de guardas para fazer o serviço de ronda,²⁸ como mostra a seguinte notícia: “ (...) Para as diligências policiais são enviados um número reduzido de guardas para o encargo de rondar durante oito longas horas distâncias consideráveis que as suas forças não permitem que rondem (...). Podemos dizer que em regra não temos polícia”.²⁹

Por fim, na perspectiva dos jornais havia ainda uma outra razão que explicaria a deficiência ou a ausência de policiamento no Rio de Janeiro. Tal motivo dizia respeito às supostas relações de conveniência que a instituição mantinha com os chefes políticos da cidade. Segundo os jornalistas, a existência da politicagem na or-

²³ “Sherlock e os ladrões: ladrões e agentes reúnem-se em botequins”, in *Correio da Manhã*, 26/11/1915, p. 3.

²⁴ “Noticiário policial: ladrão que mata !”, in *Jornal do Brasil*, 8/11/1915, p.7.

²⁵ “Assalto à mão armada”, in *Correio da Manhã*, 1/02/1913, p. 2.

²⁶ Tal charge foi assinada por Bambino. *Jornal do Brasil*, 28/10/1906, p. 2.

²⁷ “Os acontecimentos”, in *Correio da Manhã*, 13/07/1915, p.1.

²⁸ “Uma escalada: o Rio de Janeiro está sem polícia”, in *Correio da Manhã*, 11/02/1913, p.3

²⁹ “Uma escalada: o Rio de Janeiro está sem polícia”, in *Correio da Manhã*, 11/02/1913, p.3

ganização policial devia-se, entre outros motivos, à ausência da polícia de carreira na cidade, já que os cargos eram preenchidos por elementos de confiança do governo.³⁰

Ao nos debruçamos sobre esta questão em um outro artigo,³¹ ressaltamos que os jornalistas alegavam que certos chefes políticos tiravam vantagens eleitorais do fato de não se ter na cidade uma polícia de carreira, uma vez que ao prometerem cargos à polícia ou ao intimidá-la com ameaças de demissão, ordenavam-lhe que deixasse impunes e livres os ladrões e bandidos da cidade, já que estes ajudariam os referidos políticos a vencer as eleições, por meio de quebras e roubos de urnas nas seções em que esses chefes tinham minoria dos votos.³² Assim, a imprensa salientava que, a polícia à mando dos políticos “corruptos”, consentia com fins eleitorais que os gatunos e criminosos comessem diversos crimes na cidade, como destacou a notícia abaixo:

O mais escandaloso de tudo que se tem registrado de anormal, é que os ladrões assaltam em pleno centro da cidade, (...) com o consentimento da polícia para fins eleitorais. O número de quiosques roubados (...) é grande, sem que a polícia agisse seriamente, apesar de ter um corpo de agentes numeroso e que devia conhecer todos os criminosos da cidade, pelo menos os criminosos matriculados. Mas nada se tem feito e os roubos têm continuado.³³

Embora os discursos veiculados pelas reportagens de crimes estivessem imbuídos de juízos de valor, as influências políticas na polícia eram de fato uma realidade da época. Segundo o historiador Marcos Bretas:

A nomeação para o cargo de chefe de polícia da capital proporcionava a oportunidade de trabalhar em contato íntimo com a elite política, oferecendo grandes oportunidades para obter vantagens e benefícios profissionais. O objetivo

³⁰ Ressalta-se que os jornais cariocas por vezes faziam comparações entre a polícia do Rio de Janeiro e a de São Paulo, tendendo a enaltecer a segunda, já que em São Paulo havia sido introduzida a polícia de carreira no início do século XX. Sobre os discursos da imprensa paulista sobre tal questão, ver: BENARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti: imprensa, memória e poder*. São Paulo: Annablume, 2000. pp. 28-29.

³¹ OTTONI, Ana. “Criminosos, polícia e políticos em letras impressas: jornais cariocas, criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e fraudes eleitorais no início do século XX”, in *Dia-Logos* - Revista dos alunos de pós-graduação em História da UERJ, n. 4, Rio de Janeiro, 2010, pp.11-25.

³² “As eleições municipais: cenas vergonhosas”, in *Gazeta de Notícias*, 1/11/1909, p.1.

³³ “Assaltos de ladrões: uma nova quadrilha . quiosques assaltados”, in *Gazeta de Notícias*, 25/10/1909, p. 2.

maior era a nomeação para o Supremo Tribunal Federal.³⁴

Na perspectiva dos jornais, os chefes de polícia, ao aspirarem obter vantagens – como serem nomeados para o Supremo – ou ao temerem ser demitidos, frequentemente protegiam os ladrões mancomunados com políticos influentes, deixando-os livres para efetuar os mais diversos crimes de roubo na cidade.³⁵ Assim, os jornais estabeleciam uma relação intrínseca entre a expansão da ladroagem no Rio de Janeiro e o suposto relacionamento da polícia com os políticos da época.

“Ideais de polícia”: as expectativas da imprensa em relação às forças policiais

Ao consultarmos as reportagens de crimes da época estudada, podemos perceber que a imprensa não somente buscava registrar tais notícias, como também intervir na realidade social na qual se debruçava, uma vez que cobrava ou apelava à polícia para que esta fizesse um eficaz policiamento em relação à rapinagem ou porque apoiava por vezes às ações policiais de controle e combate ao crime.

Isso nos indica que, ao mesmo tempo que os jornais muitas vezes criticavam a polícia, tinham a expectativa de que a mesma fizesse um eficaz policiamento em relação ao crime no Rio de Janeiro de inícios do século XX.³⁶ Um jornalista da *Gazeta de Notícias* em 1919, por exemplo, pedia urgentemente em nome dos moradores da Penha – um dos bairros dos subúrbios cariocas – que o chefe de polícia fizesse um constante e severo policiamento no bairro, que estaria se “transformando em um esplêndido reduto de ladrões, assaltantes e vagabundos”. No final da notícia, o repórter dizia: “Aí fica registrado o pedido, sendo de esperar que as medidas solicitadas sejam em breve atendidas.”³⁷ O próprio redator-chefe do *Correio da Manhã*, Gil Vidal – um ferrenho crítico da polícia do Rio de Janeiro –, assinalava também que o “povo”, “apesar de tudo”, ainda confiava que tivesse na

³⁴ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 48.

³⁵ “O fim de uma fera”, in *Gazeta de Notícias*, 7/11/ 1909, p. 1.

³⁶ Com relação ao problema da vagabundagem, Marcos Bretas chama atenção – ao comentar o trabalho de Eduardo Silva sobre as queixas do povo – que ao mesmo tempo que vários grupos na sociedade tinham também profunda desconfiança em relação às forças policiais no que se refere à repressão aos vadios e desordeiros, esperavam que essa mesma polícia “limpasse” as ruas de tais figuras ameaçadoras. BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*. Op. Cit, p. 86; SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Op. cit.

³⁷ “A Penha não tem policiamento”, in *Gazeta de Notícias*, 3/07/1919, p. 5.

cidade “uma polícia alerta, atenta a resguardar a sociedade” do crime.³⁸

A partir dessas publicações, podemos notar que a imprensa tinha duas expectativas opostas em relação às forças policiais da época. Como já assinalado na introdução do artigo, de um lado, acreditava-se que elas pudessem ser capazes de controlar e reprimir os negros, pobres e estrangeiros, vistos como uma ameaça permanente à propriedade e à vida do cidadão.³⁹ De outro, havia a expectativa de que a polícia fosse verdadeiramente uma instituição “republicana e cidadã”, capaz de defender e garantir os direitos à segurança individual, à propriedade e à liberdade do cidadão, tidos como direitos constitucionais.⁴⁰ Esse ideal de polícia parecia semelhante ao projeto de democracia forjado pelos idealizadores da *res publica*, que, como assinala com perspicácia Gladys Ribeiro, “era vista como local onde se respeitava a Constituição e se cultuavam as liberdades em altar sagrado”.⁴¹

Com relação ao primeiro tipo idealizado de polícia exposto acima, os jornais ressaltavam que as forças policiais deveriam vigiar permanentemente as áreas habitadas pela população pobre, como os subúrbios e morros do Rio de Janeiro.⁴²

No morro de São Carlos, como por várias vezes temos referido, habita uma série enorme de perigosos indivíduos, como sejam ladrões e desordeiros, não se compreendendo como até então ainda não fosse criado ali um posto policial, cuja necessidade se

³⁸ *Correio da Manhã*, 7/11/1909, p. 2.

³⁹ Os jornais, ao veicularem esse ideal de polícia, consideravam que o cidadão de uma forma geral era aquele que pagava impostos, tinha domicílio fixo e ocupação certa e que sempre era ameaçado por criminosos ou “vagabundos”. No artigo intitulado “Crime, violência e sociabilidades urbanas”, a autora Sandra Pesavento também percebe essa mesma designação de cidadão na Porto Alegre do final do século XIX, por meio de jornais e documentação policial da época. PESAVENTO, Sandra. “Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no Sul brasileiro no final do século XIX”, in *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXX, n. 2, PUC-RS, 2004, pp. 27-37.

⁴⁰ Os impressos, ao veicularem esse ideal de polícia, tinham uma concepção mais abrangente do termo “cidadão”. Basicamente, por essa concepção, o cidadão era aquele que, além de ser frequentemente ameaçado pela violência e pelos crimes das ruas, habitava a cidade, independentemente de ter ou não domicílio fixo ou ocupação certa.

⁴¹ RIBEIRO, Gladys Ribeiro. “Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”, in *Revista Tempo*, vol. 13, n. 26, Rio de Janeiro, 2009, p. 116.

⁴² Com a reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1903-1906), que demoliu uma parte significativa do velho centro e desalojou cerca de 13 mil pessoas, a população humilde da área central da cidade foi forçada a deslocar-se para os subúrbios ou morros. BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*. Op. Cit, p. 20.

torna absoluta, tais as desordens e outras vergonhosas cenas que diariamente ocorrem naquele morro.⁴³

No que diz respeito aos negros que viviam nos morros e subúrbios, as notícias de caráter repressivo, alegavam que estes populares enganavam diversas vítimas para roubá-las por meio de práticas religiosas “africanas”, vistas como “macabras e primitivas”.⁴⁴ Baseando-se em tais argumentos, os repórteres almejavam e esperavam que a polícia fosse capaz de vigiar e reprimir permanentemente os negros.⁴⁵ Com isso, acabavam por contribuir a seu modo para a “racialização da repressão”.⁴⁶

Não se reconhecia aí que muitos populares “de cor” possivelmente precisassem de segurança, já que certamente também eram alvos da ação dos gatunos e criminosos. Esses discursos acabavam propondo – mesmo sem dizer explicitamente – que as liberdades individuais dos negros e pobres fossem violadas em prol de uma cidade que se queria “ordeira e civilizada”.

Na imprensa havia ainda repórteres que chegavam a cobrar um policiamento armado nas áreas habitadas pela população pobre ou mesmo sugerir a execução de prisões e detenções ilegais contra os populares, sob a alegação de que eles eram “pobres avessos ao trabalho” e “pretos malandros”, e que representavam, portanto, um perigo à sociedade que se queria “civilizada e ordeira”.⁴⁷

Em relação ao morro da Favela, um repórter, por exemplo, sugeria à polícia a execução de prisões indiscriminadas na área: “enquanto não se tocar aquele pessoal para prisões, a Favela será tristemente célebre⁴⁸”. Vale notar que essas prisões ilegais eram de fato efetivadas pela polícia da época. Como bem comentou Gladys Ribeiro, “muitos homens, mulheres e menores vistos como figuras transgressoras da ordem social eram presos sem flagrante, mandado de autoridade competente ou nota de culpa”.⁴⁹

⁴³ “Um pequeno herói, vendo em luta a sua mãe, um menor vai em seu socorro, levando-a das mãos da rival no morro de São Carlos”, in *Gazeta de Notícias*, 5/10/1917, p.3.

⁴⁴ “A superstição no Rio”, in *Jornal do Brasil*, 19/02/1916, p. 9.

⁴⁵ “Ladrões e vagabundos”, in *Jornal do Brasil*, 25/07/1916, p.9.

⁴⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 112.

⁴⁷ “Um bairro novo”, in *Gazeta de Notícias*, 7/11/1905, p. 2; “O terror do morro de São Carlos”, in *Correio da Manhã*, 12/11/1915, p. 5; e “Os ladrões nos subúrbios”, in *Correio da Manhã*, 10/10/1916, p. 3.

⁴⁸ “Um bairro novo: Serra e Favela”, in *Gazeta de Notícias*, 7/11/1905, p. 2.

⁴⁹ RIBEIRO, Gladys. “Cidadania e lutas por direitos na Primeira República”. Op. Cit., p. 115.

As reportagens de caráter repressivo não só reivindicavam uma forte presença da polícia nos morros e subúrbios cariocas como também cobravam uma permanente vigilância policial em determinados bairros habitados por uma maioria pobre e/ou negra, localizados no centro da cidade. A região denominada “Pequena África”⁵⁰ é um exemplo significativo disso. Tal território era visto como uma região “perigosa”, habitada por “gente mesclada” e “assaltantes”.⁵¹

Segundo Romulo Mattos, em 1920 a imprensa teria promovido uma grande campanha em prol de maior policiamento em um dos bairros que compunham a “Pequena África”: a Gamboa. Este era um bairro que acolhia um grande número de trabalhadores, dentre os quais estivadores e marítimos.⁵² Segundo Mattos, a Gamboa era vista pela imprensa como um lugar em poder dos “malandros” – logo, um território das “classes perigosas” –, motivo pelo qual deveria ser, na perspectiva dos jornais, monitorada pela polícia.⁵³

Os jornalistas também cobravam ou apoiavam ações policiais que visassem vigiar os estrangeiros. Em nome do “combate à ladroagem”, chegavam muitas vezes a justificar métodos violentos contra tais elementos, como as deportações, sob a alegação que os estrangeiros constituíam uma ameaça permanente à propriedade e à vida dos cidadãos.⁵⁴ Como uma forma de cobrar à polícia para que a mesma expulsasse os estrangeiros do país⁵⁵, os repórteres buscavam representar tais grupos sociais como ladrões de grande periculosidade. Segundo uma reportagem:

José Ângelo Evangelista!

⁵⁰ Área compreendida pelos bairros da zona portuária – Gamboa, Santo Cristo e Saúde – e que tinha como ponto central a Praça Onze. SILVA, Yara da. *Tia Carmem: negra tradição da Praça Onze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 27. Sobre a “Pequena África”, ver MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

⁵¹ “Assalto: matar para roubar”, in *Gazeta de Notícias*, 20/02/1905, p. 1.

⁵² MATTOS, Rômulo. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Niterói: PPGH- UFF, Tese de Doutorado, História, 2008, p. 208.

⁵³ “Um crime na Chacarinha da Gamboa”, in *Correio da Manhã*, 18/03/1920, apud MATTOS, Romulo. *Pelos pobres!* Op. Cit, p. 209.

⁵⁴ MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: Edunisc/ ANPUH-RS, 2004.p.19.

⁵⁵ Sobre as expulsões de estrangeiros do território nacional, ver MENEZES, Lená. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

Aí está um nome que tem figurado já no noticiário dos jornais tantas vezes (...).

Criminoso dos mais célebres do Rio, que se tem especializado em todo o gênero de rapinagem, o Evangelista, que é um italiano hoje dos seus 50 e pouco anos, conhece todos os xadrezes das nossas delegacias, todas as dependências da Casa de Detenção, mas por um milagre que não se explica até hoje, não se cogitou de sua expulsão do território nacional, sendo, como é, um elemento perigosíssimo.⁵⁶

Assim, seja pela cobrança ou apoio às forças policiais no que diz respeito ao combate e controle da gatunagem, os repórteres esperavam, como já assinalado, que a polícia pudesse efetivar um eficaz controle e repressão aos populares “de cor”, pobres e estrangeiros.

Mas ao contrário dessa expectativa de polícia, havia publicações na imprensa que cobravam ou apelavam às forças policiais da época para que defendessem e protegessem o direito de todo e qualquer cidadão à segurança, como salientou um repórter do *Correio da Manhã*: “ (...) cumpre ao sr (chefe de polícia) Aurelino Leal e aos seus auxiliares (...) um policiamento mais eficaz e enérgico, pondo a população a coberto desses audaciosos ataques, oferecendo aos habitantes da capital da República, as devidas garantias dos seus haveres e dos seus bens”⁵⁷. Por tal perspectiva, os repórteres cobravam à polícia para que protegesse e defendesse a propriedade e vida dos cidadãos, independentemente de sua cor, condição social ou qualquer outro atributo pessoal ou coletivo. Alegava-se aí que a Constituição garantia “aos nacionais e estrangeiros” a inviolabilidade dos direitos à propriedade, à liberdade e à segurança individual.⁵⁸

Em relação às mais diversas áreas da cidade, desde as ruas mais comerciais e elegantes da urbe até os locais mais pobres, os repórteres dessas publicações cobravam à polícia para que garantisse a tranquilidade dos moradores ou transeuntes que aí circulavam, levando segurança à população. Um repórter do *Jornal do Brasil* em 1910 ao noticiar o caso de um grupo de ladrões “audaciosos” que estariam causando “constantes sobressaltos” aos moradores de uma das ruas mais comerciais da cidade (Rezende), ressaltava:

⁵⁶ “ O canhedo da ladroagem”, in *Gazeta de Notícias*, 19/09/1919,p.3.

⁵⁷ “ O Rio de Janeiro é hoje positivamente o paraíso dos ladrões”, in *Correio da Manhã*, 28/01/1915, p. 3.

⁵⁸ “ A gatunagem”, in *Jornal do Brasil*, 10/07/1910,p. 13.

(...) É de acreditar que a polícia tomará enérgicas providências e daqui apelamos para o Sr. chefe de polícia para que faculte ao delegado do 12º distrito os meios necessários para um eficaz policiamento, porquanto esse distrito, que não é pequeno, vive em quase em completo abandono, não tendo os respectivos moradores a menor garantia para sua tranquilidade.⁵⁹

Num mesmo sentido, assinalava um outro repórter do *Jornal do Brasil*, com relação ao morro da Favela:

Urgem, pois, medidas enérgicas e estas, estamos certos, serão dadas imediatamente pelo Sr. chefe de polícia, não só para a garantia dos seus auxiliares que ali estão destacados, como também para a tranquilidade da população ordeira do morro da Favela.⁶⁰

Vale notar que os repórteres não só cobravam da polícia a garantia da tranquilidade para todos os cidadãos, mas também reivindicavam que as medidas por ela adotadas para combater a ladroagem e criminalidade na cidade, não podiam desprezar a lei e a liberdade individual do cidadão, já que tal liberdade também era um direito garantido pela Constituição.⁶¹ Por tal perspectiva, alegava-se que o cidadão não podia ser preso ou detido, sem nota de culpa.

Um repórter do *Jornal do Brasil* em 1915, ao denunciar uma série de prisões indiscriminadas que estariam sendo realizadas pela polícia contra a classe trabalhadora, se indagava com veemência:

Como se entende, como se explica a polícia pegar um cidadão qualquer e condená-lo a Colônia Correccional por tempo indeterminado ?

Como se explica o caso de ser mandado para a Colônia Correccional, o nacional de cor parda Américo de Souza, morador a rua D. Clara, n.23.

Qual o delito por ele cometido?

⁵⁹ “Ladrões audaciosos”, in *Jornal do Brasil*, 12/02/1910, p. 4.

⁶⁰ “Noticiário policial”, in *Jornal do Brasil*, 14/02/1916, p. 7.

⁶¹ “Abandonados pela justiça”, in *Jornal do Brasil*, 30/03/1915, p. 9.

Por que motivo também se acha na Colônia Correccional o estiva-dor Álvaro Pereira, preso desde 13 de fevereiro. Qual é o delito por ele cometido.⁶²

Além dos repórteres alegarem que as prisões e detenções ilegais desrespei-tavam a lei e a liberdade do cidadão, elas não garantiam, segundo eles, a diminui-ção da prática da ladroagem na cidade, muito pelo contrário.⁶³ Alegava-se que a polícia ao efetuar prisões “arbitrárias” contra os “cidadãos indefesos”⁶⁴, acabaria negligenciando o seu papel de controlar e combater a gatunagem. Em função dis-so, os “verdadeiros” ladrões da cidade se sentiriam à vontade para cometer os mais variados crimes na cidade, ameaçando frequentemente a propriedade e a vida do cidadão.⁶⁵

Além dos repórteres cobrarem à polícia para que combatesse à ladroagem, sem infringir a lei e a liberdade individual do cidadão, também chamavam atenção da necessidade de se extinguir a interferência política na instituição policial, a fim de que esta se moralizasse e se tornasse de fator uma instituição republicana no sentido de servir ao público e não a seus próprios interesses ou de “amigos, paren-tes e políticos” . Em 1915, quando se cogitava em implementar a polícia de carreira no Rio-que acabou não acontecendo devido a interferência política-, um repórter dizia que era preciso:

(...) Agora que se cogita de organizar a polícia de carreira que uma providência séria e moralizadora seja tomada a fim de que possamos confiar nas autoridades e vê-las unicamente como elemento de ordem, segurança e garantia.

É preciso que as proteções escandalosas desapareçam de uma vez e protegidos e protetores se compenetrem dos seus deveres evitando fatos escandalosos (...).⁶⁶

Assim, como vimos, as reportagens que idealizavam uma polícia “cidadã e republicana” acreditavam que ela pudesse cumprir sua verdadeira missão na socie-

⁶² “ Abandonados pela justiça”, in *Jornal do Brasil*, 30/03/1915,p. 9.

⁶³ “ Noticiário policial: paraíso dos ladrões”, in *Jornal do Brasil*, 5/07/1915, p. 9.

⁶⁴ “ Abandonados pela justiça”, in *Jornal do Brasil*, 30/03/1915,p. 9.

⁶⁵ “Polícia criminosa”, in *Correio da Manhã*, 10/05/1905,p.1.

⁶⁶ “ Noticiário policial: belezas policiais: é preciso moralizar a polícia”, in *Jornal do Bra-sil*,28/11/ 1915,p. 11

dade: proteger e defender a vida, a liberdade e a propriedade do cidadão da ação criminosa dos ladrões e infratores.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, vimos como os jornais em inícios do século XX responsabilizavam a polícia pelo aumento da gatunagem na cidade. Na perspectiva da imprensa, isso se devia basicamente à negligência da polícia, ao suposto medo que a polícia tinha dos ladrões ou às relações de conveniência que a mesma travava com os referidos criminosos, à incompetência policial, à impotência da polícia e à politicagem presente na organização policial. Mas, como já ressaltamos, ao mesmo tempo em que a imprensa criticava frequentemente a polícia, esperava que ela pudesse conter a ladroagem no Rio de Janeiro. Nesse sentido, idealizava dois tipos antagônicos de polícia: uma coercitiva e uma “cidadã e republicana”.

Os periódicos, ao veicularem tais ideais opostos de polícia, buscavam elaborar seus discursos tanto em prol do controle social quanto em defesa dos direitos de cidadania no que tange à segurança pública, o que nos indica como a imprensa é uma fonte complexa e rica de possibilidades de análise para o estudo do policiamento e da gatunagem no Rio de Janeiro do início do século XX.

As greves políticas de 1962 e o governo Jango: imprensa e poder*

*Demian Bezerra de Melo***

Seja qual for o documento do qual o historiador se valha para investigar o passado, deve sempre ser capaz de revelar (ou ao menos propor uma hipótese sobre) as intenções de seu produtor. Em primeiro lugar não é possível perder de vista que, para isso, deve ser considerado, entre outras coisas, o contexto social, ou seja, a lógica da ordem social vigente e a relação dos sujeitos históricos com a mesma. Alguns tipos de produção simbólica nunca são ingênuos, ao contrário, são sempre orientados por projetos históricos diversos, e o caso da imprensa é o mais emblemático entre eles.

Nesse sentido, em primeiro lugar buscamos nos valer das preciosas considerações feitas por Antonio Gramsci sobre a relação entre esta que é uma das mais tradicionais fontes para a história política e para o próprio processo político em si. É que para o marxista sardo o jornal constitui, além de um *veículo de informações sobre os acontecimentos correntes*, um ator político da maior importância para os países que trilharam o caminho da modernização capitalista; tenham estes adotado formas de regime democráticos ou não. E não só se configura como um ator político de monta como em diversas ocasiões será possível observar um comportamento partidário, e até uma preponderância de alguns destes veículos em relação aos próprios partidos institucionalizados, determinando-lhes muitas vezes estratégias e táticas. Segundo Gramsci

...muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos”.¹

* O presente texto apresenta alguns resultados de nossa pesquisa de doutorado, orientada pelo Prof. Marcelo Badaró Mattos, e que versa sobre a greve geral de 5 de julho de 1962, a primeira paralisação nacional dos trabalhadores brasileiros. Agradecemos à parecerista pelas sugestões muito bem vindas. Não obstante, como é de praxe, vale lembrar que os possíveis equívocos são de inteira responsabilidade do autor.

** Doutorando em História pela UFF e bolsista da CAPES.

¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.350.

O mesmo autor adverte para a importância da imprensa tanto para a consolidação do processo de dominação social nas sociedades de massa, quanto para os momentos em que esta mesma sociedade entra em crise, pois se trata de uma instituição diretamente ligada às flutuações da chamada opinião pública. E é nesse sentido que Gramsci define o que seriam as principais características da atividade jornalística de órgãos que assumem esse papel de ator (ou partido) político, pois trata-se de um

jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área.²

Tal modo de compreender a relação entre a produção das notícias e o público põe dialética numa situação que quase sempre é entendida à maneira da teoria econômica neoclássica, segundo a qual o leitor-consumidor é o regulador das posições políticas do jornal. Ao contrário desta abordagem, acreditamos que o jornal é sujeito ativo da relação com o público leitor, conformando, de certo modo, suas opiniões políticas.

O presente texto é um exercício e uma defesa desse ponto de vista, e para isso tomaremos o rico cenário de conflitos sociais e de uma grande crise, como foi o governo de João Goulart (1961-1964), quando esse caráter partidário da imprensa se explicitou. Tomaremos como inspiração a síntese proposta por René Dreifuss,³ que se dedicou ao estudo da formação dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes que foram decisivos na derrubada do regime de então. Essas entidades foram o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em novembro de 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado ainda antes, em 1959. Juntos, ambos conformaram o que Dreifuss definiu como “complexo IPES/IBAD”, centro mais dinâmico da conspiração golpista contra Goulart e núcleo do primeiro governo ditatorial. E como o autor demonstrou de forma enfática, foram diversos os órgãos da imprensa brasileira que se articularam diretamente com tais entidades.

A partir de tal problemática, discutiremos a maneira como alguns dos mais importantes veículos da imprensa retrataram o movimento sindical brasileiro, particularmente quando este passou a apresentar-se como um ator decisivo da cena

² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.197.

³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

política brasileira. Como é amplamente sabido, foi ligado ao movimento sindical que Goulart fez sua carreira política como herdeiro e líder do trabalhismo varguista. Na Presidência da República ele teria no movimento sindical uma de suas principais bases de apoio. Com o intuito de discutir esse problema abordaremos uma greve geral política, que teve papel decisivo na luta de Goulart pela recuperação dos poderes que lhe foram usurpados pela emenda parlamentarista: a greve geral de 5 de julho de 1962.

Para isso, apresentaremos em seguida algumas considerações preliminares sobre a relação do IPES com a imprensa, para em seguida tratar da greve geral, lançando mão das notícias publicadas em órgãos de todo o país para dar conta do caráter nacional da paralisação. Por fim, discutiremos as representações sobre a greve produzidas pelos jornais cariocas *O Globo*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, e a revista semanal *Fatos e Fotos*.

O IPES e a imprensa

Um documento de circulação restrita do IPES, sem identificação de autor, provavelmente datado de meados de outubro de 1962, que leva o título de “Apreciação geral” dá conta da percepção que o instituto tinha da intervenção dos trabalhadores no processo político.⁴ Ao mesmo tempo, em suas poucas três páginas, ele nos dá conta do grau de penetração do IPES nos principais órgãos da imprensa brasileira. O documento foi produzido para discutir a situação política brasileira após as eleições de 7 de outubro.⁵ No início desse balanço interno, é dito que se trata de caracterizar a repercussão que os resultados eleitorais haviam obtido junto à opinião pública, em especial nos meios sindical e estudantil.

Note-se que considerar a vida sindical como algo a ser levado em conta deve pôr em suspeita certas leituras que pretendem minimizar o impacto das lutas dos trabalhadores no processo político nos anos 1960,⁶ geralmente desqualificadas

⁴ “Apreciação geral.” Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, caixa 65, pasta 1, no maço “Plano de Ação 62”.

⁵ Nessas eleições, em que estava em jogo a renovação de parte do legislativo federal e de alguns executivos estaduais, o complexo IPES/IBAD despejou 1 bilhão de cruzeiros para favorecer os candidatos conservadores, um escândalo que levou à formação de uma CPI. Essa CPI, como também apurou Dreifuss, contou desde o começo com “irregularidades, pois pelo menos cinco de seus nove membros haviam sido beneficiários desses fundos secretos”, e não conseguiu êxito em apurar responsabilidades, levando Goulart a assinar “um decreto suspendendo as atividades do IBAD e da ADEP por comportamento inconstitucional”. DREIFUSS, op. cit., p.336.

⁶ Refiro-me a toda a produção calcada na noção de “sindicalismo populista”, como foi caso

com base na ideia de que suas entidades eram “de cúpula” e “sem representatividade”. O documento interno do IPES – como, aliás, toda a sua produção textual – está impregnado dessa visão desqualificadora em relação à participação das classes trabalhadoras na política; assim, as greves políticas de 1962 são descritas como parte de uma “crise pré-fabricada”, além de serem tratadas como meras “tentativas de paralisação”.

A ideia de buscar negar a efetividade dessas greves foi justamente um recurso amplamente utilizado por jornais como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, embora este último tivesse, ele próprio, publicado valiosas notícias sobre a amplitude e extensão das greves. Como veremos a seguir, é patente a articulação desse discurso e de parte da imprensa com o do IPES.

A greve política de julho de 1962

Na crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, diversos setores do movimento operário se mobilizaram pela posse de Jango. Como é bastante conhecido, além do movimento sindical, militares legalistas, estudantes e lideranças políticas de diferentes agremiações partidárias alguns órgãos da imprensa também defenderam a posse constitucional do vice-presidente eleito, contrariando o desejo de setores golpistas. Enquanto os cariocas *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* se posicionaram pela posse legal de Jango, os também cariocas *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* se opuseram firmemente. Ao lado destes também estava *O Estado de São Paulo*.

A crise da Legalidade acabou revelando uma polarização social mais aguda, uma crise mais profunda que um mero problema constitucional, delineando os primeiros enfrentamentos que marcariam todo o período seguinte. Nesse momento, entretanto, fazendo jus a uma velha marca da política nacional, a conciliação, uma grande transação política garantiu a posse de Goulart sob a vigência de um sistema parlamentar. As esquerdas, de um modo geral, caracterizaram a emenda parlamentarista como um “golpe branco”, pois acabava transformando Jango numa “rainha da Inglaterra”. A alteração era encarada como “golpista”, pois a Constituição de 1946 foi modificada estando o país praticamente sob estado de sítio.

A precariedade com a qual convivia um improvisado sistema de gabinete face a um marco constitucional presidencialista favoreceu os intentos de Goulart

da primeira geração de estudiosos acadêmicos do movimento operário, como Leôncio Martins Rodrigues, mas também das elaborações posteriores de Francisco Weffort.

de liquidar o mais rápido possível o parlamentarismo, recuperando os seus poderes presidenciais. É neste marco que podemos entender algumas das lutas ocorridas em seu primeiro ano de governo. Pois em junho de 1962, com o propósito de participar das eleições de 7 de outubro do mesmo ano, todo o gabinete articulado em setembro de 1961, sob a Presidência do pessedista mineiro de Tancredo Neves, pediu demissão. Pela precária ordem constitucional vigente, Jango deveria indicar ao Congresso Nacional a composição do novo Conselho de Ministros, o que o levou a indicar o demissionário titular da pasta do Exterior, o trabalhista mineiro San Tiago Dantas, para o cargo. Dantas era malvisto pelas direitas, devido a seu posicionamento neutralista (chamado de “independente”) face às intenções do imperialismo norte-americano de invadir Cuba.

Por outro lado, no mesmo mês de junho, o general nacionalista Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército, denunciou a existência de uma conspiração com vistas a aprofundar o “golpe branco” parlamentarista do ano anterior. Tratava-se de uma manobra da direita para constituir um Conselho de Ministro que acabasse por retirar todos os poderes de Jango, dando amplos poderes aos setores mais conservadores do Congresso e aos chefes militares golpistas, que haviam se colocado contra sua posse. O governador gaúcho Leonel Brizola engrossou o coro contra o aprofundamento do “golpe branco” e o movimento sindical, hegemônico pelos comunistas – em aliança com os trabalhistas de esquerda –, começou a articular uma greve geral em apoio à Goulart.

Após o Congresso rejeitar o nome de Dantas, Jango empreendeu uma manobra arriscada, indicando o senador do PSD paulista Auro Moura Andrade como *Premier*. Andrade havia ficado contra sua posse no ano anterior e era encarado por amplos setores políticos como “golpista”, algo que se confirmaria em 1964.⁷ Depois que o Congresso aprovou o nome do senador pessedista, foi uma questão de tempo para que o movimento sindical, por meio do Comando-Geral de Greve – reunido na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e com o apoio da UNE – decretasse uma greve geral que atingiria diversos pontos do território nacional. Antes da eclosão da greve, Auro Moura Andrade renunciou, e Moniz Bandeira afirma que, na ocasião, Jango possuía em mãos uma carta de renúncia do senador, divulgada logo que Andrade apresentou sua proposta de composição do Conselho de Ministros. Nesta, confirmando as inquietações de Brizola e do general

⁷ Pois é na qualidade de Presidente do Senado que Auro Moura Andrade, em tumultuada sessão de 2 de abril de 1964, proferiu célebre discurso em que concluía afirmando “declaro vaga a Presidência da República! E nos termos do artigo 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli [tumulto]! A sessão se encerra!” (Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/49.pdf>, acesso em 9 de novembro de 2010) Estando ainda João Goulart no território nacional, foi assim que se consumou o golpe de Estado pelo Parlamento.

Osvino, as pastas militares seriam ocupadas por elementos golpistas e o Ministério do Exterior por um defensor do alinhamento automático aos EUA (Vasco Leitão da Cunha), o que acirrou os ânimos.⁸ A direção do movimento operário tomou, então, algumas providências.

Depois de alguma controvérsia entre os dirigentes sindicais de várias categorias reunidos na tarde do dia 4 de julho na sede da CNTI, no centro do Rio de Janeiro, ficou decidido que a greve deveria ser de 24 horas, iniciada à meia-noite da quinta-feira, 5 de julho. Conforme é possível ler em diversos jornais do Rio de Janeiro, com o desencadeamento do movimento Goulart tentou sustar a greve. Uma comissão formada pelo alto escalão governamental, composta por San Tiago Dantas, Gilberto Crockatt de Sá (assessor sindical de Goulart), Leocádio Antunes (presidente do BNDE) e o general Osvino Ferreira Alves (comandante do I Exército), compareceram à sede da CNTI para tentar persuadir os líderes sindicais de que a greve era desnecessária.⁹ Todavia, segundo o secretário da intersindical Pacto de Unidade e Ação (PUA),¹⁰ Felipe Andrade, as senhas da greve geral já haviam sido distribuídas para o restante do país, e, depois de se reunir com os representantes do governo, o vice-presidente da CNTI,¹¹ o líder trabalhista Dante Pellacani declarou aos repórteres presentes que a greve era inevitável: “Nem Cristo poderá detê-la!”¹²

Na Guanabara e no estado do Rio de Janeiro a greve foi total, tendo sido acompanhada de ondas de saques na Baixada Fluminense, especialmente em Caxias e São João de Meriti, onde o saldo foi de quarenta mortos e setecentos feridos.¹³ Os ferroviários da Estação Leopoldina foram a primeira categoria a entrar em

⁸ Dez dias antes deste episódio o Comandante do I Exército (sediado na Guanabara), o general Osvino Ferreira Alves já havia denunciado a existência de uma conspiração com vistas a implantar uma ditadura de extrema-direita no Brasil. Tal fato é narrado no livro do dirigente do PCB encarregado da área sindical, TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962, p.160-161.

⁹ *Última Hora*, 05 de julho de 1962, p.4.

¹⁰ Formado na chamada “Greve da Paridade” de 1960, o PUA congregava trabalhadores do setor de transporte marítimo e terrestre (especialmente ferroviários) e foi uma das mais organizações sindicais do período.

¹¹ O presidente da CNTI era o trabalhista mineiro Clodesmidt Riani, que por está época estava em reunião sindical na Europa.

¹² *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1962.

¹³ *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1962. Esses saques foram resultado da escassez de gêneros, provocada por especuladores que estocavam para não desvalorizar seus produtos com a inflação. O então governador do estado do Rio, Celso Peçanha, pressionado pelas ruas, supostamente teria dado apoio aos populares, o que acabou levando a sua deposição algumas semanas depois do motim. No entanto foram as forças de segurança pública do Rio, que estavam sob o comando do governador, que reprimiram os populares.

greve: às 19h40 do dia 4 de julho.¹⁴ Bancários, rodoviários, motorneiros, têxteis, metalúrgicos, comerciários e trabalhadores marítimos, além dos ferroviários, paralisaram totalmente suas atividades, ficando o centro do Rio totalmente vazio ao longo do dia 5.

Após o desencadeamento da greve, na Guanabara o governador ativou a sua bem aparelhada polícia política para perseguir e prender grevistas. Pela manhã, a imprensa divulgou uma nota em que Carlos Lacerda mandava “autuar e processar os elementos que pretenderem negar aos outros, ilegalmente, o direito ao trabalho, e impor a vontade de minorias provocadoras sobre a maioria trabalhadora e pacífica.”¹⁵ Dizia a nota que a Polícia iria prender dirigentes sindicais grevistas, e o movimento era definido como “uma greve política articulada por elementos comunistas e a estes ligados”, acrescentando por último que, “tendo em vista a necessidade de proteger a população contra a desordem, não permitirá comícios não autorizados, devendo os interessados requerer com 72 horas de antecedência, nos termos da lei.” O próprio Lacerda, seguindo seu estilo de combatente da direita, protagonizou idas ao Centro do Rio, fazendo abrir algumas agências bancárias e orientando a Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS) a agir com violência contra os grevistas, ao mesmo tempo em que falava para a “população” ficar “calma”.¹⁶ Certamente, no termo “população” o governador queria dizer a classe média conservadora e a burguesia carioca (e não o restante da população, que por estes dias enfrentavam graves problemas de abastecimento).¹⁷ Mas ele não se limitou a empreender essa ação direta; enviou um telegrama para Goulart acusando-o de tramar uma “greve ilegal” para cumprir um “plano subversivo”.¹⁸ Nesse clima de beligerância, o Comando de Greve acabou contando com o apoio do general Osvino Alves, comandante do I Exército, que interveio pela libertação de grevistas presos e em alguns casos protegeu piquetes de greve da repressão da polícia política de Lacerda. Esse papel assumido por Osvino aumentou seu prestígio junto à esquerda, que pôde contar com a mesma atitude do general em outros momentos da luta política.

Esta greve constitui um dos momentos de ouro do movimento sindical no período, e através da imprensa dos estados é possível acompanhar a repercussão do movimento de Norte ao Sul do Brasil confirmando-a seu aspecto nacional. Veja-

¹⁴ *O Globo*, 05 de julho de 1962.

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1962, p.3.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1962. *Diário de Notícias*, 6 de julho de 1962.

¹⁷ Ver nota 14. Essa revolta popular irá constituir tema de um dos capítulos de nossa futura tese. As informações sobre esses motins estão sendo levantadas no *Jornal do Brasil* e *Luta Democrática*, sendo este último de propriedade do controverso Tenório Cavalcanti em Caxias, Baixada Fluminense.

¹⁸ *Tribuna da Imprensa*, 6 de julho de 1962, capa e p.2.

mos suas manifestações locais.

No Pará aderiram os petroleiros, marítimos e portuários. Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão divulgou nota onde defende o movimento grevista contra o “imperialismo norte-americano, em defesa da Petrobrás, por Jango e por um gabinete nacionalista capaz de realizar as reformas de base”.¹⁹ Em contraste com o restante do país, na capital paraense os bancários não aderiram ao movimento. Na Bahia, a Petrobrás e o porto paralisaram suas atividades no dia 5 de julho.²⁰ Já em Pernambuco, onde a esquerda, incluindo o PCB, era muito forte, a capital parou, com a suspensão das atividades do porto (portuários, estivadores, conferentes, arrumadores e marítimos), dos ferroviários, bancários, motoristas e estudantes.²¹ A greve foi geral em Fortaleza (bancos, comércio, porto, repartições públicas, transportes urbanos),²² contando com o apoio do governador cearense, Parfisal Barroso (PTB) – para o desagrado das classes dominantes locais, que foram frustradas em sua intenção de colocar o governador e a polícia militar na repressão ao movimento.²³ Na tarde do dia 5, o centro de Fortaleza foi tomado por uma passeata monstro em apoio à Goulart e contra “o golpe reacionário”. Na capital cearense ainda ocorreriam situações muito curiosas, como esta narrada em uma nota do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro:

Em Fortaleza – segundo os despachos telegráficos – os comerciantes que procuraram abrir, ontem pela manhã, os seus estabelecimentos comerciais tiveram uma surpresa: as fechaduras das portas estavam obstruídas e, em muitos casos, havia cadeados novos, tudo feito pelos grevistas. Com esse recurso usado pelos piquetes, tornou-se impraticável o funcionamento do comércio, que, assim, permaneceu de portas cerradas durante todo o dia.²⁴

No Rio Grande do Sul a greve foi no dia 6, parando comércio, cinemas e transportes, sendo total em Porto Alegre, com exceção de alguns serviços essenciais.²⁵

¹⁹ *Província do Pará*, Belém, 6 de julho de 1962, p.10.

²⁰ *A Tarde*, Salvador, 6 de julho de 1962, p.4.

²¹ *Última Hora*, Recife, 6 de julho de 1962. *Diário de Pernambuco*, 6 de julho de 1962.

²² *Correio do Ceará*, 6 de julho de 1962.

²³ *Novos Rumos*, 20 a 26 de julho de 1962, p.8.

²⁴ *Diário de Notícias*, 6 de julho de 1962, p.2.

²⁵ SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Herdeiros de Sísifo*. Ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2002, p.195-197.

Toda a indústria paralisou. Também neste caso houve a tentativa de impedir a deflagração do movimento, por meio de apelos do governador Leonel Brizola dirigidos ao Comando Sindical.²⁶ Em Santa Catarina a greve foi, tal como no Rio Grande do Sul, no dia 6, e pararam os estivadores, conferentes, rodoviários e trabalhadores da indústria.²⁷ Em Minas e São Paulo a paralisação foi parcial: em Minas houve greve na Mannesman e na Cidade Industrial (Contagem), com alguma repercussão em Belo Horizonte.²⁸ Já em São Paulo a paralisação foi total em Santos (portos, fábricas, oficinas, funcionalismo, operários da refinaria de Cubatão), com a realização de comícios e a paralisação de empresas na capital e no ABC.²⁹ Segundo o historiador Fernando Teixeira da Silva,³⁰ em Santos a greve de 5 de julho foi “coroadada de êxito”, diferentemente do que havia ocorrido em agosto de 1961, quando os sindicalistas ligados a Jânio Quadros conseguiram desorientar o movimento na cidade. Os destaques nacionais foram as categorias mobilizadas pelo PUA: ferroviários, marítimos, portuários e estivadores, além dos aeronautas e aeroviários. A grande exceção foi a cidade de São Paulo, onde, segundo o historiador Murilo Leal Pereira Neto, a diretoria dos sindicatos dos metalúrgicos e têxteis se reuniu no dia 6, apenas para declarar seu apoio ao movimento. Conforme o mesmo autor, a greve não foi sequer mencionada no jornal dos metalúrgicos.³¹

Repercussão da greve na imprensa

O jornal *Diário de Notícias*, em que o então jornalista Moniz Bandeira trabalhava,³² apresentou estampado em sua capa do dia 5 de julho a seguinte man-

²⁶ JOCOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*, Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFF, 2008, p.146-147.

²⁷ *Última Hora*, Curitiba, 6 de julho de 1962, p.2.

²⁸ *Folha de São Paulo*, 6 de julho de 1962, p.8.

²⁹ *Correio Paulistano*, 6 de julho de 1962, p.4-5.

³⁰ Fernando Teixeira da Silva, *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*, São Paulo, Hucitec, Santos, Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p.177.

³¹ PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”: um estudo sobre os metalúrgicos e têxteis de São Paul. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. Tese de doutorado em História, São Paulo, USP, 2006,, p.301-303.

³² Além de autor de excelentes obras sobre o governo Jango, Moniz Bandeira estava no centro dos acontecimentos políticos naquele período e pode ser tomado como um dos sujeitos mais informados. Além de militante da pequena organização POLOP, ele era assessor do deputado federal Sérgio Magalhães (PTB-GB), que era o presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), uma das bases de apoio de Jango no Legislativo.

chete: “Movimento inédito na História do País: BRASIL EM GREVE”, e nas páginas internas falava-se que milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades em todo o país.³³ Por outro lado, o jornal *O Globo* apresentou a seguinte manchete: “TENTATIVA DE GREVE GERAL”.³⁴ Mais que isso, o jornal carioca buscou dar voz às lideranças sindicais anticomunistas na condenação ao movimento:

O presidente da Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres [REDTAL], Sr. Floriano da Silveira Maciel, seguiu ontem à tarde para São Paulo, a fim de articular com o presidente da Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo, Sr. Antonio Pereira Magaldi, e os dirigentes do Movimento Sindical Democrático [MSD], as providências necessárias para se opor ao movimento grevista.³⁵

As duas entidades mencionadas, REDTAL e MSD, eram fachadas da atuação da CIA no movimento sindical brasileiro. Eram articuladas no plano internacional com a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIO-SL) e com seu braço latino-americano a Organização Regional Inter-Americana de Trabalhadores (ORIT), e editavam o *Boletim Sindicalista do Brasil*.³⁶ Os sindicalistas ligados a essas entidades integraram o dispositivo golpista centralizado no IPES, tendo inclusive realizado treinamento nos EUA, no American Institute for Free Labor Development (AIFLD), que foi fundado em 1962 para “treinar sindicalistas latino-americanos democráticos”.³⁷ Assim, tal modo de dar a notícia é indicativo dos compromissos com os quais o jornal carioca estava envolvido. Assim é possível entender o propósito de tratar como “tentativa” a greve geral, postura que foi, naturalmente, alvo de críticas na imprensa de esquerda e sindical.

O semanário comunista *Novos Rumos*, como era de se esperar, foi extremamente sarcástico em seus comentários sobre a postura de *O Globo* no episódio da greve, e em reportagem a editoria esquerdista mostra como do dia 5 até a

³³ *Diário de Notícias*, 5 de julho de 1962.

³⁴ *O Globo*, 5 de julho de 1962.

³⁵ *Idem*, p.6.

³⁶ DREIFUSS, op. cit., p.313-319; WELCH, Clifford Andrew. “Internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros, 1945-1964.” *Perseu*, ano3, n.3, 2009.

³⁷ As publicações promocionais da IADTL observam como estudantes em seu regresso à pátria tomaram parte na derrubada do governo de João Goulart no Brasil. Esses estudantes foram também elogiados pela eliminação de “comunistas” de certos sindicatos. Ver MORRIS, George. *A CIA e o movimento operário americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.86.

semana posterior o jornal carioca foi reconstruindo sua própria narrativa sobre o movimento grevista. Mostra que, depois de ter de admitir a existência da greve em sua edição do dia 6, na edição de terça-feira (10), o editorial voltou a diminuir o evento: “A greve não chegou a explodir em São Paulo, o maior centro fabril do País. Nem quase aqui no Rio e fora dele.”, disse *O Globo*. Sobre essa falsificação histórica (como vimos, embora não tenha repercutido na capital paulista, no Rio a greve foi total), assim comenta a reportagem de *Novos Rumos*, encerrando o artigo:

“O abuso não podia ser maior. Ainda não transcorreu nem uma semana e “O Globo” já tem o cinismo de afirmar que a greve fracassou na Guanabara e demais Estados. Só que o movimento foi grande demais, e não há dólar que chegue para fazer os escribas inimigos do povo conseguirem enganar a opinião pública, engodar, procurar apagar uma greve política que ficará como um marco na história da classe operária brasileira.”³⁸

Por sua vez, o jornal do combativo Sindicato dos Bancários da Guanabara, *Bancário*, ironizou do seguinte modo a referida manchete do jornal carioca:

O jornal do golpe, “The Globe”, saiu-se com esta manchete: “TENTATIVA DE GREVE GERAL”!!! Populares, em torno das bancas de jornais, ridicularizavam a penúria do pasquim de luxo. Tentativa! – gracejavam, olhando as ruas vazias e as portas fechadas. “O Globo no Ar” – que se diz porta-voz “do maior jornal do país”?, blasfemou: - “e atenção, atenção! Rio. Urgente. Contrariando a decretação da greve geral, funcionam normalmente na Guanabara cafés e bares. Também não aderiram ao movimento subversivo os restaurantes cariocas. As linhas internacionais de aviação (aviões estrangeiros, que nada tinham a haver com a greve) também decolam normalmente.” Diante do ridículo, o jornal “The Globe” ficou enalhado nas bancas; os possíveis compradores ou leitores exclamavam que o pasquim “estava por fora”.³⁹

³⁸ *Novos Rumos*, n.178, 12 a 19 de julho de 1962, p.6.

³⁹ *Bancário*, n.39, 11 de julho de 1962. Biblioteca Aloísio Palhano do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Consultando a edição de *O Globo* do dia 5,⁴⁰ pode-se observar que o periódico carioca queria esvaziar o movimento paredista, antecipando o final de semana e divulgando o “roteiro gastronômico” da Guanabara. (Afinal, foi uma greve geral com pleno êxito numa quinta-feira!) E quando foi obrigado a admitir a efetividade da paralisação, *O Globo* informou o fim da greve geral e o prejuízo contabilizado em 4 bilhões de cruzeiros no dia seguinte.⁴¹ Mas enquanto alguns órgãos optaram por tentar num primeiro momento negar a efetividade da paralisação, outros buscaram caracterizar o movimento como parte de uma articulação palaciana.

Este é o caso do jornal *Correio da Manhã*, que era o veículo da imprensa escrita mais importante em circulação no Rio de Janeiro nos anos sessenta. Em um editorial sobre a crise do Gabinete, publicado alguns dias depois,⁴² Goulart é apontado como “um conspirador convicto, cujas atividades sinistras acabam de culminar no ato de desenfrear o terrorismo”, “usurpador”, “embora eleito e legalmente empossado”. Assim, a greve é tratada como uma operação articulada nas cúpulas políticas, e os trabalhadores, vistos como “massa de manobra” dos líderes populistas. Bem ao contrário do que seria uma greve organizada na cúpula, como o próprio *Correio da Manhã* em suas reportagens de cobertura da greve apresenta, a linha editorial apresenta a greve nacional como uma manobra arquitetada e coordenada por Jango.

A maior parte da imprensa atacou ferozmente a greve, mas de nada adiantou tentar negar a efetividade do movimento paredista, pois outros órgãos acabaram por caracterizá-lo como “a maior greve já verificada no Brasil”, como descreveu a revista *Fatos e Fotos*, que, contudo, definiu a paralisação como um “equivoco”. Em reportagem sobre a mesma, a revista encerrou seu comentário afirmando que “a parede demonstrou – pela 2ª vez desde a crise de agosto do ano passado – que as greves já funcionam como arma de coerção política”.⁴³

Considerações finais

No final de 1962, o IPES, por meio do seu programa de entrevistas na TV Cultura “Peço a Palavra”, do apresentador Heitor Augusto, entrevistou o deputado estadual Camilo Ashcar (UDN-SP), apresentado como professor de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzi. O tema do dia era o

⁴⁰ *O Globo*, 5 de julho de 1962.

⁴¹ *O Globo*, 6 de julho de 1962.

⁴² *Correio da Manhã*, 07 de julho de 1962.

⁴³ *Fatos e Fotos*, n.76, 14 de julho de 1962, p.16.

seguinte: “As greves deixaram de ser uma exceção para tornarem-se uma perigosa constante no quadro social brasileiro.”⁴⁴ O propósito do programa era, obviamente, desqualificar o movimento sindical, e o entrevistado, apelando para todas as restrições legais ao direito de greve, buscou pintar um cenário de “agitação conspiratória”. Respondendo a uma pergunta sobre as chamadas “greves políticas”, o deputado udenista referiu-se à greve de julho nos seguintes termos: “Há pouco tempo, houve **ameaça de greve** em todo o País, porque o Congresso Nacional não quis aprovar a nomeação de um primeiro-ministro.”⁴⁵ E após longo comentário o deputado afirma que as greves eram para favorecer “certos líderes políticos”, e que “pelegos sindicais” haviam passado a ter “poder de comando na vida nacional”. Ashcar concluía: “Estas greves não são legítimas, não podem ser aceitas pela consciência democrática e constituem um perigo nacional porque deturpam o sentido normal da greve.”

Certamente as greves políticas e o aumento da influência das lideranças sindicais preocupavam as frações mais conscientes da burguesia brasileira. Assim, a propaganda antiGoulart contra a implantação de uma “República Sindicalista” não era só um recurso retórico da conspiração golpista do IPES. Novamente, é no trabalho de Dreifuss que podemos desvendar essa charada, quando o autor caracteriza a crise dos anos sessenta, que caracterizou o processo político sob o governo Jango, como resultado de um ataque bifrontal ao “regime populista”:⁴⁶ de um lado, as frações mais internacionalizadas e dinâmicas dos capitalistas; de outro, os trabalhadores que, com suas lutas, subverteram instituições criadas para controlá-los e, assim, criaram suas próprias articulações políticas.

Não há como entender aquele contexto de crise do próprio regime sem levar em consideração que as bases materiais do processo devem ser buscadas nos conflitos de classes. E se quisermos sintetizar a cena histórica da sociedade brasileira daqueles anos podemos defini-la apropriando-nos do conceito gramsciano de “crise orgânica”,⁴⁷ na qual a luta de classes atingiu um ponto crítico e em que se colocaram em jogo dois projetos distintos de Nação: um de aprofundamento do modelo de dependência associado ao capital financeiro e alinhado geopoliticamente aos EUA; e outro, de uma democracia mais ampliada, com uma reforma agrária e demais reformas estruturais que melhorassem o nível de vida da população e a volta à legalidade do principal partido operário do país: o Partido Comunista Bra-

⁴⁴ Notas taquigráficas do programa *Peço a Palavra* da TV Cultura, entrevistando o deputado Camilo Ashcar. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, caixa 51, pasta 3, p.1.

⁴⁵ Idem, p.3, grifo nosso.

⁴⁶ DREIFUSS, op. cit., p.144.

⁴⁷ Ver o conceito em GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, Vol.3, op. cit., p.60. A utilização deste para aquele contexto foi proposta por DREIFUSS, op. cit., p.144.

sileiro (PCB). A grande imprensa associou-se, e na verdade compunha, junto com outros setores do empresariado e oficiais militares, o primeiro grupo que venceu. Só é possível levar a sério seus relatos, ou entender sua própria forma de “contar a história”, levando esses elementos em consideração.

À luz da cena pública...

Julia Bianchi

No presente artigo procurarei compreender o olhar da grande imprensa sobre as mulheres militantes das esquerdas revolucionárias no período da ditadura civil-militar brasileira. Tais mulheres empreenderam uma movimentação que consistia em sair da *zona privada* – o lar – para trilhar a *zona pública* – entendida como arena política. Como efeito de suas atitudes e dos caminhos por elas percorridos, *corroborando* com o *desejo* de permanecerem no campo público, essas mulheres ganharam espaço na grande imprensa – um *lócus* público –, principalmente em jornais de grande circulação, que são importantes *instrumentos* para a percepção de como era a *visão* da grande imprensa acerca das militantes, a partir do modo como eram retratadas em suas páginas.

Serão privilegiados os periódicos *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. O estudo dessas publicações poderá revelar tanto seus posicionamentos como a interpretação que cada uma fazia da realidade histórica abordada. Ao analisar as reportagens selecionadas, procura-se perceber uma determinada imagem das militantes da esquerda armada. O conjunto dos diversos escritos desses dois periódicos é necessário para percebermos a difusão do discurso e dos ditames éticos e morais da sociedade e, logo (como se pretende demonstrar), da repressão. Os jornais, assim como a repressão, eram uma expressão da sociedade, que não aceitava tais mulheres. Elas representavam supostamente uma ameaça à família, instituição que não poderia ser dissolvida, e à “*moral e aos bons costumes*”. Esse discurso não é isolado; a imprensa o reconhece e verbaliza.

Para além das visões sobre essas mulheres, nota-se uma opinião – *pública* – formada em torno da ditadura civil-militar e, não obstante, sobre as militantes das esquerdas revolucionárias.

Trabalhar com o conceito de opinião pública – que será importante neste artigo já que se lidará com a imprensa, constituindo uma parte fundamental desta no que tange a sua análise – requer muita cautela. O perigo recai na tendência de estudá-la como algo uniforme ou dicotômico, descartando sua qualidade plural e, mais ainda, sua ambiguidade. Não se pode generalizar e, sim, notar “sua capacidade reveladora”.¹

Para elucidar melhor esse conceito, é trazido para o debate o autor Jean-Jacques Becker. Em primeiro lugar Becker sinaliza para a ambiguidade da opinião

¹ Ver: BECKER, Jean-Jacques. “A opinião”, in REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

pública, apontando que o objetivo seria perceber “como os acontecimentos agem sobre a opinião pública e como esta influi sobre o acontecimento”.² Para tal dinâmica, o autor afirma que só é possível fazer esse movimento, pois a opinião pública procede das “estruturas mentais”, estando englobado o “tempo curto” e o “tempo longo” – noções difundidas por Marc Bloch.

O que nos interessa, portanto, é a reação imediata dos indivíduos e dessa sociedade diante dos ocorridos, na tentativa de perceber o comportamento dos homens e confrontá-lo com os acontecimentos. Perceber o que de fato, por ter certa relevância, acabou por ficar registrado na imprensa, importante veículo de comunicação e de expressão dos aspectos de opinião, principalmente a pública.

Ainda sobre a questão do “tempo breve”, no qual se insere o caso da ditadura brasileira, é preciso enfatizar que a forma de ver, como afirma Becker, “a reação imediata a um acontecimento preciso num momento estritamente delimitado”³ influi na realidade. No caso aqui estudado, a imprensa torna-se uma importante fonte para se refletir sobre o modo de ver essa realidade e como um influencia o outro. Configura-se um movimento dinâmico, que não deixa de estar inserido em um “longo tempo”, arraigado a uma história das mentalidades. Tal movimento pode também possuir características estáticas, cuja tradição e hábitos são predominantes.

Ao tratar a imprensa – no caso abordado, os jornais impressos – como fonte, é preciso estar atento a uma pluralidade de informações e, com elas, de opiniões. Apesar da peculiaridade de o caso brasileiro se inscrever em uma ditadura e não em um regime democrático,⁴ tornando-a sujeita a censuras, a imprensa foi um significativo campo para a formação e expressão de visões e opiniões, registrando (suas) “manifestações” de apoio ou não ao regime instituído. Assim, colabora-se para a construção de um *consenso* em torno da ditadura.

A busca pelos olhares sobre as mulheres militantes se efetuará por meio dos periódicos selecionados,⁵ a fim de captar o que possa ter circulado em meios de

² Idem, p. 185.

³ Idem, p. 189.

⁴ Para Jean-Jacques Becker, só é possível a imprensa se tornar uma fonte para o estudo da opinião pública se ela estiver em um regime democrático e com liberdade de expressão. A partir do momento em que é censurada e se mantém em um regime autoritário, como no caso de regimes totalitários, é incapaz de servir como fonte.

⁵ Vale ressaltar que os periódicos selecionados são identificados como de *direita*. O motivo de sua escolha é o fato de serem considerados os de maior circulação e acesso à população, como os maiores jornais em suas regiões. Não se optou por eles por tenderem mais para a *direita*. Todavia, frisa-se o fato de os dois maiores periódicos das duas maiores cidades do país tenderem para uma concepção política mais conservadora. A afirmação de que possuem o mesmo *olhar* da

comunicação e, assim, ter oferecido informações para a *opinião pública*. A escolha de jornais da grande imprensa⁶ é devido ao fato de possuírem maior circulação e divulgação, permitindo assim o acesso à informação às mais diversas camadas da sociedade brasileira. Não obstante, são jornais fixados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que, além de serem as cidades de maior destaque do país e terem grande influência e participação econômica, política e social no país, foram os locais de maior expressão da luta armada, principalmente por serem importantes centros urbanos.

Para percebermos a propagação do discurso e dos pareceres éticos e morais da sociedade, e mais além, da repressão, é indispensável a verificação do conjunto dos inúmeros escritos desses dois periódicos. A leitura dos artigos, das colunas e das reportagens principais possibilitará a compreensão do processo de formulação da imagem e visão – além das concepções políticas – sobre os militantes de esquerda e, mais especificamente, do nosso objeto de estudo: as mulheres militantes das organizações das esquerdas armadas.

O foco recairá, em grande parte, no vocabulário utilizado, nas referências de valores e em sua *opinião* como forma primeira de verificação. Será considerado que as reportagens jornalísticas nunca utilizam uma linguagem não familiar ou estranha à sociedade, a qual não pode ser vista como simples vítima de *manipulação*. Ao mesmo tempo em que a sociedade é *receptora*, também faz *demandas*, construindo, assim, um léxico em comum para a ocorrência de tal circularidade. Ocorreria uma *troca*, que pode ser percebida pela escrita nos periódicos e pela utilização cotidiana dessas palavras na sociedade.

É possível dizer, assim, que o discurso que *impera* no jornalismo, principalmente o impresso, remonta a uma “produção da realidade mais que a uma reprodução”.⁷ Nesse sentido, o jornalismo pode ser entendido como *formador de opinião*, a qual, por sua vez, pode exercer um poder de pressão em determinados

ditadura é baseada, então, nessa alegação, e por encontrarmos termos empregados pelo regime vigente, identificando-os, assim, como colaboradores da difusão da visão da repressão, esta sendo de *direita*.

⁶ “Grande imprensa” é aqui entendida na mesma perspectiva que a definição seguida pelos dicionaristas Carlos Alberto Rabaça & Gustavo Barbosa, em “*Dicionário de Comunicação*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1995”, apud MAIA, Maurício. “Censura, um processo de ação e reação”, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005. P. 493: “Grande imprensa é definida pelos dicionaristas como ‘conjunto dos principais **órgãos de imprensa editados por grandes empresas jornalísticas**, solidamente estabelecidas no contexto empresarial. Possuem tiragens elevadas, vasta penetração e **exercem significativa influência política, econômica e social junto à comunidade.**” Grifos meus.

⁷ Ver: ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: 1965-1979*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

momentos. É necessário destacar a importância da força política que tal opinião pode ter.

Para além deste último movimento, que pode ser encontrado na grande imprensa, os jornais lançam mão de um campo semântico que compõe um universo e também atuam como arena de produção representante de uma oferta da realidade, a qual produz referências que podem ou não ser absorvidas pelo leitor.⁸ Nesse âmbito introduz-se a questão da linguagem, deveras complexa, e sua utilização como instrumento na formação de valores e referências. Como afirma Abreu, a língua não constitui um instrumento neutro, e sim um suporte para produzir sentido, composto de um emaranhado de significados ou, como diz o próprio autor, “tomar partido, manipular, escamotear, revelar, denunciar, transparecer”.⁹

Fazendo uso das teorias de Mikhail Bakhtin, o autor discorre sobre a questão da formação de ideologias devido ao fato de a linguagem ser constituída de *signo* e *significado*. De acordo com Bakhtin:

Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signo não existe ideologia.¹⁰

Assim, a linguagem – signos e significados – está carregada de um conteúdo que acaba por expressar ideologias e valores, contribuindo, ao final, para a conformação de um discurso – em sua totalidade – que demonstra uma *mentalidade* ou *opinião* sobre o tema abordado. Vale lembrar que, para assuntos ou aspectos políticos, a linguagem – as “palavras” – é um mecanismo essencial para a associação entre discurso e momento político.¹¹

Partindo dessa perspectiva, e ao analisar as fontes disponíveis, percebem-se determinados posicionamentos por parte dos periódicos em relação à ditadura brasileira e às mulheres militantes. O estudo das reportagens jornalísticas expôs alguns aspectos que definiam política e ideologicamente tais periódicos. Como podemos observar, não possuíam discursos imparciais, influenciando na forma como as informações eram transmitidas.

⁸ Idem, p. 141.

⁹ Idem, p. 17.

¹⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992. P. 22. Apud ABREU, op.cit., 2000.

¹¹ Para melhor elucidação ver: BAKHTIN, op.cit., 1992. Pp. 21 e 22. Apud ABREU, op.cit., 2000, e o próprio ABREU, op. cit., 2000.

Ao analisar as reportagens selecionadas, percebemos que a imagem das militantes de esquerda armada era construída de forma tendenciosa. Os jornais, assim como a repressão, eram uma expressão da sociedade, que não aceitava tais mulheres, como já dito anteriormente.

O enquadramento das mulheres militantes como seres *desviantes* é presente a partir do momento em que os jornais identificam em suas reportagens essas mulheres como “terroristas”, “comunistas”, “amásias”, “amantes”, “subversivas” e “traidoras”. Nota-se o tom deslegitimador e um juízo de valor – a escrita é muito tendenciosa –, com intuito de alarmar e *assustar* a população.

No que se refere à opinião pública, a qual está intrinsecamente relacionada com o que acaba de ser exposto, pode-se dizer que é um fenômeno coletivo que apresenta, como afirma Pierre Laborie, uma enorme diversidade de opiniões e comportamentos –, embora sempre com uma certa *tendência* dentro da sociedade, desembocando, finalmente, em uma opinião pública. Esta não é necessariamente fixa, apesar de expressar a opinião dominante – no imaginário – num grupo social. A partir disso, enxerga-se no veículo midiático em questão uma ideia de pertencimento a um grupo, no caso a maior parte da sociedade, trazendo-lhe coesão e integração¹² Forma-se uma *consciência*, mesmo que *inconsciente*, a qual partilha das mesmas ideias e sentimentos, devido, talvez, à existência de uma *opinião dominante* e, arriscamos dizer, colaborando para a conformação de um *consenso*.

Fugindo de limitações que o estudo da *opinião pública* pode trazer, é fundamental, baseando-se em Laborie, tentar compreender o imaginário social, e mais: a opinião pública dentro desse imaginário. Possibilita-se, com isso, um conhecimento mais amplo e, assim, a oportunidade de conhecermos as identidades e a possibilidade de melhor se trabalhar com a opinião pública. É isso que permite conciliar opiniões tão dispares na sociedade.

Isso implica na relação com as fontes selecionadas para a investigação. Na verdade, o que deve incidir sobre as fontes é o olhar baseado no que está em pauta, não as definindo de modo uniforme. E é essa a metodologia para a investigação das fontes aqui utilizadas. Mais do que ler jornais, é necessário articular e consultar outras fontes, buscando empreender “uma análise de conteúdo, que permite obter pelo menos uma fisionomia exata do conteúdo dos jornais”.¹³ E, juntamente com isso, dialogar com a variedade de fatores que circundavam ou ainda circundam a conjuntura.

¹² LABORIE, Pierre. "De l'opinion publique à l'imaginaire social", in *Vingtième Siècle*. Année 1988, vol. 18, n. 18.

¹³ ABREU, op.cit., 2000.

A partir dessa perspectiva, voltamos o olhar para os periódicos já citados e percebemos que havia de fato uma opinião formada em torno do assunto “luta armada” e, mais especificamente, sobre quem a praticava. No que diz respeito às militantes, reparamos que havia um peso maior em sua caracterização, o que igualmente expressa uma opinião.

Sobre a participação feminina, vemos que as militantes quase sempre apareciam nos jornais acompanhadas de homens:

Denise Peres Crispim, que vivia **amasiada com Eduardo Leite**.¹⁴
(Grifo meu.)

As palavras em negrito designam uma caracterização tendenciosa e negativa, no intuito de macular a imagem dessa mulher – processo pelo qual passou a maioria das militantes citadas nas reportagens, ao serem sempre taxadas de “amantes” ou “amásias”. Tais termos possuíam alto teor negativo para os indivíduos na sociedade – já que não eram favoráveis à ideia de uma parcela do sexo feminino se engajar em tais atividades, consideradas subversivas e incondizentes com o papel socialmente estabelecido para as mulheres, as quais não deveriam sair de seus lugares naturalmente concebidos (como o lar) e se envolver com lutas políticas. Tal “assunto e espaço” era designado aos homens, os quais ocupavam o mais alto status na hierarquia social.

Assim, a condição de “amante” aparecia como fundamental. Dessa maneira, fica assinalada a característica “desviante” dessas mulheres. Não eram tratadas ou vistas como sujeitos, mas como objetos, cuja maior “propriedade” seria a promiscuidade e não suas reivindicações.

Para além do predicado de “amante”, os periódicos recorriam a outros vocábulos quando se referiam às “guerrilheiras” em suas páginas, não deixando de fazer transparecer o intuito de depreciação. Palavras como “subversiva”, “terrorista” e “comunista” apareciam constantemente no início das informações sobre elas. O emprego destes termos caracterizava a visão dos órgãos da grande imprensa, que tinham como objetivo chamar a atenção para “essas qualidades” e, assim, desqualificar suas ações (políticas), *descaracterizando* a luta armada.

No diálogo que a imprensa sustenta com a opinião pública, é de suma importância a realização dessa “metodologia” de informação que a primeira emprega em relação às militantes. Essa “metodologia” tem um peso ao se tornar pública, pois, seguindo a mesma linha dos autores Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, que é

¹⁴ Jornal *Folha de S.Paulo*; reportagem de 8 de dezembro de 1970; p. 5.

citada por Beatriz Kushinir em seu livro *Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*,¹⁵ fica contundente a ideia de que “ao sair na imprensa, passava a pesar muito a ideia de que, ‘se deu no jornal, então, é verdade’”.¹⁶ Dessa forma, é complexo o *jogo* que a grande imprensa fazia em relação aos valores e referências usados para com essas mulheres e divulgados para o público, o qual consumia esses periódicos por alguma razão. Pode-se, no caso, pensar em identificação. Assim, poderia existir a chance de o grupo social acabar por *assimilar* tais caracterizações, já que algumas vezes era difícil dissociar a *verdade* dos jornais de suas matérias jornalísticas.

Claro que não se pode falar em manipulação necessariamente, visto que esta é uma questão densa e que a relação *jornal-público-sociedade* é uma via de mão dupla, na qual em algum momento há uma identificação entre as três esferas. Todavia, não se pode negar a força (política, econômica e social) que a imprensa exerce perante a sociedade, muitas vezes por meio das opiniões e visões inseridas nas notícias.

A circulação dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* – no período de 1968 a 1971 – marcou a divulgação de uma determinada *mentalidade* concernente àquela época. É importante ressaltar que a grande imprensa caracteriza-se como uma fonte histórica, que apresenta uma sistematicidade, tiragem, estrutura financeira e um público. O padrão de notícias está baseado na cobertura de acontecimentos diários. Entretanto, é uma fonte que mostra muito das ideias e da visão de mundo dos grupos que representa – nesse caso, identificados como *grupos de direita*.

Essa aproximação de muitos jornais com a ideologia representada pela *direita*, que transparecia em suas reportagens políticas, deve-se muito ao fato – muito bem explorado por Beatriz Kushinir através de Bernardo Kuscinski – de haver então uma “identificação plena dos proprietários dos jornais com os objetivos da represa – e, portanto, de um virtual colaboracionismo”.¹⁷ Configura-se, então, uma própria dinâmica interna na empresa que estabelecia por ela mesma – embora haja consciência da existência da censura perpetrada pelos órgãos do governo – as regras e as formas de se fazer jornalismo, tornando-a pública para a sociedade.

Demonstra-se, assim, que para além dos problemas relativos à liberdade de

¹⁵ KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

¹⁶ MIRANDA E TIBÚRCOP. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999. Pp. 50-3. Apud Kushinir, op.cit., 2004, p. 291, nota 132.

¹⁷ KUSCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Scritta, 1991, apud KUSHINIR, op. cit., 2004, p. 48, nota 36.

expressão e seu tolhimento, os periódicos estipulavam e estabeleciam valores e referências porque sua “parte interna” estava de acordo, segundo a fala desses autores citados, com o que era instituído pelo governo. A posição dos proprietários – e até de muitos jornalistas, como Kushinir demonstrou – de serem partidários do regime autoritário remete a uma identificação com sua ideologia e suas atitudes, as quais vão se refletir nas páginas jornalísticas por meio do teor das reportagens e no descrever e na caracterização da notícia.

Isso implica, além de uma hierarquização de poder – a partir do momento em que os donos dos periódicos determinavam as diretrizes de sua empresa de acordo com suas convicções e o editor e os funcionários tinham de segui-las –, uma forma de agir conforme os interesses desse grupo social e dos partidários dos mesmos. Inclui-se aí, na maioria dos casos, os próprios jornalistas, com suas intenções e opiniões, os quais não poderiam diferir muito do empregador, caso contrário não trabalhariam para tal empresa.

Tendo isso em vista, é válido afirmar que, ao agir dessa maneira, a imprensa deixava de realizar algumas de suas funções primordiais, como afirma Mino Carta, calcadas na busca pela verdade e em fomentar o espírito crítico.¹⁸ Ao noticiarem as versões dos órgãos policiais e de repressão, sem buscarem uma segunda versão, como mostrou Abreu, estipulavam uma única visão como a correta – a da repressão – e a corroboravam, atestando-a como *verdade absoluta*. Apesar de esse conceito ser muito questionado, a “busca pela verdade” não se configurava então, ou seja, não havia o interesse de procurar a *verdade*, ou seja, de agir da forma ética e moral que condizem com os preceitos jornalísticos.

Isso também se aplica à questão de “fomentar o espírito crítico”. Como seria possível afirmar – e conseguir – que a grande imprensa na maioria das vezes, em questões políticas, executava tal tarefa? Seria seu “espírito crítico”, apesar de os jornais estarem sujeitos à censura – e com isso, de certa forma, dificultava-se a expressão e formação da crítica –, refletir nas reportagens desses periódicos uma – *única* – visão e opinião, na maioria das vezes, descrita como “expressão da sua criticidade”? Dessa forma, a grande imprensa não oferecia abertura ou margem para a ponderação ou manifestações de outros tipos de concepções e visões. Assim, ao final, não estimulava esse espírito crítico. Isso ocorria principalmente devido à força da ideia fixa de que o que saía no jornal era a *verdade* e não poderia haver discussão ou discordância. Como apontado anteriormente: se algo fora publicado, era porque havia fundamento.

Tal perspectiva pode ser enxergada nesse tipo de imprensa também nos te-

¹⁸ KUSHINIR, op. cit., 2004, p. 214.

mas envolvendo mulheres na luta armada. Ao (des)qualificá-las em suas reportagens, acabava-se estabelecendo uma suposta verdade em vez de gerar discussão na sociedade, ou de estimular a visão crítica. Simplesmente as taxavam conforme suas designações – particulares e empresariais –, não abrindo espaço para se “pensar” de outra forma.¹⁹

Dessa maneira, a grande imprensa partilhava de uma *opinião pública* – sobre as militantes das esquerdas revolucionárias – colaborando como essa maneira de ver influía na realidade, a qual está inscrita em um tempo delimitado.

Entretanto, não se pode descartar o caráter de persuasão que essa mesma grande imprensa exerce em sua sociedade. Apesar de não fabricarem a *opinião pública* ou de não ocorrer simplesmente uma manipulação pura, os jornais, como afirma Abreu, “compõe-se de bens simbólicos, que contribuem para formar opiniões e alterar comportamentos de determinados segmentos social ou nacional”.²⁰

É a este ponto que temos de nos ater. Não na questão da manipulação, mas na problemática da *persuasão* — melhor palavra para definir a relação imprensa-sociedade não há. Nesse sentido, podemos entender a grande imprensa como um instrumento de poder, no qual o discurso utilizado exerce grande função.

Neste caso, nota-se, ainda de acordo com Abreu, que a “modalidade discursiva, mais do que a narrativa, determina o campo semântico da notícia”.²¹ Ou seja, além da narrativa efetuada no decorrer da reportagem, o que mais se sobressai são as formas de destacarem algum fato ou personagem. Feitos geralmente por legendas ou chamadas, normalmente implicam uma classificação ou chamada demarcando o sentido e a semântica da notícia.

Embora as palavras claramente demonstrem um teor ideológico, cheias de valores e referências, a postura ideológica nunca é assumida de fato pela grande imprensa. Apesar dos termos utilizados – nesse caso, muitos deles negativos, como “amantes”, “amasias”, “terroristas”, “subversivas”, “comunistas” etc –, o caráter

¹⁹ Contudo, é importante dizer que nem todos compartilhavam dessa dinâmica ou forma de agir e que a sociedade aqui não é encarada como simples locus de manipulação acrítica. É fato que existiam indivíduos que não acreditavam em tudo o que era publicado na imprensa, nem se identificavam com tais visões. A sociedade – e os indivíduos pertencentes a ela – tinha suas próprias opiniões e visões e também era possível discordar ou tentar criticar a forma como era feito o jornalismo no país. A sociedade não simplesmente “engolia” o que era noticiado, embora muitos se identificassem com os jornais. Frisa-se, entretanto, que o intuito deste artigo é refletir sobre os olhares e opiniões acerca da grande imprensa em relação às militantes das esquerdas revolucionárias e não averiguar se isso acarretava ou não em manipulação da sociedade.

²⁰ ABREU. Op. cit., 2000. P. 198.

²¹ Idem, p. 226.

parcial é subentendido, não se podendo dizer que era algo velado totalmente.

A “grande imprensa” não abre mão da *postura* da imparcialidade da narrativa, por isso não assume publicamente (*abertamente*) sua posição partidária, sendo esta percebida assim, nas “entrelinhas”.²² Difere-se assim da imprensa partidária, a qual, em comparação com a grande imprensa, tem como uma diferença em relação à grande imprensa “o fato de o jornal partidário assumir uma posição ideológica e abrir mão da ideia de imparcialidade da narrativa”, segundo Abreu.²³

Mas os sinais estão presentes. A interpretação do olhar que a grande imprensa possuía acerca das militantes é baseada na tarefa de observar os usos, por exemplo, de adjetivos e substantivos que contribuíram para formar um valor – em grande parte depreciativo – das mulheres militantes da luta armada. Utilizavam-se palavras negativas para elas, sim, além de um tom de desvio e conotação sexual. A caracterização negativa que essas mulheres recebiam está circunscrita em um momento político peculiar pelo qual a sociedade brasileira passou, e não é exclusiva a esse caso ou a esse grupo. Dizia respeito a tudo o que envolvia o universo da luta armada. É interessante notar como o uso desses termos sobrepõe-se à censura, sendo utilizados por vontade própria do jornal.

Sobre isso, Abreu conclui que o jornal *O Globo* foi o primeiro a empregar o termo “terrorista” em suas matérias para se referir à luta armada. O sentido dado era o de “ladrão”, “assaltante”, “criminoso”, transferindo o teor policial para o campo político, ou seja, uma construção tendenciosa. Isso foi feito, de acordo com o autor, em 1966, antes da instituição oficial da censura.

Abreu mostra ainda como as reportagens (supostamente) políticas sobre a luta armada ou sobre o regime vigente, por exemplo, figuravam nas páginas policiais, com o intuito de associar esses temas – principalmente a luta armada e seus participantes – a crimes comuns. A cobertura tornava-se, então, policial.

Dessa forma, muitas foram as palavras usadas com conotação policial. Representavam, além do teor negativo e desviante, algo perigoso e nocivo à sociedade, como sinônimo de criminoso, ladrão.

Os termos mais comumente empregados, os quais faziam parte da dinâmica acima e, recorrentemente apareciam nas reportagens, eram: “terroristas”, “subversivas” e “comunistas”, como mostrado previamente. Em relação às mulheres militantes, além do sentido criminal, havia a aplicação de vocábulos que diziam

²² A palavra encontra-se entre aspas pois não se pode falar realmente na postura de “entrelinhas”, haja vista que a visão, opinião e posição do jornal podem ser percebidas pelos usos de palavras, referências, valores e vocábulos utilizados nas reportagens.

²³ ABREU. Op. cit., 2000, p. 215.

respeito ao comportamento, à *moral* e aos *bons costumes*. Existem, então, duas classificações: a política – “policialesca” – e a moral, da qual “amantes” e “amásias” eram recorrentes. Esses olhares assumiam um tom de naturalidade junto ao público leitor da grande imprensa, que, por sua vez, ao apresentar uma só versão dos acontecimentos, infringia as regras do jornalismo por afastar-se de sua suposta objetividade. As palavras usadas se completavam, portanto, com o lugar em que as matérias apareciam, como vimos anteriormente.

Abreu afirma que o uso dos vocábulos tem um significado próprio de acordo com o momento utilizado:

As palavras são vazias de sentido. Ganham seu peso, seu lugar social, de acordo com o uso e a apropriação que os sujeitos fazem dela. Remetem a um conceito, situado historicamente no tempo e no espaço.²⁴

Ainda sobre as referências utilizadas, o autor afirma que somos nós que emprestamos o significado às palavras, as quais definem algo de acordo com nossas intenções. A partir, portanto, dessa dinâmica empreendida pela grande imprensa, recorrendo à linguística e ao discurso, Abreu refere-se à “guerra psicológica”²⁵ travada então. Como instrumento de poder e exercendo certa influência e pressão na sociedade, a imprensa estava em vantagem nessa guerra. Aliada ao regime, iria trabalhar valores e referências presentes na sociedade.

O repertório de termos usados pelos repórteres mostra certo engajamento, radicado pela ideologia desses profissionais. Tal afirmativa pode ser corroborada, principalmente, pelo fato de os jornais aqui citados nunca, de acordo com Abreu, terem sofrido a visita de censores. Não havia censura nas redações de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*. Esta era feita pela própria linha editorial do jornal, identificada com o regime vigente. Trata-se de autocensura,²⁶ mas não no sentido de trabalhar com o que seria ou não cortado e editado da reportagem, e sim de utilizar a correta forma de relatar os acontecidos e descrever os agentes.

Assim, pode-se falar que as qualificações contidas nos textos jornalísticos publicados eram obra dos próprios jornais e não ordens de um órgão exterior a eles, como os de censura. Com isso, a associação, por parte do leitor, desses “atos

²⁴ ABREU. Op. cit., 2000. P. 150.

²⁵ Expressão utilizada pelo jornalista João Batista de Abreu, tanto em seu livro (*Mano-bras...*, op. cit., 2000) quanto em uma mesa de debate realizada na Livraria Da Travessa do Ouvidor no dia 29 de março de 2010.

²⁶ Para melhor esclarecimento ver: KUSHINIR. Op.cit., 2004.

políticos” com a violência criminal era imediata.

Os jornais estão longe, portanto, da suposta objetividade a eles atribuída, intervindo de diferentes formas na narrativa publicada. Para além disso, existe o recurso da “repetição” – de termos, valores, referências, reportagens, opiniões etc. –, a qual é sucessivamente aplicada de forma que, de acordo com Abreu, produza “uma nova referência, que numa sociedade autoritária torna-se facilmente hegemônica”. Entretanto, o autor reconhece que isso não significa uma postura passiva do leitor.²⁷ Nesse momento, cabe a ele absorver ou não as referências produzidas pela realidade da grande imprensa.

Como *locus* de poder, a grande imprensa intervém social, política e economicamente. Sua intervenção é contundente a partir da utilização adequada das palavras, provocando, de acordo com Abreu, a atribuição de um peso ao lugar social de um grupo ou de pessoas. A relação simbólica do relato privilegiado apreende em uma função de “rótulo”, implícita na comunicação entre imprensa e sociedade.

No diálogo que a grande imprensa sustenta com a opinião pública, portanto, há manifestações de ambas as partes. Assim, a relação com a imprensa, em determinados momentos e situações, implica em ambiguidades, lembrando que a opinião pública, de acordo com Jacques Becker, possibilita observar a reação imediata – da própria opinião – do acontecimento num tempo delimitado, como também, permite estudar como a maneira de ver influi na realidade. Há, então, uma via de mão dupla entre as duas esferas.

Os periódicos, por conseguinte, servem como fonte para o questionamento e a elucidação de aspectos importantes da realidade histórica. No caso brasileiro, em uma conjuntura peculiar, contribuem para a investigação de valores e referências enraizados na sociedade, conjugada com a ambígua *opinião pública* e suas influências e repercussões. Ao exprimirem suas visões e olhares, jogam à *luz da cena pública* sua posição em relação ao tema abordado. Colocam-se, portanto, no sentido oposto da imparcialidade e aproximam-se da postura de colaboração com o poder vigente.

²⁷ ABREU. Op. cit., 2000, p. 144.

A Corneta, a Opinião e a Nação: sobre jornais e comunicados na Argentina de junho de 1975 a março de 1976

Marina Maria de Lira Rocha*

Quando o peronismo retornou ao poder nos anos 1970, depois de 18 anos de proscricção, a Argentina já não era a mesma, os argentinos não eram os mesmos, o peronismo se desdobrava em correntes que não eram as mesmas e até Perón havia mudado.

O país tinha passado por uma ditadura militar cujo objetivo maior era eliminar o peronismo, que ganhara espaço, principalmente entre os trabalhadores, desde os anos 1940. Nos anos 1960, em toda a América Latina, desenrolaram-se lutas políticas e resistências diante de uma nova realidade que era buscada tanto por meios legais quanto por meios clandestinos, fossem pacíficos ou violentos. Na Argentina, três principais movimentos haveriam de influenciar o contexto daquele país: a Revolução Cubana, com seus traços de rompimento com o imperialismo norte-americano por meio da luta guerrilheira, os movimentos revolucionários da Igreja contra a pobreza, que atraíram jovens católicos dispostos a acabar com a desigualdade econômica e social, e o peronismo, que agregou grande parte dos trabalhadores (“*cabecitas negras*”) na luta pela justiça social.¹

Naquele cenário, entre a restrição militar e a liberdade dos novos movimentos sociais, a população haveria de sofrer com prisões, censuras e negações do governo, que não permitia nem mesmo mencionar os nomes de Evita e Perón. Em finais dos anos 1960, iniciou-se a resistência ao autoritarismo dos militares e a reivindicação do retorno de Perón ao poder como figura capaz de integrar as forças opostas daquela sociedade.

Dessa forma, os peronismos multiplicaram-se. As organizações, dentro daquela ideologia, elaboravam suas propostas para o país desde o nacionalismo de direita até o chamado peronismo de esquerda. E Perón, no exílio espanhol, alimentava tais proposições discursando para uns e para outros, dando apoio para ambos os extremos e para aqueles que estavam entre eles.²

* Mestranda da Universidade Federal Fluminense sob orientação do professor Norberto Ferreras. Pesquisa financiada pela CAPES/PROEX.

¹ LANUSSE, Lucas. *Montoneros*. El mito de los 12 fundadores, Buenos Aires, Ediciones B Argentina S.A., 2005.

² SIGAL, Silvia & VERÓN, *Perón o muerte*: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista, Buenos Aires, Eudeba, 2004.

A saída dos militares foi chamar as eleições pelo *Gran Acuerdo Nacional* (GAN), segundo o qual Perón estaria proibido de ser candidato à presidência do país, mas o peronismo poderia retornar à concorrência. Essa opção levou ao governo, com a maioria dos votos, Héctor Cámpora, delegado pessoal de Perón, cuja campanha afirmava “Cámpora no governo, Perón no poder”. Este personagem tradicional do peronismo, chamado pela sua juventude de “*el tío*”, representava a esquerda do movimento e logo em seus primeiros dias tratou de liberar os presos políticos e colocar representantes dos movimentos de esquerda nos postos da administração pública. Perón, desgostoso com a atitude, temendo a retaliação da direita e assistindo a uma proposta política que convulsionava as massas e que não era sua intenção para o país, preparou seu retorno à Argentina.

Sua volta foi marcada pelo massacre no aeroporto de Ezeiza. Em 20 de junho de 1973, Perón, sua mulher Isabelita e seu secretário pessoal López Rega iriam pousar naquele aeroporto, em meio a uma festa de recepção preparada pelos militantes. No entanto, antes de chegarem, membros da direita peronista sob o comando do próprio secretário, que tinha um conhecido plano de eliminação dos “infiltrados” no movimento, foram à recepção armados e abriram fogo sobre a esquerda, principalmente a *Juventud Peronista* e os *Montoneros*. Houve ali um número de 13 mortos e centenas de feridos. Perón, que desviou seu pouso ao aeroporto de Morón, condenou publicamente a atitude, mas não puniu os responsáveis pela ação.³

Mesmo assim, era sua figura o que ainda unificava os movimentos, e, após a renúncia de Cámpora, com apenas um mês e 23 dias no poder, abriu-se a possibilidade de o general voltar à presidência, com sua mulher (María Estela Martínez de Perón ou Isabel Perón) como vice.⁴ Em 12 de outubro de 1973, Perón assume a presidência e declara “guerra” aos subversivos e àqueles que se “diziam peronistas, mas vestiam outras camisas”, defendendo sua posição à direita do movimento e rompendo com muitos daqueles que o ajudaram a retornar ao poder.⁵

Sua morte, em 1º de julho de 1974, abriu caminho para o governo de Isabel e seus aliados políticos, dos quais o mais importante era o “místico e sinistro” López Rega. Mentor espiritual da presidenta, que a convenceu de estar no plano terreno para reassumir a posição de Evita e terminar sua obra, Rega foi seu maior conselheiro e a grande influência no governo. É conhecido essencialmente por suas estratégias de violência para eliminar a oposição, organizando, inclusive, a maior

³ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*, Buenos Aires, Grijalbo S.A., 1998.

⁴ Isabel foi escolhida depois de muita divergência e sob muita oposição da esquerda peronista para assumir o posto de vice-presidente. Por outro lado, era ela a pessoa mais próxima e confidente de Perón.

⁵ Marcelo Larraquy, *López Rega: El peronismo y la Triple A*, Buenos Aires, Punto de Lectura, 2007.

rede clandestina de repressão aos “inimigos” do peronismo ortodoxo: a *Triple A – Alianza Anticomunista Argentina* –, responsável por sequestrar e assassinar muitos militantes e sindicalistas na época.⁶

Os quase dois anos do governo de Isabel foram marcados pela confusão de políticas, trocas de ministros, disputas por influência, muitas manifestações de trabalhadores e empresários, corrupção e repressão. O ano de 1975 foi apontado como um dos mais violentos na história do país em democracia, onde se percebia o crescimento da violência política com seus exércitos revolucionários, onde se perpetuou uma caçada oficial aos “inimigos” por meio de legislações e operativos que davam maiores poderes às Forças Armadas e de Segurança, e onde se deu a repressão ilegal. Todas essas ações permitiram à população observar o vazio de poder e a incapacidade de controle do governo, conformando certo consenso sobre a necessidade de mais uma intervenção dos militares, que se deu em março do ano seguinte.

Esse contexto do Terceiro Peronismo, principalmente sob a direção de María Estela, foi retratado pelos jornais de grande circulação de forma enfática, dramática e trágica. Esses tipos de jornais, como o *Clarín*, o *La Opinión* e o *La Nación*, possuíam posições claras e específicas em relação ao peronismo e dimensionavam as posições econômicas, políticas e sociais do governo, promovendo e repetindo alguns discursos sobre aquela realidade e tentando influenciá-la de acordo com suas ideologias.

Da mesma forma, publicavam-se nesses veículos, em espaços destinados a propagandas, comunicados que procuravam analisar a realidade do país, com opiniões e propostas políticas para o futuro dos argentinos. Denominados *solicitadas*, estes escritos eram frequentes na época e explícitos em suas formas, uma vez que estavam separados das matérias, assinados por organizações políticas ou sociais, e sob títulos que chamavam a atenção da opinião pública. Dessa maneira, as organizações que compravam tais espaços de propaganda procuravam interferir tanto no contexto macro da sociedade como no contexto micro do próprio jornal.

O presente artigo propõe-se analisar o papel desses jornais na sociedade e suas relações com a mesma, com o poder e com a economia do país. É nosso objetivo considerar como se formaram e, conseqüentemente, como elaboravam as apreciações sobre aquele período e, a partir de então, verificar também as *solicitadas* e suas ligações com o periódico e o público a quem se destinavam.

O grito na corneta: o jornal *Clarín*

⁶ JANZEN, Ignacio González. *La Triple A*, Buenos Aires, Contrapunto, 1986.

O logotipo do bonequinho segurando uma corneta, como se fosse anunciar algo, expressa, voluntária ou involuntariamente, a própria história do jornal *Clarín*. Tal como o personagem desejoso de ser escutado, este periódico desenvolveu-se a partir da expectativa de tornar-se um dos grandes enunciadores das opiniões da classe média argentina. Sendo hoje um dos maiores grupos de comunicação da América Latina,⁷ o *Clarín* começou como um empreendimento pequeno que, ao longo do tempo, construiu uma ideologia própria e acumulou um enorme poder econômico.⁸

Diariamente publicado para a capital e grande Buenos Aires, o jornal foi criado por Roberto Noble, nos anos 1940. Desde a década seguinte, ele passaria a ser o quarto jornal mais lido do país, logo atrás dos diários *La Prensa*, *La Razón* e *La Nación*.

O veículo que ocupava então a primeira posição desse ranking seria proibido e confiscado pelo governo peronista daqueles anos, auxiliando na passagem da publicidade, dos comunicados e do próprio público do *La Prensa* para o *Clarín*, o que o transformou em um grande potencial econômico. E mesmo depois do retorno do *La Prensa* ao cenário argentino, sob a influência da *Confederación General del Trabajo* (CGT), essa transmutação já havia se consolidado, pois a classe média não se identificava mais com o *La Prensa*, preferindo ler e publicar no periódico de Noble.

Em 1969, o proprietário do *Clarín* morre e o jornal é assumido por Ernestina Herrera de Noble, viúva de Roberto. Chamada entre os jornalistas de *La Viuda* ou *La Directora*, Ernestina procurou, no primeiro ano pós-morte de seu marido, estudar e entender as propostas dele com a publicação e para o país. Desse modo, o jornal ficou sob a direção dos membros do *Movimiento de Integración y Desarrollo* (MID), Frondizi e Figerio, e apenas no ano seguinte foi assumido de maneira prática por Ernestina, que o declarou como um projeto do desenvolvimentismo.⁹

Apesar da influência do MID sobre o jornal, o *Clarín* mostrou-se “complacente” com o peronismo, durante seu terceiro momento, principalmente com o governo Cámpora e os meses iniciais de Perón. Não se mostrava nem peronista tampouco antiperonista e, assim, assinava o Contrato de Leitura com a classe média e profissional do país.¹⁰

⁷ O *Grupo Clarín* possui a maior operadora de televisão a cabo da América Latina, é proprietário da revista esportiva *Olé*, do periódico *La Razón*, do canal 13 de televisão aberta na Argentina, do canal de notícias TN, das rádios Mitre e FM100, entre outras propriedades no meio.

⁸ LLONTO, Pablo. *La Noble Ernestina: El misterio de la mujer más poderosa de Argentina*, Buenos Aires, Punto de Encuentro, 2007, p.33.

⁹ Ibid. p.101-102.

¹⁰ O Contrato de Leitura seria a produção de discursos de periódicos relacionados ao seu

Logo nos primeiros anos da década de 1970, suas tiragens cresceram, publicando-se em média 360 mil exemplares por dia. E, apesar do crescimento do *La Opinión*, que na mesma época publicava cerca de 100 mil exemplares diários, o *Clarín* ainda era o preferido daquele público.¹¹

Contudo, a posição conivente com a política peronista iria modificar-se em 9 de setembro de 1973. Neste dia, o grupo armado *Ejército Revolucionario del Pueblo*, em sua fração chamada de 22 de Agosto (ERP-22),¹² sequestrou o advogado Bernardo Sofovich em troca de uma publicação da organização naquele periódico. O aceite dessa troca desenrolou a revanche da direita sindical peronista, que ateou fogo na redação do diário, rejeitando o espaço aberto para publicações contra o peronismo ortodoxo e acusando o jornal de cúmplice de sequestradores. Depois do episódio, a política do jornal estabeleceu o rompimento com o peronismo, admitiu delegados sindicais e decidiu não tratar, em suas páginas, de temáticas sobre grupos considerados violentos.¹³

Neste sentido, *Clarín* modificou seu discurso e passou a atacar o governo, acusando-o de ilegitimidade e falta de controle da situação. Entre as temáticas das matérias estavam a crise econômica, as greves e paralisações dos trabalhadores, que freavam a produção do país, a violência política e a falta de repressão aos ditos “subversivos”. Meses antes do golpe, o jornal fez alianças políticas com os militares e passou a apoiá-los, anunciando-os como aqueles que iriam resgatar a Argentina do caos.

Neste período, os espaços do periódico destinados à publicação de comunicados eram textos majoritariamente de organizações de trabalhadores e profissionais que destacavam a crise econômica e política nas análises da realidade. Pelo fato de o jornal estar direcionado a uma classe média profissional, essas *solicitadas* eram também direcionadas à classe, muitas delas defendendo o governo peronista e indo de encontro ao discurso retratado naquele diário. A violência, a maior referência nos escritos, tornava-se parte de um argumento pela defesa do peronismo, das lutas trabalhistas e da questão da luta entre classes. Logo, o que nas reportagens anunciava a ilegitimidade do peronismo, na maioria dos comunicados pu-

público alvo. É uma relação de dependência e identificação, pela qual quem os lê e quem os produz estão em comum acordo sobre o que será escrito. VERÓN, Eliseo. “Prensa Gráfica y teoría de los discursos sociales: producción, recepción, regulación”. In: *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires: Gedisa, 2004, p.193-211. VERÓN, Eliseo. “Cuando leer es hacer: la enunciación en el discurso de la prensa gráfica”. In: *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires: Gedisa, 2004, p.171-183.

¹¹ LLONTO. op. cit. p.123-136.

¹² Esta fração do ERP reivindicava-se marxista, mas, ao contrário do movimento que o originou, apoiava o governo de Cámpora e a *Frente Justicialista de Libertación* (FREJULI).

¹³ LLONTO. op. cit. p.133-143.

blicados no *Clarín* era discutido como uma tentativa de acabar com o movimento peronista e estimular o caos para justificar uma intervenção.¹⁴

Depois do golpe, *Clarín* passou a reproduzir o discurso oficial.¹⁵ Em dezembro de 1976, conseguiu, conjuntamente ao *La Nación* e o *La Razón*, comprar da família Graiver a empresa *Papel Prensa*, fabricante de papel-jornal, o que possibilitou um maior crescimento econômico de seu Grupo.¹⁶

A ligação do jornal com a ditadura, no entanto, vai além de questões econômicas: a diretora do *Clarín*, Ernestina Herrera, é suspeita de apropriar-se de filhos de desaparecidos políticos. Segundo Ernestina, em 13 de maio de 1976, ela apresentou-se diante do Juizado de Menores de San Isidro para denunciar que uma menina havia sido deixado em sua porta, numa caixinha de papelão, e, portanto, solicitar a guarda do bebê. Enquanto cuidava dos trâmites desta adoção, ela alegou que outra criança havia sido deixada à porta da juíza que cuidava de seu caso. Compadecida pelo menino abandonado, Noble decidiu adotá-lo também.

Alguns anos depois, movida pelo desejo de vingança por não haver recebido de Noble os devidos honorários de uma causa, a mulher do advogado Emilio Janján abriu um processo alegando irregularidades nas adoções das crianças. Faltavam nos casos de adoção menções sobre a maternidade, a paternidade, o lugar de nascimento e o número de registro de pessoas nos documentos dos meninos, além de haver um desacordo entre depoimentos das testemunhas.¹⁷

Suspeita-se de que a menina Marcela seja Matilde Lanuscou. A família Lanuscou foi assassinada na localidade de San Isidro, no dia 3 de setembro de 1976, por um comando do Exército destinado a destruir uma casa operativa da *Columna Norte* dos *Montoneros*. Na casa encontravam-se os três filhos de Amélia Bárbara Miranda e Roberto Francisco Lanuscou: Roberto, de 6 anos, Bárbara, de 4, e Matilde, de 6 meses.¹⁸ Em 1984, uma testemunha, que dizia haver visto os militares levarem

¹⁴ ROCHA, Marina Maria de Lira. "Solicitando ao Pueblo Argentino: Antagonismo de classes e contendas entre trabalhadores e empresários nos comunicados da imprensa". Beatriz Kushnir (Org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói: EdUFF, 2009, p.123-140.

¹⁵ BLAUSTEIN, Eduardo & ZUBIETA, Martí. *Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el proceso*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

¹⁶ A família Graiver padecia com a iliquidez do Grupo Graiver e foi convencida a vender a empresa, depois da misteriosa morte de seu proprietário, o banqueiro David Graiver, em um acidente de avião. David guardava em seu banco o dinheiro de sequestros realizados pelo grupo armado *Montoneros*. Para a história de David Graiver, ver: GASPARINI, Juan. *David Graiver: El banco de los montoneros*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2007.

¹⁷ LLONTO. op. cit. p.39-65.

¹⁸ Marisa Sadi narra o caso, rompendo com determinados paradigmas da versão oficial sobre o operativo que resultaria em tais mortes e formulando hipóteses sobre a referida casa, a

a menina com vida, depôs sobre os fatos e possibilitou a exumação dos corpos dos cinco membros da família. No caixão do bebê, encontrou-se apenas “um urso de pelúcia rosa, umas pequenas meias brancas e uma chupeta”.¹⁹

Já o menino Felipe é suspeito de ser filho de María del Carmen Gualdero, sequestrada grávida em 8 de junho de 1976 e cujo paradeiro é ainda desconhecido. Seu pai, Ernesto García, já havia sido assassinado em 1975. Supõe-se que seu filho tenha nascido em finais daquele mesmo mês de junho, em cárcere clandestino.

Tais casos, todavia, seguem na Justiça...

A partir da ditadura militar, o poderio econômico de *Clarín* cresceu, e, conseqüentemente, aumentou também sua ligação com o poder político e sua influência neste cenário. Passou, então, a creditar a si a qualificação de que “ninguém governaria com o *Clarín* na oposição”.²⁰

Até a recente contenda, iniciada em 2008, com o setor agropecuário, ao qual o vice-presidente – Héctor Magnetto – e os principais acionistas do Grupo pertencem, “nem os mais indóceis habitantes da Casa Rosa [os Kirchner] atrever-se-iam nomeá-lo como inimigo”.²¹ Mas, a posição governamental em relação ao gado argentino gerou sua reação de “guerra” contra o casal Kirchner, denunciando desde as atitudes políticas até as posturas pessoais dele. Cristina, por sua vez, teve a oportunidade de voltar ao caso dos filhos adotados, de denunciar Noble, de tirar-lhe a concessão do Canal 13 e de acusar os donos do *Grupo Clarín*. Nessa época, falou-se em democratização da informação, em investigar a *Papel Prensa*, em acabar com as fusões de empresas de comunicação, em promover exames de DNA em Marcela e Felipe e etc. Falou-se sobre muitas coisas há muito tempo caladas. No entanto, a opção foi recuar desta batalha, pois na disputa pós-ditatorial entre meios de comunicação *versus* presidentes, os primeiros sempre saíram vencedores. Assim, o “quase desafio de acabar com o poder do *Clarín*” foi repensado e instituiu-se um acordo, principalmente sobre o caso da apropriação dos meninos.²²

militância da família, a denúncia da presença dos “subversivos” naquela região, o planejamento e a ação de repressão. Para mais informações, ver: SADI, Marisa. *El caso Lanuscou*: Columna Norte la otra historia. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2009.

¹⁹ Ibid. p. 118.

²⁰ LLONTO. op. cit. p.21.

²¹ Ibid. p.21. Tradução da autora.

²² Determinou-se realizar os exames de DNA e compará-los aos dos pais suspeitos, não com todo o banco de dados dos desaparecidos. Mas a Justiça, neste caso, segue a passos lentos. Pablo Llonto, *La Noble Ernestina: El misterio de la mujer más poderosa de Argentina*, Buenos Aires, Punto de Encuentro, 2007, p.17-37. Nos últimos dias de setembro de 2010, o governo de Cristina Kirchner, por intermédio do secretário de Direitos Humanos Eduardo Luis Duhalde, apresentou uma denúncia de desapropriação ilegítima da fábrica *Papel Prensa* do *Grupo Graiver* ao juiz federal de La

Uma opinião sobre o poder: o jornal *La Opinión*

O jornal *La Opinión* foi fundado em 1971 pelo jornalista Jacobo Timerman e iria durar apenas seis anos daquela década. Foi pensado para ser um empreendimento de comunicação voltado para a direita em economia [liberal e desenvolvimentista, ligada à burguesia nacional], centro em política [apoiando a democracia, alguns movimentos de esquerda e setores legalistas das Forças Armadas] e esquerda em cultura [para inovar e dedicar-se a um público jovem e intelectualizado].²³

Inspirado no francês *Le Monde*, o *La Opinión* era publicado sem fotografias, com muito texto de alta qualidade e informação, títulos inteligentes e linguagem sem eufemismos. Assim como o jornal que lhe inspirou, saía todos os dias, com exceção da segunda-feira, para não publicar o suplemento de esportes, diminuindo assim os gastos com contratações de jornalistas especializados, além de cortar a própria temática, considerada não adequada ao tipo diário.

Seu público-alvo era uma classe média intelectualizada, que compraria o jornal para complementar sua leitura diária, e os jovens que não se identificavam com nenhuma das opções existente naquele momento. Dessa forma, o jornal circulava em Buenos Aires, La Plata e Córdoba, atingindo em média 25 mil exemplares diários, que, chegariam ao número de 100 mil no ano de 1975.

Segundo Graciela Mochkofsky, o diário possuiu duas fases bastante distintas, que o influenciaram tanto nos tipos de texto que publicava quanto nos tipos de redatores que possuía em seus quadros.

No período de sua fundação, Timerman assegurou que o *La Opinión* seria um jornal de “jardim de infância”, com jovens periodistas que produziram um novo tipo de jornalismo para o país. Quase todos os candidatos a integrá-lo eram peronistas ou de esquerda e seus simpatizantes – os irmãos gêmeos Julio e Juan Carlos Algañaraz, simpatizantes da esquerda peronista, Horacio Verbitsky, militante das *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) e depois dos *Montoneros*, Lilia Ferreira, mulher de Rodolfo Walsh, dos *Montoneros*, Luis Guagnini, trotskista, entre outros.²⁴ Desta

Plata, Arnaldo Corazza, acusando o governo ditatorial e os jornais *Clarín*, *La Nación* e o extinto *La Razón*. “El Papel del Estado en la causa por Papel Prensa”. *Pagina/12*. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-153596-2010-09-22.html>

²³ Graciela Mochkofsky, *Timerman: el periodista que quiso ser parte del poder (1923-1999)*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2003, p.152.

²⁴ Além dos jornalistas, o segundo maior acionista do jornal era o já citado banqueiro David Graiver. Esta ligação com o *La Opinión* fundamentou a acusação posterior (e incorreta) por parte dos militares de que Timerman apoiava a guerrilha e a “subversão”, sequestrando-o e tornando-o prisioneiro de alguns dos cárceres clandestinos.

forma, o jornal possuía uma visão bastante simpática à guerrilha e à revolução em sentidos variados, refletindo não uma visão de Timerman em si, mas aquela compartilhada pelos redatores e por parte de seu público.

No entanto, essa ideia originária iria transformar-se quando Cámpora assumiu a presidência. De acordo com Timerman, seus jornalistas, supondo que o novo governo peronista tivesse orientação socialista, elaboraram a teoria de que o *La Opinión* deveria tornar-se mais parecido ao *Le Monde*, ser expropriado e converter-se em uma cooperativa de trabalhadores. Segundo ele, seus trabalhadores haviam resolvido paralisar as atividades para acelerar a suposta expropriação. No entanto, conforme seus jornalistas, eles entraram em greve para aumentar os salários e Timerman recebeu a ação de forma muito tensa, ameaçando-os de demissão e encerramento da publicação e, assim, aprofundando o conflito entre ele e os trabalhadores do *La Opinión*.

O acordo foi estabelecido depois de inúmeras audiências no Ministério do Trabalho, nas quais se acertou manter a maioria dos quadros. Este foi o marco para que a linha do jornal se transformasse, encaminhando-se para a direita. Timerman passou a interferir nos textos, a contratar outros tipos de jornalistas, a despedir e a provocar a saída dos militantes de sua redação: por antipatia pessoal, demitiu Pasquini Durán, Carlos Ulanovsky, Silvia Rudni, Aníbal Walfish e Gabriel Zadunaisky, acusando-os de provocar a greve; durante o processo de demissão, os irmãos Algañaraz resolveram sair voluntariamente do diário; Miguel Bonasso foi fazer com Rodolfo Walsh o jornal *Noticias dos Montoneros*; Hermenegildo Sábat foi escrever no *Clarín* junto com Julio Nudler; Osvaldo Tcherkaski foi para o *La France Presse*, de Paris; Verbitsky foi demitido sob o frágil argumento de publicação de “uma má palavra em uma de suas redações”; e assim por diante.²⁵

Os poucos jornalistas das esquerdas ou progressistas que continuaram no *La Opinión* não faziam política – como, por exemplo, Thomás Eloy Martínez, do suplemento de cultura, que iria sair posteriormente, quando teve um de seus artigos modificado por Jacobo, e Osvaldo Soriano, que escrevia sobre esportes.

A subdireção do jornal foi oferecida ao diretor em Buenos Aires do *Latin Reuters*, Enrique Jara, que por sua vez colocou em postos importantes alguns redatores com bons contatos entre os militares, como Mario Diamant, Fanor Díaz e Heriberto Kahn, contratou Pablo Giussani, Luis Clur, Enrique Alonso, Daniel Muchnik, Oscar Ruiz e Julio Ramos, e trouxe do *La Nación* José Ignacio López e Eduardo Paredes.²⁶

²⁵ Interessante observar que muitos dos jornalistas que fundaram o *La Opinión* vão fazer parte do atual jornal de centro-esquerda *Página/12*.

²⁶ MOCHKOFKY. op. cit. p.196-199.

O jornal de Timerman ainda apoiava Perón e a democracia, mas passou a exigir-lhes o fim da violência com o aniquilamento da guerrilha e a punição de López Rega. Contudo, quando assumiu Isabelita, apoiada principalmente por Rega, *La Opinión* entrou em “guerra” com o governo, associando-o sempre ao aprofundamento da violência, através de acusações sobre o envolvimento com a *Triple A* e com as sucessivas crises. O jornal descrevia o país como um verdadeiro “festival marcado com fogo de bombas e clausuras, com colegas assassinados pela *Triple A* e colegas clandestinos e outros que publicavam com medo desde seu exílio”.²⁷ Lançou-se, desta forma, em uma campanha para expulsá-los do poder, tornando-se um dos principais inimigos do governo e do “bando” *lopezreguista*.

E a reação foi de mesma força, em direção oposta. Durante o período de Isabel Perón, vários de seus jornalistas foram ameaçados pela *Triple A*, alguns deles tendo sido vítimas desta organização paramilitar. O jornal foi alvo de propaganda divulgada em rede de televisão pela Secretaria de Imprensa e Difusão que o afirmava como protetor da guerrilha e de ser um “periódico subversivo”, comparando-o ao já citado jornal *Notícias*, e ao *El Mundo*, do ERP.²⁸

Neste sentido, Timerman tornou-se um aliado dos militares. Congregou-se aos oficiais do Exército e da Marinha, que ganhavam mais poder depois da saída de Rega do governo, considerando-os de certa forma democráticos e ajudando-os na campanha para depor a presidenta.

No entanto, este jornal possuía um diferencial em relação a sua posição política e aos comunicados que nele eram publicados. Por sua história e pelo público que constituiu seu Contrato de Leitura, as organizações que ali publicavam não tinham uma maioria específica, mas valorizavam a temática dos direitos humanos e a violência contra os mais variados setores sociais. Logo, eram descritos nas *solicitudes* sequestros, prisões, assassinatos, censuras e outras manifestações de agressões contra as forças oficiais, partidos de esquerda legais, contra o governo e a oposição, contra os meios de comunicação, contra os peronismos de direita e de esquerda e etc.²⁹

Com a ditadura, *La Opinión* passou a opinar que os militares estavam divididos entre os “duros” e os “brandos” e que, apesar de os primeiros realizarem o

²⁷ BLAUSTEIN, Eduardo & ZUBIETA, Martí. *Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el perceso*. Buenos Aires: Coliue, 2006, p.29. Tradução da autora.

²⁸ LARRAQUY, Marcelo. *López Rega: El peronismo y la Triple A*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007, p.337.

²⁹ ROCHA, Marina Maria de Lira. “Pelos Letras do Vazio: as categorias de desaparecidos e ausentes na Argentina dos anos 1970”, *Revista Estudos Históricas*, vol.22, n°44, Rio de Janeiro, 2009, p.422-438.

Terrorismo de Estado, era o setor dos “brandos” que promoveria o “Processo de Reorganização”.

Para Timerman, seu jornal interferiu na realidade denunciando a violência do país “sem levar nenhuma vantagem nisso”.³⁰ Em autobiografia, afirmou que o jornal era independente política e economicamente dos setores sociais e que por isso condenava o terrorismo de ambos os lados, sendo autônomo e favorável à democracia, à liberdade e à coexistência. Segundo ele, o *La Opinión* tornar-se-ia suspeito para ambos os lados da política – as esquerdas e os militares o viam como perigoso por denunciar a violência dos extremos durante o período do Terceiro Peronismo e a posterior ditadura militar.

No entanto, a “suspeita” desenvolvida por Timerman tinha a ver com a mudança que esse periódico havia sofrido e com as consequências de sua posição. Para as esquerdas, o *La Opinión* passou a falar em defesa das Forças Armadas. Para as direitas, o jornal estava envolvido com os “subversivos”, primeiro devido aos jornalistas que ali passaram, mas principalmente pela ligação com David Graiver – argumento para a prisão de Timerman e para a intervenção, em 1977, do veículo.

Vê-se, portanto, que este diário estava intimamente relacionado com as questões políticas e econômicas da década. Sua suposta liberdade pode ser comprovada por sua posição em relação à violência, não descrita com frequência em outros jornais depois da ditadura. Contudo, o *La Opinión* abordava-a, apontando também os culpados, ora os “subversivos” ora a “linha dura” das Forças Armadas que abusavam da violência.³¹

O porta-voz de uma seleta parte da nação: o jornal *La Nación*

Em 4 de janeiro de 1870, foi fundado, em Buenos Aires, o periódico *La Nación*, como um projeto de Bartolomeu Mitre, primeiro presidente da República Argentina unida e criador do partido *Unión Cívica* (UC). Até hoje pertencente à família, é concebido como um jornal familiar e oligárquico, favorecedor de um poder econômico, por ser parte dele, e que desde sua fundação se proclamou a “voz lúcida” das classes dominantes argentinas.

Ricardo Sidicaro afirma que as expressões do *La Nación* são caracterizadas diferentemente em dois períodos: de 1870 a 1909 e de 1909 em diante. Durante o primeiro período relatado, o matutino, com a pequena tiragem diária de mil exem-

³⁰ TIMERMAN, Jacobo. *Prisioneiro sem nome, cela sem número*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982, p.117-118.

³¹ MOCHKOFKY. op. cit.

plares, foi marcado pelo combate entre forças políticas de posição partidária, a fim de fazer os cidadãos argentinos pensar o dia a dia tal como a UC.³²

Com o propósito de ensinar a refletir politicamente, o *La Nación* sofreu cinco vezes com clausuras impostas por distintos governos, desde sua fundação até o ano de 1901. Em setembro de 1874, Sarmiento o fecharia devido à ação revolucionária movida pelo diretor do jornal. Um ano e meio mais tarde, o presidente Alveaneda viria a interrompê-lo por uma semana por causa de seus editoriais. No governo de Juárez Celman, o *La Nación* seria fechado duas vezes devido ao apoio à Revolução de 1890. E, em meados de 1901, o presidente Rocca o fecharia por um dia pelas críticas levantadas sobre a economia política do país.³³

Com a morte de Bartolomeu Mitre, em 1906, Luis Mitre assumiu sua direção e modificou sua estrutura para afastar-se da direta identificação com a UC. Em 1909, a reestrutura foi consolidada e passou-se a escrever um diário de pensamento político vinculado ao conjunto da classe dirigente em geral e não mais a um específico candidato – “emprestando suas vozes” aos dirigentes argentinos.

Desde então, o *La Nación* é reconhecido pela fidelidade de seu público, um grupo seletivo da sociedade: funcionários judiciais, homens de empresas, políticos, latifundiários, membros das Forças Armadas, gente da Igreja e progressistas liberais.³⁴ “Cada diário tem seu próprio mercado – só o *Clarín* atravessa toda a sociedade –, e o público do *La Nación*, em um sentido exacerbado, seria um grupo seletivo que se vê dominador.”³⁵

Durante a administração do chamado Terceiro Peronismo, o jornal preocupava-se em discorrer sobre as posições do governo em relação à violência e às constantes manifestações dos distintos setores sociais. No governo de Isabel Perón, o diário duvidava da capacidade da presidenta de reverter a situação e, assim, colocava-se como portador de uma verdade econômica e contrário ao poder político.³⁶

Como tantos outros jornais, ele discursava para atacar o governo, porém sem nenhum receio de retaliação, já que possuía uma longa história e era estabelecido na sociedade como importante e tradicional formador e divulgador de opinião. Nesse sentido, exprimia as preocupações das Forças Armadas em instituir a ordem no país, não falando sobre alguns casos, não querendo saber dos documentos sindicais nem escutar as palavras do sindicalismo, não criticando os métodos

³² SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba: Las ideas del diario La Nación (1909-1989)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

³³ Ibid. p.16.

³⁴ BLAUSTEIN, Eduardo & ZUBIETA, Martí. op. cit. p.26-59.

³⁵ Ibid. p.36. Tradução da autora.

³⁶ SIDICARO. op. cit. p.371-394.

de outras ditaduras que já aconteciam no Cone Sul e respaldando-se na figura de Jorge Rafael Videla e nos supostos princípios morais que trariam o “Processo de Reorganização Nacional”.³⁷

A maioria das *solicitudes* publicadas no *La Nación* acompanhou esse tipo de discurso e seus objetivos. Assim, assinadas por empresários, seus sindicatos e por empresas, poder-se-ia ler nas páginas do *La Nación* a falência do Terceiro Peronismo e sua incapacidade de dar um fim às crises do país. Os comunicados seguiam o raciocínio dos leitores e da linha política do jornal, no qual a intervenção era necessária para acabar com a violência gerada pelos “subversivos”.

Depois do golpe, *La Nación* acomodou-se em uma situação bastante favorável, em que os interesses daqueles que possuíam o Contrato de Leitura com o periódico estavam a salvo e o jornal poderia seguir despreocupado na defesa deste setor.³⁸

Considerações Finais

Procurou-se aqui delinear as posições de alguns dos principais jornais argentinos durante o período do Terceiro Peronismo no país. Elaborou-se a construção de seus meios e sua constituição política e econômica dentro daquele ambiente, a fim de entender tanto seus discursos quanto os discursos que outras organizações publicavam no contexto.

Para o *Clarín*, consideramos sua história e seu crescimento econômico implicado a relação com o governo ditatorial. Percebeu-se sua posição contrária ao peronismo em um marco específico e suas constituições positivas em relação às Forças Armadas. Logo, os comunicados ali publicados estavam majoritariamente dentro dessa temática e voltados aos profissionais de classe média, o que nos permite perceber os níveis e variações de discussão dentro deste diário.

Foi analisado também o *La Opinión*, que, em sua curta existência, passou por uma brusca transformação, mexendo com o discurso nele veiculado e seu quadro de jornalistas, mas não alterando seu público ou seus publicitários. Talvez isto se explique por sua breve história ou mesmo pela posição da classe média intelectualizada que se tornou favorável à intervenção no governo de Isabel Perón, investindo no “Processo de Reorganização”. Portanto, os textos do jornal eram voltados para a denúncia da violência e a incapacidade do peronismo em resolvê-la, e seus comunicados, assinados por diversas correntes políticas, também investiriam na

³⁷ BLAUSTEIN, Eduardo & ZUBIETA, Martí. op. cit.

³⁸ Ibid.

temática da violência, fazendo daquele espaço o lugar em que lhes era permitido tocar nesse assunto com maior liberdade em comparação aos outros jornais.

Por fim, abordou-se o *La Nación* como um jornal de tradições discursivas e de continuidade de público – a classe dirigente argentina. Desta forma, sua linha editorial seguia os interesses econômicos de seus leitores, que sempre desejaram a intervenção militar em governos peronistas. E a maioria das *solicitadas* nele publicadas reafirmou tais posições de classe.

“Derechos y Humanos”: a revista *Gente* na Argentina de 1978

Livia Gonçalves Magalhães

Apresentação

Atualmente, diversos estudos procuram problematizar o papel que ocuparam diferentes atores políticos não militares nas últimas ditaduras do Cone Sul. Tentar compreender como foram possíveis tais governos e como as sociedades e seus atores entraram na lógica ditatorial são questões fundamentais para pensar melhor essas experiências autoritárias. Nesse contexto, destaca-se entre tais atores os diversos meios de comunicação e suas diferentes formas de atuação no período.

De um modo geral, os trabalhos existentes sobre os meios de comunicação e as ditaduras civil-militares recentes do Cone Sul estão relacionados ou com a questão da censura ou com ações de oposição e resistência de casos específicos. Existem poucos trabalhos que procuram analisar o papel dos meios de comunicação como atores políticos e sociais do período, especialmente o caso de indústrias culturais e suas relações com o poder vigente.¹ Além disso, também é importante destacar a ausência de uma reflexão dos próprios meios sobre seu papel como atores no regime. Portanto, o debate está em construção e ganha força não apenas no meio acadêmico, mas também na própria sociedade.

Dois casos que hoje são debate na Argentina exemplificam esse questionamento atual. O primeiro deles é o da revista *Para Ti* – que pertence à editora Atlântida, assim como a revista *Gente*, objeto deste trabalho. Durante a ditadura, a *Para Ti* teria inventado e publicado uma falsa entrevista com Thelma Jara de Cabezas, importante militante das organizações Mães da Praça de Maio e Comissão de Familiares de Desaparecidos, e que foi sequestrada em 1979 e mantida em cativeiro na Escola de Mecânica da Armada (ESMA). Em setembro de 2008 a denúncia de Thelma e o julgamento iniciado por ela contra a revista e sua editora se tornaram amplamente conhecidos ao serem publicados nas páginas dos jornais:

Thelma Jara de Cabezas estaba secuestrada en la ESMA cuando el marino Ricardo Miguel Cavallo la sacó para “armar” una

¹ No caso argentino destacam-se os trabalhos de SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909–1989*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993; e o de RAMOS, Julio. *Los cerrojos a la prensa*. Buenos Aires: Amfin, 1993.

entrevista con la revista Para Ti. El reportaje apócrifo fue usado para contrarrestar la llamada “campaña antiargentina” de los organismos de derechos humanos. La mujer demandó a los directivos de la revista y la editorial en aquella época.²

O outro caso é uma questão mais antiga que foi retomada há alguns meses pelo governo da presidente Cristina Fernández de Kirchner, o da empresa Papel Prensa, única de produção de papel de imprensa no país. Segundo o atual governo, a aquisição da empresa pelos grupos midiáticos *Clarín*, *La Nación* e *La Razón* (já extinto) durante a ditadura comprova os vínculos entre tais meios e o regime, uma vez que:

Ello [a compra] fue facilitado por la dictadura, a través de fuertes créditos para la construcción y equipamiento de la planta productora de San Nicolás, exención de impuestos nacionales por diez años, tarifas de energía reducidas y aplicación de aranceles de hasta un 53% a la importación de papel, lo cual beneficiaría a estas empresas frente a aquellas otras obligadas a la compra de papel prensa en el exterior.³

Hoje os donos grupos midiáticos citados estão sendo formalmente acusados pelo governo argentino tanto pela compra ilegal como por sua cumplicidade para com o regime, uma vez que a aquisição envolveu também casos de tortura e de desaparecimento de pessoas envolvidas.

Assim, o debate atual procura problematizar tanto a “vitimização total” da sociedade como a participação efetiva de alguns atores políticos no autoritarismo. Como questiona Ludmila Catela, a memória atual que defende a existência de um período em que um governo autoritário e militar se enfrentava com uma sociedade civil inocente e vítima (incluindo aqui seus diversos setores, como os meios de comunicação) justifica, para muitos, a necessidade de esquecer e ausentar diversos atores de suas responsabilidades.⁴ Por isso é importante repensar essa memória,

² Página 12, domingo, 21 de setembro de 2008.

³ Getino, *Las industrias culturales en la Argentina*. Buenos Aires, Colihue, 1995, p. 80

⁴ CATELA, Ludmila. “Violencia política e dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas”. In FICO, Carlos (et alli). *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008, pp. 179-199.

para melhor compreender tanto os anos de autoritarismo como nosso próprio presente e a memória sobre o período.

Portanto, o objeto deste trabalho é analisar o discurso de uma revista que apoiou abertamente o último regime civil-militar argentino, a *Gente*. Considerada como meio de comunicação e ao mesmo tempo parte de uma empresa e indústria cultural, a hipótese que procuro comprovar é de que a revista representou de alguma maneira e em determinados momentos o discurso oficial e foi também um espaço para a propaganda política governamental e para a busca/renovação do consenso, atuando de maneira direta na manutenção do regime. Como recorte temporário, a ideia era escolher um momento durante o período ditatorial em que a procura e a renovação do consenso interno fossem marcados por um acontecimento específico. Escolhi, então, a Copa do Mundo de Futebol de 1978, evento realizado no próprio país e que teve importante repercussão internacional. Como em muitos outros países, o futebol na Argentina é um importante elemento formador da identidade nacional, constantemente criando e recriando tais identidades coletivas e auxiliando na própria reinvenção da nação.⁵

E se o futebol é um importante elemento de formação da identidade nacional, as Copas do Mundo são os momentos em que essa identidade se manifesta em relação ao *outro*, a partir do reconhecimento da seleção nacional como elemento de uma determinada *comunidade imaginada*.⁶ Em momentos de competições internacionais, o futebol muitas vezes é utilizado como um elemento de identidade, de reconhecimento de uma nacionalidade, tanto por governos democráticos como por autoritários.

No caso da Copa de 1978, o evento foi parte do discurso nacionalista do regime para pôr em prática o modelo de nação que entendia como ideal. Nesse contexto, o evento esportivo foi uma ferramenta de apelo popular e coesão nacional, uma vez que os membros do regime – e também parte da sociedade, como os meios de comunicação – tinham consciência da importância do lugar que o futebol ocupava na identidade nacional.

Meios de comunicação, ditadura e futebol

A última ditadura civil-militar que ocorreu na Argentina, entre os anos 1976

⁵ GASTALDO, E. L. e GUEDES, Simoni Lahud. “De pátrias e de chuteiras”, in _____ (orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. Pp. 7-12.

⁶ DAMO, Arlei Sander. “O ethos capitalista e o espírito das Copas”, in GASTALDO, E. L. e GUEDES, S. L. (orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. Pp. 39-72.

e 1983, destacou-se especialmente pelo autoritarismo e pela repressão estatal do autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional*. O desaparecimento forçado de pessoas, a tortura e o assassinato daqueles considerados pelo regime como culpados por “subversão de esquerda” deixaram marcas ainda presentes na sociedade argentina, que hoje possui diferentes memórias sobre o período, a maioria delas de repúdio ao regime. Dentro dessas muitas memórias, os meios de comunicação ocupam um papel central. De uma maneira geral, atualmente tais meios – jornais, revistas, canais de televisão etc. – posicionam-se contrariamente à ditadura e até como resistentes e /ou vítimas do regime. É certo que muitos deles sofreram com a repressão e denunciaram o autoritarismo do governo, porém é importante destacar o grupo que não apenas foi beneficiado pela política econômica da época (especialmente como partes de indústrias culturais), mas que também apoiou o *Proceso*, reproduzindo seu discurso e auxiliando na busca e renovação do consenso social. A revista semanal *Gente*, objeto desta comunicação, pertence a este segundo grupo, e é considerada parte de uma indústria cultural. Nesse sentido, é importante também problematizar e contextualizar esse tipo de indústria e seu papel no mundo contemporâneo, partindo da definição de indústrias culturais como “*las actividades productivas y comerciales guiadas por una estrategia de rentabilidad económica que, según el contexto político y socioeconómico en el cual se desenvuelvan, podría integrarse también a estrategias de tipo social y de servicio público*”.⁷

Essa indústria surge com uma aparência de democrática e liberal, porém exercendo o papel de portadora da ideologia dominante, ou seja, da ideologia capitalista, na qual o consumidor é supostamente apenas um objeto dessa indústria.⁸ É importante considerar também que no caso argentino as indústrias culturais se fortaleceram e se consolidaram no período em que a ideologia dominante era a do regime civil-militar.

Os novos meios que surgem com a indústria cultural procuram atrair os distintos grupos da sociedade, o que no caso das revistas semanais se percebe em sua diversidade temática: elas abordam desde política até temas femininos, passando por esportes, cultura etc., sempre buscando alcançar o maior público possível. Assim, ao mesmo tempo em que surgem na lógica das indústrias culturais, as revistas

⁷ GETINO, op Cit. Getino definiu as indústrias culturais a partir das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer, filósofos da escola de Frankfurt e os primeiros a utilizar o termo em seu sentido atual: ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialéctica del Iluminismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

⁸ DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer & a dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. É importante explicar que Duarte enfatiza em seu trabalho que Adorno e Horkheimer não defendiam uma total passividade do consumidor, mas uma concordância, ainda que mínima, por parte desse consumidor para legitimar a existência desse sistema.

semanais permitem o próprio desenvolvimento dessa indústria, sempre evitando a crítica ao sistema. No caso da revista *Gente*, no período analisado ela soube se adaptar e passou a direcionar quase todas as suas matérias para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 1978 na Argentina.

O caso da Copa de 1978 é complexo porque, além da possibilidade de vitória da seleção nacional, dessa vez a competição seria realizada no próprio país. Isso dava ao governo argentino uma ferramenta a mais ao usar o campeonato a seu favor. Nas vésperas de sua realização, o evento foi visto pelos membros do *Proceso* como uma oportunidade de fazer uma campanha a favor do país, combatendo a imagem negativa do governo no exterior. Além disso, os membros do governo também entendiam que era uma chance de renovar o apoio interno que obtiveram inicialmente ao golpe e ao conseqüente regime, já que naquele momento anunciava-se a “vitória” contra a “subversão interna”, principal justificativa para o apoio civil à tomada do poder pelos militares. A situação econômica desfavorável também foi uma das razões para a procura de novos meios de consenso.⁹

Um dos principais pontos de desavença tanto para a sociedade como para os membros das Forças Armadas foi o custo de organizar a Copa. Para alguns era um valor abusivo em um momento econômico delicado, o que se somava ao fato de que muitos não acreditavam que o governo seria capaz de terminar todas as obras necessárias a tempo. Um dos mais fortes opositores à realização do evento foi o ministro da Economia à época, José Martínez de Hoz, segundo o qual a situação econômica do país não permitia esse tipo de gastos. Finalmente, contudo, os militares decidiram pela realização da Copa, pois sabiam os benefícios que poderiam conseguir realizando-a no país.¹⁰

Mas, além dos conflitos internos, havia também uma forte oposição externa à realização da Copa do Mundo na Argentina, relacionada especialmente com as acusações de violação de direitos humanos por parte do governo. Na França, por exemplo, foi criado o Comitê de Boicote à Copa do Mundo na Argentina (COBA), parte de um movimento de boicote ao evento do qual faziam parte muitos países da Europa, especialmente seus partidos de esquerda. Tais acusações foram interpretadas pela lógica do regime como parte de uma campanha contra o país e que o governo argentino denominou “campanha anti-argentina”, supostamente feita

⁹ FRANCO, Marina. “La ‘campana antiargentina’: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”, in BABOT, Judith Casali de; e GRILLO, María Victoria (orgs.). *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*. Argentina: Universidad de Tucumán, 2002. Pp. 195-225.

¹⁰ A visita da seleção argentina ao presidente Videla às vésperas do evento mostra a importância do evento para o regime, e os militares também deixavam claro para os jogadores a responsabilidade que lhes cabia (BUFALI, Andrés Alberto; BOIMVASER, Jorge Daniel; e CECCHINI, Daniel Guillermo. *El libro negro de los Mundiales de Fútbol*. Buenos Aires: Planeta, 1994).

desde o exterior pelos membros da “subversão” no exílio, apoiados pelas esquerdas internacionais.¹¹

Com a vitória na Copa dentro de casa e a emoção popular assim gerada, com grande manifestação pelas ruas de todo o país, o governo não deixou de associar o êxito esportivo a seu próprio projeto. Pode-se questionar se realmente não foi o regime civil-militar o grande vencedor: com a realização do evento e a vitória da seleção, as Forças Armadas conseguiram melhorar temporariamente sua imagem internamente e renovar, também temporariamente, o consenso dentro do país. Além disso, mesmo com o aumento das denúncias contra a violação de direitos humanos no país (e com a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em 1979 e as duras críticas feitas ao regime), houve uma mudança momentânea na imagem da Argentina internacionalmente. A principal razão foram os testemunhos positivos de esportistas e jornalistas que participaram do evento. Já internamente, declarada a vitória na guerra contra a “subversão interna”, o governo conseguiu uma considerável mobilização das massas populares a seu favor.¹² E os meios de comunicação que apoiavam o projeto oficial tiveram um papel fundamental nessa associação entre o sucesso na área esportiva e o modelo do *Proceso*.

A revista *Gente*

Lançada no dia 29 de julho de 1965, a ideia da editora Atlântica era que a *Gente* fosse uma revista semanal ao modelo da *Life* e da *Paris Match*, algo inexistente na Argentina. Seu primeiro número teve 120 mil exemplares, dos quais 70 mil foram vendidos, e foi somente a partir de sua edição número 16 que a revista se tornou lucrativa. Uma de suas principais características era a publicação de uma nota impactante ao lado de outra mais simples e leve. Apesar de seu estilo informal e ousado, a revista sempre procurou responder ao modelo da moral cristã ocidental.¹³ Em julho de 1978, na edição especial sobre a vitória da seleção argentina na Copa do Mundo, a *Gente* se definiu como “*una revista donde la actualidad, lo último, lo urgente es un lema irrenunciable*”.¹⁴

A observação da revista permite afirmar que durante o período pesquisado ela se caracterizava por um tipo de jornalismo mais próximo à opinião que à infor-

¹¹ FRANCO, Marina. “Derechos humanos, política y fútbol”, in *Entre pasados*. Buenos Aires, v. XIV, n. 28, 2005, pp. 27-45.

¹² NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *Historia Argentina v. 9 – La dictadura Militar 1976/1983, del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidó, 2003.

¹³ ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas*. Una historia de grandes diarios, revistas y periodistas argentinos. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

¹⁴ *Gente*, 01/07/1978, s/n.

mação: “Gente se posicionaba como la voz de la conciencia. Su tono era moralista y amenazante. Asumía un rol pedagógico y concientizador: ‘Prohibido olvidar.’ Recurría al modo verbal imperativo para adoctrinar a los lectores.”¹⁵ Quanto ao seu público leitor, pode-se afirmar que era amplo e heterogêneo, formado principalmente por indivíduos das classes média e média alta.

A Atlântida era uma das quatro principais editoras da Argentina no período focado, junto com a Julio Korn, a Abril (que não possui qualquer relação com sua homônima brasileira) e a Dante Quintero.¹⁶ Foi fundada pelo jornalista uruguaio Constancio Valentín Vigil em 1918, e no ano seguinte lançou as revistas *El Gráfico* e a infantil *Billiken*. As revistas *Para Ti* e *La Chacra* foram lançadas em 1922 e 1925, respectivamente, e a *Gente* surgiu quarenta anos depois.¹⁷

Pode-se afirmar que a política cultural que começou na década de 1960 e a que os membros do *Proceso de Reorganización Nacional* deram continuidade em sua gestão a partir de 1976 de maneira geral afetou negativamente a indústria cultural argentina, então em formação. Isso gerou uma significativa baixa na produção e na circulação de jornais e revistas. Entretanto, algumas indústrias e grupos foram de fato favorecidos por essa política, como é o caso da editora Atlântida.¹⁸ O apoio dos grandes meios pode ser compreendido, entre outras razões, pela introdução de novas tecnologias, como a importação de rotativos para imprensa, principalmente nos anos da última ditadura.¹⁹ Essa é uma variável fundamental para compreender o apoio da *Gente* em um momento em que alguns meios de comunicação, pelo medo da repressão, optaram pelo silêncio e pela autocensura, em vez do apoio total, como fez esta revista.

A *Gente* era uma publicação de interesse geral, sem um tema específico, mas a partir do golpe e do subsequente regime civil-militar que se iniciou em 1976 passou a ocupar o lugar central em suas pautas a política, especialmente o tema da luta “antissubversiva” e a denominada “campanha anti-argentina”.²⁰ Frente a essa retórica oficialista, a *Gente* não apenas apoiou o discurso do regime como foi um dos principais ícones e participantes do que se entende como campanha *contra* a

¹⁵ DADAMO, Silvina et al. “1976-1977: el discurso mediático en la construcción de la hegemonía política. Las revistas Gente y Somos”, in *Cadáver Exquisito*, novembro de 2002.

¹⁶ GETINO, op. cit.

¹⁷ ULANOVSKY, op. cit.

¹⁸ MURARO, Heriberto. “La comunicación masiva durante la dictadura militar y la transición democrática en la Argentina 1973-1986”, in LANDI (org.). *Medios, transformación cultural y política*. Buenos Aires: Legasa, 1987.

¹⁹ GETINO, op. cit.

²⁰ DADAMO et al., op. cit.

“campanha anti-argentina”.²¹ Outras revistas da editora Atlântica também participaram, como a *Para Ti*, que imprimiu cartões-postais para que seus leitores os enviassem a conhecidos no exterior descrevendo a “verdadeira Argentina”, sem que a dita estratégia fosse associada com o regime.²² Sobre essas campanhas e o discurso de meios que, assim como a *Gente*, deram suporte à retórica oficial, é importante considerar que:

*La construcción discursiva de la figura de “la subversión” que hicieron los medios de comunicación durante la dictadura (...) no fue inocente sino que se trató de un objetivo político (...) Este accionar tuvo como objeto inmediato desacreditar los proyectos políticos y los métodos de esas organizaciones para llevarlos a cabo, intentando justificar su exterminio.*²³

Assim, as páginas analisadas neste trabalho mostram o momento auge do apoio da revista ao projeto civil-militar, no qual a Copa do Mundo foi uma peça de grande importância. A análise dessa conjuntura permite compreender como foi o apoio da *Gente* ao governo e seu papel como ator político durante o *Proceso*.

***Gente* e a campanha contra a “campanha anti-argentina”**

Durante o período priorizado neste trabalho, a “campanha anti-argentina” costumava estar relacionada com a Copa do Mundo de Futebol de 1978 e foi o principal tema nas páginas da *Gente*. A revista não se limitou a reproduzir a ideia criada pelo regime, mas também a expôs como *verdade* a partir de sua apresentação de uma ação internacional contra o país, que teve início antes da Copa e atingiu o clímax com o evento:

La campaña comenzó con virulencia a partir de enero de este año. (...) Pero cuando el Mundial de Fútbol ya era una realidad la campaña lo tomó como excusa, como pretexto, y comenzó una batalla en todos los frentes que disponen. Especialmente en la

²¹ FRANCO, op. cit. 2002.

²² BLAUSTEIN, E. e ZUBIETA, M. *Decíamos ayer. La prensa argentina bajo el proceso*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

²³ DADAMO et al., op. cit., p. 73.

*prensa europea, más sensibilizada a la izquierda que a la verdad.*²⁴

Com o “reconhecimento” de uma ação contra a imagem argentina, a resposta da revista foi utilizar a mesma estratégia: a Copa do Mundo como eixo principal de sua campanha contra as manifestações internacionais. Dessa maneira, tanto nos meses que antecederam o evento como em junho de 1978, mês de sua realização, a *Gente* dedicou grande parte de suas páginas para acusar essa imagem negativa que se tinha do país no exterior por meio da cobertura da Copa e a ela responder. Assim, a revista assumia a responsabilidade de guiar a campanha contra as denúncias por meio de reportagens, entrevistas e a participação de atores e políticos, quase todas com alguma relação com o evento.

E se o primeiro passo foi reconhecer a existência de uma campanha ofensiva internacional, o segundo foi determinar que a responsabilidade de responder a essa campanha era de todos. Em suas páginas, a *Gente* construía a ideia de uma batalha na qual os argentinos deveriam lutar contra os que atacavam o seu país, e insinuava que não se tratava de uma ação contra o regime, mas que “*esta campaña contra la Argentina tiene que ser sentida por todos los argentinos como una agresión al país. (...) Los argentinos tienen que darse cuenta que esto no es un problema de gobierno. Que esto es una agresión al país...*”²⁵

Entre as “responsabilidades” dos leitores apontadas pela revista estava enviar cartas a conhecidos, amigos e parentes no exterior contando a “verdadeira” situação do país. Para isso, foi publicada pouco mais de um mês antes do início da Copa uma carta modelo, em primeira pessoa, que representava a visão da revista do que seria o argentino “comum”, preocupado com a imagem de seu país no exterior:

Te escribo preocupado. Muy preocupado. Donde vos estás seguramente se ha publicado mucho sobre Argentina en estos últimos tiempos. Mucho de eso es malo y falso. Y corresponde que nosotros mismos, cada uno de los argentinos, estemos aquí o afuera, comencemos la batalla para que se sepa la verdad sobre Argentina (...) esta verdad que sólo conocemos a fondo los 26 millones de sobrevivientes de una guerra sucia que justamente cuando comienza a agonizar, revive en el exterior manejada por

²⁴ *Gente*, 26/05/78, p. 16, ressaltado *Gente*.

²⁵ *Gente*, 13/04/78, p. 15.

una propaganda que responde a intereses muy precisos...²⁶

Também foi parte da campanha da revista dar espaço à voz de embaixadores argentinos em países onde a “campanha” internacional era bastante ativa, como França e Estados Unidos. Em uma delas, o embaixador argentino em Paris reproduz o discurso do governo afirmando que *“los terroristas argentinos, vencidos, sin apoyo del pueblo ni posibilidades de seguir con sus fechorías, se han volcado al ámbito internacional”*.²⁷ Usando termos como *terrorismo internacional* e *subversivos* e criticando a Comissão de Direitos Humanos da OEA, o embaixador Tomas de Anchorena terminou sua entrevista defendendo a ideia de que se tratava de uma campanha não apenas contra o governo argentino, mas contra cada cidadão, contra o país de maneira geral, e, claro, negando as acusações.²⁸

Em uma entrevista com o então embaixador argentino nos Estados Unidos, Jorge Aja Espil, o tema principal eram as críticas ao presidente norte-americano da época, James Carter, sua política de direitos humanos e as denúncias frequentes de terrorismo de Estado na Argentina. Para o embaixador, era preciso mostrar aos Estados Unidos que eles haviam feito um julgamento equivocado e apressado, e para tanto a Copa do Mundo era uma importante ferramenta, pois estimulava a entrada de estrangeiros no país para ver a “realidade” ali.

É interessante pensar o uso dos embaixadores pela revista. Além de conviver diariamente com tais denúncias, os mesmos representavam também a ala civil do governo, uma voz não militar. De certa forma, em um governo em que transparecia principalmente o autoritarismo de seus representantes militares, demonstrações assim ajudavam a criar a ilusão de flexibilidade e participação civil.

Também foram frequentes na revista como estratégia de reação à “campanha anti-argentina” notas e reportagens feitas em países que costumavam “atacar” a imagem do país. Repórteres da *Gente* foram enviados à Europa e aos Estados Unidos, os principais centros de denúncia, não apenas para denunciar a “campanha” e procurar seus responsáveis e confrontá-los, mas também, em alguns casos, para realizar a ação contrária, ou seja, uma campanha positiva da Argentina.

²⁶ *Gente*, 11/05/78, pp. 4-5.

²⁷ *Gente*, 13/04/78, p. 14.

²⁸ A presença deste embaixador argentino nas páginas da revista não era uma simples coincidência: a França era o centro das operações secretas do regime na Europa. Era ali que se organizavam operações contra os exilados que continuavam a ser considerados uma ameaça, e onde estava a responsável por responder à “campanha anti-argentina no exterior, a diplomata Elena Holmberg (Bufali, Boimvaser y Cecchini, 1994).

Como exemplo temos a reportagem sobre a visita de alguns jornalistas não identificados à Itália após o fim da Copa do Mundo, na visita do então presidente Jorge Rafael Videla à Europa. Os jornalistas italianos confirmam no texto que para eles a Copa foi essencial como resposta à campanha negativa feita na Europa contra a Argentina:

*Esa campaña se desinfló sola por otra parte a raíz de lo que vieron casi todos nuestros colegas en el Mundial. Muy pocos diarios tuvieron el coraje de contar que mucho de lo que se decía sobre Argentina era falso. Pero también les faltó coraje para continuar con la campaña.*²⁹

O caso francês era o mais importante e problemático, já que o país constituía o principal centro de denúncias contra as violações de direitos humanos na Argentina. Neste caso, a *Gente* procurou primeiro mostrar aqueles que faziam a “campanha anti-argentina”. Seus jornalistas foram, então, falar diretamente com os responsáveis pelo Comitê Francês de Boicote à Copa do Mundo de Futebol na Argentina (COBA) e, posteriormente, com alguns editores de jornais que se negaram a publicar uma reportagem defendendo o ponto de vista que para a revista era a verdade sobre a Argentina. Percebe-se, a partir deste caso, a estratégia da revista de desmerecer a “campanha” e aqueles que eram seus principais responsáveis, como Mark Halter, quem liderava o COBA em Paris: “A Halter lo único que le importa es salir en los diarios, que le hagan reportajes, que lo entrevisten en las radios y que lo inviten a dar conferencias.”³⁰ Ainda a partir deste caso pode-se perceber outros tipos de ação da *Gente* para desqualificar as denúncias internacionais, como a divulgação da ideia de que se tratava de uma campanha da extrema esquerda: “La campaña está hecha con método, con regularidad. No son protestas espontáneas o reclamos por tal o cual persona. Tiene lo que un periodista francés me dijo: **la sincronización marxista. Atacar por varios frentes y sin pausa.**”³¹ O que a revista fazia era expor a questão a partir de uma perspectiva segundo a qual o problema estava nos objetivos da “subversão”, não na Argentina, já que os “subversivos” tinham ido embora do país e continuavam atuando em outros lugares.

Outro exemplo é a acusação de que aos organizadores interessava o

²⁹ *Gente*, 24/08/78, p. 90.

³⁰ *Gente*, 26/05/78, p. 17.

³¹ *Gente*, 26/05/78, p. 16. Grifos do original.

movimento de denúncias por questões financeiras: *“La campaña no es mal negocio para los organizadores. Se financia con venta a buenos precios de postales, posters, y más recientemente, un libro con dibujos alusivos al mundial de fútbol que se vende a 5 dólares el ejemplar.”*³²

Também era constante nas páginas da revista reclamar que quando os “subversivos” atacavam e matavam, a opinião internacional não se manifestava com questões como direitos humanos ou violência na Argentina:

*Pero vos recordarás porque lo hemos hablado, el silencio del mundo cuando entre los años de 1973 y 1976 un ejército subversivo mataba, secuestraba, ponía bombas (...) Nadie mencionó los derechos humanos para calificar el caso de Larrabure, un coronel que fue ahorcado después de estar un año en una celda de un metro por un metro. Nadie argumentaba contra los crímenes delirantes que se cometían día a día contra civiles, militares, contra extranjeros, contra funcionarios. Casas destruidas por bombas, familias destrozadas por crímenes. Las noticias se daban secamente. Sin ningún comentario. Total el problema estaba lejos. (...) Jamás una preocupación expresada desde afuera por este país que vivía la mayor agresión de su historia y se defendía como podía.*³³

Para a *Gente*, o silêncio em relação à violência “subversiva” anterior ao regime era compreendido pelo fato de que a “campanha anti-argentina” era organizada pela mesma “subversão”, então derrotada no país e agora atuante no exílio com o apoio do “terrorismo” internacional: *“Resulta sospechoso, señor Halter [responsável pelo COBA em Paris], que cuando las fuerzas armadas argentinas comienzan a derrotar al terrorismo la guerra se traslada junto con los terroristas prófugos a otras partes del mundo (...) cuando llega la derrota terrorista comienzan las campañas.”*³⁴

Outra ferramenta utilizada pela revista em sua crítica à “campanha” era a qualificação dos leitores europeus como ingênuos. Para a *Gente*, os cidadãos comuns da Europa não tinham acesso às informações “verdadeiras” sobre a Argentina e por isso, sem outra opção, acreditavam no que era publicado pelos meios de informação “dominados” pela esquerda internacional:

³² *Gente*, 26/05/78, p. 18.

³³ *Gente*, 11/05/78, p. 4.

³⁴ *Gente*, 26/05/78, p. 18.

“Dos páginas con ese relato en los diarios de Europa pueden abrirle los ojos a muchos millones de ingenuos”³⁵; “Lo que saben, lo saben a través de los medios de información. Es muy difícil para ellos comprobar si esa información es distorsionada o no. Porque, como afirman, ‘hay que hacer 18 horas de vuelo’ para tener esa experiencia.”³⁶

Mas, segundo a revista, a maioria dos meios de comunicação europeus reproduzia incansavelmente essa imagem negativa da Argentina não só porque estava nas mãos da extrema esquerda, mas também, simplesmente, porque falar mal do país estava “na moda” e vendia. Para a *Gente*, essa ideia simplista era suficiente para explicar por que quando os responsáveis por tais publicações eram indagados pelos jornalistas, afirmavam não ter muito conhecimento da “verdadeira” realidade do país.

Portanto, a *Gente* procurou de todas as maneiras demonstrar que a questão passava por uma espécie de perseguição à Argentina e seu governo, já que para a revista outros países também violavam os direitos humanos e atuavam de maneira autoritária sem tantas acusações por parte de organizações internacionais ou algum outro país, o que tampouco era feito em relação aos “subversivos”. Esse tipo de crítica era comum também ao referir-se à política de direitos humanos norte-americana, especialmente nas acusações à responsável pela mesma, Patrícia Derian: “¿Por qué cuando Fidel Castro admite ante la periodista Bárbara Walters que en Cuba hay más de 15 mil presos políticos, la responsable de la Oficina de Asuntos de Derechos Humanos de los Estados Unidos guarda silencio?”³⁷

De fato, os Estados Unidos foram um importante alvo das denúncias da *Gente*, recebendo uma atenção especial da revista. Como na reportagem na qual se tentou entrevistar Patrícia Derian, quando a revista chegou a procurá-la em sua própria casa após afirmar ter tentado marcar um encontro sem um retorno positivo; estavam exigindo, portanto, uma resposta: “Le recordamos que sus acusaciones a nuestro país son demasiado serias, gravísimas para que no asuma la responsabilidad de hablar de ellas con dos periodistas.”³⁸ A cada mês o tom era mais duro ao falar de Derian, mas foi somente após o êxito da Copa do Mundo que a revista passou a fazer acusações diretas e a exigir explicações para as denúncias. Isto reforça a ideia de que a vitória esportiva estimulou o governo argentino e teve um resultado positivo para sua imagem.

³⁵ *Gente*, 26/05/78, p. 18.

³⁶ *Gente*, 26/06/78, pp. 26-28.

³⁷ *Gente*, 24/08/78, p. 84.

³⁸ *Gente*, 24/08/78, p. 85.

As relações entre a Argentina e os Estados Unidos durante a administração Carter eram bastante delicadas, já que o presidente norte-americano tinha como um dos principais lemas de seu governo a defesa dos direitos humanos e dos regimes democráticos. A pressão norte-americana para o regresso à democracia nos países da América Latina que estavam sob regimes ditatoriais foi um alvo de crítica para a *Gente* em uma reportagem sugestivamente intitulada: “*La orden de Carter: democracia para todos*”: “[A democracia] *No puede ser recetada como la fórmula salvadora, sobre todo cuando estas naciones en la mira de Carter vienen de una experiencia tan caótica como la guerra subversiva.*”³⁹

A revista tentou ponderar as acusações aos Estados Unidos, afirmando, por exemplo, que as relações entre os dois países sempre foram delicadas e que ela não era responsabilidade do governo do *Proceso*. Mas o objetivo principal da revista era desqualificar as acusações contra seu país de diversas maneiras, e de tal forma a *Gente* focou em Derian que dedicou diversas páginas a uma reportagem que acusava a secretária de interesses políticos nessas denúncias: “*¿Qué puede estar persiguiendo ahora con sus permanentes ataques a la Argentina y a otros países latinoamericanos, esta mujer que confiesa tener ambiciones políticas y que aún es recordada como una eficiente provocadora?*”⁴⁰

A revista demonstrou sua oposição à política externa do regime de Carter por meio de reportagens com alguma referência a Henry Kissinger, ex-funcionário do governo dos Estados Unidos que apoiou a muitos dos golpes civil-militares da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, mas que a revista insistia em apresentar somente como o vencedor do Prêmio Nobel da Paz por sua intervenção na Guerra do Vietnã. Percebe-se essa estratégia em uma reportagem sobre Patrícia Derian que começava com uma citação de Kissinger mostrando a posição da revista em relação à política internacional norte-americana: “*Un diplomático no puede ser ‘diplomático’ si no sabe callarse la boca.*”⁴¹

Kissinger era, para a revista, uma referência internacional e exemplo de político que conhecia a “verdade” sobre o país: “*Henry Kissinger – una de las figuras políticas más importantes del mundo - elogiaba a la Argentina y admitía que en Estados Unidos y en el resto del mundo había una profunda distorsión de su verdadera imagen.*”⁴² Em sua passagem pela Argentina exatamente nos momentos finais da Copa do Mundo, Kissinger era mencionado na revista em uma reportagem com uma foto de página inteira mostrando a satisfação do visitante: “*Como un*

³⁹ *Gente*, 27/07/78, p. 4.

⁴⁰ *Gente*, 24/08/78, p. 84.

⁴¹ *Gente*, 24/08/78, p. 85.

⁴² *Gente*, 13/07/78, p. 76.

hincha más. Un hincha que se llama Henry Kissinger, ganó el Premio Nóbel de la Paz, asesoró a cuatro presidentes norteamericanos y le cambió la cara a la política internacional.”⁴³

Percebe-se, por esta breve exposição, que se por um lado a Copa do Mundo foi essencial para as denúncias internacionais de violação dos direitos humanos, por outro o regime e os meios de apoio argentinos conseguiram usar o evento a seu favor, contra essa mesma campanha de denúncias. A conquista da seleção nacional de futebol e o transcurso do evento sem maiores problemas eram as ferramentas de que a revista *Gente* necessitava para posicionar-se mais ativamente frente aos que acusavam o país de uma “*verdad más cerca de la verdad*”:⁴⁴

Y dejó muchas cosas positivas [el Mundial de Fútbol]: experiencia, cierta infraestructura que el país necesitaba, imagen. Sobre todo imagen. Porque le mostramos al mundo nuestra verdadera cara, en respuesta a una siniestra campaña que pretende boicotarnos y aislarnos. (...) Hicimos el Mundial. Y lo hicimos bien. Y nos unimos. Y rompimos la sombría imagen que nos fabricaron desde afuera.”⁴⁵

Considerações finais

Não restam dúvidas de que a revista *Gente* apoiou de maneira aberta o último regime civil-militar argentino. O que podemos concluir com este trabalho é que a publicação agiu além desse apoio, atuando como um ator social a mais no regime ao construir um discurso próprio a favor do governo.

Uma das formas como esse discurso foi construído foi pela lógica nacionalista, e uma de suas manifestações nas páginas da *Gente* foi relacionada com a ideia da ameaça “subversiva”. A construção em suas páginas de um contexto de guerra contra tal ameaça era de fato uma releitura da Doutrina de Segurança Nacional. Foi em 1978 que o consenso inicial da luta contra a “subversão interna” começou

⁴³ *Gente*, 26/06/78, s/n.

⁴⁴ *Gente*, 10/08/78, p. 25.

⁴⁵ *Gente*, 08/06/78, s/n.

a esgotar-se e era necessário procurar novas formas de consenso, o que permite compreender a releitura do DSN na época da Copa do Mundo de 1978 e da “campanha anti-argentina” com a ameaça, agora, da “subversão externa”.⁴⁶

Foi também em função do *outro* “subversivo” que a *Gente* definiu o “verdadeiro” argentino, em uma retórica típica do uso do futebol como parte de um discurso nacionalista.⁴⁷ Entre as muitas características do fenômeno da nação, é fundamental para que exista o sentimento nacional a ideia do que *não* pertence a uma determinada *comunidade imaginada*, e as competições esportivas internacionais são um espaço para essas manifestações.⁴⁸

Além de identificar o inimigo, a revista também procurou em suas páginas construir a imagem e a responsabilidade do “verdadeiro” cidadão. A *Gente* reproduzia o discurso oficial ao apontar em suas reportagens o “verdadeiro argentino”, o cidadão exemplar e seu papel no momento delicado que enfrentava o país durante a época da Copa de 1978. Era o mesmo discurso do regime de orientar a população em sua atuação e em seu papel de “defesa” do país a partir da proteção do modelo de nação oficial.⁴⁹

A *Gente* denunciava uma relação conflituosa da Argentina no campo internacional, especialmente devido à “campanha anti-argentina”. Assim, a campanha contra a “campanha” marcou o contexto das notas internacionais no período da Copa de 1978. Onde havia espaço, a *Gente* procurava responder as acusações exteriores, chegando até a afirmar que o êxito na Copa era a “prova” de que tais acusações eram falsas. É importante destacar que a *Gente* nunca negou as acusações de violação de direitos humanos, e sim tentou justificar o autoritarismo do regime civil-militar. A revista insistia na violência anterior ao golpe, em que o país supostamente vivera uma guerra interna. Além disso, também questionava a violação de direitos humanos e o autoritarismo por parte de outros países, que em sua opinião não recebiam o mesmo tratamento que a Argentina. Para a *Gente*, a imagem do país no exterior era distorcida ou consequência de uma perseguição da “esquerda subversiva”, mas em nenhum momento a publicação afirmava que tais acusações eram falsas.

⁴⁶ CANELO, Paula. “La política contra la economía: los elencos militares frente al plan económico de Martínez de Hoz durante el proceso de Reorganización Nacional (1976-1981)”, in PUCCIARELLI, Alfredo (org.). *Empresarios, tecnócratas y militares*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. Pp. 219-312.

⁴⁷ GUEDES, Simoni Lahud. *De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil*. Comunicação apresentada no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 22 a 26 de outubro de 2002.

⁴⁸ Ibid nota 47.

⁴⁹ BLAUSTEIN E ZUBIETA, op. cit.

Finalmente, é importante considerar neste espaço as relações entre o regime civil-militar e o desenvolvimento das indústrias culturais na Argentina. Foram nos anos do *Processo* que os investimentos públicos em telecomunicações e nos meios de comunicação ganharam força e permitiram os primeiros momentos da formação dos hoje grandes conglomerados. Os meios de comunicação de massas tinham amplo apoio governamental para expandir-se e assim se tornaram importantes ferramentas de persuasão do regime.

Mas, ao mesmo tempo, tais meios também jogavam de acordo com os próprios interesses, além do simples apoio e da manipulação do regime. Hoje, parte da memória do período procura problematizar as relações dos diversos atores políticos da sociedade civil, e percebe o papel fundamental ocupado pelos grandes meios de comunicação. Certamente o debate apenas se inicia, mas com a perspectiva de alentar discussões que hoje a sociedade já exige que sejam feitas para esclarecer temas considerados tabus e ainda não resolvidos.

PARTE II

A ESCRITA DA NAÇÃO

**NOTAS SOBRE OS CONCEITOS DE “PÁTRIA” E “NAÇÃO”: O REVÉRBERO
CONSTITUCIONAL FLUMINENSE (1821-22) E O TAMOYO (1823)
Goshai Daian Loureiro***

Em princípios do oitocentos, os mundos ibérico e luso-brasileiro viveram, com a vaga das revoluções constitucionalistas modernas, momentos de ressignificação da linguagem político-conceitual. O Brasil era, afinal, colônia, reino unido ou império? E seus habitantes, brasileiros ou portugueses? As respostas a essas questões deixaram de ser óbvias, passando a implicar opções políticas diretas, tanto em relação ao tipo/forma de governo adotado, como aos critérios para o exercício da cidadania *strictu sensu*. Engajados nessa disputa estavam os dois periódicos do título deste artigo, respectivamente ligados aos nomes de Joaquim Gonçalves Lêdo/Januário da Cunha Barbosa e de José Bonifácio/o partido das Andradas.

Este texto foi escrito como um ensaio de crítica de fontes, na medida em que adota a perspectiva do manejo teórico-metodológico desses dois jornais como fio condutor. O primeiro tópico descreve a documentação analisada e problematiza as iniciativas editoriais que levaram à reedição desses periódicos em suas edições fac-símile, largamente consultados por especialistas e leigos. A segunda e terceira partes se dedicam respectivamente à análise dos dois jornais a partir do recorte de um sistema conceitual específico: o dos nomes dados aos habitantes/naturais do Brasil e sua relação com os conceitos de *pátria e nação*. Cidadania, democracia, independência, república, revolução/regeneração, dentre outros conceitos, também se articulam nessa mesma rede, contudo são abordados de maneira apenas difusa neste ensaio. Trata-se de um recorte arbitrário e meramente operativo.

Imprensa periódica e história dos conceitos: dispositivos de leitura

A importância das revoluções modernas para a história da imprensa é um fato que pode ser mensurado estatisticamente. Numa época em que os mecanismos de impressão eram escassos e a vigilância sobre os impressos, uma constante, os inventários hemerográficos disponíveis apontam aumentos consideráveis no volume da imprensa periódica nos Estados Unidos na época da Independência, na França durante a Revolução Francesa, na Espanha e suas colônias nas duas primeiras décadas do século XIX (Cádiz, 1812; as independências na América hispânica nos anos 1810-1820) e em Portugal a partir da Revolução Constitucionalista.

* Mestrando pelo Programa de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No Brasil, verifica-se aumento semelhante no princípio da década de 1810. Os anos entre 1821 e 1823 são um período especial da história da imprensa em nosso país. A profusão de novos impressos, jornais e panfletos políticos é, em parte, decorrência da extraordinária liberdade de imprensa que se experimentava no momento. Os atos de D. Pedro dispensando restrições à importação de livros (8 de maio) e a censura prévia de quaisquer textos impressos (28 de agosto) garantiam uma ampla liberdade de publicação e circulação, não raro alvo das críticas dos próprios escritores.¹ De outra parte, devia-se ainda à agitação promovida pela convocação das Cortes Constituintes de Lisboa e à sucessão vertiginosa de episódios que levaram (eu não diria bem “culminaram” com) à independência do Brasil. Os embates na imprensa continuaram, arrefecendo diante da “Bonifácia” e esquentando novamente com o início da Assembleia Constituinte e a queda do ministério dos Andrada.

Esta geração de periódicos assumiu um caráter fortemente partidário, tendo na figura do regente seu interlocutor preferencial. Seu formato oscilava entre o panfleto político e o jornal informativo: praticamente sem anúncios, estes jornais cobriam seus custos de edição essencialmente por meio de assinaturas e venda de coleções completas, um dos motivos pelos quais a numeração de suas páginas era feita de forma contínua, como a de um livro. Para além das transcrições de outros periódicos, trechos de livros, poemas e traduções, duas categorias de textos eram predominantes: os artigos de opinião e comentários sobre outros jornais, escritos pelos redatores, e as cartas dos leitores.² Cada jornal representava uma espécie de fórum, simultaneamente veículo de expressão e espaço de interação na ampla rede de debates que constituía a cena impressa da época.³

¹ Evito aqui rotulá-los de “jornalistas”. Primeiro porque é raro que eles se reconhecessem assim, preferindo referir-se uns aos outros por “redatores” ou “escritores”; segundo porque a figura do jornalista hoje está impregnada de uma função informativa, factualista e pretensamente imparcial, muito diferente do paradigma jusnaturalista ilustrado que marca periódicos como o *Reverbero* e o *Tamoyo*.

² Com exceção do *Jornal de Anúncios* (1821), enquadram-se nesta categoria jornais como *Gazeta do Rio de Janeiro* (1820-1821), *O Constitucional* (1821), *O Conciliador do Reino Unido* (1821), *O Bem da Ordem* (1821), *O Amigo do Rei da Nação* (1821), *O Regulador Brasílico-Luso*, que seria depois *O Regulador Brasileiro* (1821), *A Malagueta* (1821), o *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), *O Espelho* (1821-*), *Reclamação do Brasil* (1822), *Correio de Rio de Janeiro* (1822-1823), entre outros. Para uma listagem mais completa, ver CÂNDIDO, A., apud LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821-1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. P. 18.

³ Revistas e jornais são frequentemente apontados como “estruturas fundamentais de sociabilidade” (a expressão é de Sirinelli) do campo intelectual moderno. Creio que a premissa é mais ou menos verdadeira dependendo do tipo de imprensa com o qual se está lidando. Neste caso, contudo, o intenso jogo de publicação e comentário entre um grande número de periódicos num espaço restrito é o que permite ao modelo que se ajuste perfeitamente. Ver SIRINELLI, J.

Tais características, porém, desqualificariam esses jornais enquanto fontes da pesquisa histórica. Durante todo o século XIX e o início do século XX, os jornais seriam relegados ao papel de fontes secundárias, tidos como produtores de fatos e falseadores da realidade histórica. Naquele tipo de imprensa, redatores e correspondentes não costumavam se identificar nominalmente, quase sempre fazendo uso de pseudônimos, o que dificultava a determinação do fato pelo historiador. Luca lembra que até a década de 1970 era ainda reduzido o número de trabalhos acadêmicos baseados exclusivamente na análise de periódicos. Com o desenvolvimento da indústria editorial ao longo do século XX, porém, reconheceu-se “a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever uma História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”⁴ (grifos meus).

Nesse sentido, a Coleção Fac-similar de Jornais Antigos, organizada por Rubens Borba de Moraes e editada por Zélio Valverde na década de 1940, parece desempenhar um papel de vanguarda, pois buscava atender simultaneamente a ambos os protocolos de escrita. A reedição do *Tamoyo*, com prefácio de Caio Prado Júnior, inaugura a coleção. “Ora, ninguém contestará o valor dos jornais e sobretudo dos jornais antigos, para o estudo de qualquer assunto. Seria perder tempo querer demonstrar a fonte de valor inesgotável para o conhecimento de nosso passado, que são os primeiros jornais brasileiros”,⁵ sustenta o organizador em sua apresentação. O lançamento do original data de 12 de agosto de 1823, menos de um mês após a expulsão de José Bonifácio e Martim Francisco de seus respectivos ministérios. Talvez por efeito de alguma metonímia da memória, o *Tamoyo* passou à História como o jornal de José Bonifácio, embora outros jornais da época dessem sua escrita como obra de Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond e do desembargador França Miranda.⁶ A orientação andradista, porém, é explícita, de modo que é possível enxergar a figura de um José Bonifácio “refletido” através do *Tamoyo*.⁷

“Os intelectuais”, in RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996. Pp. 248-49.

⁴ LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. Pp. 111-12.

⁵ MORAES, Rubens Borba de. “Apresentação”, in *O Tamoyo. Coleção fac-similar de jornais antigos*. MORAIS, Rubens Borba de (org.). Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. P. IX.

⁶ Perto da dissolução da Constituinte de 1823, José Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, fazia verdadeira campanha para desmascarar os responsáveis pelo *Tamoyo*. Insistia em que era a “Cúria Andradina” responsável pelo jornal, tendo por testa de ferro “o Desembargador”, “o Carinha” ou o “Francinha”, juntamente com “o conhecido Sr. Menezes”, responsáveis pela “terrível e inconfidencial devassa”. Cf. LUSTOSA, I. Op. cit., pp. 337-38.

⁷ No início de setembro, uma edição com duas páginas extras era toda dedicada à narrativa de uma conversa com um sujeito referido apenas como “o velho do rocio”, muito provavel-

“Quem ler o *Tamoyo* com atenção encontrará dados para compreender melhor a política dos Andradas e a dos seus adversários, de tão grandes consequências para o país”, escreveu Borba de Moraes, almejando que com aquela publicação se prestasse um serviço a todos aqueles que desejavam “estudar nosso passado para melhor compreender o presente”.⁸ A figura de José Bonifácio era de interesse à compreensão do presente pela via da História, o que fica explícito no trecho que encerra o prefácio de *Caio Prado*:

É de lamentar que o ódio de José Bonifácio à **democracia** e ao **liberalismo** – que ainda no *Tamoyo* aparece a cada passo – o tivesse impedido de ser inteiramente consequente em sua atitude, ligando-se com aqueles que lutavam mais coerentemente contra os privilégios portugueses e portanto a soberania da ex-metrópole; e que com isso efetivamente empenhados em liquidar a herança colonial e cimentar a obra da independência nacional do Brasil sobre uma **larga e sólida base democrática**. (...) A evolução brasileira tomará outro sentido, e perpetuar-se-ão no Império Independente os traços fundamentais, econômicos e sociais do regime colonial. E se a **culpa** disso não pode evidentemente ser atribuída a José Bonifácio, e muito menos ao *Tamoyo*, cada qual terá nela, contudo, uma pequenina parcela de **responsabilidade**.⁹ [Grifos meus.]

A relevância do *Tamoyo* residia, assim, na possibilidade de compreender, mas também de responsabilizar determinados sujeitos históricos por uma certa “herança colonial”, chave da compreensão do chamado “atraso brasileiro”.

Os sentidos de democracia e liberalismo citados ancoram-se mais no presente do intérprete que no significado que possuíam no momento da escrita do periódico. Como veremos adiante, constituir uma “larga e sólida base democrática” não era indesejável somente para José Bonifácio, mas também para muitos elementos do chamado “partido democrata”, associado às figuras de Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira.

Encontraremos problema semelhante na edição fac-símile do *Revérbero*

mente José Bonifácio, devido às mesmas opiniões contundentes sobre a escravidão, o trato com os índios, assim como o elogio aos paulistas e à atuação do antigo ministério. *O Tamoyo*, n. 5, 02 de setembro de 1823, pp. 17-22.

⁸ MORAES, R. B. de. Op. cit., p. X.

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. “Introdução”, in *O Tamoyo*. Op. cit., pp. XVI-XVII.

Constitucional Fluminense, jornal editado por Ledo e Januário¹⁰ que circulou no Rio de Janeiro entre 15 de setembro de 1821 e 8 de outubro de 1822. Em 2005, a Editora da Biblioteca Nacional reuniu todas as edições do Revérbero (com exceção de uma) em dois volumes, acrescido de um terceiro contendo um estudo hemerográfico escrito pelo casal de historiadores Marcello e Cybelle de Ipanema. Ambos foram alunos de Hélio Viana, que escrevera o prefácio de *A Malagueta* para o segundo e derradeiro volume da coleção de Rubens Borba de Moraes. Seu estudo oferece uma excelente gama de índices e dados para localização do Revérbero no contexto dos demais periódicos de sua época, mas não deixa de incorrer em equívocos como os que incorriam os responsáveis pela edição do *Tamoyo*.

O Revérbero Constitucional Fluminense é o órgão no Rio – o maior centro de decisões do Brasil – programado para desfraldar a bandeira nacionalista e aglutinar e fortalecer a **corrente separatista** dentro dos princípios constitucionalistas. As ideias a que servia a folha, **a cada número, adquirem expressões mais nítidas** e empuxo propulsor mais acelerado. A realidade editorial ajusta-se, harmoniosamente, ao mandamento lógico de sua epígrafe: *Redire sit nefas* (“Voltar atrás é um crime”).¹¹ [Grifos meus.]

Neste trecho, a “causa nacionalista” é a mesma no Brasil como um todo, em oposição à bandeira ou causa de Portugal, de modo que o caráter separatista estaria implícito no Revérbero desde o princípio. Assim, o jornal se apresentaria como uma espécie de mônada, que, sendo sempre a mesma, se desvela com o tempo. Veremos que essa congruência entre causa nacionalista e separatismo não se apresenta de imediato no Revérbero, tampouco as mudanças na linguagem do periódico são apenas uma questão de “nitidez”.

Encontra-se aqui um problema que merece ser tratado sob a ótica da história dos conceitos ou do discurso/linguagens políticas.¹² Em comum, as descrições e interpretações que balizam as edições fac-símiles desses dois periódicos incorrem num mesmo equívoco a que podemos chamar anacronismo ou presentismo. Saber

¹⁰ Uma das evidências de que Ledo e Januário eram os redatores do Revérbero é o testemunho de Varnhagen, que os teria entrevistado na década de 1840. IPANEMA, M. & IPANEMA, C. Op. cit., pp. 34-39.

¹¹ Ibid, p. 25.

¹² Para uma discussão das aproximações entre as abordagens da *begriffsgeschichte* (Koselleck) e do chamado “enfoque collingwoodiano” ou “Escola de Cambridge” (Skinner e Pocock), remeto ao excelente ensaio de abertura de JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. *História dos conceitos. Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro; Puc-Rio/ Contraponto/ Iuperj, 2006. Pp. 9-38.

se Gonçalves Ledo, o conêgo Januário ou José Bonifácio lutavam ou não pela “independência do Brasil” é um falso problema que só pode ser colocado pela nossa linguagem conceitual e que não existe desse modo na realidade experimentada por aqueles sujeitos. Para escapar ao problema, cumpre evitar uma tipologia rígida das posições políticas dos atores, levando em consideração o próprio caráter maleável das rotulações que fazem entre si. Não é possível ler esses jornais ignorando que conceitos como os de nação, pátria, reino, império, independência, povo e democracia, possuíam significados capazes de corroborar simultaneamente ideologias políticas muito distintas.

Em última instância, dada essa ambiguidade intrínseca à linguagem conceitual,¹³ é impossível hierarquizar os discursos por critérios de sinceridade, honestidade, verdade ou nitidez em relação à consciência de seus enunciadores possíveis.¹⁴ Resta-nos, portanto, reconstruir esses discursos na sua complexidade, não referindo os significados aos significantes, mas aos usos que eles se prestavam no jogo de uma determinada linguagem política. Neste sentido é que fazer a história desses conceitos é também uma forma de historiar as práticas políticas em curso.¹⁵

O Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822)

Não é por acaso que um clima de euforia marca as primeiras edições do Revérbero Constitucional Fluminense. Em janeiro de 1821, quando começaram os trabalhos da Constituinte, havia mais de um século que não se reuniam Cortes em Portugal. D. João VI voltava à Europa no dia 26 de abril e caberia a D. Pedro, como novo príncipe regente, realizar as eleições para o envio dos representantes que o Brasil, como Reino Unido de Portugal, deveria enviar ao Soberano Congresso.

¹³ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. Puc-Rio, 2006.

¹⁴ Este é um exemplo da convergência postulada na nota anterior. Não somente a “história do pensamento político é uma história do discurso, mas (...) ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso”. (POCOCK, John Greville Agard. “Linguagens do ideário político”, In MICELLI, Sérgio (org.). *Coleção Clássicos*, n. 25. São Paulo: Edusp, 2003. P. 27); do mesmo modo, a “intuição histórica de” R. Koselleck pode ser entendida como uma “intuição que substitui a história das ideias pela história linguística dos conceitos como uma realidade histórica”. (MOTZKIN, Gabriel. “A intuição histórica de Reinhardt Koselleck”, in JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. Op. cit., p. 77).

¹⁵ Dizer é um modo de agir, especialmente em política, perspectiva expressa por Pocock na apropriação da “teoria dos atos de fala” de J. L. Austin (POCOCK, J.G.A. Op. cit.); em Koselleck, encontramos algo semelhante na afirmação de que é na generalidade e polissemia constitutiva de todo conceito que reside sua capacidade de significar a totalidade de circunstâncias político-sociais e empíricas às quais essa palavra se agrega. Por causa disso, um conceito não é apenas reflexo da realidade, mas também seu fator (KOSELLECK, R. Op.Cit., pp. 97-118).

Dois dias antes, as Cortes aprovavam o decreto que mandava substituir os governos provinciais por juntas governativas subordinadas diretamente a Lisboa, mas os primeiros deputados do Brasil só chegariam à capital portuguesa entre agosto e setembro daquele ano.

Marcados por esse clima de expectativa, os redatores do *Revérbero* escolheram as palavras do *Campeão Português*¹⁶ para inaugurar o periódico: “Portuguezes de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o nome dos Lusitanos ou Portuguezes he conhecido do Mundo.”¹⁷ A saudação indica o arranjo conciliador adotado pelo jornal em seus primeiros números, mas também a tentativa de se conectar com um determinado público. Diferentemente, por exemplo, do *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, o *Revérbero* não se dirigia em princípio apenas aos naturais do Brasil, mas também aos “portuguezes de ambos os hemispherios”, conjunto de todos os portuguezes, “europeus” e “brasileiros”. Além dos vocábulo português e brasileiro, numa conexão mais geral, o jornal operava naquele momento com outro, que trazia no frontispício, e que o aproximava de um público mais específico: fluminense. “Habitantes do Rio de Janeiro, para vós especialmente he que escrevemos (...) O Rio de Janeiro só deseja possuir hum Governo Liberal, e permanente, governado por Leis Fixas, e bebidas na Natureza.”¹⁸

Portuguezes, brasileiros e fluminenses: como numa partitura, os vocábulo compõem uma escala harmônica, cujo tom depende da clave que os precede. Neste caso, a defesa do constitucionalismo e da união política entre Brasil e Portugal, objetivos manifestos da campanha movida por Januário e Ledo por meio do periódico.¹⁹ Escutando sua melodia com atenção, é possível perceber o quanto a linguagem compartilhada por redatores e correspondentes do *Revérbero* privilegiava os dois primeiros termos em detrimento do último.²⁰

¹⁶ Suponho que se trate do jornal do maçom José Liberato Freire de Carvalho, *Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo*, editado primeiro em Londres (1819-1821) e depois em Lisboa (1822-1823), com ligeira alteração do título para *Campeão Portuguez ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional*. Citado por BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil. 1790-1822*. São Paulo: Annablume, 2006. P. 92.

¹⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 1, 15 de setembro de 1821, p. 1.

¹⁸ *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 1, 15 de setembro de 1821, p. 4.

¹⁹ O *Revérbero* será taxativo neste aspecto: “Não temo fallar deste modo, nem tão pouco que os inimigos da Patria me accussem de – Republicano –; sou Portuguez, amo a união fraternal do Brasil com Portugal, e odeio a Democracia”, diz a “Carta do sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional”, publicada na edição do dia imediatamente anterior ao Fico (*Revérbero...*, n. 9, 08 de janeiro de 1822, p. 106).

²⁰ A palavra “fluminense(s)” é mencionada apenas 14 vezes nas 48 edições do jornal, próximo das 16 referências a “brasiliense(s)”; cada um dos valores é pelo menos dez vezes menor que as referências a “brasileiro(s)” ou “português(es)”. Ainda que a estes termos correspondam sinônimos

Nesta conjunção há, porém, uma dissonância. O Vocabulário Portuguez e Latino, compilado pelo padre Raphael Bluteau no início do século XVIII, registra portuguez como “nascido em Portugal, cousa de Portugal ou concernente ao dito Reino”, ao passo que brasil “toma-se às vezes por homem natural do Brasil”, no masculino, brasiliensis. A edição de 1813 do Diccionario da Lingua Portugueza, de Moraes e Silva, largamente baseada no dicionário de Bluteau, mantém o mesmo sentido ao designar por “brasís” os “índios naturais do Brasil”. Brasileiro, termo utilizado pelo Revérbero, não consta em nenhum dos dois dicionários porque, de uso recente na época, ainda não tinha se fixado suficientemente seu significado. O jornal o utiliza frequentemente como sinônimo de *brasiliense*.

Os esforços dos Brasilienses para recuperar a Liberdade offerecem ao observador hum magnífico espetáculo (...) do mesmo modo os Brasileiros humilhados, despresados, e espoliados de suas riquezas vem na Constituição o balsamo regenerador que deve cicatrizar todas as suas feridas.²¹

Brasileiro e Brasiliense se confundem quando designam os habitantes do Brasil, mas não significam a mesma coisa. Para evitar o equívoco, os redatores resolvem tornar claro sua distinção entre os termos numa nota publicada em julho de 1822:

Quando digo *Brasileiros* entendo geralmente os habitantes do Brasil, ou deste, ou d’outro Hemisferio, reservando, a exemplo do nosso escritor Hipólito, o nome = *Brasiliense* = para quando me for preciso falar dos filhos do Brasil; não faço diferença entre Europeu e Brasiliense, a todos amo, quando sei que se empenham pela nossa justa causa.²²

A distinção expressa aqui é simplesmente entre habitantes e naturais do Brasil, de modo que os primeiros incluíam também os portugueses, em especial aqueles que emigraram com D. João VI e sua corte. O empenho na “justa causa” é na verdade o que define o uso do termo na linguagem do periódico em geral. Isto

(“habitantes do Rio de Janeiro”, “brasílicos”, “europeus” etc.) e que seu significado varie enormemente conforme o uso, a discrepância dos valores continua sendo um indício da generalização e ampliação no escopo da linguagem política do Revérbero. IPANEMA, M. & IPANEMA, C. Op. cit., pp. 211-12; 240; 270-71.

²¹ Revérbero..., n. 9, 23 de julho de 1822, p. 111.

²² Revérbero..., n. 10, 30 de julho de 1822, p. 117. Grifado no original.

fica claro, por exemplo, neste elogio feito aos mineiros nas Reflexões do jornal em março de 1822: “(...) os Mineiros são briosos, são amantes da Constituição, são presadores de uma bem entendida Liberdade, são Brasileiros em fim, e o decoro de seu Paiz os chamará por força dos interesses da honra, e da nossa grande família.”²³ Ou seja, os mineiros não são “brasileiros” apenas porque habitam no Brasil; ser brasileiro demanda mais que o nascimento, exige assumir determinados valores políticos.

A dissonância entre os três vocábulos reside no fato de que Portuguez e Fluminense possuem significados claramente referidos a um lugar, seja de nascimento ou de habitação (pode-se dizer também uma Pátria), enquanto que Brasileiro oscila estrategicamente entre origem-lugar e causa-partido. Ledo e Januário evitarão a todo custo identificar o português em geral como inimigo da causa brasílica, preferindo “anti-brasilicos”, “ultra-europeus” ou somente “ultras”. Essa acomodação semântica dissolve, num primeiro momento, o brasileiro no português e vice-versa, como é possível observar neste trecho do editorial de 15 de novembro de 1821:

... não existe, nem deve racionalmente existir [antipatia e desunião], entre Portuguezes Europeos, ou Brasileiros porque todos elles formam a mesma Familia, e são exclusivamente dependentes do mesmo tronco Europeo. Não fallamos na povoação preta, ou de cor porque sendo a primeira quasi toda de escravos, são estes como estranhos no Paiz sem direitos políticos, e sendo a segunda uma mistura de Portuguezes, com pretos, ou Indios, entrao elles na Classe dos Portuguezes. Logo, he evidente que entre Portuguezes Europeos, e Portuguezes brasileiros ha mais ligação natural que, por exemplo, ha entre Hespanhoes Europeos, e Americanos (...).²⁴

Para outros atores envolvidos nesse debate, a solubilidade desses elementos era bastante questionável. Citemos apenas dois exemplos, ambos protagonizados por Cipriano Barata. Enquanto deputado nas Cortes de Lisboa, ele polemizou quanto à denominação a ser dada pela constituição portuguesa aos habitantes do Brasil. Contra aqueles que defendiam o uso do termo nação portuguesa para o conjunto dos portugueses e brasileiros de ambos os hemisférios, preferia que se dissesse “de todos os portugueses de todas as castas de ambos os hemisférios”.²⁵ E alerta-

²³ *Revérbero...*, n. 20, 26 de março de 1822, p. 243.

²⁴ *Revérbero...*, n. 4, 01 de novembro de 1821, p. 38.

²⁵ BARATA apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”, in *Almanack Braziliense*, n. 1, maio de 2005, p. 16.

va: “A falta de cuidado na redação dos artigos podia fazer grande mal, porque toda a gente de cor do Brasil clamaria que lhes queriam tirar os direitos de cidadão e de voto” – e por isso dizia – “a palavra português no Brasil é equívoca”.²⁶ Além da distinção de raça ou de casta, Cipriano Barata afirmará de maneira recorrente outra fissura neste tipo de discurso: “(...) nós não temos feito este Império para meia dúzia de famílias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais desfrutarem (...), nós somos livres, as províncias são livres, o nosso contrato é provisório e não está concluído”, diria dois anos depois, em seu próprio jornal.²⁷ Trata-se, então, de questionar o desenho proposto pelo Rio de Janeiro ao mosaico de pátrias luso-brasileiras após o desfecho da Independência.²⁸

Dizer que o brasileiro é português é claramente um ato de fala que visa minimizar a importância dos conflitos entre as várias pátrias luso-brasileiras. A este e outros atos de fala semelhantes, Cipriano Barata contra-atacava com os seus próprios, denunciando o nítido favorecimento que essa linguagem conferira ao Rio de Janeiro.

A nação portuguesa nestes casos abarca um duplo significado, antigo e moderno. Retomando Bleauteau e Morais e Silva, nação designava fortemente, no princípio do século XIX, um coletivo de “gentes” ou “povos” que habitavam uma mesma região ou reino ou estavam submetidas a um mesmo senhorio. Cotejando várias edições especialmente deste segundo dicionário, são perceptíveis duas mudanças na semântica do conceito: de um lado a diferenciação de nação em relação a povo, tomando o segundo vocábulo não como sinônimo, mas como “parte” do primeiro; de outro, sua politização crescente, não mais na chave do Antigo Regime (nação-reino-soberano), mas na de uma república (nação-Estado-cidadão).²⁹

O argumento da matriz étnica europeia que se sobressai à mestiçagem assegura a união entre Brasil e Portugal nos termos de uma mesma nação (no sentido antigo); mas essa união se assenta sobre o entendimento de que ambos os povos compõem uma mesma nação (no sentido moderno) porque se organizam sob formas políticas análogas, ou seja, em bases constitucionais, reiterando o discurso das cortes de Cádiz, de Lisboa, e de pensadores como Guizot, Bentham, Sidney e

²⁶ Ibid.

²⁷ Refiro-me ao *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, a 18 de junho de 1823, citado em SILVA, Luiz Geraldo. “Pernambucanos, sois portugueses! Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”, in *Almanack Braziliense*. Op. cit., n. 1, maio de 2005, p. 73.

²⁸ JANCSO, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

²⁹ PAMPLONA, Marco A. “Nação”, in FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

outros.

A nação portuguesa permanecerá indivisa no jornal enquanto a possibilidade de uma Constituição autônoma para o Brasil permanecer no horizonte. À medida que essa possibilidade se desfaz com a divulgação do Manifesto de Portugal e a pressão subsequente para subordinar as províncias às juntas governativas ligadas a Lisboa, o manifesto suscita uma enorme resposta do Revérbero intitulada “Aos povos da Europa”, em que os redatores buscam contra-atacar os rumores de que o Brasil quer ser “nação independente”. O artigo se encaminha até o ponto em que surge a questão:

... o que he Nação? He a reunião dos Povos, que obedecem á uma mesma Ley, e á um mesmo systema de governo. As classes privilegiadas, que gosão de foro, e excepções da Ley, não constituem Nação, são pequenas fracções da grande Massa, em que só reside a força, o poder, e a soberania. Se Povos, portanto, formão huma centralização de vontades, e de sentimentos não há Revolução, porque não há força oppoente (...)? Como se pode chamar Revolução a hum acto indispensável para o bem do Todo, naquelles Países em que não há huma Representação Nacional, que intervenha, vigie, zele, e sustente o cumprimento do Pacto Social?³⁰

A resposta deixa claro o quanto os redatores desejavam dissociar a ideia Independência (autonomia) de Revolução (república e democracia). A proposta do jornal se inscreve nos quadros de um constitucionalismo visto como regeneração e não como ruptura em relação à ordem política vigente. O temor da desordem se manifesta também nas menções à pátria, encontrada sempre no singular nas páginas do Revérbero. Diante do receio do rompimento das demais regiões com o governo do Rio de Janeiro, a estratégia do jornal será afirmar e reafirmar reiteradamente a unidade política do Brasil, minimizando os boatos de “separação” e “independência” das províncias.³¹

³⁰ *Revérbero...*, n. 12, 29 de janeiro de 1822, p. 145.

³¹ Contra esses temores, escreve-se: “Dirão talvez que damos a denominação genérica de Brasil ás únicas Provincias do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e Rio Grande, que só por ora estão ligadas. (...) Qual he o Brasileiro, que quererá novamente reassumir os ferros que quebrára? qual he a Província do Brasil que amará despegar-se do seu centro commum, romper as relações naturaes, e preferir o título da Provincia de Portugal? A Matrona do Brasil, a gloriosa Bahia, o Berço da Liberdade, a indomável Olinda, o rico Maranhão, o Corpolento Pará cederão a palma da Glória ao

O Tamoyo (1823)

A entrada do Tamoyo na cena impressa do Rio de Janeiro, em 1823, se faria com aguerrida oposição tanto a Cipriano Barata e seu Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco quanto a jornais como o Correio do Rio de Janeiro e o Sylpho, cujas posições repercutiam aquelas sustentadas por Ledo e Januário nos anos anteriores. A primeira edição do Tamoyo foi, como de costume nos jornais da época, uma espécie de declaração de princípios. Neste caso, o jornal arrogava-se a missão de denunciar e censurar a conduta “anticonstitucional” do novo ministério e as tentativas dos portugueses de reconquistar o Brasil.

A pedra de toque do periódico seria a discussão sobre os direitos dos portugueses após a Independência e sua possibilidade de pleitear cargos no Estado. A discussão se iniciou a 22 de agosto, na edição número 3, quando o jornal censurou uma das portarias do novo ministro do Império, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. No documento dispunha-se que o conflito entre brasileiros e portugueses era produto do momento e que a desobediência à lei nada tinha a ver com o local de nascimento. Continuando com o que já vinha sendo exposto desde a primeira edição, o Tamoyo advogava ser esta uma rivalidade antiga “mais ou menos enérgica no coração dos primeiros à proporção de suas luzes, e da firmeza do seu character”,³² rivalidade essa bem conhecida de todas as províncias, desde os tempos coloniais, tempos de exploração, especialmente na Bahia e em Pernambuco, onde os portugueses eram chamados “marotos” ou “marinheiros”. E o jornal seguia dizendo:

Nesta [portaria] quer S. Exa inculcar-nos, que o lugar do nascimento nada influe, para ser qualquer considerado, como mau cidadão. Nós porém o não acreditamos; a razão e a experiência nos convencem do contrário. (...) esta apontando-nos exemplos da irresistível força que tal circunstância tem no coração humano. Themistocles havido nascido em Athenas, e depois de ter feito à sua Pátria serviços importantíssimos foi della desterrado, perseguido, e até obrigado a fogir para a Corte de Xerxes o seu maior inimigo: este generoso Rei acolhe-o em seu Palacio, concede-lhe a sua amizade, acumula em suas mãos as honras e as riquezas; e com tudo quando quer que elle tome as armas em seu serviço contra o Paiz que o vira nascer, Themistocles esquecesse-se de todos os benefícios que recebêra, e para eximir-

sul do Brasil?” (*Revérbero...*, n. 12, 22 de janeiro de 1822, p. 133).

³² *O Tamoyo*, n. 1, 12 de agosto de 1823, p. 9.

-se de cumpriras ordens de seu bemfeitor, não duvida matar-se com veneno. **Ora, se o local de nascimento pôde influir tanto em uma alma como a de Themistocles (...) que influencia não terá elle em almas de calibre muito inferior, e onde só domina o simples e grosseiro instinto?**³³ [Grifos meus]

O episódio da ajuda prestada por muitos portugueses que residiam no Brasil ao levante das tropas do general Avilez era citado para corroborar o exemplo da antiguidade. A partir de então, os ataques ao patriotismo português seriam constantes no *Tamoyo*. Um exemplo é a polêmica com “Philoordinis”, cuja carta fora publicada no *Correio do Rio de Janeiro*. Na missiva, ele atacava o jornal andradista pelas palavras de ódio aos portugueses e defendia a elegibilidade dos lusitanos a cargos no governo:

Jamais o *Tamoyo* pregou, nem pregará a exterminação de povo algum, e menos a dos Portuguezes” – se defende o Tamoyo –, “mas uma cousa é querer exterminallos, e outra não julgar propositado a sua perfeita igualdade em direitos políticos com os Brasileiros.³⁴

A argumentação retomava, a seguir, o tema da pátria:

Em quasi todos os homens o amor da Patria toma o lugar de todas as mais virtudes: não é patranha que o coração sempre nos inclina á favorecer os interesses de nosso paiz; **é antes verdade antropológica**, é sentimento natural, bem que roborado pelas instituições políticas: no meio das delícias da Ilha de Circe olhava o heroe da *Odisseia* com saudade para o fumo que se erguia da pequena e agreste Ithaca.³⁵ [Grifos meus.]

Assim como no *Revérbero*, os vocábulos *portuguez* e *brasileiro* ainda se sobrepunham de forma conflituosa no tempo da Assembleia Constituinte, fato do qual os próprios redatores demonstravam ter consciência:

É necessário que se absterrem entre nós para sempre odiosas

³³ Ibid, p. 11.

³⁴ *O Tamoyo*, n. 17, 30 de setembro de 1823, pp. 67-68.

³⁵ Ibid, p. 69.

rivalidades, mantidas em grande parte pela confusão e má inteligência dos vocábulos: Portuguezes que sincera e afincadamente adotarão o Brasil por sua Patria no principio da lucta da Independencia, Brasileiros são.³⁶

O ápice da polêmica em torno do patriotismo foi alcançado num texto publicado em outubro, intitulado “Carta de João Claro a seo compadre Braz Escuro”, escrito na forma de perguntas e respostas. À pergunta sobre o que era opinião pública, João Claro respondia que no Brasil era o mesmo que opinião publicada, “he qualquer calumnia, asneira, ou inépcia má que sahe à luz em letra de forma”. Seguia-se então a resposta ao que era “aura popular”, que o personagem definia como “a capacidade de papagaiar com anarquistas e chumbeiros” e de “abrazar muita gente que desejaria afogar”. Um déspota, por sua vez, era alguém sem opinião pública nem aura popular, enfim, “hum pobre não de espírito, mas de bolsa, e mando, que não pode comprar escrevinhadores”.³⁷ Havia ainda uma pergunta exclusiva sobre o que era patriotismo, cuja resposta parece sintetizar todos os desafetos do *Tamoyo*. Conforme João Claro:

... he ser **patriotismo do tempo** aquella nobre virtude, que para conservar o que se tem adquirido (...) defende com o mesmo entusiasmo os Lédos, Berquós e os Cordilhos, porem por seus turnos, e segundo as circunstancias. Patriotismo he louvar invernizar a lagrimoza a impericia e nullidade do actual ministério. **Patriotismo he com innocencia, e boa consciencia, ou por douda ignorância pratica e política, mas não por fins sinistros espalhar as mãos cheias pelas Provincias as sementes da anarchia, e desmembração do Imperio**, fazendo liga Archaica com os Semifilosofos, e Pseudo políticos de água doce das Escolas Galicana, Hispana, e Lusitana; (...) Patriotismo he não ler o *Tamoyo* (...) Isto he bem claro, meo Amigo Braz Escuro, e por isso eu, que não sou dessa laia patriótica, vou fazer-me Ermitão da Hambira para não ver diariamente os focinhos destes animaes damninhos.³⁸ [Grifos meus.]

O problema do patriotismo se dava não mais apenas entre os portugueses, mas estendia-se às outras pátrias que compunham o território do Brasil. Assim, dizer que os *portuguezes, brasileiros* são, é um ato de fala que simultaneamente dispensa a retórica conciliatória característica do momento das Cortes de Lisboa

³⁶ *O Tamoyo*, n. 14, 23 de setembro de 1823, p. 57.

³⁷ *O Tamoyo*, n. 21, 09 de outubro de 1823, pp. 87-88.

³⁸ *Ibid.*

e rechaça as múltiplas pátrias defendidas pelo Barata, sendo o inverso também dos atos promovidos pelos redatores do *Revérbero*. Tal saída se ajustava melhor à realidade do fracasso da manutenção do Reino Unido diante do recrudescimento das Cortes Portuguesas e valorizava a perspectiva separatista que se consolidaria sobre a herança do termo *Império do Brasil*.

A vigência do termo implicaria, no médio prazo, a incorporação semântica de pátria, agora no singular, a nação. A pátria unívoca seria cada vez mais o Brasil e menos cada província, fortalecendo o nome do território herdado pela ilustração portuguesa.³⁹ O nacionalismo passaria então a dar o sentido ao que os indivíduos eram e a que comunidade pertenciam.⁴⁰

Considerações finais

O grau de generalidade e polissemia constitutivo de todo conceito, ao mesmo tempo em que o distingue categoricamente dos demais vocábulos dentro de um determinado léxico, torna seus significados discerníveis apenas em função de sua observação numa “constelação conceitual” mais ampla. Conforme Guerra, os conceitos são “como as estrelas no céu, seus diferentes sentidos alteram-se sem cessar; alguns tornam-se mais fortes, outros empalidecem e a constelação como um todo vai alterando-se”.⁴¹ As formas de denominar o Brasil (colônia, império, reino unido) ou seus habitantes/naturais (brasis, brasileiros, brasiliensis) fazem parte dessa constelação e passaram a exprimir significados concorrentes, implicando opções políticas diretas em relação ao tipo e à forma de governo a ser adotado, bem como aos critérios para o exercício da cidadania *strictu sensu*. Nem todas as estrelas, porém, têm o mesmo brilho, de modo que *pátria* e *nação* despontam como os “conceitos fundamentais” que reorganizam e dirigem a mutação político-conceitual do período.

Nossa aposta é de que uma análise histórica com ênfase na linguagem, pelo reconhecimento da sua polissemia constitutiva, permite valorizar as incertezas e os impasses dentro da conjuntura, desafiando anacronismos e mantendo em aberto um processo “de Independência” cujo fim conhecemos, mas que para os atores políticos da época era apenas uma dentre outras possibilidades históricas.

³⁹ MATTOS, I. Op. cit.

⁴⁰ PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. “Introdução. Americanizando a conversa sobre o nacionalismo”, in PAMPLONA, M. A. e DOYLE, D. H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. Pp. 17-36.

⁴¹ GUERRA, François-Xavier. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”, in JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. P. 34.

Os discursos na Imprensa: o debate educacional traçado nas páginas do jornal *Correio de Minas* (1896-1920)

Cíntia Borges de Almeida*

A escola e a educação discutidas nas páginas do jornal

O discurso acerca de um projeto civilizatório e de construção de uma nação moderna foi recorrente durante as últimas décadas do período imperial e ganhou ênfase na Primeira República. Era necessário traçar ideias que concorressem para o progresso da nação. A transição Império/República foi fortemente marcada pelos ideais de progresso. Nesse contexto, a educação aparece representada ou descrita como principal alicerce para a organização da sociedade. O Estado, ao menos suas instâncias educacionais assim como seus agentes públicos envolvidos, defendeu a necessidade da instrução elementar da população por acreditar que ela contribuiria para o enquadramento da mesma aos ideais almejados para se construir uma sociedade moderna. Não se podia admitir no seio dessa sociedade o “germe” da ignorância¹.

A educação passou a ser a responsável pela aniquilação dos problemas causados pelo analfabetismo e pela falta de instrução. Era preciso que se propagasse a ideia acerca de sua importância. Dessa forma, de acordo com Wlamir Silva (2006),² “a instrução era entendida como condição para a formação do cidadão e, assim, a prática política e o aperfeiçoamento da sociedade e do Estado”. Seguindo a linha de tal necessidade, aumentaram os discursos e debates sobre a questão educacional, constituindo-se e adotando-se cada vez mais novos meios de se fazer com que os preceitos que se desejava disseminar através da educação fossem ouvidos. Foi nesse contexto que o jornal se apresentou como meio fundamental para essa divulgação. A imprensa jornalística assumiu um papel determinante nesse projeto de propagação.

* Mestranda do PROPEd/UERJ pela linha de pesquisa “Instituições, Práticas Educativas e História” e bolsista Faperj.

¹ Para compreender o projeto de nação durante o Império e os ideais para a formação social, ver: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

² SILVA, Wlamir. “A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais”. In.: Lúcia Maria Bastos P. Neves(orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. DP&A, 2006, 448p.

Afinal, apenas a imprensa periódica, que alcançava milhares de lugares, era capaz de transpor os limites dos pequenos círculos (...). [Apenas a imprensa] podia proporcionar a difusão de um conjunto de conceitos e possibilitar sua retenção pela recorrência.³

Consideramos este trabalho importante e indispensável para a História da Educação, já que ele nos permite entender como se deram os ideais civilizatórios nacionais após a Constituição da República brasileira, na formação do sujeito e de uma sociedade disciplinada, ‘normalizada’ e instruída. Inferimos que a educação foi uma das responsáveis na formação da identidade nacional e a imprensa um dos instrumentos de explanação da importância de instruir os sujeitos e da circulação de ideia, do pensamento e da influência dos homens públicos. Logo, julgamos nossos esforços justificáveis e relevantes para História e para a História da Educação, possibilitando compreender as políticas educacionais dentro do processo de formação social.

Pretende-se nesse trabalho mostrar, ainda que forma preliminar devido à pesquisa se encontrar em fase de desenvolvimento, a relação entre educação e imprensa, como divulgar a importância do jornal *Correio de Minas*⁴ para a explanação e a circulação dos ideais propostos no período questionado. Será utilizada na confecção deste estudo a pesquisa respaldada no periódico diário em questão, cabendo também compreender os pertencimentos de sujeitos, alguns atores envolvidos na política educacional entrelaçados com o meio de comunicação citado. Destes, será dado destaque a Estevam de Oliveira por acreditarmos que ele seja um dos principais atores responsável por essa circulação de notícias educacionais na imprensa mineira no período em questão e por compreendermos sua influência junto ao governo e a população.

Quem foi Estevam de Oliveira? De acordo com Chamon e Faria Filho (2010),⁵ “Estevão”⁶ foi um homem público que, “profissionalmente, atuou como tradutor

³ Idem.p. 49

⁴ *Correio de Minas*. Juiz de Fora, 1896-1920.

⁵ CHAMON, Carla e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo”, in *Revista Brasileira de História da Educação*, n.22, Campinas, 2010, pp. 17-42.

⁶ De acordo com as pesquisas por nós realizadas sobre o *Correio de Minas*, o *Jornal do Commercio* e os relatórios endereçados ao governo do estado, as notícias que envolviam o nome do inspetor extraordinário do governo, assim como os escritos do mesmo em relatórios sobre a instrução de Minas e os seus artigos escritos para os jornais, apresentam sua assinatura como “Estevam de Oliveira”. Já no trabalho de Chamon e Faria Filho (2010), que utilizou biografias e outras

dos clássicos latinos”. Quanto a sua trajetória nas redações e na direção de jornais, notou-se uma atuação maior no território mineiro, embora ele tenha tido reconhecimento em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. “Sua atuação no jornalismo se iniciou em 1885, quando ainda morava em Cataguazes, onde fundou seu primeiro jornal, intitulado *O Povo* (1885-1889). Fundou e dirigiu também os jornais *O Popular* (Cataguazes, 1889-1893), *Minas Livre* (Juiz de Fora, 1893) e *Correio de Minas* (Juiz de Fora, 1894-1914)” (CHAMON e FARIA FILHO, *idem*)⁷, passando, em seguida, a direção do jornal para seus filhos, embora seu nome tenha continuado a aparecer frequentemente na assinatura de importantes artigos publicados no periódico. Deve-se chamar a atenção para a impressão causada por Estevam através do lugar e posição que ele ocupava enquanto jornalista e agente educacional, sendo considerado um crítico aos projetos de educação do estado, mas também um importante proponente e contribuidor para o ensino mineiro⁸.

A educação teve forte visibilidade nas páginas do *Correio de Minas*⁹. Ao se

fontes jornalísticas, a assinatura do mesmo aparece como “Estevão de Oliveira”.

⁷ Ver: OLIVEIRA, Estevão de. “Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior”, in *Relatório da Secretaria do Interior de Minas Gerais*, 1901, p. 756-66.

⁸ Utilizando-se da compreensão de Estevam de Oliveira acerca do papel da escola e da imprensa, Carla Chamon e Luciano Faria Filho afirmam que “a imprensa permitiria a circulação de fatos relacionados aos negócios públicos e a escola ensinaria às crianças a compreensão exata dos seus futuros deveres na sociedade e perante o Estado, num processo, ao mesmo tempo, de integração e de homogeneização social” (OLIVEIRA, *apud* Chamon e Faria Filho, p. 9, 2010). Pela enunciação apresentada, é possível entender as relações estabelecidas por Estevam ao utilizar o jornal para denunciar as mazelas do ensino e a necessidade de uma reforma expressiva e profunda, mas também para conquistar mais espaço e influência junto ao governo e população. O jornal passava a se apresentar como principal veículo para críticas, já que a ineficiência do ensino era algo que, segundo o articulista, deveria ser denunciada e reconhecida por toda a população e pelo próprio governo do estado. Estevam utilizava o jornal para fazer-se escutar.

⁹ O *Correio de Minas* foi criado em 1881, embora o jornal tenha passado para a direção e propriedade de Estevam de Oliveira apenas em 1894, ano em que a educação e a política ganharam destaque e centralidade no periódico. O arquivo de memórias da cidade de Juiz de Fora, localizado na Biblioteca Murilo Mendes, dispõe dos exemplares do jornal *Correio de Minas* de 1896 a 1930. No entanto, deve-se ressaltar a descontinuidade do acervo: há lacunas em alguns anos do período citado, das quais as mais consideráveis encontram-se entre os anos de 1900 a 1904 e de 1909 a 1915. A partir desse levantamento, foram selecionados os anos de 1896 a 1920 para se discorrer sobre o papel da escola, os discursos dos atores envolvidos no processo educacional e o jornal como meio propagador do ideal educacional em prol da sociedade. A justificativa para essa escolha foi determinada pela materialidade do jornal, logo centrada no primeiro ano do jornal disponível para pesquisa no arquivo supracitado até o ano 20, pois entendemos que as três primeiras décadas republicanas são muito expressivas em relação à divulgação desse projeto de nação moderna e civilização no jornal, pela constante circulação de matérias relacionadas às denúncias, projetos de reformas e pela participação de importantes homens públicos ligados à educação que se expressavam através do *Correio de Minas*.

manusearem as páginas do impresso e analisarem-se suas matérias diárias, foi possível identificar um papel significativo dada à temática. A partir dessa constatação, destacamos algumas das principais discussões abordadas nesses 25 anos de jornal.

As mais recorrentes notícias incluíram alguns debates particulares como a preocupação com a frequência escolar e a obrigatoriedade do ensino, reaberturas e fechamentos de escolas, as escolas normais, a crise financeira dos estados e seus reflexos na educação, entre outros. Essa dinamicidade e diversidade de temas expostos na imprensa nos fazem refletir sobre o poder que tal divulgação podia alcançar, fosse de modo persuasivo e de convencimento, fosse de modo crítico e articulador. Somos levados a refletir também acerca dos reais objetivos que se almejava atingirem.

A reforma do ensino e suas proposições: os discursos no Correio de Minas

Ao analisarmos as notícias, pudemos encontrar algumas respostas que nos permitiram de antemão o anúncio que o tema da reforma perpassava pelo ensino primário nas escolas públicas e também pelo ensino normal (educação para a formação de professores). Quanto aos envolvidos nessa ideia, viu-se que não só os homens públicos e governantes questionaram a ineficácia e apresentaram propostas de transformação, mas que também a própria sociedade civil se manifestou e demonstrou sua insatisfação com o “sistema” vigente.¹⁰ Em uma das notícias publicadas no jornal, foi apresentada uma crítica aos senadores e à lei de nº 41, alegando-se a continuidade do processo de degradação da escola pública no estado de Minas Gerais. Prosseguia-se com reclamações por uma reforma do ensino normal e a alegação de não ser mais possível manter o ensino primário “quase privativamente mantido e provido pelo Estado” (CORREIO DE MINAS, 19/01/1899). Na sequência de notícias que compunham os tabloides diários, a grande preocupação consistia em se pensar numa organização efetiva para as escolas primárias, incluindo professores qualificados, materiais didáticos adequados, instalações de acordo com as exigências higienistas relacionadas às preocupações quanto à saúde mental e física da criança, fiscalização em relação à frequência e métodos eficientes de aprendizagem.

¹⁰ A participação de membros da sociedade civil nas denúncias e solicitações quanto às reformas do ensino puderam ser observadas em notícias nos jornais e abaixo-assinados produzidos pelos mesmos, nos quais se reivindicavam melhorias nas escolas, substituição de professores e abertura de novas escolas, entre outros.

Os artigos publicados ainda divulgavam a necessidade de se reformar o ensino elementar mineiro, que naquela época ainda não possuía um programa definido, e, como os professores eram autônomos para definir o programa, as escolas primárias careciam de uniformidade. Criticavam-se os compêndios e o fato de as matrículas serem feitas em qualquer época, o que por si só inviabilizava a execução de um programa regular de ensino (ibidem, 24/02/1905). Em suma: a enxurrada de denúncias, reclamações e propostas permaneceu presente no jornal durante os anos seguintes, o que demonstra que por bastante tempo a situação do ensino mineiro permaneceu precária e deficiente.

O *Correio de Minas* continuou exercendo seu papel de divulgador, embora seja pertinente enfatizar que todos esses meios de expressar o que se passava com a educação mineira podiam representar muito mais que uma simples relação, ou seja, abre-se uma margem para que se pense em um jogo político ou uma forma de persuadir a população de acordo com interesses particulares, fossem eles dos agentes envolvidos (interesses de ordem política ou específica de indivíduos envolvidos com o projeto de nação) ou do estado. Como disse Gramsci (1999, p. 20),¹¹ “a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”. Era assim que o jornal agia, repetindo e insistindo na divulgação dos problemas e nas soluções para a educação, já que esta era a “chave” para que se obtivessem os resultados esperados para a sociedade.

Outro demonstrativo da constante ação dos autores das ideias que circulavam na imprensa, a fim de obtenção de resultado político, particular ou até mesmo favoritismo e reconhecimento junto ao governo, por meio da divulgação de notícias em periódicos, pode ser observado através da apresentação do relatório do secretário do interior, Delfim Moreira, ao presidente do estado sobre o problema do ensino público. As principais propostas foram à formação de professores na escola normal da capital (o estabelecimento modelo) e a aplicação dos recursos antes disponíveis para as escolas normais para a criação de grupos escolares. Essas medidas, segundo o secretário, resolveriam o problema do excesso de normalistas para poucas cadeiras (ibidem, 04/08/1905). Também se relatou no tabloide através dos artigos, que a Câmara Municipal reabrira inúmeras escolas públicas que anteriormente haviam sido fechadas por falta de dinheiro ou para melhoramento do ensino (ibidem, 21/04/1906), já que se acreditava que estas escolas isoladas existentes desde o Império e que perduraram na República não atendiam as necessidades do governo dentro do projeto de civilização da população. Nelas faltavam meios eficientes de controle dos professores e alunos pelo poder estatal.

Esta última notícia permite pensarmos sobre possíveis estratégias particu-

¹¹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

lares apresentadas nas entrelinhas da mensagem. Primeiramente, ficava evidente a crise financeira do estado mineiro e da Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, o que justificaria o fechamento de escolas e a diminuição de gastos públicos. No entanto, a mesma notícia também expressava que medidas públicas estavam sendo tomadas para o aprimoramento do ensino, ainda que o estado estivesse com problemas orçamentários. Vê-se aí uma estratégia política: a notícia convenciu seus leitores da necessidade de redução de gastos e ao mesmo tempo os seduzia ao mostrar o esforço empreendido pelo governo.

Outra notícia em destaque trata-se do ofício enviado por Carvalho Britto a todos os inspetores técnicos de instrução pedindo-lhes que procedessem ao levantamento estatístico do ensino particular em cada circunscrição. Declarou estar no plano do governo

(...) estimular o ensino particular que, para honra do Estado, por ahi se exerce de modo considerável; e, consagrando essas idéias, o regulamento de instrução pública em vigor estabelece no capítulo II que o Estado estimulará e auxiliará o ensino primário realizado em domicílio particular por iniciativa das famílias, e indicou a maneira de se realizar a assistência pública nesta matéria (idem, 13/08/1907).

Esta pequena amostra da discussão abordada no *Correio de Minas* mostra como a educação estava presente nos discursos da época e era foco de debates, sugerindo-se a necessidade de uma reforma de qualidade para o ensino primário, por ser este destinado às camadas populares que deveriam disciplinar-se e civilizar-se em benefício da sociedade, de cujo seio necessitava-se extinguir a ignorância e os maus costumes do povo inculto e sem escolarização.

As escolas normais foram pautas de muitas polêmicas e matérias no *Correio de Minas*. Iniciando a discussão acerca de tal assunto interessa-nos divulgar o debate envolvendo políticos que haviam votado para a supressão do curso normal e aqueles que discordavam dessa medida. Entre as notícias destacadas havia uma crítica ao projeto de um deputado mineiro que propunha a supressão, pretendendo substituir a escola normal por um externato do ginásio anexo à Academia de Comércio. No entanto, segundo o articulista, além da escola normal ser referência do ensino público primário na cidade de Juiz de Fora ela era democrática, pois admitia alunos pobres que intentavam alfabetizar-se, enquanto que o externato seria um ensino mais aristocratizado, formador de bacharéis em letras (idem, 02/09/1897). No entanto, apontamentos acerca da má qualidade na formação dos normalistas

ganharam destaque no jornal:

Estevam de Oliveira se defende contra a acusação de que em seu relatório, teria chamado os professores mineiros de analfabetos. Na verdade, segundo ele, a lei nº 41, que rompeu com o concurso público para provimento de cadeiras primárias desde 1882, deu margem à existência de professores despreparados e sem diploma para provirem temporariamente as cadeiras de ensino (13/10/1904, CORREIO DE MINAS).

Vê-se que Estevam de Oliveira teve um papel central nas denúncias contra a qualidade do ensino normal –seja pelo seu lugar de inspetor extraordinário do Estado e homem de confiança do governo, seja pelo seu lugar de jornalista - apon-tando problemas e indicando soluções.

O articulista afirma ter sido benéfico o fechamento das escolas normais do estado de Minas para que pudessem ser feitos os retoques orçamentários para o ano de 1905, mas também para que pudesse ser organizada a reforma do ensino. O artigo discute também a necessidade de reformar o ensino primário e melhorar as condições do professorado mineiro (idem, 05/01/1905).

Na notícia, o articulista informa ter sido solicitado ao Congresso Mineiro uma reforma do ensino normal para que a Escola Normal de Juiz de Fora (dirigida por José Rangel), elogiada pelo articulista, pudesse ser reaberta. Estevam também argumentou sobre a necessidade de abertura de escolas normais em novas áreas da Zona da Mata e afirmou que, apesar do déficit do estado de Minas, a suspensão do ensino nas escolas normais deveria ser apenas temporária, já que, segundo ele, o ensino normal era possivelmente o principal ramo do serviço público (ibidem, 10/06/1905). Segundo Chamon¹² (2009, p. 192), “como polemista, ao lado do pensamento independente, da clareza da verdade, da defesa de princípios justos, Estevão também era representado não só como produtor de interpretações sobre a realidade social, detentor de um pensamento crítico capaz de produzir diagnósti-

¹² CHAMON, Carla. “Estevão de Oliveira: o intelectual e suas biografias”, in FILHO, Luciano Mendes Faria, e INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

cos, mas também como alguém capaz de prognosticar, de apontar as trilhas para serem seguidas no futuro, papel que se evidenciava em seu compromisso com a educação”.

Ainda que tenha sofrido diversas reformas, a escola normal continuou sendo alvo de críticas e apontamentos de ineficiência. A análise dos periódicos após mais de dez anos do início da discussão nos jornais comprova tal constatação. Numa entrevista ao jornal, o inspetor regional e pedagogo Raymundo Tavares apontou o ensino normal como o maior problema da instrução em Minas, dentre outros aspectos que causavam atraso e prejuízo:

A evolução da nacionalidade tem na instrução a magna causa... sobre a organização escolar, escola primária é a célula da dinâmica social (...). Professorado: e o professorado? Grande parte dos docentes primários, mesmo dos que precedem de institutos normais, deixa a desejar, não somente pela insuficiência literária, mas também pela incapacidade profissional (CORREIO DE MINAS, 11/10/1916).

Retomando a posição de Estevam quanto à formação de professores e evidenciando as mazelas do ensino normal, a notícia em seguida relata sua dita dedicação para tentar solucionar os problemas desse tipo de ensino, em entrevista concedida ao jornal aqui pesquisado:

Sabendo que Estevam de Oliveira havia regressado à cidade, depois de uma ausência de cerca de quatro meses, durante a qual estivera inspecionando escolas normais no sul de Minas, fomos procurá-lo, com o intuito de ouvir a sua opinião sobre o ensino normal. Estevam escreveu um relatório (publicou) que prestou relevantes serviços à reforma da instrução: “Nosso ensino normal deixa muito a desejar, mas cumpri um papel político importante, contra o analfabetismo” (...) (idem, 09/12/1916).

A utilização da imprensa como instrumento de poder e estratégia de influência e persuasão através dos discursos educacionais

Entendendo a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade e para o progresso da nação, Estevam adotou a imprensa como sua maior aliada na propagação de suas ideias. Utilizando-se da análise de Hunt (2001)¹³ acerca da linguagem enquanto instrumento de poder, é possível relacionar essa perspectiva com a fala de Estevam. Hunt (2001, p. 23) mostrou como “a linguagem política podia ser usada retoricamente para criar um senso de comunidade e, ao mesmo tempo, estabelecer novos campos de luta social, política e cultural (...) [e examinou] a maneira como a prática linguística podia ser um instrumento ativo de poder (...) em vez de simplesmente refletir a realidade social”. Enquanto conhecedor da relevância dos periódicos e de seu poder de alcance, persuasão e convencimento, Estevam estava consciente de que sua “voz” ressoaria pela cidade de Juiz de Fora e pelo estado mineiro a partir de seus artigos na imprensa, de seu ideal expresso no periódico, de sua intenção subliminar nas páginas do jornal. Estevam é um dos exemplos, dentre os muitos possíveis de serem citados, para demonstrarmos como o jornal pode ser usado enquanto instrumento de poder.

A imprensa possui um significado muito maior, envolvida em representações e intenções particulares, que simplesmente caracterizada como fonte. Na visão de Silva (2006, p.41), deve-se crer na percepção desse meio como “ferramenta para a conquista da hegemonia política, a conquista da opinião pública e a direção da [sociedade civil]”.

Apesar do entendimento da importância da instrução na formação social, a valorização da instrução pública estava sendo usada como recurso político nas páginas do *Correio de Minas*, que serviu como relator desse uso de poder, das denúncias que envolviam os agentes do estado e da utilização da educação para promoção particular. No entanto, para além de sua função de relatar e divulgar as notícias em suas páginas, o jornal também exerceu seu poder na medida em que selecionou tais delatos para veicular. Quais eram os interesses subliminares do *Correio de Minas* e, junto a ele, de seus redatores e sua direção, ao escolherem criticar e publicar denúncias que afetavam determinados partidos políticos? Vê-se, portanto, que a escolha de determinadas notícias em detrimento de outras já demonstra uma estratégia política e de poder.

Crítica à instrução pública como recurso político de retórica e à aquisição de material didático pelo governo mesmo sem a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública. Também denuncia as más condições de funcionamento das escolas públicas (CORREIO DE MINAS, 12/04/1898).

¹³ HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 3ª ed. Martins Fontes Editora, 2001.

Estevam de Oliveira esteve, notoriamente, envolvido no que se denunciou e criticou, como a utilização de seu cargo público para atender a interesses partidários. No entanto, o *Correio de Minas* publicou essas acusações, como publicou também a defesa de Estevam sobre o suposto abuso de poder. As discussões, incluindo acusação e rebatimento, foram veiculadas no jornal. Chama a atenção, portanto, o fato de Estevam de Oliveira, mesmo enquanto proprietário do periódico, não ter omitido tais denúncias, dando assim credibilidade e idoneidade tanto à sua própria pessoa como ao *Correio de Minas*. Porém, tal destemida atitude também gera alguns questionamentos. Será que esse excessivo destemor não seria justamente uma estratégia para agregar a impressão desonestidade à sua imagem e, ao seu jornal, a legitimidade e seriedade que necessitaria ter?

Estevam de Oliveira se defende das críticas de que estaria ao mesmo tempo vilipendiando o professorado mineiro e pedindo que lhe comprassem o seu jornal. Estevam esclarece que suas críticas não têm conotação hierárquica, uma vez que a Lei Raposo de 1901 extinguiu o cargo de inspetor de ensino extraordinário (posto efetivo do estado), no qual serviu por 12 anos (idem, 15/10/1904).

Observe que esta notícia, embora denuncie as desconfianças quanto aos interesses de Estevam, em seguida anulam as suspeitas ao enaltecer a figura de Estevam e destacar sua seriedade na vida pública e em sua profissão. Para legitimar a imagem idônea do inspetor, o jornal publicou cartas de apoio a Estevam de Oliveira quanto à polêmica sobre o relatório de ensino por ele produzido que teve muita repercussão no jornal oficial *Minas Geraes* (ibidem, 19/10/1904).

Posteriormente, novas acusações contra Estevam foram noticiadas pelo jornal, desta vez criticando a inspeção escolar, considerada nula pelo autor do texto, e acusando seus responsáveis de serem “agentes políticos do partidarismo local” (ibidem, 19/11/1904).

Os anos seguintes, mais expressivamente 1906 e 1907, foram palco de divergências políticas e acusações de interesses particulares por diferentes homens públicos. Nesse período, Estevam de Oliveira teve mais uma vez papel relevante, ora como acusador e propositor, ora como acusado e criticado. Sob o pseudônimo de “Neophito”, ele não abriu mão de apontar as falhas do governo ao qual se alia, reconhecendo, porém, também alguns avanços¹⁴.

¹⁴ Neophyto elogia a retirada do preceito da obrigatoriedade do ensino do regulamento

Neophyto critica a abertura de um novo grupo escolar em Juiz de Fora, superposto ao já existente. O autor argumenta que o grupo que já estava fundado na cidade não servia de modelo para outros, funcionava em horário inconveniente e prejudicial às crianças e nem sequer atendia os requisitos básicos de higiene. Também rebate a visão otimista do diretor do Grupo Escolar, José Rangel, afirmando que a estatística do grupo em funcionamento não justificava sua existência (CORREIO DE MINAS, 05/05/1907).

As críticas de Estevam, assim como sua posição contrária a outras relacionadas à política educacional, renderam-lhe perseguições e até mesmo ameaça de retaliações, o que demonstra que, muito mais que um ideal ou projetos educacionais, estavam em jogo interesses particulares e a disputa por espaço e poder na política de governo.

Reprodução de um artigo publicado no *Correio da Tarde* noticiando a necessidade do governo em enviar uma escolta policial para garantir que Estevam de Oliveira pudesse desempenhar sua função de inspetor escolar em São João Nepomuceno. O *Correio de Minas* critica as autoridades públicas locais por não garantirem a ordem de maneira que Estevam pudesse, sem risco de retaliações, exercer sua atividade de inspeção (idem, 30/08/1907).

As sugestões feitas por Estevam, do mesmo modo que seu projeto de reforma e organização para o ensino em Minas Gerais receberam apoio em muitos

recém-aprovado por Carvalho Britto uma vez que o estado não possuía elementos para tornar realidade tal aspiração. Portanto, para ele, se a obrigatoriedade era inaplicável, sua manutenção no regulamento era dispensável. Dando continuidade à denúncia de normas e leis inúteis, Neophyto critica o regime de prêmios que gratificava os professores que aprovassem um mínimo de vinte alunos nos exames finais. Além de este regime não ser compatível com o reduzido número de alunos frequentes, também não o era com o novo sistema dos grupos escolares, que possuía diferentes professores (de diferentes disciplinas) durante o ano letivo (23/12/1906, CORREIO DE MINAS).

segmentos, assim como garantiu o apoio de agentes públicos do governo que o enalteciam admiravam sua capacidade de entender as necessidades da educação e seguiam suas sugestões para a educação mineira¹⁵.

O *Correio de Minas* seguiu relatando as notícias de utilização da instrução pública como recurso político, principalmente as que envolviam os adversários políticos de Estevam:

Crítica à manobra eleitoral de Antonio Carlos, que, segundo o articulista, usava a promessa de criação de um novo grupo escolar em Mariano Procópio para aumentar seu prestígio político. Para o autor do artigo, a região dispensava a criação de um novo grupo, já que o colégio Santa Catarina reunia grande parte da população em idade escolar no local. Ele pede que Carvalho Britto, secretário do interior, não encampe tal proposta, pois uma escola isolada a mais, apenas, seria suficiente para a população de Mariano Procópio (ibidem, 07/05/1908).

As desavenças particulares eclipsam a preocupação com a educação. Isso pode ser observado à medida que o *Correio de Minas* responde diretamente a outros jornais: *O Pharol* e o *Jornal do Commercio*, este segundo de propriedade de Antônio Carlos, adversário político de Estevam. Embora o debate tenha se iniciado com a discordância acerca da necessidade ou não de criação de um novo grupo escolar na cidade, havia algo escamoteado nessa discussão:

Neophyto acusa os jornais *Pharol* e *Jornal do Commercio* de publicarem calúnias a seu respeito devido à sua livre oposição à implantação de um grupo escolar em Mariano Procópio. Ele faz críticas principalmente ao diretor do *Pharol*, um desafeto seu, e ao proprietário do *Jornal do Commercio*, Antonio Carlos [então presidente da Câmara de Juiz de Fora], que, segundo o articulista, publicava insultos à sua pessoa devido à oposição política ao

¹⁵ Carta enviada por Heitor Guimarães, inspetor municipal de ensino, onde se defende por ter dado parecer favorável à supressão de escolas municipais em Juiz de Fora. Segundo ele, sua decisão baseou-se no parecer do diretor dos grupos escolares, segundo o qual haveria escolas estaduais em número suficiente para toda a população da cidade. Reafirmou seu desejo, como o de Estevam de Oliveira, de ver centralizado o ensino elementar do estado. Esclarece que o plano de supressão antecedia a gestão de Antonio Carlos e havia sido idealizado desde a presidência de Duarte de Abreu (idem, 18/01/1908).

chefe da municipalidade (ibidem, 24/05/1908).

Entendemos nessas breves e ainda, inacabadas análises acerca dos debates travados no jornal *Correio de Minas*, que as notícias publicadas sobre o ensino em Minas Gerais e os projetos de reforma também representavam uma disputa por espaço e prestígio destes homens públicos e intelectuais frente ao governo. Percebemos que suas propostas, na maioria das vezes, estavam ligadas a interesses de reconhecimento de esforços e capacidade junto à população e ao Estado. Por isso, muitas vezes, foi possível observar os ataques e insultos contra a integridade desses sujeitos. Nossos estudos ainda não apresentam afirmações prontas e conclusas, pois como o trabalho trata de um segmento de uma pesquisa de mestrado em andamento, o que podemos oferecer são conjecturas, hipóteses refutadas em análise de discursos, em inferências calcadas em fontes primárias aqui apresentadas.

Apontamentos finais

O esforço deste trabalho apontou o jornal *Correio de Minas* como um instrumento de poder. Tendo como eixo a relação entre escola e intelectuais que discursavam pela questão e o jornal enquanto divulgador da política educacional, foi possível perceber as relações de poder existentes nessa relação. Pensando na imprensa como fonte para os estudos no campo da história da educação, observamos, neste caso, que ela aí exerceu e continua exercendo um expressivo papel no sentido de pautar e orientar o debate relativo a vários temas, dentre eles o da instrução. Juntamente com seus colaboradores e partindo de um tema central, este texto centrou-se na escola/ educação e nos projetos de reforma que a envolviam, de modo a refletir sobre o impresso e seus poderes e pensar a configuração que procurou estabelecer a respeito dos projetos educacionais em debate, bem como a orientação que procurou imprimir ao mesmo. No que se refere ao papel da imprensa, Silva¹⁶ assinala:

(...) ela como objeto da história política, e não apenas como fonte (...) só se torna significativa quando vista no contexto da mediação entre a sociedade e o Estado (...) deve ser pensado em suas determinações sociais, mas consciente de que dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas.

¹⁶ *Idem*. 2006. P. 38

Entendendo que o papel da imprensa esteja presente também a outros registros e atenda a mediações mais amplas que as citadas anteriormente, como as concorrências, por exemplo, entre os impressos, para citar apenas uma exemplificação entre outras possíveis, o trabalho aqui proposto tentou analisar algumas cenas e dramas representados nas páginas do *Correio de Minas*, embora tenhamos consciência de que esta tentativa se constitui em início de uma observação que provavelmente tem continuidade nas páginas do periódico, cabendo investigar os agentes e argumentos que mobilizam para manter a força do impresso como dispositivo orientador das relações sociais.

O Garoto, educação e nacionalismo em A Revista

Evelyn Morgan Monteiro Paiva*

O estado do Rio de Janeiro procuraria na educação a cura para suas mazelas. O ensino foi um tema constante nas páginas dos periódicos fluminenses produzidos nos anos iniciais da República. A busca da autêntica nacionalidade e da identidade fluminense encontrava seu par na educação, que, afinal, poderia livrar o país do analfabetismo e preparar os cidadãos para a nova sociedade que se desejava construir. O projeto de educação e nacionalismo de *A Revista* atingiu diversos tipos de leitores e chegaria ao público miúdo com a criação de *O Garoto*.

A Revista surgiu no início do século XX, tendo circulado entre 1919 e 1923 como uma revista ilustrada, literária, que se pretendia fluminense, pois, apesar de ser publicada em Niterói, tratava de todo o território do estado do Rio. Seus editores eram intelectuais locais, também oriundos das diversas partes do interior fluminense, mas exerciam em Niterói suas redes de sociabilidades.

No número comemorativo pelo primeiro ano de aniversário de *A Revista*, em abril de 1920, foi lançado, em suas páginas, um mensário dedicado às crianças, *O Garoto*. Fato curioso, uma vez que significava uma revista dentro da outra; além de ser uma inovação, por se tratar de um periódico direcionado ao público infantil. *O Garoto* estava ligado à ideia de educação proposta por *A Revista*, daí sua criação: um informativo específico àqueles que se queria educar, as crianças.

As questões levantadas neste artigo evidenciam como periodismo fluminense, produzido no início do século XX, pode ser uma importante fonte para a História do estado do Rio de Janeiro. *A Revista* e *O Garoto* fornecem indícios sobre os temas que fizeram parte do discurso dos intelectuais fluminenses na década de 1920.

A educação como instrumento: o modernismo fluminense de *A Revista*

No irradiar dos primeiros anos republicanos, cujas reflexões acerca da realidade brasileira estavam difusas, derivadas em movimentos de cunho nacionalista, o impacto da Primeira Guerra Mundial provocava questionamentos. E seriam os intelectuais – e os fluminenses faziam parte desse grupo – que se autocontemplariam com a tarefa pedagógica de traçar possíveis caminhos para a construção de

* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e doutoranda pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

nossa nacionalidade. Colocar-se-iam a refletir sobre o país, a propor soluções para uma nação que precisava de uma identidade. O tema do nacionalismo estava nas fileiras do momento, pois a palavra de ordem era criar a nação.¹

Para criar a nação, *A Revista* desejava recuperar a atuação fluminense na nação. Os intelectuais responsáveis por tal publicação se preocupavam em construir uma identidade para o estado pelo caminho do moderno, do progresso. Os temas das seções da revista eram variados, mas grande parte deles versava sobre reformas urbanas, literatura, política, história e, principalmente, a relação entre nacionalismo e educação.

É importante ressaltar que o modelo de educação proposto estaria ligado às questões que se faziam urgentes na década de 1920. Ora, se os intelectuais estavam pensando a nação, era necessário formar uma consciência nacional. Portanto, a educação era antes uma educação cívica.

Assim a literatura brasileira deve deixar de ser apenas um “templo da arte” para se transformar em “escola de civismo”. Para levar a efeito tal princípio, o artista precisa abandonar sua “torre de marfim” e pôr os pés na terra, que é onde se decidem os destinos humanos. Porque dotados de dons divinatórios, os intelectuais são eleitos os “legítimos depositários da civilização”, tornando-se, portanto, os mais indicados para *ensinar* o amor pela pátria. Nesta perspectiva, eles devem se transformar em educadores, exercendo uma função eminentemente pedagógica na sociedade.² (Grifo do original.)

A educação tinha, nesse momento, dupla função: uma progressista, de erradicar o analfabetismo, e outra cívica, ao cultivar a nacionalidade.

O contexto do pós-guerra causou impacto entre os intelectuais brasileiros, representando, portanto, um campo fértil para projetos que priorizavam soluções para os grandes problemas nacionais.³ A educação tornou-se peça fundamental

¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Ver também SÜSSEKIND, Flora. “Cenas de fundação”, in FABRIS, Anateresa (org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994.

² VELLOSO, Mônica. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”, in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1993, n. 11. P. 90. Nesse trecho, a autora apropria-se de algumas palavras pronunciadas por Olavo Bilac em seu discurso ao desembarcar da Europa em 1916.

³ Cf. BOMENY, Helena. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional”, in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.6, n. 11, 1993.

para superar os entraves para o progresso do país e do estado do Rio de Janeiro, “arrancando do analfabetismo milhares de crianças que se preparam para o maior orgulho do torrão fluminense”.⁴

O nacionalismo supervalorizou o papel da educação. A instrução tinha como fim uma reforma moral e intelectual do brasileiro. Dessa forma, o ensino se tornou um instrumento precioso na política de regeneração do país, que auxiliaria na definição da identidade nacional.⁵

“(...) a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira.”⁶ Essa frase se aplica não só à nação, mas também aos seus membros. A Constituição de 1891 atribuía aos estados da federação a responsabilidade pelo ensino primário no Brasil. Nesse contexto, em que se queria redefinir a identidade brasileira, buscar-se-ia, também, um novo formato para o estado fluminense. Por meio da educação seria possível fazer uma releitura da tradição, ou seja, uma releitura da interpretação histórica, ao retirar os fluminenses de um estado de segunda grandeza e alçá-lo a um espaço de destaque na federação.

A centralidade do tema da educação é patente no próprio expediente da revista. Entre os seus colaboradores estavam homens e mulheres ligados à instrução.⁷

Dessa forma, as matérias que versavam sobre educação estavam distribuídas pelo periódico em notas ou artigos destinados ao tema. No editorial *30 dias*, por exemplo, que tratava dos assuntos mais relevantes de cada mês, era comum observar elogios e críticas à educação no estado, onde “o ensino decresce. O saber decresce: só uma coisa cresce desassombadamente: a ignorância”.⁸ Havia cobranças

⁴ “Diretoria geral da instrução do estado do Rio de Janeiro”. *A Revista*. Ano II, n. 12, 1921. P. 58.

⁵ GOMES, Ângela. “A escola republicana: entre luzes e sombras”, in ALBERTI, Verena et al. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002.

⁶ NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1974/1976, p. 101.

⁷ Podemos citar vários redatores e colaboradores de *A Revista* que eram ligados à educação como Senna Campos, diretor da sucursal feminina do Colégio Brasil e membro da Academia Fluminense de Letras (AFL); Lilita de Gouvêa Gonçalves, diretora do Externato Santo Antônio; Mario Chaves Campos e José Bernardes Cardoso, ambos professores e inspetores de escolas estaduais do Rio de Janeiro; Horácio Campos, diretor da Escola Normal e membro da AFL; Helena Nogueira, professora no Distrito Federal – e muitos outros que contribuíam nos números de *A Revista*. Além do mais, devemos salientar que o Dr. Armando Gonçalves, redator-chefe do periódico, era sócio do Grêmio Literário Fluminense e diretor da Escola Normal.

⁸ Gioconda Dolores descreve os exames finais nas escolas e critica os “diplomados por decreto”, que se formavam sem a cultura necessária. Gioconda Dolores. “Editorial”. *A Revista*. Ano I, n. 7, p. 3.

aos políticos, mas, quando se vislumbravam melhorias educacionais, louros eram jogados aos mesmos. Apesar disso, porém, não existia uma seção específica para o tema; em vez disso, a questão da educação estava diluída ao longo das páginas. Os artigos, em sua maioria, traçavam uma perspectiva otimista para a educação como forma de alavancar o estado do Rio a um exemplo para a federação.

Era o Dr. Armando Gonçalves quem escrevia mais intensamente sobre tais temáticas. Em seus artigos, observamos um elogio constante à estrutura educacional do Rio de Janeiro, o que, segundo ele, seria um indício da grandeza do estado, da identidade de seu povo. Eram publicadas notas sobre a educação primária, secundária, técnica e superior. Todavia, seriam o ensino primário – representado pelos grupos escolares – e a educação secundária – a Escola Normal⁹ – os dois assuntos que mais apareceriam nas páginas do periódico.

A avaliação do ensino fluminense também era feita a partir da situação dos grupos escolares de cada município. Armando Gonçalves realizou diversas incursões ao interior fluminense, que ocasionaram uma série de publicações e artigos em *A Revista* – especialmente em seu segundo ano (1920) – cujo fim era montar um panorama sobre a educação no estado.¹⁰

A Revista fugiria ao ponto primordial de seu programa se não destinasse uma de suas páginas a instrução popular.

Iniciamos animados pelos sensíveis progressos que, atualmente, se evidenciam, quer no ensino primário, quer no secundário do nosso Estado.

As Escolas complementares, regidas por educadoras de reconhecido mérito e as elementares, sob os cuidados dos verdadeiros apóstolos da instrução, vão espalhando as almas ávidas de saber o **ensino**, que lhes proporciona **o único meio de se tornarem úteis a pátria**.

O Estado do Rio está em [sic] o número dos que não se podem

⁹ Notamos a recorrência não só de artigos como de fotos, notas e comentários sobre a Escola Normal, que, afinal, era um espaço de sociabilidade dos intelectuais à frente de *A Revista*. Seus colaboradores e seu redator-chefe circulavam por aquele ambiente, fazendo dele um *locus* privilegiado de diálogo com *A Revista*.

¹⁰ No número 12, de abril de 1920, “Barra de São João”; “Rio Bonito, o Friburgo dos pobres”, n. 13, de 1920; “Itaboraí” no n. 15, 1920; “Capivari”, n. 16, 1920; “Angra dos Reis” no n. 34, 1922; todos de autoria de Armando Gonçalves; “Imposto sobre o ensino”, de Bittencourt Silva, no n. 25, 1921; neste último é relatado como a criação de um novo imposto sobre a educação iria permitir a criação de colégios no interior do estado.

queixar pela deficiência de Escolas; o analfabetismo vai tendo felizmente um combate seguro e proveitoso. (...)

Quanto ao ensino secundário dispõe o Estado do Rio de Escolas Normais e Liceus, que possuem corporação docente capaz de desenvolver com precisão os seus programas complexos.

O ensino particular é distinguido por um número bem avultado de colégios, que atendem perfeitamente as exigências dos cursos preparatórios.

O ensino profissional, que se inicia, já é uma promessa com a qual devemos contar em proveito da índole de **nosso povo igualmente empreendedor e laborioso**.

A Escola Profissional Visdende[sic] de Moraes é o exemplo do quanto pode fazer o ensino profissional em nosso meio.

O próprio ensino superior já vai sentindo: possuímos faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia regularmente frequentadas.

É portanto com imenso júbilo que registramos, nas páginas da A Revista, esse momento salutar **em prol do nosso engrandecimento**.¹¹ (Grifos meus.)

O fragmento demonstra a importância da educação na releitura da História fluminense. Os intelectuais de *A Revista* mostravam um estado do Rio de Janeiro modernizado, comprovado pela educação, que descortinava o homem da ignorância e delineava sua identidade a partir do desenvolvimento de um “processo civilizatório”,¹² por meio do patriotismo.

A modernização de *A Revista* era empírica, traduzida em fotografias, e suas páginas, preenchidas de instantâneos que versavam sobre o ensino. Não bastava relatar os avanços da educação fluminense: o anseio desses intelectuais era decantar em seus leitores essa ideia. Para tal exercício, usavam fotografias como provas da modernidade conquistada pelo estado, por meio da educação, e vivida por aquela sociedade que mudava, acompanhando as novas tecnologias. Esse era um recurso amplamente utilizado para propagandear a educação e as melhorias do estado do Rio de Janeiro:

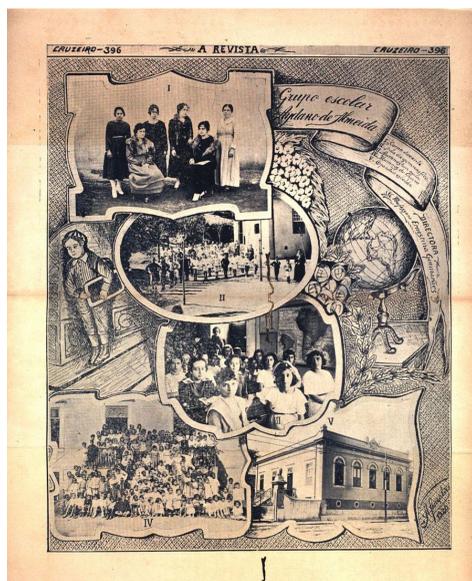
¹¹ “Instrução”. *A Revista*. Ano I, n. 5, 1919, p. 26.

¹² Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

(...)prosseguindo em nossa propaganda em prol do ensino público, no Estado do Rio Janeiro, damos hoje uma página ilustrada do Grupo Escolar Ayadano de Almeida, um dos melhores do Município de Niterói (...) A Revista espera prosseguir na reportagem fotográfica e, para isso, apela para a boa vontade dos Srs. Diretores de 'Grupos Escolares' que, certamente, se prontificarão a fornecer os dados necessários.¹³

Apesar de ter sido um periódico de variedades e tratar de temas diversos, como arte, política, comércio, ciência, cotidiano e poesia, observamos que a educação tangencia muito desses assuntos. O que estava em pauta não era somente a escolarização, mas antes a formação do indivíduo, o traçar de uma identidade para os fluminenses. Educação é antes socialização. E, para tal tarefa, muito mais do que alfabetizar, era preciso:

Alfabetizar não é só fazer conhecer as letras do alfabeto, ler corrido, escrever e contar, mas converter um ignorante em um cidadão consciente, apto a ganhar honestamente a vida, e concorrer para o desenvolvimento do país. Para ter um objetivo, uma finalidade social e econômica a instrução primária tem que ir mais além: fazer homens prestáveis a Família, a Sociedade e a Pátria, homens morais e fisicamente fortes.¹⁴



¹³ "Grupo escolar Ayadano de Almeida". *A Revista*. Ano II, n. 13, 1920, p. 6. Também podemos ver fotografias de funcionários da instrução no estado no número 54, 1923; de meninas normalistas no número 4, 1919; de docentes da Escola Normal no número 8, 1919; do prédio e do diretor da Escola Normal no número 2, 1919; das meninas do Colégio Brasil no número 34, 1922, dentre outros.

¹⁴ CATRAMBY, Guilherme. "O analfabetismo". Ano III, n. 31, 1921, p. 29. O autor desse artigo era o então chefe da instrução do estado do Rio; abaixo do título estava o destaque "Especial para *A Revista*". A cultura também era um indício de educação.

Nesse sentido, educar vai muito além das fronteiras do analfabetismo. E parece ser a receita perfeita para o país que quer se remodelar. No programa do nosso periódico, a educação é polifônica, e dialoga com a música, a arte, a ciência, enfim, com a modernização. Todas fazem parte de um desenho de identidade que é proposto em *A Revista*. E essa educação começa cedo, ainda quando criança.

O Garoto: nacionalismo para gente miúda

Como citamos anteriormente, *O Garoto* foi um periódico direcionado às crianças. Seu lançamento aconteceu em abril de 1920, dentro do número especial de primeiro aniversário de *A Revista*. Com essa estratégia, *A Revista* aumentava o seu público leitor e suas possibilidades de venda. Ao se comunicar com esses pequenos leitores os intelectuais fluminenses reproduziam a pauta de identidade e educação que compunha *A Revista*.

A imagem da criança, em *O Garoto*, não era de um adulto em menores proporções, mas de leitores particulares, com um universo próprio. Isso fica claro no apelo visual e no texto, que priorizava o lúdico. *O Garoto*, na verdade, acompanhava uma tendência, ainda que lenta, daquele início do século XX, de um novo olhar sobre os infantes. Esse movimento, que caminhava junto com as reflexões pedagógicas, procurava particularizar a infância, ao negar o trabalho infantil, ao valorizar as brincadeiras e linguagens específicas como parte do desenvolvimento da criança, ao produzir uma literatura dedicada aos pequenos.¹⁵



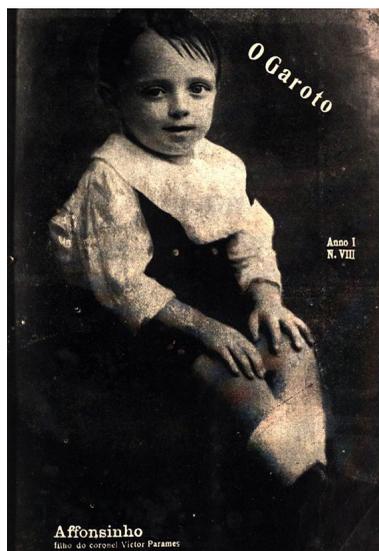
a fantasia às crianças, mudando decisivamente o pensamento literário da época.¹⁶

Monteiro Lobato foi pioneiro nesse sentido. No final do século XIX, a literatura brasileira destinada à infância era totalmente dependente da europeia. As histórias e fábulas eram traduzidas, como as de La Fontaine. Lobato lançou em 1920 *A menina do nariz arrebitado*, e manifestava sua preocupação com as leituras do pequeno público. Elaborou um modo diferente de levar

¹⁵Cf. DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; e FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

¹⁶ Cf. CADERMATORI, Lígia. "Literatura infantil brasileira em formação", in ZILBERMAN, Regina (org.). *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1982; e FILIPOUSKI, Ana Maria. "Monteiro Lobato e a literatura infantil brasileira contemporânea", in ZILBERMAN, Zilberman (org.). *Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

O Garoto estava afinado com esse movimento das letras infantis¹⁷ e buscava aliar a diversão com a educação. Mas em seu caso a educação estava voltada para a construção de uma nacionalidade, pautada no civismo. Circulou por um ano – de abril de 1920 a abril de 1921¹⁸ – e era todo pensado para os pequenos leitores, público diverso do de *A Revista*. Além disso, poderia ser vendido avulso, pelo preço de 100 réis.¹⁹



Essa não era a primeira iniciativa de *A Revista* em relação aos pequenos. Havia uma seção chamada Página Infantil, que acompanhou os números de *A Revista* durante todo o seu período de circulação. Era também publicada com o título de Alegria dos Lares ou Galeria Infantil. Essa seção estava sempre recheada de fotografias de crianças, sendo uma espécie de coluna social infantil. Filhos de industriais, de políticos, de pessoas importantes tinham suas fotos publicadas com legendas de consagração. Além disso, eram anunciados aniversários, nascimentos e bailes de máscaras infantis.

Observamos que, apesar de ter as crianças como tema, esta seção era direcionada a outro público, os adultos. Afinal, as legendas dos retratos dos infantes falavam mais sobre seus pais, sua importância dentro da sociedade fluminense, do que sobre as crianças em si. É nesse ponto que *O Garoto* é inovador. Sua linguagem, o apelo visual, as temáticas, toda a sua forma era dedicada ao público miúdo.

O Garoto se assemelhava à *Revista*, simbolizando uma forma de levar seu programa às crianças. No tocante ao formato, tipos de fonte, vinhetas, qualidade

¹⁷ Nesse início do século XX, outros periódicos, cariocas e fluminenses, também estavam sendo publicados e pensados a partir do público infantil. Vejamos alguns exemplos encontrados no acervo da Biblioteca Nacional: *Almanak da Revista Infantil* (1924), Rio de Janeiro; *Beija-flor: revista infantil ilustrada* (1915), Petrópolis; *O Infantil* (1912-1916), mensário que se tornou quinzenal e circulava na cidade do Rio de Janeiro; *Chantecler: semanário para grandes e pequenos* (1910); *Revista Infantil* (1921 e depois 1933); *O Tici-tico: mensário infantil* (1905-1962); além do homônimo *O Garoto* (1915-1918), publicado na capital Rio de Janeiro.

¹⁸ Os motivos de seu fim não são declarados na revista. Nas edições de janeiro e fevereiro de 1922 de *A Revista*, *O Garoto* aparece, mas sem seu aspecto pedagógico, apenas como uma página ilustrativa, a exemplo da *Página Infantil*, com fotos de crianças fantasiadas por ocasião do carnaval.

¹⁹ *A Revista* em seus primeiros anos custava 400 réis o exemplar, apesar de não sabermos sua tiragem. A partir de 1921 cada número custava 500 réis, a assinatura semestral, 15 mil e a anual, 25 mil réis. Ver “Aos Nossos Leitores”, *A Revista*. Ano III, n. 24, 1921, p. 18.

do papel, tudo era similar, apenas mais lúdico, voltado para seu público-alvo. E o “programa” também se aproximava, pois havia poesia, versinhos, contos com moral da história, charges, arte e um forte apelo à educação cívica.

Os colaboradores de *O Garoto* eram os filhos dos redatores ou colaboradores de *A Revista*, todos tinham sua foto estampada no periódico. O redator-chefe – Joãozinho – era filho do proprietário, Manoel Leite Bastos. Em seu primeiro editorial, Joãozinho narra que a iniciativa do periódico iniciava sua trajetória pelas letras fluminenses, seguindo os passos do “papá”.²⁰

Além de muito divertido, *O Garoto* nos oferece uma imagem simbólica e privilegiada de *A Revista*, no *stricto sensu* de ser um símbolo da educação cívica proposta pela revista. Este “pequeno periódico” é revelador na medida em que propõe a construção de uma identidade aliada à ideia de nacionalidade, em que o público-alvo é a criança.

Em seu primeiro número, ganhou destaque um conto chamado “Uma festa cívica”, de Tônico:

Vínhamos de uma festa cívica.

A mamã trazia ao colo a maninha que dormia a sono solto.

Eu, ainda acordado, conversava com o papá. Lembro-me que ele dizia entusiasmado, batendo mansamente em minha cabecinha loura: Meu Filhinho. Aquele homem que falou sobre o ‘Brasil’, que elevou os brasileiros, foi meu amigo de infância. Eu era de tua idade e ele era como tu. Brincávamos nas Alamedas do Palácio de meu pai e sempre notei em meu amigo uma alma nobre, um verdadeiro patriota. Que felicidade não sentiria seu pai em, amanhã quando velho, ouvir alguém dizer o mesmo de ti. Ouviste as palavras do grande amigo de nossa Pátria, sentiste o que lhe exaltou o coração? Pois bem que a tua alma se forme ao exemplo daquele distinto brasileiro.

As palavras de papá me animaram de tal maneira que jurei prezar muito este Brasil, que entusiasma os oradores e forma os verda-



²⁰ *O Garoto*. Ano I, n. 1, 1921, pp. 93-100.

deiros patriotas.²¹

O texto oferece indícios de como os fluminenses estavam reunindo perspectivas para a elaboração da nacionalidade. O periódico era relevante na medida em que narrava o potencial do estado do Rio para a formação do conceito de pátria. A década de 1920 é emblemática por suas iniciativas de repensar o país; os fluminenses estavam buscando seu espaço nessas discussões, ao esquadrihar uma identidade de um Estado modernizado, nacionalista, em que educação fosse sinônimo de progresso.

Mônica Velloso, ao citar Alceu Amoroso Lima, reflete sobre o crescimento dessa onda nacionalista. E observa que o impacto do pós-guerra levaria a uma “volta às nossas raízes, (...) o que suscitou a reação modernista”.²² A visão pessimista do nacional era subvertida pela decadência do ideal civilizatório europeu. A *Revista* acompanhava essa tendência modernista de valorização dos elementos nacionais e as possibilidades assim se ofereciam para a construção da coletividade denominada nação.

Em suas publicações – e ainda mais pedagogicamente em *O Garoto* –, *A Revista* usou a literatura como instrumento de um ideal nacional. Seu texto articulava o regional e o nacional, a identidade fluminense diante da nação.

(...) Tirou-nos do embaraço o papá. Devemos lembrar aos amiguinhos que, em breve, serão reabertas as nossas aulas e que precisamos estudar bastante para que sejamos os garantidores do futuro de nosso País.

Tiremos dos livros os ensinamentos que formarão o nosso caráter e ilustrarão o nosso espírito.

E, assim, cumprimos o maior e mais sagrado dos deveres. O Estado do Rio de Janeiro, que tem sido tão pródigo em homens ilustres, não pode desmentir suas gloriosas tradições.²³

A educação remonta à história intelectual de uma sociedade, por isso sua centralidade.²⁴ Podemos observar que em *A Revista* essa centralidade é fundamental pelo caráter multifacetado que a educação adquiriu ao ser símbolo de moderni-

²¹ “Uma festa cívica”. Idem. P. 99, 1920. No número 3, de 1920, temos outro conto patriótico, “O desertor”; no número 4, também de 1920, “Uma palestra”, que ressaltava as qualidades do Brasil.

²² VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. cit., p. 91.

²³ *O Garoto*. Ano I, n. 8, 1921, p. 30.

²⁴ Ver BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

dade e nacionalismo, a começar desde cedo, ainda na infância.

A Revista e O Garoto foram projetos em defesa da instrução, que contribuem para compreendermos os anseios intelectuais na consolidação do regime republicano. As imagens produzidas eram de uma sociedade educada e branca, nas fotos publicadas não aparecem crianças negras ou mulatas. Índícios como esses sugerem quem eram esses intelectuais e que nação/educação cívica queriam propagar. Esses projetos colaboram para discutir educação e nação nas primeiras décadas da República no Brasil.

O *Abertura* na Tupi: televisão e política no processo de abertura política no Brasil (1979-1980)

Paulo Roberto de Azevedo Maia*

Este trabalho tem como preocupação maior entender o papel da produção audiovisual no processo de abertura política a partir da análise do programa *Abertura*, da Rede Tupi, responsável pela experiência de um jornalismo crítico voltado para discussão do processo de abertura política na televisão, tendo ficado no ar no exato momento em que o país passava pela perspectiva do fim do regime civil-militar. O programa foi exibido por pouco mais de um ano, entre 1979 e 1980. Para tanto, pretendo discutir o programa *Abertura* no contexto da luta democrática na segunda metade da década de 70.

Uma questão que surgiu nos estudos sobre o período da *Abertura* política é a idéia da resistência democrática ligada à atuação de militantes de esquerda no final dos anos 60 e início dos anos 70. Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti não é possível falar em resistência democrática. O termo tem origem nos variados grupos que combateram o nazi-fascismo e está ligado a idéia de combate defensivo e não uma ofensiva revolucionária. Assim a experiência no Brasil se distânciava desse conceito, apenas alguns movimentos podem receber essa denominação como a esquerda católica, alguns movimentos liberais e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB) que pregava uma ampla frente de combate a ditadura, sem a necessidade de luta armada. A maior parte dos movimentos engajados na luta contra o regime procurou o caminho da luta armada, mas não com a pretensão do restabelecimento da ordem democrática anterior ao golpe. Sua influência era a revolução cubana e procurava desenvolver uma ação revolucionária que derrubasse o regime civil militar e, posteriormente, implantar uma sociedade de cunho socialista. Classificar a luta armada dentro do quadro de resistência foi uma ação mistificadora que teria surgido no período da abertura política com o movimento da anistia.¹

Os resultados das ações nem sempre são expressão da intenção do agente, sendo assim Ridenti levanta a questão dos resultados da luta armada. O movimento de esquerda era bem pequeno e insuficiente para combater o regime. Suas ações tiveram pouca expressão e nunca conseguiram se unificar e criar um movimento com chances reais de tomar o poder. Assim por sua fragilidade pode-

* Paulo Roberto de Azevedo Maia é doutorando em História na Universidade Federal Fluminense.

¹ REIS, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

riam ser chamados de resistência. Isso não significa que esses militantes estavam envolvidos em um movimento de resistência democrática, afinal, a grande maioria não tinha a democracia como horizonte.²

A luta democrática pode ser contextualizada a partir da derrota política dos movimentos de esquerda que optaram pela luta armada quando grupos de esquerda se uniram em torno da idéia de luta pelo retorno da ordem democrática, ajudando a compor um amplo campo contrário a ditadura. Isso acontece no momento em que o governo começa seu projeto de fazer uma abertura política. Começa uma dupla cruzada, a de um governo autoritário propagando o fim do seu regime de forma gradual para não bater de frente com os setores mais conservadores o que poderia impedir o progresso da abertura e a ação de setores organizados da sociedade como o movimentos de esquerda que tiveram a necessidade de se reconstruir enquanto força política depois da derrota da luta armada.³

O surgimento de um movimento pela luta democrática provocou dentro dos grupos de esquerda uma reorganização com o surgimento de novos grupos com novas metas. Essa discussão começou no exterior, mais precisamente no Chile, com exilados que procuravam caminhos alternativos para lutar contra a ditadura, mas depois da queda de Salvador Allende com o golpe de Pinochet esse debate foi para outros países se concentrando em Paris onde a publicação da revista *Brasil Socialista* surgiu como um espaço de reflexão para esse debate.⁴

No Brasil na segunda metade da década de 70 começou um esforço das esquerdas de sair da clandestinidade e ganhar visibilidade na sociedade o que foi possível com o estabelecimento de alianças com outros setores da sociedade que também queriam o fim da ditadura. Entre as organizações podemos destacar o MDB que após a vitória da eleição de 1974 preocupou o governo e se mostrou um veículo aglutinador de forças descontentes vindas dos mais variados setores da sociedade. O movimento da Igreja católica pelos direitos humanos através da Pastoral da Terra e as comunidades eclesiais de base e de forma mais particularizada a luta do cardeal de São Paulo Dom Evaristo Arns no seu engajamento contra a tortura que originou o movimento *Brasil Nunca Mais*. O movimento estudantil, depois de

² RIDENTI, Marcelo. "Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores". In: REIS FILHO, RIDENTI & MOTTA, 2004, In Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p.57.

³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. "A luta democrática contra o regime militar na década de 1970" In Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 162.

⁴ Maria Paula Nascimento Araújo mostra o debate entre dirigentes da POLOP e do MR-8 sobre a questão da luta democrática. Ver: A luta democrática contra o regime militar na década de 1970.

anos sem se manifestar, ressurgiu em 1977 com passeatas no Rio de Janeiro. Além desses movimentos setores de classe média e entidades de classe começaram a se manifestar como a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, a Associação Brasileira de Imprensa/ABI, sindicatos dos professores e outros órgãos. Os movimentos considerados de minoria, também, se organizam tais como o movimento das mulheres, dos negros, da causa indígena e dos gays. É importante ressaltar o papel dos sindicatos dos metalúrgicos, principalmente os de São Paulo e da região do ABC que, aproveitando a nova conjuntura política da abertura, começaram uma campanha salarial que fez renascer o movimento sindical no Brasil. Todos os grupos trabalhavam numa frente ampla da sociedade contra o regime pela luta democrática.⁵

A imprensa teve papel importante nesse momento de luta democrática, os jornais da chamada imprensa nanica ou alternativa se posicionaram, A grande imprensa também começou a se manifestar, apesar de não haver por parte grande da imprensa um desejo de manter um posicionamento de oposição ao regime, mesmo com o fim da censura prévia, os jornais eram propriedades de grupos que haviam apoiado o golpe de 1964 e não viam o porquê de manter uma oposição aberta.

Com o início do governo João Figueiredo tem início um programa de televisão que se propôs discutir o processo de abertura política dando espaço a vozes há muito tempo caladas como é o caso de militantes de esquerda do Brasil ou vindos do exílio. Trata-se de *Abertura* que foi veiculado pela Rede Tupi de televisão e ajudou a aquecer o debate pela volta da democracia e está dentro da conjuntura da luta democrática.

A memória coletiva é segundo Jacques Le Goff,⁶ um campo minado por lutas e disputas sociais em torno do controle sobre o passado. O interesse por ela é incontestável, seja no âmbito privado ou no público. Possuir os mecanismos de controle da memória e mesmo de poder ocultá-la ou gerar seu esquecimento é ter em mão um arsenal de dominação de real poder. O caráter seletivo da memória é capaz de preservar imagens positivas graças à afetividade que elas provocam. É por esse prisma que podemos compreender a estratégia de reforço de uma memória coletiva, a partir do resgate da memória individual. Evocando memórias individuais de um grupo, estamos criando, segundo Le Goff, uma memória coletiva, mas acima de tudo provocamos as condições para efetiva existência da identidade do seu duplo aspecto, individual e coletivo. A identidade coletiva também é parte do potencial da memória. Resgatar as falas dos integrantes do *Abertura* é uma forma de entender, a partir de um olhar não isento, como a equipe de articulistas

⁵ Obra cit. p. 167-168

⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

percebiam suas atuações e até como o programa ajudou a formar no imaginário coletivo uma percepção das transformações ocorridas durante o período final do governo civil-militar. O trabalho proposto preocupa-se com as questões da memória da abertura e, para alcançar seus objetivos, fará uso do trabalho de história oral, entrevistando pessoas ligadas ao programa.

A atuação da televisão foi importante no fortalecimento do imaginário, não por criar as condições para formação de um público favorável às ideias democráticas, mas por reforçar uma tendência já manifesta nas iniciativas do governo de propor a abertura e da sociedade por meio das manifestações contra o regime. Dessa forma, a atuação desse veículo na manipulação de símbolos pode ser vista sob a perspectiva de Bazco:

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.⁷

A partir desse referencial teórico, observamos a importância da mídia audiovisual ao estabelecer sistemas simbólicos capazes de interferir na sociedade. Não defendo que a mídia tenha sido um aparelho ideológico do Estado, mas que ela, motivada pelo espírito da abertura, auxiliou nesse processo de forma direta como, é o caso do programa *Abertura*, da Rede Tupi. Esse programa não atingia o grande público, no entanto, alguns setores da classe média, intelectuais, sindicalistas e estudantes passaram a comentá-lo e a discutir as ideias de redemocratização. Assim, o debate sobre o fim do regime aqueceu.

A questão do imaginário, das representações e da manipulação de símbolos por parte da produção audiovisual – televisão e cinema – e da imprensa escrita, bem como por meio da ação governamental – nos discursos oficiais – constitui questão teórica a ser aprofundada na pesquisa.

O trabalho aqui proposto visa romper com a imagem da televisão como ferramenta ideológica de alienação ao sugerir a leitura de um programa jornalístico com um alto teor crítico, como o foi o *Abertura*, da Rede Tupi. O estudo da televisão apresenta necessidades metodológicas específicas, pois sua compreensão não

⁷ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”, in ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa/Casa da Moeda, 1985. P. 298.

se dá apenas na emissão de mensagens, é necessário ter conhecimento do processo de produção e compreender seu contexto, estudando seus vários discursos.

O potencial de persuasão da televisão parece incontestável para o psicólogo John Condry e o filósofo Karl Popper, que a consideram um dos grandes perigos da indústria cultural, um instrumento destruidor ao espalhar a violência na sociedade. Segundo eles, trata-se de um veículo sem controle e, como tal, prejudicial à democracia. Essa crítica tem como base a baixa qualidade do que é exibido e os programas sensacionalistas, além do uso político que desse meio faz o Estado em países sem tradição democrática, como na Rússia.⁸ Não pretendo fazer uma discussão exaustiva sobre a importância da televisão ou mesmo voltar à questão já trabalhada por Umberto Eco em *Apocalípticos e integrados*, avaliando o discurso dos autores. Trabalhos como esse reforçam o lado negativo da televisão como instrumento de dominação política, mas pouco contribuem no sentido de avaliar a atuação desse veículo como fonte de resistência e de crítica em períodos de ditadura. É compreensível o desinteresse pelo tema: é conhecido o fato de que a televisão é uma concessão estatal e submetida à dura censura em países ditatoriais. Isso não impede, porém, que tal veículo possa ser usado dentro de outros parâmetros, inclusive no fortalecimento do discurso de abertura política, como se deu no Brasil.

A televisão passou por transformações na segunda metade da década de 1970 ao propor programas que discutiam temas pouco veiculados, como a situação da mulher (*Malu Mulher* e *TV mulher*, ambos da Rede Globo) e a política nacional, que passou a ser satirizada em programas humorísticos como *O Planeta dos Homens*. A política, assunto perigoso e pouco discutido devido à repressão, passou a ser tratado com uma atenção especial; particularmente, o programa da Rede Tupi *Abertura* representou um marco na televisão brasileira, pois não só discutiu como problematizou e trouxe vozes havia muito caladas para fazer coro em prol da redemocratização do país. O jornalista Fernando Barbosa Lima, experiente na produção de jornalismo para TV com programas como o *Jornal de Vanguarda*, da TV Excelsior, *Canal Livre* e outros, foi o responsável por essa experiência jornalística que, aproveitando o discurso da abertura política, encontrou espaço para desenvolver uma revista de opinião. O programa, que foi exibido de 4 de fevereiro de 1979 até julho de 1980, retratava o momento político que o país começava a viver, com a volta dos exilados. Contava com uma equipe de intelectuais, jornalistas, artistas e personalidades, como Antônio Callado, Fausto Wolf, Fernando Sabino, Sérgio Cabral, Oswaldo Sargentelli, Zivaldo, Newton Carlos, João Saldanha e Walter Clark, entre outros.

⁸ POPPER, Karl, & CONDRY, John. *Televisão: um perigo para a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1995. P. 11.

É verdade que o *Abertura* não foi o único programa a discutir política e acontecimentos cotidianos; o *Globo Repórter* vivia sua fase mais interessante com produções que traziam a marca de grandes documentaristas, como Eduardo Coutinho. A TV Educativa de São Paulo, com *Vox Populis*, trazia entrevistas reveladoras ao ter como convidados figuras polêmicas, como a escritora Clarice Lispector ou o também escritor Nelson Rodrigues, que falou sobre sua obra ou mesmo a repressão do regime do qual era a favor mas se posicionou contra a censura e a violência da qual seu próprio filho fora alvo. Foi devido aos poucos programas que falavam de assuntos importantes com conteúdo crítico e muitos que ofereciam entretenimento de massa ou procuravam exaltar o Brasil Maravilha – como a série de documentários *Amaral Neto – O Repórter*, programa que se dedicou a explorar as belezas naturais do Brasil em um discurso ufanista – que surgiu a ideia de Fernando Barbosa Lima de fazer um trabalho de discussão sobre a realidade política do Brasil nos seus mais diversos aspectos. O programa fazia análises políticas do desenvolvimento do processo da abertura política, mas não se isentava de discutir também cinema, psicanálise, literatura, a própria TV brasileira e outros assuntos que transformavam o *Abertura* em uma grande revista de variedades.

Segundo a historiadora Maria Aparecido de Aquino,⁹ a postura do Estado em relação à censura durante o regime civil militar era ocultar fatos que pudessem ir contra a visão de um país harmônico e sem conflitos. Esse trabalho exigia manter a população desinformada sobre a própria existência da censura, assim como não deixar marcas da sua prática cotidiana. A saída para esse problema foi tornar a censura um instrumento de fortalecimento da sociedade com o Estado preocupado em preservar os valores da tradicional família brasileira e dos ideais democráticos revolucionários por meio de um caminho institucional legal. Mas com a proposta de abertura política que surgiu com o governo Geisel, algumas mudanças ocorreram, provocando uma alteração no quadro político. Um fator importante para o surgimento do *Abertura* foi o momento em que se encontrava a censura: apesar de sua existência, o jornalismo já não estava mais sob o olhar direto dos censores, pois já não havia mais censura prévia. Esse fato representou um momento de mudança na televisão brasileira e, segundo Gabriel Priolli, o *Abertura* foi o primeiro programa de repercussão nacional dessa fase, representando mais que uma ousadia: foi um estímulo à retomada da postura de liberdade também para outras emissoras, pois

A coragem que demonstrou em restaurar no vídeo o discurso

⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999. P. 79.

político livre, fazendo falar vozes malditas por longos anos – Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Darci Ribeiro etc. estimulou os ressabiados produtores de TV a ousarem eles também, solidificando a pequena brecha conseguida no paredão da ditadura.¹⁰

O *Abertura* provocou reação na imprensa, que passou a comentar com regularidade suas edições. Isso pode ter acontecido devido ao caráter democrático do programa, que chamava a atenção por ajudar a reafirmar o processo de abertura política no país, com análises de intelectuais, artistas e políticos que não era comum ver na televisão. Prova disso é o artigo “Jornalismo - verdadeiro Show da Vida”,¹¹ de Jefferson Barros, que analisa vários programas da época, como o *Jornal Nacional*, mas considera o *Abertura* o único a discutir assuntos relevantes para aquele momento, um programa capaz até de fazer a Rede Globo aproximar o formato de seu programa dominical, *Fantástico*, dos esquemas do jornalismo americano. O *Abertura* passava a ser uma referência em tempos de abertura política, e não só pelo conteúdo, mas também pela forma.

Barbosa Lima Sobrinho procurou fazer um programa que se diferenciasse dos demais não apenas no discurso independente, mas também ao propor quadros com personalidades que fugiam das expectativas. Assim, João Saldanha não falava de esportes como se poderia esperar, mas de algum acontecimento da semana, como uma inundação ou um evento político considerado relevante. Sérgio Cabral falava de música, mas dava espaço para figuras sem expressão na mídia, novatos ou veteranos não privilegiados pela indústria cultural.

O nome de destaque do programa era o de Glauber Rocha, responsável pelo quadro de maior irreverência. Nele o cineasta discutia a situação da cultura nacional, manifestando seu desagrado com as forças do “imperialismo cultural” e destacando o papel do artista e do povo no cenário político nacional. Figuras consideradas por Glauber como verdadeiros brasileiros estavam constantemente em seu quadro, como Brizola, jovem negro de Botafogo que foi entrevistado como uma referência popular à figura de Leonel Brizola, que acabara de retornar do exílio; ou Severino, um imigrante nordestino a quem o cineasta fazia muitas referências e que aparecia com frequência, embora tivesse pouca participação ativa, pois praticamente não falava, limitando-se a ouvir as críticas expostas. É sobre Severino

¹⁰, LIMA, Fernando Barbosa; MACHADO, Arlindo; & PRIOLLI, Gabriel. *Televisão e vídeo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. P. 39.

¹¹ BARROS, Jefferson. *Jornalismo - o verdadeiro Show da Vida*. Rio de Janeiro: Última Hora, 1979.

o artigo¹² da jornalista Maria Helena Dutra do *Jornal do Brasil*, que considera o nordestino vítima de humilhação. A reação do cineasta Glauber Rocha aparece ao entrevistar Paula Gaitán, comentando: “A Maria Helena está ficando famosíssima, está dando uma sapateada à la Paulo Francis.” Em outros programas, o cineasta manteve o mesmo tom de crítica à jornalista, assim reagindo: “Seu artigo no *Jornal do Brasil* contra o programa das aberturas é um artigo desastroso, porque é um artigo burro. Você precisa ser mais sofisticada. O Severino não está sendo humilhado não.” O caráter simbólico da presença de um nordestino, representante das camadas populares, é uma provocação que Glauber já havia exercitado em *Terra em transe* com o personagem do homem do povo despolitizado. Glauber mantinha sua tradição de figura polêmica e incômoda cuja crítica, sempre ácida e com forte carga de ironia, provocava reação. Um estudo dos artigos publicados na grande imprensa sobre o quadro do cineasta, assim como os dos demais participantes do *Abertura*, é de fundamental importância para a compreensão dessa programa como agente formador da opinião pública.

Mas além de manter um discurso nacionalista, propagar uma cultura independente, atacar a censura e discutir o papel do homem comum na política nacional, Glauber foi responsável por entrevistas que traziam o tema da abertura ao centro das discussões. A fala do então governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães exemplifica a iniciativa de um programa que se propunha a debater a redemocratização do país e que trouxe um olhar significativo na definição de forças que compunham a base governista de apoio ao processo de fim do regime ditatorial:

Eu acho que a anistia no campo político deve ser a mais ampla possível; agora, infelizmente ela não pode ser irrestrita, até para que não se confunda os crimes políticos com outros que estão, realmente, em outros crimes que não são de natureza política.¹³

O político baiano enfatizava assim a necessidade do fim do bipartidarismo na construção da ordem democrática, deixando claro que nas eleições de 1982 já deveriam participar no mínimo três partidos políticos. A importância atribuída à volta do pluripartidarismo era uma forma de fortalecer a representatividade dos vários setores da sociedade, como podemos observar:

¹² DUTRA, Maria Helena. “Glauber especial e Paulinho livre”, in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1979.

¹³ *Abertura*, Rede Tupi, abril de 1979, Cinemateca Nacional, São Paulo.

O importante é que os partidos tenham representatividade no sentido de valerem pelo que eles têm nos segmentos da sociedade, na opinião pública. Partido político por decreto nós já tivemos e parece que não estava dando certo; conseqüentemente, nós temos que ouvir as bases para que os partidos representem a vontade popular.¹⁴

Entrevistas como essas nos levam a indagar sobre a natureza do programa. Era um espaço de pluralidade política ou mais uma válvula de escape do regime? Acredito na primeira hipótese. Apesar de figuras expressivas do governo participarem com frequência, a participação de pessoas dos mais variados setores da sociedade e principalmente de figuras recém chegadas do exílio contribuindo para o debate acerca da abertura e dos caminhos que o Brasil devia seguir, é um forte exemplo desse pluralismo que contribuiu para a luta democrática no Brasil.

¹⁴ *Abertura*, Rede Tupi, abril de 1979, Cinemateca Nacional, São Paulo.

O Estado de Minas e as eleições de 1982 em Minas: a identidade mineira como mote eleitoral

*Isabel Cristina Felipe Beirigo**

O Brasil de 1970/1980 – centralidade da questão democrática

O Brasil de fins da década de 1970 foi marcado por transformações políticas e sociais que levaram a uma reconfiguração do cenário histórico, principalmente no que diz respeito ao processo de distensão iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974), e que culminou, em 1985, no fim dos governos militares.

Alguns exemplos podem ser listados como paradigmas das principais transformações ocorridas no comportamento coletivo de contestação à ordem social vigente naquele momento. Podemos perceber novas formas de a sociedade se portar politicamente, adaptando-se gradualmente à realidade política repressiva imposta pelos militares. Se, por um lado, setores da esquerda, que na década anterior pegaram em armas para opor-se à ditadura e alterar a situação política brasileira, a partir dos anos de 1970 passaram a ver diferentes formas de atuação e propenderam a aglutinar-se em torno do MDB – como pode ser verificado pelo grande número de votos que o partido recebeu nas eleições de 1974 –, por outro, o crescimento de movimentos populares de base, entremeados por novos tipos de sociabilidades geridas “em associações comunitárias onde a solidariedade e autoajuda se contrapunham aos valores de sociedade inclusiva eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada”.¹

A aglutinação em torno do MDB, único partido de oposição legalizado, marcou o deslocamento do eixo de resistência à Ditadura Militar de um movimento armado para um processo de centralidade na questão democrática. Desse modo, a oposição passou a resistir e combater os governos militares por meio de táticas e brechas encontradas na própria estrutura do aparelho político.

No entanto, concomitantemente às novas formas de atuação da sociedade civil, os militares tentaram encontrar diferentes maneiras de legitimar sua permanência no poder. Algumas bandeiras sociais que clamavam por mudanças passaram a ser levantadas pelos próprios governos. Ajustes políticos, retirada gradual

* Mestranda em História pela Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ.

¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 36.

da censura aos meios de comunicação, entre outras medidas, foram iniciativas incluídas nas declarações governistas como parte do projeto de distensão/abertura. A retirada dos militares para os bastidores do cenário político nacional já se vislumbrava ao horizonte, mas a resistência em abrir mão do poder fazia com que a caminhada em direção à redemocratização fosse trôpega e cheia de idas e vindas.

A ambiguidade foi a marca principal da atuação das Forças Armadas nos anos finais da ditadura. Um grande exemplo da indeterminação das políticas adotadas foi a relação entre o regime militar e os meios de comunicação. Se por um lado cassavam, exilavam e até matavam jornalistas, como é o caso de Vladimir Herzog, por outro, aliavam-se a redes televisivas podemos pensar no exemplar caso da Rede Globo, expandindo a inclusão cultural em um país que ainda engatinhava nos meios tecnológicos. Mas, como não podia deixar de ser, estabeleciam os limites do tipo de cultura e moral que seriam expressas na programação levada ao ar.²

No entanto, ao mesmo tempo em que se vangloriava do processo de distensão – que era abundantemente propagandeado nas mídias³ –, o general Geisel ocultava e era conivente com as ações do aparato de repressão – que raramente, ou nunca, eram divulgadas ao público, permanecendo entre o acirramento das torturas e desaparecimentos e a distensão *lenta, gradual e segura*. Assim,

colocando-se na posição de árbitro do gradualismo, estava a um só tempo descomprimindo o processo e cristalizando na sua vontade o arbítrio da ditadura. [...] Queria menos ditadura tornando-se mais ditador.⁴

Autocensura e “colaboração” com o poder estabelecido são questões que encontramos implicitamente quando estudamos algumas matérias e artigos publicados em determinados jornais desse período. Para a elaboração deste texto, trabalhamos especificamente com publicações do jornal *Estado de Minas* entre os dias 10 e 23 de novembro de 1982, e pudemos constatar certa tendência a um “alinhamento sistemático e ostensivo (...) ao lado das forças no poder”.⁵ Constatação

² MIGUEL, Luis Felipe. “Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil”, in *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39. São Paulo: 2000, p. 196.

³ O processo de retirada da censura aos meios de comunicação iniciou-se em 1975, quando os censores foram retirados do *Estado de São Paulo*, mas não representou o fim total da censura, que permanecia sob outros meios, por exemplo, pressões não oficiais contidas nas recomendações e ordens de censura transmitidas pelo telefone. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. Pp. 212-17.

⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. P. 35.

⁵ FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*.

esta destacada e reforçada por Vera Veiga França em seu livro *Jornalismo e vida social*, em que analisa o emparelhamento do *Estado de Minas* com o poder estabelecido, tendo como foco maior os grandes momentos da vida política nacional e estadual.

Criado em 1928, esse jornal foi vendido já no ano seguinte, para Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, passando a compor os Diários Associados.⁶ Seguindo uma tendência tradicional, tanto em sua linha editorial quanto em sua identificação com setores mais conservadores da sociedade,⁷ ganhou a preferência dos leitores, tornando-se “o grande jornal dos mineiros”, por ter mantido um desenvolvimento constante, “linear, desprovido de grandes crises ou grandes momentos”.⁸

O jornal sobreviveu ao período militar sem grandes transtornos ou intervenções dos censores, fato que pode ser explicado, acreditamos, por sua inclinação em não levantar apontamentos críticos à realidade política gerida pelas Forças Armadas. E, fundamentalmente, pelo espaço concedido a essas mesmas forças políticas em momentos de campanhas eleitorais.

Embora estivesse em meio ao processo de distensão, o regime militar ainda agarrava-se à ideia de reciclar-se e prolongar sua permanência no poder.⁹ Foi com tal objetivo, e na tentativa de desarticular a oposição maciça concentrada no MDB, que os militares introduziram mudanças na legislação partidária, com o Pacote de Abril (lei número 6767, de 20 de dezembro de 1979).

Pluripartidarismo – formação dos novos partidos políticos e incorporação do PP ao PMDB

Os dois partidos existentes (ARENA e MDB) foram, portanto, extintos em 1979, acabando com o bipartidarismo e voltando ao multipartidarismo e, assim, abrindo espaço para a criação de novos partidos. Muitos *emedebistas* lutaram contra o fim de sua organização, acusando o governo de mais uma vez manobrar na tentativa de permanecer no poder: “A mudança visava apenas manter a situação: com a fragmentação do MDB, o partido do governo se fortaleceria e manteria a

Belo Horizonte: UFMG, 1998. P. 109.

⁶ *Ibidem*, pp. 101-06.

⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁸ *Ibidem*, p. 102.

⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. P. 128.

hegemonia por muitos anos”.¹⁰ Mas o objetivo inicial dos militares fracassou, pois os resultados das eleições de 1982 colocaram no poder estadual dez membros da oposição.

Os novos partidos que se constituíram com a nova legislação partidária foram: PDS, PP, PMDB, PDT, PTB e PT. Pela sua configuração, a situação mantinha-se majoritariamente reunida, enquanto o ex-MDB decompôs-se em cinco partidos definidos conforme suas escolhas ideológicas.

Assim, os políticos que antes compunham a Arena passaram a integrar o PDS (Partido Democrático Social), praticamente herdeiro único do anterior partido governista. Constituído por políticos afinados com o regime militar, este partido recebeu a nova sigla com o objetivo de revestir o partido de novos ares em substituição à desgastada Arena. As perdas que sofreu para os novos partidos foram compensadas pelo ingresso de ex-políticos emedebistas.¹¹

Já o MDB cindiu-se em outros partidos de acordo com a ideologia dos diversos segmentos. Dentre esses novos partidos de oposição que surgiram com o fim do bipartidarismo temos o PP (Partido Popular), que assumiu uma posição centrista (do tipo “fiel da balança”) e estava sob a liderança de moderados.

Entre um PDS com propostas reformistas, mas subordinado aos projetos de continuidade do regime, e o PMDB reformista, mas acolhendo em seu interior segmentos da esquerda revolucionária, o PP se apresentava como opção confiável para parcelas das classes dominantes.¹²

Não seria, portanto, um partido que ofereceria problemas ao governo. Entretanto, as mudanças nos rumos da abertura depois do atentado no RioCentro¹³

¹⁰ Tarcísio Delgado. *A história de um rebelde: quarenta anos, 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006. P. 203.

¹¹ FLEISCHER, David Verge. “O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)”, in FLEISCHER, David Verge (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*, Brasília: UNB, 1988. Pp. 135-36.

¹² VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *A incorporação do PP ao PMDB e as eleições de 1982 em Minas*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, pp. 26-27.

¹³ Um maior aprofundamento nas análises sobre o período em questão pode ser encontrado em: ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., 1984; FLEISCHER, David Verge (org.). Op. cit., 1988; SADER, Eder. Op. cit., 1988; FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol.

levaram ao “Pacote de Novembro” de 1981, que incluía em suas restrições o voto vinculado e a proibição de coligações eleitorais. “Em retaliação (ou pelo instinto de sobrevivência), o PP decidiu reincorporar-se ao PMDB em fevereiro de 1982.”¹⁴ Caracterizava-se, assim, uma nova polarização entre PDS (governista) e PMDB (oposição).

A opção do governo [Pacote de Novembro] afastou um possível aliado, levando-o a unificar-se ao PMDB. Esta unificação teve papel decisivo nos resultados eleitorais (...). E talvez tenha criado as bases para a sucessão negociada que se deu em 1985.¹⁵

O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), por outro lado, sustentando a ideologia de “resistência democrática”, manteve grande parte dos políticos oposicionistas. Colocou-se como “estuário da longa luta oposicionista” do MDB e tentava aproximar a ação parlamentar da atuação dos movimentos sociais (descentralização administrativa, reforma tributária, reformas estruturais).¹⁶ A manutenção da sigla MDB acrescida do “P” objetivava obter o reconhecimento do eleitorado e sua fidelidade, concentrando ao máximo os votos que o partido recebera nas últimas eleições. Apresentava-se como um partido de continuidade das ações políticas anteriores, colocando-se como a opção certa para conseguir pôr fim ao período militar. Ao receber de volta parlamentares que havia perdido para o PP na incorporação de 1982, conseguiu manter-se como a opção de oposição para o eleitorado.

Disputando os aspectos do trabalhismo estava o PDT, constituído por elementos fieis a Getúlio Vargas, e o PTB, que herdou a sigla com o apoio do governo militar e era formado basicamente por políticos “vorazes por cargos públicos”.¹⁷ Ambas as organizações não tiveram destaque nas eleições de 1982, sendo de importância destacável apenas a vitória de Leonel Brizola (PDT) para o governo do Rio de Janeiro.

A maior novidade dentre os novos partidos políticos coube ao PT (Partido

4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; GASPARI, Elio. Op. cit., 2004; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e ditadura militar – quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004; CHAUI, Marilena & NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O pensamento político e a redemocratização do Brasil*. São Paulo: Luz Nova, s. n., n. 71, 2007.

¹⁴ FLEISCHER, David Verge. “As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário”, in _____ (org.). Op. cit., 1988, p. 79.

¹⁵ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985. P. 56.

¹⁶ Ibidem, p. 25.

¹⁷ FLEISCHER, David Verge. “O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)”, in _____ (org.). Op. cit., 1988. P. 130.

dos Trabalhadores), formado basicamente por forças extraparlamentares, ou seja, que não atuavam no meio político. Teve sua composição marcada pela presença de líderes sindicais (Lula – metalúrgicos; Jacó Bittar – petroleiros; Olívio Dutra – bancários),¹⁸ de grupos marxistas e intelectuais e de militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. Propunha-se a representar os trabalhadores, efetivando uma política “de baixo para cima”, sendo, portanto, um raro caso, na história dos partidos brasileiros, de um agrupamento político criado fora do universo das elites e do Estado.¹⁹ Nas eleições de 1982 destacou-se pela grande rivalidade com o PMDB no tocante à propaganda pelo “voto útil”.²⁰

No entanto, mesmo perante a fragmentação ocorrida no ex-MDB, os governos militares não lograram os resultados que pretendiam obter no pleito de 1982. Mais uma vez, a oposição mostrou-se forte e conseguiu angariar um grande número de votos. Dentre os aspectos destacados pelos estudiosos do assunto, a incorporação do PP ao PMDB aparece como fator de relevante importância para as vitórias conquistadas pelo maior partido de oposição após o fim do bipartidarismo.

O processo de incorporação não foi tranquilo, pois de ambos os lados (PMDB e PP) existiam resistências. “Mas em ambos os partidos, as divergências ideológicas e por espaço político foram superadas pela necessidade de enfrentar, com chances de vitória, o PDS, nas eleições de 82.”²¹ No jornal *Estado de Minas* do dia 10 de novembro de 1982, foi publicada a matéria “Delgado acusa Tancredo e quer luta no partido”, originalmente editada no jornal *Tribuna de Minas* do dia 18 de março de 1982 e transcrita na íntegra. No texto indicava-se a oposição do então deputado federal do PMDB Tarcísio Delgado à candidatura de Tancredo Neves ao cargo de governador do estado de Minas Gerais. O deputado, na matéria, dizia que a candidatura de Tancredo não era confiável, e acusava-o de querer subjugar o PMDB às propostas e projetos do PP.

pensávamos que aqui em Minas fosse haver integração dos dois partidos e nunca sermos tratados como adversários pelo Sr. Tancredo Neves, que quer é nos dividir.

E mais à frente:

¹⁸ Ibidem, p. 132.

¹⁹ FLEISCHER, David Verge. “As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário”, in _____ (org.). Op. cit., 1988. P. 131.

²⁰ FLEISCHER, David Verge. “O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)”, in _____ (org.). Op. cit., 1988. Pp. 132-33.

²¹ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, p. 56.

ele [Tancredo Neves] fundou o PP para arrasar o PMDB, se aliou a Magalhães Pinto para nos destruir e agora vem para o nosso partido para passar por cima de nós como rolo compressor.

A justificativa do deputado era a de que a incorporação havia trazido muitos interesses por cargos, o que não estava presente no interesse do PMDB antes da incorporação.

Minas tem que marcar sua posição com um grupo autêntico de oposição no estado que pense numa linha de compromisso de uma política e processo administrativos definidos e não em beneficiar com as benesses de fatias do poder.²²

Tais exemplos nos mostram que a batalha interna do PMDB, com o PP incorporado, já se manifestava publicamente logo após a aprovação do TSE, definida em março – mesmo mês da publicação original da matéria de oposição do deputado Tarcísio Delgado a Tancredo Neves. E podemos retirar mais uma conclusão desse exemplo: a intenção implícita do jornal de, publicando essa matéria cinco dias antes da data das votações, reforçar perante o público as divergências internas do PMDB, na intenção de prejudicar os resultados das eleições.

Entretanto, com o desenrolar da campanha e nas proximidades do pleito, o partido precisava mostrar-se coerente e unido perante o eleitorado. Esse é o tipo de tentativa que vamos encontrar na fala do então presidente peemedebista Ulysses Guimarães, em comício do candidato ao governo mineiro, Tancredo Neves, na cidade de Uberlândia. Ele diz:

Sem vaidades e com discernimento, Tancredo Neves prestou grande serviço ao Brasil e seu trabalho propiciará não só sua vitória ao governo de Minas mas também a vitória em diversos outros estados, o que seria muito difícil sem a união do PP e do PMDB.²³

Findas as eleições e já como candidato praticamente eleito, Tancredo Ne-

²² *Estado de Minas*. “Delgado acusa Tancredo e quer luta no partido”, 10 de novembro de 1982, p. 02.

²³ *Estado de Minas*. “Tancredo: a hora é de mudança e só virá com nossa vitória”, 12 de novembro de 1982, p. 03.

ves refere-se ao PMDB dizendo que “saiu como um partido grande e fortalecido, enquanto o PDS saiu completamente esfacelado, (...) [este] se tornou um partido nordestino”.²⁴ Também optou por assumir uma postura de respeito para com os que “sofreram um grande revés”, tratando o momento como de compreensão e não de revanchismo. Esta é uma marca que o acompanharia em todo o processo cujo desenlace foi sua eleição para o cargo de presidente da República, em 1985.

Minas e as eleições de 1982 – o PMDB incorporado e a campanha de Tancredo Neves ao governo mineiro

A negociação política passou a ser uma necessidade perante o quadro que se formava no Brasil dos anos 1980. E, nesse contexto político, despontou com importante participação o estado de Minas Gerais e sua “ideologia da mineiridade”, segundo a qual “Minas, desde o período colonial, gestou uma cultura política caracterizada pelo equilíbrio, moderação e conciliação”.²⁵

A sociedade civil já vinha demonstrando uma grande vontade de participação nas questões políticas, e sua luta pela democracia aparece ressaltada em artigo do jornal *Estado de Minas* de 12 de novembro de 1982. No artigo, um grupo de jornalistas em apoio à candidatura de Tancredo Neves descrevia a participação popular no Show Travessia, organizado pelo músico mineiro Milton Nascimento. Aparecem em destaque as características de ordem, esperança e religiosidade, apontando a transformação social e política por meio da vitória oposicionista.

No alto da avenida Afonso Pena, na mesma praça onde o papa João Paulo II falou aos jovens da capital mineira, milhares de homens, mulheres, jovens e adultos se reuniram. **Ali pulsou o coração de Minas**, bombeando o sangue de uma nova época, de mudanças. A chama libertária de Minas contrastou com a luminosidade artificial ao pé da serra ferida.

O Show Travessia [foi] a certeza de que (...) **“Minas está sendo convocada para decidir o seu destino”**. Além desta certeza, foi também uma irrefutável vontade de promoção de transformações sociais profundas capazes de **reabilitar o estado e sua gen-**

²⁴ *Estado de Minas*. “Tancredo exalta PMDB forte e diz que hora é de compreensão”, 21 de novembro de 1982, p. 03.

²⁵ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, p. 62.

te, e não deixar seu coração parar.²⁶ (Grifos meus.)

Um pouco mais à frente na mesma matéria encontramos:

O mesmo sentimento de esperança que levou o povo à praça para ver o papa estava presente nas pessoas que foram ver os artistas com suas mensagens de apoio ao PMDB.

(...)

Ali reunidos, os jovens levavam no peito, nas bandeiras e na voz a certeza da **Travessia**.

Num espetáculo de contágio coletivo, a praça explodia em delírio a cada artista que chegava e anunciava: "**Tancredo é a liberdade.**" Era uma manifestação de fé, como se o papa estivesse ainda ali presente abençoando a festa.²⁷

Alguns dados importantes podem ser destacados desses trechos: Minas aparece representando o povo que mora em seu interior. O estado assume ares de "gente", pensa, sente, age e pode buscar no seu passado a "chama libertária" que decidiria seu destino. Mesmo não fazendo uma conexão explícita com a Inconfidência Mineira, os autores tentam despertar o sentimento e apreço pela liberdade que só poderiam ser encontrados na história mineira. Os mineiros são convocados, em união e apoio ao político, a fazer Minas retomar o lugar que um dia já ocupou, devolvendo-lhe sua importância no cenário político nacional. E, por fim, a pessoa de Tancredo é destacada e exaltada, representando a própria liberdade, e vem abençoado (ele e sua festa) pelo representante máximo da Igreja Católica, o papa, com a certeza de que é por meio dele que o estado fará a indispensável travessia, ou seja, seria por meio do candidato que o movimento de mudança se iniciaria.

A exaltação da identidade mineira como motor de transformação em direção à liberdade aparece uma outra vez, no mesmo artigo, um pouco mais à frente, quando aproxima o artista mineiro Milton Nascimento do político também mineiro Tancredo Neves. O crescendo de emoção fica a cargo da possibilidade de transformação que a união poderia promover:

²⁶ WERKEMA, Mauro; DRUMMOND, Roberto; BRANDÃO, Hudson; CAMARANO, Denise & BARCELLOS, Claudia. "Minas no coração", in *Estado de Minas*. Belo Horizonte: 12 de novembro de 1982, p. 07.

²⁷ Idem, *Ibidem*.

Quando o mineiro que clama pelo seu povo e pela Travessia e que é a expressão das Gerais chama Tancredo ao palco e canta a música da mudança, é o momento máximo da festa, é o encontro de dois líderes que se abraçam comovidos. É Tancredo Neves e Milton Nascimento na mesma luta. É o choro, o grito no ar, depois da festa, na praça vazia, liberdade.²⁸

E o jornal aponta ainda para a declaração feita pelo próprio candidato ao governo mineiro, destacando que o PMDB era um partido de oposição que queria representar todo o povo, sem distinção de classe, idade ou profissão:

(...) procuramos, dentro dos recursos e do tempo que dispusemos, levar a todos, homens e mulheres, homens do campo e das cidades, jovens e velhos, trabalhadores, profissionais liberais, empresários, homens e mulheres de Minas, dotados do sentimento de mineiridade e conscientes do papel que têm a desempenhar neste momento, a nossa mensagem e nossa palavra, assim como os nossos compromissos inarredáveis.

Tancredo destaca ainda sua

profunda confiança na **alma mineira, sempre independente, libertária, conhecedora de sua história** e, por isto mesmo, sempre consciente do papel que tem a desempenhar nos momentos graves da nacionalidade, como é este por que passamos. Minas não faltará com sua voz e decisão, fundamentais à recuperação e construção da democracia e de uma sociedade mais justa.²⁹
(Grifo meu.)

Podemos perceber que o apelo ao sentimento de mineiridade é ainda mais explícito quando pronunciado por Tancredo Neves, que lança mão da história e do destino de Minas Gerais como gestores do futuro nacional. Igualmente, no úl-

²⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁹ *O Estado de Minas*. "PMDB diz que Tancredo vence com 600 mil votos de frente", 14 de novembro de 1982, p. 03.

timo dia antes da votação, o mesmo apelo ao sentimento e à identidade mineiros aparece na publicação da Carta aos Mineiros, assinada pelo candidato ao governo daquele estado Tancredo Neves e seu vice Hélio Garcia:

Ao primeiro sinal de liberdade, voltava a pulsar em cada um o coração do inconfidente, a mesma coragem, o mesmo sonho audacioso.

(...)

Chegamos ao fim da campanha gratificados. O que nos faltou em dinheiro, em cartazes, em camisas coloridas, em campanha de publicidade, sobrou em solidariedade, em calor humano, em aplausos, em apoio popular. Estamos sobretudo orgulhosos dos mineiros, de todas as classes (...), pela lição de coragem ao desafiar as intimidações, as ameaças, as pressões. **Chegamos à vitória por ter encarnado o espírito de Minas**, por ter representado o grande sentimento de Minas.³⁰ (Grifos meus.)

Mais uma vez aparece o apelo à memória da Inconfidência como motor da ação do povo mineiro. O mote de toda atitude na convocação à ação encontra-se no “sonho audacioso”, aquele mesmo que teria movido os mineiros inconfidentes do século XVIII.

Desse modo, “num momento de transição política vivido em 82, a ‘mineiridade’ reassumia um papel relevante na política do estado e dava às eleições em Minas uma dimensão especial no contexto nacional”.³¹ O distinto caráter de opção pelo consenso também marcaria presença entre as publicações do *Estado de Minas*, notadamente após o pleito, quando a vitória do PMDB já se anunciava. Assim sendo, a opção por Tancredo seria baseada na “fidelidade à causa da oposição, dentro dos padrões moderados que tanto agradam à maioria dos mineiros”.³² Iguualmente, era certo que

a preferência do eleitorado pela candidatura de Tancredo Neves não pretendeu que, eleito, o experiente político mineiro logo se

³⁰ *O Estado de Minas*. “Carta aos mineiros”, 14 de novembro de 1982, p. 03.

³¹ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, p. 64.

³² *O Estado de Minas*. “Força das bases”, 21 de novembro de 1982, p. 04.

pusesse a deitar falação contestatória e desatinada. **Não é próprio de Minas, dos mineiros, muito menos do eleito.**

Ao preferi-lo a outros candidatos de competência proclamada, os mineiros votaram também pelo diálogo, pela negociação inteligente e correta e recusaram a hipótese do confronto.³³ (Grifo meu.)

Não bastaria sair à luta pela liberdade. Não era suficiente encontrar no passado a inspiração para o combate. Após a vitória, caberia ao povo mineiro assumir seu lugar e promover o equilíbrio e o entendimento, sem desforra, sem alarde.

Encontramos igualmente em algumas edições do jornal em questão o destaque dado à importância do fato de a oposição (PMDB) vencer o pleito para elevar Minas ao antigo patamar político e econômico que havia ocupado na história brasileira.³⁴ Assim, sobressaltava-se ainda que

o pensamento oposicionista vê no PMDB e seu candidato a governador a opção pela mudança, pela renovação de métodos políticos administrativos, pela democracia e pela participação do povo nos benefícios do desenvolvimento econômico e social.³⁵

Mas a questão do sentimento de mineiridade não foi o único fator que definiu os resultados das eleições de 1982 em Minas Gerais. Margarida Luiza de Matos Vieira, analisando as eleições em Belo Horizonte entre os anos de 1966 e 1978, concluiu que nas classes médias e altas a Arena obteve mais votos, enquanto nas classes mais baixas prevaleceu o MDB. Entretanto, essa situação mudaria a partir das eleições de 1974, quando as classes médias passariam a também votar na oposição, devido ao grande descontentamento com o regime. Ademais, nas classes dominantes, acentuadas dissensões tenderiam a favorecer o desempenho eleitoral oposicionista a partir da década de 1970. Alcançava-se, desse modo, certo equilíbrio de forças entre o partido governista e o de oposição.

Assim, nas eleições dos anos 1970, ainda conforme a mesma autora, o parti-

³³ *O Estado de Minas*. “Novos tempos”, 23 de novembro de 1982, p. 04.

³⁴ *O Estado de Minas*, “Comício de Tancredo reúne em Sete Lagoas 20 mil pessoas”, 10 de novembro de 1982, p. 03.

³⁵ *O Estado de Minas*, “PMDB diz que Tancredo vence com 600 mil votos de frente”, 14 de novembro de 1982, p. 03.

do de oposição predominantemente vencia nas capitais e o da situação, no interior. Como na maior parte dos estados o número de eleitores nas cidades interioranas era maior que na capital, a situação derrubava a oposição com os votos do interior. Foi apostando nessa tendência que a situação adentrou as eleições de 1982. Mas devido ao

crescimento dos movimentos reivindicatórios, a urbanização e concentração da classe operária decorrentes do crescimento econômico recente no estado e a migração de lideranças expressivas da ARENA para o PP, fruto de dissensões [sic] nas classes dominantes, favoreciam o desempenho oposicionista. Em contrapartida, a máquina partidária mais sólida do PDS, favorecida pelo apoio do aparelho do Estado, dava-se condições vantajosas, principalmente em Minas, onde o número de municípios é o maior do país, há grande número de pequenas cidades e o peso relativo do voto do interior é muito elevado. Acrescentando-se a estes fatores as condições legais em que realizavam as eleições para todos os níveis e o enorme apoio financeiro com que contava a situação.

Balancedas estas condições, constatava-se um relativo equilíbrio de forças entre as oposições reunidas e o PDS. Numa situação como esta, a incorporação do PP ao PMDB passaria a ter uma grande relevância nos resultados eleitorais.³⁶

Se o PDS apostava em sua vitória nas cidades interioranas para garantir os bons resultados nas eleições estaduais, também o PMDB concentrou forças nesses mesmos redutos, buscando o apoio de que a oposição precisaria para vencer as eleições não apenas nas capitais e nos grandes centros, mas também em cidades pequenas do interior em que a força situacionista era forte.

O ex-primeiro-ministro e senador da República iniciou sua campanha no interior e vai encerrá-la também no interior, numa demonstração de que promoverá um governo voltado para os municípios, com o objetivo de tirá-los do estado de penúria em que foram deixados pelos últimos governos nomeados pelo poder central... (...)

[na] Praça da Estação (...) os candidatos mostrarão a importân-

³⁶ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, pp. 85-86.

cia de se votar na oposição como forma de modificar o panorama socioeconômico do Brasil.

E mais adiante lia-se na mesma matéria:

Cerca de mil pessoas compareceram sábado passado ao maior comício já realizado em Bom Jesus do Amparo, a 70 quilômetros da capital, para ouvir os candidatos do PMDB, e o fato, num município de 5 mil habitantes e situacionista há 18 anos, é (...) prova mais do que evidente de que também nas pequenas cidades o povo decidiu apoiar maciçamente o maior partido da oposição.³⁷

O resultado do pleito acabou sendo favorável à oposição. Talvez graças aos erros de campanha do PDS, talvez pela insatisfação social pelo que vinha sendo feito até então. O fato é que o próprio jornal *Estado de Minas* trouxe a público, em matéria do dia 17 de novembro, os primeiros indícios (uma vez que os resultados das eleições ainda eram parciais) da força exercida pela oposição nas cidades interioranas. O candidato a vice-governador na chapa de Tancredo Neves, Hélio Garcia, referiu-se aos resultados que estavam sendo obtidos nas cidades pequenas como a “revolução do interior”. Ele também “chamava a atenção de todos para a expressiva votação do PMDB no (...) [fora da capital], principalmente naqueles municípios ‘onde impera oligarquias governistas fortes’”.³⁸ Para ele, “também o interior resolveu mudar, deixando de apoiar o partido do governo, optando pela renovação pela mudança do PMDB”.³⁹

Tancredo, por outro lado, não mediu palavras para descaracterizar os locais onde o governo ainda tinha força eleitoral. Para ele, se Eliseu Resende, o candidato ao governo mineiro pelo PDS, fosse eleito, o “seria feito pelas grotas e burgos podres de Minas Gerais, municípios dominados pelo mandonismo mais severo e mais implacável. Municípios sem alma cívica e dominados pela subserviência e submissão”.⁴⁰

³⁷ *O Estado de Minas*, “Tancredo: a hora é de mudança e só virá com nossa vitória”, 12 de novembro de 1982, p. 03.

³⁸ *O Estado de Minas*, “Deputados acham prematuro qualquer prognóstico sobre decisão das urnas”, 17 de novembro de 1982, p. 03.

³⁹ *O Estado de Minas*, “Apurações: Tancredo amplia a diferença”, 18 de novembro de 1982, p. 01.

⁴⁰ *O Estado de Minas*, “Tancredo exalta PMDB forte e diz que hora é de compreensão”, 21 de novembro de 1982, p. 03.

Fora da capital, as eleições de 1982 confirmaram a tendência de vitória da situação, mas houve uma diminuição na diferença de votos obtidos por PDS e PMDB, a qual levou este último à vitória. Para tal resultado, em muito contribuiu a campanha e o apelo do partido de oposição ao “voto útil”, em conjunção com a campanha de contraste, a seguir explicada:

Enquanto Eliseu Resende inaugurava um comitê eleitoral gigantesco no centro de Belo Horizonte, o PMDB contrastava com vários pequenos comitês de campanha armados em toscas barraquinhas de tipo “quermesse”, em vários pontos da cidade. Aos três sofisticados trios elétricos contratados pelo PDS, o PMDB contrapunha um grande número de carroceiros desfilando por seus candidatos. Nas ruas, jovens modelos de propaganda impecavelmente vestidos distribuía a propaganda de Eliseu. Já a do PMDB era distribuída por pivetes e militantes que usavam parte de seu tempo livre. A campanha do PDS aparecia assim ostensivamente rica, contrastando com a realidade de uma população submetida aos efeitos da crise econômica. O contraste não era apenas financeiro, mas também cultural. A campanha peemedebista utilizava elementos mais próximos à cultura regional. A tática do contraste, fórmula antiga – o tostão contra o milhão –, pode ser eficaz porque a imagem do PMDB era associada à do MDB, identificado em pesquisas anteriores com o “partido dos pobres”. Seria muito difícil ao PP, partido identificado com os banqueiros, apresentar-se como contraste à riqueza do PDS.⁴¹

A campanha de contraste também se refletia nas falas dos candidatos que implícita ou explicitamente acusavam o então atual governo (que era situacionista) de ferir a dignidade mineira e forçar a população a um sofrimento econômico, e que tal política não seria adotada no governo da oposição caso ela saísse vitoriosa. Os candidatos reforçavam também que enquanto o povo participava dos comícios do PMDB de boa vontade, o PDS só conseguia quorum em seus comícios “pelo uso abusivo das verbas públicas, transportando pessoas, em ônibus, de uma cidade a outra, e ainda lhes oferecendo lanches, refrigerantes e, em alguns casos, até mesmo vantagens pecuniárias”.⁴² O candidato ao Senado Itamar Franco procurou em

⁴¹ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, p. 105.

⁴² O Estado de Minas. “Tancredo encerra a campanha e agradece a participação do povo”, 13 de novembro de 1982, p. 03.

seu discurso reafirmar que o PMDB lutaria por um novo pacto social de inclusão de todas as classes:

um novo pacto social, que não seja mera negociação e concórdia, ou uma conciliação das elites, mas que represente efetivamente a distribuição de renda e a implantação de uma maior justiça social no país, permitindo o acesso das camadas mais pobres da população aos benefícios do desenvolvimento econômico.⁴³

O contraste utilizado na estruturação da campanha se refletia nas promessas dos candidatos, que apelavam para o exemplo de sacrifício a que os governos situacionistas submetiam o povo e prometiam uma nova realidade. O PMDB contou, além disso, com a importante participação das bases militantes, angariadas, em sua maior parte, com a incorporação PP-PMDB. De acordo com Vieira, a plasticidade da campanha peemedebista se deveu à atuação das bases.

Outro aspecto importante foi a agregação de lideranças sindicais e associativas com políticos experientes e contando com uma estrutura eleitoral montada. A linguagem do partido pôde assim apresentar-se diferencialmente segundo o meio. Moderna e transformadora onde a oposição tinha base à esquerda e tradicional, onde funcionavam os mecanismos mais usuais do voto obtido pela confiança nos cabos eleitorais.⁴⁴

A presença de artistas e personalidades também foi fato marcante na campanha do partido oposicionista para as eleições de 1982. Exemplo maior foi o Show Travessia, que se deu no dia 10 de novembro na capital mineira e foi amplamente divulgado nos jornais.

Ontem [10 de novembro de 1982], na Praça do Papa, o PMDB recebeu o apoio dos artistas que promoveram o "Show Travessia", quando milhares de pessoas cantaram com Milton Nascimento,

⁴³ O Estado de Minas. "Tancredo faz o 'comício da libertação' hoje na capital", 11 de novembro de 1982, p. 03.

⁴⁴ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, p. 106.

Joyce, Simone, Elba Ramalho e outros expoentes da Música Popular Brasileira.⁴⁵

O destaque dado ao show-comício também aparece em outra matéria, assinada por J. D. Vital, assessor de imprensa de Tancredo. Vital procurava demonstrar como os artistas estavam unidos em prol da vitória peemedebista:

Músico, artistas, o palco, praça são PMDB. "Venceremos" – reafirma no microfone o ator Paulo Guarnieri, apresentador do "show-comício", junto com a atriz Nelly Rosa.

(...)

"A praça é nossa, é do PMDB" – diziam os apresentadores. A resposta afirmativa da multidão levantava as bandeiras do PMDB e de Tancredo.⁴⁶

A presença de todo tipo de pessoas, de jovens a velhos, também foi destacada como uma demonstração da forma ordeira de o mineiro demonstrar sua vontade de participação.

(...) pessoas de todas as idades, homens e mulheres, jovens e velhos, desde os primeiros minutos da noite chegavam à praça (...), vindos por todos os meios, de ônibus, carros, caminhões, a pé, isoladamente ou em grupos...

(...)

Rostos alegres, crachás na lapela ("Tancredo é Travessia"), o passo apressado, em pouco tempo a massa humana concentrou-se na Praça do Papa, tomando todos os espaços vazios. (...) Destacamentos da Política Militar e do DOPS mantiveram sua presença, sem necessidade de qualquer intervenção.

A massa humana manteve-se constante na grande festa e, mesmo encerrado o 'Show-comício', desceu coesa a avenida, gritan-

⁴⁵ *O Estado de Minas*. "Tancredo faz o 'comício da libertação' hoje na capital", 11 de novembro de 1982, p. 03.

⁴⁶ VITAL, J. D. "No embalo da festa comandada por Milton Nascimento", in *Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 12, novembro de 1982, p. 07.

do slogans do PMDB e a vitória do senador Tancredo Neves.⁴⁷

Em outra matéria do mesmo dia o jornal destacou a presença do povo e sua manifesta vontade de participar politicamente, de poder fazer suas próprias escolhas:

Alegria e emoção se confundiam com sentimentos de libertação, vontade de mudar, certeza da vitória. Principalmente, vontade de participar, de influir politicamente, de retomar nas mãos o direito de escolher seu governador e traçar o próprio destino.⁴⁸

E a participação do candidato ao governo foi narrada como embargada de grande emoção pelo apoio do povo e dos artistas e pela possibilidade de mudança. “Manifestações como esta, unindo o político ao artista, esmagam o coração da gente.”⁴⁹

Assim, o apoio de artistas ao PMDB aparecia nos jornais como peça fundamental para a vitória da oposição. Exemplo disso é a fala da cantora Elba Ramalho, que participou do Show Travessia:

Apoiar Tancredo, e não só aqui em Minas, mas também a nível nacional, é apoiar a sua grande inteligência. Este grande político tem a capacidade de mudar a correlação das forças, nesta estrutura ditatorial disfarçada de democracia que aí está. (...) O povo tem que votar com consciência e certeza, na oposição. Porque será através da oposição que o povo vai tirar a corda do seu pescoço. Por isso, o PMDB para mim, a nível nacional, é o único partido capaz de fazer a grande virada no Brasil.⁵⁰

Ou mesmo os dizeres de Milton Nascimento:

⁴⁷ WERKEMA, Mauro; DRUMMOND, Roberto; BRANDÃO, Hudson; CAMARANO, Denise & BARCELLOS, Claudia Barcellos. “Minas no coração”, in *Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 12, novembro de 1982, p. 07.

⁴⁸ VITAL, J. D. “No embalo da festa comandada por Milton Nascimento”, in *Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 12, novembro de 1982, p. 07.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁰ MORAES, Aloísio. “Venceremos”, in *Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 12, novembro de 1982, p. 07.

É bom salientar que ao nosso show todos os artistas vieram de boa vontade, sem receber dinheiro. Fico satisfeito com a presença deles aqui, que assim demonstraram seu apoio à causa do PMDB, fazendo a gente acreditar que vale a pena ter esperança.⁵¹

Podemos perceber também a importância da incorporação PP-PMDB nos bons resultados obtidos na votação, que se mantinham e/ou mesmo aumentavam, em espaços onde o MDB vinha mostrando força nas eleições anteriores, e, por outro lado, na neutralização e/ou diminuição dos votos conquistados pela situação nos locais em que esta saía vitoriosa.

[Tancredo Neves e] sua figura de opositorista de primeira hora, como fundador do MDB, combinada com a extrema moderação de sua ação de oposição, tornou-se naquele momento essencial para garantir concomitantemente a manutenção da imagem opositorista do PMDB incorporado para os setores que anteriormente apoiavam o MDB e para o apoio de setores que se desligavam da situação. Além disso, e a propaganda peemedebista salientou muito este aspecto, Tancredo simbolizava a cultura política hegemônica no estado, a "mineiridade", contrapondo o político ao técnico, o diálogo à repressão. Pelo caráter nacional de sua liderança, a vitória de Tancredo Neves significaria também ocupação de um espaço na política nacional que Minas perdera no regime autoritário.⁵²

Além disso, depois da incorporação houve um movimento em direção ao PMDB marcado por dissidências no próprio PDS, aspecto que foi fundamental para a vitória alcançada. Em matéria do dia 11 de novembro de 1982, o jornal *Estado de Minas* assim expõe algumas dessas dissidências:

Depois de o prefeito de Contagem, João Lima, ter aderido ao PMDB e à candidatura do senador Tancredo Neves ao governo de Minas, participando de um comício do candidato à prefeitura local, deputado Newton Cardoso, novas adesões ocorreram em Contagem e outros municípios.

(..)

⁵¹ Idem, *Ibidem*.

⁵² VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. Op. cit., 1985, pp. 114-15.

Outros militantes do PDS que romperam com o partido e estão com o PMDB preferem não ter seus nomes divulgados, evitando as pressões que sofreriam em decorrência de sua decisão.⁵³

Seja em real apoio ao candidato peemedebista, seja por adesão ao que vinha se mostrando como o caminho da vitória, o apoio de dissidentes do PDS pode ter contribuído em muito para a vitória da oposição no estado.

Já no dia 18 de novembro, antes do fim das apurações, Tancredo Neves aparecia como o candidato praticamente eleito, dada a grande diferença de votos que tinha à frente de seu opositor Eliseu Resende. Nas falas de seu vice, Hélio Garcia, a vitória, já garantida, lhes possibilitaria fazer as transformações necessárias, e “o governo do senador Tancredo Neves será, antes de mais nada, o governo da conciliação de toda a gente mineira”.⁵⁴ Reafirmando sua posição mais à frente, ele diz:

Fizemos um trabalho sério de difusão de nossas ideias e propósitos, sem retaliações pessoais e sem agressões aos adversários. Obtivemos votos do trabalhador rural e dos fazendeiros; dos artistas; dos operários das fábricas e dos industriais; dos jovens e dos mais idosos, enfim, de todos os setores representativos de Minas Gerais. Nosso compromisso com todos os mineiros é de um governo de conciliação, consciente, no entanto, das dificuldades que nos esperam, mas na certeza de uma administração séria e voltada para o povo.⁵⁵

A vitória de Tancredo era cantada por seu vice em constante reforço ao caráter que seu governo assumiria. “Estou seguro de que Tancredo Neves fará um governo sem ódio, sem ressentimentos e reconciliará toda a sociedade. O seu único compromisso é com o povo mineiro e sua administração marcará uma nova época para Minas.”⁵⁶ Podemos perceber que além de exaltar a figura de Tancredo, seu vice também preocupou-se em ressaltar que no novo governo não haveria revanchismo, seria “sem ódio e sem ressentimentos”.

Mas não eram apenas os artigos e matérias de apoio ao PMDB que eram publicados no *Estado de Minas*. Na edição do dia 20 de novembro, em meio a matérias que exaltavam a vitória de Tancredo e outras de caráter indiferente, temos,

⁵³ ESTADO DE MINAS, “Tancredo faz o ‘comício da libertação’ hoje na capital”, 11 de novembro de 1982, p. 03.

⁵⁴ *Estado de Minas*. “Para Garcia, quadro já se definiu”, 18 de novembro de 1982, p. 03.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶ *Estado de Minas*. “Tancredo reúne hoje a imprensa já na condição de eleito”, 20 de novembro de 1982, p. 03.

por exemplo, as palavras do colunista social Wilson Frade, apontando que “perde, Minas, a oportunidade de ter no governo um dos melhores administradores deste país e ganha um político de prestígio nacional útil, na atual contingência”. Completava ele que a vitória de Tancredo, se se efetivasse, seria devida, principalmente,

ao trabalho realizado pelo deputado Hélio Garcia, iniciado no extinto PP e concluído no PMDB, quando conseguiu, num rush histórico, cobrir praticamente todo o estado com diretórios de seu partido que forma a sustentação da candidatura Tancredo Neves, sem os quais a sua vitória correria riscos.⁵⁷

Em seguida Frade qualificava o candidato a vice na chapa de Tancredo como “um homem ríspido nas suas entrevistas e resposta”, afirmando que sua franqueza, aliada a um profundo sentimento humano, fora responsável pela conquista da confiança popular. A precedência do vice sobre o candidato ao governo parece-nos indicativa de uma possível reserva com relação ao candidato que vinha se fazendo eleito pelos resultados apurados até aquele momento.

Por outro lado, no dia seguinte, 21 de novembro de 1982, o jornal trazia as primeiras palavras de Tancredo, que ainda não se declarava eleito, após as eleições de 15 de novembro. Nos apontamentos da matéria de primeira página, ficavam evidenciados os direcionamentos que o futuro governador de Minas pretendia seguir. Ressaltando a preferência pelo acordo, o novo governador mineiro defendia que a escolha do novo presidente deveria ocorrer de um “consenso”, “fórmula mais adequada para o atual momento histórico”,⁵⁸ E destacava, ainda, que a prioridade depois das eleições era “a reforma constitucional, (...) conduzida pelo presidente Figueiredo”. Segundo sua própria colocação, “os partidos são instituições que devem ser disciplinadas por uma Constituição”; portanto, esta tinha prioridade em ser reformada, e depois disso se pensaria em reforma partidária. Na sequência, Tancredo traçava os caminhos que o haviam conduzido ao lugar de candidato à presidência negociada:

em sua campanha eleitoral, sempre dispensou ao presidente João Figueiredo um tratamento do maior respeito. “Primeiro, porque ele é o chefe da nação e, em segundo lugar, porque ele é o chefe supremo das nossas Forças Armadas, para as quais

⁵⁷ FRADE, Wilson. “Vitória, derrota, motivos”, in *Estado de Minas*, Belo Horizonte, n. 20, novembro de 1982, p. 03.

⁵⁸ *Estado de Minas*. “Tancredo exalta PMDB forte e diz que hora é de compreensão”, 21 de novembro de 1982, p. 03.

devemos ter sempre o maior respeito e o maior apreço.”⁵⁹

Por fim, o candidato formalizava sua opção política destacando que “por formação, sou a favor da conciliação e do diálogo. Nesta hora, qualquer radicalização desserve à nação”.⁶⁰

Considerações finais

A campanha eleitoral de Tancredo Neves para o cargo de governador estadual de Minas Gerais, no ano de 1982, pode ser tomada como um prelúdio para o que marcaria sua caminhada rumo ao governo federal. A base de sustentação de seus discursos, e de muitos outros candidatos que o apoiavam em Minas, foi a identidade mineira pautada no passado de luta pela liberdade. Assim, é possível encontrar um constante apelo à memória da Inconfidência Mineira como mote de ação para os mineiros do ano de 1982. E o candidato, embora não fosse bem ao gosto de todos os componentes do PMDB, era a peça chave para que a oposição alcançasse bons resultados no futuro pleito nacional. Esse resultados posteriormente viriam a influir no direcionamento do processo de abertura política nacional, culminando no real início da redemocratização brasileira.

⁵⁹ *Estado de Minas*. “Tancredo: prioridade para a nova Carta”, 21 de novembro de 1982, p. 01.

⁶⁰ *Idem*, *Ibidem*.

PARTE III

CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Abolicionismos e liberdades no carnaval da corte carioca (1879-1888)

Eric Brasil Nepomuceno*

As ruas do município neutro, Corte do Império do Brasil, estavam diferentes. A visão ainda pouco acostumada às peculiaridades de terras brasileiras fez o viajante norte-americano se assustar com o cenário do Rio de Janeiro nas primeiras semanas de março de 1886. Frank Vincent passaria vinte meses “rodando” pela América do Sul, passando pelas principais cidades do continente.¹

No Rio de Janeiro, participou da maior “*street scene*” local: o carnaval. Estandartes, bandeiras, lanternas coloridas e folhagens vestiam as ruas para a festa. Seu olhar, literalmente estrangeiro, pode nos fornecer importantes pistas e variadas questões sobre o carnaval de rua do Rio na última década de vigência da escravidão no Brasil.

Na terça-feira de carnaval, 09 de março de 1886, nosso visitante assiste à passagem da “grande procissão do carnaval” pela Rua do Ouvidor. Em suas palavras, era uma procissão convencional – com bandas militares a cavalo, damas e cavaleiros do século XVII, representações de eventos políticos recentes – e não chamou muito sua atenção. Apenas um dos carros lhe pareceu digno de menção, o qual, aliás, foi um grande sucesso nas ruas. O carro representava uma montanha,

no topo da qual quatro negros estavam empenhados em cantar e jogar cartas. Dois senhores de escravos se esforçavam para escalar a montanha na perseguição aos negros, mas no momento em que eles estavam próximos de alcançar o topo, as efígies de dois famosos abolicionistas saltavam das profundezas, e os desbaratados senhores escorregavam mais uma vez para o pé da montanha.²

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

¹ VINCENTE, Frank. *Around and About South America: Twenty Months of Quest and Query*. Nova York: D. Appleton & Co. Sold by Keagan Paul, Trench, Trübner & Co, Ltd., Londres, 1890.

² Idem. Tradução minha do original, transcrito a seguir: “*Just then some unsavory disclosures had been made regarding the treatment of slaves, and I remember a successful hit was that made by a hill, upon the top of which four negroes were engaged in singing and playing cards. Up this hill, two slave-owners were striving to climb in pursuit of the negroes, but just as they were about to reach the summit, the effigies of two well-known abolitionists were shot up out of the depths before them, and the discomfited owners slid back at once to the bottom of the hill.*” P. 229.

Este carro de ideias, intitulado Glória aos Abolicionistas, fechava o préstimo dos Democráticos, tendo sido elogiado na *Revista Ilustrada*. A cena de sua passagem era descrita assim:

No alto de uma montanha alguns pretinhos cantavam um hino à liberdade, acompanhado de um batuque característico. Quando eles iam mais elevados, dois vultos que estavam no sopé da montanha, e que se celebrizaram pelas suas opiniões escravocratas, avançavam, furiosamente, com o fim de se apoderarem das peças. Mas no momento em que tocavam o alto da montanha, surgiam-lhes face a face, inopinadamente as figuras de Joaquim Nabuco e de José do Patrocínio, obrigando-os a descer, espavoridos.³

Na *Gazeta da Tarde*, os versos que compunham essa alusão foram transcritos como uma ode ao movimento abolicionista. Neles os *democráticos* se afirmavam foliões, mas alegavam que também tinham “muito brio e corações” e que por isso davam à turba, além das desejadas gargalhadas, cenas da sociedade “que ainda quer tolher o passo à liberdade”. Assim narram a situação:

Olhai: sobe a montanha um grupo de proscritos
Rufando, a batucar, ao som de agudos gritos,
Procurando abrandar da vida amargos travos,
Deixando por um momento o seu viver de escravos.
Porém, fatalidade! Os belzebus da terra, ai
Armadores de grilhões, lá vão galgando a serra
E escutam já de perto o canto da desgraça
Que a (sic) dois mil anos sai do peito de uma raça!⁴

Mas eis que surgem os “intrépidos heróis”: Joaquim Nabuco e José do Patrocínio! Eles obrigam os “maus irmãos” (escravocratas), “em nome do civismo”, a se arriscar “nas faces de um abismo”. Esse carro evolui sob uma tempestade de aplausos, e os *democráticos*, antevendo tal sucesso, concluem versando:

³ *Revista Ilustrada*. Ano 11, n. 429 – 20 de março de 1886. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional, RJ. P6.

⁴ *Gazeta da Tarde*, 09 de março de 1886. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional, RJ. P4.

Pois bem! Vós que aplaudis com palmas e com flores
 As sátiras alegres, deixai que esses horrores,
 Deixai que a corrupção, deixai que todo mal
 Espume à vergastada, em nosso carnaval,
 E os sons ouçam-se bem do canto da desgraça
 Que a (sic) dois mil anos sai do peito de uma raça!⁵

Para eles, *jornalistas* e *foliões* distintos, os heróis da luta pela liberdade eram representados por Nabuco e Patrocínio, e os horrores da escravidão deveriam sucumbir às chibatadas do carnaval – do *nosso carnaval*: o carnaval das Grandes Sociedades Carnavalescas. Este artigo pretende abordar essa estreita ligação entre o abolicionismo presente nas páginas dos periódicos cariocas e sua presença também nos préstitos carnavalescos das Grandes Sociedades Carnavalescas.

...

Da sacada da redação da folha diária *Gazeta de Notícias*, o jornalista tinha uma visão privilegiada da Rua do Ouvidor. Desde muito cedo e durante todo o dia 4 de março de 1878, uma multidão tornava a rua intransitável. Era domingo de Carnaval.

Da segurança de sua janela, um jornalista vislumbrava mais um dia de carnaval, como tantos outros que a corte do Império do Brasil teatralizou ao longo do século XIX. Após poucos minutos de observação, sabia qual tema iria abordar no jornal da manhã seguinte: “a repetição dos desagradáveis acontecimentos que temos lamentado em iguais dias dos anos anteriores”.

Para o ilustre jornalista, as pessoas que se juntavam na Rua do Ouvidor tinham como objetivo assistir à passagem dos préstitos das Grandes Sociedades Carnavalescas.⁶ Sob sua ótica, um desejo legítimo e merecedor de respeito. Contudo,

⁵ Idem.

⁶ A primeira Grande Sociedade Carnavalesca desfilou pela primeira vez em 1855, sob o nome de Congresso das Sumidades Carnavalescas. Ao longo da segunda metade do século XIX, inúmeras outras foram fundadas. As mais famosas seria os Fenianos, os Tenentes do Diabo e os Democráticos. Esses grupos tinham inspiração nos carnavais europeus, sobretudo o de Veneza. Seus préstitos possuíam carros alegóricos, cavalarias e bandas de música. O luxo das fantasias era fundamental. Era preciso mostrar que esse tipo de carnaval era superior ao entrudo e que expressava uma forma civilizada de brincar nos dias de Momo.

a grande questão que envergonhava a “heroica cidade de São Sebastião” eram as formas que a multidão adotara para se divertir enquanto as Sociedades Carnavalescas não passavam:

Toda aquela multidão ali postada, não contente em interromper o trânsito, entretinha-se ainda em provocar as pessoas que passavam, ora atacando-as, não com as inocentes bisnagas de água perfumada, mas com outros instrumentos de dimensões muito maiores e que geralmente têm aplicações muito diversas. Cansados aqueles moços daquele meio de divertimento, passaram então a apoderar-se dos chapéus dos infelizes que por ali transitavam (...). Nem senhoras, nem crianças, nem velhos, eram respeitados pelos foliões, que assim deram uma prova de uma educação não por demais apurada.(...) Esperamos que amanhã não se repitam tais acontecimentos, indignos de uma cidade civilizada.⁷

O repórter conclui reforçando que “se é justo que quem não tem janelas procure a rua para ver os préstitos carnavalescos, não é menos justo que as famílias possam transitar livremente sem receio de serem desatendidas.” Para que se alcançasse esse intento, a solução era simples: proibir aglomerações de povo naquela rua – a “artéria da civilização” –, postando ali quatro ou seis praças da cavalaria.

A indignação do jornalista expressa um dos muitos conflitos presentes nos carnavais da corte brasileira nos últimos anos da escravidão. Esse breve relato aborda alguns elementos centrais nas discussões que ocupavam a primeira pauta dos debates parlamentares e na imprensa. O carnaval expressava de forma colorida vários projetos de nação, cidadania, liberdade, progresso e civilização, tão em voga na década de 1880.

Qual a participação do povo na festa? Esta questão é uma problemática crucial quanto à década de 1880: qual a participação do povo na nação que se projetava após a Abolição? A multidão que atuava no carnaval, criando e recriando constantemente suas brincadeiras, deveria ser reprimida e transformada em plateia, pois só assim aquelas pessoas poderiam “aprender” a se tornar “civilização”. Tal preocupação reflete de forma curiosa os discursos e projetos abolicionistas que previam um processo seguro e controlado por parlamentares: os escravos, assim

⁷ *Gazeta de Notícias*, 04 de março de 1878. Seção de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

como os foliões, não precisavam continuar sendo protagonistas nesse processo, ser plateia era o suficiente.

Muitos outros elementos são esboçados nesse fragmento do oitocentos, como por exemplo o papel do Estado no controle da festa, para assegurar o prazer das “famílias”, mesmo que para isso fosse necessário proibir que o povo se aglomerasse na Rua do Ouvidor.

Tais questões eram agravadas quando as máscaras cobriam o rosto dos foliões, dificultando, quando não impossibilitando, a identificação e permitindo o desrespeito às hierarquias sociais. É bem provável que nesse domingo de carnaval escravos, libertos e negros livres estivessem misturados e camuflados sob a algazarra e as fantasias que tomavam a Rua do Ouvidor. Naquele momento de luta pela liberdade definitiva e de conseqüente tentativa de redefinição das fronteiras sociais, o carnaval criava um momento para testar os limites e recriar laços e possibilidades de vivenciar experiências de liberdade. As elites intelectuais da corte viam com bons olhos (coisa que nem mesmo os abolicionistas faziam) a atuação desenfreada de escravos e negros livres na festa que aos poucos era elevada a símbolo nacional.

Portanto, é crucial, para compreendermos de forma mais abrangente o processo abolicionista e os projetos para a nação que se enfrentavam no final do século XIX, o entendimento da atuação das elites intelectuais na festa que pretendiam eleger como nacional e sua relação conflituosa com as práticas carnavalescas com predominância de escravos, libertos e negros livres.

O ponto de partida para este texto são os jornais da cidade. Acredito que a explicação de Machado de Assis seja mais sucinta e literária do que a minha poderia ser:

Jornal antigo é melhor que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo. Os letreiros sepulcrais, sobre monótonos, são definitivos: aqui jaz, aqui descansam, orai por eles! As letras impressas na gazeta antiga são variadas, as notícias parecem recentes; é a galera que sai, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação.⁸

Após tão primorosa justificativa, completo dizendo que os jornais da corte na

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. Pp. 164-65.

década de 1880 tiveram profunda ligação com o carnaval. Seja porque muitos de seus autores eram membros das Grandes Sociedades Carnavalescas, seja porque adquiriram grande prestígio e importância na própria legitimação da festa e de muitos grupos,⁹ os jornais são uma fonte riquíssima para o estudo do carnaval.

Segundo José Murilo da Carvalho, “o Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre [e] os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos”.¹⁰ A imprensa representava, segundo Carvalho, um fórum alternativo para a Câmara e o Senado, sendo um dos principais canais de manifestação da opinião pública.

Com uma rápida leitura desses jornais logo descobrimos as descrições do carnaval e das Grandes Sociedades Carnavalescas. Porém, com uma análise mais cuidadosa descobrimos os conflitos e tensões que se intensificavam nos dias de Momo. Prisões, crimes, decretos policiais, fugas de escravos, advertências e reclamações de moradores.

Para esta análise, usei como fonte a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da tarde*, o *Jornal do Commercio* e a *Revista Ilustrada* (Biblioteca Nacional, Seção Periódicos) dos anos entre 1879 e 1888. Analisei os exemplares do Domingo de Carnaval até a quinta-feira da mesma semana. Dessa maneira, pude ter um panorama mais ou menos nítido da experiência carnavalesca carioca da década de 1880.

...

Os carnavais cariocas da década de 1880 foram marcados pela grande confluência de formas, sentidos, significados. A polifonia e a polissemia caracterizam a atuação dos múltiplos sujeitos sociais na festa.¹¹ Para muitos jornalistas, literatos e foliões coevos, a festa carnavalesca daqueles tempos era cindida, numa dicotomia quase óbvia: de um lado (numa escala evolutiva, o lado inferior) estava o “entru-do”, com suas práticas “bárbaras”, “atrasadas” e “perigosas”; do outro (na parte superior da escala evolutiva carnavalesca), o “Carnaval”, representado pelas Grandes

⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹¹ CUNHA. Op. cit.

Sociedades Carnavalescas, com seus préstitos de inspiração veneziana e parisiense.

Esse embate foi durante muito tempo respaldado pela historiografia sobre o tema, que, acreditando nessa fictícia dicotomia, perdeu a dimensão plural e conflituosa do carnaval nesse período. Sob a alcunha pejorativa e generalista de *entrudo*, múltiplas formas de brincar o carnaval foram niveladas, e seus sujeitos, silenciados. Contudo, mais recentemente importantes pesquisas foram desenvolvidas buscando superar a visão linear e evolutiva que se tem do carnaval. As obras de historiadores como Maria Clementina Pereira Cunha e Leonardo Afonso Pereira, atuais referências cruciais sobre o tema, possibilitaram mais questionamentos e descortinaram caminhos para estudarmos essa festa que se tornaria símbolo nacional ao longo do século XX mas que enfrentaria intensos conflitos nesse percurso.

A partir da década de 1870 e sobretudo na de 1880, um ataque contínuo ao entrudo tomará conta dos debates na imprensa. Inspirados pelos ideais de progresso, jornalistas vão se aliar a autoridades policiais e higienistas para elencar anualmente os malefícios das práticas daqueles que brincavam o entrudo pelas ruas da capital do Império.¹²

O Carnaval –Assassinatos - conflitos e distúrbios

Que o carnaval estava a morrer já todos o sabiam, mas que ele nos seus últimos momentos havia de apresentar um espetáculo ridículo, torpe e vergonhoso, é o que ainda pode fazer admirar aqueles que confiam na candura do nosso público.

É preciso dizê-lo com franqueza, o que anteontem presenciámos nesta cidade, que durante um ano se presume com foros de civilizada, foi uma verdadeira vergonha, um inaudito escândalo!

Ficou demonstrado a evidência que a nossa população, que apenas sai uma vez ao ano, ou não se diverte, ou, divertindo-se,

¹² O entrudo consistia num conjunto de brincadeiras realizadas quarenta dias antes da Páscoa, praticado ao longo de todo o século XIX. Sua principal forma era o “jogo das molhadelas”, em que as pessoas saíam às ruas e atiravam água e outros tipos de líquidos (às vezes não muito limpos) uns nos outros. Era um período em que as sátiras, as brincadeiras, o riso, as ofensas, as fofocas vinham a público. Era um brinquedo muito popular, e as mais variadas pessoas jogavam o entrudo: da família imperial aos escravos. Entretanto, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que as hierarquias sociais eram mantidas durante a brincadeira: um escravo não “entrudava” com seu senhor; havia o entrudo doméstico, em que as famílias senhoriais brincavam entre si, e havia o entrudo das ruas, em que pobres, escravos, imigrantes, negros e mestiços “entrudavam-se” de forma muito mais variada.

há de recorrer a meios reprováveis, que só causam o dano e a anarquia. (...) O entrudo (...) apresentou-se despótico, anárquico, imundo e desordeiro. (...)

A nossa folha de hoje não teria espaço suficiente para noticiar todas as desordens que houve na cidade, provocadas pelo jogo do entrudo.¹³

O entrudo aparece aqui como uma prática deplorável, que só gera *anarquia* e desordem. O carnaval feito nas ruas do Rio estaria “morrendo” frente à imundice do entrudo.

O código de posturas municipais de 1854 já previa punições para quem praticasse o entrudo. O parágrafo 2º do título 8º do referido código afirmava que:

Fica proibido o jogo do entrudo dentro do município: qualquer pessoa que jogar incorrerá na pena de 4 a 12 mil-réis, e não tendo com que satisfazer, sofrerá de dois a oito dias de prisão. Sendo escravo sofrerá oito dias de cadeia, caso seu senhor não o mande castigar no calabouço com cem açoites, devendo uns e outros infratores ser conduzidos pelas rondas policiais à presença do juiz, para os julgar à vista das partes e testemunhos que presenciarem a infração. As laranjinhas de entrudo que forem encontradas pelas ruas ou estradas serão inutilizadas pelos encarregados das rondas. Aos fiscais com seus guardas também fica pertencendo a execução desta postura.¹⁴

Contudo, vinte anos depois, parecia urgente à Câmara Municipal aprovar novas especificações sobre o combate ao entrudo. Assinado pelo presidente interino, Adolpho Bezerra de Menezes, foi publicado o seguinte edital em 1875:

A disposição do §2º tit. 8º sec. 2º do código de posturas, que proíbe o jogo do entrudo, fica extensiva aos que lançarem sobre os transeuntes ou pessoas que se acharem as janelas de suas casas, água ou qualquer outro líquido, ainda que aromáticos,

¹³ *Gazeta de Notícias*, 26 de fevereiro de 1879.

¹⁴ Código de posturas municipais 1854, Rio de Janeiro, Typ. 2 de dezembro. Biblioteca do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

por meio de seringas ou tubos; aos que se servirem para esses divertimentos de quaisquer pós; finalmente aos que atirarem para a rua ou desta para as casas estalos fulminantes.¹⁵

Em meados da década de 1870, os ilustres vereadores acharam melhor por menorizar o que deveria ser combatido, o que ressalta a popularidade e a força de tais práticas, que resistiram por tanto tempo à letra da lei.

Estaria terminantemente proibido jogar líquidos, mesmo que aromáticos, fazer uso de seringas ou tubos, pós (como farinha e polvilho) e “estalos fulminantes”. Outro ponto merece destaque na redação do edital: ficava proibido utilizar tais expedientes para acertar pessoas em suas janelas e sacadas, e, destas, para acertar os foliões que estão nas ruas.

Conseguiriam os nobres vereadores fazer valer seu intento? Como nos mostrou Cunha, a recorrência de editais proibindo o entrudo avançaria até as décadas iniciais do século XX, o que atesta sua força e popularidade;¹⁶ assim como reforça sua tese de que a imprensa carioca estaria aliada aos membros das Grandes Sociedades Carnavalescas na empreitada de aniquilar o entrudo com as práticas do carnaval europeizado, pois há uma enxurrada de notícias exigindo medidas policiais contra os praticantes do entrudo.

Entretanto, parece que mesmo os vereadores daqueles tempos entenderam, melancolicamente, que o jogo das molhadelas ainda teria vida longa na corte. No código 40-3-86, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nome de *Carnaval e Entrudo*, encontramos o registro do arquivamento, feito pela Câmara Municipal, de quase trinta anúncios de jornais no ano de 1882. As propagandas vendiam principalmente instrumentos para que os foliões descumprissem o edital de 09 de março de 1875:

“Limão de borracha a 600 réis, a dúzia, nas casas da Cotia Rua da Uruguaiana, n. 136, e da Moura, Rua da Alfândega n. 121 A. [03/02/1882]

Grande empório de bisnagas. Por atacado e a varejo. Importante sortimento de bisnagas para todos os preços e com perfumes delicados, que não fazem mal aos olhos e nem estragarão os vestidos. Largo de S. Francisco de Paula n. 14. [03/02/1882]

¹⁵ AGCRJ. Postura de 9 de março de 1875. Código 40-3-86, Carnaval e Entrudo.

¹⁶ CUNHA. Op. cit.

Mil dúzias. Limões de cheiro. Vendem-se na Rua do Hospício n. 145, sobrado. [04/02/1882]¹⁷

Bisnagas, limões de cheiro, seringas eram anunciados abundantemente nos grandes jornais da corte, do *Jornal do Commercio* até a *Gazeta da Tarde*. Lado a lado com anúncios de aluguéis e venda de fantasias variadas, os periódicos anunciavam o aluguel de sacadas na Rua do Ouvidor para as famílias abastadas acompanharem a passagem dos préstitos sem precisar esbarrar com o “Zé-Povinho”.¹⁸

É muito provável que o recolhimento dessas propagandas visasse à aplicação das multas previstas nos editais. Destaco que tais anúncios refletem os grandes lucros possibilitados pelos dias de Momo para muitos comerciantes. As mais variadas lojas se revestiam de artefatos carnavalescos – não apenas as mais chiques casas da Rua do Ouvidor, mas também barbearias, charutarias – e aquelas com condições financeiras recorriam às folhas diárias para divulgar seus produtos. Por conseguinte, combater o entrudo pressupunha se chocar também com interesses comerciais de grande parte da praça do Rio de Janeiro.

...

A imprensa teve um papel crucial no desenvolvimento da imagem de “perigo-so” do entrudo. Usando argumentos científicos (como, por exemplo, dizendo que a água e as imundices ajudariam na propagação de epidemias de febre amarela) e sociais (“as classes perigosas”),¹⁹ os jornais pediram a proibição da brincadeira, e as autoridades policiais, muitas vezes afinadas com esse discurso, publicariam uma série de editais proibindo sua prática.

Mas não era o caso de simplesmente proibir. Intelectuais e jornalistas possuíam um programa de civilizar o Brasil que também passava por novas formas de se brincar o carnaval: era preciso importar a festa europeia para substituir o nosso entrudo. O carnaval de inspiração veneziana representaria o progresso, o novo, o

¹⁷ Idem.

¹⁸ O termo Zé-Povinho era utilizado para rotular as práticas do carnaval de rua. Sob esse termo guarda-chuva inúmeras brincadeiras eram desqualificadas como incivilizadas e bárbaras e que conseqüentemente deveriam ser combatidas. Não eram simplesmente as formas da brincadeira que pareciam desagradar à imprensa e às autoridades, mas, sobretudo os sujeitos que a praticavam.

¹⁹ CUNHA. Op. cit.; e CHALHOUB. *Cidade febril*. Op. cit.

moderno, enquanto o entrudo representaria o atraso, o antigo, o colonial – não cabia mais na sociedade brasileira o que esses grupos urbanos pretendiam criar.

Percebemos aqui uma clara disputa pelo símbolo *carnaval*: uma luta simbólica para impor a definição do mundo social, nas palavras de Bourdieu (1998). Dominar o poder simbólico era fundamental nessa disputa, pois deter tais símbolos significava a chance de construir a realidade a partir de seus interesses.

Por conseguinte, muitíssimos contos e artigos foram publicados nos jornais declarando a morte do entrudo, sua derrota frente ao carnaval, a ridicularização de suas formas e daqueles que a praticavam.²⁰ Em contrapartida vemos a crescente valorização por parte dos jornais das Grandes Sociedades Carnavalescas. Esses grupos, surgidos em meados do século XIX mas com auge a partir de 1870, representavam e atuavam com base num projeto modernizador muito semelhante ao defendido pelos jornalistas e literatos – também pudera, pois muitos de seus membros eram representantes desses grupos sociais. Portanto, é importante analisarmos quais as inspirações e modelos que pautavam a atuação social desses jornalistas em finais do século XIX.

Os últimos anos da escravidão no Rio de Janeiro marcam um período fundamental nos debates acerca da redefinição das regras de convivência social. Os novos grupos urbanos, ao mesmo tempo que, em sua maioria, defendiam o fim da escravidão, temiam as consequências de uma abolição que não preparasse os escravos; era preciso torná-los “dignos” e capazes de viver em liberdade. Portanto, era preciso fazer a abolição juntamente com o “progresso”: criar um país moderno, livre, que ensinasse aos negros como se portar na nação civilizada.²¹

A crença no progresso teve um papel muito importante na formação desses grupos urbanos brasileiros ao longo do século XIX. Esses grupos, que pretendiam reformar a sociedade, buscaram em outros lugares conceitos úteis aos seus propósitos, principalmente na Europa. Entretanto, como chama atenção Richard Graham, não podemos chamá-los de alienados ou de simples plagiadores de pensadores europeus.²² Os “partidários da modernização” do Brasil possuíam critério seletivo, escolhiam as ideias que mais se aproximassem dos efeitos desejados e utilizavam apenas certos pontos, deixando outros de lado.

Uma das correntes mais presentes nos textos jornalísticos é a inspirada pelo inglês Spencer. Ele reunia a ideia de progresso, ciência e industrialização, sinteti-

²⁰ PEREIRA. Op. cit.

²¹ CUNHA. Op. cit.

²² GRAHAM, Richard. “Spencer e o progresso”, in *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

zando-as com o evolucionismo social. Suas ideias foram bem recebidas por muitos daqueles que pretendiam reformar a sociedade brasileira. Em seu texto, Graham chama atenção para a utilidade desses pressupostos contra o tradicionalismo: antigas crenças religiosas e práticas econômicas arcaicas deveriam ser superadas. Somente dessa forma o Brasil poderia continuar progredindo.²³

A noção de progresso inspirada por Spencer esteve, no Brasil, diretamente associada à forma como se concebia a nação. Como afirma Roberto Ventura, a nação seria o resultado da progressiva transformação das matrizes europeias pela ação do meio ou da mistura de raças. Para o autor, essa “tropicalização das formas europeias” ocupava lugar central na constituição da visão da elite intelectual brasileira no final do século XIX. Serviu de base para o fortalecimento de teorias climáticas e raciais que reduziam a cultura a fatores naturais, como o clima e a raça, colocando em segundo plano os conflitos sociais, culturais e as singularidades históricas.²⁴

Por conseguinte, a partir da década de 1870, sobretudo, haveria uma mudança no padrão cultural brasileiro e uma gradual incorporação do negro e do escravo na literatura e na cultura. Entretanto, isso aconteceria de forma ambígua. Ao mesmo tempo em que se reconhecia a participação do negro na construção da nação e a defesa da emancipação por grande parte dos literatos, as visões racialistas e as teorias de inferioridade das raças ganhavam espaço. Partindo de uma visão eurocêntrica, muitos intelectuais entenderiam o elemento negro como causa dos problemas sociais enfrentados pelo Brasil. Daí o crescimento das propostas de imigração europeia, para que, assim, aos poucos se embranquecesse a nação.²⁵

Os textos publicados na *Gazeta de Notícias*, na *Gazeta da Tarde* e na *Revista Ilustrada* trazem à tona essas discussões, colocando em destaque a questão do abolicionismo e o papel dos escravos nesse processo. Nos dias de carnaval, esses periódicos não se furtariam a expor seus projetos também para os rumos da festa.

Esses três órgãos da imprensa carioca possuíam estreitas relações com os movimentos abolicionistas,²⁶ principalmente aqueles de viés mais mode-

²³ Idem.

²⁴ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

²⁵ Idem.

²⁶ A *Gazeta de Notícias* foi a primeira grande folha diária a defender o abolicionismo; a *Gazeta da Tarde* era propriedade de José do Patrocínio e abertamente defendia a Confederação Abolicionista; e a *Revista Ilustrada* era propriedade de Angelo Agostini, artista abolicionista renomeado no Rio de Janeiro.

rado e legalista, tão bem representado por Joaquim Nabuco. Segundo Ricardo Salles, Nabuco e outros abolicionistas defendiam uma ordem social pós-escravista que buscasse a constituição de uma cidadania democrática com a incorporação de ex-escravos e demais excluídos.²⁷

A postura política de Nabuco é esclarecedora nesse sentido. A escravidão era uma “mancha” que impedia o país de se aproximar do progresso e da civilização. Logo, ele era um ferrenho defensor da emancipação; contudo, acreditava que isso deveria vir por meio de uma lei parlamentar. Nabuco fazia sua propaganda abolicionista para os senhores por meio da tribuna parlamentar e da imprensa, conferências e comícios, mas jamais incitou a revolta escrava. Defendia uma abolição dentro da ordem, coisa que os escravos não estavam preparados para empreender.²⁸

Seu projeto abolicionista possuía um caráter nitidamente pedagógico em dois aspectos: 1) pretendia ensinar aos senhores a importância da abolição para o crescimento do Brasil; 2) e, aos escravos, ensinar como se portar em sua nova condição de livres e cidadãos. Essa postura paternalista – fazer a abolição pelos escravos, pois estes eram incapazes, precisavam de tutela, proteção e representação – se associava ao caráter reformista das propostas de Nabuco. Ele pretendia transformar as relações de trabalho rumo ao trabalho livre; pretendia criar uma lei agrária para distribuir terras improdutivas a ex-escravos; incentivar a imigração de europeus, para que as tensões raciais fossem amenizadas. Todas essas medidas visavam à transformação sem convulsões sociais, sem revoltas ou derramamento de sangue.

Contudo, como ressalta Ricardo Salles, apesar do caráter legalista de grande parte do movimento abolicionista, como no exemplo de Joaquim Nabuco, “nada autoriza uma leitura do abolicionismo como um movimento conservador, que estivesse buscando se antecipar a uma temida revolução popular”. É preciso lembrar que o abolicionismo propunha a destruição de um regime secular e a construção de uma nova sociedade, buscando incorporar a herança da parte excluída do velho mundo que se desfazia.²⁹

Como fica evidente ainda nos dias de hoje, a visão de uma sociedade mais inclusiva, com uma cidadania democrática e que incorporasse os excluídos foi derrotada por uma visão de nação que reforçou muitos produtos da

²⁷ SALLES, Ricardo. “Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi”, in *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: vol. 161, n. 406. Pp. 53-75, janeiro/março de 2000.

²⁸ MACHADO, Humberto. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. in *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: vol. 161, n. 406. Pp. 39-52, janeiro/março de 2000.

²⁹ SALLES. Op. cit.

escravidão: o monopólio da terra, a exclusão social da maioria da população e um mecanismo de mobilidade social excludente que possibilita a ascensão de poucos.³⁰

Mas esse futuro não era conhecido na década de 1880. Ali, em meio a todas essas discussões, abolicionistas, elites intelectuais, escravos, libertos e negros livres iriam se encontrar nas ruas ao longo do carnaval carioca.

Ao ler os jornais dos dias de carnaval desse período, percebemos que houve outra frente de atuação para os grupos que pretendiam modernizar o Brasil, aumentando a velocidade do que eles entendiam como progresso: a festa carnavalesca se tornou palco de projetos pedagógicos para ensinar o povo o que era carnaval e como deveriam se portar na sociedade. Esses projetos se apresentavam, de forma muito clara, em duas frentes: os jornais e as Grandes Sociedades Carnavalescas.

Os préstimos das Grandes Sociedades Carnavalescas, inspirados no carnaval europeu, pretendiam “ensinar” ao povo como brincar o carnaval: organizadamente, apenas assistindo ao desfile, como plateia e não mais como atores. É possível perceber um paralelo interesse entre a postura das sociedades carnavalescas e a de muitos abolicionistas da corte.

Ora, se Joaquim Nabuco defendia uma emancipação tutelada pelos abolicionistas na imprensa e no Parlamento, as Grandes Sociedades Carnavalescas, em consonância com os jornalistas, pretendiam tutelar a forma de participação da população no carnaval. O primeiro passo deveria ser a proibição do entrudo, prática antiga, desordeira e incompatível com o carnaval moderno; o segundo passo deveria ser a transformação dos foliões em plateia das Grandes Sociedades Carnavalescas. É significativa a semelhança com o projeto paternalista e reformista para a abolição defendido por abolicionistas como Nabuco.

Anualmente as Grandes Sociedades Carnavalescas colocavam nas ruas carros sobre a abolição, e não raro representavam seus grandes líderes, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, por exemplo. Ou então distribuía cartas de liberdade durante seus préstimos e declamavam poesias pela abolição, o que lhes rendia elogios e coroas de flores ofertadas pelos jornais e pela própria Confederação Abolicionista (sediada na redação da *Gazeta da Tarde*).

Era preciso fazer a abolição para o Brasil rumar ao progresso, mas esse processo deveria se manter nas mãos das elites ilustradas, capazes de man-

³⁰ Idem.

ter a ordem. A incorporação de escravos e seus descendentes no carnaval seguia de perto os debates sobre sua incorporação na nação: suas práticas deveriam ser controladas e submetidas à ordem, e suas tradições deveriam ser aos poucos diluídas nas práticas europeias. Os preconceitos raciais estavam em debate também nos dias de Momo: os negros fantasiados de diabinhos, os Cucumbis,³¹ suas danças e seus cantos deveriam se “miscigenar” com o carnaval europeizado, que era defendido e presunçosamente “ensinado” pelas Grandes Sociedades Carnavalescas.

Mas o que percebemos é que, mesmo com todos esses esforços para impedir que as formas de carnaval majoritariamente negras ganhassem as ruas, ano após ano elas continuavam a “renascer”. E no pós-Abolição teriam papel importante na formação de caminhos de luta por cidadania. Representaram veículos para as vozes de inúmeros grupos que permaneceram excluídos e sujeitos a condições desiguais, apesar de abolida a distinção jurídica entre escravos e livres em 13 de maio de 1888.

³¹ Grupos formados por negros, que empreendiam um desfile coreografado nos dias do carnaval. Estes grupos eram vistos pelos jornalistas da época como detentores de tradições africanas. É interessante pensar nos significados de participar de um grupo “africano” no Rio de Janeiro trinta anos após o fim do tráfico atlântico. Mas essa discussão não cabe nos limites deste trabalho. Para maiores detalhes, veja: CUNHA, 2001, especialmente o capítulo 1.

A “maior revolução (...) de que dão notícia os anais da História Pátria”: festas, política e memórias da Abolição (1888-1898)*

Matheus Serva Pereira**

Introdução

Municípios paulistas

De Santos escrevem-nos o seguinte:

A notícia dada pelo telégrafo, da sanção da lei abolindo a escravidão, foi recebida aqui com extraordinário júbilo. Imediatamente espalhou-se por toda a cidade a boa nova, produzindo delirante alegria em todas as classes. Milhares de foguetes rebentaram nos ares e por ordem da Câmara os sinos de várias igrejas repicaram em sinal de contentamento público pela sanção da lei que conquistou 500 mil cidadãos para a nossa pátria. A convite do *Diário de Santos*, mais de 5 mil pessoas, precedidas de duas bandas de música, percorreram as ruas da cidade, dando vivas aos mais esforçados abolicionistas, vitoriando a Câmara Municipal e indo às residências dos cidadãos que mais trabalharam em prol da causa, sendo saudado o préstimo muitas vezes por cidadãos que discursaram das janelas de suas residências. Os oradores, cujo número era grande, produziram todos brilhantes discursos que foram aplaudidos com o mais vivo entusiasmo de que se achava possuída a multidão.

Prepara-se ainda outra festa, a qual deverá durar alguns dias, segundo consta.¹

Como nos conta *A Província de São Paulo*, a notícia da sanção da lei que punha um fim à escravidão no Brasil rapidamente se espalhou pelo país por meio da mais nova tecnologia de comunicação da época – o telégrafo

* O presente texto é uma versão reduzida do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, que será defendida no primeiro semestre de 2011.

** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFF. Bolsista CNPq.

¹ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. Biblioteca Nacional – doravante BN.

–, ganhando as ruas com luzes e sons de foguetes e sinos.² Os ouvidos mais fracos não teriam resistido: foram dias ensurdecedores. As bandas de música de diversas cidades de São Paulo tiveram muito trabalho ao longo desse maio de 1888. Acompanhando as bandas estava sempre presente uma multidão de pessoas, que inundavam as avenidas produzindo “delirante alegria”.

Não foi só o homem sério, a moça triste e o velho fraco que se despediram da dor para ver a banda passar; foram “todas as classes”, que, diferentemente da música de Chico Buarque, não só viram, ouviram e deram passagem como também participaram ativamente das passeatas e procissões cheias de música que percorreram as ruas naqueles dias festivos. Selecionando deliberadamente os locais e os indivíduos que deveriam ser saudados, essas marchas compostas por “todas as classes” foram, por um lado, usadas pelos “cidadãos que mais trabalharam em prol da causa” abolicionista para reforçar suas atuações como figuras importantes do processo, e, por outro, serviram para pressionar esses mesmos indivíduos e o poder constituído a comprometer-se com a nova cultura legal da liberdade que emergia naquele momento.³

Pontos estratégicos para a divulgação da emergência desses novos tempos, as redações dos jornais também foram locais constantemente visitados e saudados pelas passeatas comuns ou pelas *marche aux flambeaux* que serpenteavam pelas ruas estreitas das cidades paulistanas. Com uma vista privilegiada para as festas, as bancadas dos prédios e salas onde se encontravam as redações dos periódicos serviram de camarotes para os redatores. Com suas penas nas mãos, os repórteres acabaram, nos anos subsequentes à Abolição, produzindo inúmeras interpretações e construindo memórias em relação ao que viram e ouviram ao longo da década de 1880.

O tema do presente texto são as interpretações feitas pelo *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* – posteriormente *O Estado de S. Paulo* – da Abolição entre os anos de 1888 e 1898. A partir da visão desses jornais produzidas durante os dez anos de fim da escravidão no Brasil, poderemos perceber uma determinada memória do processo e das lutas pela abolição sendo formada e reforçada nas páginas dos periódicos aqui analisados.

² Nesse sentido, ver SILVA, Eduardo. “Sobre versos, bandeiras e flores”, in VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de Maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

³ Nesse sentido, ver: SILVA, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”, in PAMPLONA, Marcos A. (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Festas, política e memórias da Abolição (1888-1898)

Chegado o grande dia, os jornais rapidamente buscaram apropriar-se do 13 de Maio, passando a realizar as primeiras análises do processo que levou à extinção do cativeiro. Na primeira página do dia 13 de maio de 1888, *A Província de São Paulo* publicava algumas de suas opiniões sobre o marco que estava testemunhando, o quão importante aquilo aparentava ser para a construção da nação brasileira, e enumerava os indivíduos e momentos que deveriam entrar para a memória nacional como os mais importantes no processo:

Glória à Pátria

Está extinta a escravidão no Brasil

Legisla-se entre flores, apresentam-se pareceres por aclamação e vota-se com ruidosos aplausos. [...] A libertação dos escravos faz-se no Brasil por um **acentuado movimento da opinião**, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas **em plena paz, sem perturbação da ordem**, pelo conagraçamento dos combatentes da véspera. Os que ainda ontem se opunham tenazmente à reforma unem-se aos mais exaltados que a defendiam. **Impelidos pela agitação**, sempre crescente, os poderes públicos entraram na corrente abolicionista e, antes forças dispersivas que elementos coordenados de um organismo, aceitam a solidariedade com os revolucionários que vencem e ditam a lei no momento do triunfo. **A vitória do abolicionismo exprime, pois, a vontade nacional**. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi **esse grande anônimo que se chama – povo** [...].⁴
[Grifos meus.]

Se *A Província de São Paulo* manifestou-se primeiro sobre a aprovação da lei, o *Correio Paulistano* também não demorou muito para se expressar. No dia 15 de maio de 1888, publicava na íntegra, em sua primeira página, com significativo destaque, os dois pequenos artigos que constituem a Lei Áurea. Segundo o *Correio Paulistano*, o país estava presenciando “a maior revolução social e econômica de que dão notícia os anais da História Pátria”, e a insistência em atribuir caráter pacífico ao movimento abolicionista ficava óbvia na interpretação feita pelo jornal

⁴ *A Província de São Paulo*, 13 de maio de 1888. BN.

de que se estava diante de uma revolução diferente das ocorridas na antiguidade e nos tempos modernos, afinal, teria sido consumada “sem derramar uma gota de sangue, sem arrancar uma lágrima de dor!”.⁵

O fim do cativeiro teria sido “o maior acontecimento, depois da proclamação da independência” do Brasil, e os ecos desse episódio colocariam o país no hall das nações civilizadas, afinal, o “Brasil era a única exceção, de um país civilizado e cristão, possuidor da propriedade escrava no seu solo, no último quartel do século XIX”, sendo o 13 de Maio “o completo lógico, necessário, fatal de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre] e de 28 de setembro de 1885 [Lei do Sexagenário]”.⁶

Além das opiniões contidas nos editoriais, ao longo do restante do mês de maio e no início de junho os jornais publicaram pequenas notas, sinais de regozijo, diversos relatos e notícias sobre as festas que estavam ocorrendo no interior e na capital. Uma dessas notas chegava a fazer um divertido cálculo alusivo à importância da lei de 1871:

Interessante.

A lei pela qual foi decretada a libertação do ventre escravo no Brasil foi promulgada no ano de 1871.

Somando duas vezes esta data do seguinte modo:

1871

1

8

7

1

1888

Temos o ano em que se decretou a extinção da escravidão.⁷

Segundo Chalhoub, “1871 não é passível de uma interpretação unívoca e totalizante”.⁸ Porém, ao menos o Parlamento, desde a aprovação da Lei do Ventre

⁵ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

⁶ Idem.

⁷ *Correio Paulistano*, 27 de maio de 1888. BN.

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. P. 161.

Livre, já não era o único espaço em que se debatia o fim do cativeiro. A abolição, nas últimas décadas do Império, passou a ser um assunto comentado, apreciado, discutido acaloradamente por toda parte.⁹ Sendo por meio das páginas da imprensa, ou nos *meetings*, os saraus literários e musicais, as peças teatrais e demais atividades organizadas pelos múltiplos clubes abolicionistas que se espalhavam pelos diversos pontos do Império, os discursos dos diferentes atores sociais envolvidos no processo histórico que culminou com o fim da escravidão extrapolaram as quatro paredes dos salões políticos. Afinal, era necessário convencer a opinião pública da justiça e da necessidade de se abolir a escravidão, e a preocupação quanto à preservação da ordem pública e das hierarquias sociais, mesmo marcando presença nos discursos de muitos dos militantes abolicionistas, não foi suficiente para conter os avanços e as novidades que seus discursos ganhavam ao chegarem às ruas. Nas palavras de Maria Helena Machado, ocorria nesse instante

uma complexa interação de projetos e atuações diversas que, ao atingir estratos sociais perigosamente instáveis, colocou em curso uma atuação política muito menos comprometida com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico do que até o momento se tem admitido.¹⁰

Com isso, a brincadeira proposta pelo *Correio Paulistano* mostra como a chamada Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, foi alocada pelos contemporâneos como um marco significativo do desenrolar do movimento abolicionista não só na corte mas também em São Paulo. O próprio *Correio Paulistano* não cansava de afirmar: “O dia 13 de maio de 1888 é o complemento do dia 28 de setembro de 1871.”¹¹

Contudo, não foi somente um complemento de 28 de setembro de 1871. “O dia 13 de maio é o dia da nossa verdadeira independência”,¹² escrevia o *Diário de Santos*. Assim também pensava o *Correio Paulistano*, entendendo que para “confrontar com a data de 7 de setembro de 1822, francamente, só vemos a data de 13 de maio de 1888. A emancipação social e econômica é a consequência da

⁹ CHALHOUN, Sidney. “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, in *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

¹⁰ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Editora UFRJ/ EDUSP, 1994. P. 146.

¹¹ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

¹² Coleção Costa e Silva Sobrinho, volume 102, p. 33. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

emancipação política.”¹³ *A Província de São Paulo* afirmava que o “13 de Maio de 1888 veio atestar ao mundo que somos um povo livre, um povo civilizado. Se 7 de Setembro de 1822 trouxe a emancipação política, 13 de Maio a nossa igualdade civil, são duas datas que coincidem”.¹⁴

Wlamyra Albuquerque percebe algo similar quando analisa a associação existente nas comemorações pela Abolição em Salvador com as festas comemorativas da Independência, realizadas na Bahia no dia 2 de julho. Como explica a autora, “a festa do 2 de Julho, por comemorar a constituição da nação brasileira, estava firmemente associada à Coroa e traduzia um senso de pertencimento nacional fundado no Império”.¹⁵

Ou seja, o 13 de Maio estava sendo entendido como a complementação da independência nacional, representando ao mesmo tempo a conclusão do processo de constituição da nação e o estabelecimento de um novo estágio; afinal, a partir daquele momento todos os nascidos no Brasil eram cidadãos e surgia a oportunidade para o estabelecimento de uma nova época: a do progresso, que permitia ao Brasil ser tratado de maneira igualitária pelas outras nações “civilizadas”.

Construindo uma memória e uma interpretação histórica possível para o fim do cativo, o *Correio Paulistano* e a *Província de São Paulo* entendiam a aprovação da Lei Áurea como o acontecimento mais importante depois da independência do Brasil, sendo este o momento decisivo para a constituição de uma nação moderna e, principalmente, civilizada. Ambos pretenderam estabelecer datas, momentos e indivíduos para serem lembrados e cultuados.

No calor de maio de 1888, nenhum dos dois jornais conseguia negar a força do “acentuado movimento de opinião” que impelia, com a crescente agitação, o poder público a tomar a medida derradeira de extermínio do escravismo. Porém, o que estava sendo valorizado naquele momento era uma suposta “índole nacional”, apresentada pelos jornais como pacífica e ordeira. Essa índole teria gerado um movimento abolicionista que atuava por meio da “plena paz, sem perturbação da ordem”, e que teria atingido seus objetivos “sem derramar uma gota de sangue,

¹³ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

¹⁴ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. BN. *A Província de São Paulo* publicou inúmeros pequenos textos que estabelecem essa relação entre o 7 de setembro de 1822 e o 13 de maio de 1888, por exemplo: “O 7 de Setembro e o 13 de Maio são dois dias que se rivalizam, que se cobrem de glórias, porque, se naquele o Brasil se viu livre do jugo de Portugal, neste os descendentes de Cam, os irmãos de Luiz Gama, que se haviam conservado sob o azorrague, levantam-se da lama e do cativo, recebendo o título de cidadão. [...] O 13 de Maio de 1888 começa uma nova fase da história pátria, o período da liberdade.”

¹⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. P. 127.

sem arrancar uma lágrima de dor!”.

O interessante é perceber que tanto o *Correio Paulistano* como a *Província de São Paulo* ignoravam algumas notícias frescas que haviam ganhado destaque em suas páginas havia poucos meses ou mesmo dias antes do 13 de Maio e que não corroboravam essa visão sobre o processo de abolição. Tais notícias mostravam que aqueles foram tempos perigosos para os senhores e os encarregados diretos no exercício do poder senhorial. O escravo Daniel, por exemplo, assassinou Favorino, feitor da fazenda em que vivia em Araras, porque o mesmo castigara sua mulher em sua presença. Ao invés de ser também castigado, porém, o escravo Daniel ganhou sua liberdade incondicionalmente.¹⁶ No dia 22 de janeiro, em Campinas, ocorreu outro caso de desordem e afronta a um encarregado direto do exercício do poder senhorial. Na estação de trem daquele município, “um capitão do mato fulano Fumaça” foi vaiado intensamente por algumas pessoas que lá estavam, que também o chamavam “em altas vozes pelo qualificativo que lhe dá a sua triste profissão”. Após as vaias, iniciou-se uma troca de tiros, sendo preso o português Jose Antonio Ferreira. Com a sua prisão, “uma grande massa popular, de mais de quinhentas pessoas”, dirigiu-se até a cadeia, recomeçando então as vaias. Iniciou-se, então, o apedrejamento da cadeia. Como resposta, alguns praças “atiraram-se sobre a multidão, e de refle em punho procuraram dispersar o povo”, ocorrendo “pancadaria a valer”. No final do dia, a “indignação (...) subiu ao auge. Formaram-se grupos que quebraram os lampiões da iluminação nas ruas Direita, Rosário e América, apagaram o gás, inutilizaram muitas vidraças, principalmente as da cadeia, dispararam tiros de garrucha e de revólveres. Uma coisa medonha!”.¹⁷

Ou seja, apesar de os indícios existentes nas próprias páginas desses jornais revelarem uma realidade contrária à que se tentava construir, insistiam no caráter pacífico e ordeiro que teria reinado nos últimos anos do sistema escravista no Brasil, e no papel central do povo – essa categoria genérica –, nunca do escravo, para a vitória final do abolicionismo. Ao ignorar as notícias que vinham trazendo de fugas coletivas das fazendas, de assassinatos de feitores, de desordens em estações de trens, de revoltas coletivas de escravos, os jornais de São Paulo revelavam que não compreendiam a atitude escrava de rebelar-se como uma postura sistemática de ataque à própria instituição escravista e, conseqüentemente, como uma tomada

¹⁶ *A Província de São Paulo*, 15 de janeiro de 1888. BN. Existem vários outros casos similares de desordens e afrontas a encarregados diretos no exercício do poder senhorial. Um caso apareceu nas páginas do *A Província de São Paulo* no dia 2 de março de 1888: “A 28 do mês passado deu-se em S. Roque grossa balbúrdia entre o povo e dois capitães de mato que queriam prender um preto sexagenário. Um dos capitães disparou três tiros de pistola sobre o povo, e este, em represália, apredou-o e arrancou-lhe o preto das mãos. A autoridade interveio, apaziguou os exaltados e fez diversas prisões. O preto está em segurança e o capitão de mato ficou um pouco ferido.”

¹⁷ *A Província de São Paulo*, 24 de janeiro de 1888. BN.

de posição em defesa da liberdade coletiva de todos os indivíduos existentes na condição de cativos. Para o *Correio Paulistano* e para *A Província de São Paulo*, os escravos sozinhos jamais poderiam ser abolicionistas. A abolição seria algo tutelado pelos ilustres abolicionistas e advindo de cima para baixo.

Outros elementos constantemente levantados dizem respeito à primazia da província de São Paulo para a vitória final do movimento abolicionista e ao poder que a imprensa possuía frente ao crescimento do abolicionismo na opinião pública. Nesse momento, todos deveriam, no mínimo, se mostrar defensores do fim do cativeiro; “nunca houve escravagistas por princípio, que defendessem a escravidão pela escravidão”,¹⁸ declarava o *Correio Paulistano*.

Se os jornais buscaram posicionar-se o mais rápido possível como os mais capacitados para construir uma história e uma memória do processo de Abolição, as mudanças relacionadas às festas pelo 13 de Maio, ocorridas no final do século XIX e noticiadas pelos próprios jornais, trazem sinais das transformações pelas quais o regime político brasileiro passava.

O ano de 1889 continuou no mesmo embalo de 1888. As estruturas sociais construídas ao longo do período imperial brasileiro permaneciam sendo questionadas. As disputas penetraram por entre as festas pela Abolição ocorridas naquele ano. A tônica dos textos produzidos pelos jornais seguiu um modelo parecido com os escritos do ano anterior e as notícias de maio de 1889 retrataram os embates constantes travados nas mais diversas regiões da província entre os monarquistas e republicanos por conta das celebrações pelo fim do cativeiro. Afinal, “a Abolição levou ao desprestígio de uma minoria política muito ativa, extremamente ligada ao trono e que rapidamente se bandeou para o lado dos republicanos”.¹⁹

A Província de São Paulo anunciava no dia 12 de maio de 1889:

O país vai festejar amanhã o primeiro aniversário da lei de 13 de Maio, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Não há mais escravos nem senhores, assim como não há vencedores nem vencidos. No espaço amplo desta nação americana todos que aqui nasceram e nascem são cidadãos brasileiros [...]. Largos horizontes se abriram à pátria brasileira com esta frase simples,

¹⁸ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira”, in CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 25.

curta, concisa: É declarada extinta a escravidão no Brasil.²⁰

O texto continua seguindo os moldes da edição do ano anterior. Buscava-se colocar a Lei Áurea como algo desejado por todos, pois teria sido “executada sem oposição, produzindo os seus efeitos sem abalo na ordem pública” e sem “grandes desordens econômicas”. A todo o momento tentava-se passar a imagem de acomodação e mudança sem grandes alterações. O 13 de Maio seria um ato divisor de águas na realidade nacional, alavancando “a segurança do seu engrandecimento, a certeza de sua ascendência no meio das nações civilizadas”.²¹

A memória relacionada ao fim do cativo construída pelo jornal ia em conformidade com a defesa de uma abolição pacífica, ordeira e gradual, sempre de cima para baixo, realizada pelos senhores e/ou pelo Estado e, portanto, sem grandes comemorações por parte dos ex-escravos. A *Província de São Paulo* insistiu na publicação de relatos de festejos ocorridos na corte, banquetes organizados pela elite da província,²² peças teatrais, declamação de poesias e discursos,²³ te-déuns²⁴ e algumas passeatas, como a da Sociedade União dos Chapeleiros, que, “seguida de uma banda de música, percorreu as ruas da cidade congratulando-se com as redações dos jornais pelo aniversário da lei 13 de Maio”.²⁵

Porém, as tensões estavam lá. A primeira página quase inteira do dia 15 de maio de 1889 foi dedicada à transcrição de discursos proferidos por Campos Salles e Quintino Bocaiúva em um banquete promovido pelos republicanos de São Paulo em comemoração ao fim do cativo. Do interior, eram trazidas notícias de comemorações que davam vivas não só à Abolição mas também à República, numa clara afronta ao Império e numa tentativa, por parte da *Província de São Paulo*, de

²⁰ A *Província de São Paulo*, 12 de maio de 1889. BN.

²¹ Idem.

²² “No dia 13 em Santos [...] Foi oferecido um banquete, também comemorando a grande data, ao Dr. Juliu Furtado, que, no cargo de presidente da Comissão Provincial de Socorro Público, muitos serviços prestou aos epidêmicos.” A *Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

²³ “S. José – Realizou-se anteontem o anunciado espetáculo em comemoração ao aniversário do *Treze de Maio*. Seguiu a festa o programa estabelecido: depois de uma poesia recitada pelo ator Xisto Bahia, falaram os acadêmicos Marinho de Andrade, Ozório Duque-Estrada e Diana Terra. Depois do primeiro ato do drama anunciado, o Dr. Cyro de Azevedo proferiu do palco um discurso verdadeiramente inspirado. O brilhante e simpático orador foi saudado ao terminar, por prolongada salva de palma. Continuou o espetáculo sendo distribuída em um dos intervalos uma inspirada poesia do Dr. Gomes Cardim.” A *Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

²⁴ “Pindamonhangaba – Em comemoração da lei 13 de Maio, cantou-se naquela localidade um te-déum solene, oficiando o senhor bispo diocesano. Orou no ato o padre Claro Monteiro.” A *Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

²⁵ A *Província de São Paulo*, 14 de maio de 1889. BN.

demonstrar como o republicanismo estava ganhando forças e adeptos. Em São João da Boa Vista, por exemplo, a Abolição foi comemorada com uma passeata, que parou em frente ao Clube Republicano da cidade, onde “uma banda de música tocou a Marselhesa”. Quando o secretário do clube tomou a palavra para discursar, o delegado de polícia o interrompeu, levantando vivas à princesa Isabel e convidando os espectadores a se retirar, causando grande tumulto.²⁶

Os relatos desse tipo de conflito povoaram as páginas do jornal paulista. Outro exemplo ocorreu na cidade de Cunha, que, “por ocasião dos festejos do dia 13, o senhor Gregório de Campos tentou fazer uma conferência republicana, sendo impedido por mais de quatrocentos libertos armados, que, em altas vozes, ameaçaram-no de morte”.²⁷

²⁶ *A Província de São Paulo*, 16 de maio de 1889. BN. No dia 18 de maio a *Província de São Paulo* apresentou um relato mais detalhado do ocorrido nessa localidade: “O Sr. Dr. Malheiro, delegado de polícia, organizou à noite uma passeata levando à frente uma banda de música do Sr. Aquilino Pereira de Mello, dedicado soldado da República, que a isso se prestou, visto tratar-se de um festejo nacional e sem cor política. Durante a passeata, o Sr. Dr. Malheiros disse tudo o que entendeu em relação à lei 13 de Maio e à monarquia, ouvindo-o os republicanos com inteira calma, até que, cumprimentados o Revm. vigário e os cidadãos Alberto de Mello, Pereira Machado e o Dr. Cordeiro Guerra, dirigiu-se o grupo popular para o Clube Republicano, tocando em frente ao mesmo clube a ‘Marselhesa’. Previamente havia o Sr. João Vaz, um dos organizadores da festa, avisado o secretário do clube, o Sr. Luiz Sarmento, para que o edifício estivesse aberto, adornado e iluminado, a fim de receber aquela manifestação. Estavam, portanto, os diretores do clube avisados, e nada mais natural do que tomar um deles a palavra para agradecer a manifestação. Foi o que fez o secretário Sr. Luiz Sarmento, que, elogiando o procedimento de todos os patriotas que contribuíram para a liberdade dos escravos, **dirigiu algumas censuras ao governo, por proteger a guarda-negra**. Tanto bastou para que o intolerante delegado interrompesse o orador, erguendo vivas à princesa imperial, à sua majestade o imperador e à lei de 13 de maio etc., convidando do povo a retirar-se. Seguiu de uma [ilegível], mas o Sr. Luiz Sarmento prosseguiu no seu discurso, sustentando a liberdade da palavra e a absoluta tolerância, tendo o delegado de polícia de retirar-se acompanhado de poucas pessoas, visto que a maioria do povo mostrou-se adverso ao seu procedimento condenável. (...)” [grifo meu]. *A Província de São Paulo*, 18 de maio de 1889. BN.

²⁷ Idem. Outros tumultos também ocorreram em Jundiaí, onde o “Clube Treze de Maio comemorou ontem [13 de maio] o aniversário da Abolição realizando uma sessão pública, sendo negada a inscrição a oradores republicanos. Este fato produziu indignação. Na sessão pediu a palavra o sócio Antonio Sarmento. O presidente Cavalcanti negou-lha. Houve então grande tumulto. As senhoras retiraram-se e os membros da diretoria, com exceção do juiz de direito Dr. Philadelpho de Castro, que procurou atenuar a indignação dos sócios e do povo, fugiram. O Dr. Costa Carvalho aconselhou o povo a abandonar a sala da sessão. A reunião terminou em grande desordem. Enorme massa de povo percorreu as ruas da cidade levantando vivas à República. O chefe republicano Siqueira de Moraes recebeu esplêndida ovação, orando os cidadãos Fernandes Oliveira, Antonio Sarmento e Alfredo Pujol. Em seguida foi feita uma imponente manifestação ao Sr. Hypolito Medeiros, que fora eliminado da Sociedade por tomar a defesa dos republicanos (...). Todos verberaram energicamente o ato acintoso da diretoria, demitindo o cidadão Hippolyto de Medeiros, verdadeiro fundador da Sociedade. Oculto no jardim público, ouviu todos os discursos

Já em S. José do Rio Pardo os libertos aparentemente tiveram uma postura diferente, para surpresa do periódico:

Realizaram-se ontem [13 de maio] grandes festas em comemoração ao aniversário da Abolição. Logo à madrugada grande massa de povo percorreu as ruas dando vivas à República e à Abolição. [...] O povo protestou contra o Terceiro Reinado. Os libertos mesmo deram vivas à República e morras à Guarda-Negra.²⁸

A Guarda-Negra foi um tema polêmico naquele ano. Inspiração de José do Patrocínio, segundo se propalava, e composta por libertos, a organização teve como principal intuito demonstrar gratidão para com a princesa Isabel, “A Redentora”, e a monarquia. Para isso, atuou na repressão às manifestações contrárias ao Império e em especial às atividades do Partido Republicano.

Em um texto de 25 de abril daquele ano, *A Província de São Paulo* pronunciava o que era praticamente impronunciável até então: a existência de um conflito racial no Brasil. O texto trazia um tom de pânico por parte dos redatores do jornal e denominava os ataques contra os republicanos simplesmente como conflitos “contra os brancos”:

OS DEFENSORES DA RAINHA

[...] Não se pode admitir o assalto dos libertos aos brancos. O ex-escravo cujos sentimentos alguns levianos os maus exploram não desfiguram os partidos políticos e pelo hábito de fazer valer seus instintos selvagens hão de trazer à sociedade brasileira seus perigos e grandes males [...]. Não se iludam os monarquistas. Os pretos sem educação, sem conhecimento de formas de governo e dos princípios políticos não exercem um direito e não manifestam uma opinião, são meros instrumentos dos brancos sem critérios, que açulam esses pobres homens tornando-os

o capitão Sucupira, membro da diretoria arbitrária, o mesmo que **tentou fundar a Guarda-Negra**. A população está indignada com a diretoria, que fez dessa Sociedade, subsidiada pelo governo, um clube conservador. Os libertos e estrangeiros estiveram sempre do lado dos republicanos. Tanto na procissão cívica, como na passeata foram levantados muitos vivas à República, à raça negra, à soberania popular e a muitos republicanos (...).” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

²⁸ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

impossibilitados de regeneração no gozo da liberdade ao arbítrio da civilização. A generosidade e benevolência dos brancos que civilizam a selvageria dos assaltantes.²⁹

O título do texto já deixa bastante clara a referência à Guarda-Negra e ao caráter personalista que o processo de abolição vinha adquirindo. Ao analisar exatamente este texto, Lílian Schwarcz concluiu que

O negro, definido como indivíduo incapaz de pertencer à civilização, era considerado ainda mais despreparado para entender e atuar politicamente. Era, portanto, [...] a velha representação do negro “instintivo” que se afirmava. Recém-egresso da “selvageria”, só a ela poderia dirigir-se novamente, e quando em contato com a civilização tornava-se nocivo (quando não cuidadosamente dirigido).³⁰

Ao longo do ano de 1889, os artigos sobre a Guarda-Negra foram sumindo gradualmente das páginas da *Província de São Paulo*, revelando um desaparecimento ou um enfraquecimento da organização, que não conseguiu frear, muito menos impedir, a proclamação da república em novembro daquele ano e a retirada para o exílio na Europa da família real.

A necessidade de desassociar o fim do cativo da imagem da princesa regente e da monarquia tornou-se uma preocupação recorrente dos republicanos nos anos imediatamente subsequentes à Abolição. Silva Jardim traz em seu livro de memórias publicado em 1891 uma “canção abolicionista” que afirma ter composto durante as festas pela Abolição de 1888 em Santos e que dava vivas a figuras importantes que haviam batalhado para a concretização do movimento. A explicação de Jardim para ter escrito essa canção é importante para se perceber a relação entre escravismo, Abolição, monarquia e república naquele momento:

Eis por que entendi aceitar ativo a parte que os libertos me chamavam a tomar nas suas festas: era preciso tornar bem claro o meu passado abolicionista, para poder ficar puro da eiva de

²⁹ *A Província de São Paulo*, 25 de abril de 1889. BN.

³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Círculo do livro, 1987. P. 235.

escravismo quando pregássemos a república ao elemento agrícola, e me visse coberto dos seus aplausos; e era preciso, desde ali, daquele ponto do país de grande eco pela sua posição comercial, não consentir que a veneração pública e especialmente dos libertos se concentrasse toda na princesa Isabel. Creio ter conseguido os meus fins.³¹

Assim, em 1890, após a proclamação da república – ou seja, fase em que havia ainda a necessidade de fortalecimento do novo regime –, *O Estado de S. Paulo*, adepto de longa data do republicanismo, lançou mão de artigos que buscaram associar a todo custo a Abolição a uma luta que emanara do povo – entendido, este povo, como os representantes senhoriais – e nunca do Estado monárquico que havia acabado de ser derrubado.

Dando continuidade às interpretações realizadas no ano anterior, o dia 13 de maio de 1888 deveria ser um orgulho para os paulistas, pois, “mais do que a todos os brasileiros”, teria surgido ali o brado de liberdade que mais repercutiu em todo o país, portanto este estado teria tido um papel fundamental no “verdadeiro começo [d]a nossa civilização”. A escravidão “era a nossa desgraça e a nossa vergonha” e o “maior elemento do nosso atraso”. Com o seu fim poderíamos “erguer a cabeça diante do mundo civilizado e equiparar-nos às nações mais adiantadas e mais cultas” e nos prepararmos para o “caminho do progresso”. E qual seria esse caminho? Para *O Estado de S. Paulo*, junto à liberdade advinda com o fim do cativo, o “povo” pretendia dar continuidade a esse movimento: “Dado o primeiro grande passo para a Liberdade, realizada pelo povo a maior das aspirações populares, abriu-se novo campo a todas as outras que tinham por fim o nosso progresso social e político, a nossa autonomia de povo livre e digno de o ser.”³²

O último verso do poema em comemoração à data, publicado naquele mesmo ano de 1890, corrobora a imagem da Abolição que o jornal pretendia passar:

Foi pra nós esse dia – o dia da bonança
 Que abriu em nosso peito as flores da esperança;
 Se não fora essa data heroica e gloriosa,
 Não teríamos hoje outra data assombrosa

³¹ JARDIM, Silva. *Memórias e viagens I: campanha de um propagandista (1887 – 1890)*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891. P. 84.

³² *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1890. BN.

Que veio completar a nossa bela história,
 Com a mais calma, a mais pura, a mais nobre vitória;
 A vitória, na paz, do exército e do povo
 Que fez desta nação – pátria do mundo novo
 Que banuiu desta terra o escrúpito e a majestade,
 E disse: agora sim, temos a liberdade;
 Sem senhores, sem rei! - Magnânimo e seguro,
 Pode agora o Brasil seguir para o futuro.

Ou seja, as memórias que vinham sendo construídas sobre o fim do cativo ligavam-no a um movimento que teria seguido seu rumo de forma calma, pacífica e ordeira, supostamente característica da nação, apesar das fugas em massa, dos assassinatos de feitores e senhores, dos quilombos abolicionistas etc. ocorridos poucos anos antes; tendo tido como consequência e necessidade deste ato à continuidade do movimento pela liberdade, só que agora a “liberdade plena e completa política”, representada pelo estabelecimento do regime republicano no Brasil e sua suposta consequência: a elevação do país ao mesmo patamar das outras “nações civilizadas”.

Passados alguns anos, agora em maio de 1894, *O Estado de S. Paulo* estabeleceu uma ligação direta entre a Abolição e o golpe que implementara o regime republicano no Brasil. Com um tom profético, o artigo publicado no 13 de maio daquele ano afirmava que

o 13 de Maio foi o prólogo de 15 de Novembro; e nesse dia o povo, a grande massa formidável e anônima, reconheceu pela primeira vez a sua força, e, libertando a raça escravizada, começou a preparar-se para se libertar a si próprio do jugo de uma instituição que, além de não ser nacional, era indigna do nosso século e singularizava vergonhosamente a maior e mais bela parte da América Meridional, relegando-a para um plano inferior, impedindo-a de se colocar na posição que lhe era devida pela sua altíssima importância entre as nações civilizadas.

A vibração de entusiasmo que nesse figurante dia da nossa história percorreu o país de extremo a extremo teve a sua natural repercussão no outro dia, no dia da emancipação definitiva do povo

brasileiro, nesse gloriosíssimo 15 de novembro do ano seguinte.³³

Na verdade, com o passar dos anos as tensões políticas e raciais presentes no ano de 1889 durante as celebrações pelo fim da escravidão foram sumindo das páginas dos jornais paulistanos e a tendência de retratar a Abolição como um movimento ordeiro, pacífico e controlado realizado pelas elites foi se consolidando. Ano após ano, textos muito semelhantes foram sendo impressos e publicados em periódicos, e em praticamente todos era reforçada a atuação de São Paulo como um dos fios condutores do movimento abolicionista. A República surgia como aquela que soubera consolidar a liberdade, demonstrando assim a necessidade do novo regime de esvaziar o regime monárquico das referências à Abolição, o que se daria principalmente por meio da incorporação da data de 13 de maio ao calendário de comemorações oficiais.³⁴ A justiça da Abolição era exaltada pelo fato de assim se ter eliminado “a barreira em que estacava, paralisado e tremente, o progresso do país, a marcha ascendente da nação para um estado social mais compatível com a civilização contemporânea”.³⁵

Os dois textos publicados pelo *O Estado de S. Paulo* em 1892 demonstram a construção de uma memória por parte dos jornais que buscava reforçar essa imagem do fim do cativo.

No primeiro texto publicado naquele ano por esse mesmo jornal, intitulado “Treze de Maio”, o autor, que se identificava com a alcunha de L.S., fazia citações, cheio de palavras pomposas, afirmando que o Brasil deveria ser considerado um exemplo para os “aplausos e as simpatias de toda a coletividade humana”, devido à singularidade que o movimento abolicionista aqui teria ganhado. Para L.S., a abolição no Brasil havia sido “de um modo sem exemplo na história dos países que tiveram escravos”, principalmente pela ausência da perturbação da ordem nacional e por permitir a entrada da nação numa “nova era de progresso e de prosperidade”, firmando assim “a confraternização, pela identidade das relações jurídicas, entre cidadãos há três séculos separados pela diversidade da raça e pela desigualdade das condições sociais oriundas da propriedade ilegal do homem sobre o homem”.³⁶

O segundo texto, assinado por F.A., seguia a mesma linha. A diferença, ou, melhor dizendo, o acréscimo neste texto, que mostra a construção de uma me-

³³ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1894. BN.

³⁴ *O Estado de S. Paulo* enfatizava, no dia 13 de maio de 1891, que “a república, por um ato de criteriosa justiça, declarou feriado, os abolicionistas intrépidos, os heróis da brilhante vitória de 13 de maio”.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1891. BN.

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1892. BN.

mória da Abolição tentando desassociar a extinção da escravidão e o regime monárquico, está na tentativa do autor de desvencilhar o movimento abolicionista da imagem do imperador, falecido naquele ano de 1892 na Europa.

Para F.A., o 13 de Maio era indiscutivelmente

uma das maiores datas da nossa história, porque nela se efetuou a nossa primeira conquista de verdadeiro caráter nacional, e, como corolário lógico, se iniciou o preparo para a mudança radical e definitiva das instituições da nação.

Neste dia, em 1888, o povo brasileiro [ilegível] a sua força entrou na posse da sua soberania, sempre até então mistificada pelos [ilegível] habilidosos manejos políticos dos principais reinantes.³⁷

A ideia é simples: com o fim da escravidão foi possível implementar o regime republicano. Porém, para a surpresa do autor, “a triste verdade [era] que em S. Paulo jamais festejaram popularmente essa data - a não ser um batuque de libertos num quarteirão da rua da Liberdade”, e, portanto, a “vitória eminentemente popular” não vinha sendo comemorada da devida maneira, pois

deu-se o fenômeno inesperado da alienação das glórias do grande feito pelos vencedores em favor dos vencidos, e ainda agora, quando morreu o velho imperador, houve na Europa e, o que é mais singular, no próprio Brasil, quem lhe atribuisse a abolição da escravidão!³⁸

E os republicanos de tudo faziam para eliminar “esta monstruosa e insustentável mentira, profanada da má-fé de uns e da ignorância de outros”.³⁹

Também em 1892 o *Correio Paulistano* se expressava sobre o fim do cativeiro de maneira semelhante. Para o jornal,

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

extinção do elemento servil, não a negar, foi o passo supremo que se deu o povo brasileiro para de futuro empreender novas e gloriosas conquistas.

A vitória abolicionista, alcançada no dia 13 de Maio de 1888, foi pois o epílogo de uma revolução extraordinária, sem exemplo na história de outros povos, por quanto, como sabemos, a festa da libertação dos cativos se fez entre flores e hinos, entre aplausos e sorrisos, entre festas e ovações de todos os brasileiros.

O funcionamento regular da vida nacional não se perturbou com o mínimo alarme da desordem, com o mínimo acidente do sobressalto.⁴⁰ [Grifo meu.]

Fazendo uma leitura do passado recente da nação, o *Correio Paulistano* não chegava a negar a existência das fugas em massa das fazendas e dos quilombos presentes na cidade de Santos – algo nunca mencionado pelo *Estado de S. Paulo* –, porém transformava esses atos de rebeldia escrava e de falência e desestruturação do sistema escravista brasileiro em algo que emanava da vontade de toda a população e não só por parte dos adeptos das ideias abolicionistas, por isso, a Abolição teria ocorrido sem o “mínimo alarde da desordem”.

A escravidão, na opinião de quase todos os brasileiros, era por então considerada uma chaga viva que deformava o nosso organismo. [...] A sentença de morte, portanto, contra a nefasta instituição foi lavrada primeiramente pela opinião pública e depois então convertida na áurea lei de 13 de Maio. E disso estavam tão convencidos os escravizados que, tranquilos e serenos, começavam a abandonar as fazendas, em busca de refúgio, entrando pelas estradas [ilegível] lhes inspirava o coração vivificado pela alegria de se verem livres da opressão de seus senhores. Nesse Estado permanece vívida ainda na memória de todos os paulistas a fuga em massa dos escravizados que se refugiavam no quilombo do Jabaquara, em Santos. Era para essa gloriosa cidade que se voltavam, cheios de lágrimas e esperança, os olhos de todos os cativos embrutecidos nos latifúndios. O antigo quilombo do Jabaquara tornou-se em breve uma lenda.⁴¹

⁴⁰ *O Correio Paulistano*, 13 de maio de 1892. BN.

⁴¹ *Idem*.

Imaginem comigo esta cena pintada pelo *Correio Paulistano*. Os cativos saindo das fazendas, sem nenhum senhor impedindo-os de ir em direção à cidade de Santos, e a cidade paulista tendo suas ruas inundadas por escravos fugidos, tudo ocorrendo na mais perfeita harmonia. Exageros à parte nas pinceladas que o *Correio Paulistano* dava sobre a realidade, esse texto, como não podia deixar de ser naqueles anos iniciais da República, encerrava dando vivas ao novo regime e manifestando orgulho “por vermos à frente do governo republicano deste país um grande patriota como o marechal Floriano Peixoto”.⁴²

Nesse momento, o leitor já deve estar cansado de ver repetidas, página após página, as mesmas observações sobre os jornais. Mas, o que fazer? Para o historiador que analisa tais textos, parece até que os periódicos simplesmente reaproveitavam os artigos publicados em anos anteriores, fazendo, porém, algumas modificações e adaptações, para não ficar tão óbvia a cópia, e novamente estampavam suas páginas com a mesma interpretação da Abolição.

Diga-me se estas palavras proferidas pelo *Correio Paulistano* em 1893 não são parecidas com as passagens aqui citadas dos anos de 1889 a 1892:

Esta data [13 de maio] assinala um ponto culminante na história pátria, e um passo gigantesco no progresso moral da humanidade. [...] não deixa [a Abolição] de constituir, quanto ao modo pelo qual se realizou em nosso país, um título de benemerência e de glória, que muito nobilita o caráter do povo brasileiro e dá-lhe jus a um dos primeiros lugares no convívio das nações civilizadas. A medida, com efeito, que a abolição do elemento servil custou a outras sociedades ondas de sangue e de dinheiro, no Brasil ela se operou sem a resistência dos interessados na manutenção do escravo e sem indenização pelo anômalo direito de propriedade. Nenhuma voz discordante perturbou a entusiástica orquestra de hinos festivos; nenhuma cena desagradável, as grandiosas manifestações do regozijo que irrompiam espontâneas em todas as localidades ao propalar-se vertiginosa a notícia da emancipação definitiva da escravidão no Brasil.⁴³

⁴² Idem.

⁴³ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1893. BN. A repetição de um modelo de contar e explicar a Abolição por parte dos jornais é mais explícita para o caso do *Estado de S. Paulo*. O texto aqui citado, de autoria de L.S. e publicado em 1892, possui o seguinte parágrafo: “A emancipação dos cativos operou-se no Brasil, nação ainda nova, saída há pouco do regime tutelar da metrópole, e cujo fundamento estava em bem dizer, no elemento servil; cuja força vital tinha o seu alicerce no

É bem verdade que o espaço dedicado a esses artigos ia diminuindo a cada ano. O *Correio Paulistano* chegou a publicar todo 13 de maio, entre 1889 e 1898, pequenos textos seguindo essa mesma linha de interpretação sobre o fim da escravidão e outros que relembavam os grandes abolicionistas com poesias e textos. Porém, essas referências à Abolição foram perdendo o destaque e saindo das partes importantes da primeira página do periodismo de grande circulação de São Paulo ao longo da década de 1890.

Após 1895, o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* limitavam-se no mês de maio a publicar pequenas notas informando as celebrações oficiais que ocorriam em regozijo da aprovação da Lei Áurea, como as missas cantadas e os te-déuns, o fechamento das repartições públicas e seus embandeiramentos e iluminações, as bandas que percorriam as ruas, os sambas e batuques na Rua da Liberdade, mas tudo muito superficial e com poucos detalhes. *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar um texto, sem grande destaque, em sua edição de 13 de maio de 1897, em que, mantendo sua visão sobre a Abolição, afirmava que “a verdade, porém, é que o 15 de Novembro lembra o termo de uma luta da qual o 13 de Maio exprime talvez a fase decisiva” e “Demonstrar-se-á [...] que é hoje [13 de maio] o aniversário de nossa incorporação definitiva à civilização moderna”.⁴⁴

Os órgãos de grande circulação da capital paulista lembravam a Abolição, mas aos poucos o fervor dos anos iniciais foi perdendo o oxigênio necessário para que a chama da liberdade se mantivesse acesa. Se hoje a nossa imprensa é viciada em promover comemorações, em 1898 a imprensa paulista ainda não parecia ter adquirido essa característica.

O Estado de S. Paulo simplesmente ignorou o 13 de Maio como uma data importante de ser lembrada naquele ano, publicando apenas uma nota que informava ser aquele dia “o décimo aniversário da gloriosa lei que libertou os cativos do

trabalho irremunerado – pacificamente, calmamente, entre a expansibilidade festiva e a alegria sincera de todos os seus filhos, que assim apresentavam a sua pátria ao orbe civilizado, envolta na áurea triunfal de uma apoteose imorredoura e sublime.” Já o texto publicado como representante da opinião do jornal paulistano sobre o fim do cativo publicado no ano seguinte, 1893, traz o parágrafo: “Nação ainda nova, há pouco tempo saída do regime tutelar da metrópole, de posse ainda recente de sua emancipação política, ela extinguiu o elemento servil – o grande alicerce das riquezas do país, a larga base sobre que assentavam a fortuna pública e inúmeros interesses pecuniários, sem efusão de sangue, sem as contingências dolorosas de uma guerra civil – calmamente, tranquilamente, entre a expansibilidade festiva e a alegria sincera de seus filhos, identificados pelo mais nobre dos sentimentos para apresentarem a sua pátria expurgada da macula que a aviltava, envolta na aureola triunfal de uma apoteose imorredoura e sublime.” *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1893. BN.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1897. BN.

Brasil”.⁴⁵ O *Correio Paulistano*, por outro lado, até chegou a promover uma edição especial, imprimindo em sua capa a foto de Luiz Gama e Antonio Bento, as lideranças abolicionistas de São Paulo mais cultuadas naqueles dez anos subsequentes à Abolição. Porém, o texto que acompanhava essa foto era meramente descritivo dos tramites que a lei percorreu para ser aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado. As celebrações promovidas também parecem ter sido menos grandiosas que as dos primeiros anos após o fim do cativeiro, e os únicos que ainda pareciam se animar para comemorar a data eram os ex-escravos, considerando-se que “esteve muito animado o *samba* na Rua da Liberdade, notando-se ali grande número de pretos”.⁴⁶

Conclusão

As imagens da Abolição produzidas pelos jornais paulistanos no ano de 1888 e nos dez anos posteriores ao fim do cativeiro trazem consigo uma valorização do evento como o momento de constituição da nação, a partir do qual todos nascidos no país poderiam ser considerados cidadãos. Porém, o enfoque principal recaiu sobre o caráter supostamente acomodado e ordeiro do movimento abolicionista brasileiro e sobre a noção de progresso que o marco trazia embutido. A partir de 13 de maio de 1888 os jornais paulistas passaram a dividir a nação em dois períodos: o primeiro, durante a vigência do sistema escravista, entendido como o período do atraso; e o segundo, entendido como o do progresso, que permitia colocar o Brasil na lista das nações “civilizadas”. A liberdade advinda com o fim do cativeiro teria elevado o país a “civilização”, e isso sem maiores perturbações da ordem pública, graças à suposta índole tranquila do país, ideia construída e constantemente reforçada pelos jornais.

Como explica Lilia Schwarcz,

distante da noção de revolução, nosso processo de libertação escravocrata [foi] representado como pacífico, gradual e, sobretudo, como um “presente dos senhores e do Estado”. Aos cativos restava a lealdade e a posição submissa de quem ganha uma dádiva.⁴⁷

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1898. BN.

⁴⁶ *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1898. BN.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., 2007, p. 26.

Esta é uma representação do processo de Abolição que permanece até hoje, e engana-se o historiador que não acredita na força das representações. Porém, ela não é a única existente. Nas entrelinhas das notícias sobre a Abolição publicadas entre 1888 e 1898, os libertos e homens de cor foram surgindo, apesar da visão preconceituosa e da insistência dos periódicos de afirmarem a ausência de grandes festejos pelo 13 de Maio.

Em 1890, *O Estado de S. Paulo* afirmava não ter havido “verdadeiramente festas comemorativas da gloriosa data 13 de Maio”.⁴⁸ Porém, a crônica de Filindal publicada semanalmente naquele ano revelava algo diferente:

A festa de 13 de Maio foi **modestamente celebrada** na rua mais própria para ela – na Rua da Liberdade. Foi nessa rua em frente à casa do Dr. Antonio Bento e defronte da minha janela que à noite se reuniram **algumas centenas de libertos** para festejarem o seu dia com **danças e cantos característicos, batuques ensurdecedores, sons ásperos de chocalhos, umbigadas entusiásticas e convictas**.⁴⁹ [Grifos meus.]

“Modestamente celebrada”? E a presença de “algumas centenas de libertos” dançando em plena praça pública? A tônica da visão dos periódicos da época permanecia na crônica: os festejos pela Abolição estariam tendo pouca adesão por parte da população. Porém, se a ideia era ofuscar ou não levar em consideração qualquer manifestação de celebração pelo 13 de Maio que não tivesse sido promovida pela “boa sociedade”, a afirmação de existirem “algumas centenas de libertos” comemorando o fim do cativo em 1890 na Rua da Liberdade contradiz as afirmações dos jornais e sugere outra interpretação.

Os libertos e homens de cor pareciam, sim, estar comemorando a Abolição, de maneira própria e singular; possivelmente criando outras interpretações sobre o processo que levou ao fim do cativo no Brasil e, consequentemente, produzindo outras memórias sobre o marco. Agora cabe nos perguntar como eram essas celebrações e quais seriam tais interpretações e memórias. Porém, infelizmente, o meu espaço aqui já se esgotou e a resposta para essas perguntas ficará para a próxima.

⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1890. O jornal *A Província de São Paulo* passou a se chamar *O Estado de S. Paulo* após a proclamação da República.

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1890. BN.

O periodismo português no Rio de Janeiro: um breve mapeamento

*Robertha Pedrosa Triches**

A imprensa imigrantista no Brasil

No final do século XIX e início do XX, o Rio de Janeiro foi palco da entrada de milhares de portugueses que, buscando melhores oportunidades de emprego ou fugindo de perseguições políticas, foram responsáveis por formar uma das colônias de imigrantes mais numerosas e mais bem integradas do Brasil.¹ Uma vez instalados, esses imigrantes buscaram, por meio de várias estratégias, recriar sua identidade e estabelecer marcos de sua presença no novo país. Destaca-se, nesse sentido, a formação de diversas associações, que atuaram, e ainda atuam, como importantes espaços de sociabilidade e de preservação de memória. Além delas, a imprensa também funcionou como um importante instrumento de construção de uma identidade portuguesa no Brasil, bem como de estreitamento dos laços da colônia com Portugal.

A criação de jornais e outros tipos de periódicos foi uma prática muito comum entre as principais comunidades de imigrantes do país. Por meio deles, essas comunidades conseguiram se comunicar não só com os diversos imigrantes espalhados pelo território brasileiro mas também com seus conterrâneos que haviam permanecido em sua terra natal e, em muitos casos, com a própria sociedade brasileira. Também conhecidos como “de colônia”, “étnicos” ou “estrangeiros”, esses periódicos foram resultado do processo migratório internacional. Isso não quer dizer que a simples existência de imigrantes em uma dada região do país garantisse a criação dessas publicações. Para que isso ocorresse, era necessária a montagem de uma estrutura específica, que contasse com meios físicos e técnicos de impressão e circulação, característicos de qualquer tipo de imprensa, como o acesso a papel e tinta, máquinas de impressão, formas de divulgação e distribuição e meios

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

¹ A respeito da imigração portuguesa no Brasil, ver: PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC/ Portugal: Instituto Camões, 2002; LOBO, Eulália Lamayer. *Portugueses em Brasil em século XX*. Madri: Editorial Mapfre, 1994; RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1930*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1987; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades d’além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitânia*. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2003; LESSA, Carlos (org.). *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

financeiros de manutenção do empreendimento, além de público leitor.

Quais seriam, então, os motivos que teriam levado à criação desses periódicos? Primeiramente é importante dizer que entendemos o periódico como resultado de um projeto² de um grupo, envolvendo aspirações, realizações, objetivos e sonhos que dizem respeito ao próprio grupo e à sua história. Dessa forma, existem questões que só podem ser compreendidas a partir do próprio periódico, pois são inerentes ao projeto do grupo que lhe deu origem. Ainda que muitos jornais e revistas se autointitulassem “porta-vozes” de determinada comunidade, nenhum deles representava a totalidade dos imigrantes. A colônia, seja qual for a sua nacionalidade, é toda ela formada por contradições, e cada publicação, portanto, possui seus interesses específicos, buscando falar a um público determinado.

Entretanto, após o contato com alguns desses periódicos de imigrantes, percebemos que determinadas motivações eram muitas vezes as mesmas, principalmente por esses grupos estarem vivendo realidades muito parecidas, afinal, eram estrangeiros em uma terra desconhecida. Nesse sentido, os periódicos surgiam pela necessidade dos imigrantes de se comunicarem com “toda” a colônia, com os outros imigrantes de mesma nacionalidade espalhados pelo país, e pelo desejo de divulgarem informações sobre sua terra natal, investindo especialmente na manutenção de suas identidades, tradições e laços culturais e afetivos com sua terra de origem, atuando para que a sociedade de adoção não os “engolisse”. Eram, portanto, escritos na língua materna, compostos por seções que versavam geralmente sobre a cultura popular de seus países, davam notícias atualizadas sobre sua terra, relembavam a história do país, as festas mais conhecidas, os costumes religiosos, o tipo de música e a literatura, além de dar conta da vida social da colônia. Nesse caso, exaltavam os imigrantes mais bem-sucedidos, as formas de assistencialismo, noticiando os empreendimentos comerciais, o funcionamento das associações e os acontecimentos sociais, como casamentos, aniversários, nascimentos e festas religiosas.

Interesses econômicos, políticos e mesmo ideológicos também poderiam levar à criação de um periódico por parte de um grupo de imigrantes. Entre algumas colônias de estrangeiros existentes no Brasil, como a italiana, foram representativos os casos de periódicos criados para fazer oposição à política de seu país de origem e/ou para funcionar como uma proposta política/social alternativa. Isso, é claro, em momentos de relativa liberdade no Brasil, como ocorreu nas primeiras

² Adotamos aqui a categoria de “projeto” desenvolvida por Gilberto Velho, ou seja, uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” a partir de escolhas realizadas subjetivamente dentro um “campo de possibilidades”, configurado pelos paradigmas culturais compartilhados. Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

décadas do século XX, pois a partir dos anos 1930, por exemplo, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os jornais tiveram de seguir as orientações do governo, o que levou muitos deles ao desaparecimento.

Em geral, essa produção apresentava-se no formato jornal, dado o fato de o investimento inicial sair mais barato, pois exigia um volume de capital bem menor do que para a publicação de uma revista. Além disso, o próprio preço de venda dos jornais era bem menor, possibilitando assim o acesso a um público mais amplo. Mas a produção de periódicos era variada: desde folhas avulsas, circulares, jornais em preto e branco, em formato tabloide, boletins em A4, até revistas e almanaques ilustrados, a cores e com alta qualidade de impressão. Com relação à periodicidade e tempo de vida dessas publicações, dependia muito das condições econômicas de cada grupo, do conteúdo mais específico do periódico, do interesse dos leitores, da presença de anúncios publicitários, entre outros fatores que explicam o fato de alguns jornais não terem passado do primeiro número enquanto outros chegaram a durar mais de dez anos.

Quando um grupo de imigrantes se decidia pela criação de um periódico, um duplo movimento acontecia: o mais comum era que se reproduzisse o modelo já conhecido nos seus países de origem, quanto a formato, técnicas de impressão e divulgação e organização interna, mas ao mesmo tempo os criadores se espelhavam no que estava sendo produzido no Brasil naquele contexto. Também era comum, na imprensa imigrante, a propriedade única e, entre os periódicos de pequena circulação ou os recém-criados, a concentração das funções na figura do proprietário, que atuava como editor geral, definia os temas a serem abordados, apurava as notícias, escrevia os textos, diagramava, imprimia e, algumas vezes, até distribuía os exemplares.

Mas periódicos de grande circulação, principalmente entre as colônias portuguesas e italianas, possuíam uma estrutura muito mais bem organizada, com um corpo editorial, redação e oficinas próprias, seções jornalísticas, diagramadores, fotógrafos, ilustradores, colaboradores e até correspondentes internacionais, mais especificamente no país de origem da colônia, configurando uma equipe e chegando a formar verdadeiros grupos jornalísticos, donos ao mesmo tempo de jornais, revistas e suplementos. Da mesma forma que existiam os periódicos de circulação restrita à colônia, com tiragens muito baixas, alguns inclusive distribuídos gratuitamente entre a população imigrante, havia aqueles que circulavam em outros estados brasileiros e até mesmo em outros países, em especial naquele de origem de seus criadores e na América Latina.

Outra característica importante é que muitas notícias a respeito da terra natal eram retiradas de outros jornais vindos de lá, sendo que na maioria das vezes a

fonte da notícia era reproduzida no periódico, demonstrando, portanto, a existência de uma rede de relações entre esses veículos de informação. Já as informações sobre acontecimentos no Brasil eram escritas a partir de notícias dos próprios periódicos brasileiros, num processo constante de interpretação, a partir da ótica do grupo étnico.

Além disso, assim como ocorria com a imprensa brasileira, os anúncios de publicidade eram uma das principais fontes de renda para os periódicos de imigrantes, muito mais do que as próprias assinaturas, que costumavam ser inexpressivas. Os anunciantes eram, em sua maioria, firmas e lojas de imigrantes bem-sucedidos, assim como companhias de navegação, médicos e advogados; além de empresas onde os periódicos eram vendidos, como hotéis e lojas comerciais, por exemplo. Dependendo da circulação, das tiragens e do público a que se destinava, era comum também que casas comerciais brasileiras apostassem nesse tipo de publicidade, como lojas de roupas e de móveis.

Outra forma de manutenção desses periódicos eram as associações de imigrantes. Por meio delas, muitos empreendimentos conseguiam o suporte financeiro que não alcançavam com a vendagem dos periódicos, o que possibilitava colocar em prática o sonho de editar um jornal. Além disso, muitos periódicos também recebiam apoio de beneméritos das colônias e de homens públicos de prestígio que financiavam publicações com projetos afins aos seus, além de se utilizarem dos próprios periódicos como uma forma de promoção social e política dentro da colônia.

A imprensa portuguesa e a construção de narrativas históricas

No caso da colônia portuguesa, o maior volume de produção de periódicos se deu no início do século XX, acompanhando o desenvolvimento da imprensa brasileira. Podemos afirmar que em quase todos os estados brasileiros houve iniciativas no sentido de se editar periódicos direcionados aos imigrantes portugueses. Feito um levantamento, encontramos registros até em estados onde a colônia portuguesa era reduzida em termos numéricos, como, por exemplo, Pará e Amazonas.

Chama a nossa atenção o expressivo número de periódicos editados pelas associações. Quase todas, fossem elas beneficentes, recreativas, esportivas e/ou comerciais, possuíam seus boletins e relatórios. Nessas publicações, as associações não só divulgavam notícias sobre a colônia portuguesa de determinado estado do Brasil como publicavam as atividades realizadas pelas próprias associações, valori-

zando dessa forma sua atuação dentro da colônia e na sociedade brasileira como um todo, e assim angariando o apoio e o patrocínio de figuras públicas importantes.

Também pudemos observar nesse levantamento que a partir do final dos anos 1930 a maioria dos periódicos portugueses começou a fazer referência ao Brasil nos seus títulos e subtítulos, perdendo, dessa forma, a referência exclusiva a Portugal. Nesse sentido, muitos passaram a se autointitular luso-brasileiros, além de enfatizarem a participação de brasileiros nos quadros administrativos do periódico. Isso ocorreu muito em função das leis implementadas pelo governo Vargas durante os anos 1930, que impuseram uma série de restrições com relação à participação de estrangeiros no controle das instituições políticas, econômicas e culturais do país e, a partir de 1938, já no contexto da guerra que se anunciava, em função do movimento de nacionalização, que se voltava, com destaque, para as áreas de educação e cultura.

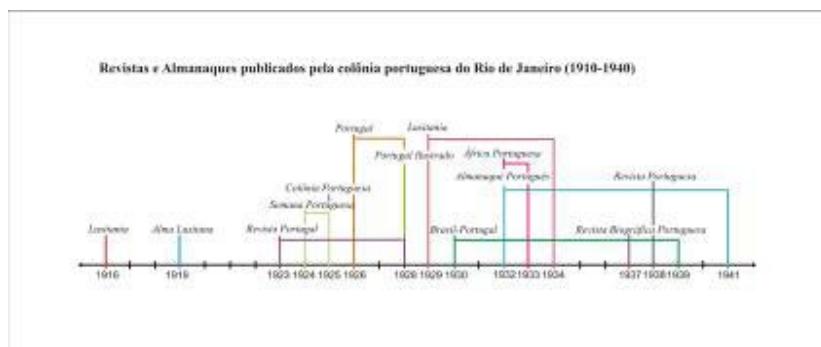
Um dos grandes exemplos dessa política nacionalista de Vargas é o Decreto Nº. 383, de abril de 1938. A partir de então os estrangeiros ficavam proibidos de exercer a direção de jornais, bem como sua orientação intelectual, política e administrativa. Daí as mudanças nos quadros dos periódicos. Além disso, o decreto proibia estrangeiros de “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes ou quaisquer estabelecimentos de caráter político”.³ Ficava proibida também a participação de brasileiros em associações de caráter cultural e benéfico mantidas por estrangeiros, o que levou à reformulação dos estatutos de associações diversas. Portanto, os periódicos também precisaram se adaptar às novas condições impostas pelo governo brasileiro a fim de continuarem existindo, e o nome “luso-brasileiro” iria funcionar como uma boa estratégia.

A maior produção de periódicos por parte de colônias portuguesas no Brasil estava, primeiramente, no Rio de Janeiro, e em seguida em São Paulo. Isso se deve não só ao fato de essas cidades abrigarem, em termos numéricos, as principais colônias portuguesas do país, mas também por possuírem diferentes opções de tecnologia de impressão, bem como facilidades no que diz respeito à compra de matérias-primas e distribuição dos periódicos. Para o período de 1906 a 1940, conseguimos identificar 25 periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, sendo 12 jornais, 11 revistas e dois almanaques, além de uma série de boletins e relatórios. É importante ressaltar que possivelmente esses não sejam os números reais, uma vez que muitos periódicos, especialmente os do início do século XX, se perdiam entre essa vasta produção, principalmente aqueles que não passaram da primeira ou da segunda edição.

³ Decreto nº. 383 de 18 de abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

O alto número de periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro demonstra a consolidação de um mercado desse gênero na capital. Analisando as duas linhas do tempo reproduzidas a seguir, podemos identificar algumas características dessa produção. Primeiramente, e comparando a linha dos jornais com a das revistas e almanaques, podemos perceber que a produção de jornais esteve muito mais concentrada nos anos 1930, enquanto a de revistas e almanaques foi maior nos anos 1920. Além disso, dentro do conjunto de jornais publicados chama-nos a atenção dois periódicos que tiveram grande duração no Rio de Janeiro, um deles, inclusive, surgido antes mesmo dos anos 1920: o *Jornal Português*, que circulou entre 1918 e 1934, e o *Pátria Portuguesa*, que circulou entre 1925 a 1934.

No caso das revistas e almanaques, podemos destacar a revista *Portugal*, que circulou entre 1923 e 1928, a *Lusitania*, que circulou entre 1929 e 1934, e os almanaques *Brasil-Portugal* (1930 a 1939) e *Almanaque Português* (1932 a 1941). Esses periódicos se destacam pois, ao contrário da maioria dos impressos do gênero, tiveram uma duração relativamente longa. Assim, desconsiderando as publicações em formato de boletins, que eram mensais, e de relatórios, geralmente publicados no final ou no início de cada ano, podemos estabelecer a seguinte estimativa: na primeira década do século XX foi criado apenas um periódico; na segunda, cinco; na terceira, sete; e nos anos 1930 foram 12 periódicos.



Essa progressão aponta para duas características do contexto de publicação dos mesmos: a primeira é em relação aos meios materiais e técnicos disponíveis na capital para a produção e desenvolvimento da imprensa, que seriam ampliados e melhorados ao longo das primeiras décadas do século XX, possibilitando o surgimento de projetos mais bem elaborados e mesmo mais duradouros, como começou a ocorrer no final dos anos 1920 e início dos anos 1930. A década de 1930, especialmente, seria marcada por um impulso nos projetos culturais de diversos gêneros, inclusive estimulados pelo crescimento do número de pessoas alfabetizadas e de projetos educacionais. A presença do Estado nesse ramo também seria muito significativa, apoiando projetos culturais, estimulando o mercado editorial no país e facilitando o desenvolvimento de empresas jornalísticas, ainda que se restringindo às iniciativas que estivessem coadunadas com a política do governo.⁴

Além disso, não podemos perder de vista que, nos anos 1930, Portugal já estava sob o governo de Oliveira Salazar, o qual possuía como um de seus projetos a integração dos emigrantes portugueses à “grande nação portuguesa”. Segundo Heloísa Paulo, o emigrante era visto por Salazar como o “guardião dos atributos da nacionalidade”, devendo, portanto, exteriorizar, a todo tempo, seu sentimento de pertencimento à nação.⁵ Por meio, principalmente, da atuação de seus cônsules e dos diretores das associações portuguesas no Brasil, muitos dos quais escolhidos pelo próprio Salazar, o líder português buscava difundir seu ideário e reprimir movimentos de oposição ao regime. “Assim, os consulados são verdadeiras ‘agências de controle e de propaganda’, e a sua rede de informação e ‘policimento’ tem a sua ‘sede’ representada pela embaixada de Portugal no Rio.”⁶ Essa propaganda muitas vezes era feita de forma sutil, beneficiando os grupos que se colocavam ao lado do governo português e concedendo comendas a homens influentes da colônia que prestavam apoio ao regime.

A propaganda do regime salazarista no Brasil também ficaria marcada pelo financiamento dado pelo governo português à publicação de obras e periódicos que faziam elogio ao regime. Órgãos como a Federação das Associações Portuguesas e o Real Gabinete Português de Leitura também patrocinavam a produção de jornais e livros elogiosos a Salazar. Nesse sentido, os anos 1930, tanto no Brasil como em Portugal, foram marcados pelo incentivo do governo português à produção de periódicos, o que explica o grande aumento no número de periódicos produzidos pela

⁴ Cf. CÂNDIDO, Antônio. “A Revolução de 1930 e a cultura”, *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 4. São Paulo, 1984, pp. 27-36.

⁵ PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra, Quarteto, 2000. P. 51.

⁶ PAULO, Heloísa. “Os insubmissos da colônia. A recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945)”, in *Penélope: fazer e desfazer a História. Portugal no Exílio (século XX)*, n.16. Lisboa: 1995, p. 13.

colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

A partir dessas informações e da análise detalhada desses impressos, podemos perceber que a maioria dos periódicos surgidos durante os anos 1930 no Brasil assumia uma posição de apoio ao regime português. Não chegaríamos a essa conclusão caso fizéssemos uma análise do periódico que tomasse seu discurso “oficial” como indicador básico de seu projeto político-cultural, pois a maioria deles procurava, logo no primeiro número, enfatizar seu caráter apolítico, exaltando seus objetivos mais nobres, que eram a “elevação da pátria” e a defesa do “Portugal Maior”. Mas, à medida que nos aprofundamos na análise do periódico – localizando quem são seus colaboradores e proprietários e dando atenção ao projeto editorial como um todo –, conseguimos identificar as demonstrações de apoio ao salazarismo.

Esse foi o caso, por exemplo, dos periódicos *Almanaque Português*, *Diário Português*, *Portugal Diário*, *Portugal Novo*, *Voz de Portugal*, *Correio Português* e *Legião Portuguesa*. Todos esses, de alguma forma, deixaram transparecer seu apoio a Salazar, fosse por meio de artigos elogiosos à sua política econômica, da reprodução de trechos dos seus discursos, da propaganda positiva sobre obras que difundiam o regime ou mesmo da reprodução de fotografias, desenhos e biografias do estadista. Em 1933, por exemplo, o *Diário Português*, jornal diário dirigido por João Chrysóstomo Cruz, apresentaria uma série de depoimentos feitos pelos portugueses da colônia a partir de um inquérito que visava saber o que os portugueses do Brasil gostariam de dizer a Salazar: a maioria deles parabenizava o estadista português por sua política econômica.⁷ O inquérito, iniciativa muito praticada à época, era, no caso, uma estratégia bem montada de propaganda salazarista no Brasil.

Outro exemplo é o do *Almanaque Português*, que publicou uma série de fotografias de Salazar e do general Carmona, presidente da República portuguesa, principalmente em eventos oficiais e solenidades públicas. As legendas das fotos eram palavras de apoio ou falas dos próprios governantes, exaltando a atuação de ambos. Esse anuário, repleto de fotografias e propagandas que acompanhavam, mês a mês, os principais acontecimentos do ano em Portugal e na colônia portuguesa do Brasil, fora criado em 1932 por Francisco Lemos e dirigido por Leôncio Correia. Pertencia ao grupo dono do *Jornal Português*, fundado em 1918 por Corrêa Varella, o mais antigo periódico português em circulação no Brasil nos anos 1930.

⁷ Ibid, p. 9.



Almanaque Português, ano VIII, 1939

Dos 15 periódicos encontrados, apenas um representava a oposição ao governo salazarista. Era o jornal *Portugal Republicano*, fundado em 1932 por Eugênio Martins e que servia como veículo de transmissão das mensagens dos exilados políticos, em decorrência do Movimento de 28 de Maio em Portugal, e dos republicanos presentes em terras brasileiras. Com o lema “Ser pela República é ser pela Pátria”, o periódico existiu de outubro de 1932 a fevereiro de 1933, quando foi retirado de circulação pela censura brasileira. Ele reapareceria em maio do ano seguinte, quando o Brasil estava às vésperas de ganhar uma nova Constituição, voltando a um estado de direito, só que com edições esporádicas. Sua sobrevivência vinha da publicidade e das cotas pagas pelos imigrantes da colônia adeptos ao republicanismo.

Segundo Heloísa Paulo, o jornal fazia ataques constantes aos monarquistas, aos integralistas, aos católicos e à Federação das Associações Portuguesas no Brasil, na sua pretensão de representatividade da colônia e nas suas posições de apoio ao regime salazarista.⁸ Permitia, assim, um outro olhar sobre Portugal, apontando seus problemas sociais, como a falta de escolas, denunciando a censura e o regime ditatorial de Salazar e publicando entrevistas com os exilados políticos no Brasil. Na capa de seu primeiro número, podemos identificar a referência aos dois maiores símbolos do republicanismo: a representação da “República Mulher” e o uso do barrete frígio, alegorias da Revolução Francesa que ficaram associadas à ideia de liberdade.



Portugal Republicano, ano I, n. 1, 5 de outubro de 1932

⁸ Ibid, p. 9.

A existência de periódicos como o *Portugal Republicano* revelava a heterogeneidade da colônia portuguesa, uma realidade distinta da imagem que a Federação das Associações Portuguesas e o consulado português no Brasil procuravam passar: a de uma colônia unida em torno de um único ideal, a defesa da pátria portuguesa. Além disso, contradizia a maioria dos periódicos que se afirmavam como os “porta-vozes” da colônia, pois mostrava que esta era constituída por distintas “vozes”, vivendo conflitos internos. Esses periódicos de oposição, no entanto, foram uma exceção. Na maioria das vezes, o que prevaleceu foi o discurso de apoio ao regime político de Portugal ou a afirmação, por parte dos periódicos, de seu caráter apolítico. Essa era inclusive uma estratégia para que continuassem existindo, a fim de não serem acusados de estarem fazendo campanha contra o governo brasileiro ou de serem responsáveis pela instauração da discórdia no seio da colônia portuguesa.

Antes mesmo do movimento de 1926 em Portugal, os periódicos publicados pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro já buscavam se distanciar, pelo menos no discurso, das questões político-partidárias. Esse foi o caso da revista *Lusitania*, criada em 1916, que se intitulou “Semanário Ilustrado Luso-Brasileiro”. No seu primeiro editorial, afirmava:

(...) Estudaremos assim todos os costumes, lendas e tradições, evocaremos também como elemento vivificante, os heróis, os santos, os gênios, além dos grandes acontecimentos históricos, mantendo-nos em contato com o passado glorioso, visto que, na sua maior parte, o patrimônio histórico é comum às duas nacionalidades. Uma restrição apenas faremos: a política. (...) Evocar o passado, focar o presente e visionar o futuro dos dois povos semanalmente numa publicação de tons leves e risonhos é, em resumo, o nosso programa, porque a despeito de todos os jacobinismos, de todos os bairrismos, dum e d’outro lado, o Brasil será sempre o maior orgulho de Portugal como a sua mais bela obra e a mais perdurável, e Portugal será sempre o maior orgulho do Brasil, mercê de seu maravilhoso patrimônio histórico.⁹

A revista, de publicação semanal, possuía como diretor Antonio Joaquim Maciel. Em formato de livro, composta por aproximadamente setenta páginas,

⁹ *Lusitania*, ano I, n. 1, 3 de junho de 1916, p. 3.

era repleta de fotografias e ilustrações a cores, contando com a contribuição do ilustrador Madeira de Freitas. Era uma revista de variedades, reunindo poemas, crônicas, contos, charges, curiosidades, comentários sobre livros publicados pela colônia, notícias sobre futebol e histórias de grandes nomes portugueses, de grandes comerciantes e industriais da colônia. Circulava em quase todos os estados do país e se afirmava como informativa e noticiosa, anunciando a seus leitores que as questões políticas não seriam debatidas em suas páginas, constaria apenas o registro dos fatos.

Essa é uma característica do periodismo do início do século: a demarcação de um discurso da neutralidade e da verdade, em detrimento das posturas políticas e ideológicas. Dessa forma, a revista não se afastaria de seu verdadeiro ideal, que era a promoção dos dois povos, nem causaria qualquer problema diplomático entre os dois países, dando ensejo a intrigas. O objetivo do periódico era reforçar os laços entre os dois povos, apelando para o patrimônio histórico de ambos. Além disso, procurava difundir os costumes e tradições portuguesas, como uma forma de preservá-las, possuindo para isso uma seção específica em que eram narradas essas tradições, como a das lavadeiras portuguesas e a das festas religiosas.

O apelo à imagem de um Portugal do passado, de tradições milenares, com um pantheon de heróis, foi o pano de fundo de quase todos os periódicos produzidos pela colônia portuguesa do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito às revistas. Na verdade, a forma encontrada pelos periódicos para enaltecer sua terra natal não passava fundamentalmente por eventos do presente (como grandes artistas contemporâneos e a cultura moderna portuguesa), mas pelas glórias do passado, tendo como temas principais a saga da formação de Portugal; o movimento das Cruzadas e seus bravos guerreiros; as Grandes Navegações e o maior símbolo dessa grandeza, o poeta Luís Vaz de Camões.

A referência a Camões era quase obrigatório no processo de exaltação da nação portuguesa. O grande poeta, que cantou a saga das navegações, aparecia nos periódicos de distintas formas, mas principalmente ilustrando as capas ou por citações de seus textos mais famosos, que exaltavam a “raça”, o povo português guerreiro e sua coragem. Na revista *Colônia Portuguesa*, que circulou em 1925, a famosa frase do poeta “por mares nunca d’antes navegados” é reproduzida na capa, acompanhada de alguns elementos que remetem ao “passado heroico” de Portugal, como o desenho de uma grande embarcação e a Cruz de Malta, um símbolo do guerreiro cristão que lutara durante o movimento das Cruzadas contra os mouros. A cruz de oito pontas representava, segundo os estudiosos, as forças centrípetas do espírito e da regeneração.



***Colônia Portuguesa*, ano I, n. 1, janeiro de 1925**

Além disso, os “heróis” portugueses ganhavam expressivo espaço nas páginas dos periódicos, principalmente aqueles que haviam participado das Grandes Navegações, das Cruzadas e das batalhas de formação de Portugal. Seus personagens históricos estavam sempre muito bem representados em ilustrações, contos e poemas, com destaque para Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e o infante Dom Henrique de Avis. Como exemplo podemos citar o periódico *Portugal* (1926-1928) – suplemento da revista homônima –, cujo cabeçalho continha a referência histórica, representada por um guerreiro com sua armadura, sua espada e seu escudo, tendo atrás a imagem de um castelo. Esse periódico, que tinha como diretor literário Rui Chianca, apostava na variedade temática como fórmula de sucesso, possuindo, inclusive, uma seção infantil, “Portugal dos Pequeninos”, em que eram publicadas charadas, historinhas, desenhos enviados pelos filhos dos colonos, entre outros. Além disso, possuía uma seção feminina intitulada “Beleza Científica”, com dicas de moda e de beleza para a mulher “moderna”. Tais seções denotam diferentes estratégias de venda.



***Portugal*, ano I, n. 3, 20 de maio de 1926**



***Portugal*, ano I, n. 1, 22 de abril de 1926**

A maioria desses periódicos possuía como mote a defesa das tradições portuguesas, a exaltação do “Portugal Grande”, “imperial”, e a temática ultramarina como uma forma de afirmação do país naquele momento. Essa é uma tendência que também seria verificada na produção de periódicos em Portugal naquele mesmo período. Hélio Serpa, em “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”, aborda as polêmicas travadas entre os intelectuais portugueses e brasileiros durante a chamada Primeira República portuguesa, por meio da análise de algumas revistas portuguesas.¹⁰ De acordo com o autor, nesse período Portugal debatia-se em torno de sua afirmação enquanto nação forte e imperialista, principalmente por entender que seus interesses coloniais estavam ameaçados. No plano externo, especialmente dentro das colônias portuguesas, essas revistas funcionariam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, e também como veículos de difusão de ideias, auxiliando no processo de criação de uma memória coletiva sobre suas tradições e mostrando aos outros países seu papel de “criador de nacionalidades”.

Nesse discurso, o Brasil aparecia como o maior símbolo da positividade da política colonialista portuguesa, “o filho que deu certo”, o que se comprovava pela língua em comum, pela literatura e pelo catolicismo. Desse processo resultaria uma escrita da História baseada no apelo à tradição, na ênfase aos grandes eventos e na exaltação de grandes homens. As revistas, nesse sentido, constituíram veículos de propagação de ideias nacionalistas expressas, segundo o autor, na chamada “lusitanidade”. Por meio delas, portanto, os intelectuais portugueses buscaram afirmar a grandiosidade da nação portuguesa, procurando assim recuperar um espaço no cenário político e cultural da Europa que um dia Portugal já ocupara com grande destaque. Nota-se, portanto, que a representação do passado do país nas revistas passava por questões e preocupações do presente.

Trabalhando com periódicos portugueses de temática ultramarina produzidos durante o Estado Novo português, Sérgio Neto mostra que a maioria deles era

¹⁰ SERPA, Hélio. “Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos”, in *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, Associação Nacional de História, São Paulo, 2000.

norteada por um certo “messianismo redentor”.¹¹ Direcionados especificamente às colônias portuguesas na África e ao Brasil, esses periódicos seriam marcados pela mitificação do Império Português, por meio da evocação de um passado expansionista e de um futuro de ressurgimento. As semelhanças com as revistas produzidas aqui no Brasil eram, portanto, muitas, não se esgotando nas questões temáticas, já que as próprias características físicas eram as mesmas, sendo recorrente o apelo à dimensão visual, por meio de ilustrações e de fotografias.

A capa da revista portuguesa *Alma Nova*, reproduzida a seguir, revela bem essas semelhanças. Nessa ilustração podemos observar como o artista resgata o período das Grandes Navegações, mesclando a imagem de um passado grandioso (representado pela embarcação portuguesa que aportou nas terras brasileiras em 1500) com um presente e um futuro promissores (representados pela aeronave pilotada pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que ficaram internacionalmente conhecidos por terem realizado, em 1922, a primeira viagem aérea ligando a Europa à América do Sul). Nesse sentido, a revista, que era publicada mensalmente em Lisboa, cumpria uma dupla função: a de exaltar o passado heroico de Portugal e a de atestar o ressurgimento da nação portuguesa a partir de exemplos concretos do presente.



***Alma Nova*, 3ª Série, n. 2, maio-junho de 1922**

Mais do que perceber essas semelhanças físicas e temáticas com a produção realizada aqui no Brasil, é importante atentarmos para o intercâmbio que ocorria entre elas, principalmente no que diz respeito às discussões sobre as relações luso-brasileiras, em que muitas vezes os periódicos portugueses eram utilizados como exemplos para comprovar determinado argumento. Para além das relações históricas entre Brasil e Portugal, a temática das relações luso-brasileiras era abordada

¹¹ NETO, Sérgio. “Periódicos de temática ultramarina: cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)”, in *Estudos do Século XX. Cultura, imagens e representações*. Imprensa da Universidade de Coimbra, n. 8, Coimbra, 2008, pp. 317-28.

também para tratar das questões comerciais e políticas entre as duas nações. No primeiro caso, eram muito recorrentes os artigos que enfatizavam a necessidade de uma maior aproximação econômica entre os dois países, principalmente por meio de acordos comerciais. Muitos periódicos chegaram a reclamar do fato de o Brasil estar mais próximo da Inglaterra, no que dizia respeito às transações econômicas, do que de Portugal, seu “verdadeiro irmão”. No caso das relações políticas, o discurso que predominava na maioria dos periódicos era o da necessidade de não intromissão nos assuntos alheios, pois assim se garantiria uma postura de neutralidade e se preservaria a integridade e a independência das nações.

Os periódicos também serviam de espaço para a troca de experiências entre os imigrantes e como forma de conhecer outros portugueses que se encontravam espalhados por terras brasileiras. A maioria dos veículos possuía uma seção própria para contar histórias de integrantes da colônia, desde o momento em que aportaram em terras brasileiras até os dias em que o periódico entrara em circulação. É claro que não era qualquer português que tinha sua história escolhida para ser narrada, mas aquele que poderia servir de exemplo para os outros colonos, um exemplo de perseverança, “um sinônimo de trabalho e coragem”. Na maioria das vezes a figura escolhida era a de um grande comerciante e/ou industrial, cuja trajetória de vida era romanceada pelos periódicos. O objetivo era legitimar a imagem da colônia portuguesa perante a sociedade brasileira, ganhando dessa forma respeito pela obra empreendida no Brasil, mas muitas vezes o recurso funcionava também para arrecadar patrocínio e ajuda financeira desses próprios “imigrantes exemplares”.

É interessante chamar atenção para uma revista especializada na caracterização das figuras importantes da colônia portuguesa no Rio. Intitulada *Revista Biográfica Portuguesa*, foi fundada em 1937, e em seu número inaugural afirmava que sua função seria divulgar biografias de comerciantes, industriais, estadistas portugueses e homens importantes da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, narrando também a história de cada associação portuguesa presente no Brasil. Na capa vinha a fotografia de algum desses figurões importantes; seria aquele homem, portanto, quem ganharia maior destaque dentro da revista e teria sua vida contada. E ao longo de suas páginas muitas outras fotografias eram publicadas, principalmente de diretores de associações e donos de empresas.



Revista Biográfica Portuguesa, ano II, n. 18, outubro de 1938

Além disso, não podemos perder de vista o papel dos periódicos como veículos de sociabilidade para parte da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Por meio deles os imigrantes reforçavam seus laços, exteriorizavam suas afinidades e desentendimentos, trocavam experiências, se informavam sobre as principais notícias de Portugal e do Brasil, organizavam eventos, elaboravam propostas político-culturais, desenvolviam métodos de intervenção no espaço público, se comunicavam com autoridades e personalidades públicas e contribuíam para criar uma determinada “cara” para a colônia portuguesa, ainda que esta fosse heterogênea e marcada por conflitos. Funcionavam, ainda, como um canal de comunicação com a sociedade brasileira, pois essa produção não estava restrita aos portugueses; era fundamental que a colônia convencesse os brasileiros dos seus verdadeiros propósitos, da bela obra que estariam construindo no Brasil e do “valor” de seus projetos para o futuro das duas nações. Não é à toa que vários de seus colaboradores eram brasileiros, e isso sem contar as várias cartas que recebiam de brasileiros comentando os números anteriores ou dando sugestões sobre possíveis matérias e temáticas a serem abordadas.

O que buscamos mostrar neste trabalho é que, primeiramente, já havia nos anos 1930 um mercado consolidado de produção e consumo de periódicos portugueses no Rio de Janeiro. Além do ganho financeiro que a publicação de periódicos proporcionava a esses imigrantes, já que muitos grupos chegaram mesmo a enriquecer por conta dessas iniciativas, o ato de se editar um periódico conferia aos jornalistas portugueses um capital simbólico muito grande, que os faziam ganhar respeito e admiração tanto dentro da colônia portuguesa do Rio de Janeiro quanto na sociedade carioca como um todo. Além disso, a maioria desses periódicos buscou, por meio da recuperação e da reescrita da História, reafirmar os laços entre Brasil e Portugal, sendo, portanto, responsáveis pela produção de uma determinada memória histórica sobre essas relações e funcionando como uma importante estratégia de afirmação desses colonos no Brasil, bem como de seus projetos político-culturais.

A história da *Tribuna de Petrópolis* em suas edições comemorativas

Verônica Soares da Costa*

Introdução

O estudo da imprensa possibilita compreender e contextualizar os impactos do jornalismo na sociedade, assim como a influência exercida pela mídia na representação e construção de identidades e memórias, que são reconstruídas constantemente no interior das trocas sociais, “como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural”.¹

No fazer jornalístico, a mídia absorve e reelabora questões locais e globais, para que se adéquem ao jogo de interesses do qual o jornal, como ator político, faz parte. Portanto, a trajetória de um periódico nos permite acompanhar essas dinâmicas e verificar os aspectos selecionados, de acordo com o interesse público.

Para um jornal local centenário como a *Tribuna de Petrópolis*, fundado nessa cidade serrana em 1902, tais aspectos emergem especialmente em edições comemorativas de aniversário², nas quais se tem a oportunidade de reescrever a trajetória do periódico e também recontar, em paralelo, a história da cidade.

Destacam-se nessas edições não só os momentos importantes da história do jornal, mas também personagens e memórias de uma Petrópolis que ainda guarda muito de sua herança imperial. Esta comunicação tem, portanto, o objetivo de traçar algumas relações entre a história da *Tribuna de Petrópolis*, conforme apresentada em suas edições de aniversário, e a reconstrução de uma memória do jornal na cidade.

Contexto: Petrópolis antes do nascimento da *Tribuna*

* Jornalista, Mestre pelo Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC / FGV

¹ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002. P. 177.

² As edições comemorativas, assim como os demais jornais consultados para a pesquisa sobre a *Tribuna de Petrópolis*, estão disponíveis no Arquivo Municipal da Biblioteca Municipal Gabriela Mistral, em Petrópolis, RJ. Embora o acervo possua coleções completas de todos os anos de circulação do jornal, alguns exemplares estão em péssimas condições, e só podem ser consultados mediante aprovação prévia dos responsáveis pelo arquivo.

O período da história de Petrópolis que antecede a fundação de sua *Tribuna* é profundamente marcado pela forte relação da família imperial com a cidade serrana, aonde iam frequentemente. Esse traço que relaciona a cidade aos Orleans e Bragança é fator indispensável para o entendimento da trajetória da cidade e do jornal, e também se estabelece como um eixo central de compreensão da atual relação dos herdeiros da família imperial na direção da *Tribuna de Petrópolis*.

Fundada em 16 de março de 1843 por D. Pedro II, Petrópolis foi planejada para representar a modernidade e o poder. Era a idealização de um universo próprio do imperador, detalhadamente arquitetado para ser o local onde tudo deveria lembrar o Velho Continente.

Caracterizada como o refúgio serrano da família imperial, valorizada pela corte como uma opção mais saudável e bela em relação ao Rio de Janeiro, Petrópolis foi erguida, no século XIX, a partir de claras definições de superioridade social. Em seu trabalho *Representações de Petrópolis na mídia impressa*, Almeida³ destaca que os jornais locais da época registravam e enalteciam essas características, reforçando os contextos sociais e colaborando para a reafirmação de um modelo de poder.

Petrópolis sempre se fez perceber como um local onde a realeza reencontrava suas raízes e representava seu poder e influência. Mas a corte mantinha uma relação muito informal com a cidade, e o imperador envolvia-se intimamente com os espaços urbanos, circulando livremente pelas ruas e praças ainda em construção.

D. Pedro II tratava Petrópolis como o local onde as preocupações com compromissos não eram prioridade, onde poderia se afastar da rotina formal e rígida da capital. Schwarcz⁴ destaca que “Petrópolis representava, portanto, uma outra corte: repleta das atividades sociais, mas onde a distância do rei era atenuada por seu dia a dia um pouco menos marcado por uma agenda de compromissos e rituais oficiais”.⁵

Nesse ambiente formado por símbolos da monarquia e do poder, desenvolveu-se uma sociedade na qual os valores da elite não só eram tomados como referenciais como também pareciam ser os únicos valores vigentes. Lá surgiu uma imprensa profundamente influenciada pelos modismos e tendências tão caros ao Império, uma imprensa que em seus discursos e narrativas viria a se desenvolver e

³ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. *Fantasia na serra: representações de Petrópolis na mídia impressa*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado – Depto. de Com. Social, PUC – 2005.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

⁵ *Ibid.*, p. 244.

a reforçar aspectos típicos da elite.

A elevação de Petrópolis à categoria de cidade foi o pontapé inicial para o surgimento da imprensa local, na figura do jornal *O Mercantil*, fundado em 03 de março de 1857 como um periódico monarquista. Era o berço da imprensa das elites, um veículo que visava destacar uma cidade intimamente ligada à corte, divulgando seus bailes, concertos, recitais e a presença de celebridades como uma forma de reforçar a posição da cidade como um núcleo urbano simbolicamente europeu.

Era a Petrópolis do imperador e dos privilegiados membros da corte que tinha espaço cativo na imprensa local do Império. A cidade era constantemente comparada ao Rio de Janeiro e se convertia na vitrine da monarquia:

Imagem duplicada de um Rio que se queria parisiense, porém onde os espaços simbólicos do *chic* não se confrontavam com doenças e misérias, tomava forma no imaginário da classe dominante como lugar de prazer e de contemplação, paraíso para o ócio da aristocracia.⁶

Ainda de acordo com Almeida,⁷ o discurso da imprensa petropolitana creditava à cidade o status de modelo para uma modernidade desejada, e conseguia esse efeito ao elevar os acontecimentos sociais ocorridos ali ao nível de culto, destacando nas páginas dos periódicos a influência e o domínio de certos grupos sociais em ascensão.

Nos últimos anos do século XIX, a cidade vivia uma fase de prosperidade que também se dava no quadro econômico da capital e de toda a região fluminense. Esse contexto favorável, somado ao caráter imperial da cidade, delimitava o perfil do público leitor dos primeiros jornais da serra ao mesmo tempo em que direcionava a imprensa local a se aproximar de temáticas mais abrangentes, que se expandiam para além dos limites geográficos de Petrópolis e davam conta de fornecer informações sobre os acontecimentos da capital e o desenrolar de decisões políticas.

Nos primeiros registros da imprensa na cidade, havia “uma preocupação em atrair leitores sofisticados e em conferir prestígio àqueles veículos e à cidade”,⁸ pois “vivia-se em Petrópolis com os olhos voltados para o Rio, porém sob a prote-

⁶ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 32.

⁷ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 38.

⁸ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 56.

ção de uma aura de superioridade europeia que encobria a cidade e a mantinha resguardada”.⁹

Com a proclamação da república, Petrópolis passou a ter um número cada vez maior de periódicos, a maioria, porém, de existência breve, com perfis e objetivos variados.¹⁰ Essa multiplicação de veículos na cidade era reflexo das transformações que o país enfrentava na transição de império para república.

Multiplicavam-se também os debates e os interesses políticos e econômicos, e a corte já não era mais o centro das atenções sociais.¹¹ Mesmo assim, os modismos continuavam a ser ditados pela elite, que ainda enxergava Petrópolis como um “lugar onde não se veem conflitos, inclusive ideológicos. Ali, a república é uma extensão da monarquia, quando o assunto é a manutenção das oligarquias no poder”.¹²

Essa burguesia republicana buscava também copiar a velha corte e seu sistema de significação europeu, na tentativa de manter na cidade de Petrópolis os hábitos e as características que a consagraram em seu período imperial. Mas os interesses políticos na cidade já não mais giravam em torno da presença do imperador, e desenvolviam-se em discursos mais complexos sobre o futuro da Cidade Imperial do Brasil.

Perde-se a capital, ganha-se um jornal: a fundação da *Tribuna de Petrópolis*

Conforme afirma Marieta de Moraes Ferreira,¹³ a partir da proclamação da república as elites fluminenses passaram a enxergar no apogeu da cafeicultura uma “Idade do Ouro”, criando uma mentalidade política que associava a conjuntura do café ao status e ao bom desempenho econômico do Rio de Janeiro, e buscava-se resgatar esse momento de pleno desenvolvimento. Mas era inevitável que o Rio se transformasse:

⁹ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 57.

¹⁰ SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. *As origens da imprensa em Petrópolis*. 2007. Disponível em <<http://profferreira.sites.uol.com.br/ORIGENSIMPRESNAPETROPOLIS.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2010.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 268.

¹² ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 39.

¹³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

De principal polo econômico do país e mais forte base de apoio político da monarquia, o estado perdeu o status de “grande província imperial” com a implantação do regime republicano, inaugurando um longo período de dificuldades econômicas e políticas.¹⁴

Passava a ser necessário diferenciar os relacionamentos estabelecidos entre a capital federal e os governos estaduais. Nesse contexto, passou-se a discutir a necessidade de transferir a capital estadual de Niterói para o interior. Entre diversos motivos para a mudança, estavam:

o alheamento da heterogênea população de Niterói (...) em relação aos interesses do estado, sua submissão aos interesses da vizinha capital federal e a ameaça à autonomia do estado que essa proximidade representava.¹⁵

A mudança da capital só se consolidou em 1893, com a eclosão da Revolta da Armada, que colocou Niterói sob forte ameaça. Foi graças a essa grave situação política no estado que Petrópolis recebeu, provisoriamente, a autorização para sediar o governo estadual. Além de possuir as condições materiais necessárias para receber a estrutura de administração pública do estado – comércio, indústria e toda a herança cultural e social dos tempos do Império –, Petrópolis era também a base política de José Tomás da Porciúncula, presidente do estado à época.

Em 1894 a transferência foi realizada, e Petrópolis permaneceu sendo capital do estado até 1903, ano em que Niterói retomou a prerrogativa por imposição do recém-eleito presidente do estado, Nilo Peçanha.¹⁶ Do seu período como capital, destacam-se os esforços pela manutenção da vocação turística de Petrópolis:

Ficou preservado o seu ambiente culto, aristocrático e refinado. Durante o verão, no início da noite, a estação ferroviária se transformava num “point” social, repleta com as famílias esperando a chegada do “trem dos maridos” (...). Nos anos

¹⁴ Ibid., p. 08.

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. cit., p. 106.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. cit., p. 107.

seguintes, com exceção de Floriano Peixoto, Delfim Moreira e Castello Branco, todos os presidentes da República, desde Deodoro da Fonseca até Costa e Silva, veranearam em Petrópolis.¹⁷

Em 1902, Petrópolis passava, então, por um período de tensão social e política, graças ao anúncio da perda de seu status de capital do estado para Niterói. Por algum tempo, a cidade ainda manteve todo o corpo diplomático e uma extensa cadeia de cultura e entretenimento, além das fábricas, indústrias e comércio de alto nível que atendia a esse público exclusivo.

Foi em meio a tais transformações que surgiu a *Tribuna de Petrópolis*, cuja publicação a princípio se dava às quintas e aos domingos, e que, em 1908, passou a ser o primeiro diário local da cidade. Na época de sua fundação, caracterizava-se por uma linha editorial preocupada em retratar a dependência do exclusivismo cafeeiro, defendendo um ponto de vista diferente das elites fluminenses, que ainda se viam presas aos áureos tempos da expansão do mercado do café. A *Tribuna* demonstrava preocupações com problemas sociais e buscava chamar atenção para o descaso enfrentado pela cidade:

Só nos preocupa o interesse público. É assim que não nos cansaremos em pugnar pela prosperidade desta formosa e encantadora Petrópolis – verdadeira joia deste torrão americano, que devia ser cuidada com todo carinho por todos os fluminenses, por todos os brasileiros. Infelizmente, parece, assim não vai sucedendo.¹⁸

Assim dizia o editorial de apresentação do primeiro número da *Tribuna de Petrópolis*, que circulou em 09 de outubro de 1902. Destaca-se o descontentamento com a situação de “abandono” e “descaso” que a cidade enfrentava agora que já não era mais capital. Pode-se aproximar esse sentimento da ideia de um “resgate de uma idade do ouro”, conforme apresentado por Ferreira, sendo que o papel da *Tribuna* seria relembrar os tempos de glória da cidade como capital social e cultural do Império.

Trajatória reconstruída na figura de Arthur Barbosa¹⁹

¹⁷ TAULOIS, Antônio Eugênio. *História de Petrópolis*. Universidade Católica de Petrópolis/ Instituto Histórico de Petrópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/>> Acesso em 21 de setembro de 2010.

¹⁸ *Tribuna de Petrópolis*. “O nosso objetivo”. Petrópolis, 09 de outubro de 1902. Ano 1, n. 1.

¹⁹ Foram selecionadas edições referentes às celebrações de 50, 54, 80, 99, 100 e 101 anos do jornal, que contêm maior número de informações referentes à história e à trajetória do periód-

A *Tribuna* foi lançada como propriedade de Oliveira & Cia., tendo como diretor o leiloeiro Antônio Martins de Oliveira e como chefe de redação G. Nogueira, que, no entanto, deixou o cargo em apenas duas semanas. Foi substituído por Arthur Barbosa, à época funcionário do Estado, que escrevia sob o pseudônimo de Carlos Ferraz. Nascido em Niterói a 17 de maio de 1868, Barbosa é considerado o pai da imprensa diária em Petrópolis.

A edição comemorativa do centenário da *Tribuna*²⁰ destaca artigos escritos por Barbosa claramente endereçados ao administrador fluminense Quintino Bocaiúva, uma das figuras mais importantes do periodismo republicano, com autêntica vocação para o jornalismo e para a política.²¹ Segundo o jornal, “as colunas de CF, Carlos Ferraz, pseudônimo de Arthur Barbosa, acusavam a **falta de visão** do secretariado daquele chefe do executivo fluminense”²² (grifo meu).

Essa mesma edição destacava a perseguição sofrida por Arthur Barbosa/Carlos Ferraz devido aos seus comentários publicados na seção Cartas ao General Quintino, que teriam colocado em risco o próprio jornal: “Tal postura conduziu a *Tribuna* a sofrer ameaças constantes de invasão e empastelamento do jornal.”²³

Assim, percebe-se que havia um interesse em resgatar na trajetória do jornal uma identidade de ação política, lembrando a atuação contundente e o engajamento de seus profissionais frente aos interesses políticos de outrem.

Ainda no que se refere à reconstrução da trajetória da *Tribuna*, havia também um grande desejo de registrar uma *preocupação social* do jornal para com seus leitores, que podia ser comprovada pela publicação de reclamações da sociedade petropolitana quanto a questões sócio-operárias, ao serviço público de transporte (problemas com os bondes, o atraso dos trens), ao excesso de mendigos e vagabundos pelas ruas.²⁴ Entre outras preocupações, encontram-se informações que refletem um crescimento acelerado e desordenado de Petrópolis no período.

Mas havia também espaço para a realidade lúdica que a cidade ostentava no

dico.

²⁰ *Tribuna de Petrópolis. 100 anos em Revista*. Petrópolis, outubro de 2002.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 288.

²² SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. “A *Tribuna* nasce e tem como marco a preocupação social”, in *100 anos em revista. Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, Ed. Sumaúma, outubro de 2002. Fascículo I, p. 5.

²³ *Ibid.*, p. 07.

²⁴ SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. *Op. cit.*, p. 5.

início do século XX, aspecto que era constantemente destacado como uma vocação intrínseca à cidade, graças aos anseios do imperador D. Pedro II em sua fundação:

A *Tribuna* não retratava somente os problemas de Petrópolis, registrava também divertimento e cultura. Era o encontro de profissionais e correspondentes da imprensa que formariam mais tarde o Círculo da Imprensa, era os saraus, bailes e eventos esportivos.²⁵

Embora houvesse espaço para a discussão de problemas sociais, a Petrópolis que emergiu dessas páginas da *Tribuna* em muito se assemelhava à cidade idealizada pelo imperador D. Pedro II. Os saraus, os bailes, os eventos traziam à superfície da memória referências de uma cidade cuja lembrança do Império permanecia viva em muitos de seus habitantes, em especial no círculo da imprensa. Conforme afirma Halbwachs:²⁶

(...) essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências.²⁷

No que se refere à exatidão das memórias, pode-se dizer que a imprensa corrobora para a legitimação desse efeito. Uma vez que algo passado é impresso nas páginas do jornal, passa a ser acompanhado de valores dessa instituição, cujo discurso frequentemente se associa aos ideais de “verdade”, “objetividade” e “imparcialidade”.

Quando, em 1903, o governo do estado foi transferido definitivamente de Petrópolis para Niterói, as marcas do desenvolvimento foram deixadas na cidade. Consta na edição comemorativa dos 49 anos da *Tribuna de Petrópolis*²⁸ que os salários dos funcionários do governo estavam atrasados, fato que levou Arthur Barbo-

²⁵ Ibid., p. 5

²⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁷ Ibid., p. 29.

²⁸ FROIS, José Kopke. *Tribuna de Petrópolis*. Edição comemorativa 49 anos jornal diário. In: *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 1957.

sa a deixar de vez o emprego público para se dedicar integralmente ao periódico.

De todos os jornais criados até aquele momento, a *Tribuna* era o único que sobrevivera à crise da perda da capital. Em janeiro de 1908, ainda comandada pelo jornalista Arthur Barbosa, passou a ser de circulação diária. “Empreendimento tido como inviável até 1908, o jornal diário transformou-se, entretanto, dali por diante, num elemento indispensável à vida da cidade.”²⁹.

Entre os anos de 1908 e 1910, a *Tribuna* de Petrópolis tinha entre seus anunciantes grandes casas de serviços e comércio do Rio de Janeiro, como o Cinema Odeon, Cervejaria Brahma, Casa Pedro Jorge, Granado, além de anúncios de produtos farmacêuticos como “Emulsão de Scott”³⁰. Neste período, Barbosa é tido como o grande responsável pelo sucesso editorial da *Tribuna*, pois “conseguiu consolidar a folha diária, enraizá-la na comunidade”,³¹ sendo mais tarde eleito vereador na cidade.

Entretanto, as edições comemorativas da *Tribuna* de Petrópolis dão conta que, em 1910, o jornal passou por dificuldades financeiras e chegou-se a cogitar seu fim. Mas Arthur Barbosa teria permanecido firme no propósito de mantê-lo em circulação, não deixando que seus leitores fossem atingidos pelas dificuldades pelas quais a empresa passava.³²

A existência da *Tribuna* dependia intensamente do apoio oficial de membros de partidos e autoridades políticas, especialmente o conhecido “Grupo de Petrópolis”, que reunia os políticos interessados na permanência da capital na cidade serrana, em 1902, mas que acabaram por perder força quando da transferência da capital de volta a Niterói. O jornal teria entrado em sua primeira crise econômica a partir de 1910 devido à saída do governo de Hermogêneo Pereira da Silva, que apoiava o grupo que comandava o jornal.

Entre os anos de 1913 e 1915 Arthur Barbosa foi eleito chefe do executivo municipal de Petrópolis, tornando-se responsável por obras memoráveis no centro histórico, como a da Praça da Liberdade e a da avenida 15 de Novembro, atual Rua do Imperador. Mas em 1922, durante o governo de Artur Bernardes, Arthur Barbosa foi preso graças às suas críticas contundentes e oposicionistas ao governo e a favor do movimento tenentista.

Assim, durante os anos de 1923 e 1925, a *Tribuna* foi arrendada a Alcindo Sodré e Carlos Rizzini – que também viriam a fundar *O Comercio* (1911) e o *Jornal*

²⁹ *Tribuna de Petrópolis. Edição comemorativa*. Petrópolis, 10 outubro de 1982.

³⁰ *Tribuna de Petrópolis, 1908 – 1910*.

³¹ SILVEIRA FILHO. Op. Cit., p. 8.

³² *Tribuna de Petrópolis. Edição comemorativa*. Petrópolis, 10 de outubro de 1982.

de *Petrópolis* (1924), enquanto Arthur Barbosa permanecia preso na Ilha Grande.

Em 01 de janeiro de 1923, o editorial anuncia o afastamento de Arthur Barbosa, defendendo a postura do diretor que “jamais permitiu que a *Tribuna* se afastasse do caminho da honra e do dever”³³. Os motivos do afastamento não estão claros, mas o texto prima por enaltecer a figura de Barbosa e a ele relacionar as vitórias e triunfos de mais de 20 anos de jornal, além de institucionalizar a personalidade do diretor como norte da tomada de decisões da nova administração:

O nosso grande amigo e mentor está hoje afastado da atividade jornalística, mas nem por isso nos deixamos guiar por nós mesmos, pois, são ainda os seus exemplos de coragem, de abnegação e de esperança que nos indicam a orientação e norteiam o nosso programa de trabalhar pela grandeza de Petrópolis e pelo progresso de nossa amada Pátria³⁴.

Ao retornar para o jornal em 1925, com a saúde fragilizada, Arthur Barbosa buscou uma nova sede para a *Tribuna*, construída na rua Alencar Lima – que permanece como o endereço do jornal³⁵ –, o que se consolidou em janeiro de 1929. Essa ação reforçou a aproximação dos petropolitanos com o periódico com a população celebrando com alegria e entusiasmo a conquista de Barbosa, antes de sua morte.

Essa reconstrução da memória do jornal a partir da figura de Arthur Barbosa demonstra o grau de seletividade identificado nas narrativas das edições comemorativas e a força dos personagens na construção da memória. A escolha pela centralização em sua figura pode ocultar um caráter conflitivo que, segundo Pollak, “se torna evidente na memória de organizações constituídas, tais como as famílias, políticas ou ideológicas”³⁶.

O retorno da memória da família imperial

³³ *Tribuna de Petrópolis*, 1923.

³⁴ *Tribuna de Petrópolis*, 1923.

³⁵ FROIS. Op cit.

³⁶ POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-12.

A década de 1920 foi marcada por um retorno do “culto à memória do imperador”.³⁷ O primeiro sinal de força foi o decreto assinado em setembro de 1920, que revogava o banimento da família imperial e autorizava o traslado dos despojos de D. Pedro e D. Teresa Cristina de volta ao Brasil.

A chegada dos corpos do casal imperial a terras brasileiras aconteceu em 1922. Antes disso, falecera a princesa Isabel, em novembro de 1921, e iniciara-se a construção do mausoléu que receberia os corpos de D. Pedro II e da imperatriz na catedral São Pedro de Alcântara, em Petrópolis. O conde D’Eu, por sua vez, faleceu a bordo do navio que o transportava para o Brasil junto com os corpos, deixando sozinho na viagem seu filho Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança.

O ano de 1925 foi também especial na construção da memória do imperador no Brasil graças às comemorações do centenário de seu nascimento. Petrópolis recebeu nesse ano a estátua que até hoje se encontra na praça D. Pedro, no coração do centro histórico da cidade. Sentado a observar os passantes, o imperador ganhou mais uma faceta de representação imortalizada em sua cidade.³⁸ Conforme explicita Pollak, essa organização da memória “constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”.³⁹

Getúlio Vargas assumiu o poder em 3 de novembro de 1930; desde então, os periódicos sofreram com a censura e o controle das publicações. Na década de 1930, a imprensa se transformava com as consequências políticas, que se agravaram até o Estado Novo. Entre os anos de 1937 e 1945, o governo fechou grande número de jornais, e, na luta pela sobrevivência, muitos periódicos tenderam à concentração.

Em 5 de dezembro de 1939, a capela mortuária do casal imperial foi inaugurada em Petrópolis, com a presença do presidente Getúlio Vargas. Segundo narrativa de Lilia Schwarcz, “nesse cenário, ideal para o teatro de consagração, eis que D. Pedro, pelas mãos de um presidente forte como Getúlio Vargas, volta como um rei popular, um herói nacional, que como tal não tem nem data, nem local, nem condição”.⁴⁰

Curiosamente, o período que abrange os anos de 1930 a 1943 não aparece, nem mesmo é mencionado, na edição de aniversário de 100 anos do jornal, - *Tribuna de Petrópolis – 100 anos em revista*, publicada em quatro fascículos colecio-

³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 496.

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 509.

³⁹ POLLACK, Michael. Op. cit., pp. 200-12.

⁴⁰ SCHWARCZ. Op. cit., p. 513.

náveis em 2002.

Esta edição comemorativa situa o discurso da *Tribuna de Petrópolis* a respeito da narrativa de sua própria história e apresenta indícios de diversos aspectos da dinâmica de sobrevivência do veículo na cidade. Entretanto, nenhum momento crucial de sua trajetória é aprofundado, limitando-se o editor a fazer um resumo histórico dos principais acontecimentos ocorridos em Petrópolis, no Brasil e no mundo ao longo dos 100 anos.

O entendimento da história de Petrópolis a partir dessa edição comemorativa apresenta um panorama de atores, ocasiões e instituições que receberam abordagem privilegiada no centenário do jornal. Mas, mais do que isso, conta a história do jornal a partir de uma narrativa auto-construída muito mais intensa do que antes vista em suas edições especiais de anos anteriores – geralmente publicadas no dia de sua fundação, 9 de outubro, ou na primeira edição do ano, como uma retrospectiva do ano anterior.

Por percorrer um período muito extenso da história do jornal, a edição dos 100 anos, *Tribuna em Revista*, pincela inúmeros momentos históricos e destaca alguns grupos e cidadãos representativos dos caminhos percorridos pelo jornal. A relação de Getúlio Vargas com a cidade ganha uma matéria especial, assim como aspectos históricos da cidade. As comemorações do centenário, os espaços públicos mais famosos, a inauguração do Museu Imperial e as mudanças do Brasão de Petrópolis são apenas alguns dos temas selecionados para ganharem páginas inteiras dedicadas a eles.

Entretanto, percebe-se um claro salto cronológico nas narrativas construídas sobre a história do jornal, que vai da inauguração da sede própria, em 1929, direto para 1943, ano em que Arthur Barbosa vende o periódico para Augusto Martinez Toja.

A trajetória do jornal, conforme narrada nessa edição de aniversário, ignora não apenas o período de fortes mudanças políticas no Brasil como também pouco diz sobre o início da II Guerra Mundial, em 1939, e a participação do Brasil no conflito, em 1942. Também nada menciona sobre o movimento de retorno da memória do imperador ao Brasil.

Com o retorno definitivo dos restos mortais do imperador, Petrópolis voltou a ser centro das atenções como cidade-memória de D. Pedro II. Foi também em 1940 que se inaugurou o Museu Imperial, mediante decreto de Getúlio Vargas. Desse mesmo ano, a narrativa da história da *Tribuna de Petrópolis* volta a destacar um fato importante em sua trajetória: o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança assumia o cargo de síndico da inadimplência do jornal e passava a ser responsável

pelo controle financeiro.

Isso inaugura uma fase de relacionamento estreito do veículo com os herdeiros do imperador D Pedro II. É a primeira intervenção direta noticiada nas narrativas da história do jornal sobre a influência da família imperial na *Tribuna de Petrópolis*. A partir desse momento, pode-se apreender que a construção da narrativa do jornal sobre sua própria história tendeu a uma valorização do papel dos membros da família imperial, a ponto de não incluir acontecimentos mundiais relevantes, mas destacar a intenção de D. Pedro de Orleans e Bragança de resgatar as finanças da *Tribuna*, que estavam problemáticas após o início da II Guerra Mundial.

A partir de 1947 e durante a década de 1950, assumiu a redação da *Tribuna* o jornalista Guilherme Auler. Com o surgimento dos meios de comunicação de massa, a ascensão do rádio e as primeiras transmissões na televisão, o desafio da sobrevivência dos jornais impressos parecia ainda maior. Mas as narrativas sobre a história da *Tribuna* destacam que, na década de 1950, os esforços de D. Pedro de Orleans e Bragança fizeram com que o jornal superasse a crise de inadimplência e voltasse a ocupar uma importante posição na sociedade petropolitana.⁴¹

A partir desse momento, a *Tribuna* se destacou pelo afastamento editorial das vinculações políticas.⁴² E nas edições comemorativas, iniciou-se um novo tipo de narrativa, na qual Francisco de Orleans e Bragança, herdeiro da família imperial, era apresentado como o novo ator responsável pelos sucessos e acertos do jornal.

Em 1977, o jornal passou a ser uma empresa de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, no mesmo ano em que Francisco de Orleans e Bragança assumia a gerência. Dois anos depois, em 1979, “D. Francisco”, como era conhecido na cidade, assumiu a presidência, posição que ocupa ainda hoje à frente da publicação.

Ao assumir a presidência do veículo, o herdeiro dos Bragança executou grandes transformações técnicas no jornal, adquirindo novo maquinário e introduzindo sistemas de impressão.⁴³ Ele é apontado como um empresário de vanguarda, tido como o grande responsável por grandes mudanças da empresa. “Competência”, “fantástica conquista”, “modernidade” e “revolução” são algumas palavras frequentemente usadas para descrever os últimos trinta anos de circulação do jornal, sob sua direção.

⁴¹ SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. *O nascimento da Tribuna*. Edição especial de 99 anos de fundação. In: *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 07 de outubro de 2001. p. 02.

⁴² SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. Op. cit., p. 4.

⁴³ SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. Op. cit., p. 10.

Conclusões

Nos estudos sobre a imprensa, os periódicos podem ser compreendidos como instrumentos de construção e reconstrução de identidades e memórias. Importa não apenas a leitura que se faz de seu conteúdo, mas também as especificidades da prática jornalística, sua influência na criação de identidades e representações.

Em Petrópolis, os jornalistas por muito tempo cumpriram a função de formação da narrativa identitária da cidade, assumindo-se como porta-vozes da elite, “homens-memória com a missão de selecionar o que deveria ser lembrado, ressaltado, e de omitir o que se queria esquecido, em prol do bem-estar público”.⁴⁴

O jornal, ao selecionar fatos que serão notícia e outros que não serão mencionados, colabora diretamente para a construção da memória coletiva, como um conjunto de lembranças compartilhado pelos membros de uma mesma sociedade, que se difere da memória individual. Halbwachs (2006), afirma, sobre a questão da memória, que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que o mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.”⁴⁵

Não se pode separar o discurso jornalístico da construção de uma identidade e de uma memória local, já que os processos de formação de identidades se desenvolvem a partir de relações de comunicação. A construção da memória a partir do jornal é sistemática, na medida em que se desenvolve a partir de regras e normas pré-estabelecidas para a produção do discurso jornalístico, mas também esbarra na relação dos indivíduos produtores com essa mesma memória que está sendo construída, ou seja, os sujeitos emissores e receptores são também construtores autônomos de suas histórias, a partir do que apreendem no discurso do jornal.

No caso da *Tribuna de Petrópolis*, o fato de o atual diretor do jornal, que está à frente do mesmo nas últimas três décadas, ser herdeiro da família imperial em muito contribui para a um direcionamento histórico da construção e reconstrução de uma memória do jornal na cidade, e também da cidade registrada no jornal.

Ao privilegiar a narrativa da história de seu jornal a partir da figura de seu primeiro diretor, é provável que Francisco de Orleans e Bragança pretenda estabelecer uma identificação direta de Arthur Barbosa com sua pessoa, em uma tentativa de construção de memória que não se limita ao simbolismo imperial, tão

⁴⁴ ALMEIDA, Cristiane D’Avilla Lyra. Op. cit., p. 38.

⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 1ª ed. São Paulo: Centauro, 2006. p. 69.

fortemente arraigado na cidade.

No aprofundamento do estudo da trajetória da *Tribuna de Petrópolis* ao longo de seus 108 anos de existência, é possível colher mais indícios que demonstrem o quanto essas estratégias de memória podem também se vincular a interesses econômicos e políticos da atualidade, que podem ser responsáveis pela manutenção do jornal em circulação, como símbolo maior e mais longevo da imprensa local, porta-voz do povo e representante oficial da história petropolitana.

Uma das participações dos Diários Associados na denúncia às arbitrariedades civis do primeiro governo Vargas (1945-1950)

*Paulo Jorge Corrêa Campos**

No início de 1945, com a crise no DIP,¹ os Diários Associados passaram a defender firmemente o retorno democrático. *O Jornal*, órgão líder desse conglomerado editorial, iniciava forte campanha de crítica a grande parte dos homens do governo e ao enfraquecido ditador Getúlio Vargas. Em matéria publicada a 1º de setembro de 1945, o periódico ironizava, com ares denunciatórios, a relação de Vargas com a imprensa na época do movimento Queremista:

O comício do Queremismo, no Largo da Carioca, foi farto de *ta-boletas* e cartazes. Entre os elementos decorativos do lado do palanque oficial estava uma *taboleta* dizendo “Não querem Getúlio os gazeteiros”, antecipando um dos tópicos principais do discurso presidencial. Efetivamente, pouco depois, nas escadarias do Guanabara, o Sr. Getúlio Vargas dizia que não o queriam os gazeteiros. O fato não terá sido mera coincidência.²

Por outro lado, atenta-se para o fato de que o dono da maior cadeia de jornais do país, Assis Chateaubriand, havia sido pouco antes um forte aliado de Getúlio Vargas na imprensa, no início dos anos 1930. Mesmo tendo feito oposição direta a Vargas desde 1932, quando apoiou a Revolução Constitucionalista, o empresário sempre conseguiu reconciliar-se, dado que Vargas, por sua vez, sabia da importância da cadeia de jornais de Chatô para o regime em vigor. Foi dessa relação que o jornalista conseguiu vultosos empréstimos, pela Caixa Econômica Federal, para

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Tal crise se iniciou com uma entrevista de José Américo ao jornal *Correio da Manhã*, em que não poupou críticas ao regime Vargas. Tal matéria foi negligenciada pela censura do DIP, o que iniciou todo um movimento das mídias impressas em um julgamento desfavorável ao governo Vargas. Ver: BARROS, Orlando de. “Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos dias do DIP”, in FONSECA, Sílvia C. P. de Brito e CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). *Duzentos anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009. P. 229.

² *O Jornal*. 01/07/1945.

esta mesma (recém–formada) cadeia de jornais.³

Contudo, após a imposição do Estado Novo, a reação de Chateaubriand, seguido de outros aliados na imprensa, foi de indignação.⁴ Os Diários Associados passaram então a sofrer um rigoroso controle por parte do governo.⁵ Assim, suas publicações tenderam a não encontrar outro caminho a não ser o do apoio a Vargas, por sobrevivência, dado que a censura, que sempre marcou presença neste governo, se intensificou sobremaneira após o Golpe.

//

A respeito da censura no regime Vargas, observa-se que se deu concomitante ao início do seu governo.⁶ Da mesma forma, a percepção da censura foi se intensificando à medida que se evidenciava o crescimento da disputa política e da hipertrofia do Estado. Em 3 de novembro de 1937, pouco antes do golpe que instalou o Estado Novo, Vargas transferiu o aparato dos censores do Ministério da Justiça para a Polícia do Distrito Federal, de Filinto Müller.⁷ Com o golpe, observou-se um caminho de evolução da censura, que teve seu auge técnico e burocrático na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 27 de dezembro de 1939.⁸

Ao tratar da imprensa desse período, Rodrigo Rosa da Silva observa:

As diversas forças políticas em disputa durante o regime de Vargas, anarquistas, comunistas, trotskistas, integralistas, nazistas e muitas outras, foram vítimas do braço de ferro de um Estado que ansiava por controlar a sociedade de tal maneira que as leituras do povo eram uma constante ameaça à sua estabilidade.⁹e

Atentando para uma demarcação da função social do conglomerado editorial

³ ABREU, Alzira Alves de (org.) et. al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. P. 1338.

⁴ LEVINE, Robert. M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. P. 104.

⁵ Convém destacar que, além dos Diários Associados, vários jornais foram censurados à época. Ver: BARROS, 2009. P. 231.

⁶ Vários jornais foram atacados e tiveram suspensas suas edições, na maioria das vezes provisoriamente. Ver: BARROS, 2009. P. 230.

⁷ LEVINE, R. Op. cit., p. 79.

⁸ Sob a órbita do DIP, destaca-se que vários jornais sofreram intervenção do governo, como o *Estado de São Paulo*, *A Noite* e *A Manhã*. Ver: ABREU, 2001:5930.

⁹ SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas, dissertação de mestrado, UNICAMP, 2005. Mimeog., p. 81.

“Diários Associados”, de Chateaubriand, podemos concebê-lo no que Antonio Gramsci considerou como jornalismo integral, ou seja: “O jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.”¹⁰ Nesse sentido, com o objetivo de dilatar seu público leitor, constata-se que não se excluiu desse conglomerado editorial uma direção geral homogênea, capaz de ter ditado concepções ideológicas para um público maleável a percepções culturais e políticas.

Somando-se a isso, entende-se que houve uma tentativa de criar uma memória social sobre o período Vargas no esforço editorial dos Diários Associados, que estabeleceu sua versão sobre o período. Esta não poderia ter eco até a crise do regime Vargas, em 1945. Todavia, observa-se que, a partir daí, houve um norte bem definido de uma opinião homogênea que esse jornalismo integral buscou acoplar à memória (ao menos no que se observou até o fim dos anos 1940). No que diz respeito ao tema da pesquisa, observa-se como a temática da repressão civil foi tratada por essa instituição. Para tanto, destaca-se a importância das reportagens de cunho denunciatório produzidas pela revista *O Cruzeiro* (dos Diários Associados).

Mesmo que se considere que a política de apoio à figura de Vargas, tomada por Chateaubriand, serviu de molde à sobrevivência de seus editoriais, deve-se salientar que, naquele mesmo período, o empresário conseguiu também expandir seus negócios. Ao fim da segunda metade dos anos 1940, os Diários Associados viveram seu apogeu. Sua revista principal, *O Cruzeiro*, atingiu uma tiragem de cerca de 550 mil exemplares.¹¹

Várias das vertentes do imaginário social do período passavam pelas páginas da revista, como os textos de Millôr Fernandes nas seções humorísticas de Pif-Paf e os trabalhos do desenhista Péricles, dos quais se originou um dos mais famosos personagens de desenho do humor brasileiro: “O amigo da onça”. Porém, o carro-chefe de *O Cruzeiro*, via de regra, eram as reportagens da dupla Manzon-Nasser.

Jean Manzon era um fotógrafo francês que já acumulara larga experiência nas redações da *Paris-Match* e da *Paris Soir*. Com ele, *O Cruzeiro* inovou significativamente sua estética na distribuição de fotos nas páginas. Por sua indicação, a revista recontratou David Nasser – jornalista já conhecido à época.

As reportagens da dupla eram de um fôlego surpreendente. O sem-número

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Circulo do livro, 1987. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. p. 147.

¹¹ ABREU, A. Op. cit., p. 1728.

de informações e dados nelas contidos levavam a crer que tinham sido postas em prática as pretensões de verdade no trabalho jornalístico. Por outro lado, deve-se considerar que a escrita de Nasser, ao mesmo tempo que absorvia essa máxima, não deve deixar de passar por um crivo bem mais crítico. Destaca-se que o mesmo sensacionalismo que auxiliaria a revista a conseguir um alcance de vendagem pujante, fez-se valer, na ocasião, por acréscimos factuais que não necessariamente existiram. No meio jornalístico, Nasser tinha a fama de “imaginar” por suas testemunhas os mais variados acontecimentos.¹² Mas o que se deve focar é que a carga de veracidade de suas informações não eram suficientemente questionadas por parte do leitor da revista à época.

Ademais, observa-se que havia um interesse por parte da equipe editorial dos Diários Associados em preservar e estimular a associação que existia entre a narração jornalística de Nasser e a verdade. Antes de uma de suas reportagens contra Vargas, pode-se ler um texto assinado pelo editorial: “Numa época em que o jornalismo é feito de sensação honesta e de notícias emocionantes, porém verídicas, êsse nosso companheiro [David Nasser] destacou-se como um dos melhores elementos da imprensa brasileira, na caça do que considera como o fato nu.”¹³

Uma grande reportagem contra o governo Vargas foi publicada antes mesmo de sua saída do cenário político nacional. Mesmo não tratando exatamente de torturas ou arbitrariedades, contudo, revelava-se como um demarcador das novas tendências editoriais dos Diários Associados: Nasser tratava do último dia do “ditador” no Palácio do Catete. Porém, no ano seguinte, outras reportagens¹⁴ começaram a dar diferentes focos para o lado ditatorial da figura de Vargas.

Convém salientar que a imagem do presidente não havia sido sensivelmente abalada até então. Nas eleições de dezembro de 1945, Vargas chegou a ter mais de 1 milhão de votos para a Constituinte de 1946; foi eleito senador por dois estados (Rio Grande do Sul e São Paulo); e conseguiu angariar mais da metade dos votos de seu partido (PTB) para a Câmara dos Deputados.¹⁵

III

A reportagem mais provocadora de David Nasser data de 23 de outubro de 1946. O título do texto já marcava claramente o conteúdo da reportagem: “Falta alguém em Nuremberg”. Qualidade de bom repórter: tal título desperta, até hoje,

¹² DIAS, Mauro. “David Nasser, o repórter que inventava a notícia”, in *O Estado de São Paulo*, 4/11/2001.

¹³ *O Cruzeiro*, 27 de outubro de 1945, p. 3.

¹⁴ Ver: *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946.

¹⁵ ABREU, A. Op. cit., p. 5944.

curiosidade no leitor. Qual seria a figura que deveria estar presente como réu entre os criminosos de guerra em Nuremberg? Teria Nasser encontrado algum alto agente da Gestapo para ser julgado? De certo, não. Nasser buscava chamar atenção para o fato de que “...outros crimes praticados com igual requinte de selvageria (daqueles julgados em Nuremberg) permaneciam impunes”.¹⁶

Quais crimes seriam esses? Observa-se que, com o controle efetivo sobre a imprensa, a opinião pública brasileira havia sido silenciada, pois ignorava o que acontecia nos porões da Polícia Política. Com as denúncias suprimidas do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares¹⁷ e nos meios da imprensa militante – de pouco alcance no contexto das repressões –, não se tinha como observar, exceto de forma precária, este outro lado do regime Vargas. Tal face, para a reportagem de *O Cruzeiro*, se materializava na medida em que:

Revedo na memória as cenas de terror que se passaram dentro da Polícia Central, “onde até as paredes eram criminosas”, um jornalista consciente sente que é impossível querer mais, no terreno da barbárie. Os policiais da ordem política do governo Vargas superaram o máximo na técnica de espancamento, da tortura, do assassinio, da carnificina organizada com método.¹⁸

Observa-se no texto que seu autor estabelece uma contraposição clara. Havia um jornalista cumprindo seu ofício de forma humana, o que se opunha à figura do ex-ditador, que chegava a ser citado diretamente, como criminoso e vil. Tal tendência culminaria por criar uma identidade entre o torturado (preso) e o seu leitor do periódico.

Numa de suas denúncias, Nasser se referiu ao fato de agentes policiais acusarem seus desafetos pessoais de comunistas, plantando papéis de propaganda que os comprometesse de tal forma que, uma vez acusados, seu destino fosse a condenação. Ou seja, mesmo um cidadão comum, como um leitor da *Cruzeiro*, poderia ter seu destino traçado por alguma discórdia com um homem influente

¹⁶ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946, p. 34.

¹⁷ Formado a 11 de novembro de 1935 (antes das revoltas comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro no mesmo ano), este grupo de parlamentares teve relativa participação nas denúncias a medidas repressivas do Estado. Liderados por João Mangabeira e Abel Chermont, formaram o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, que tinha, entre seus objetivos claros, defender as liberdades constitucionais (contestando a Lei de Segurança Nacional, do ano anterior) e combater o movimento integralista. Em março de 1936, o grupo, que contava com cerca de vinte deputados federais, teve seus principais membros acusados de envolvimento nos levantes de novembro de 1935. O decreto de estado de guerra, realizado em decorrência dessas mesmas revoltas, suspendia as imunidades parlamentares; assim, os principais líderes do grupo foram presos e o movimento foi desmantelado. CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. P. 62.

¹⁸ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946 p.35.

ou agente da polícia. Usando de sua retórica, considerava: “Quantas vezes um chefe-de-família era acusado de comunista sem jamais ter o mais leve pensamento leninista.”

Da mesma forma, outras denúncias continuavam com uma dupla acusação: a) o caráter ideológico, mas também étnico, agindo como catalizador na busca de presos: “Comunistas, integralistas, alemães, italianos, fôssem o que fôssem esses homens que tanto sofreram nas mãos da tenebrosa polícia de Getúlio Vargas eram seres humanos, porém essa condição jamais era respeitada...”¹⁹ e b) atentando para o caráter inescrupuloso dos funcionários do Estado, alguns caracterizados como chantageadores das famílias dos presos. Tratando de um agente da polícia de Filinto Müller, David Nasser escreveu: “Se um alemão era rico, ele mandava buscá-lo. Enquanto o homem estava na ‘geladeira’, um advogado do Sr. Ramos de Freitas mandara se entrevistar com a família do alemão: ‘Por tantos mil cruzeiros, respondo pela liberdade do seu marido!’ E assim se fazia a história.”²⁰

Por fim, Nasser passou a uma detalhada descrição do que, para ele, eram torturas comuns à polícia no período. Mostrando perícia em citar seus nomes (como *adelfis*, *máscara de couro*, *cadeira americana* e *maçarico*), concedeu atenção desigual às mesmas, dando ênfase àquelas que poderiam despertar maior repulsa ao leitor. No auge de seu texto, destacava o método do maçarico:

O maçarico era outro instrumento bastante utilizado na polícia do Distrito Federal ao tempo de Getúlio Vargas, Filinto Müller e Emílio Romano (...). Sobre as nádegas do paciente o “maçarico” jorrava seu fogo, entrando, queimando, destruindo, entre risos e uivos de prazer. A cena era tanto mais divertida quanto mais gritasse e chorasse o torturado. O fogo parecia fascinar os policiais. Às mulheres nuas êles marcavam com charutos acesos, queimando-lhes as pontas dos seios. Na hora de praticar essa tortura o rádio era posto no último ponto, a fim de que a vizinhança não ouvisse o grito das vítimas.²¹

Deste trecho, chama-se a atenção para o fato de o texto dar a impressão de ser uma narração. O escritor parece colocar a carga emocional de quem vivenciou

¹⁹ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946, p. 34.

²⁰ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946, p. 34.

²¹ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946, p. 64.

o fato – quando nem sequer o testemunhou.²² Assim, justifica mais uma vez o porquê de seu leitor ter ignorado tais repressões, mesmo que por um mero cuidado dos torturadores em abafar os gritos de desespero com o volume do rádio.

Destaca-se, também, nesta e em outras reportagens, que o autor apontou com muita particularidade os nomes tanto de torturados (que seriam suas fontes) como de torturadores. No início de suas *Memórias do cárcere*, Graciliano Ramos confessou que o “afligia a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil (...) Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?”²³

Parece que o mesmo não pesou para o jornalista da *Cruzeiro*. Nas páginas de suas reportagens, a maior parte das denúncias era acompanhada pelos nomes e pela descrição dos torturados e mortos no período, mas dava o mesmo tratamento aos agentes promotores das sevícias. Com efeito, pode-se argumentar que o autor, como repórter e não quanto testemunha, não havia tido a real experiência do que narrava. Em contrapartida, ao expor figuras públicas, e ainda mais algumas que tinham importância no cenário político à época, como o próprio Filinto Müller, colocava-se em risco. Para corroborar a esta hipótese, mesmo quando exacerba os fatos, parece que é o próprio Nasser quem responde:

...As ameaças de revide físico à publicação deste libelo principiaram a surgir desde que o mesmo chegou ao conhecimento dos interessados. Depois vieram as ameaças de processos judiciais. Estamos preparados para isso. Nem ameaças nem processos nos intimidam. Caminhem para o tribunal. Ali nos encontraremos, e junto de nós, estropiadas, aleijadas, inutilizadas, como testemunhas, as próprias vítimas. E lá também estarão as mulheres que perderam seus esposos, os filhos que perderam seus pais, as mães que perderam seus filhos no Palácio da Inquisição, caminhem para o tribunal que nos encontraremos lá.²⁴

²² Contudo, no que tange à repressão no período Vargas, uma análise mais cuidadosa, de cunho historiográfico, chega a dados bem similares aos de Nasser, como podemos observar no trabalho de Robert Rose, que pesquisou nos arquivos do DOPS, nos arquivos da Polícia Política, no arquivo Filinto Müller e numa infinidade de outros. Quando o autor destaca a repressão física e as torturas no Rio de Janeiro, aponta práticas e dados similares ao ensaio jornalístico. Ver: ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. Pp. 118-31.

²³ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 44ª ed. p. 11.

²⁴ *O Cruzeiro*, 8 de fevereiro de 1947, p. 40.

Ademais, ainda no que concerne ao título desta primeira reportagem, observa-se que a mesma acabou apontando uma questão de relevância considerável a esse período. As repressões a civis no período Vargas se deram principalmente na época posterior ao Levante Comunista de 1935 e ao período do esforço de guerra. Ou seja: um governo erigido sobre moldes autoritários que mantinha várias formas de repressão à sociedade, chegando mesmo à prática de prisões arbitrárias e tortura e que, em 1942, se lançou em uma guerra mundial, contrário às forças fascistas e nazistas.

IV

Por fim, cabe considerar que o aumento de vendas da revista é indicativo do alcance ideológico cada vez maior das reportagens sobre seus leitores. Para Gramsci, a análise de um leitor de editorial deve ser definida por dois pontos: 1) como elemento “maleável à informação” e “transformável filosoficamente” e 2) como elemento “econômico”, capaz de adquirir as publicações e de fazer com que sejam adquiridas por outros. “Neste sentido, estes dois elementos não seriam sempre destacáveis, dado que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico de aquisição e divulgação.”²⁵

Observando o aumento de vendagem da *Cruzeiro*, atenta-se para o fato de que a revista tinha importância no imaginário social e que tais reportagens encontravam leitores que se identificavam com elas.²⁶

Nesse sentido, inicialmente essa memória interessou a um *jornalismo integral* que, ao valer-se de um *espaço de experiência* – torturas e autoritarismos sobre amplos setores da sociedade civil –, possuiu um *horizonte de expectativa* de combater um inimigo político: o ex-ditador. Contudo, desse embate de memória Getúlio Vargas saiu vitorioso, garantindo seu retorno democrático nas eleições de 1950.

Da mesma forma, em 1950, a denúncia do legado do primeiro governo Vargas não teve êxito, mesmo passados vários anos de seu suicídio, uma vez que a mesma foi em grande parte, esquecida. Michel Pollack, porém, considera que silêncio não significa esquecimento.²⁷ Atentando para a memória do regime Vargas presente

²⁵ GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 148.

²⁶ Ademais, destaca-se que algumas de suas reportagens ganharam fôlego de publicações próprias, distribuídas pelos Diários Associados: *Falta alguém em Nuremberg – as torturas da polícia de Filinto Strubing Müller* e *Só meu sangue é alemão*. Se ambas, que tratam da mesma temática de torturas e arbitrariedades aos cidadãos no período Vargas, se tornaram economicamente viáveis para se estabelecerem em publicações próprias, em formato de livros, também se pressupõe considerar que tais reportagens tiveram certa reputação na sociedade da época.

²⁷ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 7.

na sociedade brasileira, o que não foi apreendido não se esquece, mas silencia-se. Observa-se que as memórias tendem sempre a serem ressignificadas no presente; contudo, mesmo que se observem tentativas de alteração, a memória do período se mantém inalterada em pontos fundamentais. Nesse sentido, ao ignorar essa faceta traumática do governo Vargas, a sociedade brasileira não supera de um todo sua tradição autoritária.

Como considera Lucette Valensi, é função do historiador assumir e transmitir a memória quando se esgota o tempo das testemunhas. O dever de memória lembra ao historiador sua função cívica, a de um “soldado sentinela” que não produz sobre os grandes traumatismos do passado um saber frio. Nesse sentido, o historiador participa da construção e da transmissão da memória social.²⁸ Contudo, nota-se, mesmo que de forma sumária, que esta memória do governo Vargas não tem o alcance analítico que deveria ter também na academia. Nas obras gerais e em livros didáticos, observa-se um alcance crítico muito restrito a respeito dos autoritarismos da época, especialmente quando comparado a outros períodos históricos. Ou seja, velhos mitos se mantêm e os heróis permanecem.

²⁸ VALENSI, Lucette. “Présence du passé, lenteur de l’histoire”, in *Annales ÉSC*, 48e année, n. 3, 1993. P. 497.

As Crônicas Rachelianas em *O Cruzeiro*: Apontamentos Sobre a Imprensa como Fonte (1945-1964)

Natália de Santanna Guerellus*

O centenário de Rachel de Queiroz: novas questões

O ano de 2010 marcou o palco da história e da literatura brasileiras pela comemoração do centenário de personagens do porte de Joaquim Nabuco (1849-1910) e Rachel de Queiroz (1910-2003). Dez meses exatos após a morte de Nabuco, nos Estados Unidos, nascia Rachel, na pequena Fortaleza do começo do século. Personagens que marcaram a história do país, cada um à sua maneira e em momentos históricos diferentes, os dois foram, coincidentemente, membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). O primeiro, fundador; a segunda, membro polêmico, ingressa no panteão no ano de 1977. Ambos homenageados no ano de 2010 pela fundação que os imortalizou.

Rachel de Queiroz ocupou a cadeira número 5 da ABL, cujo fundador – o poeta Raimundo Correia – foi homenageado pela autora em seu discurso de posse:

O poema eu descobriria por mim mesma, num volume já gasto por outras gerações de moças – minhas tias. Naquela nossa casa onde se lia tanto, mas onde meu pai só gostava de Camões, Castro Alves, Guerra Junqueiro, e minha mãe sofria uma incompreensível falta de ouvido para os poetas – (o seu ídolo era Machado, mas na prosa!) –, Raimundo ficou sendo meu poeta particular, o meu misterioso, louco, poeta particular.¹

A influência da família, o sertão, a leitura, seriam marcas profundas da literatura racheliana. Interessante notar a ausência de qualquer menção no discurso de posse e recepção, pronunciado e escrito por Adonias Filho, ao fato de Rachel ser a primeira mulher a entrar para a ABL. Muito menos qualquer comentário sobre sua eleição polêmica em plena ditadura militar, assunto que problematizaremos mais à frente.

Hoje, tendo Rachel falecido em 2003, a cadeira de número 5 é ocupada por

* Doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Federal Fluminense.

¹ Rachel de Queiroz & Adonias Filho. *Discurso na Academia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

um historiador: José Murilo de Carvalho.

Joaquim Nabuco fundou a ABL junto com Machado de Assis em 1896, permanecendo secretário perpétuo da instituição. Nos anos 1970, quem ocuparia sua cadeira, a de número 27, seria o escritor Otávio de Faria, grande amigo de Rachel de Queiroz e um dos críticos responsáveis pela consagração literária da autora nos anos 1930. Otávio de Faria, Adonias Filho e Rachel de Queiroz, assim como o também imortal Afonso Arinos, integraram o Conselho Federal de Cultura nos anos 1960 e/ou 1970.

Nesse sentido, para além da polêmica sobre qual seria o fardão a vestir a primeira mulher da Academia, outras questões emergiram a partir da eleição de Rachel de Queiroz. Em *A roupa de Rachel*, Heloísa Buarque de Hollanda – pesquisadora que foi amiga pessoal da autora cearense – retrata as infinitas discussões nos jornais do Rio, de São Paulo e da Bahia.

Em 29 de abril de 1976, o acadêmico Oswaldo Orico, mobilizado pela campanha de Dinah Silveira de Queiroz a favor da admissão de mulheres na Academia,² apresentou uma proposta de reforma no regimento da instituição. “Dinah, que afirmava estar lutando pela entrada das mulheres na ABL, e não especificamente pela sua, encampou a candidatura de Rachel de Queiroz.”³

Eleita Rachel, a polêmica que dominou os jornais foi a escolha da roupa que vestiria a acadêmica. Alguns membros da ABL opinaram que o modelo deveria ser discutido e votado pelo grupo; outros deram à escritora o direito de escolha. Aconselharam boleros de toureiro, dragonas, alamares e mesmo opas de acompanhar procissão. Ao final, prevaleceu a escolha de Rachel: “Estão fazendo muita onda com essa história da minha roupa. Meus vestidos são todos *chemisier*, todos absolutamente do mesmo feitio: eu não me visto, eu me cubro.”⁴

A declaração pode parecer boba, mas já revela um dos aspectos fundamentais de Rachel: o discurso da humildade. Recurso muito comum às mulheres que escreveram em finais do século XIX, início do XX, a humildade estava sempre em suas bocas, como um pedido de desculpas por estar adentrando um espaço que não era propriamente o seu.

² O debate sobre a entrada de mulheres na Academia Brasileira de Letras é de longa data. Desde sua fundação cogitaram-se nomes como o de Júlia Lopes de Almeida, Francisca Júlia e Amélia Beviláqua. Até os anos 1970, entretanto, predominou entre os acadêmicos a opinião conservadora nesse aspecto.

³ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “A roupa de Rachel”, in <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=353>. Acessado em 18 de outubro de 2009.

⁴ Apud Heloísa Buarque de Hollanda, op. cit. Endereço eletrônico.

Apenas a título de exemplo, assim começa o editorial da revista pernambucana *A Rosa* (1890-1899): “*A Rosa* é um pequeno jornal que corajosamente se apresenta mas envolto em um véu de pudor, ante tantos jornais corpulentos e ilustrados, e como pobre que é pede licença para também levar seu óbulo à grande obra da civilização.”⁵ Poderíamos citar dezenas de outros exemplos neste sentido.

Rachel nasceu em 1910, começou a escrever em jornais em 1927, publicou seu primeiro livro aos 19 anos: *O quinze*. Assim escreve no prefácio – disponível na primeira edição:

O quinze é uma ousadia ingênua de ensaísta. Livro feito aos 19 anos, há de ter todos os defeitos daquilo que a gente produz nesta idade em que estou, quando não se tem a sossegada prudência de ir devagar para fazer bem-feito, quando nos governa a impaciência insofrida de não esperar, de ver o nosso pensamento, mal é concebido, logo escrito, impresso, disseminado, cotejado com outros alheios, fazendo parte do patrimônio mental da humanidade...⁶

Como mostra Giselle Venâncio ao analisar os prefácios de Oliveira Vianna, o ato de prefaciá-los textos de própria autoria traduz uma clara intenção de orientar a leitura de suas obras, conformando a sua recepção junto ao público leitor.⁷ Logicamente, nos anos 1930 o público leitor da primeira edição de *O quinze* era ainda muito restrito, tendo a autora distribuído os exemplares que publicou por conta própria para alguns nomes sugeridos por Antônio Salles e Renato Vianna, escritores conhecidos seus. Os leitores seriam intelectuais principalmente do Centro-Sul do país, escritores do porte de Graça Aranha, Augusto Schmidt e Mário de Andrade.

Temos, portanto, que a humildade aqui é provavelmente um recurso de linguagem, uma forma de se aproximar timidamente, escondendo na verdade uma grande ousadia.

Apresentamos esse pequeno exemplo apenas para evidenciar um dos re-

⁵ SIQUEIRA, Elizabeth et al. (orgs.). *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995. p. 38.

⁶ Prefácio à primeira edição de Rachel de Queiroz, *O quinze*, Fortaleza, Graphico Urânia, 1930. Arquivo de José Augusto Bezerra. AJAB.

⁷ VENÂNCIO, Giselle. “A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada”, in GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito (orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS Editora/FGV Editora, 2009. p. 174.

curso característico da escrita racheliana. Utilizando-o, Rachel inicia não só *O quinze*, mas também outros romances e as crônicas que passa a escrever para *O Cruzeiro* em 1945 e que analisaremos no segundo tópico deste texto. Também em seu discurso de posse, foram estes os mecanismos utilizados para, cuidadosamente, quase como se não merecesse, adentrar o panteão:

Se houve, neste país, um homem de letras a quem não se pudesse taxar de alienado, como é de gosto dizer-se agora, ou de encerrar-se em torre de marfim, como no tempo em que ele (Aloysio de Castro) fez a sua opção na vida, será esse homem aquele cuja saudade ainda choramos, de cuja cadeira me acerco, apesar do direito que me dais, meio receosa de ocupá-la.⁸

Mas, para além da polêmica do fardão após a eleição e para além da ausência de comentários nos discursos de posse e recepção de Rachel em relação à entrada feminina na Academia, um outro ponto deve ser destacado. Esse ponto é ainda pouco explorado pela bibliografia referente à autora e mesmo por ela em suas memórias.

Começamos com uma importante declaração feita pelo mesmo acadêmico que propôs a alteração no regimento para que incluísse a entrada das mulheres na ABL; declaração publicada no *Estado de São Paulo* a 5 de agosto de 1977:

O escritor Oswaldo Orico disse ontem tão logo soube do resultado da eleição que não compareceu à reunião como protesto ao resultado que ele já previa e desabafou: “Ganhou Rachel, perdeu a Academia!” O autor da emenda ao regime permitindo a candidatura de mulher à imortalidade acusou o Conselho Federal de Cultura de ter influenciado os acadêmicos através de seu presidente Adonias Filho.⁹

Esse pequeno trecho revela menos as características formais da entrada de Rachel na ABL e mais o aspecto político envolvido na eleição de uma escritora vinculada ao regime ditatorial. Essa vinculação não se deu somente por ser membro do CFC desde sua fundação, em 1967, até sua extinção, em 1989. Rachel de

⁸ Disponível em: <http://www2.academia.org.br/>. Acessado em 10/09/2010.

⁹ *O Estado de São Paulo*. “Rachel de Queiroz e a vez da mulher na ABL”. 05/08/1977.

Queiroz defendeu a Revolução de 1964 em suas crônicas, sendo próxima do marchal Humberto de Alencar Castelo Branco, seu amigo e parente. Com o golpe, o primeiro presidente militar pediu a ela dois favores: que integrasse o diretório da ARENA, pois queria intelectuais no partido, e que fosse aos Estados Unidos, como delegada do Brasil, à Assembleia da ONU de 1966.¹⁰

Mesmo que, após o governo de Castelo Branco, Rachel afirme não ter apoiado mais tão diretamente a ditadura militar, sua imagem ficaria para sempre associada ao regime, configurando sua trajetória a partir de então e sendo um dos muitos obstáculos para sua apreciação no ambiente acadêmico.

De fato, a trajetória política de Rachel de Queiroz revela um aparente paradoxo que pode ser problematizado pelo historiador, justamente por trazer questões importantes da história política nacional – desde sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, em 1931, passando por sua expulsão do mesmo e seu envolvimento com grupos trotskistas, depois de 1932, até um caminho que tendeu cada vez mais ao conservadorismo político a partir dos anos 1940. Em 1964, Rachel era uma das vozes mais populares na imprensa a defender a “Revolução”.

Ainda assim, afirma Heloísa Buarque de Hollanda nos anos 1990: “O melhor é pôr logo os pingos nos is. Rachel de Queiroz, nossa romancista maior, tem hoje uma fortuna crítica reduzida e razoavelmente inexpressiva em relação à posição que ocupa na história da literatura nacional.”¹¹ Para Hollanda, isso se deve ao medo da academia em relação a Rachel de Queiroz, medo de enfrentar sua relação conflituosa com os movimentos feministas ou com a literatura escrita por mulheres e medo de explicitar as possíveis causas do sucesso e do poder público que essa escritora adquiriu ao longo do tempo, quando transitou com espantosa autoridade e naturalidade pelas cenas literária e política do país. Acrescentaríamos aqui mais um motivo para sua pouca fortuna crítica: o fato de a autora cearense ter apoiado o golpe de 1964.

Nos embates da memória, tanto o testemunho individual quanto a memória oficial são cercados por disputas, por esquecimentos e silêncios, características muito bem abordadas por pesquisadores como Pollak e Portelli.¹²

¹⁰ QUEIROZ, Rachel de, e QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos anos*. Rio de Janeiro: ARX, 1999. P. 230.

¹¹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “O éthos Rachel”, in *Cadernos de Literatura Brasileira: Rachel de Queiroz*. Instituto Moreira Salles, n. 4. 1ª reimpressão, jan/2002, p. 103.

¹² POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”, in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989; PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana”, in FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. P. 103-37.

Michel Pollak, ao falar da memória, parte das várias relações intrínsecas a ela, já levantadas por pensadores como Halbwachs e Durkheim, evidenciando as características positivas e negativas da memória, ao articular o individual e o coletivo, num processo de constante negociação entre o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. Pollak também relembra Pierre Norra e a importância do monumento (patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens, tradições, regras, folclore, música) como lugar da memória.¹³

Se pensarmos o que existe de bibliografia sobre a trajetória política de Rachel de Queiroz, notamos um profundo esquecimento em relação a esse assunto. O pouco que sabemos é dado pela própria escritora.

Rachel de Queiroz sempre foi avessa ao gênero literário das memórias:

Você sabe que eu não gosto de memórias. Nunca pretendi escrever memória nenhuma. É um gênero literário – e será literário mesmo? – onde o autor se coloca abertamente como personagem principal e, quer esteja falando de si, quer confessando maldades, está em verdade dando largas às pretensões de seu ego – grande figura humana ou grande vilão. Mas grande de qualquer modo¹⁴.

Somente em 1998, em diálogo com sua irmã Maria Luiza, ela resolveu publicar algumas de suas vivências ao longo de mais de noventa anos de vida, de amizades e de encontros invejáveis com os maiores nomes de nossa literatura e de nossa política. A linguagem corrente e envolvente de Rachel de Queiroz seduz o leitor com seu palavreado fácil, direto, solto, e revela, no narrar do cotidiano, importantes questões. O caso do apoio à Revolução de 1964, por exemplo – e que é assunto que muito nos interessa aqui –, traz alguns detalhes interessantes.

Rachel conta como sua geração, especialmente seu grupo de intelectuais, tinha horror a Getúlio Vargas e sua “descendência” – Jango, Brizola. Eles eram o “símbolo sobrevivente do caudilhismo”, fantasiados de esquerda. Nos anos 1960, devido à amizade que mantinha com vários militares e figuras políticas, a escritora

¹³ POLLAK, Michel. Op. cit., p. 3.

¹⁴ QUEIROZ, Rachel de; e QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos anos*. São Paulo: Arx, 2004 (4ª ed.). P. 13. Apresentei um trabalho referente à memória política *de e sobre* Rachel de Queiroz no X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: História e Política, sob o título: “Como um castelo de cartas: a memória sobre a trajetória política de Rachel de Queiroz (1930-1964)”. Maio/2010.

começou a conspirar contra o então governo de João Goulart.

Essa conspiração consistia, segundo seu testemunho, em apoiar a articulação de militares conhecidos (em especial Castelo Branco) no preparo do golpe de 31 de março.¹⁵ Não custa lembrar que estamos falando de uma mulher como colaboradora de um golpe de Estado. Logicamente suas funções incluíam o contato verbal com os membros e, principalmente, a utilização de sua maior arma: a escrita.

Rachel de Queiroz foi cronista exclusiva ao longo de mais de trinta anos de uma das mais importantes revistas no contexto nacional de meados do século XX: *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand. Quando entrou para os Diários Associados, nos anos 1930, era ainda uma jovem escritora migrante que escrevia crônicas esparsas para *O Jornal*, *o Correio da Manhã* e outros. Consolidando-se no ambiente literário dos anos 1940, tornou-se cronista exclusiva da *O Cruzeiro* no ano de 1945, lá permanecendo até 1975, quando a revista não conseguiu mais se manter no mercado.

Cumprir citar que 1945 é um ano de extrema importância para a história da política brasileira e para a história da trajetória racheliana: é o ano da deposição de Vargas. Se hoje formos visitar o Museu da República, no Rio de Janeiro (antigo Palácio do Catete), veremos a cama em que Vargas suicidou-se, nos anos 1950, seu pijama atravessado pelo tiro pequeno e certeiro e, ao lado da cama, um breve vídeo recente, feito pelo museu, em que Rachel de Queiroz aparece sendo entrevistada.

Curiosa aparição. Uma opositora ferrenha do varguismo, do que ela chamava populismo. Em 1954, no ano mesmo do suicídio de Vargas, Rachel de Queiroz era crítica conhecida do presidente, manifestando sua opinião na revista de Chateaubriand, distribuída na época a mais de 500 mil pessoas dentro e fora do país.

Alguns estudos voltados para o golpe militar de 1964 no Brasil tendem a privilegiar a ação conspiratória de uma direita golpista encarnada em alguns atores específicos, como o complexo IPES/IBAD e grupos militares mais conservadores.¹⁶ Outros pensam o papel dos civis e de outras classes – para além dos empresários e intelectuais – nas decisões políticas, são estudos em que privilegiam o estudo dos partidos políticos ao longo de todo o período democrático, de 1945 até o golpe.¹⁷

¹⁵ QUEIROZ, Rachel de; e QUEIROZ, Maria Luiza de. Op. cit. P. 225 s.

¹⁶ DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁷ BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1995; FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano 3. O tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. Ver

Ambos tentam entender a dinâmica de uma sociedade que, ao viver pela primeira vez a experiência democrática, acabou por apoiar um regime de excessão.

Ao trabalhar com intelectuais, vale lembrarmos Pierre Bourdieu, ao pensar o estudo sociológico da arte e da produção cultural. Bourdieu destaca o cuidado, ao analisar um autor, uma obra, ou um tema de um ou outro, em situar o *corpus* assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como em estabelecer as relações entre a posição desse *corpus* nesse campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu.¹⁸

Sendo assim, olhar para alguns intelectuais atuantes na imprensa pode ser uma ótima forma de compreender não só o processo político dos anos 1960 como também muito das culturas políticas presentes no primeiro longo período democrático brasileiro.

Tendo isso em mente, vale a pena exercitar a “contra profecia”, evitar pensar apenas o golpe militar e, nesse sentido, pesquisar não só as publicações da imprensa dos anos seguintes ao golpe mas também o seu desenvolvimento ao longo de toda a experiência democrática brasileira, percebendo no conjunto os argumentos de problematização da política nesse período. Pensando nesse tipo de fonte, damos voz a intelectuais que influenciaram – ao mesmo tempo que reproduziram – opiniões sobre a política de seu tempo por meio da escrita.

As crônicas da *Cruzeiro*

A revista é clássica nos estudos sobre moda, humorismo ou desenvolvimento da imprensa, pelas inovações técnicas e pelas variedades de seus artigos. *O Cruzeiro* apareceu como uma revista “moderna” já em seu primeiro número. Conta Accioly Netto, diretor do periódico durante muito tempo, que ela foi a primeira a utilizar, em 1928, uma técnica de propaganda que ficaria famosa no Rio de Janeiro: a chuva de papel picado caindo como neve sobre a avenida Rio Branco em pleno verão carioca, com os dizeres: “Compre amanhã *O Cruzeiro*, em todas as bancas, a revista contemporânea dos arranha-céus.”

Sua intenção a princípio foi tornar-se uma revista semanal ilustrada dentro do conjunto de veículos pertencentes a Assis Chateaubriand. Com suas fotos colo-

também uma análise comparativa entre IPES/IBAD, militares e UDN em MENDES. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, fev. 2003, 288 p.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe”, in _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. P. 186.

ridas e o papel couché de primeira classe, a revista era luxuosa também por contar com colaboradores do porte de Menotti del Pichia, Manuel Bandeira e Mário de Andrade e também reproduções de Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Ismael Nery. Sendo assim, fez grande sucesso até os anos 1930, quando, segundo Accioly Netto, a revista estava prestes a falir, com pagamentos atrasados, pouco espaço para suas maquinarias e saturada nos temas das principais matérias.¹⁹

Em suas memórias relativas ao tempo em que trabalhou para a revista como editor chefe, Netto aponta uma grande mudança editorial com sua chegada. O fato é que nos anos 1940 a *O Cruzeiro* voltou a caminhar de vento em popa, alcançando seu ápice de vendas entre as décadas de 1950 e 1960 e chegando à marca de 700 mil exemplares em todo o território nacional e em pontos internacionais.

Foi justamente na época de auge da revista que uma colaboradora conhecida no meio literário fluminense e também no norte do país foi convidada a assumir uma coluna exclusiva, que seria responsável por uma divulgação ainda maior de seu nome e de seus escritos. Rachel de Queiroz contava com 35 anos quando foi contratada pela *O Cruzeiro*.

Com quatro romances e uma coletânea de crônicas publicados por uma das maiores editoras do Rio de Janeiro, Rachel era considerada fenômeno literário nos anos 1940, vinculada ao grupo de escritores nordestinos que fizera sucesso na década anterior.

A autora cearense foi uma das poucas mulheres da primeira metade do século XX a ter relativa autonomia na imprensa – espaço público por excelência – e a adquirir prestígio nas letras nacionais. Na *O Cruzeiro*, Rachel propôs escrever a coluna final da revista, chamada Última Página. Segundo a própria autora, o artigo nessa disposição valorizaria as derradeiras propagandas, e, além do mais, a “última página é tão fácil de achar quanto a primeira”.²⁰

Até os anos 1960, a marca da revista semanal foram as fotos de belidades vindas dos Estados Unidos, coloridas e muito maquiadas num estilo de revista bem americano.

O número de seções variava em cerca de 11 (artigos, reportagem, humorismo, cinema, variedades, romances, política, seções, figurinos e modelos, sociais, assuntos femininos), sendo que as colaboradoras mulheres (sem contar as eventuais traduções de romances e contos de autoras estrangeiras) eram em grande número porque se alternavam bastante, mas ocupavam apenas quatro seções no

¹⁹ NETTO, Accioly. *O império de papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998. P. 49.

²⁰ QUEIROZ, Rachel de & QUEIROZ, Maria Luiza de. Op. cit. P. 213.

máximo, sendo fixas apenas as colaboradoras de “assuntos femininos”, “artigos” e “etiqueta”.

A partir dos anos 1950, no entanto, esse número diminui ainda mais, permanecendo exclusivas apenas Rachel de Queiroz, com a coluna Última Página, e Helena Sangirardi e Elza Marzullo com a seção Assuntos Femininos.

Apesar de vir logo depois dos Assuntos Femininos, a coluna de Rachel situa-se no sumário como parte dos Artigos da revista. Assim escreve a autora cearense em sua crônica de número 1:

Tanto neste nosso jogo de ler e escrever, leitor amigo, como em qualquer outro jogo, o melhor é sempre obedecer às regras. Começamos portanto obedecendo às da cortesia, que são as primeiras, e nos apresentemos um ao outro. Imagine que pretendem ser permanente a página que hoje se inaugura, nem eu nem você — os responsáveis por ela — nos conhecermos direito. É que os diretores de revista, quando organizam as suas seções, fazem como os chefes de casa real arrumando os casamentos dinásticos: tratam noivado e celebram matrimônio à revelia dos interessados, que só se vão defrontar cara a cara na hora decisiva do “enfim sós”.²¹

Aqui já se estabelecem características que permaneceriam (tanto pela autora como pelo leitor) ao longo dos trinta anos consecutivos em que a coluna existiu: linguagem cotidiana, cumplicidade com o leitor, promessa de honestidade e o trato de não falar em política:

Dizem-me, também que você costuma dar sua preferência a gravuras com garotas bonitas e a contos de amor, a coisas leves e sentimentais. Como, então, se isso não é mentira, conseguirei atrair o seu interesse? Pouco sei falar em coisas delicadas, em coisas amáveis. Sou uma mulher rústica, muito apegada à terra, muito perto dos bichos, dos negros, dos caboclos, das coisas elementares do chão e do céu. Se você entender de sociologia, dirá que sou uma mulher telúrica; mas não creio que entenda.

²¹ QUEIROZ, Rachel de. “Crônica nº1”, in *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro). 01/12/1945.

E assim não resta sequer a compensação de me classificar com uma palavra bem soante. (...)

Assim há de ser conosco, que eu, se não claudico no andar, claudico na gramática e com outras artes exigentes. Mas sou uma senhora amorável, tal como a finada imperatriz, e de alma muito maternal. A política é que às vezes me azeda mas, segundo o trato feito, não discorreremos aqui de política. Em tudo o mais me revelo uma alma lírica, cheia de boa vontade; se sou triste um dia ou outro, não sou mal-humorada nunca.²²

Tudo se cumpre como o previsto, exceto a tal da política, que azeda o temperamento da autora mas que aparecerá várias vezes e, de fato, quase sempre num tom pessimista e melancólico.

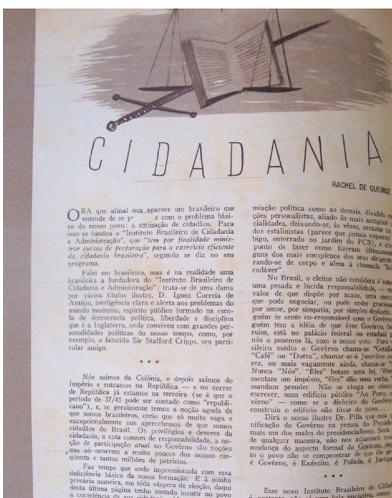
Cumpram ainda destacar mais dois aspectos importantes da configuração da coluna de Rachel de Queiroz no período entre 1945 e 1964: ao longo de toda a década de 1940 até 1958, a Última Página foi publicada na vertical, ao lado do editorial da revista, acompanhada de uma ilustração a lápis – por vezes colorida –, que dava ao texto um aspecto de leveza, simplicidade:



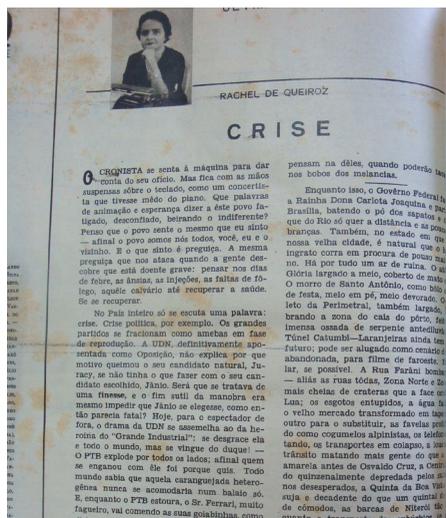
QUEIROZ, R. de. Mãe. *O Cruzeiro*. 29/05/1949. Arquivo ABI.

²² QUEIROZ, Rachel de. Op. cit. 01/12/1945.

A partir do final da década de 1950 a coluna tornou-se graficamente cada vez mais sóbria, perdendo primeiro o colorido da ilustração e, com o tempo, acrescentando em seu lugar uma foto de Rachel sentada à máquina de escrever sorrindo para o público. A imagem parece afirmar a autora como escritora profissional e também como senhora respeitada e séria, características que a cearense vai consolidando ao longo dos anos:



QUEIROZ, R. de. Cidadania. *O Cruzeiro*. 28/05/1955. Arquivo ABI.



QUEIROZ, R. de. Crise. *O Cruzeiro*. 20/04/1960. Arquivo ABI.

Já com o advento da década de 1960 a coluna tornou-se tão sóbria e “pesada” que perdeu ilustração, foto e colorido: passou a ocupar metade da página na diagonal, somente às vezes na vertical, aumentando ocasionalmente a fonte do nome da autora e diminuindo o do título da crônica (mormente a partir de 1964):



QUEIROZ, R. de. Não há repouso para o guerreiro. *O Cruzeiro*. 04/07/1964. Arquivo ABI.

Essas mudanças não são dispensáveis ou inseparáveis de seu contexto. Conseguimos encontrar aproximadamente 650 das cerca de 990 crônicas rachelianas publicadas entre 1945 e 1964. Ao longo do tempo os textos que encontramos foram tratando cada vez mais dos temas proibidos da política nacional – cidadania, educação – e foram perdendo sua veia mais ficcional, sendo que a partir de finais de 1950 a sobriedade da página revela quão sóbrio se tornou o perfil de seu conteúdo.

Um segundo aspecto a destacar é o caráter da recepção das crônicas rachelianas. Desde pelo menos a década de 1960 pesquisadores das áreas de literatura, história e comunicação vêm destacando o papel da recepção de qualquer texto literário como fator fundamental para a elaboração de uma história literária.²³ A crônica escrita em jornal depende fundamentalmente do contato que estabelece com o público, ainda mais tratando-se de uma revista com a tiragem da *O Cruzeiro*. Nessa direção não é à toa que grande parte das crônicas escritas por Rachel foram respostas a cartas de leitores, incluindo-se nelas questionários “indiscretos” (como

²³ Ver LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: ensaios da estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

nomeia a autora) e mesmo críticas a seus textos e a suas posições políticas.

Essas breves assertivas sobre a dinâmica da revista não são apenas detalhes, sugerem aspectos do imaginário criado em torno da coluna e da autora, expressos por meio de cerca de 700 mil páginas de papel *couché* publicadas por semana.

No entanto, poucas pessoas lembram-se das crônicas e da trajetória política de Rachel, a não ser para evidenciar seu paradoxo mais curioso: comunista nos anos 1930 e defensora do golpe em 1964. Qual não foi o nosso susto ao vasculhar, portanto, as cerca de mil crônicas publicadas por Rachel de Queiroz entre 1945 e 1964 e encontrar ao menos duas centenas de crônicas políticas (se pensarmos a política em seu sentido mais restrito: eleições, partidos, democracia etc.).

Para o trabalho aqui apresentado, é importante ampliar a noção de *político*, do modo como vem se renovando em conceitos como o de *cultura política*:

É no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer outra das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas.²⁴

Mesmo com sua operacionalidade, este é ainda um conceito de difícil consenso. Advém da ciência política dos anos 1960, que estabelece a cultura política como um conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política.²⁵ Tal perspectiva teve sua crítica formulada por Geertz, que foi também posteriormente criticado pela própria sociologia política, pela história cultural e pela micro-história.

Passou-se então ao interesse cada vez maior por pequenos contextos e fenômenos mais particulares, recusando-se o estudo da cultura política somente como sistemas simbólicos ou funcionais e ampliando-se para o

²⁴ BERNSTEIN, S. "A cultura política", in RIOUX, J-P. & SIRINELLI, J-F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 349.

²⁵ DUTRA, E. "História e culturas políticas", in *Vária História*, n. 28. Dez. 2002, p. 15.

estudo das lógicas de ação e de situação, estruturas de temporalidade, estruturas de interação e de pertinência. Outros referentes analíticos em seu mapeamento são as ideias de universos políticos, usos pragmáticos e estratégicos das culturas políticas e sua semântica, gramática da autoridade e do consentimento, a economia psíquica, afetividades e sensibilidades, ritos, mitos, as relações com a memória, processos de invenção e imaginação de tradições e comunidades.²⁶

Em relação a Rachel de Queiroz, vemos a prolematização das manifestações mais cotidianas e detalhistas – como o assassinato de mulheres pobres por seus maridos ciumentos, a pouca segurança das salas de cinema, a falta de mercados decentes na Ilha do Governador, o preconceito contra o negro na cidade do Rio de Janeiro e muitos outros.

Essa ausência de estudos acadêmicos acerca da trajetória política da autora inclui um problema de memória, como também um problema historiográfico. Somente com as mudanças nos paradigmas da nossa disciplina em meados do século XX é que nossos olhos se abriram para essas questões. Foi a partir dos anos 1960 e, no Brasil, a partir principalmente dos anos 1980, que a historiografia nacional passou a problematizar novas questões. A trajetória de Rachel de Queiroz auxilia este empreendimento, sendo ela mulher, literata (cronista, jornalista), uma intelectual.

Por meio das imagens acima encerramos este texto, que é apenas o início desta pesquisa, que se desdobrará em torno das opiniões e das ações políticas de uma mulher que adquiriu posição de destaque no cenário brasileiro de quase todo o século XX, apesar de manter em seu discurso uma certa humildade.

²⁶ DUTRA, E. Op. cit., p. 20.

PARTE IV

DISCURSOS E IDEIAS POLÍTICAS

A relevância política das charges na Primeira República: a Campanha Civilista e o caso Felisbello Freire (1909-1910)

Pedro Krause Ribeiro*

Por estes dias encetaremos a publicação de anúncios com ilustrações humorísticas.

É um gênero inteiramente novo no país e de reais vantagens para o comércio.¹

O que nenhum cavalheiro que se preze poderia dizer em relação a uma qualquer donzela honesta, atreve-se impunemente a dizer *O Malho* de senhoras da mais alta sociedade, sem que por isso lhe diminua consideravelmente o número de seus 80 mil leitores (vide n. 419 29/09/1910). Que admiráveis paciência e dignidade as desses *católicos*!²

Há certo consenso historiográfico quanto às transformações da imprensa na virada do século XIX para o início do XX. Segundo Tânia Regina de Luca, se por várias décadas a luta política constituiu-se o mote fundamental do que ela chama de “jornal-tribuna”, os horizontes alteraram-se e os periódicos transformaram-se em negócio, exigindo de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento e atenção às inovações técnicas que permitissem aumentar a tiragem e o número de páginas e melhorar a qualidade de sua mercadoria – elementos que possibilitariam atender ao crescente mercado de potenciais leitores.³

Essa grande imprensa, ou imprensa empresarial (se seguirmos a denominação de Nelson Werneck Sodré), disputava esses leitores, que eram fonte direta e indireta de recursos para as empresas. Direta com a venda dos periódicos (avulsos ou assinaturas); e indiretas pois apostava-se no potencial desses leitores de alavancar a venda de espaços publicitários, fossem eles comprados por empresas privadas

* Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o auxílio do CNPq.

¹ *O Mercúrio*, 25 de julho de 1898, n. 7.

² SINZIG, Frei Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1911, p.90.

³ LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”, in MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. P. 150.

ou pelo Estado. Aliás, o periódico *O Mercúrio*, que começou como revista trimestral mas virou jornal diário e que teve vida efêmera – menos de um ano (1898) –, pode ser considerado um ótimo exemplo de como a imprensa foi se transformando na virada do século XIX para o XX.

Isso porque seu subtítulo, “Magazine para comércio, indústria e artes”, já demonstra a preocupação inicial de seus donos e fundadores em mostrar aos comerciantes da capital brasileira o novo tipo de imprensa que surgia, o qual aliaria informação e propaganda, gerando receita para a empresa e para os patrocinadores. O fracasso editorial de *O Mercúrio* também é notório nesse processo de transformação empresarial. Se, por um lado, nos primeiros exemplares o jornal reclamava da falta de pedidos de anúncios, por outro, passou a querer se aproximar mais do público leitor, que afinal era elemento fundamental para a venda dos exemplares e a garantia de propagandas.

De qualquer maneira, um aspecto desse periódico deve ser destacado: sua estratégia de venda e de conquista de público passava pela ilustração. No caso, pelas ilustrações humorísticas anunciadas pelos redatores, as quais nos serviram de epígrafe para esta apresentação. Esse é um dado interessante pois os caricaturistas são inseridos nesse processo de modernização empresarial, enquadrando-se na descrição feita por Tânia de Luca da divisão do trabalho na imprensa de então: “[...] as funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes [século XIX], não raro, concentravam-se num único indivíduo, separam-se e especializam-se.”⁴

É nesse sentido que se tornam importantes as estratégias de atuação desses atores no campo político, pois a defesa de causas ou ideias desses leitores, ou supostamente essas causas, fazia das charges e caricaturas um chamariz de consumidores. Assim, estabelecemos uma conexão entre as duas epígrafes que abrem esta apresentação, pois ao mesmo tempo que os caricaturistas atuaram em uma empresa capitalista, voltada para o lucro, produzindo imagens belas e comercialmente atrativas, esses mesmos desenhistas tiveram e puderam expor opiniões políticas e sociais que possibilitaram a construção de um elo entre os periódicos e o público leitor. É nesse ponto fluido de liberdade política do caricaturista que podemos perceber se sua presença nos debates públicos tinha ou não relevância para o campo político.

Talvez o exemplo de frei Pedro Sinzig e seu combate às charges anticlericais seja interessante para notarmos o quanto essas imagens poderiam incomodar alguns homens da política. Apesar de as críticas de Sinzig serem mais concernentes à geração de 1870, a autores como Ângelo Agostini e Bordalo Pinheiro, ainda assim se estende até o início do século XX. A revista *O Malho*, por exemplo, era altamente

⁴ LUCA. Tânia Regina de. Op. cit., p. 150.

reprovada para leitura pelos católicos, enquanto o *Jornal do Brasil* era recomendado. Por sua vez, *O Tico Tico*, periódico infantil de *O Malho*, era inapropriado para as crianças, devendo ser substituído pelo *O Anjo da Guarda*.

O frei, no ápice de sua crítica ao *O Malho*, faz a citação que nos serve como segunda epígrafe e que deixa claro que para ele era um absurdo verdadeiros católicos aceitarem tão passivamente o caráter mundano da revista. Além disso, era 80 mil o número de leitores que aceitavam a falta de compromisso de *O Malho* com as autoridades e com as instituições, daí a cruzada do frei contra a publicação e sua proposição de revistas ilustradas católicas, tanto para crianças quanto para adultos – tanto que há uma parte especial em seu livro, no capítulo intitulado: *É possível uma revista caricata decente?*.

No entanto, se na questão anticlerical nota-se o quanto as charges poderiam atingir alguns dos ideais católicos, ao ponto de ter sido escrito no mesmo período uma monografia sobre o assunto, perguntamos se os caricaturistas conseguiram inserir-se no campo político, ou seja, se, de alguma forma, atingiam o atinja, sendo relevante nele.. Ao propomos uma análise segundo a qual a questão da “desilusão republicana”, apesar de considerada factível e coerente com o período estudado, deve ser repensada, é preciso procurar momentos em que, de alguma forma, as charges e caricaturas políticas tenham tido alguma importância dentro do campo político, ou seja, tenham conseguido interferir nos debates.

Em apresentação na Université Lumière de Lyon, em 1999, Pierre Bourdieu procurou explicar o que considerava como campo político, colocando-o como um microcosmos, ou seja, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social, com suas próprias leis e normas (*nomos*). Defendendo a existência de uma história social do campo político e relacionando sua gênese com o contexto histórico, Bourdieu afirmou que existem condições de transformação no acesso a esse contexto. Para ele, reconhecer se uma instituição ou agente faz parte do campo político e se conseguiu ascender a ele, basta ver se o agente ou instituição transforma o estado desse campo.⁵

Se me pregunta a menudo cómo recinozco que una institución o que un agente forma parte de un campo. La respuesta es simple: se reconoce la presencia o la existencia de un agente dentro de un campo porque transforma el estado del campo (o porque muchas cosas cambian si se lo suprime).⁶

⁵ BOURDIEU, Pierre. “El campo político”, in _____. *El campo político*. La Paz: Plural, 2001. Pp. 9-31.

⁶ Ibid. P. 17.

Mesmo sabendo que em grande parte os estudos de Bourdieu privilegiam a perspectiva da luta de classes e o poder de transformação do campo político – logo, teriam uma conexão mais direta com a capacidade desses agentes ou instituições em transformar as relações de força no campo –, acredito que seus estudos se tornam conceitualmente importante para pensarmos a inserção da imprensa ilustrada no campo político do início do século XX no Brasil e, conseqüentemente, dos caricaturistas que nela atuavam, mesmo que ambos não representassem uma força de transformação política ou social.

Um bom exemplo pode ser visto em um caso ocorrido durante a campanha presidencial de 1910, que dividiu o país entre civilistas (apoiando Rui Barbosa) e militaristas (apoiando Hermes da Fonseca). A disputa do âmbito das oligarquias nacionais chegaria às revistas ilustradas, dividindo os caricaturistas. O periódico *O Malho*, por exemplo, apoiava Hermes, daí o senador gaúcho Pinheiro Machado aparecer em uma foto da publicação, aparentemente segurando um dos exemplares da revista e, segundo a legenda, comentando uma das charges sobre a campanha civilista.

Esse documento mostra não só o político se aproximando da revista mas também a revista se aproximando do político. Como quem procura inserir-se no campo político, a revista associa-se a Pinheiro Machado, criando um laço entre periódico e política, importante no reconhecimento do veículo nos debates públicos. A revista, portanto, merece respeito no campo por ter reconhecimento de Pinheiro Machado, que reforçaria, por sua vez, a crítica da charge.



Ainda sobre a chamada campanha civilista, prosseguindo na análise da revista *O Malho*, fica bem nítida a proximidade entre o poder e a imprensa em uma das cartas recebidas pelo periódico e publicada na seção *Caixas d'O Malho* de 04 de setembro de 1909. Era costume que os caricaturistas iniciantes ou de outros estados procurassem as revistas para iniciar uma carreira profissional. Esse foi o caso de Tibiri, desenhista da cidade de São Paulo. A charge que ele enviou era notadamen-

te favorável a Rui Barbosa, enquanto a revista e seus caricaturistas eram a favor de Hermes da Fonseca. A resposta da revista não poderia ser mais direta: “Tibiri (S. Paulo) – Charges sobre Rui Barbosa, só as que fizermos ou acharmos convenientes. A bom entendedor...”

Meia palavra bastava para se fazer entender a resposta de *O Malho*: eles só publicariam charges contrárias ao movimento civilista, pois seu proprietário, Antônio Azeredo, senador pelo Mato Grosso, era favorável à candidatura hermista. As charges de *O Malho* foram tão importantes para a campanha eleitoral então em curso que *O Malho* foi citado pelo próprio Rui Barbosa no Senado. Foi no final de 1910; já enfrentando os problemas da Revolta da Chibata, Rui fazia um discurso na tribuna contra o senador Antônio Azeredo, à época dono de *O Malho* e de *A Tribuna*. No meio de sua longa exposição, Rui lembrou o apoio de parte da imprensa ao marechal Hermes da Fonseca durante a campanha presidencial de 1910, fazendo uma clara menção ao periódico ilustrado:

Eu de mim, porém, estou satisfeito com a minha habitual condição de bigorna. Apanho, rechirro, estridulo, encho a forja dos clamores do ferro batido na incude; mas não cedo às violências do malho, e ainda quando o peso da tribuna desarticulada me caísse em coma, ou me corresse de caninos próximos ao calcanhar todos os que usurpam o título de órgão do país, não mudaria de ressonância, indo chiar aos pés do poder humildes súplicas de garantia de vida.⁷

Além de *O Malho*, Rui Barbosa faz referência, nesse trecho de sua fala, à *Tribuna* e ao *Paiz*. Segundo consta no restante daquele circulóquio parlamentar, algumas pessoas riram dessa alusão, apesar de Rui Barbosa ter negado a intencionalidade. Azeredo fez, então, um aparte a Rui, criticando seus ataques, afirmando que o baiano, ao citar seus empreendimentos, estava levando o debate para o lado pessoal. Rui, ironicamente, defendeu-se dizendo que seu discurso já estava escrito e que não falava sobre nenhum órgão de imprensa específico, mas sobre todos os órgãos pró-Hermes, não podendo controlar a malícia alheia daqueles que fizeram tal associação. Em meio à discussão, Azeredo disse que se Rui Barbosa citava os periódicos era porque os lia, o que Rui tentaria negar, apesar de quase se contradizer.

⁷ [Grifo meu] Rui Barbosa. “Resposta ao senador Azeredo (sessão do Senado Federal em 19 de dezembro de 1910)”, in *Obras completas de Rui Barbosa: Discursos parlamentares*. v. XXXVII, t. III. Rio de Janeiro: MEC, 1971, p. 265.

A oratória era uma das especialidades de Rui Barbosa, e, com muita ironia, o político foi irritando Antônio Azeredo, ganhando espaço na tribuna para repetir a parte de seu discurso em que aludia aos periódicos do senador e saindo-se mais uma vez de forma sarcástica:

De modo que, apesar de escritas com minúsculas as duas palavras ofensivas ao honrado senador – malho e tribuna –, deixariam de ser os nomes comuns que realmente são, para significar as duas folhas a cuja redação o honrado senador tem ligada a sua responsabilidade.

Que digo eu em relação a essas duas folhas que possa ser tomado como uma ironia, como uma falta de atenção ao honrado senador?

Que digo eu, senão que não mudaria de ressonância, embora sobre mim, pobre bigorna, caíssem as violências do malho?⁸

À parte a ironia de Rui, fica nítido que o político se sentiu atingido pelas caricaturas de *O Malho*, uma vez que ele mesmo também se utilizou da imprensa ilustrada para fazer sua campanha política, como, por exemplo, na divulgação de suas viagens pelo interior do Brasil, por meio de fotos.

Mas, se por um lado, na relação imprensa e poder parece clara a ideia de que um lado usa o outro no campo político – os políticos promovendo-se por meio da imprensa, e a imprensa barganhando maior espaço no campo por meio dos políticos –, por outro, o nó anteriormente citado da questão do público leitor e das diversas vozes presentes na imprensa nos leva a perguntar sobre os momentos em que os chargistas ou as revistas ilustradas se afastaram de parte das classes dominantes ou de parte dos grupos dirigentes. Qual teria sido a reação, se é que houve alguma, e como podemos analisar historiograficamente alguma dessas circunstâncias?

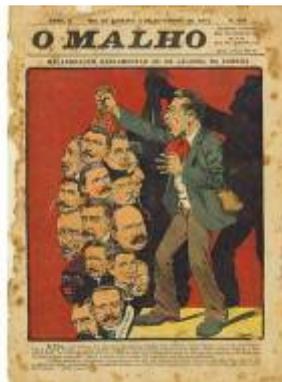
O caso escolhido para análise passou-se ainda no ano de 1910, relacionando-se diretamente com a comissão de verificação de poderes da Câmara dos Deputados. No caso que será abordado, veremos que, apesar de algumas conexões com o poder, os caricaturistas parecem ter ultrapassado o limite na sua relação com os políticos, intervindo diretamente no campo e causando fortes reações. Na ocasião, no mês de setembro do ano citado, o deputado Felisbello Freire, eleito por Sergipe,

⁸ Ibid, p. 279.

ainda não havia recebido o “reconhecimento” do Congresso.

O caso era que Freire era colaborador de *A Tribuna*, propriedade do senador Antônio Azeredo – logo, um de seus aliados políticos. Por isso, *O Malho*, que, como afirmado anteriormente, também era propriedade de Azeredo, dedicou praticamente toda a sua edição de 03 de setembro de 1910 para criticar a morosidade dos membros da Câmara em reconhecer o deputado eleito.

O grande argumento da revista era de que, enquanto houvera quorum para a votação de subsídios parlamentares para os dias extras em que trabalharam os deputados, os mesmos não compareciam às reuniões de verificação de poderes. Tanto *A Tribuna* quanto *O Malho* publicaram uma lista de deputados faltosos. No caso da revista ilustrada, essa lista saiu na capa, em desenho assinado por J. Ramos Lobão. Na imagem vê-se o Zé Povo carregando as cabeças desses deputados, colocando-os como “grandes *malandros*, com grifo ou sem ele”, que abusariam da sua tolerância e do seu bolso, mas dos quais naquele momento o Zé Povo conseguia se vingar, mostrando o rosto deles.



Nas páginas internas da revista, além da crônica semanal assinada por alguém de pseudônimo J. Bocó, a qual reafirmava a posição da revista contra as atitudes da Câmara, outra charge chamava atenção. Assinada por Alfredo Storni, mostrava o deputado José Joaquim Seabra varrendo da Câmara o presidente da casa, o deputado por Minas Gerais Sabino Barroso, que aparecia caricaturado como uma lesma que carregava as seguintes características em seu casco: “incapacidade, impotência e inatividade”. O chargista, por meio de Zé Povo, afirmou que Seabra, que era o líder da maioria, deveria varrer logo aquela “lesma” de sua cadeira, senão o faria Zé Povo. O título da charge já afirmava o tom do discurso de Storni: “Lesmas perniciosas”.



Essa charge foi o que causou o grande problema na Câmara dos Deputados. Na sessão do dia 5 de novembro de 1910, o retratado J.J. Seabra pediu a palavra ao presidente da casa, que então o segundo vice-presidente, o deputado Torquato Moreira. Em seu discurso, Seabra reforçou o apoio da maioria ao presidente da Câmara, propondo ao final de sua fala um longo aperto de mão ao presidente em exercício, simbolicamente representando o deputado Sabino Barroso. Segundo consta nos anais daquela sessão, os deputados da maioria foram à mesa e, sucessivamente, apertaram a mão do presidente interino.⁹

Pediu então a palavra o deputado Barbosa Lima, líder da minoria, que, apesar de não propor apertos de mão ao presidente da sessão, afirmou-se contrário aos ataques da revista, que considerava, na realidade, uma manobra da “vanguarda da maioria”. Barbosa Lima atribuiu a publicação da charge a uma manobra política de parte da maioria – notoriamente a Pinheiro Machado, chamado de “galhardo general dos pampas, o super-homem da atualidade política” –, que, segundo ele, estando insatisfeita com os rumos seguidos pela Câmara, tencionava mostrar seu poder de “vanguarda” nos rumos da política nacional após a posse do presidente eleito Hermes da Fonseca. Por isso, declarou o deputado:

Procura-se fazer crer que esse chefe [Pinheiro Machado] é realmente aquele que espontaneamente e cordialmente é aceito para a vida e para a morte, para hoje e para amanhã, para o resto da presidência Nilo Peçanha e para a presidência Hermes da Fonseca, por todos os membros da maioria com assento no Parlamento.

⁹ Discurso do deputado J.J. Seabra, in *Diários do Congresso Nacional: República dos Estados Unidos do Brasil*, terça-feira, 6 de setembro de 1910, n. 116. Sessão do dia 5 de setembro de 1910, pp. 960-61.

Será que alguma cassandra parlamentar tenha dado a entender que esse prestígio periclita?¹⁰

Para Barbosa Lima a resposta seria positiva, o prestígio de Pinheiro Machado estava a perigo, e por isso ele teria articulado em periódicos politicamente mais próximos notícias que desestabilizassem o poder da presidência da Câmara. Sobre as caricaturas, em especial a que “varre” o presidente para fora da casa, afirmava o político:

Devem ser responsáveis os próceres da política de quem são íntimos os autores do desenho insultoso que, no sábado, feriu o honrado presidente da Câmara, a quem todos nós cercamos de estima.

O que sentimos é o lápis daquela caricatura traçá-la próximo do salão Silva Jardim: o que sentimos é que aquele lápis não é um crayon: é um alvião, uma picareta, que serviu de arma de um plano partidário. O que se pretendeu foi que esse plano tivesse por fim ferir os brios e a dignidade do integro Sr. Sabino Barroso, que como homem de melindres deixaria aquela cadeira, sendo nela içado quem fosse capaz de decretar o estado de sítio para o regimento.¹¹

Apesar de factível a hipótese levantada por Barbosa Lima, ela não se comprova. De qualquer maneira, paralelo ao interesse político de Pinheiro Machado, a fala de Barbosa Lima levantou um grande problema para *O Malho* e para Antônio Azeredo. Para a revista, fez nascer a questão da imparcialidade frente ao poder e aos poderosos, e para Azeredo, por ter sido contestado tanto na Câmara quanto no Senado, como proprietário do empreendimento.

Com relação a Azeredo, no mesmo dia 5 de setembro de 1910 ele se pronunciou no Senado. Primeiramente defendeu-se como jornalista e político, resguardando também *A Tribuna*, órgão por ele dirigido e que tinha uma feição, segundo Azeredo, política porém não partidária. Depois, o senador passou a tratar de *O Malho*, afirmando que “se a publicação (...) obedecesse a minha orientação, aquela página que o Senado conhece e na qual foi atingida a pessoa do honrado presiden-

¹⁰ Discurso do deputado Barbosa Lima. In: *Ibid*, p. 961.

¹¹ *Ibid*, p. 961.

te da Câmara dos Deputados jamais seria estampada”.¹²

Todo o discurso de Azeredo procurava isentá-lo daquela publicação ilustrada, argumentando que, por contrato, ele não poderia interferir na direção da revista. Para Azeredo, o fato de Felisbello Freire estar havia muito tempo esperando o reconhecimento poderia “[...] ter concorrido para que *O Malho*, reproduzindo as impressões de seus desenhistas, registrasse o acontecimento por uma falsa apreciação, injustíssima, como foi em relação ao honrado presidente da Câmara dos Deputados”.¹³

Portanto, Azeredo deslocava as acusações da Câmara para os desenhistas, que estariam comprando a demora no reconhecimento de Felisbello como uma causa própria. Assim terminava seu discurso:

O Malho é um jornal ilustrado, independente, órgão verdadeiramente popular, faz o que entende e a isto deve ele o seu engrandecimento.

Não fora o modo de encarar as questões, gravando os assuntos de ordem política e sustentando campanhas como as das duas últimas eleições presidenciais, certamente o *Malho* não teria atingido o grau de prosperidade em que se encontra. E a prova temos na sua enorme tiragem de 50 mil exemplares, que pode ser verificada por quem quiser fazê-lo, porque as suas máquinas registram o número de impressões.

Dadas estas explicações e renovando os meus protestos de solidariedade política com o ilustre presidente da Câmara dos Deputados, creio ter cumprido o meu dever.¹⁴

Segundo as anotações do taquígrafo, Antônio Azeredo teria recebido muitos cumprimentos e abraços dos representantes de Minas Gerais, partidários de Sabino Barroso. Consta ainda em seu discurso que Azeredo enviou um telegrama para o presidente da Câmara, justificando-se. Ademais, o próprio presidente do Senado, Quintino Bocaiúva, um dos políticos mais atuantes da campanha de Hermes da Fonseca, foi à Câmara dos Deputados assegurar a consideração e estima pelo seu presidente.¹⁵ Mas e os redatores, diretores e desenhistas de *O Malho* nesse

¹² Discurso do senador Antônio Azeredo, in *ibid*, p. 956.

¹³ *Ibid*, p. 956.

¹⁴ *Ibid*, p. 956.

¹⁵ *Diários do Congresso Nacional: República dos Estados Unidos do Brasil*, quarta-feira, 7 de setembro de 1910, n. 117. Sessão do dia 06 de setembro de 1910.

episódio, como se comportaram frente a tal problema?

Em 10 de setembro de 1910 a crônica da revista, sempre assinada pelo pseudônimo J. Bocó, perguntava: “Ainda estamos vivos?” O tom de *O Malho* nos dois exemplares seguintes ao caso, ou seja, 10 e 17 de setembro de 1910, parecem relatar uma verdadeira tragédia na qual a revista foi inserida. Misturando um pouco de receio e pedidos de desculpas com um pouco de vanglória, os representantes de *O Malho* procuravam colocar-se como porta-vozes de uma imparcialidade jornalística. A defesa do povo e das causas públicas era o que teria feito com que a publicação se voltasse contra o presidente da Câmara, um partidário de Hermes da Fonseca, a quem *O Malho* defendera veementemente na campanha eleitoral.

E se as caricaturas foram os principais alvos de crítica por parte do Congresso Nacional, os caricaturistas também responderiam ao Congresso por meio de desenhos. Em “O Malho na Berlinda”, Alfredo Storni colocava o personagem-símbolo da revista com um tamanho maior do que os outros componentes da cena: o Zé Povo e diversos políticos. A diferença é que enquanto os políticos dialogavam com O Malho, o Zé Povo ficava resguardado por ele, como que procurando proteção. Esses políticos perguntavam ao Malho se nem mesmo os amigos escapariam de suas marteladas, afinal a revista atacava alguém da situação. Nesse ponto O Malho respondia que “A boa justiça é como a boa caridade: começa por casa”, sendo por isso felicitado por Zé Povo, que afirmava que a paulada só não doía quando “cantava” nas costas dos outros, ou seja, não incomodava a situação anteriormente porque não era ela que estava sendo atacada.



Além dessa imagem, retoricamente construída no intuito de mostrar a imparcialidade do jornal frente às questões políticas, o mesmo Alfredo Storni desenharia uma página inteira da revista, em cores, na qual traçaria parte das falas no Congresso Nacional em sua sessão do dia 5 de setembro. No desenho, além do dis-

curso de J.J. Seabra, aparece o aperto de mão dos representantes de Minas Gerais e Torquato Moreira, presidente daquela sessão, além de Barbosa Lima discursando contra *O Malho*, afirmando sua hipótese conspiratória daquele evento. Sobre isso, no quadro seguinte do mesmo desenho, Storni remete à fala de Azeredo, abordando a popularidade e a imparcialidade da revista *O Malho*, que, portanto, não estaria envolvida em nenhum esquema partidário.

Por fim, os dois últimos quadros falavam do aumento de vendas da revista, que sofrera um verdadeiro “avança” por conta da repercussão de suas caricaturas do dia 03 de setembro. Sobre isso, o último quadro afirmava que os desenhistas não deveriam se preocupar, pois aquilo só indicava que a empresa deveria encomendar mais máquinas rotativas. Esse ponto é bastante interessante para análise, pois o sucesso daquele episódio permitiu a *O Malho* ratificar sua grande tiragem, ainda que não fossem os 80. mil exemplares que anunciariam no mês de outubro, como expusemos na epígrafe. Aqui se encontram os dois movimentos dos caricaturistas das revistas ilustradas: de um lado, procurando maior público leitor e fontes de renda direta e indireta, e, de outro, procurando maior destaque no campo político, tentando ter, ainda que em poucos episódios, relevância para os debates públicos.



Ainda que pareça repetitivo, acredito ser importante fechar este debate com mais uma charge que defende o caráter isento de *O Malho*, vangloriando-se de seu próprio ato. Na realidade, mais que uma charge, a página inteira aqui reproduzida parece ser relevante para todo o debate travado. Trata-se de um desenho de J. Ramos Lobão e de um texto não assinado, publicados em 10 de setembro de 1910.



No texto, *O Malho* agradecia aos políticos da oposição e à imprensa pela repercussão do caso, e pedia desculpas ao povo por não poder imprimir mais exemplares, já que suas máquinas litográficas já estavam saturadas. No momento seguinte, e aqui devemos dar algum destaque, o texto declarava solenemente ao povo que os ideais da revista eram de justiça e verdade e que “*O Malho* é órgão dos fracos e oprimidos, e por isso *afronta* os poderosos, os potentados, sem nunca esmorecer, sem transigir, sem recuar no cumprimento do seu dever”. Abaixo do texto, a charge completava a ideia em “duas cenas e três tempos”.

O Zé Povo batia à porta da Câmara, querendo colocar lá dentro “seu representante”, Felisbello Freire. Lá dentro todos dormiam, enquanto *O Malho* observava tudo pela fechadura. Vendo tal injustiça, *O Malho* arrombava a porta, deixando o povo e seu representante passarem e tomarem seus lugares. As duas cenas, anunciadas no subtítulo da charge, são óbvias: a primeira, a observação dos deputados dormindo, e a segunda, o arrombamento da porta da Câmara, e são elas que fazem os dois primeiros tempos da charge. O terceiro tempo está implícito: fora uma vitória da revista, ao causar o rebuliço público, aprovar a candidatura de Felisbello Freire e atrair a atenção do público leitor à sua causa.

Herman Lima afirma que esse foi o momento mais importante na trajetória do periódico, “a maior vitória de toda a sua história”, pois provocou a queda de Sabino Barroso da presidência da Câmara.¹⁶ Na verdade, não há indícios de que Barroso tenha saído da presidência, muito pelo contrário, o deputado ficou no cargo até 1914.¹⁷ De qualquer forma, *O Malho* nesse episódio obteve reconhecimento dentro do campo político. Fosse integrando uma manobra política liderada por Pinheiro Machado, algo factível porém não comprovado, fosse simplesmente atu-

¹⁶ LIMA. Op. cit., v. 1, p. 146.

¹⁷ Cf. <http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresidentesTabela.htm>

ando na defesa dos interesses de Felisbello Freire, redator de *A Tribuna* e aliado de Antônio Azeredo, os caricaturistas do periódico ilustrado puseram no jogo político sua opinião, sua causa, atuando politicamente naquela república.

Quando Antônio Azeredo negou-se a assumir responsabilidades pela publicação, jogou, mesmo que só “diplomaticamente”, sobre a direção da revista o ônus pela desestabilização do campo, incentivando seus gerentes a responder aos políticos e a construir sua autoimagem de imparcialidade e defesa do público leitor. Mas se as críticas recaíram todas sobre os caricaturistas, o bônus da vitória política, o reconhecimento de Felisbello, também foi barganhado por eles. Portanto, esses humoristas, pelos menos nesse caso, não estavam fazendo um humorismo de “desilusão republicana”, mas um humorismo politicamente ativo, tomando posições, defendendo-se, negociando mais espaço no campo e reafirmando sua identidade de pretendente à porta-voz do público leitor.

Nesse ponto retomamos o frei Pedro Sinzig, pois se sua preocupação era sobre questões éticas, morais e religiosas, a minha, nas pesquisas que desenvolvo, são outras. Não pretendo analisar valorativamente as ideias que as charges propagavam, mas como essas imagens apresentavam um ponto de vista político e de que forma os caricaturistas propagavam essas ideias, ou seja, como as construíam retoricamente. Mais especificamente, como, inseridos no campo político, aproximando-se ou afastando-se do poder, a geração dos caricaturistas do início do século XX construía seus argumentos na tentativa de conquistar seu público leitor. A hipótese é a de que parte dessa retórica política era produzida a partir do já muito citado personagem Zé Povo. Foi por meio do Zé Povo que os caricaturistas desse período legitimaram seus atos de fala e construíram um elo entre seus discursos (suas ideias e seus projetos políticos) e seu auditório, seus potenciais leitores.

Uma arena de notícias: a fundação do *Jornal dos Sports* e seus primeiros editoriais

André Alexandre Guimarães Couto*

Este trabalho é resultante da dissertação de Mestrado em História Social (UERJ/FFP) “A hora e a vez dos esportes: a criação do *Jornal dos Sports* e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)” que teve por objetivo central analisar a consolidação de uma imprensa esportiva na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Apesar das décadas anteriores terem uma cobertura jornalística sobre os esportes, é possível perceber que, a partir dos anos 1930, os esportes ganham uma maior importância tanto na sociedade carioca quanto na pauta dos periódicos da época. Os esportes tornam-se um assunto de ampla relevância no meio urbano e ganham o interesse de camadas sociais diversas.¹

Desta forma, elegi o *Jornal dos Sports* (JS) como um veículo preferencial de análise pelos seguintes motivos: 1) o periódico ainda circula no Rio de Janeiro, apesar da empresa apresentar sérias dificuldades financeiras²; 2) ter sido criado em 1931, data marcante por se tratar da fase de profissionalização do futebol (esse esporte deixa de ser amador para tornar-se profissional e, dessa forma, essa discussão ganha interesse e espaço nos jornais por parte dos jornalistas e, principalmente, dos leitores) e 3) ter sido uma das raras publicações surgidas no período e ditas especializadas no assunto.

Apesar de a grande imprensa cobrir os principais eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, podemos afirmar que os esportes ocupavam espaços menores, às vezes insignificantes, nas páginas destes periódicos. Publicações como o *Jornal dos Sports*, raríssimo no período estudado, com periodicidade diária, revelam uma iniciativa importante por parte de seus fundadores, que viam, no campo dos negócios e do interesse do público leitor, uma oportunidade única.

* Mestre em História Social (UERJ/FFP)

¹ Apesar da questão urbana, no que tange ao crescimento de grandes cidades, ser um ponto importante para compreender a ampliação do interesse pelos esportes, estudos mais recentes têm apontado que este fenômeno sociológico ocorria, também, nas cidades do interior. Desta forma, sob a luz de uma imprensa regional e a partir da utilização de uma história oral, é provável que possamos avançar nos estudos deste tema.

² O *Jornal dos Sports* tem uma concorrência direta com o *Lance* (grupo *O Globo*), lançado em 1997 e líder no mercado, além dos jornais convencionais lançarem seus cadernos diários de esportes (*O Extra* lançou “Jogo” e *O Dia*, “Ataque”). Além disso, o grupo editorial de *O Dia* lançou, recentemente, um jornal chamado *Campeão*, que passou a se chamar, posteriormente *Marca.Br*, em parceria com o famoso e histórico periódico esportivo espanhol *Marca*.

Sobre o recorte temporal da pesquisa (1931-1950), cabe aqui, uma breve explicação, pois temos como marco inicial a data de fundação do *JS*. Já 1950, como data final, justifica-se pelo fato de ser um marco do jornalismo e do esporte para a população brasileira. Foi o ano em que se realizou a única Copa do Mundo sediada no Brasil e que teve um final “trágico”. A derrota para o Uruguai por 2 a 1, num Maracanã lotado, provocou uma enorme decepção, pois a seleção brasileira, além de ser favorita, desfrutava de uma admiração ufanista por parte da população e da imprensa esportiva. Não foi de interesse da pesquisa, todavia, estudar a cobertura da Copa do Mundo de 1950 e sim, até a campanha pela construção do estádio Maracanã, empreendida, dentre outros, por Mário Filho e o seu *JS*.

Neste presente artigo, analisei a criação do *Jornal dos Sports* e seus primeiros editoriais, ou seja, no ano de 1931. Interessava fazer um histórico de sua criação, identificando os seus primeiros proprietários e os jornalistas envolvidos nessa empreitada. Além disso, atento ao suporte, descrevi a forma material como o jornal se apresentava aos leitores. No caso, interessa as seguintes informações: o número de páginas; os preços de venda; se existiam ou não assinaturas; a qualidade e a quantidade das imagens presentes no periódico; quais anúncios eram veiculados e para quem eram destinados; quantas e quais colunas eram publicadas e, principalmente, quais eram os temas de que tratavam os primeiros editoriais. Enfim, trabalhei com a análise da parte gráfica do jornal e seu respectivo formato.

Ao tentarmos dialogar nossa pesquisa com uma historiografia sobre o tema, percebemos que há uma lacuna sobre o papel da imprensa esportiva no Brasil, mesmo porque os estudos da história ou sociologia dos esportes são recentes e agora, felizmente, mais livres do preconceito do mundo acadêmico sobre o tema. Para termos uma ideia, um estudo recente de duas pesquisadoras da Unicamp revelou que não havia, até 2005, um único livro contando a história da imprensa esportiva no Brasil, e sim, capítulos, partes de livros e artigos.³ Inclusive, o trabalho de Michelli Gonçalves e Vera Camargo fez um levantamento bibliográfico para, entre outras finalidades, facilitar as pesquisas na área de Educação Física e Comunicação. Não se pensa, a princípio, todavia, na disciplina História.

Mais recentemente, em 2007, foi lançado um livro do jornalista André Ribeiro, com a pretensão de explicar a trajetória histórica da imprensa esportiva.⁴ O

³ Michelli Cristina de Andrade Gonçalves e Vera Regina Toledo Camargo, *A memória da imprensa esportiva no Brasil: a história (re) contada através da literatura*. Trabalho apresentado no V Encontro de Núcleos de Pesquisa da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1815-2.pdf>www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1815-2.pdf. Acesso em: 27/12/2008.

⁴ André Ribeiro, *Os donos do espetáculo – histórias da imprensa esportiva do Brasil*, São

também jornalista Paulo Vinícius Coelho lançou um manual de imprensa esportiva e, no seu início, trata, muito brevemente, de uma história desta especialidade da imprensa.⁵ Ambos os trabalhos, todavia, não problematizam as fontes utilizadas e nem explicitam a metodologia utilizada, tendo em vista que não considerados trabalhos acadêmicos.

Se mudarmos o foco da história da imprensa esportiva para uma história dos esportes, aumentamos, significativamente, mas não proporcionalmente à importância do tema, a quantidade de material bibliográfico.

O futebol, que hoje fascina quase todo brasileiro, devido a uma identificação construída deste esporte com a nação, vem, ao longo dos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 1990, sendo tratado em quantidade cada vez maior nas publicações jornalísticas e acadêmicas. Portanto, apesar do aumento da produção sobre esportes e especificamente de futebol, existe um número insuficiente de obras que retratam, do ponto de vista histórico e sociológico, a importância do esporte na sociedade brasileira. Se levarmos em conta as obras produzidas sobre o esporte que levam em consideração o eixo cronológico entre o surgimento do futebol (início do século XIX) e a realização da Copa do Mundo de 1950, há um número ainda mais reduzido de publicações.

Enfim, entendo que a “seara” do mundo dos esportes, que vem sendo analisada por jornalistas e especialistas no tema, como profissionais e pesquisadores em Educação Física, é um campo fértil para a exploração acadêmica e, também, para o aprofundamento do conhecimento sobre nossa sociedade.

Portanto, tenho me debruçado sobre o estudo da história do esporte e mais precisamente do futebol, tendo apresentado e publicado trabalhos em congressos e eventos temáticos na área de História e Educação Física.⁶ E nestes estudos preliminares, percebi que a imprensa teve um olhar particular sobre cada etapa do desenvolvimento do esporte no Brasil, ora criticando e questionando o papel das atividades físicas e o devido impacto destas na vida do homem comum, ora apoiando e incentivando o esporte como lazer e diversão de uma sociedade moderna e europeizada.

Até na passagem do futebol amador para o profissional, ou seja, no final dos anos 20 e início dos anos 30, percebe-se que a visão da imprensa, crítica mor-

Paulo, Terceiro Nome, 2007.

⁵ Paulo Vinicius Coelho, *Jornalismo Esportivo*, 3. Ed., São Paulo, Contexto, 2006.

⁶ Eventos realizados em instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), CEFET/RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

daz do profissionalismo esportivo, vai aderindo aos poucos a este novo formato de atuação dos atletas, nesta nova relação desses com os clubes.⁷

Por fim, e não menos importante, lembramos que a análise do futebol deste período esbarra também na questão racial. Dessa forma, devemos levar em conta uma “espécie de Bíblia sagrada” sobre a questão étnica no futebol brasileiro, ou seja, a obra de Mário Filho, intitulada *O Negro no Futebol Brasileiro*, cuja primeira edição data de 1947.⁸ Nesta publicação, o jornalista Mário Filho narra, inclusive sobre o ponto de vista épico, a trajetória do negro e do mulato no futebol brasileiro e o quanto este se transformou com a inserção daquele. Em resumo, Mário Filho acreditava que a miscigenação do povo brasileiro se traduziria numa melhor forma de jogar um esporte cujas habilidades exigidas seriam a ginga, a maleabilidade, o vigor físico e o “jogo de cintura” do brasileiro.⁹

Polêmicas a parte, a obra de Mário Filho é uma referência para compreendermos um pouco melhor as relações sociais no mundo do futebol e na sociedade brasileira. Retrata, ainda, a visão da imprensa sobre o esporte mais importante do século XX em sua fase inicial no Brasil.

É a partir daí que podemos entender o papel da imprensa como veículo de divulgação das práticas desportivas e das visões diversas de como o esporte, principalmente o futebol, refletia transformações como as novas relações do mundo do trabalho (amadorismo x profissionalismo), o debate sobre a formação da identidade nacional (estrangeirismo x estilo nacional) e a discussão sobre as questões étnicas e sociais (inserção dos negros e mulatos e também das classes sociais menos abastadas).

Dessa forma, nesta pesquisa optei por acompanhar a visão da imprensa do Rio de Janeiro, por uma questão bem simples: a facilidade no acesso às fontes primárias, guardadas na Biblioteca Nacional, no Setor de Periódicos.

Aliás, cabe aqui uma observação: muitos jornais e revistas surgiram no Brasil nas primeiras décadas do século XX, porém apenas alguns poderiam ser caracteri-

⁷ Cabe lembrar aqui que estou me referindo principalmente aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, levando-se em consideração que o futebol teve uma aceitação e uma organização maior nestas regiões. Sabemos, entretanto, da existência de outros clubes em outros estados no período apresentado, porém não tive a oportunidade, ainda, de ter acesso a informações precisas sobre a organização destas agremiações em ligas, campeonatos etc.

⁸ Há uma segunda edição datada de 1964, atualizada e com dois novos capítulos. As edições mais recentes datam de 1994 e 2003, ambas com novos prefácios.

⁹ Expressão neste texto colocada entre aspas; porém, podemos entendê-la em seu sentido literal quando tratamos de futebol.

zados como publicações esportivas.¹⁰ E mesmo as demais, em muitos casos, tinham uma vida bastante efêmera. Ao analisar a participação da imprensa na sociedade brasileira, nos deparamos com a obra de Nelson Werneck Sodré, intitulada *História da Imprensa no Brasil*. Apesar do autor nos relatar que, na década de 1920, o futebol foi um importante tema e que ocupava muito espaço na mídia impressa, encontramos pouquíssimas referências sobre o mesmo em seu livro. Tal dado poderia ser explicado pelo fato dos periódicos tratarem de assuntos essencialmente políticos, deixando poucos espaços para os demais acontecimentos como, por exemplo, os esportivos. Entretanto, podemos entender também uma despreocupação do autor com o tema imprensa esportiva, devido a uma certa resistência do mundo acadêmico em tratar de assuntos como o futebol e o esporte como um todo.¹¹

A escolha deste tema de pesquisa se justifica, em parte, pela lacuna existente na historiografia e pela repercussão social que causava a imprensa esportiva na vida cotidiana dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro à época.

Tentar fugir da efemeridade dos jornais, aderir ao propósito de um jornal-empresa e conseguir atingir seu público, foram os desafios que esta modalidade de imprensa se propôs a alcançar. Tudo isto com o objetivo de publicizar, de tornar público novos símbolos e códigos de valores que passariam, também, a contribuir para forjar um novo modelo de indivíduo, criando identidades vinculadas a um projeto de modernidade, e este, por sua vez, associado a um moderno valor social de se praticar esportes.

Alguns conceitos e reflexões teóricas foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Sobre a visão da imprensa como produto do capitalismo industrial e moderno, utilizo a obra de Nelson Werneck Sodré.¹² Uma das ideias centrais deste autor é justamente associar o surgimento da imprensa com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Porém, na quarta edição da obra *História da Imprensa no Brasil*, há um capítulo inédito que o autor propõe o estudo do processo de crise nos chamados grandes jornais. Apesar de importante em sua análise sobre o jornalismo brasileiro, Sodré não investe muito em temas mais cotidianos como

¹⁰ Uma das raras exceções foi a *Gazeta Esportiva*, lançada, como semanário, em dezembro de 1928 pela *Gazeta de Notícias* e dirigida inicialmente por Leopoldo de Sant'Ana. Cabe lembrar que somente em 1948 ela se torna uma publicação diária. Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977, p. 420.

¹¹ Apesar de ainda não saber se esta é a posição de Nelson Werneck Sodré, muitos intelectuais se recusavam a escrever sobre futebol, por ser considerado “o ópio do povo”, ou seja, teria o objetivo de distrair a atenção do povo diante das reais preocupações da sociedade brasileira como, por exemplo, a política.

¹² Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, 4. ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

os esportes, por exemplo. Além disso, o autor transmite uma dura crítica ao período político da Primeira República, momento quando ocorria, para este autor, uma ausência de liberdade de expressão e instituições democráticas, como se tal fato não ocorresse em outros momentos da história brasileira, dificultando, então, a observação das peculiaridades deste período.

Para complementar esta visão da imprensa no Brasil, uso a leitura de Marialva Barbosa, que propõe uma análise da imprensa como porta-voz das agruras cotidianas (incluo aqui, dos interesses mais específicos) da população.¹³

Também trabalharei a instituição imprensa, em especial a esportiva, tratando-a como território cultural. Para tanto, me aproprio do conceito de “campo simbólico” descrito por Pierre Bourdieu.¹⁴ Vejo a imprensa como uma instituição de criar e de constituir um espaço autônomo em relação ao resto da sociedade, com uma lógica de funcionamento particular em relação a outros campos e instituições. Ora criadora de mitos e lógicas culturais próprias, ora difusora do que interessa, de fato, à sociedade. É nesta dicotomia que transita o veículo de comunicação, tendo, ainda, o desenvolvimento capitalista como motor, ou seja, o que pode e deve vender.

Bourdieu também me auxilia na compreensão da relação entre a imprensa e o poder governamental. Para este autor, a história da vida intelectual das sociedades europeias passou, a partir da era moderna, pelo processo de uma autonomização do campo intelectual.¹⁵ Uma nova categoria social seria constituída, de forma distinta, por artistas e intelectuais, liberando sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos da Igreja, ou dos controles acadêmicos.

Do ponto de vista de espaço de atuação e da profissionalização prática dos jornalistas, podemos entender que houve um processo de autonomização intelectual. Porém, este processo, para a imprensa carioca e brasileira, encontrou obstáculos no dia-a-dia. Os jornais tornaram-se independentes em seus caminhos (o que escrever, como se dirigir ao público, que linguagens são criadas e que tradução do aspecto cultural se faz da sociedade), porém carregaram práticas de dependência com o poder público. É, na nossa visão, uma dicotomia interessante e intrigante. Bourdieu não refletiu sobre este conceito especificamente para a imprensa, pois pensou muito mais no mundo das artes, da literatura e do teatro. Porém, descreve o desenvolvimento de uma verdadeira indústria cultural que trouxe uma

¹³ Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, p. 58.

¹⁴ Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1999.

¹⁵ Ibidem. p. 100-104.

série de mudanças, como a constituição de um público de consumidores cada vez maior e diversificado, possibilitando uma autonomia econômica aos produtores de bens culturais. Além disso, o autor afirma que a profissionalização destes últimos possibilitou a regulação e o controle, por meio de normas e regras específicas, e a criação de uma identidade coletiva própria. Neste ponto, concordamos que a identidade, ou melhor, as identidades coletivas do mundo jornalístico seriam calcadas na tentativa de criar e manter uma autonomia intelectual e de pensamento. Se em alguns momentos políticos a imprensa sofreria com a dicotomia adesão/perseguição, ou seja, tomando partido ou perseguindo políticos e governos, não podemos generalizar e entender que os outros temas fossem tratados dessa forma. Os assuntos policiais e esportivos, por exemplo, foram searas propícias para o desenvolvimento de uma prática de cobertura (e às vezes até de criação narrativa) de questões importantes para o público leitor.

Sobre os mitos criados nos discursos dos jornalistas e cronistas esportivos, especialmente de Mário Filho, utilizamos o conceito de “tradições inventadas”, de Eric J. Hobsbawm e T. Ranger. É digno de atenção a capacidade inventiva de Mário Filho, que estimulou a criação de tradições como a da rivalidade do Fla-Flu. Sobre este aspecto, Hobsbawm nos remete a uma ideia interessante de tradições inventadas que, acredito, cabe na análise do discurso e do trabalho de Mário Filho e de outros cronistas como Vargas Netto e Geraldo Romualdo da Silva, por exemplo:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.¹⁶

Para compreender as estratégias e técnicas de produzir letras em massa e as transformações tecnológicas nesta área, Flora Sussekind nos propõe uma visão mais ampla das modificações da sociedade industrial e nos faz entender que a mídia e a imprensa (conceitos diversos, entendendo o primeiro mais como ferramenta, meio, instrumento e o segundo, um veículo, uma instituição, um campo de atuação) estão amarradas numa corrente de modernização até então apenas

¹⁶ Eric Hobsbawm. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.), *A Invenção das Tradições*, 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 9.

imaginada.¹⁷

Ainda sobre esta questão, nos apoiamos, também, nas ideias de Nicolau Sevcenko para tentar compreender como homem e máquina e tempo moderno, ágil e dinâmico interagem com o tempo passado.¹⁸ Não nos cabe aqui, neste momento, discutir, do ponto de vista filosófico, a questão do tempo. Apesar disso, nos parece mais confortável utilizar a noção de tempo de Norbert Elias, que problematiza esta questão a partir de uma chave sociológica.¹⁹ Mais do que conceituar o tempo como uma “coisa” ou tentar materializá-lo (muitos historiadores tentam em vão realizar isto), cabe refletir sobre a conjuntura em que determinadas questões são vividas. Então, temos o tempo vivido, o tempo presente, que aglutina todas as identidades culturais e idiosincrasias possíveis do grupo social pesquisado e que, portanto, acaba por nos diferenciar de outras noções identitárias passadas. Mais do que a noção de passado, presente e futuro, Elias propõe entendermos o antes e o depois, visão, a princípio, simples de compreender a realidade.

Apesar do tempo poder se transformar em um objeto de nosso estudo, ele não será o protagonista desta pesquisa, a não ser para pensarmos sobre ele, a partir da análise de Sevcenko, que identifica na atenção dada aos esportes uma forma das grandes metrópoles adaptarem seus habitantes em uma nova forma de vida, condicionada ao mundo moderno.

Por fim, nos apropriamos da ideia de esfera pública, de Jürgen Habermas.²⁰ Para este autor, há uma clara possibilidade de emancipação humana diante das amarras de um Estado dominante, e que a atuação em uma esfera pública suscita uma nova postura do homem: um ser que busca uma maior racionalização social por meio da ação comunicativa. Além da liberdade de expressão, a formação de uma opinião pública passaria também pelo desenvolvimento da capacidade associativa do ser humano. Em relação a esta característica, é importante informar que os padrões burgueses de atuação foram fundamentais para criar uma área de atuação específica desta classe social. Foram tão importantes que seus padrões se universalizaram, dando a aparência de que estes deveriam ser os únicos modelos sociais e culturais. Desta forma, a imprensa (vista como instituição burguesa) pro-

¹⁷ Flora Sussekind, *O Cinematógrafo das Letras – Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987. Informo que esta diferenciação dos conceitos de mídia e imprensa é minha e que merece um detalhamento *a posteriori*, pois a intenção da reflexão, a meu ver, não merecia um aprofundamento maior neste momento.

¹⁸ Nicolau Sevcenko, “Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, 1993, p. 78-88.

¹⁹ Norbert Elias, *Sobre o Tempo*, Jorge Zahar, 2001.

²⁰ Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

poria, também, um espaço de discussão destes padrões à medida que incorpora novos elementos e temas de interesse da população.

Neste ponto, relaciono o pensamento de Habermas com a minha pesquisa, pois trato da imprensa esportiva na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1930, momento em que acredito que ela tenha alcançado um crescimento importante pelo surgimento de um periódico temático e pelo aumento da importância que os esportes ganharam nas páginas dos jornais classificados como “grande imprensa”. Acrescento também que a cobertura dos esportes por parte de uma imprensa brasileira (principalmente paulistana e carioca) se torna o mote de ampliação de uma esfera pública com padrões burgueses e que apresenta os seus próprios códigos, valores e signos. As práticas desportivas, em si mesmas, já são um espaço de atuação que extrapola o universo particular e privado. Ou seja, se inicialmente as mesmas eram praticadas por uma elite burguesa e restrita, tornam-se, nas primeiras décadas do século XX, uma área de interesse cada vez mais popular, principalmente o futebol. Podemos dizer que este esporte, assim como alguns outros, foi, no Brasil, um elemento integrador e catalisador da esfera pública.

Antes de citar as fontes para esta pesquisa, gostaria de informar também que dois autores foram muito importantes no auxílio do meu trabalho, no que concerne ao entendimento do papel simbólico e estratégico da imprensa. O primeiro é de Jean-Noël Jeanneney, que disserta sobre as dificuldades presentes em um trabalho sobre a história da imprensa escrita.²¹ Neste artigo, o autor relativiza o papel da mídia e o poder do Estado, sugerindo uma investigação mais microscópica sobre a função e a história pessoal dos dirigentes dos veículos de comunicação, além dos seus respectivos jornalistas.

O segundo é de Jeffrey Hill, que trata especificamente da tríade história, jornais e esportes.²² Dentre algumas discussões úteis ao meu trabalho, o autor analisa o fato dos jornalistas esportivos criarem uma forma específica de contar uma notícia, possibilitando, desta forma, um maior interesse do leitor pelo veículo de comunicação e pelo próprio campo esportivo. Trata também do relacionamento dos jornais esportivos com a cultura local das cidades, além da relação entre os jornalistas e os clubes esportivos.

²¹ Jean-Noël Jeanneney, “A Mídia”. In: René Rémond, *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p. 213-230. Outro artigo interessante, mas que trata das questões sobre a opinião pública, tema que não foi o interesse principal de minha pesquisa, pode ser conferido em Jean-Jacques Becker, “A opinião pública”. In: René Rémond. Op. Cit.

²² Jeffrey Hill, “Anecdotal Evidence: Sport, the Newspaper Press, and History”. In: Murray Phillips(Org.). *Deconstructing Sport History*, Nova Iorque, State University of New York Press, 2006, p. 117-129.

Sobre as fontes utilizadas, cabem aqui algumas notas sobre a metodologia. A base documental da pesquisa foi formada pelos jornais, principalmente, pelo *Jornal dos Sports*, no período de março de 1931 aos primeiros meses de 1950.

Para tanto, e ciente de que o jornal em análise é um diário, utilizei várias edições do mesmo, porém selecionando-as de acordo com um determinado critério. Escolhi uma edição por semana, tendo o cuidado de, a cada edição, dar conta de todos os dias da semana. Desta forma, todas as semanas foram cobertas e todos os dias da semana (segundas, terças etc). Informo, que, em muitas vezes, várias edições seguidas foram analisadas, tendo em vista a necessidade de entender melhor um determinado assunto.

Além dos temas principais em cada edição, as notícias propriamente ditas, me interessei pelos assuntos que foram discutidos nas colunas do jornal. Dentre estas, destaco “Críticas e Sugestões”, espaço destinado ao editorial do *JS*, onde a opinião institucional era declarada.

O início da década de 1930 pode ser considerado um marco da imprensa esportiva. Tal observação se justifica por alguns fatores importantes. Dentre os motivos que embasam a escolha deste momento como uma conjuntura propícia para a consolidação desta modalidade jornalística, podemos citar o crescente processo de popularização de esportes como o futebol e o discurso em torno de uma vida mais moderna, ágil e saudável.

Todavia, a forma de criar representações coletivas por meio do esporte sofreu uma série de modificações ao longo das primeiras décadas do século XX e criou um campo específico de atuação da imprensa. Além disso, foi construída, também, uma forma específica de escrever nesse período, ligada às novas técnicas de produção literária que a conjuntura histórica do modernismo trazia à discussão.

Neste ponto de reflexão, utilizo o trabalho da autora Flora Süssekind, que analisa, dentre outras questões, as transformações técnicas ocorridas no início do século XX e o quanto estas influenciaram a produção cultural. Destaco desta autora a seguinte questão:

Não se trata mais de investigar apenas como a literatura representa a técnica, mas como, apropriando-se de procedimentos característicos à fotografia, ao cinema, ao cartaz, transforma-se a própria técnica literária. Transformação em sintonia com mudanças significativas nas formas de percepção e na sensibilidade dos habitantes das grandes cidades brasileiras então.²³

²³ Flora Süssekind, *O Cinematógrafo das letras – literatura, técnica e modernização no Bra-*

Entendemos que o esporte estava intimamente ligado ao nascimento dessas novas formas de percepção e de sensibilidade, as quais Sússekind cita em seu trabalho. Porém, essa “onda moderna” de percepção das novas representações sociais e da própria forma de reinventar a escrita literária, além de um outro olhar para a relação do homem com a tecnologia, principalmente devido à aquisição pelos jornais de novos equipamentos tecnológicos, não foi uma unanimidade. Longe disso: vários escritores, inclusive alguns já prestigiados pela imprensa e pela sociedade, se mostraram refratários a essa nova realidade.

Diante dessas questões, podemos compreender que a imprensa esportiva no início da década de 1930 acompanhava esse novo ritmo dinâmico, ágil e moderno que já vinha sendo construído em anos anteriores e que agora chegava ao seu ápice. Uma linguagem curta e rápida nas páginas dos jornais esportivos, além de imagens que pudessem se transformar no retrato fiel do dinamismo do jogo, tornaram-se típicas das matérias de esporte.

Para conquistar um público leitor, interessado no assunto e cuja própria vida nos grandes centros urbanos tivesse passado por transformações de ritmos — agora mais acelerado e pulsante como a prática desportiva —, surgia um jornal cujo objetivo era se consolidar no mercado editorial e que pudesse dar conta de um imaginário urbano (e suburbano) centrado no esporte. Dessa forma, o *Jornal dos Sports* se tornaria um jornal esportivo, um veículo diário de comunicação e, principalmente, um ávido defensor da prática dos esportes entre a população carioca, como veremos na análise de alguns editoriais do mesmo.

No entanto, cabem, inicialmente, algumas considerações acerca do surgimento desse jornal, a fim de entendermos a lógica de construção de um novo veículo de comunicação na década de 1930.

Seu primeiro proprietário foi o jornalista Argemiro Bulcão, importante administrador de periódicos da época. Depois de dirigir durante muito tempo o *Rio Sportivo*, Argemiro Bulcão planejou fortalecer a imprensa esportiva no mercado, aumentando a periodicidade dos impressos (até então o *Rio Sportivo* chegava às bancas apenas duas vezes por semana). Por volta de 1930, Bulcão propôs sociedade a Ozéas Mota, dono das oficinas onde eram impressos os jornais. Dessa forma, em 13 de março de 1931 foi fundado o *Jornal dos Sports*, com um ativo de 6 contos de réis.

Bulcão e Mota permaneceram como donos do *Jornal dos Sports* até outubro de 1936, data em que Mário Filho e Roberto Marinho o comprariam. O jornal seguia os padrões da época, impresso em preto e branco (logo depois substituído

por papel cor-de-rosa), possuindo poucas páginas. Inicialmente, a edição diária era composta por quatro páginas, apesar de alguns problemas que invariavelmente ocorriam. (Um desses problemas era o fato de o sindicato dos trabalhadores de gráficas os impedirem de trabalhar aos domingos, o que impossibilitava que a edição de segunda-feira chegasse aos leitores.²⁴) Quanto às medidas, o jornal era em formato de página inteira, divergindo do modelo tabloide. As fotografias eram comuns em seu corpo, porém em muitas edições ainda eram privilegiadas as poses estáticas de jogadores e dirigentes, apesar de serem publicadas também algumas fotos dos eventos, como as partidas de futebol, por exemplo.

O logotipo do nome do jornal dava um tom de pluralidade esportiva, pois apresentava figuras de homens praticando várias modalidades, sem, no entanto, hierarquizá-las. As figuras eram do mesmo tamanho e se entrelaçavam com as letras do nome do jornal, uma criação artística interessante e uma novidade gráfica para a época. Estavam presentes graficamente no logotipo, em ordem de apresentação, o lançamento de disco, o levantamento de peso, o tênis, o futebol, o golfe, a natação, o remo, a corrida (atletismo), o boxe e o hipismo.

Dessa forma o jornal anunciava seu objetivo: o de privilegiar qualquer prática que se identificasse com o esporte e com o corpo, mesmo que a atividade não tivesse uma identificação com a cultura nacional, como o golfe, por exemplo. Outros esportes também não tinham essa identificação, mas eram olímpicos, e mereciam, portanto, destaque numa publicação que pretendia ser a voz dos esportes.

O destaque no corpo do jornal, todavia, era voltado para o futebol, os jogos organizados pelas ligas e associações esportivas, os campeonatos “oficiais” e os criados por agremiações menores e suburbanas. Os jornalistas tinham muito material quando da visita de times e seleções estrangeiras ao Brasil e vice-versa, além dos embates entre clubes paulistas e cariocas.

No entanto, eram uma constante, em toda edição, as notícias e informes sobre outros esportes, especialmente o turfe, as modalidades aquáticas (remo e natação), o boxe e o atletismo. As colunas principais do jornal eram seu editorial, intitulado “Críticas e Sugestões”; a coluna intitulada “Turf”, que dava conta das apostas, resultados e sugestões neste esporte já consolidado na sociedade carioca; e a “Últimas Notícias”, que, pelo título, pode ser interpretada de duas maneiras: a de que era publicada na última página do jornal e/ou de que pretendia trazer notícias e informações recentes, atualizadas, recém-apuradas pelos repórteres. O uso de palavras de origem inglesa, como *football*, *match*, *record*, era intenso, principalmente ao se tratar de futebol.

²⁴ Posteriormente, este problema seria resolvido com acordos trabalhistas e a vigilante tutela do Estado getulista.

Nos primeiros anos de publicação do jornal, aparecia nos créditos somente o nome de seu proprietário — Argemiro Bulcão (como diretor) —, o que nos leva a entender que o periódico já nascera a partir de uma visão personalista de um jornalista engajado numa causa específica: a da divulgação e valorização dos esportes. Bulcão não era um simples empresário das comunicações, pois já havia iniciado um empreendimento semelhante: o *Rio Sportivo*. Era, sobretudo, um especialista, que almejava vencer no mercado editorial a partir de uma certa clarividência empresarial: a ideia de que os esportes vendiam e poderiam vender muito mais jornais. Cabia, portanto, em sua trajetória, a iniciativa de lançar um diário.

Logo a seguir dos créditos vinha o endereço do jornal, situado na Rua São José, 79, Centro do Rio de Janeiro, como praticamente todos os demais periódicos da época. O valor de venda avulsa, no início, era de 100 réis na capital e de 200 réis nos demais estados. As assinaturas, informadas desde a primeira edição, eram no valor de 10\$ (trimestral), 18\$ (semestral) e 30\$ (anual), para o Brasil, e de 18\$, 35\$ e 60\$, respectivamente, para o exterior. Sabendo da dificuldade em ter informações financeiras sobre o custo de vida e os valores monetários de um outro período histórico, procurei estabelecer comparações, cruzando dados fornecidos pelo próprio jornal. Por exemplo, um tipo de estabelecimento que fazia propagandas frequentes nesse periódico eram os restaurantes, como o Restaurante do Alexandre, situado à época na Rua Sete de Setembro, nº 174. No anúncio da edição de nº 3, do dia 16 de março de 1931, o estabelecimento informava que a refeição tinha o custo de 600 réis (avulsa) ou 27\$ (vinte refeições).²⁵ Dessa forma, podemos concluir que o valor de venda avulsa do *JS* era seis vezes menor que o valor de uma refeição em um restaurante no centro da cidade. Seguramente, para uma análise mais detalhada, faltam-nos algumas informações mais precisas, como a qualidade da refeição e o tipo de restaurante em questão, ou seja, se era frequentado por classes mais ricas ou mais populares. De qualquer forma, essa comparação já nos fornece uma pista de que o preço da edição do jornal não era caro, apesar de ser um empreendimento audacioso e, em se tratando da especialidade esportiva, que transitava em um mundo de efemeridade empresarial, apesar de sua importância cultural e social.

Quanto ao conteúdo editorial do jornal, vamos compreender quais eram os principais temas de debate que o *JS* se propôs a discutir em seus editoriais inaugurais.

Na segunda edição, de 16 de março de 1931, o *JS* criticava a legislação existente para a prática de futebol pelos clubes. Esse conjunto de regulamentos, criado pela Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA) — agremiação que

²⁵ *Jornal dos Sports*, n. 03, Rio de Janeiro, 16 de março de 1931.

reunia os clubes de futebol e organizava campeonatos oficiais —, ainda era, mesmo no início da década de 1930, rigoroso com as práticas comerciais existente, principalmente as que envolviam clubes e jogadores.

No caso, a questão central era em relação à transferência de jogadores para outros clubes. Segundo a legislação vigente, a determinação era de que os atletas tinham de ficar no período mínimo de dois anos no segundo quadro do novo clube até que pudessem ser utilizados no primeiro quadro. Cabe explicar que o segundo quadro era formado por jogadores mais jovens, ainda em experiência, ou por reservas, que não tinham qualidade técnica para jogar no primeiro quadro. O *Jornal dos Sports*, contrário à divisão dos jogadores em grupos, pois julgava-a como indutora à criação de um esporte menos dinâmico, informava em seu editorial:

(...) Que se exija do jogador transferido um anno de permanência no segundo quadro, até certo ponto se tolera e há razões que podem, em alguns casos, justificar a medida. Não nos parece cabível que se imponha a um jogador que se não adaptou num novo club a condição de figurar dois annos no segundo quadro, (...) hypothese de outra transferencia.

Isto é tirar o estímulo dos jogadores e negar-lhes o direito de ascender, de elevar-se ao quadro principal.²⁶

Apesar de os clubes pertencerem à AMEA e, juntos, organizarem campeonatos e regulamentos, muitas vezes não respeitavam o que havia sido acordado em atas e reuniões das associações. Se era importante organizarem-se e planejarem enquanto grupo, no dia a dia prevalecia o interesse maior de cada clube individualmente.

O impedimento da transferência imediata de jogadores ainda era um resquício das décadas anteriores, quando se buscava garantir que o futebol só pudessem ser praticado pela elite, os considerados legítimos *sportsmen*. Tornar esse esporte comerciável era uma chaga que deveria ser abominada no meio dos esportes amadores.

No entanto, no início da década de 1930 os clubes já mantinham vários

²⁶ “As inscrições dos amadores na AMEA”, *Jornal dos Sports*, n. 02, Rio de Janeiro, 16 de março de 1931, coluna Críticas e Sugestões, P. 2. Optamos, ao citar o texto do JS, por manter a grafia original, com o objetivo de preservar a linguagem da época e suas formas de expressão.

jogadores contratados, apesar da proibição vigente quanto ao profissionalismo, e a transferência se tornava uma consequência real para essa nova relação clubes-jogadores. Não por acaso, o amadorismo no futebol dos grandes clubes findaria oficialmente em 1933.

O *JS*, então, apesar de declarar suas ressalvas, apoiava um futebol mais dinâmico e moderno, e, para tanto, era necessário atualizar a legislação esportiva em adequação à realidade dos novos tempos.

Se a rigidez e o comprometimento com o passado elitista eram alvos de crítica do jornal, estes não estavam relacionados com a obrigatoriedade de um associativismo esportivo. Muito pelo contrário: no editorial do dia 18 de março de 1931 (edição de número 4), intitulado “Precisamos de entidades especializadas!”, o jornal reclamava da falta de entidades comprometidas com os esportes no Rio de Janeiro.²⁷ O *JS* chegava a falar de uma grande defasagem em relação ao estado de São Paulo e a outros países até. Para o jornal, era muito importante que essas entidades pudessem dar uma atenção maior às diversas modalidades de práticas desportivas que estavam sendo exercidas no Rio de Janeiro. Citava-se ainda o atletismo como principal vítima da falta de estímulo e recursos, e dizia-se que alguns pessimistas acreditavam que os demais esportes (exceção ao futebol) poderiam sucumbir na cidade.

Dessa forma — de maneira um tanto quanto dramática —, o jornal compreendia que a prática de esportes deveria passar por um modelo de organização, com criação de entidades e associações, com regras e legislações específicas, mesmo que estas viessem a sofrer críticas do próprio *JS* e da sociedade. Mais do que valorizar a disseminação do esporte pelos subúrbios cariocas e pelas classes menos favorecidas, era preciso, sobretudo, organização, disciplina e um mínimo de planejamento para que as atividades pudessem se desenvolver.

O jornal construiu um discurso de defensor dos esportes, procurando, na maior parte das vezes, exigir e solicitar iniciativas do poder público, mas sempre valorizando a qualidade inata do povo brasileiro. “As qualidades naturais que possuem os brasileiros” eram apontadas como matéria-prima de grandes e possíveis resultados. Sobre esse ponto, podemos interpretá-lo, também, como a tentativa do jornal de falar quase sempre em nome da nação quando se tratava de iniciativas e projetos para esportes no Rio de Janeiro; no caso, para o aumento das competições esportivas.

O *JS*, dessa forma, tentava dar conta de uma série variada de modalidades

²⁷ “Precisamos de entidades especializadas!”, in *Jornal dos Sports*, n. 04, Rio de Janeiro, 18 de março de 1931, coluna Críticas e Sugestões, P. 2.

esportivas, apesar de o grande apelo estar voltado para o futebol. O jornal valorizava a essência dos esportes, sempre informando os leitores por meio do uso de ideias de “progresso”, “desenvolvimento”, “beleza” e “emoção”. Tais palavras seriam frequentes nas reportagens e nos editoriais do jornal.

Voltar-se para uma vida moderna, segundo o *JS*, era adotar o esporte como prática fundamental para o homem, e o dinamismo dessa nova modernidade poderia ser belo e, acima de tudo, emocionante. A racionalidade da tecnologia do meio urbano, por conta dos avanços nas áreas de transporte, comunicações, urbanização e mundo do trabalho, não contrastava com o discurso em busca da emoção que podia ser encontrada nos esportes. Pelo contrário, mais do que um paradoxo, era um casamento ideal, uma composição adequada, um relacionamento íntimo, que o homem encontrava em seu dia a dia. Quanto mais depressa o brasileiro pudesse reconhecer essa nova integração, mais rápido se desenvolveria.

A questão da valorização da brasilidade voltaria a ser destacada no editorial do dia 22 de março de 1931. Nesta edição o *JS* exaltava uma história recente dos esportes aquáticos brasileiros, quando o Brasil possuía uma hegemonia na América Latina. Faz menção, inclusive, aos Jogos Latino-Americanos ocorridos em 1922: “É oportuno lembrar que as nossas victorias em water polo foram obtidas por “scores” elevadissimos, que tornaram inadmissível qualquer duvida sobre a nossa superioridade.”²⁸

Todavia, no início da década de 1930 (no caso, 1931), o *JS* criticava a atuação brasileira diante dos adversários sul-americanos, informado que o Brasil havia perdido o posto para Argentina e Chile: “Ou os nossos *sports* aquaticos entraram num período de declínio ou os nossos vizinhos progrediram de modo excepcional, de forma tal que não nos foi possível acompanhá-los.”²⁹ No entanto, o tom ufanista e nacionalista daria conta da continuação da posição do jornal diante deste problema: “Não nos interessa pesquisar, no momento, as causas que nos impossibilitaram de seguir os argentinos e chilenos, na sua brilhante ascensão, não nos restando duvida é que ella não deve ser atribuída à incapacidade dos nossos homens.”³⁰

O jornal procura transitar entre a crítica do desempenho dos atletas brasileiros, porém sem questionar a sua qualificação, valorizando ao máximo o esforço de “nossos homens”, o que era um símbolo da própria ideia de representação da brasilidade nos esportes.

²⁸ “Os brasileiros no Campeonato Sul Americano de Remo”, *Jornal dos Sports*, n. 06, Rio de Janeiro, 22 de março de 1931, Coluna Críticas e Sugestões, P. 2.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

Ainda neste editorial, ocorre um breve informe sobre o Campeonato Sul-Americano de Remo, ocorrido no Uruguai (nas águas históricas do Rio do Prata). E, mais uma vez, a apelação ao sentimento nacionalista é verificada quando o jornal informa que:

Maiores não poderiam ser as esperanças que depositamos nos remadores brasileiros. Aqui, ficamos confiantes em que os nossos destemidos patricios tudo saberão fazer para elevar o renome do Remo Brasileiro. Eles poderão perder, mas antes esgotarão as suas ultimas energias, com o pensamento voltado para a Patria distante.³¹

A competição sul-americana de remo é informada como sendo um momento perfeito para que o Brasil reassumisse o trono dos esportes aquáticos no continente. Mais do que um torneio, era a chance de elevar o nome da pátria brasileira e de sua gente. Se, hoje, é relativamente fácil percebemos isto, ao longo da história recente brasileira, em momentos de Copa do Mundo de futebol, naquele momento, não o era.³² Não por acaso, as palavras Remo Brasileiro e Patria estão destacadas no texto com letras maiúsculas, pois o jornal queria criar uma identificação direta entre as mesmas. Para o *JS*, naquele momento, a “Patria” estava sendo representada pelos remadores, suas armas eram as pás de remo, e o palco da batalha era o Rio do Prata.

Se no passado recente, os brasileiros derramaram seu sangue neste rio, agora, era hora do suor e das “últimas energias” destes representantes da pátria, heróis da construção da brasilidade esportiva. Tendo a expectativa de vitória merecida a atenção do *JS*, o que não dizer da confirmação da mesma, o que é publicado em 23/03/1931, na primeira página do jornal:

Salve, brasileiros! Estuante de patriotismo, sentindo vibrar em nós, a alma heroica do nosso povo, regosijamo-nos imensamente, hontem.

Sentimos, como nunca, o orgulho de ser brasileiros, de haver nascido ao abrigo dessa Patria grandiosa de predestinados!

A pujança de uma raça privilegiada de homens fortes, evidenciou-se, hontem, ainda uma vez. Nas aguas remansosas do Pra-

³¹ Ibidem.

³² Outras manifestações semelhantes podem ser destacadas no período da Primeira República, como a disputa e a conquista dos Campeonatos Sul-Americanos de Futebol de 1919 e 1922.

ta, duas guarnições nossas, triumpharam com quanta galhardia, como maior não era possível. Numa competição em que a vitalidade de nossa raça se comprovou, os Brasileiros conquistaram as honrarias da victoria, em duas das tres provas em que competiram.

O vigor dos nossos musculos, synthetizado nas nossas representações, sobrepujou, com brilhantismo inexcedivel, os seus competidores.

Duas guarnições nossas, impellindo com excepcional ardor, os seus barcos, olhos postos na Patria distante, onde os corações palpitavam ansiosos, singraram as aguas, celeres, sem conhecer esmorecimento e, lindamente, attingiram a meta gloriosa da victoria.

Brasileiros! Homens que venceram! Brasileiros! Remadores que elevaram o nome da Patria! Jornal dos Sports, interpretando o sentimento do nosso povo, sauda-vos com effusão! (...) ³³

O jornal que defendera os atletas brasileiros na véspera da competição, festejaria a vitória da pátria (sempre impressa com letra maiúscula, assim como “Brasileiros”), com esta primeira página digna de qualquer intelectual ufanista. Palavras interessantes como “predestinados” e “guarnições” nos chama a atenção. A primeira por se tratar de uma forma de expressar uma qualidade da nação brasileira: a de antevisão do sucesso, a de um povo que tem e terá tudo para “dar certo”, apesar das dificuldades. A segunda, por fazer referência, mesmo que leve, a um estado de luta, de guerra, de defesa da pátria.

Várias outras palavras e expressões enaltecem a vitória brasileira, de forma nacionalista, como “galhardia”, “orgulho”, “alma heroica”, “brilhantismo inexcedivel”, etc. Outras são usadas para a construção de um discurso comprometido com a emoção, como “corações palpitantes”, “singraram as aguas”, “meta gloriosa da victoria”. O texto do *JS* chama o leitor a participar da vitória e tornando-o mais do que um espectador, um participante também do resultado maior. A pátria, então, é valorizada ao seu extremo, e, levava-se em conta, que a conjuntura política brasileira remontava a um Estado de reconstrução, de criação ou reafirmação de uma identidade nacional.

Cabe analisar também o uso da palavra “raça” (usada por duas vezes) para

³³ “Os brasileiros campeões sul-americanos de remo”, *Jornal dos Sports*, n. 07, Rio de Janeiro, 23 de março de 1931, P. 1.

chamar a atenção e para valorizar a formação do tipo brasileiro, um povo miscigenado e voltado para vitórias cada vez maiores. A força de nosso povo (“raça privilegiada de homens fortes”) estaria, dentre outras origens, na nossa mistura, na capacidade de adaptação (assim foi com a assimilação do futebol inglês e, depois, elitista das classes mais ricas), na natureza de desenvolver grandes resultados por meio da prática dos esportes.

O jornal, todavia, acreditava que ainda existia um fosso separando o sucesso que os esportes alcançavam na população e o interesse dos dirigentes políticos pelo assunto, já que nesta mesma edição lembrava, em seu editorial, sobre a importante visita do príncipe de Galles ao Brasil. O *JS* exaltava esta visita e identificava neste governante um ideal de dirigente, assim com em outros, todos europeus), por conta de seu apreço pela prática desportiva. Segundo o jornal,

Nota-se na quase totalidade dos nossos dirigentes, uma accentuada ogerisa pelos sports. Indivíduos rachiticos, enfesados, anêmicos, alguns até intellectualmente, não supportam aquelles cuja robustez physica se faz notar, aquelles que se tornam mercedores de applausos pelas suas manifestações de vitalidade.³⁴

O *JS*, nesta passagem de seu editorial, enfatiza a visita de um governante europeu às terras brasileiras, porém, mas do que um exercício de colunismo social, a grande motivação do periódico, ao retratar tal fato, se deu por conta da crítica ao comportamento dos dirigentes políticos brasileiros diante da importância que os esportes adquiriu nos últimos anos.

As palavras do jornal, inclusive, denotam um discurso eugênico, ao citar as capacidades físicas e intelectuais dos políticos brasileiros. Ser raquítico e anêmico, por exemplo, impediriam estes dirigentes de enxergar a beleza e os valores morais, além dos resultados saudáveis para o corpo humano, que os esportes poderiam trazer para a nossa sociedade.

Comportamento político e característica física se misturam neste argumento de valorizar a prática esportiva e cobrar mais atitude e interferência positiva na organização dos esportes no Brasil.

O jornal enfatizava a rivalidade entre cariocas e paulistas, porém, procurava

³⁴ “Uma lição expressiva ministrada pelo príncipe de Galles aos nossos governantes”, *Jornal dos Sports*, n. 07, Rio de Janeiro, 23 de março de 1931, Coluna Críticas e Sugestões, P. 2.

construir um tom de neutralidade ao informar que o mais importante nesta contenda era unir forças em prol do Brasil, pois apesar da disputa regional, todos eram brasileiros. Ao apresentar a ideia de um fim patriótico, o *JS*, em mais uma oportunidade, se posicionava favoravelmente em defesa da pátria, da união, da conciliação, alinhando-se à ideologia do Estado de Vargas que governava, naquele momento, de forma provisória.

Desta forma, o *JS* escrevia que:

Com destino a São Paulo, seguiu viagem hontem, a representação carioca de atletismo que vae competir com os atletas paulistas. A luta que se vae travar entre paulistas e cariocas é interesantíssima e se reveste de especial importância de vez que são provas eliminatórias para formação do quadro que representará o Brasil no Campeonato Latino Americano de Athletismo. Todo sportman é sempre dominado pelo desejo de vencer e esse desejo se torna maior, agiganta-se quando da victoria resultará a missão honrosíssima de representar a Patria estremecida. É fácil de imaginar, pois, o esforço extraordinário que empregarão paulistas e cariocas para conquistar o triumpho, dando ás provas, um relevo inusitado, tornando-as sensacionaes.

Jornal dos Sports, que vê nas competições esportivas um elemento decisivo de aproximação dos povos, um factor admiravel de confraternização, confia plenamente em que sucesso sem par ha de coroar a competição. Lutando pela conquista da victoria, paulistas e cariocas lembrar-se-ão, antes de mais de que são brasileiros, filhos da mesma grande Patria (...), os atletas da Guanabara e do Tieté empregarão o maximo de seus esforços para a obtenção do triumpho, num louvável desejo de perfeição, de ver o atletismo brasileiro condignamente representado no grande certamen continental.

Acima dos seus interesses pessoais e do seu bairrismo, cada um saberá collocar os altos interesses da nacionalidade.

Jornal dos Sports no momento em que se seleccionam os elementos que devem formar a representação nacional, não vê paulistas nem cariocas: contempla apenas brasileiros irmanados num campo de sports. O nosso desejo maior é que triumphem realmente os melhores, cariocas, ou paulistas, para que a representação brasileira seja, em verdade, uma expressão exacta do

nosso poderio sportivo, possa dar uma idéia da capacidade dos nossos homens.

Acima de tudo, de clubismo ou de bairrismo, cumpre pensar no nome do Brasil, nas gloriosas, invejáveis tradições dos nossos sports.³⁵

Mais uma vez, em um editorial do mês inaugural do próprio jornal, o *JS* enfatizava a questão da pátria e de como os interesses estaduais e regionais (os “bairrismos”) deveriam ser colocados, neste momento, de lado. As palavras “Patria” e “nacionalidade” são utilizadas para expressar o discurso ufanista e alinhado com o Estado varguista, mesmo que de forma discreta.

É interessante perceber, também, que o jornal deixava bem claro que se posicionava de forma neutra, apesar das diversas matérias cotidianas que exaltavam aos atletas e clubes cariocas, em detrimento dos paulistas. Dizer-se neutro, todavia, apesar de ser uma peça de discurso retórico de qualquer imprensa, significava dizer, naquele momento, que era preciso que os esportes também estivessem alinhados com o novo projeto de Estado e de sociedade brasileiros.

Apesar da disputa, a união; da força dos estados, a pátria. Além disto, a necessidade de conciliação entre paulistas e cariocas no campo dos esportes (o que se estendia no campo político) não apagava a própria característica do esporte, o desejo pela vitória, o entusiasmo causado pela rivalidade esportiva, o esforço a ser recompensado etc. O jornal, portanto, construía um discurso que pudesse dar conta desta dualidade entre união e rivalidade, enfatizando, de acordo com a postura ideológica e editorial do *JS*, ora um, ora outro.

Para disseminar os valores esportivos e patrióticos, todavia, era preciso investir na educação escolar e infantil, o que seria bastante explorado no governo Vargas, principalmente com as reformas educacionais promovidas, a partir de 1934, por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública.

Sobre este ponto temos um significativo editorial, escrito para a edição do dia 28/03/1931, e que exaltava a importância da prática desportiva entre as crianças:

Em todos os paizes adeantados, dispensam-se cuidados espe-

³⁵ “As Eliminatórias para o Campeonato de Athletismo”, *Jornal dos Sports*, n. 10, Rio de Janeiro, 27 de março de 1931, Coluna Críticas e Suggestões, P.2.

ciaes com a educação da infância. (...) Nos paizes cultos, a educação da infância. (...) Nos paizes cultos, a educação da infancia é encarada sob o tríplice aspecto: physico, intelectual e moral. A creança doente, que não mantem o seu organismo em estado de hygidez, não póde dedicar-se aos estudos com real aproveitamento e aquelle cujo character não se formou num ambiente de moral sadia, não será um homem digno.

Na Inglaterra, na Allemanha, nos Estados Unidos, na Hollanda, na Austria, na Hungria, vemos uma infancia sadia, forte bem disposta, robustecida pela pratica constante dos sports.

Nos paizes citados, os campeonatos sportivos despertam um interesse extraordinário e concorrem admiravelmente para a formação de um povo forte, que sabe lutar e vencer, sem esmoecimento, sem escassez de energias.

Os resultados obtidos pela infancia com a pratica dos sports nos paizes vanguardeiros da civilização têm sido os mais benéficos possíveis. Não fosse isso real e, certamente, nos alludidos paizes já se teriam tomado medidas prohibitivas contra a pratica dos sports pela infancia. Entretanto, o que vemos são os governantes e os medicos empenhados justamente em intensificar esse regimen, procurando attrahir cada vez mais as creanças para os sports. Na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Allemanha, etc, temos o spectaculo deslumbrante de creanças de 10 e 12 annos, disputando competições sportivas, habituando-se a lutar, a vencer ou perder com dignidade.

(...) Precisamos aqui cuidar com desvelo do robustecimento da nossa infância, attrahindo-a para os campos de sports. No Uruguay, as “Prazas de sports” e nos Estados Unidos os “Player grounds” produziram resultados surprehendentes. Urge, sejam creados aqui, campeonatos infantis de football, de natação, de atletismo, de basketball. A creançada que seja submetida a exame medico e aquelles cujos organismos permitta, que sejam levados a dedicar-se aos sports fortalecendo cedo o seu organismo para as lutas que advirão. É obra sadia de patriotismo concorrer para o desenvolvimento da infância. (...)³⁶

³⁶ “Robustecemos a infância”, *Jornal dos Sports*, n. 11, Rio de Janeiro, 28 de março de 1931, Coluna Críticas e Sugestões, P.2.

O *JS* comparava, então, que o desenvolvimento social alcançado por outros países, em sua maioria mais ricos, passava pela relação fértil destes com o compromisso de estabelecer políticas públicas voltadas para a educação infantil e, em especial, uma política que valorizasse a educação pelo esporte.

Sinal de desenvolvimento e de modernidade, a educação pelo esporte, garantiria, inclusive a formação de um “povo forte”. O nosso atraso, portanto, seria explicado, também, por não termos uma atenção especial para o trinômio educação-esporte-infância. Poderíamos incluir, tendo como base o documento supracitado, mais uma palavra: a “saúde”. Ao citar a atuação de médicos, naqueles países desenvolvidos, fica evidenciado que os esportes seriam capazes de envolver a saúde e a educação públicas, tendo como objetivo final a formação de uma raça mais desenvolvida e forte.

Além disto, mais uma vez, agora em outro contexto, a questão do espaço público é colocada em xeque pelo *JS*, já que as praças e praias eram territórios privilegiados para a divulgação e desenvolvimento dos esportes, fugindo bastante do elitismo do espaço privado, exemplificados pelos clubes e associações desportivas.

Por fim, e não menos importante, a frase final do texto supracitado é exemplar, pois, uma vez mais, identificava-se o campo de atuação dos esportes como um espaço para a discussão da nacionalidade e do patriotismo.

Desta forma, o *Jornal dos Sports* encontrava, em seu discurso diário, um campo para divulgação e reflexão acerca da importância que os esportes iriam tomando no imaginário social e cultural do carioca.

Em resumo, o que temos, então, nesse casamento entre imprensa e esportes, é a possibilidade de alcançar novos espaços simbólicos e culturais de atuação de uma sociedade que se propõe moderna, não apenas em termos tecnológicos e industriais, mas no entendimento e na construção de um mundo mais frenético, dinâmico e ditado por um outro ritmo. Um ritmo onde a relação tempo e espaço já não era mais a mesma, onde os esportes teriam, definitivamente, a partir de então, um *locus* privilegiado na mentalidade cultural do carioca e do brasileiro.

Um casamento múltiplo, a bem da verdade, se levarmos em conta as diversas faces da imprensa (grande, pequena, jornal-empresa, especializada ou não) com as várias manifestações e modalidades esportivas (principalmente, no início do século XX, o turfe, o remo e o futebol). Portanto, esta aliança renderia filhos prósperos com o nascimento de uma identidade coletiva, forjada a partir de uma visão de sociedade mais moderna, ágil, dinâmica, saudável e, por certo, esportiva. A imprensa ao noticiar este novo nicho de interesse do público (leitor ou não), criava, então, um campo de publicização de códigos e valores que identificavam os

esportes e o próprio modelo de indivíduo desta sociedade.

Enfim, o *Jornal dos Sports*, no início da década de 1930, largava na frente dos demais periódicos esportivos e adotava um discurso em tom de campanhas diversas, porém tendo a saúde, os esportes, a educação e a própria formação de povo brasileiro, como temas relevantes.

Imprensa, anunciantes e OCIAA no front de guerra (1942-1945)

Érica Gomes Daniel Monteiro*

Com a eleição de F.D. Roosevelt (1933), iniciou-se uma mudança nas relações políticas entre os Estados Unidos e a América Latina, deixando de lado as intervenções militares e inaugurando a Política da Boa Vizinhança, que promoveu a difusão de padrões de comportamentos e a vinda de personalidades norte-americanas para a América Latina, assim como a exportação de artistas latino-americanos para os EUA. A política externa do Estado norte-americano buscava, sobretudo, consolidar o alinhamento da América Latina e afirmar-se como centro hegemônico do continente. Diante do estreitamento das relações comerciais e da influência político-ideológica entre os países latino-americanos (como o Brasil) e a Alemanha, o governo norte-americano percebeu que, para se estabelecer como centro hegemônico do continente, seria necessário combater o crescimento da presença alemã em países da América Latina.

Assim sendo, gradativamente a postura norte-americana de ação pela força foi alterada por ideias de cooperação e reciprocidade. A Política da Boa Vizinhança converteu-se em um mecanismo de troca de mercadorias, valores e solidificação de apoio político.

A criação, em 16 de agosto de 1940, de uma agência estatal subordinada ao Conselho de Segurança Nacional comprova a necessidade dos Estados Unidos de se aproximarem da América Latina. Essa agência chamou-se, primeiramente, Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, e um ano depois passou a ser denominada Office of the Coordinator of Inter-American Affairs,¹ ficando conhecida no Brasil como Birô Interamericano. O nome para comandar a agência foi alvo de intensas disputas, sendo, no entanto, sua coordenação entregue a Nelson Rockefeller, homem de negócios que tinha contatos entre os principais representantes das grandes firmas norte-americanas. Sua escolha provavelmente levou em consideração o papel de mediador que ele poderia desempenhar, o que ficou evidente na montagem do grupo que iria gerenciar o Office: Rockefeller escolheu como auxiliares homens de sua confiança, pertencentes aos grandes grupos econômicos de seu país.

* Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado que realizo junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Fico, com bolsa do CNPq.

¹ DONALD, W. Rowland (org.). *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs – Historical Report on War Administration*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1947. P. 2.

O OCIAA tinha as funções de coordenar os projetos dos Estados Unidos no âmbito das relações econômicas e culturais com a América Latina, fomentar a colaboração hemisférica com os países latino-americanos, combater a presença nazifacista e resguardar o mercado para as indústrias norte-americanas.

Essa aproximação gerou um ambiente favorável que facilitou a receptividade dos produtos norte-americanos, como a versão em português da revista *Reader's Digest*. O Departamento de Estado dos Estados Unidos, acreditando que a revista poderia ser de grande auxílio na divulgação do estilo de vida estadunidense e ajudar o governo a captar a colaboração dos países latino-americanos no combate ao crescimento de grupos nazistas na América Latina, sugeriu a Willian De Witt Wallace que promovesse uma versão da revista para povos de língua hispânica do continente americano.² Embora a revista não fizesse oficialmente parte dos projetos do OCIAA, manteve relações com esse órgão e contribuiu ativamente para o esforço em prol da Política da Boa Vizinhança.³

A revista *Reader's Digest* foi criada nos Estados Unidos em 1922, pelo casal Roy Willian De Witt Wallace e Lila Acheson Wallace. Aproveitando-se do sucesso ocorrido nos Estados Unidos, a *Reader's Digest* começou a expandir-se, investindo em versões internacionais. Para analisar a viabilidade do lançamento de uma edição destinada ao público latino-americano, Wallace enviou à América Latina dois especialistas em mercado, que iriam diagnosticar o perfil do público, bem como seu poder aquisitivo.⁴

Em dezembro de 1940, foi lançada a versão em espanhol da *Reader's Digest*, intitulada *Selecciones del Reader's Digest*, cujo sucesso, no entanto, dependeu muito das cotas de anúncios, pois o preço de venda era baixo – diferentemente da edição norte-americana.

Nesse contexto, Nelson Rockefeller, coordenador do Office, solicitou a criação de uma versão em português, acreditando que ela seria de grande ajuda no esforço de divulgação da Política da Boa Vizinhança. Tal postura pode ser claramente justificada pelo fato de o OCIAA procurar diferentes veículos para a propagação dessa Política. Como a *Reader's Digest* era uma revista que ressaltava em suas páginas o *american way of life*, Nelson Rockefeller provavelmente acreditava que sua veiculação em todos os países da América Latina seria um espaço privilegiado para

² CANNING, Peter. *American Dreamers. The Wallace and Reader's Digest: An Insider's Story*. Nova York: Simon & Schuster, 1996, parte 3. P. 91.

³ MESQUITA, Silvana de Queiroz Nery. *A política cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

⁴ JUNQUEIRA, Mary. *Ao sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.

se conquistar a simpatia e a colaboração das pessoas pelo governo norte-americano.

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira dos grandes centros urbanos passou a se familiarizar com o *american way of life*, veiculado nos filmes e nas propagandas de produtos do país.⁵ A proximidade dessa cultura, construída com grande participação dos meios de comunicação, foi, sem dúvida, fundamental para a boa receptividade entre os brasileiros da versão em português da *Reader's Digest*, aqui intitulada *Seleções do Reader's Digest*. A primeira edição foi lançada em fevereiro de 1942, com uma tiragem de 100 mil exemplares, e a aceitação foi muito grande entre os leitores brasileiros.

Em 1942, o OCIAA formulou um projeto intitulado *Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics*,⁶ organizado em conjunto com os departamentos de Comércio, do Tesouro e de Estado, além de agências governamentais, sugerindo que os industriais, os comerciantes e os exportadores norte-americanos não deixassem de anunciar, apesar das dificuldades de se atenderem os pedidos no período da guerra, e que em suas mensagens publicitárias divulgassem comunicações que remetesse à Política da Boa Vizinhança. O objetivo era convencer as grandes empresas norte-americanas a anunciar, mesmo que não pudessem ter um retorno imediato. Nesse período de intempéries, o OCIAA salientava que era necessário fazer com que seus nomes não fossem esquecidos, garantindo assim reserva de mercado para o pós-guerra.

Podemos perceber que a partir de 1942 os anúncios de empresas norte-americanas na América Latina em diversos meios de comunicação, como jornais e rádios, começam a ter uma queda acentuada. A entrada dos Estados Unidos no conflito mundial, em 1941, fez com que muitas empresas convertessem suas produções para o esforço de guerra. Grande parte dos produtos que eram anunciados, como geladeiras, lava-roupas e outras mercadorias industrializadas, não era obtida com facilidade.

No intuito de viabilizar o projeto, o coordenador Nelson Rockefeller enviou correspondência, em junho de 1942, ao Departamento do Tesouro, pedindo que os gastos de anunciantes norte-americanos com propaganda realizada em jornais e estações de rádio latino-americanos fossem considerados despesa dedutível na declaração de imposto de renda. Pediu também que, se possível, aquele departamento lhe enviasse uma carta falando sobre a isenção concedida, que serviria para

⁵ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil – A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶ Esta documentação encontra-se no National Archives and Administration Records (NARA – Maryland – EUA); contudo, parte dela foi copiada e trazida para o Brasil por Gerson Moura, estando arquivada no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas/RJ (FGV).

ele comprovar a dedução às companhias norte-americanas.⁷

Segundo essa mesma carta, o Office estava ansioso para que a propaganda das empresas dos Estados Unidos continuasse a ser feita durante a guerra, por dois motivos: era necessário solidificar as marcas de seus produtos em outras repúblicas americanas, levando em consideração que a disputa por esses mercados tenderia a aumentar no pós-guerra; e a propaganda feita por exportadores norte-americanos durante a guerra poderia contribuir para explicar as razões da escassez de alguns de seus produtos, fazendo com que a população se solidarizasse com o esforço de guerra e assim se empenhasse em conservar os artigos. Como um subproduto importante desse esforço, ainda na correspondência o Office salientava ao Departamento do Tesouro que esperava que os jornais e as estações de rádio dos países das Américas do Sul e Central que atuavam ativamente na promoção da amizade interamericana e na disseminação de informações providas por aquele escritório continuassem recebendo renda de propaganda suficiente para manter essa operação.

Dessa maneira, podemos perceber que a formulação do projeto *Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics* – que doravante será referido apenas como *Advertising Project* – tinha como escopo alcançar objetivos amplos de múltiplos interesses, na medida em que a consolidação das empresas norte-americanas e de seus produtos no mercado latino-americano se faria juntamente com a divulgação dos ideais de colaboração hemisférica, cabendo à propaganda comercial o papel didático de ensinar a conservar produtos e, sobretudo, de solidificar ideologias de reciprocidade entre os Estados Unidos e a América Latina e de contribuir para a sustentação das empresas latino-americanas, que dependiam da publicidade para sobreviver. Para a elaboração do *Advertising Project* foram realizados estudos que envolveram praticamente todos os departamentos da Divisão de Comunicação. O documento elaborado pelo OCIAA sobre o *Advertising Project* foi apresentado em agosto de 1942. Nele, o Office ressaltava que aproximadamente quinhentos fabricantes dos Estados Unidos de empresas interessadas no comércio exterior já haviam sido contatados por seu escritório.⁸

O Office acreditava que, como muitas indústrias norte-americanas se haviam convertido ao esforço de guerra e haviam tido dificuldades para manter a exportação para outras repúblicas americanas, a idealização do *Advertising Project* vinha ao encontro da necessidade dessas fábricas de conservar os mercados por elas conquistado, o que se daria graças a um maciço investimento em propaganda. Por outro lado, tal projeto seria uma forma de o governo norte-americano pôr em prática a Política da Boa Vizinhança, utilizando a publicidade comercial.

⁷ FGV, CPDOC, IAA, 390715.

⁸ FGV, CPDOC, IAA, 390715.

Assim sendo, tal projeto foi gestado em cooperação com os Departamentos de Comércio, do Tesouro e de Estado e outras agências governamentais. Houve reuniões entre os representantes do Departamento de Comércio e os fabricantes para explicar os detalhes do programa, informando-lhes, por exemplo, como os gastos com anúncios que estivessem de acordo com os propósitos estabelecidos pelo Advertising Project poderiam ser dedutíveis do imposto de renda. Tal informe sobre essa dedução, ratificado na documentação analisada, demonstra que a solicitação feita por Nelson Rockefeller ao Departamento do Tesouro, sobre a possibilidade de tal dedução de imposto das despesas dos anunciantes comprometidos com o Projeto foi atendida, o que evidencia que o governo norte-americano não mediu esforços para a implementação daquele projeto e reconhecia sua importância no contexto da Segunda Guerra Mundial.

O OCIAA teve de empreender uma divulgação do Advertising Project entre as empresas norte-americanas, a fim de colocá-las a par dos seus meandros e de convencê-las de sua viabilidade econômica e da sua relevância político-ideológica para os EUA. Demonstrou, também, que o apoio ao projeto era um dever patriótico dos exportadores norte-americanos e uma solução para assegurar seus gastos com a propaganda comercial, além de afiançar o mercado latino-americano, tanto naquele momento como, sobretudo, quando a guerra findasse. É necessário destacar que os funcionários do Office não utilizavam em seus documentos de divulgação a palavra *propaganda*, numa tentativa de minimizar sua ação nesse setor e contrapor-se à ofensiva propagandista declarada praticada pelos alemães.

A análise da documentação do Office deixou claro que o Advertising Project foi estratégico e deveria ser posto em ação com cautela. Sua divulgação e, principalmente, sua execução entre as agências de publicidade e os exportadores norte-americanos tinham de ser feitas de forma cuidadosa. Ao entrarem em contato com firmas e agências de confiança, os representantes do OCIAA buscavam evitar que as informações do projeto fossem descobertas por seus inimigos.

Num período em que a espionagem era prática constante, o Office, sem dúvida, temia, sobretudo, que a descoberta dos planos do governo norte-americano pudesse manchar a imagem cordial que vinha sendo por ele construída na América Latina, por meio da Política da Boa Vizinhança.

Como poderemos perceber nos anúncios publicitários das firmas norte-americanas, as agências abusavam da criatividade na implementação do Advertising Project, destacando slogans que remetiam à união das Américas e aos ideais democráticos; tentavam também sempre expor um conteúdo que sublimasse os reais objetivos ideológicos da propaganda comercial, enfatizando as novidades da indústria norte-americana, que transformariam o cotidiano das sociedades e divul-

gariam o estilo de vida do povo dos EUA.

Sem dúvida, os documentos do Office nos permitem ter uma percepção das várias parcerias estabelecidas para a consolidação do Advertising Project. O apoio financeiro de instituições bancárias e de empresas de grande capital, como a RCA Victor e a Standard Oil, essa de propriedade da família Rockefeller, dava sustentação e credibilidade ao projeto.

Nos anúncios publicados na revista *Seleções* entre os anos de 1942 e 1945, por mim pesquisados, fica patente a supremacia do número de propagandas das firmas acima elencadas pelo memorando e pela divulgação neles feita das premissas políticas da Boa Vizinhança, propagadas pelo OCIAA.⁹

Em carta enviada a Summer Welles, secretário de Estado do governo norte-americano, o coordenador Nelson Rockefeller salientava a importância de que ele acompanhasse os progressos obtidos pelo Advertising Project na imprensa sul-americana.¹⁰

Summer Welles, ciente da carta endereçada às empresas norte-americanas anunciantes na América Latina e da cooperação dessas com o plano formulado pelo OCIAA, recomendou que as mensagens publicitárias de tais organizações não fossem creditadas a qualquer fonte governamental ou mesmo ao Comitê do Office.

Em circular enviada aos diplomatas norte-americanos em missão nas repúblicas americanas, foi solicitado que se fizesse uma cópia da correspondência para os principais diretores de divisões e seções do Office. Summer Welles salientou que era necessário remover rótulos oficiais ou linhas de crédito de qualquer material distribuído a anunciantes e dar outros passos apropriados para evitar a implicação do governo dos Estados Unidos em qualquer propaganda comercial envolvida nesse programa. Além disso, era preciso colocar um suplemento à carta que fora enviada pelo Sr. H. Walter Blumenthal, do Escritório do Coordenador, aos divulgadores americanos explicando tal recomendação.¹¹

Assim, podemos perceber que o governo dos EUA não queria que fosse abertamente divulgada sua vinculação ao Advertising Project organizado pelo Office, objetivando demonstrar que o projeto era uma iniciativa dos exportadores e dos industriais norte-americanos com negócios na América Latina, que necessitavam anunciar seus produtos e fomentar a demanda por consumo apesar dos transtornos gerados pela Segunda Guerra Mundial.

A propagação da Política da Boa Vizinhança nos anúncios publicitários, por

⁹ FGV, CPDOC, IAA, 390715.

¹⁰ FGV, CPDOC, IAA, 370715.

¹¹ FGV, CPDOC, IAA, 390715.

meio de slogans ou textos que exaltavam o esforço de guerra dos Estados Unidos, a consolidação da liberdade e da democracia na América Latina e a união das repúblicas americanas, devia-se apenas ao patriotismo dos exportadores norte-americanos que atuavam na América Latina, os quais estavam somente dando sua parcela de colaboração para o combate aos inimigos do governo norte-americano.

Para viabilizar seus objetivos, o OCIAA buscou estabelecer contatos com agências de propaganda possuidoras de cotas de empresas dos EUA que anunciavam na América Latina, com o intuito de que elas pudessem ser um elo entre os objetivos traçados pelo Office no Advertising Project e os anunciantes norte-americanos.

O Office sugeria aos anunciantes exemplos de slogans e jingles que poderiam ser desenvolvidos pelas agências e veiculados nos anúncios de seus clientes, acreditando que esses seriam meios eficazes para divulgar a Política da Boa Vizinhança. Além disso, o OCIAA pedia às agências de publicidade que lhe fossem enviados dados sobre o volume e as cópias dos tipos de anúncios utilizados por seus clientes na América Latina, indicando também em que meios eram veiculados, ou seja, informações gerais sobre como era feita a propaganda desses anunciantes. E solicitava que as agências informassem a localização dos escritórios mantidos por seus clientes nas Américas e os nomes de seus diretores, além de desejar saber se estavam trabalhando com o apoio da embaixada norte-americana local.¹²

Como exemplos de slogans a serem adotados pelos anunciantes, Elterich cita para o dono da agência o seguinte: “As Américas Unidas Vencerão”,¹³ que estava sendo utilizado por muitos exportadores norte-americanos.

Nesse documento, o representante do OCIAA ainda ressaltava que já estava comprovado que esses slogans estavam fazendo um trabalho notável na América Latina, sendo bem recebidos pela população.

Acreditamos que o Advertising Project tenha se convertido em um empreendimento que aliou, por meio da ação do governo dos Estados Unidos, os interesses da política externa americana aos objetivos econômicos das grandes empresas estadunidenses. A relação estreita entre política e economia revela a preocupação em manter uma linha de coerência ideológica, que contribuiria para solidificar uma imagem favorável dos Estados Unidos: a de um país amigo e exemplo de democracia e modernidade, a ser seguido pelos países latino-americanos.

Em carta enviada por E.A. Robbins em abril de 1942 ao diretor da Divisão

¹² FGV, CPDOC, IAA, 420602

¹³ Encontramos este *slogan* em muitos anúncios publicados em *Seleções*, entre 1942-1945, por diversas firmas norte-americanas.

de Relações Culturais do Office, o Sr. Wallace K. Harrison, eram traçadas algumas metas que deveriam ser contempladas no esforço de propaganda, tais como o desenvolvimento do respeito profundo dos latino-americanos pelos Estados Unidos, a crença de que a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial era inevitável, a convicção por parte da América Latina de que a cooperação com os Estados Unidos era essencialmente necessária, agora e no futuro, e, sobretudo, a propaganda deveria fomentar um medo real do Eixo, apresentando-o como uma ameaça para todo o continente americano.¹⁴

Nesse mesmo documento, E.A. Robbins detalhava as formas como o respeito aos Estados Unidos seria promovido e estampado nos anúncios publicitários destinados à América Latina. Sendo extremante didático em sua exposição, ele estabelece a seguinte ordem de precedência para os conteúdos a ser contemplados: o poder da Marinha e do Exército norte-americanos e sua habilidade para lutar; assim como o potencial humano, a riqueza dos recursos naturais e a capacidade produtiva dos EUA.

Deveriam também ser ressaltadas a tradição de defesa, de liberdade e de tolerância do governo norte-americano, assim como a falta de interesses imperialistas na sua postura, pois seus esforços seriam sinceros para o estabelecimento de uma sociedade melhor para todos e a existência de uma vasta cultura nos Estados Unidos. Robbins afirmava, ainda, que, para sua viabilização, o Advertising Project poderia ser dividido em conceitos abrangentes, a serem abordados nos conteúdos da propaganda norte-americana, tais como a ideia de que comercializar com os Estados Unidos era lucrativo e não competitivo e a de que a cooperação com os Estados Unidos significaria um nível de vida mais alto no hemisfério. Já a fomentação do medo em relação ao Eixo nos latino-americanos poderia ser salientada destacando-se a agressão militar e a intolerância radical e religiosa já ocorridas.

Para o representante do Office, se fossem desenvolvidos e reiteradamente repetidos esses temas nas propagandas norte-americanas destinadas à América Latina, o governo dos EUA alcançaria sucesso na divulgação da Política da Boa Vizinhança e, conseqüentemente, no combate aos partidários do Eixo.

Assim, percebemos que a escolha dos temas a serem abordados nos anúncios publicitários de empresas norte-americanas comprometidas com o Advertising Project era feita de forma cuidadosa, tendo como escopo criar representações depreciativas dos aliados do Eixo e positivas dos nortes-americanos. Fica evidente também que os objetivos político-ideológicos traçados pelo projeto deveriam ser sublimados nos textos, nos jingles e nas imagens das propagandas, e que os recursos publicitários teriam de ser capazes de exaltar a solidariedade entre os povos americanos e

¹⁴ FGV, CPDOC, IAA, 420415.

as qualidades do povo estadunidense, mostrando-o como amigo dos latinos, como defensor da liberdade e da democracia e, concomitantemente, capazes de combater os partidários do Eixo, que mantinham sob sua influência e extrema militarização países em que, dentre outros aspectos negativos, a falta de democracia era evidente.

A propaganda demonstrando as diferenças entre os Estados Unidos e o Eixo criava representações binárias e opostas, em que os norte-americanos eram os representantes do “bem”, os defensores da liberdade e da democracia, ao contrário dos outros. Os anúncios ressaltavam a missão de resguardar a cultura ocidental e de salvar o mundo, que cabia aos Estados Unidos. Já os nazistas eram descritos como representantes do “mal”, partidários do militarismo e da intolerância, que buscavam escravizar o mundo.

Para tanto, o Office não só aconselhava os anunciantes que atuavam na América Latina e as agências de publicidades como, em alguns casos, interferia diretamente na confecção das mensagens publicitárias ou dos jingles, inserindo textos e comunicações relacionados à Política da Boa Vizinhança. Desse modo, podemos perceber que o desenvolvimento da propaganda comercial na América Latina se fez estreitamente vinculada às necessidades políticas dos Estados Unidos e às econômicas das grandes agências de publicidade norte-americanas e dos seus clientes.

Com a formulação do Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics, inúmeras empresas foram contactadas, das quais as que mais se propuseram a colaborar foram a Standard Oil (esta, por pertencer ao grupo Rockefeller, foi uma das que atuaram com mais ênfase no projeto), a Coca-Cola e a RCA Victor.¹⁵

O discurso da colaboração hemisférica é um marco nas peças publicitárias das empresas norte-americanas da década de 1940. Os anúncios auxiliaram a divulgar os hábitos de consumo de massa e a cultura norte-americana no Brasil e no resto da América Latina. Desse modo, a propaganda comercial, um campo pouco explorado pelos trabalhos historiográficos que buscam analisar a Política da Boa Vizinhança, foi um veículo fundamental.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o volume investido pelas empresas norte-americanas em publicidade foi, em 1941, de 4 milhões de dólares; em 1942, de 8 milhões; em 1943, de 13,5 milhões; em 1944, de 16 milhões; e, no último ano da guerra, 1945, a soma despendida foi de 20 milhões de dólares. “Muitas vantagens se apresentavam ao anunciante, justificadas não só por bons negócios futuros, mas também por razões patrióticas.”¹⁶

¹⁵ FGV, CPDOC, IAA, 390715.

¹⁶ TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor – A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. P. 57.

Buscando visualizar como os anúncios publicitários das indústrias norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial implementaram o projeto Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republic, analisarei primeiramente duas peças publicitárias da indústria de bebidas Coca-Cola Refrescos S.A.

Foi a Coca-Cola uma das marcas que mais se popularizou no Brasil e nos demais países da América Latina, mudando os hábitos de consumo. Com o título “O convite universal”, que se repetia em quase todos os anúncios, a empresa, durante os anos de 1942 a 1945, convidava todos os latino-americanos a saborear o refrigerante. Em seu próprio símbolo comercial, o grande círculo vermelho, trazia retratado apenas o mapa do continente americano, “unido” pela palavra Coca-Cola, e ao lado uma garrafa do produto. O slogan, “unidas hoje, unidas sempre”, era, como vimos na documentação relativa ao Advertising Project, um dos sugeridos pelo projeto. Desse modo a empresa vendia o produto e passava a mensagem da aliança pan-americana.

Nota-se, em praticamente todos os anúncios veiculados pela Coca-Cola na revista *Seleções* durante o período 1942-1945, a presença de um casal que representa fisicamente os padrões do homem branco norte-americano. No entanto, para não se diferenciar tanto dos latinos, público ao qual o anúncio se destinava, o casal das ilustrações é “latinizado”, tendo a cor dos cabelos mais escura e vestido ora com trajes típicos da cultura dos países retratados, ora nos moldes norte-americanos. Já os latino-americanos, quando apareciam nos anúncios veiculados pela Coca-Cola, eram quase sempre retratados de forma estereotipada.

Tais anúncios tinham como pano de fundo algo que marcasse o país representado: um ponto turístico, uma festividade ou uma atividade específica.

O Convite Universal...
“TOME UMA COCA-COLA!”



Villa Clara Mexicana

Preço—Cr. \$1.00

No “jaripeo”—festa típica mexicana—ouve-se o cordial convite... “Tome uma Coca-Cola!” A companheira ideal, nessas horas alegres, é uma “Coca-Cola” bem fria—o refresco preferido nas Américas.



UNIDAS HOJE
UNIDAS SEMPRE

COPYRIGHT 1944 BY THE COCA-COLA COMPANY
PROPRIEDADE LITERÁRIA E PATENTADA RESERVADA

O Convite Universal
TOMEMOS UMA COCA-COLA!”



de São Paulo e do estado de São Paulo

! brasileiros que uma outra maneira de ser: “Tome um, amigo!” O convite cordial e de muito bom gosto é: “Tome uma Coca-Cola”. Todo o mundo já reconhece que a Coca-Cola possui um sabor delicioso e uma qualidade que inspira confiança. Ela faz parte de tudo que significa uma festa alegre, uma festa de amigos.



UNIDAS HOJE
UNIDAS SEMPRE

REGISTRADA EM TODAS AS PAÍSES AMERICANAS

No anúncio que tem como tema o México,¹⁷ vê-se um casal com traços nitidamente norte-americanos mas vestindo trajes típicos mexicanos. A mulher usa tranças, como era comum no México, e o homem, um bigode. Ao redor do casal há alguns mexicanos, retratados de forma estereotipada: com roupas típicas e sombreros. Todos assistem a uma *charra* em uma festa típica do México, o *jaripeó*, tomando uma Coca-Cola, que é “a companhia ideal nessas horas alegres [...], o refresco preferido nas Américas”.

No anúncio em que há referência à cidade do Rio de Janeiro,¹⁸ o casal é emoldurado pela Baía de Guanabara; a mulher usa um vestido verde e o homem, uma blusa amarela, cores símbolo do Brasil. Sua indumentária informal procura ser condizente com o clima quente do Rio de Janeiro. A mulher, na ilustração, ostenta um lenço na cabeça, adereço muito usado pelas brasileiras na época, inspirado nos turbantes utilizados por Carmem Miranda. Ressalta-se como o hábito de tomar uma Coca-Cola no Brasil se tornou um costume entre amigos: “Os brasileiros têm uma nova maneira de dizer ‘Como vai, amigo?’. O convite cordial que se ouve tantas vezes é: ‘Tomemos uma Coca-Cola’.”

Como se nota nos anúncios acima, a promoção da amizade e da universalização do hábito de beber Coca-Cola nas Américas era a argumentação principal. A mobilização de estereótipos nacionais dos países latino-americanos nos anúncios contribuiu para enaltecer a integração das culturas da América. Desse modo, a Coca-Cola, enquanto empresa norte-americana que se havia comprometido a participar do projeto do Office, cumpria o seu papel na promoção da unificação de hábitos de consumo, que se traduzia em um convite universal e na fomentação, perante os latino-americanos, de convicções de que sua cooperação com a política externa norte-americana era necessária agora e no futuro, como salientava o seu slogan “Unidas hoje, unidas sempre”.

Outra empresa que também participou do projeto do Office foi a RCA Victor. Em um anúncio seu publicado na revista *Seleções* em outubro de 1942, intitulado “Na batalha da produção”, a imagem mostra ao fundo uma fábrica, com cuja produção de guerra busca contribuir para “esmagar” os partidários do Eixo, representados, na ilustração, pelas figuras de Hitler, Mussolini e do Imperador Hiroito.

¹⁷ *Seleções do Reader's Digest*; outubro de 1944.

¹⁸ *Seleções do Reader's Digest*; fevereiro de 1944.



NA BATALHA DA PRODUÇÃO

Ho mais de dois anos que os gerentes do RCA Victor vêm se esforçando para pôr a sua empresa em pé-de-guerra

Ja em setembro de 1939, quando a maioria dos produtores de materiais destinados a Produção, o RCA Victor reconheceu imediatamente a importância de sua atividade e se organizou para enfrentar a guerra em que a produção e a coordenação das comunicações tinham alta importância. Foi esta uma das primeiras empresas a equiparar materiais destinados a auxiliar as Nações Unidas, pelo sistema de arrendamento-emprestimo.

Quatro meses antes do ataque a Pearl Harbor, o RCA Victor disse aos seus clientes: "Esta é RCA Victor, a Defesa Nacional está em primeiro lugar. Ao lado dela, nada mais nos parece importante."

Atualmente, estamos trabalhando de dia e

de noite para a defesa da liberdade. O material de rádio RCA Victor, os valores RCA e os instrumentos especiais do RCA Victor, estão se batendo nas frentes da guerra.

Escrevemos da Matilha de Guerra dos E. U. A. a tecnologia "Filosofia" — ambiente de excelência no labor pela defesa nacional — a mais alta honra que a Matilha das Nações Unidas pode conferir a qualquer industrial.

V. S. tem a sua quota-parte nesta honra — é digno de nossa gratidão. Porque V. S., o milhães de outros consumidores Norte e Sul-Americanos dos produtos RCA Victor, tornaram possível, pelas suas compras, o sucesso, a experiência e a qualificação dos especialistas com que nos estamos hoje lidando.

Captem os programas RCA Victor de onde embelezam suas salas: WSCA e WMBE — 11.470 a 9.470 kcs.

RCA VICTOR
RCA MANUFACTURING COMPANY, INC., CAMDEN, N. J., E. U. A.
RCA Victor Brasileira S.A. Caixa Postal 2136, Rio de Janeiro, Brasil

O texto do anúncio ressalta que, desde a eclosão da guerra, a empresa percebeu que, por estar ligada ao ramo da comunicação, sua produção poderia contribuir para o esforço de guerra. Afinal, nesse conflito a coordenação das comunicações era de alta relevância. Assim sendo, a RCA em seu anúncio fazia questão de salientar seu auxílio às Nações Unidas pelo sistema de arrendamento e empréstimo de materiais. Para essa empresa, "(...) a defesa nacional está em primeiro lugar. Ao lado dela, nada mais nos parece importante". Desse modo, exemplificava para seus consumidores que estava trabalhando pela defesa da liberdade e que, por isso, fora condecorada pelo governo norte-americano. Por fim, ressaltava que todos os consumidores dos produtos da empresa, por meio de suas compras, haviam contribuído para que ela pudesse hoje (naqueles tempos de guerra) oferecer produtos de qualidade.

Nota-se, nas mensagens publicitárias da RCA Victor, a construção de imagens estereotipadas dos partidários do Eixo, denominados carrascos e tiranos, em contraposição aos norte-americanos, exaltados como defensores da liberdade, da justiça e de um mundo de paz, ideais reiterados no texto publicitário como qualidades inerentes àquele povo. Ao ressaltar para os leitores que a empresa colocava a defesa nacional em primeiro lugar, a RCA demonstrava que partilhava dos mesmos objetivos do governo americano, procurando aumentar sua produção e usando toda a sua tecnologia para contribuir com o esforço de guerra e destruir os inimigos. Ao agradecer a seus clientes pela compra de seus produtos, não deixava de salientar que eles também haviam contribuído para tornar a RCA Victor uma empresa capaz de fornecer produtos de qualidade que ajudaram o governo americano a vencer a guerra. Por se tratar de uma em-

presa ligada ao setor de comunicação, divulgava, por meio de seus programas radiofônicos e anúncios publicitários, imagens positivas dos Aliados, sobretudo dos norte-americanos, afirmando que estes se encontravam do ao lado do bem comum e eram representantes da tolerância e da democracia. Por outro lado, os partidários do Eixo eram apresentados como invasores, anticristãos, militaristas, usurpadores da liberdade e escravizadores de povos, ou seja, representantes do mal. Assim sendo, o texto publicitário fazia uma argumentação a partir da oposição entre os Aliados, com imagem favorável, e o Eixo, com representação desfavorável.

Podemos perceber, a partir da pesquisa, que os anúncios da RCA Victor buscavam ressaltar o empenho da empresa, juntamente com o governo americano, na batalha para exterminar o nazismo, que, de forma ditatorial, escravizava vários países. Ao ressaltar suas inovações tecnológicas, que naquela época serviam ao esforço de guerra do governo norte-americano, anunciava que elas estavam também presentes nos seus aparelhos de uso doméstico e, por meio deles, teriam acesso às principais notícias e programas radiofônicos.

A Standard Oil Company (1870-1911), de propriedade da família Rockefeller, foi a maior companhia de seu tempo, produzindo, transportando e refinando petróleo. Estabelecida no Brasil desde 1912, foi também uma das indústrias que mais se propôs a gastar em propaganda e seguir as recomendações do Adserting Project.



No anúncio acima, de novembro de 1942, da revista *Seleções do Reader's Digest*, a Standard Oil (Esso) apresenta as figuras de três veículos bélicos – um avião, um tanque e um navio –, incluindo também um carro de passeio. A associação dos

veículos de guerra com o carro se dá pela utilização do combustível, com o slogan “Petróleo é munição. Use-o com parcimônia!”. Ressalta que, em tempos de guerra, há necessidade de se economizar combustível. Os brasileiros e todos os latino-americanos, assim como já faziam os norte-americanos, precisavam racionar a gasolina.

Assim a empresa ressalta que está colaborando com o esforço de guerra, sem, contudo, deixar de informar que está investindo em novas tecnologias para oferecer novos produtos e serviços a seus clientes. Ao lado do símbolo da empresa, encontra-se, como era comum em seus anúncios, uma referência às rádios no Brasil que transmitiam o programa “Repórter Esso”. Nessa peça publicitária, ela atua pedagogicamente, explicando as necessidades de se poupar combustível em tempos de guerra.

Ao salientar que a empresa atuava no front de guerra, a Esso demonstra que, assim como seus clientes que poupavam o petróleo, ela também estava engajada no esforço de guerra. Ao argumentar no texto publicitário e reiterar na ilustração a mobilização tanto de civis como de militares, a empresa procurava demonstrar para os leitores que a participação e o auxílio de ambos era essencial para se alcançar a vitória.

Assim sendo, acreditamos, analisando os documentos oficiais e as cartas redigidas pelo OCIAA sobre o projeto Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics, além dos anúncios publicitários publicados na revista *Seleções do Reader's Digest* entre os anos de 1942 e 1945 que utilizaram os temas sugeridos pelo Office, que seja possível levantar questões que nos levem a uma melhor compreensão de como se estruturou e atuou a aliança entre os interesses dos setores privados e os do governo norte-americano, que buscavam, respectivamente, mercados de consumo para seus produtos e sua consolidação como centro hegemônico na América Latina, além de elucidar novos métodos e meios utilizados pelo governo norte-americano para a Política da Boa Vizinhança.

A formulação do Advertising Project demonstra a ingerência do governo nas indústrias norte-americanas, o que deixa evidente que, durante um período de extrema disputa econômica por mercados comerciais e alianças políticas, os conflitos entre os setores privado e governamental, que se pautavam na livre iniciativa, foram postos em segundo plano, pois, acima das disputas internas, estava a necessidade de consolidarem espaços estratégicos para os Estados Unidos na América Latina.

Cultura e civilização como representações: a cobertura feita pela *Veja* do islamismo e do “ mundo árabe” no pós-11 de Setembro

Felipe Vagner Silva de Farias*

O orientalismo

Edward Said definiu o orientalismo como um fato político e cultural, um processo de invenção de um Oriente que homogeneiza a alteridade dos “diferentes” e também informa práticas de dominação entre poderes desiguais. Nas suas palavras:

... o orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista “ocidental” para subjugar o mundo “oriental”. É antes uma *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa *vontade* ou *intenção* de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da linguística comparada ou anatomia, ou

* Felipe Vagner Silva de Farias é mestrando em História na Universidade Federal Fluminense.

qualquer uma das modernas ciências ligadas à decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias ou cânones de gosto, textos e valores), com o poder moral (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o “nosso” mundo.¹

Tariq Ali destaca que uma torrente de imagens e descrições transformou os atentados de 11 de setembro nos mais visíveis, mais globais e mais bem divulgados nos atos de violência dos últimos cinquenta anos, ao que se seguiu a satanização dos árabes-muçulmanos.²

Na esteira dessa profusão de matérias sobre o acontecimento, nota-se na imprensa mundial uma série de discursos que buscam compreender esse acontecimento com base em noções como civilização e cultura, caracterizando o islamismo ou o “mundo árabe” como essencialmente diferente do Ocidente. Trata-se de um contexto de reinvenção do orientalismo, no qual a mídia exerce um papel crucial nos conflitos simbólicos ou ideológicos acerca da imagem do outro como inimigo a ser identificado. À diferença do discurso do fardo do homem branco, típico do período clássico do imperialismo, entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, a ideia de cultura substitui a raça como elemento principal de alteração das populações não brancas.

Essas ideias remontam a 1993, ano no qual o cientista político Samuel Huntington lançou o livro *O choque de civilizações*. Para Huntington, a derrota da União Soviética punha um ponto final a todas as disputas ideológicas, mas não na História, como defendia um outro cientista político: Francis Fukuyama, em seu livro *O fim da História e o último homem*. Para ele, seria a cultura, e não a política ou a economia, que dominaria o mundo. Ele enumerava oito culturas: ocidental, confucionista, japonesa, hindu, islâmica, eslava-ortodoxa, latino-americana e, talvez, africana (segundo Ali, Huntington não tinha certeza se a África era, de fato, civilizada). O potencial foco de tensão se daria entre “o Ocidente” e o “islã”, uma vez que somente o Ocidente valorizava “o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados

¹ SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. P. 40.

² TARIQ, Ali. *Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, jihad e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002. P. 28.

livres”.

As idéias de Huntington vêm ao encontro da pretensão de Washington de utilizar uma base ideológica reconhecidamente legítima para defender seus interesses, pois segundo Bourdieu:

A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder) é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio.³

Nesta perspectiva, os estrategistas estadunidense, viram no fato de Huntington ser um cientista político a possibilidade dele ser “o detentor do cetro, conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos”⁴, conferindo assim a legitimidade necessária à implementação de qualquer política expansionista e/ou econômica estadunidense.

Porém, explicar o advento de movimentos radicais de fundo religioso, principalmente os originados em países do Oriente Médio, sem considerarmos o fortalecimento do antiamericanismo provocado pelo papel da política externa estadunidense para a região é adotar uma visão simplista que concorre para marginalizar o islamismo e o chamado “mundo árabe”.

Edward Said contesta as posições que tratam a relação de povos diferentes dentro de uma perspectiva reducionista utilizando-se de rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros. Os defensores desse ponto de vista, segundo ele, não podem continuar tendo eficácia em seu poder mobilizador. Ainda de acordo com Said, a ação humana é passível de investigação e análise e a inteligência tem como missão apreender, criticar, influenciar e julgar; sobretudo, o pensamento crítico não se submete a poderes de Estado ou a imposições para cerrar fileiras com os que marcham contra este ou aquele inimigo sacramentado. Nas palavras do próprio autor:

³ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo. Edusp, 1998. p. 91

⁴ Idem

Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de uma maneira muito mais interessante que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor.⁵

Já Tariq Ali sustenta que nenhuma das culturas/civilizações geradas pelas três religiões monoteístas é monolítica ou eterna. Não obstante as diferenças entre elas, todas são influenciadas pelo mundo onde coabitam. Ele destaca que os tempos mudam e elas mudam junto, porém à sua maneira.⁶

A despeito das críticas, após o 11 de Setembro deu-se a divisão do mundo em dois polos: de um lado o “Ocidente”, “a modernidade”, o “mundo civilizado”; e do outro, o “islã”, o “Oriente”, os “grupos terroristas de cunho religioso”. Essa divisão, instituída pelos Estados Unidos, foi uma retomada da velha fronteira sem a qual nenhum projeto expansionista pode ser implementado, fronteira essa que coloca, de um lado, o legítimo (que deve ser mantido a todo custo) e, do outro, o ilegítimo (que deve ser combatido porque representa uma ameaça).

Podemos discutir essa divisão imposta por Washington utilizando a análise que Pierre Bourdieu faz da questão das identidades regionais para pensar as representações enquanto lutas entre classificações. Assim, nas palavras de Bourdieu:

(...) lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma visão do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.⁷

Ainda que Bourdieu utilize tal noção para pensar as lutas em torno da identi-

⁵ SAID. Op. cit., p. 25.

⁶ TARIQ. Op. cit., p. 48.

⁷ BOURDIEU. Op. cit. P. 108.

dade étnica ou regional, ela pode ser usada para pensar as questões relacionadas à oposição entre “civilizações” ou entre “Ocidente” e “Oriente”.

Cultura e civilização

Outra discussão teórica fundamental para este trabalho é a que envolve as noções de cultura e civilização. De acordo com Adriana Facina⁸, cultura é uma noção complexa cujo significado de origem remete ao trabalho agrícola, ao cultivo do campo. Essa transposição do termo, das atividades agrícolas para os indivíduos, implica a ideia de que a cultura não é algo inato, natural nos seres humanos, mas alguma coisa que deve ser cultivada, que é adquirida e que envolve um processo de formação.

Segundo a autora,⁹ a ótica antropológica abriu um campo enorme e fértil para o estudo de fenômenos culturais. No entanto, é preciso evitar alguns problemas trazidos por um certo culturalismo, que tende a simplificar as análises ao englobar toda a dinâmica das sociedades numa suposta “cultura” em abstrato. Esse culturalismo, muito presente hoje nos grandes meios de comunicação, além de rotular como “culturais” todos os costumes ou práticas tidos como exóticos ou estranhos, procura algumas vezes explicar determinados processos históricos bastante complexos com base no que se imagina ser “a cultura” de um povo. Em tempos muito recentes, “a cultura” foi largamente utilizada na imprensa para explicar o uso da burca pelas mulheres afegãs, os ataques suicidas de palestinos a Israel e até mesmo os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos. Quando ouvimos falar de “conflitos étnicos” como causas principais da imensa pobreza do continente africano, esse tipo de reducionismo também está presente; particularmente, a tese do “choque de civilizações”, tal como enunciada por Samuel Huntington.

Essa perspectiva, destaca a autora, subverte radicalmente, em ao menos dois sentidos, o humanismo presente no conceito de cultura sob um ponto de vista antropológico. Em primeiro lugar, a cultura é absolutizada, transformada em uma segunda natureza praticamente imutável, tornando-se a instância determinante para explicar não qualquer fato social, mas preferencialmente aqueles que dizem respeito a agrupamentos humanos considerados estranhos ou até mesmo, numa versão mais preconceituosa, inferiores. Em segundo lugar, ao invés de apontar para a diversidade e para a pluralidade de aspectos das sociedades humanas, esse tipo de culturalismo cria uma suposta homogeneidade ao descrever “a cultura” de um determinado grupo, ignorando diferenças fundamentais, assim como a vincu-

⁸ FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. P.11

⁹ *Ibid.*p.17

lação da cultura com outras dimensões da vida social, como as relações econômicas, por exemplo.¹⁰

O 11 de Setembro na *Veja*

A proposta deste trabalho é ver como essas ideias se fazem presentes na revista *Veja* no período de 11 de setembro de 2001 até março de 2004, ocasião em que a intervenção armada dos EUA no Iraque completou um ano. Embora esta análise se limite à *Veja*, contudo, é importante notar que essa revista é fruto de um processo de mundialização e de concentração da mídia que torna a geração de notícias algo cada vez mais padronizado, atingindo de modo particular as editorias internacionais, nas quais as fontes principais de informação são as agências de notícias, como a Reuters, a Associated Press e a France Press. Assim, de acordo com Dênis de Moraes:

A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos.¹¹

Essa afirmativa permite sustentar a ideia de que a temática proposta é um elemento decisivo para a compreensão da globalização da comunicação, tal como ela se apresenta no caso brasileiro. Para isso, a pesquisa se voltará para um grande órgão de comunicação, a revista *Veja*, fazendo um levantamento e análise das reportagens e editoriais que abordam temas relacionados ao islamismo e ao que é chamado pela própria imprensa de “mundo árabe”.

Para essa análise, guio-me pelas ideias de Eliseo Verón, que sugere uma metodologia de análise ideológica dos textos de mídia de massa perseguindo a semantização de acontecimentos produzidas pelos mesmos. No caso das revistas semanais, como tecem comentários acerca dos acontecimentos

¹⁰ Ibid, p.18.

¹¹ MORAES, Dênis. *Planeta mídia. Tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

já conhecidos pelo leitor, a análise ideológica se faz ainda mais relevante. Como afirma o autor:

A revistas semanais (...) constituem uma espécie de "metalinguagem", cujo referente é menos o acontecimento em si (caso da "notícia") do que a atualidade enquanto discurso produzido pelos jornais. Esta característica das revistas semanais, a meu ver, torna-as particularmente estratégicas para o estudo das ideologias.¹²

A *Veja* conferiu grande importância aos atentados de 11 de setembro, o que pode ser comprovado quando verificamos a quantidade de páginas reservadas à cobertura desse evento. Segundo Carla Silva,¹³ no período de 1989 a 2002 esse foi o tema com maior sequência ininterrupta de cobertura total, equiparável apenas à cobertura do impeachment de Fernando Collor de Mello. Cabe aqui, só para ilustrar, mostrar uma tabela, feita pela autora, com o número de seções e páginas utilizadas para cobrir o tema:

	1-Editorial	2-Capa	3-Cartas	4-Opinião	5-Páginas Amarelas	6-Matérias	7-Cobertura total 11 de Setembro	8-Número de páginas da revista
19/09/2001	1	1	2	3	3	62	72	144
26/09/2001	1	1	2	3	3	63	73	152
03/10/2001	1	1	2	3	3	53	63	152
10/10/2001	0	1	1	3	0	42	47	156
17/10/2001	0	1	2	2	0	39	44	176
24/10/2001	0	1	1	1	0	26	29	176
Total	3	6	10	15	9	258	328	956

Ao analisar essa tabela, verificamos que cerca de um terço da revista, durante seis semanas, foi destinado a tratar do 11 de Setembro. Foram centenas de páginas marcadas por uma visão pré-conceituosa em relação aos povos árabes e ao islamismo e por uma adesão incondicional aos interesses expansionistas estadunidenses.

¹² VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. P. 93.

¹³ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2005.

De acordo com José Arbex Jr.,¹⁴ a *Veja* levaria o grande troféu do preconceito contra o islã, de parcialidade no tom das reportagens e de percepção colonizada pelos interesses estratégicos da Casa Branca.

A criação do inimigo

Ruberval Ferreira¹⁵ destaca que, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, expressões como “o maior atentado terrorista da História”, “atos covardes”, “carnificina”, “devastadores atentados”, “evento histórico”, “a tragédia que vem ocupando as atenções do planeta”, “uma declaração de guerra”, entre outras, passaram a constituir um conjunto de sentidos que iria, em curto espaço de tempo, definir os limites do que, segundo ele, seria uma das construções mais perigosas, do ponto de vista ético-político-ideológico, já realizadas pelo modo de funcionamento do discurso jornalístico, a saber: o “11 de Setembro”, ou melhor, o “objeto 11 de Setembro”.

Ainda de acordo com Ruberval Ferreira¹⁶, as denominações atribuídas pela mídia aos atentados já indicam um trabalho de preparar a legitimação de ações oficiais que viriam logo a seguir. Esse trabalho de produção de legitimidade pode ser pensado em termos de recorrência aos mesmos processos de linguagem do discurso oficial pelo discurso da mídia. Assim, o processo de apropriação dos eventos pela mídia pode ser visto como o resultado de uma cadeia de aspectos linguísticos que vinha abrindo o caminho para o surgimento de um novo “discurso de guerra” contra o “novo inimigo”.

Podemos analisar a cobertura da mídia ao 11 de setembro assim como seus desdobramentos à luz das ideias de Bourdieu, principalmente suas considerações acerca do “discurso de autoridade”:

O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional está na raiz de toda a diferença – irreduzível ao próprio discurso – entre a mera impostura dos “mascaradores” que disfarçam a afirmação

¹⁴ ARBEX Jr., José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

¹⁵ FERREIRA, Ruberval. *Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo*. Fortaleza: Eduece, 2005. P. 15.

¹⁶ *Ibid.*, p.21.

descritiva ou constatativa e a impostura autorizada daqueles que fazem a mesma coisa com a autorização e a autoridade de uma instituição. O porta-voz é um impostor provido do cetro.(...) O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.¹⁷

Nesse sentido, os tipos de porta-vozes que estão em questão neste artigo são os jornalistas e os outros profissionais da mídia, que podem ser considerados os impostores providos de cetro, os quais se expressam como detentores de um poder outorgado por uma instituição.

De acordo com Chomsky, se compararmos “o 11 de Setembro” com os grandes crimes não intencionais cometidos por países imperialistas como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França etc. – os chamados crimes políticos e ideológicos cometidos por países que se autodenominam “democráticos” e capitalistas –, chegaremos à conclusão de que a forma como se deu a apropriação do “11 de Setembro” pela mídia confere a esse evento um status trágico bem superior ao que geralmente é dado a tragédias que ocorrem fora das fronteiras do Ocidente rico.¹⁸

Chomsky ressalta também – particularmente por se tratar de um dado que foi sistematicamente ocultado – que os EUA, além de serem o único país já condenado por terrorismo internacional pela Corte Mundial, já vetaram uma resolução do Conselho de Segurança que lhes exigia respeitar as leis internacionais.¹⁹

Para servir aos interesses expansionistas estadunidenses, esse inimigo deveria ser o mais vago e abrangente possível para ser evocado toda vez que a máquina de guerra de Washington estivesse preparada para entrar em ação. Assim, nas palavras de Domenico Losurdo: “Sobre o conjunto das relações internacionais para agora o espectro de um terrorismo permanente, planetário e totalizante.”²⁰

Ainda de acordo com Losurdo, atribuído exclusivamente ao mundo árabe e islâmico (onde as tensões anticoloniais e antiocidentais estão mais vivas do que

¹⁷ BOURDIEU, Op.cit.P.. 87-89.

¹⁸ CHOMSKY, Noam. *Poder e terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 104.

¹⁹ CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. P. 49.

²⁰ LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 22.

nunca), o terrorismo tende hoje a ser considerado o produto mais ou menos necessário do islã, de uma religião cuja permanente incapacidade de se adaptar à modernidade e cuja tendência intrínseca a alimentar um “fundamentalismo” agressivo e sanguinário são censuradas. Encontramos assim, conclui o autor, outra categoria central da nova ideologia de guerra, um novo motivo de acusação. No entanto, Lo-surdo observa que o fundamentalismo não se restringe à religião islâmica. Assim, afirma ele:

Não há cultura que em determinadas circunstâncias não esteja exposta ao perigo do fundamentalismo; ele não é o modo de ser desta ou daquela cultura, mas um modo de reagir no encontro-desencontro entre duas culturas diferentes caracterizado pelo enrocamento e pela construção de uma identidade zelosa, ciumenta e exclusiva; podemos dizer que o fundamentalismo é a reação de rejeição de uma cultura por outra em confrontos e a tendência a naturalizar ambas.²¹

Mostrando-se completamente afinada com a estratégia de Washington de fabricar um inimigo que seja conveniente à implementação de sua política bélica, a *Veja* descrevia assim Osama bin Laden:

Laden é fruto de uma modalidade que surgiu em 1979, com a ascensão do aiatolá Khomeini, no Irã: o terrorismo de Estado. Esse foi o caminho escolhido por tiranos muçulmanos para fustigar principalmente o que julgam ser o “Grande Satã” – os Estados Unidos. Trata-se de uma visão que mistura fundamentalismo religioso, oportunismo doméstico e obscurantismo.²²

Depois de definir Bin Laden como principal inimigo da América e, por extensão, do “mundo ocidental”, a *Veja* abria caminho para justificar uma invasão a fim de acabar com essa ameaça à paz mundial, como se verifica neste trecho:

Para os Estados Unidos, Saddam Hussein transformou-se numa espécie de resfriado. Incomoda, sem comprometer a saúde. Já

²¹ Ibid, p. 66.

²² “O inimigo número 1 da América”. *Veja*, 19 de setembro de 2001, p. 49.

Osama bin Laden é um câncer que, agora mais do que nunca, precisa ser extirpado. O terrorista não tem patrocínio oficial de nenhum país muçulmano, mas é admirado como herói em vários deles e vive na condição de hóspede especial do Afeganistão, no qual mantém esconderijos (inclusive uma caverna).²³

Assim, a invasão do Afeganistão tornava-se quase uma obrigação, tendo em vista que era imprescindível “extirpar “ esse “câncer” que tanto “incomodava” os Estados Unidos.

Ao discutir os motivos que levaram ao surgimento dos grupos terroristas islâmicos, a *Veja* chegava a esboçar uma explicação não preconceituosa ao mencionar que, em geral, nos países islâmicos vigoram regimes teocráticos nos quais não há uma distribuição de renda e que é nesse contexto que se deve entender a força da religião nesses países. Porém, a revista acabava por recorrer à noção de civilização para “explicar” a emergência de grupos terroristas na “civilização islâmica”:

Mas isso não é tudo. Até pouco tempo atrás, a América Latina também convivia simultaneamente com miséria e ditadura – e, no entanto, nunca se viram grupos extremistas de latino-americanos promovendo atos de terrorismo pelo mundo afora em nome de sua libertação econômica e política. Por que então alguns grupos de fanáticos islâmicos chocam o mundo com espetáculos inimagináveis de terror? A explicação sobre o que move esses extremistas, segundo alguns especialistas, talvez esteja num dado mais sutil: o choque de civilizações.²⁴

Neste trecho, nota-se a tentativa de passar a ideia de que grupos extremistas são inerentes à “civilização” islâmica, posto que mesmo passando por períodos que aliaram miséria e ditadura, não surgiram, em outra “civilização”, grupos extremistas.

Noutras passagens fica ainda mais patente a visão completamente deturpada e tendenciosa da noção de cultura/civilização, como no trecho a seguir:

²³ Ibid, p. 50.

²⁴ “Assassinato em nome de Alá”. *Veja*, 19 de setembro de 2001, p. 57.

Parece coisa de uma mente delirante, dos gênios do mal caricaturados no cinema ou nas histórias em quadrinhos. A forma aberrante de fanatismo religioso pregada por Laden, porém, tem raízes bem fincadas na história da religião muçulmana, constantemente marcada por esse desejo de mergulhar na fonte original, de beber da palavra mais pura do Corão, de reviver um passado mítico. Esse movimento é chamado, genericamente, de fundamentalismo e está entranhado no próprio código genético do islã, religião que tem uma visão totalizante do mundo e apresenta um modelo para tudo o que se faz em qualquer das esferas da vida, públicas ou privadas. Na ótica fundamentalista, a união da religião e do Estado é um ideal ordenado por Deus – e sua separação, uma invenção ocidental que provocou o declínio do mundo muçulmano.²⁵

Pela maneira como a revista expõe seus argumentos neste trecho, e pela utilização de termos como “tem raízes bem fincadas na história da religião muçulmana” e “está entranhado no próprio código genético do islã”, percebemos que a *Veja* via como condição indispensável ao fim do surgimento de grupos terroristas em países muçulmanos a adoção de um programa de ajuste cultural, o que nos remete à missão civilizadora e ao fardo do homem branco de um século atrás. Nesse sentido, a utilização do termo “cultura” por esses autores não difere da aplicação da noção de raça para explicar e hierarquizar as diversas organizações sociais humanas por parte das teorias raciais no período da expansão imperialista. Na verdade, o anti-humanismo desse culturalismo é ainda mais perverso, pois, em última análise, os sujeitados são sujeitos de sua própria sujeição. Enquanto raça implica uma herança biológica que não pode ser mudada pelos indivíduos, a cultura é fruto da ação humana e, de acordo com os *ideólogos* neoconservadores norte-americanos, pode ser transformada de acordo com a vontade dos indivíduos. Os valores que devem ser adotados pelos subdesenvolvidos, cujas culturas são claramente vistas como inferiores, são os mesmos propalados pelo imperialismo clássico como sinais de civilização: capitalismo, economia de mercado, democracia liberal-burguesa, monoteísmo (principalmente o cristão).

Este é apenas um dos muitos exemplos de tentativa de recuperação da ideia do fardo do homem branco pelo pensamento neoconservador norte-americano, com o objetivo de justificar o novo imperialismo por meio de uma missão civilizadora articulada em torno de valores pretensamente universais, como livre mercado e democracia (sempre controlada). Por enquanto, as teorias raciais permanecem

²⁵ “O que querem os fundamentalistas”. *Veja*, 10 de outubro de 2001, p. 48.

desacreditadas nos meios científicos mais respeitados. Portanto, para justificar a desigualdade entre os povos e suas organizações sociais, legitimando assim a intervenção civilizadora, torna-se necessário o recurso ao culturalismo. Essa perspectiva parte de uma concepção idealista de cultura, vista como algo absolutamente autônomo em relação ao todo social.

Por fim, para tecer uma última consideração acerca da postura da *Veja* em relação ao 11 de Setembro e seus desdobramentos, merece destaque a colocação de Luiz Antonio Magalhães:

Ao fim e ao cabo, a reportagem de *Veja* mostra que o que incomoda os acionistas da revista é a possibilidade de que a tal “globalização modernizadora” – ou, falando português claro, todo um sistema político-econômico que sustenta a riqueza de uma minoria na miséria de uma maioria – comece a ser seriamente questionada a partir dos atentados da semana passada. Melhor mesmo arrumar uns fanáticos, de preferência árabes, para expiar toda culpa.²⁶

Neste sentido, podemos verificar que a postura da *Veja* caracterizou-se pela adesão à estratégia de Washington de eleger um novo inimigo à paz mundial e de conferir a religião islâmica e ao “mundo árabe” o título de principais opositores dos valores “ocidentais”, apresentando o terrorismo “fundamentalista” como inerente à “cultura” muçulmana ao mesmo tempo em que ignora o papel da política imperialistas dos Estados Unidos no fortalecimento do antiamericanismo no Oriente Médio e no surgimento de grupos terroristas.

²⁶ MAGALHÃES, L. A. “Terror e preconceito – o que incomoda na revista *Veja*”, in *Observatório da Imprensa*, 19 de setembro de 2001. www.observatoriodaimprensa.com.br.

PARTE V

O JORNAL-TRIBUNA, A PEQUENA IMPrensa E A IMPrensa ALTERNATIVA AO PODER

O trânsito de ideias e intrigas políticas nos jornais portugueses em Londres (1808-1822)

Luís Francisco Munaro*

A imprensa em língua portuguesa surgida em Londres a partir de 1808 foi avaliada, por Valentim Alexandre, como resultado da disponibilidade da burguesia portuguesa para tornar possível uma oposição escrita que “marca a desagregação do bloco social que constituía a base de apoio do Estado absolutista”.¹ Ela é composta de quatro principais jornais, em geral em franca oposição às medidas administrativas tomadas pela cúpula portuguesa, especialmente no que concerne aos Tratados de Comércio e Navegação de 1810. O primeiro desses jornais, ao redor do qual se aglutinarão as principais propostas da intelectualidade emigrada, é o *Correio Braziliense*, que circulou entre 1808 e 1822 e era dirigido por Hipólito José da Costa, nascido na colônia de Sacramento e formado em Leis, Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra, em 1798.

O *Correio Braziliense* servirá como fio condutor do nosso raciocínio. Tivemos a oportunidade de trabalhar mais profundamente com esse periódico em virtude da publicação da edição fac-similar idealizada por Isabel Lustosa e Alberto Dines. Os outros jornais, cujo acervo quase completo se encontra no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, exploramos de forma preliminar, retendo algumas das ideias mais importantes. O surgimento do *Correio* encorajou o aparecimento de outras publicações, todas elas fazendo eco à desagregação do absolutismo em Portugal. Logo em 1809, Anselmo José Correia Henriques lançaria o *Argus*, que teve apenas quatro números. Muito provavelmente por não contar com a condição de *denizen*, um quase cidadão inglês, situação da qual se beneficiava Hipólito, Anselmo foi perseguido pelas autoridades portuguesas e acabou extraditado da ilha. Mais tarde, em 1816, Henriques escreveria uma carta a D. João VI mencionando a grande quantidade de maçons em altos cargos de governo e seu risco para a “existência do soberano”.² Talvez essa oposição pouco recatada à maçonaria, que afinal era uma associação de decisiva importância na ilha do rei Jorge, tenha sido um fator determinante para sua extradição. Mecenas Dourado menciona a frequência de Anselmo Correia no salão da condessa de Oyenhausen,

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. P. 398.

² BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. São Paulo: Anablumme, 2006. P. 76.

onde eram constantes maçons como Vicente Nolasco, Bernardo José de Castro e Heliodoro da Fonseca. O primeiro deles atuaria como porta-voz de Hipólito da Costa junto à corte bragantina quando este tentou negociar um mecenato diante de D. João. Não conseguindo, fundou em 1811 *O Investigador Portuguez*, junto com Bernardo de Castro e o médico judeu Miguel Caetano de Castro, sob os auspícios de D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador português em Londres. Claramente, o jornal atuava como veículo ideológico desta embaixada, tentando contrapor-se à influência crescente do *Correio Braziliense*.

É possível especular que essa comunidade que se formava em Londres possuía um vínculo estreito entre seus membros, por meio de número limitado de espaços de socialização lusófonos, entre os quais o próprio salão da condessa de Oyenhausen. Esta, segundo Mecenias Dourado, “prolongava, naturalmente em tons mais suaves e modestos, a tradição dos tempos luminosos de seus salões de Lisboa, Viena e Paris”.³ Perseguida pela polícia de Pina Manique, a condessa se obrigou a fugir para a agitação de Londres, onde passou a compor a comunidade de portugueses emigrados. Outro dos frequentadores de seu salão, Heliodoro da Fonseca, teria sido mais eficaz ao negociar uma subvenção de quinhentos exemplares do *Correio* diretamente com o intendente de polícia carioca Paulo Fernandes Viana. A documentação arrolada por Mecenias Dourado, aliás, oferece subsídios importantes para se sustentar a hipótese de que Hipólito recebeu, de fato, apoio financeiro da corte brasileira.

José Liberato, tão logo assumiu a redação d’*O Investigador*, em 1814, adotou um tom de oposição relativamente violento à política lusitana. Com o final do financiamento, *O Investigador* fechou as portas em 1819. Mas, com novo financiamento do capitalista Pereira de Carvalho, Liberato voltou ao ofício entre 1819 e 1821, durante a redação d’*O Campeão Portuguez* ou *Amigo do Rei e do Povo*. Outro importante periódico é *O Portuguez*, que circulou entre 1814 e 1822. Seu principal redator, João Bernardo da Rocha Loureiro, era personalidade conhecida do público português devido ao jornal *O Espelho*, que circulou em 1813, também em Londres, e que contou com a tutela de Hipólito da Costa. Loureiro havia sido responsável ainda, junto com Pato Muniz, pelo *Novo Telégrafo*, em Portugal, de 1808 a 1809, jornal que, segundo Valentim Alexandre, possuía “uma orientação que saía dos quadros ideológicos do regime absolutista”.⁴ Sentindo a morte de sua folha, bem como já presenciara a d’*O Investigador*, Rocha Loureiro registrou a paternidade de Hipólito da Costa sobre este círculo de jornais: “Só o *Correio Brazi-*

³ DOURADO, Mecenias. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957. P. 175.

⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. P. 393.

liense que os viu nascer, e até se pode dizer que foi seu pai, está gozando perfeita saúde, e promete durar longos anos. Bem se pode comparar o *Correio Braziliense* a um pai (...)”⁵ Cabe registrar ainda o efêmero *Microscópio de Verdades*, dirigido por Francisco Alpoim e Menezes entre 1814 e 1815 e que contou com oito números. A proximidade destes intelectuais uns com os outros, bem como com políticos do momento, é um dos problemas a serem abordados por este texto. As críticas que os jornalistas disparavam contra membros da nobreza, inclusive – e principalmente – as de Hipólito da Costa dirigidas a D. Domingos, permitem entrever a tensão que começaria a agitar essa comunidade de intelectuais. Ainda que combatessem a usurpação de Portugal por Napoleão Bonaparte e, depois, pelo marechal inglês Beresford, os jornais se afastam uns dos outros precisamente no que diz respeito a indivíduos-chave que funcionavam como referência na política portuguesa. As intrigas que tomavam corpo em determinados espaços de sociabilidade, ainda que nem sempre aparecessem com clareza, assumiram um aspecto importante da hierarquização dos temas e pautas dos jornais. Tornou-se um tanto patente como Hipólito, logo em 1808, jogou com um grupo de negociantes portugueses e assumiu sua voz pública, defendendo-os das investidas da diplomacia portuguesa, que, supunha-se, constrangia esses portugueses em sua tentativa de interagir criativamente com o mundo liberal. Segundo informação de Mecenas Dourado, D. Domingos acusou Antônio Martins Pedra, um dos diretores do *club* de negociantes portugueses em Londres, de funcionar como fonte de financiamento do *Correio Braziliense*.⁶ Esse *club*, tão importante para a organização das vozes portuguesas na Inglaterra, aparece como um espaço privilegiado de trânsito de ideias políticas, ideias que diziam respeito à regularização da situação dos portugueses, senão no exterior mesmo, ao menos em sua terra natal, assaltada por Napoleão Bonaparte. O que transparece na escrita do *Correio Braziliense*, no que diz respeito a esse *club*, é o conflito de etiquetas do Antigo Regime que configuravam um modo de aparição pública e confirmação de autoridade, com outro em que se passou a discutir a meritocracia como principal instrumento de ascensão e aquisição de prestígio pessoal. De uma forma geral, discutiremos a forma como o trânsito discursivo possuía uma real facilitação na taverna City of London. Por outro lado, problematizaremos as formas como as críticas a um modo operacional inadequado do bloco de poder absolutista transparece na escrita dos jornais, sejam com comentários pejorativos ou com o uso de dispositivos discursivos que poderiam se imprimir mais facilmente na imaginação do leitor.

⁵ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957. P. 357.

⁶ *Ibid*, p. 160.

O *club* e as notícias

Por volta de 1808 se estabeleceu na taverna City of London o *club* dos portugueses em Londres, ou seja, uma agremiação que tratava de assuntos comerciais nos moldes das associações congêneres na Europa. Desde os primeiros números de seu periódico, Hipólito da Costa defendia a criação desse mesmo *club* para que assim os portugueses adquirissem força de negociação com as autoridades portuguesas e inglesas.⁷ Essas reuniões seriam importantes para dar publicidade aos eventos ocorridos em Portugal e no Brasil, tanto para os portugueses e brasileiros quanto, em alguns casos, para os próprios ingleses. A parte mais visível de uma trama de pessoas que buscavam a liberdade por meio da negociação comercial foi sentida nos jornais. Eis como explica Hipólito da Costa:

Para que os povos saibam isto, e fiquem convencidos de que é verdade (quando o seja), é preciso facilitar-lhes a leitura das gazetas e jornais, em que leiam as notícias políticas e mercantis; é preciso fomentar o estabelecimento de sociedades de agricultura; e de assembleias regulares de negociantes, a que entre os ingleses chamam *clubs*.⁸

Não é preciso destacar a afinidade do *club* organizado no estrangeiro com os princípios liberais propalados pela comunidade emigrada. A realização das liberdades individuais estava em plena afinção com a possibilidade irrestrita da troca comercial. Da mesma forma, a prosperidade nacional portuguesa não se podia dissociar da sua capacidade de geração de lucros, o que implicava estar conectado com a dinâmica comercial do liberalismo. Os negociantes portugueses em Londres viam-se na busca por se emancipar de entraves impostos pela administração portuguesa. Ora, regularmente é possível destacar nesses jornais tais aspirações: são lutas contínuas contra o sistema de monopólios ou privilégios hereditários que consumiam sistematicamente a substância do Erário luso-brasileiro. Assim que o bloco de poder absolutista demonstrou com clareza sua incapacidade de intermediar as relações entre os mercadores e industriais portugueses com as outras nações, surgiu uma ampla desconfiança que, para Valentim Alexandre,

⁷ *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa. Vol. XI, p. 563.

⁸ *Ibid.* Vol. VIII, p. 289.

(...) levou-os a procurar soluções institucionais alternativas que lhes dessem maior segurança – o que se traduz não só nas tentativas, frustes mas reais, de tomadas de posição coletivas contra os efeitos do tratado de comércio de 1810, como também na disponibilidade que mostram para apoiar financeiramente os jornais de oposição e ainda no envio a esses mesmos jornais de “correspondências” críticas da situação existente (por vezes assinadas com o pseudônimo de “mercador” ou semelhante).⁹

Os jornais emigrados manifestavam, portanto, a situação de instabilidade de Portugal e reivindicavam a soberania de seu reino, invadido por produtos e tropas estrangeiras. A crise assumiria personificações bastante específicas na redação dos jornais. No caso do *Correio Braziliense*, uma dessas personificações é o embaixador D. Domingos, que, além de responsabilizado pela excessiva coerção das liberdades dos negociantes portugueses, podia ser visto frequentemente transitando pelos espaços de sociabilidade portugueses em Londres. O embaixador respondeu diretamente ao *Correio*, ganhando espaço na seção correspondência, ainda que sua carta viesse acompanhada de outras duas – considerando a hipótese de que o próprio Hipólito as tenha escrito – que confrontavam diretamente várias atitudes do embaixador.¹⁰ Dessa forma, o *Correio Braziliense* trouxe D. Domingos como uma figura contrária aos interesses dos negociantes portugueses. No contexto de conflito em que o ataque é o mais estratégico meio de defesa, já que antecipa a investida do adversário, as notícias adquiriam uma função concreta de expor atitudes consideradas ruins dos adversários políticos.

Antes de prosseguir nesta inserção da imprensa e sua função estratégica de reforçar valores positivos ou negativos, cabe adotar uma definição provisória de notícia: a maior parte das notícias veiculadas pelo jornalismo emigrado em geral eram “documentos oficiais”. Mas havia, além disso, uma tentativa bastante evidente de significar esses documentos e complementá-los com relatos provenientes da transmissão oral, ou mesmo de eventos presenciados em Londres, como no caso do “vexamento” dos negociantes convocados a ir prestar contas na casa de D. Domingos. Segundo o *Correio*, esses negociantes, uma vez reunidos na casa do referido embaixador, foram obrigados a aguardar durante longas horas, além de terem sido tratados como indivíduos “inferiores”. Para lidar, portanto, com um jornalismo militante, e que possuía justamente nessa militância a sua pedra de sustentação, empregamos um modelo suficientemente maleável de notícia. Esta seria, em pri-

⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. P. 401.

¹⁰ *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa. Vol. XII, p. 149.

meio lugar, um relato sobre o que aconteceu, um tipo de narrativa que pode ser transmitida por grande quantidade de meios de comunicação.¹¹ Ela ajuda os homens a articular uma determinada concepção do tempo presente, sobre aquilo que é atual em detrimento do inatual, do obsoleto, hierarquizando fatos dentro de categorias que, sob a égide do profissionalismo ou “imparcialidade”, pretende-se isenta de julgamentos pessoais. As edições de lançamento d’*O Investigador* e do *Correio* mencionam a “censura adequada” que deveria orientar a profissão do jornalista. Isso queria dizer, sobretudo, “estar do lado correto”, ou seja, defender a soberania do reino e, para tanto, armar-se de um arcabouço de argumentos que justificasse a independência e originalidade dos povos luso-brasileiros. No caso das mencionadas notícias do *Correio Braziliense*, vinculadas ao aparecimento do embaixador D. Domingos carregando as suas fitas e condecorações, por exemplo, faziam parte de um mundo antigo que se queria ultrapassar e que apenas limitava as possibilidades de crescimento do Reino Luso-Brasileiro. A notícia toma um papel ativo na hierarquização do atual em detrimento do inatual, referindo-se a um tempo presente que pode se distender indefinidamente, variando com o estado geral de desenvolvimento – aqui no sentido de um progresso das *Luzes* – das sociedades. Lavina Ribeiro, estudiosa da formação do espaço público brasileiro e profundamente influenciada pelos estudos das racionalidades comunicativas de Habermas, complementa que:

A notícia sobre qualquer assunto remete à pressuposição da existência de um público apto a traduzi-la e interessado no seu relato. Ela é uma criação específica de contextos urbanos móveis, onde os indivíduos têm uma certa margem de autonomia para tomar iniciativas próprias a partir de seus julgamentos privados sobre um contexto que é processual, dinâmico. A informação, seja como notícia ou opinião, é um elemento de atualização da ação e do juízo de indivíduos privados; resultante das necessidades, interesses e atividades destes.¹²

A divulgação e circulação da notícia pressuporiam, assim, a existência de um agir comunicativo baseado em determinadas pretensões de validação. Os sujeitos envolvidos no processo de construção ou desconstrução de notícias teriam sem-

¹¹ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. P. 41.

¹² RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público. A institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. P. 33.

pre uma intenção mediada por determinada racionalidade. A intensificação dessas trocas institucionalizadas por meio da ação da imprensa desenharia uma esfera pública literária na qual os indivíduos se movimentariam segundo uma práxis de “dar e exigir razões”. Nesse contexto, a notícia assumiria a função concreta de orientação para um público com objetivos razoavelmente definidos. Ao estruturar uma narrativa noticiosa, os jornalistas a que nos referimos imaginam um determinado *leitor-ideal* e, assim, direcionam essas mesmas notícias para o público teoricamente capaz de destrinchar uma complexa trama de argumentos. Mas, ao mesmo tempo, a pretensão de validação do relato noticioso é atravessada por uma porção de fatores que transcendem o âmbito da pura racionalidade, sendo permeados por dispositivos mnemônicos cujo impacto sobre o leitor não pode ser mensurado por critérios racionais, pela lógica de “dar e exigir razões”. No vasto campo de conflitos que se desenrola entre um Antigo Regime e as associações cada vez mais unidas de comerciantes enriquecidos, a notícia não é apenas uma construção racional referente a uma dada percepção da realidade: ela é uma tentativa concreta de persuasão política que pode incidir diretamente sobre as emoções do leitor. Essas estratégias vão desde canções, rifões populares, até apelos à constituição física e à imoralidade dos indivíduos envolvidos. O modelo habermasiano é demasiado arenoso para lidar com esses contextos móveis de sujeitos enredados numa trama para a qual o futuro não aparece de forma teleológica: ele abre a janela de apenas um aspecto da realidade comunicativa, isto é, o da racionalidade, deixando de lado uma miríade de fatores que entram na composição das tais pretensões de validação.

Ao dizerem respeito às aventuras de um grupo de cortesãos deslocados das práticas consideradas liberais, as notícias eram acompanhadas por comentários jocosos que buscavam logo destituir os indivíduos abordados de sua auréola simbólica ligada aos costumes nobiliárquicos. Os mesmos cortesãos que possuíam uma função específica dentro do Antigo Regime, alocada num dado equilíbrio de tensões entre o rei e os burgueses ascendentes, passavam a ser vistos como figuras inúteis quando as personalidades públicas começavam a ser avaliadas pelos seus méritos pessoais. Como lembra Norbert Elias, no mundo da corte os comportamentos e emoções estavam muito presos às etiquetas que mantinham o status do indivíduo.¹³ As formalidades com que D. Domingos aparecia para seus colegas portugueses, carregadas de um simbolismo que, segundo Hipólito da Costa, só competiria ao próprio rei, passavam a carecer de sentido no interior de uma comunidade de negociantes preocupados em se inserir na dinâmica do liberalismo comercial britânico.

¹³ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. P. 105.

A intriga política e algumas de suas formas

Também as atitudes muitas vezes consideradas ineficazes da corte portuguesa do Brasil viriam a merecer toda sorte de comentários. Um dos indivíduos a serem privilegiados com muitas dessas críticas é o barão Targini, administrador do erário régio no Brasil. Hipólito da Costa, além de, evidentemente, tecer longas séries de comentários sobre os erros administrativos, apontava aspectos físicos e cerimoniais que revelariam o vazio de caráter do barão. Ele assim noticiava a cessão de um título de nobreza:

Ei-nos aqui atirados outra vez para o Targini, ou barão Targini, ou o que na verdade é; em uma palavra o tal escrevente do erário, de quem nunca ouvimos uma só boa qualidade que o recomendasse; e que não faz mais do que inchar-se como pomba rola, ou pavão, com as honras, que ninguém sabe como lhe caíram em casa.¹⁴

O uso de figuras metafóricas como “pavão” constitui um dispositivo simples e eficaz de tocar a imaginação do leitor, convidando-o a tomar parte numa luta contra privilégios e distinções hierárquicas. Hipólito acrescenta que o barão não é capaz nem de administrar a sua própria casa, quanto mais o erário de um grande reino. De forma um tanto semelhante, *O Portuguez*, que surgiria reivindicando maior liberdade que *O Investigador* num momento em que a crítica à administração portuguesa era mais importante do que a oposição ao mundo francês, está intimamente ligado à ideia da crítica administrativa. Depois de se referir, buscando detectar os motivos da decadência econômica de um reino tão abundante em riquezas naturais, aos “vermes devoradores”, “oficiais pedindo esmolas”, “hálito de morte do paraíso”, Rocha Loureiro chega no mesmo barão Targini, acusando-o de favorecer negociantes ingleses por meio de empréstimos e assim ceder ao “bafo pestilento do monopólio”.¹⁵ Mais do que isso, Loureiro faz uma crítica que queríamos não fosse comum até hoje, isto é, acusa Targini de se beneficiar diretamente do monopólio do capitalista inglês Young, recebendo comissões dos negócios feitos pelo estrangeiro. Não haveria outras formas de remediar tais males do que “*Reforma, Reforma*”.

A função do comentário e da adjetivação, que se mistura à própria cons-

¹⁴ *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa, vol. XV, p. 547.

¹⁵ *O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario*, vol. I, p. 118.

trução da notícia, reveste esta última de uma carga simbólica pejorativa, ligada a uma disposição concreta dos intelectuais no que Norbert Elias chamaria tabuleiro de jogo; assim, buscam-se várias ferramentas verbais para denegrir uma nobreza que era incapaz, pelas etiquetas a que estava ligada, de inserir-se razoavelmente no combate impresso. Dentre as várias técnicas utilizadas está uma que seria comum nos debates que antecederam a independência brasileira: trata-se de colocar dois personagens para dialogar. *O Portuguez*, de forma bastante genérica, utiliza o diálogo com o locutor imaginário Orestes para descrever as diferenças que presenciava na Inglaterra e em Portugal. A causa principal da crise estava na subtração do erário em prol de benefícios pessoais, vícios protagonizados pelos “cortesãos astutos”,¹⁶ uma expressão que não fugirá a nenhum dos nossos jornalistas. O locutor narra a Orestes como tais práticas são censuradas na Inglaterra, onde ao mesmo tempo se tem liberdade para se imprimir e se divulgar as más intenções dos administradores: “A palavra, que não ofenda os direitos dos cidadãos, pode pronunciar-se, ou escrever-se, sem medo ou receio de que por isso se seja deportado, ou sumido em horrorosos calabouços...”¹⁷ Evidentemente, não se trata aqui de uma “intriga política”, como aquela que celebrizaria os conflitos entre o *Correio* com D. Domingos de Sousa Coutinho, mas de uma larga reflexão sobre as causas do atraso português. Hipólito da Costa é mais incisivo ao utilizar o diálogo, sendo mesmo o precursor dessa figura retórica no jornalismo brasileiro, ainda que tenha recorrido a esse artifício com frequência apenas relativa. No caso seguinte, eis um pedaço da fala imaginária do rei para seu tesoureiro Targini:

Valha-me a fortuna; aí vêm as despesas da Casa Real em primeiro lugar; pois principiemos por diminuir estas. Eu comigo não gasto mais do que outro indivíduo meu vassalo, e o que há de mais é para sustentar o decoro da Coroa, com criados, cavalos, carruagens etc.; e ainda assim envergonho-me de ser puxado em uma carruagem velha, com duas mulas miseráveis, e dois lacaios esfaimados; mas disso mesmo me quero privar, para dar o exemplo de economia; e espero que o meu tesoureiro-mor fará o mesmo, largando metade do seu ordenado.¹⁸

A estratégia de colocar dois personagens para dialogar tem um impacto maior sobre o leitor: permite-lhe que veja, no olho de sua mente, uma trama de políticos

¹⁶ Ibid, pp. 275 e 467.

¹⁷ Ibid, p. 196.

¹⁸ *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa, vol. XVII, p. 663.

corruptos que se aglomeram em torno do rei, ressecando sua vitalidade criativa. O diálogo possui uma didática explicativa cuja eficácia transcende os tempos: desde a *República* de Platão até as conversas de Sir Thomas Morus com o interlocutor imaginário Rafael Hitlodeu, durante a criação da *Utopia*. Trata-se de um dispositivo que permite recriar com facilidade ambientes políticos. D. Domingos, perturbado com o desconcertante *Correio Braziliense*, acusou alguns diretores do *club* português de funcionarem como seus canais de financiamento. Impossibilitado de cortar esse financiamento, que também proviria da própria corte portuguesa, D. Domingos passou a se manifestar por meio de *O Investigador*. Nesse momento, os boatos corriam de forma mais solta e o chamado interesse pela verdade ficou num segundo plano. Para se eximir das críticas, D. Domingos se pronunciou anonimamente, passando a ser chamado de “Redator Encoberto”. Logo se tornou de conhecimento público quem era o “Redator Encoberto”, e não demorou para que o *Correio* o insultasse nas páginas de seu jornal, aludindo diretamente à sua constituição familiar: “Sabemos que pela parte materna, se acha na seguinte descendência americana: uma mulata, filha bastarda, teve em dote as terras do Rio Verde, no Brasil, para casar, com o ouvidor; deste casamento nasceu a avó, ou mãe de Maria Antonia, que foi mãe do nosso amigo.”¹⁹ Não é necessário acrescentar que a descendência negra era vista como negativa pelas elites luso-brasileiras. Hipólito se refere a D. Domingos como “nosso parente macaco”, e ainda joça dos ares aristocráticos com que o português sempre se pronunciava, exigindo dos seus compatriotas portugueses, como se fosse o próprio rei, a cerimônia de beijamão.²⁰

É possível detectar, na estrutura dos textos jornalísticos com que por ora nos deparamos, dispositivos mnemônicos ligados a uma cultura mais oralizada. Já mencionamos o uso recorrente do diálogo como forma de criar uma impressão mais duradoura na mente do leitor. Para defender as reformas políticas julgadas importantes, há a utilização de artifícios como as canções, que se gravariam – argumenta Darnton em seu estudo sobre a produção do underground literário no século XVIII francês – com mais facilidade na memória do leitor.²¹ Hipólito da Costa, por exemplo, reproduz a biografia escrita por Bocage do famoso polemista português adepto fervoroso do absolutismo José Agostinho, com quem trava combates pelas diretrizes políticas do reino luso-brasileiro:

Nos púlpitos fazendo alto berreiro

¹⁹ Ibid, vol. XIV, p. 103.

²⁰ Ibid, vol. XI, p. 222.

²¹ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. P. 77.

Sem lei co'as leis metendo aos outros medo
 E à toa descompondo o mundo inteiro:
 Eis como vive com perpétuo enredo
 Para tudo o que é mau sempre em terreiro
 O fofo ex-frade, que se diz Macedo.²²

Hipólito se refere ao uso do poder repressivo para neutralizar ideias políticas consideradas inconvenientes, ao autoritarismo de José Agostinho na hora de combater seus dissidentes. Nesse campo de conflitos que gravitam em torno de prioridades administrativas, isto é, do futuro político da nação, rebaixar o adversário requer, além de comentários depreciativos, uma gama de formatos narrativos ligados ao alcance mais direto de determinados fins, como são as canções, os diálogos ou mesmo frases curtas e de efeito. Estigmatizar o adversário envolvia uma porção de truques. Implicava avacalhar com seus aspectos mais visíveis: sua profissão, seu tipo físico, sua descendência. Um desses indivíduos que logo se tornariam caricatura é o já citado barão Targini: ele encarna uma forma específica de figuração negativa associada aos membros do Antigo Regime. No momento de ascensão de valores burgueses ligados à meritocracia e à decadência simbólica dos valores nobiliárquicos, é possível fazer algumas aproximações com formatos discursivos em voga na França do século XVIII, quando os jornais tiveram um papel pronunciado na divulgação do ideário revolucionário e na descaracterização do rei. Ainda que os jornais portugueses em Londres não atacassem diretamente o soberano, criticavam toda uma forma de administração ligada ao absolutismo monárquico, e o faziam por meio de encarnações específicas, fossem ministros malvados que roubavam o dinheiro público ou governantes de província que operavam segundo seus próprios arbítrios. A crítica do rei teria como principais porta-vozes José Liberato e Rocha Loureiro, que aludiam constantemente à “orfandade” e ao “abandono” em que haviam sido deixados os povos portugueses pelo seu monarca. Como diz o *Investigador* em outubro de 1816, a nação portuguesa “perdeu seu pai, e seu soberano!”. Mais tarde, em suas memórias, Loureiro não hesitaria em vociferar mais abertamente contra a “covardia” da corte capitaneada por D. João VI no momento do abandono de Portugal.

Considerar o texto como um dispositivo concreto de persuasão implica percebê-lo não apenas em sua dinâmica específica de funcionamento, capaz de ser abstraída pela ação de um intérprete, mas também observar e investigar os seus vários usos e modos de apropriação, levando em conta também o fato de seu autor estar muitas vezes ciente da refração dos sentidos propostos, ou mesmo de ele

²² *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa, vol. XVII, p. 819.

explorar essa refração por meio do ataque direto aos sentimentos de seu leitor imaginado. Evidentemente, explorar esse sentido da leitura implica extravasar a proposta de uma “racionalidade comunicativa” e perceber um pouco mais amplamente como as ideias se tornam encarnações de tensões sociais específicas. Se tomarmos estes jornais como um bem constituído arcabouço de ideias liberais, perdemos de vista toda uma luta que seus autores empreendiam por levar determinados sentidos até seu leitor, bem como o uso que esses leitores fariam dos jornais. A forma como Hipólito da Costa e Rocha Loureiro, por exemplo, insistiam e exploravam seus ataques exige observar, no caso de um barão Targini, que eles estavam entre os poucos críticos que podiam colocar seus ataques no papel sem ser submetidos diretamente à censura. Hipólito trabalharia mesmo com rifões e figuras de linguagem para denegrir a imagem do mau administrador:

É verdade que poderíamos aqui aplicar o rifão espanhol “*Quien cabras no tiene y cabritos vende de algures le viene*”. Targini, escrevente do erário, sem outros bens mais que o seu minguado salário, acha-se elevado a tesoureiro-mor do erário, barão, e homem riquíssimo; administrando um erário que sempre se acha pobre.²³

Essa crítica pode alcançar variados níveis e se desenrolar por meio tanto de comentários políticos até de ações consideradas ruins, como a descendência ou constituição física do indivíduo que é alvo das críticas. O *Correio Braziliense* chegou a falar no triunvirato dos irmãos Coutinho, brincou com a descendência de um macaco de D. Domingos e chegou a insinuar uma relação homossexual entre esse embaixador e seus protegidos em Londres. Ainda que tenham ido muito mais longe, os panfletos franceses usavam as mesmas táticas de depreciação de figuras políticas. É o caso do sensacionalismo do panfletista Morande, um dos tantos escritores que viveram nas penumbras do underground literário. Segundo Robert Darnton, Morande criticava “o triunvirato ministerial de Maupeou, Terray e d’Aiguillon. Convertendo Mme. Du Barry em símbolo do regime, Morande manobrava habilmente detalhes por ele enghocados ou extraídos dos mexericos dos cafés”,²⁴ aludindo constantemente às origens ilegítimas da madame, suas relações lésbicas, enquanto os ministros engordariam suas bolsas e usariam o dinheiro públi-

²³ *Correio Braziliense* ou *Armazem Literário* de Hipólito José da Costa, vol. XVII, p. 662.

²⁴ DARNTON, Robert. *Bohemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. P. 43.

co para conseguir amantes. Não se pode confundir essas formas discursivas circunstanciais com um programa jornalístico mais duradouro e criterioso, como era não só o de Hipólito como o dos outros jornalistas portugueses, cujas fontes de financiamento, pelo que parece, eram suficientemente estáveis para que eles não precisassem transitar pelo submundo literário. Ainda, contudo, que a cultura política fosse predominante na organização das pautas, temas e argumentos dos jornais, pode-se perceber que estes se difundem e utilizam mecanismos nem sempre captáveis pelos estudos de cultura política. Compreender seu funcionamento implica perceber que fazem parte de uma dinâmica de vida urbana, dinâmica que envolve tanto os espaços de sociabilidade diretos dos redatores – seja a loja maçônica ou a taverna – quanto o seu público imaginado, seu *leitor-ideal*, que tanto no Brasil quanto em Portugal cumpriram a função de realização da nacionalidade, quanto, por fim, um contexto histórico mais amplo, que implicava a reordenação de todo o mapa político europeu e americano. As informações disponíveis aos jornais, é importante notar, estavam diretamente ligadas ao ambiente vivido em Londres, faziam parte de um vasto círculo de comunicações que, muitas vezes subterraneamente, os portugueses arquitetavam na Inglaterra. Essas notícias, além dos documentos oficiais, poderiam ser reunidas a partir de conversas em espaços de sociabilidade privilegiados. Elas não diziam respeito apenas a um mundo erudito, ou a um mundo de textos provenientes de documentos oficiais, o que tornaria os jornais quase um corpo doutrinal autônomo destinado ao povo português ou brasileiro. Para Hipólito, Londres era o recanto da liberdade. Ele morava no centro da cidade, num hotel chamado New Inn, na Wych Street, a menos, conta Dourado, de 1 quilômetro da oficina W. Lewis, onde era impresso, num primeiro momento, seu periódico. À New Inn coube a honra de ter sido a escola de Sir Thomas Morus.²⁵ Nessa mesma tipografia Hipólito descreveu um conjunto de imagens sobre uma terra distante, deslocou-se no espaço e no tempo para constituir uma utopia, que foi o que restou quando o *Correio* efetivamente não encontrou mais espaço para circulação em 1822; isto é, quando houve um surto de papéis impressos no Rio de Janeiro. Neste momento, diante da liberdade de imprensa, nem ele nem os outros jornais portugueses cumpriam o papel de interlocutores da comunidade portuguesa emigrada, tanto em Portugal quanto no Brasil.

²⁵ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957. P. 357.

O Teatro Amador Sob o Olhar da Imprensa

*Luciana Penna Franca**

O presente artigo é parte da pesquisa que estou desenvolvendo sobre o teatro amador no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX. Esse estudo surgiu a partir de leituras sobre o teatro de revista, presença marcante nesse período e objeto de estudo de alguns historiadores importantes,¹ além de figurar em inúmeros estudos e ensaios produzidos por autores ligados ao teatro.² Foi a busca de documentos sobre esse tema que me levou aos periódicos específicos sobre as questões do teatro produzido durante esse período. Tais periódicos são significativos no Rio de Janeiro, tanto em número³ quanto em diversidade – podiam pertencer a clubes dramáticos, grupos operários, imigrantes, artistas, a imprensa de grande circulação –, e nos permitem levantar, ainda que estritamente sob o aspecto quantitativo, uma questão sobre a importância do teatro na capital federal. Busco explorar aqui algumas questões sobre esses jornais e revistas, particularmente em que medida eles atuavam na formação de públicos e plateias e como intervinham em um debate mais amplo sobre os rumos do teatro na cidade. Nas colunas desses periódicos e da crítica teatral, os jornalistas recomendavam peças e companhias de atores, debatiam necessidades do meio, como a criação da escola dramática ou mais textos de autores brasileiros, comentavam sobre as salas de teatros, a tradução de textos estrangeiros e a atuação dos artistas.

Os inúmeros jornais e revistas encontrados variam quanto às propostas, aos objetivos e aos grupos que os produziam. Podiam pertencer a um clube dramático e pretender “moralizar a sociedade ensinando-lhe como se desafia graves ofensas, qual o fim sinistro de uma paixão ou vida desregrada, as flores que rece-

* Pesquisa desenvolvida no mestrado em História pelo PPGH da UFF, sob a orientação da Profa. Dra. Laura Antunes Maciel.

¹ Como SÜSSEKIND, Flora. *As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986; MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta - a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora Unicamp, 1999; GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas: Editora Unicamp, 2004; entre outros.

² Como ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o primeiro de maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Campinas, dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1996; CARVALHO, Danielle Crepaldi. *“Arte” em tempos de “chirinola”: a proposta de renovação teatral de Coelho Netto (1897-1898)*. Campinas, dissertação de mestrado pelo Programa de Teoria e História Literária da Unicamp, 2009; entre outros.

³ Foram encontrados mais de cem periódicos que falavam sobre teatro no período entre 1850 e 1920. Alguns exemplares se encontram no IHGB, mas a maioria está no setor de obras raras da Biblioteca Nacional.

bem os heróis do bem e os grilhões que oprimem os heróis do mal”;⁴ ou podiam ser um jornal operário e, através de grupos dramáticos amadores, financiar suas publicações, que propunham melhorias na qualidade de vida desses trabalhadores e divulgavam seus ideais anarquistas;⁵ podiam falar mal dos empresários que lidavam com o teatro como uma mercadoria e selecionavam textos teatrais de autores ligados à imprensa. Pretendiam estimular assim a ousadia de autores e artistas;⁶ e havia também os jornais de grande circulação, como *O Malho* ou a revista *Fon Fon*, que sempre reservavam um espaço para o teatro; ou ainda um almanaque visando atender o “público inteligente e progressista que habita nos subúrbios”.⁷ Boletins e anuários eram também meios de divulgação do que acontecia no meio teatral, e mais, de necessidades vividas pelos artistas, como fazia, por exemplo, o *Anuário da Casa dos Artistas*, fundado pelo ator Leopoldo Fróes em 1918. Esses periódicos eram, então, mais um recurso para a divulgação de ideias, propostas e alternativas, e se tornaram fundamentais na história da imprensa e do teatro. Assim, o resgate dessas fontes traz importante contribuição para que esses sujeitos, tanto os que figuravam nas manchetes quanto os que as escreviam, entrem para a memória dessa história que estamos construindo.

A imprensa era uma parte ativa na constituição de públicos, autores e companhias teatrais na cidade, além de formadora de opinião. Liam-se nos jornais as críticas teatrais, a divulgação das peças em cartaz, as histórias peculiares que aconteciam nos teatros da cidade, a convocação de artistas para ensaios e os convites aos leitores para participarem dos eventos promovidos por certo clube ou grêmio dramático. Havia biografias de atores e atrizes e discussões que, muitas vezes, deixavam claras as ideias de determinado articulista ou crítico. Um exemplo disso foi a discussão sobre a crise do teatro nacional que tomou as páginas dos periódicos

⁴ *O Amador*, periódico literário do Club Dramático Gonçalves Leite, ano I, n. 1, 8 de setembro de 1888. Tinha como presidente Antônio Gonçalves Leite. Outros títulos pertencentes a clubes dramáticos eram: *A Lyra*, órgão da Arcadia Dramática Esther de Carvalho (08 de setembro de 1888); *O Delormista*, órgão consagrado ao teatro fluminense e ao grupo delormista (31 de março de 1889); *O Jasmim*, órgão do Atheneu Dramático Esther de Carvalho (31 de março a 21 de abril de 1888); *A Aspiração*, órgão do Grupo Dramático João Caetano (14 de agosto de 1898); *O Guarany*, órgão do Guarany-Club (01 de janeiro de 1903); e *O Artista*, órgão da sociedade dramática particular Furtado Coelho (setembro de 1903).

⁵ Como o Grupo Dramático de Teatro Livre que se apresentou no Centro Galego, em 1907, e colaborou com o valor obtido com a venda de ingressos para o incentivo à publicação dos periódicos *Tierra Y Libertad* e *Terra Livre*.

⁶ *O Theatro*. Ano I, n. 2, 04 de maio de 1911. Esse jornal tinha Nazareth Menezes como diretor.

⁷ *Almanaque Suburbano*, criado por Coriolano Rossi, proprietário e dono da Tipografia Suburbana, na rua Engenho Novo. Era dirigido por Eduardo Magalhães. As publicações encontradas são de 1911 e 1912.

durante décadas. Nesse sentido, é possível perceber nas páginas desses jornais e revistas espaços de atuação de autores teatrais, ensaiadores, diretores e donos de companhias e teatros que tinham a preocupação de manter o vínculo com pessoas ligadas à imprensa, ou mesmo eram os próprios que tinham colunas nos periódicos.

Neste trabalho, busquei jornais e revistas que fossem mais específicos sobre teatro e, mais ainda, teatro amador. Os periódicos foram levantados desde o ano de 1850 até 1920. Os exemplares encontrados são, em sua maioria, os primeiros números do primeiro ano de publicação. Alguns possuem diversos exemplares que continuam ao longo dos anos, mas estes são em menor número. E foi partindo da análise dessa documentação que percebi a presença do teatro amador não apenas nos subúrbios cariocas, como vários articulistas da imprensa e críticos teatrais comentavam, mas também no Centro, próximo aos grandes teatros e às companhias teatrais profissionais. O “teatrinho”, como se referiam ao teatro amador, abarcava artistas dos mais diferentes grupos sociais e atraía plateias que se mostraram diversificadas e que tinham uma voz atuante e transformadora, não apenas em seu cotidiano domiciliar como também no ambiente de trabalho, nas associações de trabalhadores, nas rodas sociais que frequentavam e na construção de um novo e moderno Rio de Janeiro.

O memorialista Luiz Edmundo, em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, afirma que esses teatros estavam em todos os recantos da cidade, não apenas nos subúrbios:

Não há recanto da cidade, por mais remoto, por mais despovoadado que seja, que não se orgulhe de possuir um palcozinho, um grupo de amadores e, o que é melhor, uma numerosa e entusiástica plateia.

Possuímos, no centro, o Hodierno Clube, instalado no casarão do teatro Fênix, que espera a picareta de Passos, tendo por ensaiador melhor técnico que no gênero possuímos, o velho Heller. Além do Hodierno, há o teatro do Ginástico Português, o do Clube da Gávea, o do Grêmio de Botafogo, o do Elite, do Andaraí, o do Tijuca e o do S. Cristóvão. Há-os em Catumbi, no Itapiru, nas Laranjeiras, na Saúde (Clube Talma), no Campinho, em Cascadura e até em Jacarepaguá.⁸

Além da questão geográfica, Luiz Edmundo nos mostra ainda como os ama-

⁸ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 1, 2003, p. 280.

dores se organizavam. Foi a partir das referências de memorialistas, junto com jornais e estatutos dessas organizações, que pude fazer um mapeamento dos palcos amadores espalhados pelo Rio de Janeiro entre 1865 e 1920, e levantar o significativo número de cento e quarenta e hum diferentes locais onde grupos amadores faziam teatro, identificados como grêmios, clubes, palcos, teatrinhos e sociedades amadoras. Nos estatutos lidos pode-se identificar como se sustentavam e as regras sob as quais atuavam.

Octuz, articulista de *A Época Theatral*, de 1917, dá algumas pistas sobre as dificuldades enfrentadas pelos artistas amadores, sua forma de sustento, quem eram esses sujeitos e por que se propunham a fazer teatro sem transformá-lo em um meio de subsistência:

Conhecemos, porém, a sinceridade e a boa vontade com que quase todos agem, mas o que há são muitos e fundos obstáculos a vencer: os meios da vida, que não o palco, dos amadores, os lugares arredados em que residem, as vantagens numerosas feitas “mais ou menos” etc.

É preciso, porém, e justo que o povo suburbano os auxilie e estimule material e moralmente, com seus aplausos... e com as suas contribuições mensais.⁹

A publicação de crônicas nos periódicos também atuava na formação de públicos e de opiniões, como era o caso daquelas escritas por Artur Azevedo para o jornal *A Notícia*, em uma coluna semanal intitulada *O Teatro*, mantida durante o período de 1894 a 1908. Artur Azevedo dizia que esses “dilettantes” não dependiam da bilheteria para sobreviver e, por isso, eram uma possível solução para a discutida “crise do teatro nacional”,¹⁰ da qual falaremos adiante. Apesar de grande parte de suas crônicas se referir aos amadores “pertencentes às classes altas da sociedade”,¹¹ como ressaltam as organizadoras do livro, pode-se incluir em suas críticas outros grupos menos abastados, como o funcionário público Castro Viana: “Tenho as melhores notícias do desempenho dos papéis, e, ao que parece, mais

⁹ *A Época Theatral* – suplemento da revista *Letras e Artes*. Ano I, n. 1, 22 de setembro de 1917, p. 2.

¹⁰ AZEVEDO, Arthur. “O teatro”, in *A Notícia*, 12 de novembro de 1896, apud MENCARELLI, Fernando Antonio. *Cena aberta - a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora Unicamp, 1999. Pp. 204-05.

¹¹ NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer (orgs.). *O teatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. P. 91.

uma vez o brilhante amador Castro Vianna teve o ensejo de mostrar que nasceu para o teatro, seja embora um simples funcionário publico.”¹²

Outros exemplos são o professor da Escola de Medicina, o Dr. Chagas Leite, que tinha um teatrinho à rua Muratóri, o Dr. Bandeira de Gouveia, médico da polícia, Coelho Magalhães, cenógrafo hábil e pai do pintor Gaspar Magalhães, o escritor e cônsul Ricardo de Albuquerque, Silveira Serpa, promotor público, Cunha Júnior e Lupércio Garcia, ambos advogados, o capitalista Augusto Bracet, o corretor de fundos Joaquim Teixeira, Paiva Júnior, oficial da Marinha, e Francisco Valente, do *Jornal do Brasil*;¹³ todos eram amadores que atuavam ou escreviam para o teatro e deixaram marcas indeléveis. As peças encenadas variavam em gênero, podendo ser dramas, altas comédias, revistas, operetas ou mesmo óperas. Luiz Edmundo comenta a procura das seguintes peças por amadores nas livrarias da cidade: *Doutoras*, de França Jr, e *Fantasma branco*, de Macedo, ambas comédias de um ato.¹⁴

É possível reunir histórias como a de Ernesto de Sousa, pai de Gastão Penalva, autor de peças, canções, músicas e monólogos, que ergueu um palco em sua residência no Andaraí, na rua Leopoldo. Essas histórias nos levam a pensar na proliferação desses palcos e de suas encenações, que contavam com a presença de carpinteiros, maquinistas, amigos e vizinhos voluntários.¹⁵ O próprio Ernesto de Souza seria quem, mais tarde, fundaria o Grêmio Dramático do Andaraí, na rua Barão de Mesquita.

Os espetáculos muitas vezes atrasavam por falta ou esquecimento de algum objeto de palco, que em seguida tinha sua substituição improvisada. Erros por vezes podiam transformar um drama em comédia, mas o que importava era não apenas a diversão, mas também a democratização do teatro; textos literários eram levados a públicos que, morando em bairros mais afastados ou não, participavam de discussões levantadas pelas peças, fossem revistas ou dramas, clássicos da literatura ou textos escritos pelos próprios participantes das peças. Fosse temas operários ou comédias de costumes, o fato é que o teatro provocava debates que podiam alcançar cada uma das casas cariocas. Apesar dos improvisos, as organizações amadoras não eram espontâneas, elas tinham propostas específicas dependendo do grupo que participava, podendo ser um simples divertimento ou uma discussão política; mas, certamente, exprimiam diferentes identidades, demonstrando disputas e tensões sociais.

¹² AZEVEDO, Arthur. “O teatro, 20/04/1905”, in NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer.(orgs.). *O teatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

¹³ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 1, 2003. P. 281-82.

¹⁴ EDMUNDO, Luiz. Op. cit., p. 280.

¹⁵ EDMUNDO, Luiz. Op. cit., p. 281.

Em 1906, Artur Azevedo escrevia em sua coluna *O Theatro* uma reclamação sobre o número reduzido de espetáculos na cidade. No entanto, sua reclamação diz respeito apenas ao teatro profissional, porque ele comenta sobre o crescimento dos teatros de amadores:

Não! Isto não pode ser! Numa capital tão grande como a nossa, com uma população que tem crescido de ano para ano, e sempre fez do theatro o seu divertimento predileto, é impossível que haja um numero tão reduzido de espetáculos! (...)

Outros dizem que os amadores dramáticos substituíram os artistas, e o theatrinho o theatro; há, realmente, no Rio de Janeiro um número considerável de sociedades particulares, cada uma das quais por via de regra, dá um espetáculo todos os meses, – mas sociedades dramáticas sempre as tivemos; não eram tantas como hoje, mas, em compensação, havia menos gente, e deixem lá! nem elas podem competir como theatro a valer na apresentação de todos os elementos indispensáveis á satisfação do publico; nem este encontra nelas o ambiente especial nem as emoções que procura.

Não quer isto dizer que as sociedades de amadores não sejam dignas de animação e de apreço; tenho-me fartado de repetir que são elas o nosso único viveiro de artistas; assim o fossem também de autores, sendo que algumas, ainda neste particular, têm feito as mais louváveis tentativas.”¹⁶

Além da proliferação dos palcos amadores pela cidade, Arthur Azevedo se refere a eles como um viveiro de artistas, fossem atores, atrizes ou autores teatrais. Em suas crônicas, Arthur Azevedo também cita vários nomes de amadores que se tornaram famosos no teatro profissional, entre eles: Itália Fausta, Guilhermina Rocha, Leopoldo Fróis, João Luiz Paiva; e entre os portugueses que trabalharam no Rio de Janeiro: José Antonio do Vale, Maria Pinto, Luiza de Oliveira, Julia Moniz, Jesuína Saraiva, Carlos Leal e Alfredo Miranda.¹⁷

Os jornais especializados em teatro citam diversos casos de profissionais vindos de grupos amadores. O periódico *O Theatro*, cujo diretor era Nazareth de Menezes, em sua coluna dedicada ao teatro amador legendou uma foto de Cas-

¹⁶ AZEVEDO, Arthur. “O theatro, 08/03/1906”, in NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer (orgs.). *O theatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

¹⁷ NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer (orgs.). *O theatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, notas biográficas.

tello Branco dizendo: “...inteligente e aplicado, começou sua carreira nos palcos particulares, revelando-se logo um amador corretíssimo. Fez parte da companhia que trabalhou no Municipal”.¹⁸ O jornalista Hermano Possolo, na coluna “Actores”, elogiava a atriz Maria da Piedade, portuguesa que viveu no Rio de Janeiro e começou sua carreira como amadora na Sociedade Esther de Carvalho, em 1893, representando o drama *O poder de ouro*, e com apenas 14 anos já desempenhava o papel de Julia.¹⁹ Ou o ator José Bernardo Silveira, que começou trabalhando numa marcenaria e atuava na antiga Sociedade Dramática Filhos de Talma; seguindo para outros clubes, tornou-se empresário de uma companhia teatral; trabalhou no Circo François, foi dirigido pelo ator Francisco Santos e após uma longa trajetória chegou ao Teatro Municipal.²⁰ O *Almanaque Suburbano*, periódico anual, em 1912 fez uma homenagem a Julio Cesar de Magalhães “esforçado cultor da arte dramática”, que atuava desde os 14 anos em teatros particulares e apresentava-se em clubes dramáticos. Foi fundador do Club Dramático de Villa Isabel, do periódico *O leque*, diretor de *A Ribalta*, órgão do Club Thalia, onde também era ensaiador e diretor de cena, além de autor de diversas peças teatrais.²¹

De um lado vemos, então, amadores que se destacaram e entraram para o teatro profissional. Porém, existiam aqueles que faziam questão de manter-se no amadorismo. Danielle C. Carvalho, em sua dissertação de mestrado, analisa duas peças escritas por Coelho Netto em que o autor preferiu escolher um elenco amador, alegando que o profissional não era de qualidade, uma vez que fazia revistas e vaudevilles. Ela analisa essa relação que os amadores estabeleciam com os profissionais e diz que muitos não gostariam de exercer a profissão, por ser profundamente estigmatizada.

Arthur Azevedo pondera que, se já encontrava dificuldades para dizer a verdade aos atores de profissão, teria a pena “eternamente suspensa” se tivesse de analisar o desempenho de uma senhora da “*haute gomme*”, além de ter de escutar um “Este sujeito trata-me como se eu fosse uma atriz!”, caso fizesse uma observação desagradável sobre a mesma.²²

¹⁸ *O Theatro*, Rio de Janeiro, 04/maio/1911, n. 2.

¹⁹ *O Theatro*, Rio de Janeiro, 08/junho/1911, n. 7, por Hermano Possolo.

²⁰ *O Theatro*, Rio de Janeiro, 14/junho/1911, n.8, por Hermano Possolo.

²¹ *Almanaque Suburbano*, 1912.

²² CARVALHO, Danielle Crepaldi. “Arte” em tempos de “chirinola”: a proposta de renovação teatral de Coelho Netto (1897-1898). Dissertação de mestrado pelo Programa de Teoria e História Literária da Unicamp, 2009, p. 22.

O trecho dá uma importante indicação sobre quem eram esses amadores escolhidos por Coelho Netto: “senhora da *’haute gomme’*”. Então havia uma parte dos grupos mais abastados da cidade que queria fazer teatro, sem, no entanto, tornarem-se profissionais. Nesse caso, o preconceito com as atrizes era razão para permanecer no amadorismo, mas sem perder o que eles entendiam como qualidade artística.

Apesar de escrever bastante em suas crônicas sobre o teatro amador, Arthur Azevedo era sempre reticente em suas críticas. Ele dizia que “em se tratando de récitas de amadores, a critica perde naturalmente os seus direitos (...)”.²³ Não obstante, era aí que ele depositava suas esperanças para resolver a “crise do teatro brasileiro”. A maioria dos articulistas da época falava dessa crise quando discutia a questão do teatro de qualidade e se referia ao teatro de revista como um texto que não era “sério”. Interessante a contradição do próprio Arthur Azevedo, que aderiu a esse discurso mas, ao mesmo tempo, era um dos maiores autores de revistas (ficando particularmente conhecido por suas revistas de ano). Esse escritor sugeria que o teatro amador aproveitasse sua falta de interesse comercial para ser um “educador de plateia”, produzindo textos inéditos “de qualidade” de autores brasileiros, que fugissem ao gênero musical.

A compensação do trabalho amador não é ser chamado à cena oito ou dez vezes, nem cinquenta, mas ter a consciência de haver contribuído para educar o gosto dos seus concidadãos.

Fazer com que estes aplaudam o mau teatro é abusar da inconsciência e da sua ingenuidade; é pervertê-los ainda mais; é arrancar-lhes do cérebro as últimas noções, que porventura lá se conservem, do que seja literatura dramática.

O Elite deve ser uma casa de ensinamento e, e preguemos o termo, de sacrifício, o que aliás não o impedirá de ser, antes de tudo, um lugar onde a gente se divirta.²⁴

É importante notar que ele está falando do Elite Club, que tinha como participantes figuras pertencentes àqueles grupos mais abastados da sociedade. E, em outra crônica, em 1908, ele repete seu discurso para os amadores do Club Fluminense, do qual participavam artistas desse mesmo grupo social.

²³ AZEVEDO, Arthur. “O teatro, 23/11/1905”, in NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer (orgs.). *O teatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

²⁴ AZEVEDO, Arthur. Op. cit.

Muitas vezes tenho dito, e não cansarei de o repetir, que os nossos clubs de amadores devem por em contribuição o talento literário dos seus associados, e representar de preferência a outras quaisquer, as produções originais que desse esforço resultem. Vejo com prazer que o Club Fluminense, o Club 21 de Maio e outros compreendem e sentem essa necessidade e, se mais não fazem, é por circunstâncias independentes dos seus bons desejos. Só tenho palavras para animá-los nessa boa trilha. Uma peça mal feita por um sócio tem num teatro de amadores, significação mais elevada que a mais perfeita obra-prima do teatro estrangeiro.²⁵

Podia-se educar a sociedade através da dramaturgia. É exatamente essa a proposta de Arthur Azevedo nos trechos destacados acima e também de alguns jornais dedicados ao teatro.²⁶ A ideia era de que os amadores deveriam tomar para si a “missão” de levar o “bom teatro” ao público. Esse “bom teatro”, segundo Azevedo, era o teatro nacional, escrito por autores brasileiros, os quais ele valorizava mais do que a uma “obra-prima do teatro estrangeiro”. Na verdade, o que esses críticos queriam era levar os padrões de determinados grupos sociais às plateias heterogêneas que frequentavam os teatros. A “crise do teatro nacional”, lamentada por inúmeros intelectuais da época, era, na verdade, fruto de um preconceito e do paradigma europeu tentando moldar a cidade.

Nesse sentido, podemos pensar também nos grupos amadores e libertários estudados pela jornalista Roseli Fígaro, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que fez um estudo sobre o circuito cultural do teatro amador e operário luso-brasileiro em São Paulo e fala do crescimento desses grupos amadores a partir de 1904. O teatro, para os líderes das associações desses trabalhadores, era uma boa maneira de mobilizar a comunidade para incrementar a participação nas entidades associativas de socorro mútuo, recreativas, desportivas e dramáticas. As peças teatrais, comédias e dramas, principalmente, tratavam de temas os mais diversos, desde aqueles relacionados às lutas proletárias, às condições de trabalho até aqueles relativos à moral e aos valores familiares. Essa realidade de São Paulo tinha semelhanças com o que estamos vendo no Rio de Janeiro.

Para Luciana Barbosa Arêas, os grupos amadores de trabalhadores podiam

²⁵ AZEVEDO, Arthur. Op. cit.

²⁶ O clube dramático Gonçalves Leite deixava claro no primeiro número do seu periódico *O Amador*, em 1888, seus objetivos: “... moralizar a sociedade ensinando-lhe como se desafronta graves ofensas, qual o fim sinistro de uma paixão ou vida desregrada, as flores que recebem os heróis do bem e os grilhões que oprimem os heróis do mal.”

incentivar a sindicalização dos trabalhadores por meio das peças teatrais apresentadas nos festivais. Era uma forma de pensar sobre a realidade que esses trabalhadores viviam e, a partir daí, tentar melhorar a situação. Ela conta sobre os grupos dramáticos 1º de Maio, Germinal e Cultura Social, atuantes no Rio de Janeiro, que construíam palcos e cenários e confeccionavam os próprios figurinos – sempre simples e muitas vezes reutilizados em diferentes peças por falta de verba para os novos. Mas isso não invalidava o objetivo da empreitada, que era fazer o operário pensar suas condições de vida e compreender os aspectos teóricos básicos da teoria anarquista. Para isso, as peças libertárias eram escritas de forma simples e didática e o mundo anarquista representado de forma atraente “envolvendo os espectadores em uma grande catarse”.²⁷ O jornal *O Barbeiro*, em edição de 1926, nos mostra o objetivo didático dessas encenações:

O teatro – mesmo o que é feito por amadores – é um dos mais úteis senão agradáveis dos esportes. Ele nos proporciona entre outras coisas a cultura dos gestos e das maneiras. Corrige defeitos de linguagem, e obriga-nos à execução de uma perfeita estética.

Frequentar pois os *nossos* teatros, as nossas “soirées”, pertencer ao G.D.I. (Grupo Dramático Internacional) e auxiliá-lo em tudo que for possível é mostrar gosto artístico e progresso individual.²⁸

Até os anos 1920, os textos encenados eram principalmente traduções de originais europeus, podendo-se destacar os autores Pietro Gori, Malatesta, Francisco Ferrer e Jean Grave. A partir daí, surgiram mais textos de autores residentes ou que haviam residido no Brasil, como Neno Vasco, Gigi Damiani, Felipe Morales e Artur Rocha. Esse teatro era divulgado principalmente na imprensa operária. O jornal operário *Liberdade*, que foi publicado entre 1917 e 1919, manteve uma coluna fixa de notícias e críticas sobre teatro operário e amador, assinada por Miquelote Viana.²⁹

Milton Lopes, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro, escreveu um artigo chamado *Memória Anarquista do Centro Galego do Rio de Janeiro*, para o Núcleo

²⁷ ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996, p. 34.

²⁸ Jornal *O Barbeiro*, 11 de março de 1926, in ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996, p. 34.

²⁹ ARÊAS, Luciana Barbosa. Op. cit., pp. 33-35.

de Pesquisa Marques da Costa. Nesse artigo ele cita inúmeras peças teatrais, autores, artistas e grupos amadores que se apresentaram em diversas ocasiões para os frequentadores do Centro Galego, na antiga Rua dos Ciganos, entre a praça Tiradentes e o Campo de Santana. O artigo cobre quase vinte anos da história do movimento anarquista e operário no Rio de Janeiro, período do apogeu de sua militância e que marcou o Centro Galego como espaço de fundamental importância no desenvolvimento de uma cultura libertária e de apoio mútuo inserida nesse contexto de lutas do operariado carioca. O primeiro registro, levantado por ele, data de 12 de outubro de 1903, na estreia do Grupo Dramático de Teatro Livre – estabelecido na Associação Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, à Rua dos Andradas número 87, Centro do Rio –, com as peças *1º de Maio* (de Pietro Gori), *O mestre* e *A escola social*. O primeiro ensaiador e organizador do grupo foi o gráfico anarquista espanhol Mariano Ferrer, e a orquestra era predominantemente feminina. Dois integrantes do grupo, Luiz Magrassi e Antonio Domingues, faziam parte da comissão organizadora do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Outro nome importante desse grupo que iria se destacar no movimento anarquista é o do operário espanhol José Romero Ortega, conferencista de diversos eventos importantes ocorridos no Centro Galego. Ulisses Martins, espanhol, tipógrafo e ator do Grupo Dramático, mais tarde se tornaria ator profissional. Ele cita diversos outros eventos realizados no Centro Galego e destaca a figura de Helio Oiticica como palestrante em diversos desses eventos. Também ressalta uma parceria casual ou proposital – o que não lhe diminui o caráter significativo – com outro grupo amador: o Grupo Dramático Anticlerical, com sede à Av. Marechal Floriano, número 112, que pretendia “dedicar-se às representações teatrais e à propaganda dos ideais de emancipação humana”,³⁰ apresentando em diversas ocasiões a peça *O pecado da simonia*, de Neno Vasco, entre várias outras. Em 1907, ocorreram apresentações do Grupo Dramático de Teatro Livre, e Milton Lopes nos dá importante informação sobre os ingressos cobrados:

No dia 14, de acordo com o balancete publicado, 185 pessoas pagaram entrada, totalizando 370 mil-réis de ingressos, o que significou, deduzidos os gastos, a soma de 199\$600, dos quais 98\$800 remetidos à Tierra y Libertad e o restante à Terra Livre. Faltava ainda cobrar oito entradas, cujo produto seria dividido igualmente entre os dois jornais.³¹

³⁰ LOPES, Milton. *Memória anarquista do Centro Galego do Rio de Janeiro (1903-1922)*, publicado no Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, p. 4.

³¹ LOPES, Milton. Op. cit., p. 3.

Vê-se aí importante conexão entre o Centro Galego e o patrocínio de jornais operários com uma colaboração significativa vinda da cobrança de ingressos para o teatro amador. Assim, tanto o Centro Galego quanto os jornais operários são construções importantes de espaços e alternativas nas formas de luta de trabalhadores. Se fizermos uma conta simples, dividindo o valor arrecadado pelo número de pessoas, encontraremos o valor de 2 mil-réis por ingresso. O preço das cadeiras de primeira classe nos teatros do Centro, como o Carlos Gomes ou o São Pedro, saía pelo mesmo preço, e no São José podia ser encontrado ainda por mil-réis ou até 500 réis, o lugar mais barato.³² Luiz Edmundo também comenta os preços cobrados para uma ópera no teatro Lyrico no ano de 1901:

Nos anúncios do dia 26 de setembro são estes os preços das localidades, no Lírico: frisas e camarotes de 1ª classe, 60\$; de segunda 40\$; *fauteil* de orquestra e de varanda, 12\$; cadeiras de segunda classe, 5\$; galerias, 3\$000! Convém observar que os empresários, por essa época, pagam o aluguel do teatro que não é do governo numa média de conto de réis por espetáculo. E ganham, assim mesmo, rios de dinheiro!³³

Andrea Marzano fala sobre a possibilidade de cidadãos mais ou menos abastados frequentarem os diferentes teatros, profissionais ou amadores, no século XIX, assim como os diversos gêneros teatrais que estavam ao alcance de grande parte da população:

... com mil-réis no bolso um habitante do Rio de Janeiro podia escolher, em julho de 1867, entre assistir da segunda classe, no recreio da Fábrica de Cerveja da Rua da Guarda Velha, ao espetáculo do “homem incombustível”, deliciar-se com três comédias em um ato e duas cenas cômicas, uma delas escrita por Vasques, nas gerais do Teatro de São Cristóvão, ou divertir-se no Circo Olímpico com a Companhia Bartolomeu.³⁴

O que percebemos aqui é que a escolha de uma peça encenada por amado-

³² Esses dados se referem ao ano de 1920. Citado por GOMES, Tiago de Melo. *Um Espelho no Palco*. Op. cit., p. 93.

³³ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 1, 2003. P. 210.

³⁴ MARZANO, Andrea. *Cidade em cena – o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, FAPERJ, 2008. P. 64.

res não se dava pelo preço dos ingressos, já que eram exatamente os mesmos dos espetáculos profissionais (fossem revistas ou não). A opção pelo teatro amador se dava por interesse pelo tema debatido e pela participação nos eventos dos grupos com que cada sujeito se identificava, fosse pelo envolvimento político, pela vizinhança ou por simples diversão. O importante aqui é pensarmos que o preço dos ingressos cobrados por amadores nem sempre se diferenciava dos preços de muitas peças encenadas por atores profissionais. Esse dado reforça a ideia de que o teatro amador se espalhava pela cidade e conquistava novos públicos, porém não obrigatoriamente os menos favorecidos financeiramente. Assistir a uma peça representada por amadores era uma escolha regida pelo espetáculo que era apresentado e não pelo fato de ser mais barato. Acrescenta-se aqui a opinião de Arthur Azevedo ao dizer que o teatro, no Rio de Janeiro, era considerado gênero de primeira necessidade, “figurando no orçamento do rico e do pobre.”³⁵

O teatro amador parecia ser, através de seus diferentes gêneros, públicos e possibilidades, campo de disputas sociais e espaço de negociação de ideias, um meio de se pensar a realidade cotidiana. Desde as senhoras da “*haute gomme*” até os anarquistas do Centro Galego, as discussões, fossem eruditas ou operárias, eram polemizadas, tornando os palcos amadores também palcos de debates e conflitos da sociedade carioca no final do século XIX e princípio do XX, espaços em que se constituíam e expressavam sentidos e percepções sobre o processo de transformação do Rio de Janeiro.

³⁵ AZEVEDO, Arthur. O Theatro, 08/03/1906. In: NEVES, Larissa de Oliveira Neves e LEVIN, Orna Messer. (Orgs.). *O Theatro – crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

José Do Patrocínio e a Cidade Do Rio: Reflexões Sobre a Atuação de um Intelectual Abolicionista na Imprensa Carioca em Fins do Oitocentos

Flavia Fernandes de Souza*

Apresentação

Entre os nomes das personalidades que ficaram mais conhecidas na história do Brasil, certamente o de José Carlos do Patrocínio encontra-se em um lugar de destaque. Considerado um dos baluartes do movimento abolicionista brasileiro, uma vez que atuou ativamente na campanha pelo fim da escravidão na década de 1880 na então corte imperial, Patrocínio constitui, sem sombra de dúvidas, um importante personagem da história brasileira do final do século XIX. E não foi por acaso que vários memorialistas e/ou biógrafos se dedicaram a escrever sobre a vida desse ícone do abolicionismo no Brasil.¹

Não obstante, para além da “legenda abolicionista”, que geralmente se sobressai nas memórias e nas histórias – e até mesmo na historiografia – sobre José do Patrocínio, não podemos perder de vista que ele foi, sobretudo, um “homem de letras” que fez carreira no mundo da imprensa. Mesmo tendo participado ativamente na campanha pelo fim da escravidão, com artigos políticos de propaganda em jornais e a participação nos diferentes espaços ocupados pela luta antiescravista no Rio de Janeiro,² Patrocínio atuou por cerca de trinta anos no universo dos jornais. Sendo sujeito e personagem dos impressos, ele foi, entre outras coisas, jornalista, folhetinista, cronista político, editor, redator e proprietário de jornais; além de homem de negócios tipográficos na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1880, 1890 e nos primeiros anos do decênio de 1900, visto que faleceu no ano de 1905.

* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do *Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Política (GEPISP)*, coordenado pelas Professoras Dras. Magali Gouveia Engel (UERJ – PPGH-UFF) e Maria Letícia Corrêa (UERJ).

¹ Dentre as obras que se destacaram nesse sentido encontram-se: SENNA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983 (1909); MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986 (1924); ORICO, Oswaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (1931); MAGALHÃES JR., Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

² MACHADO, Humberto Fernandes. *Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*. Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História – 2007, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH). 10 p.

Nascido na cidade de Campos dos Goitacazes, em 8 de outubro de 1853, filho ilegítimo de um padre com uma de suas escravas, por volta dos seus 15 anos Patrocínio foi para a capital do Império para trabalhar e estudar. Formado em farmácia pela Faculdade de Medicina da Corte, em meados da década de 1870 ingressou nos ambientes dos jornais e foi, pouco a pouco, fazendo carreira no mundo das letras impressas. Começou escrevendo poemas líricos e apologéticos para pequenos jornais (como *A República* e o *Lábaro Acadêmico*) e trabalhando nos escritórios de periódicos (como quando ocupou o cargo de “assistente de revisão” no escritório da folha liberal *A Reforma*). Posteriormente, passou a escrever colunas (para a revista *Vida Fluminense*, por exemplo) e a idealizar e elaborar periódicos, como o folheto quinzenal de viés satírico intitulado *Os Ferrões*, que escreveu e publicou em 1875, ao lado de Dermeval da Fonseca.³

Ao constituir-se como uma importante aliada na divulgação da atividade intelectual de literatos e escritores em geral, principalmente no contexto efervescente das décadas finais do século XIX, a imprensa significou para Patrocínio um campo cheio de oportunidades. E pode-se dizer que sua inserção nesse espaço se consolidou quando passou a integrar o quadro fixo de colaboradores da *Gazeta de Notícias*, em 1877. Neste jornal, José do Patrocínio experimentou estilos diversos, publicando poemas, noticiando fatos, escrevendo folhetins (os mais conhecidos são *Mota Coqueiro ou pena de morte* e *Os Retirantes*) e assinando colunas com seu mais conhecido pseudônimo – *Proudhomme*⁴ –, como na famosa coluna intitulada *Semana Política*.⁵

No momento em que se tornava um jornalista conhecido e adquiria certa distinção social na capital, Patrocínio iniciou também suas atividades como proprietário de uma empresa jornalística. E isso se deveu a sua intensa atividade nos meios “brancos e letrados” e a sua inserção na militância abolicionista, que se deram, sobretudo, graças a sua produção escrita nos periódicos e a sua participação em conferências públicas – as quais o levaram a conquistar aliados e inimigos e o consagraram como um grande articulista e orador. Seu primeiro empreendimento nesse sentido resultou da compra da folha *Gazeta da Tarde*, em 1881.⁶ Mesmo ten-

³ SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutorado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006. Capítulo II.

⁴ Outro conhecido pseudônimo de Patrocínio e que ficou amplamente conhecido pelo público foi o de “Zé Pato”, sob o qual ele assinava artigos e poesias publicados no semanário ilustrado *O Besouro*, no final da década de 1870.

⁵ SILVA, Ana Carolina Feracin da. Op. cit. Capítulo II.

⁶ Quando da compra da *Gazeta da Tarde* por Patrocínio, este jornal já era o principal órgão da propaganda abolicionista na corte, sendo o que dava publicidade às conferências organizadas pelos defensores da abolição da escravidão. À frente do impresso estava Ferreira de Menezes,

do inúmeras dificuldades financeiras para manter a empresa funcionando e vendendo exemplares, Patrocínio foi um dos principais responsáveis por tornar esse jornal um dos mais vendidos na corte em meados da década de 1880.⁷

No decorrer dos anos 1880, Patrocínio firmou-se como intelectual e homem de negócios que militava na causa abolicionista e fazia de seu jornal uma trincheira de lutas pela causa que defendia.⁸ E foi exatamente no final dessa década, em 1887, que ele fundou o jornal *Cidade do Rio*, o qual representou o ápice de sua trajetória no mundo da imprensa. Tendo circulado, embora com interrupções, até 1902, a *Cidade do Rio* foi o palco de onde Patrocínio e outros intelectuais vivenciaram as experiências ligadas à decretação da abolição da escravidão no Brasil, à proclamação da república e aos primeiros e conturbados anos do novo regime político. E é por ter tal importância que a *Cidade do Rio* será o objeto de estudo do presente texto. Isso porque, a partir desse jornal, podemos analisar parte da trajetória de José do Patrocínio como “homem de imprensa” e como personagem da história cuja importância vai além da campanha abolicionista e da abolição da escravidão e se estende por mais dez anos de intenso engajamento profissional, político e social.

Sendo assim, é importante dizer que este trabalho – ainda em fase inicial de pesquisa – se divide em três partes, as quais procuram recuperar alguns momentos da existência da *Cidade do Rio*, bem como da trajetória de seu fundador, proprietário e diretor. O primeiro deles é o que marca a fundação do veículo e os anos de seu envolvimento na causa abolicionista, bem como o período imediatamente posterior ao fim da escravidão, ou seja, de 1887 a 1889. A segunda parte trata dos anos entre 1890 e 1894, momento mais conturbado da existência da folha em função do próprio contexto histórico da recém-inaugurada república. E o terceiro momento, correspondente, de modo geral, aos anos de 1895 a 1902, discute o ressurgimento do jornal após o período em que esteve fora de circulação e as dificuldades de Patrocínio para a manutenção da folha e para sua permanência como “homem de imprensa”.

Patrocínio e a *Cidade do Rio*: 1887 a 1889

Foi em 1887.

Apesar de todas as amarguras que me haviam [trovoado] [?] a

secundado por André Rebouças e Vicente de Souza. Cf. *Ibidem*. P. 128.

⁷ *Ibidem*. P. 135.

⁸ A própria Confederação Abolicionista foi fundada exatamente no escritório da *Gazeta da Tarde*, em 1883. *Ibidem*. P. 136.

vida, desde agosto de 1881, data em que adquiri a propriedade e assumi a redação da *Gazeta da Tarde*; apesar do desalento que me extenuava, não quis retirar-me da imprensa.

la acesa a campanha abolicionista, estava no governo do barão de Cotegipe e era chefe de polícia o desembargador Coelho Bastos. Se eu não prosseguisse no combate, estaria desonrado.

Com o minguado soldo que recebia da sociedade comercial, que tinha a propriedade da *Gazeta da Tarde*, resolvi fundar um outro jornal, e, em 27 dias, consegui aparelhar oficinas para publicar a *Cidade do Rio*. (...) ⁹

Era assim que, em 28 de setembro de 1899, quando a *Cidade do Rio* comemorava seus 12 anos de existência, Patrocínio escrevia sobre a fundação do jornal, em 1887. Em artigo no qual relatava os problemas pelos quais havia passado e estava passando para a manutenção da folha, Patrocínio deixava claro no início de seu texto as origens da *Cidade do Rio*. Segundo ele, o periódico surgia em decorrência de sua saída da redação da folha *Gazeta da Tarde*, de sua intenção de permanecer atuando na imprensa e, principalmente, de sua participação na campanha abolicionista, à qual vinha se dedicando desde o início dos anos 1880.

De fato, o jornal *Cidade do Rio* surgiu, sobretudo, como um desdobramento da intensa atividade de José do Patrocínio no movimento abolicionista. Desde sua fundação até os momentos imediatos da pós-emancipação, esta foi uma folha que sempre se apresentou como partidária da abolição imediata e incondicional da escravidão. E não era por acaso que, naqueles meses finais de 1887 e nos primeiros de 1888, esse jornal apresentava diariamente, e em primeiro plano, textos que tratavam da abolição, das ações do(s) movimento(s) abolicionista(s) e das críticas à escravidão e aos seus defensores. Na realidade, a *Cidade do Rio* se tornou um dos principais espaços impressos de divulgação, sugestiva e interessada, da propaganda abolicionista, fosse ela feita pelo próprio Patrocínio e seus redatores, fosse pela veiculação de matérias, acontecimentos ou textos de opinião sobre a campanha de uma maneira geral.

Entretanto, juntamente com a campanha abolicionista que tinha à frente a figura de Patrocínio, o qual incendiava as discussões nas páginas impressas com seus artigos de fundo,¹⁰ devemos destacar que a folha diária *Cidade do Rio* teve em suas origens outros aspectos. Na verdade, desde o início da circulação do jornal, que se

⁹ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1899. P. 1.

¹⁰ Alguns desses artigos podem ser encontrados em: CARVALHO, José Murilo de (org.). *José do Patrocínio: a campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: FBN, 1996.

apresentou ao público em um formato muito semelhante ao de outros periódicos que circulavam na cidade,¹¹ o escritório da *Cidade do Rio* tendeu a reunir um grupo seleta de redatores e colaboradores. Formada, sobretudo, por jovens literatos, a redação da *Cidade do Rio*, que se localizava na famosa Rua do Ouvidor, contava, nos seus primeiros anos de circulação, com a participação de escritores como Coelho Netto, Guimarães Passos, Luís Murat, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Paula Nei, Arthur e Aluísio de Azevedo, entre outros. E todos se reuniam em torno de José de Patrocínio na composição do jornal recém-fundado e na participação na campanha abolicionista.¹²

Sendo assim, em 1888 a folha de Patrocínio contava com a colaboração regular de escritores que dividiam as seções, o noticiário, os folhetins e as séries cronísticas. De acordo com pesquisa feita por Ana Carolina Feracin da Silva, naquele momento Pardal Mallet assinava várias colunas diárias ou semanais sob o pseudônimo “Fulano de Tal”, além de alguns folhetins. Com poesias, Olavo Bilac fazia seu nome conhecido, e junto ou alternadamente com Mallet assinava, sob o pseudônimo “Victor Leal”, a coluna *Através da Semana*. Coelho Netto publicava quase que diariamente diversos contos e crônicas, muitos dos quais sob o pseudônimo “Caliban”; outros codinomes incluíam Chispa, Puck, Ariel e Tartarin. Já Luís Murat era autor de longos poemas seriados. Os outros escritores eram frequentemente referenciados no jornal, o que indica que participavam eventualmente de sua redação.¹³

E foi esse grupo de intelectuais que, ao lado de Patrocínio, viu e participou, por meio da *Cidade do Rio*, das comemorações pela decretação da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, bem como dos desdobramentos da tão esperada abolição. E isso porque nos meses subsequentes e ao longo do ano de 1889 a *Cidade do Rio* foi um dos espaços impressos mais destacados na imprensa carioca, uma vez que seu proprietário estivera no centro de duas grandes discussões políticas e sociais do período: o debate que ficou conhecido pelo lema “Indenização ou República”

¹¹ Ou seja, tinha de quatro a seis páginas, sendo as últimas dedicadas aos anúncios e as primeiras, aos artigos sobre política, ao noticiário geral, aos folhetins, às séries cronísticas, aos contos e poesias, às notas sobre atividades parlamentares, às informações comerciais e às notícias sobre a vida social.

¹² Analisando a obra *A Conquista*, de Coelho Netto (1899), Ana Carolina Feracin afirma que “(...) a crença no poder transformador da literatura e a possibilidade de intervenção social que lhe era atribuída constituíram um forte elemento de identificação entre esses escritores. Sob a bandeira da abolição, a trincheira de luta cotidiana desse grupo de literatos foi construída em torno da ‘conquista’ de um lugar reconhecido no mundo literário (...)”. Cf. SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de mestrado em História Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001. P. 46.

¹³ SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição*. Op. cit. Pp. 151-52.

e aquele que envolvia os acontecimentos ligados à criação e às ações da chamada Guarda Negra.

Tendo em vista a posição contrária assumida por Patrocínio em relação aos interesses de antigos proprietários escravistas que exigiam da Coroa uma compensação financeira pela abolição dos escravos, sob a ameaça de aderirem às hostes republicanas, o diretor da *Cidade do Rio* se tornou um dos principais alvos dos propagandistas do novo regime.¹⁴ E isso porque, naquele momento, Patrocínio, que até então se colocava como um defensor da República, divergia sistematicamente da maneira como os partidários do Partido Republicano se colocaram neste debate. Afinal, o partido aceitava cada vez mais as adesões de proprietários descontentes com a monarquia pelo fato de ter sido decretada a abolição. Além disso, o diretor da *Cidade do Rio* assumia uma postura de gratidão e de defesa pública em relação à princesa Isabel e ao gabinete ministerial conservador presidido por João Alfredo, os quais, no seu entendimento, haviam sido os patrocinadores da abolição.¹⁵

A *Cidade do Rio* se tornou um dos principais espaços em que essa disputa ocorreu. E isso se dava tanto nas páginas do jornal, em que Patrocínio defendia-se dos ataques de propagandistas republicanos e conquistava, pouco a pouco, novos desafetos, como Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e Silva Jardim, quanto no próprio escritório da folha, que sofreu baixas de escritores descontentes com a posição assumida por Patrocínio em relação à regente e aos representantes da monarquia. Entre os que se desligaram do jornal, sendo alguns apenas temporariamente, estavam Coelho Netto, Pardal Mallet, Olavo Bilac e Luís Murat.¹⁶

¹⁴ A origem desse debate remonta a um encontro de fazendeiros descontentes com a Abolição, ocorrido em São Paulo no dia 24 de maio de 1888, no qual muitos ex-proprietários de escravos aderiram à causa republicana, formando ainda uma caixa destinada a financiar um futuro golpe contra a monarquia. Cf. MAGALHÃES JR., Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969. Pp. 246-47. Ver também: MACHADO, Humberto Fernandes. “José do Patrocínio e ‘os republicanos de 14 de maio’: as tentativas de indenização aos senhores de escravos”. Disponível em: <<http://sbph.org/2008/historia-poder-sociedade/humberto-fernandes-machado>>. Acessado em: 19/09/2010.

¹⁵ MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit. Capítulo 24; SILVA, Ana Carolina Feracin. *Entre a pena e a espada...* Op. cit., pp. 49-50.

¹⁶ De acordo com Silva, a identidade que unia aquele grupo de intelectuais ao redor de José do Patrocínio na *Cidade do Rio* sofreria significativos abalos nesse momento. Segundo a autora, os literatos que compunham a redação do jornal tomariam posições diferenciadas. “Embora partilhassem da mesma postura de seu líder quanto à questão da indenização e repudiassem as adesões de ex-proprietários às hostes republicanas, deveriam encarar com bastante desconforto as manifestações de gratidão expressas por Patrocínio na grande maioria dos seus textos. Na projeção daqueles jovens escritores, a obra da Abolição teria sido fruto de um trabalho militante empenhado por eles e onde o talento teria ocupado um lugar de destaque na luta contra a escravidão.” Descontentes, alguns escritores do grupo procuraram outros meios de divulgar suas ideias,

Em confluência com esse processo, os atritos e as polêmicas entre José do Patrocínio e os republicanos ganharam novos contornos com a criação e as ações da associação de um grupo de libertos que estariam comprometidos com a defesa da princesa Isabel e era então chamada de Guarda Negra Redentora.¹⁷ Naquele contexto de acirramentos entre monarquistas e republicanos, que se intensificou no final de 1888 e nos primeiros meses de 1889, Patrocínio foi acusado por adversários políticos seus de ser um dos inspiradores da Guarda Negra e de incentivar os conflitos que estavam ocorrendo entre os membros desta associação e os republicanos fluminenses. Na *Cidade do Rio*, artigos inflamados foram escritos por Patrocínio de modo a responder às acusações que lhe eram feitas por republicanos como Quintino Bocaiúva no jornal *O Paiz*.

Nesse clima de animosidades, que envolveu, para além dos confrontos e das exaltações de ânimos na imprensa, incidentes que evidenciavam a existência de conflitos reais nas ruas da capital, um fato ficava cada vez mais evidente em meados de 1889: a monarquia estava extremamente fragilizada com a expectativa geral e crescente de mudança de regime político. Nesse contexto, a *Cidade do Rio*, que desde a Abolição defendera, a partir do posicionamento tomado por seu diretor, o ministério de João Alfredo, com a troca de gabinete ocorrida em junho de 1889 – que passara a ser presidido pelo liberal visconde de Ouro Preto –, retornou a sua posição oposicionista em relação ao governo imperial. Patrocínio voltou, então, a afirmar, na *Cidade do Rio*, sua militância pela causa republicana – da qual não se sabe ao certo se de fato chegara a abandonar, pois, ao que tudo indica, o posicionamento de Patrocínio no momento imediato à pós-emancipação se deveu muito mais a uma aliança com um grupo político específico, com o qual havia conquistado a vitória de uma causa havia muito defendida, do que à defesa da monarquia propriamente dita:

fundando assim dois pequenos periódicos no decorrer de 1889 (*A Rua*, publicada entre abril e julho, e *O Meio*, que circulou entre agosto e dezembro). Cf. *Ibidem*, p. 66.

¹⁷ Como destaca o historiador Flávio Gomes, o que se sabe sobre a Guarda Negra é o que apareceu na imprensa, em que desde o início foi alvo de críticas e controvérsias. “Houve diversas versões sobre a data e o local de seu surgimento. Teria sido criada em 1888 pela Confederação Abolicionista (...) nas dependências do periódico abolicionista *Cidade do Rio*. Ali se teriam reunido abolicionistas como João Clapp, José do Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor, oficializando a criação (...) de uma organização de libertos que deveria proteger e defender a liberdade dos negros e, em especial, a figura da princesa Isabel, que a representava. Há, porém, registros de um encontro anterior, ocorrido em julho na casa do abolicionista Emílio Rouède, com a presença de vários libertos. Nada sabemos, porém, sobre quem eram tais libertos ou mesmo sobre os representantes da Liga dos Homens de Cor.” Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Pp. 16-17.

(...) folha republicana, não obedece, entretanto, passivamente, sem exame, a direção dada à propaganda republicana brasileira. É republicana da República e não dos republicanos; advoga ideias e não personalidades. Não espera nem pede auxílio ao seu partido, que o fulminou com seu interdito, mas está pronta a correr com ele todos os perigos de combate, sem tréguas, por todos os meios e com todas as armas ao adversário comum – o Império. (...) ¹⁸

No dia 15 de novembro de 1889, Patrocínio voltou ao centro da cena política republicana da capital, pois participou ativamente dos acontecimentos que levaram à mudança do regime político. Apesar de as iniciativas para o golpe terem partido dos setores militares e terem sido implementadas por tropas insurgentes, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, no Campo da Aclamação, Patrocínio participou das movimentações ocorridas naquele dia. Sabendo dos boatos de que a república não havia sido oficialmente proclamada, a despeito da prisão e da deposição do gabinete ministerial, Patrocínio, que era então vereador da Câmara Municipal, organizou um movimento popular para sancionar uma representação que declarasse a deposição da monarquia e estabelecesse a república como nova forma de governo no país.¹⁹ E esse envolvimento do diretor da *Cidade do Rio* não foi o ponto máximo de sua atividade política e social na capital. Na realidade, nos anos seguintes José do Patrocínio esteve ativamente ligado ao complexo contexto que caracterizou os primeiros anos republicanos, marcando presença entre os diversos grupos que estiveram em disputa.

Patrocínio e a *Cidade do Rio*: 1890-1894

A última década do século XIX começou com dificuldades para Patrocínio e a *Cidade do Rio*. Em sua vida pessoal, o ano de 1890 foi marcado inicialmente pelo falecimento prematuro de uma filha, em dezembro de 1889, e pelas desconfianças com que o jornalista foi visto pelos novos governantes. E para a *Cidade do Rio* e a imprensa de uma forma geral, o início do decênio foi anunciado, sobretudo com o primeiro decreto do Governo Provisório de Censura, de 23 de dezembro de 1889, o qual determinava que “os indivíduos que conspirassem contra a República e o seu

¹⁸ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889. P. 1.

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. “O 15 de Novembro”, in _____; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Pp. 13-16; MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit., pp. 280-88.

Governo”, que aconselhassem ou promovessem, “por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar”, seriam julgados militarmente e punidos com penas militares de sedição.²⁰

Contudo, ainda naquele ano, Patrocínio e a sua *Cidade do Rio* voltaram-se para os primeiros ataques ao Governo Provisório e tiveram como alvos dois conhecidos nomes do novo governo, isto é, Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, e Rui Barbosa, ministro da Fazenda. As críticas deviam-se ao processo de negociação, liderado por Bocaiúva, de um tratado prejudicial para a política brasileira e que visava resolver a questão das Missões com a Argentina, e à política financeira implementada por Rui Barbosa.²¹

No entanto, em meio a tais dificuldades, a folha de Patrocínio obteve certos ganhos naquele mesmo ano. Na realidade, tudo se deveu à proximidade de Patrocínio com o novo governador do estado, Dr. Francisco Portela. Admirador dos “homens de letras”, Portela favoreceu vários intelectuais, oferecendo empregos e concessões, durante o período em que esteve no poder, e Patrocínio foi um desses beneficiados. Nesse período, a *Cidade do Rio* teve suas finanças melhoradas com a relativa prosperidade que se estabeleceu em sua administração após o auxílio recebido do governador, que se deu por meio de concessões, para drenagem e saneamento de áreas da Baixada Fluminense, para serem vendidas a empresas interessadas. Um dos benefícios gerados por esse processo foi o envio de Olavo Bilac para a França como correspondente internacional do jornal.²²

Ainda em 1890, em outubro, José do Patrocínio viajou com a família para a Europa e por lá ficou até início de 1892. Durante esse período a *Cidade do Rio* ficou sob o comando de Emílio Rouède e sob a vigilância que o governo estava impondo à imprensa naquele momento, que se intensificou após o empastelamento do jornal *A Tribuna* – sucessora do periódico monarquista *A Tribuna Liberal* –, em resposta às críticas feitas por seu redator-chefe, Eduardo Prado, aos elogios do ministro Rui Barbosa a Deodoro da Fonseca. O episódio resultou na morte de um revisor e ficou conhecido como uma das grandes arbitrariedades do Governo Provisório.²³

O retorno de Patrocínio ao Brasil se deu em meio ao conturbado contexto de finais de 1891. Ou seja, após a dissolução do Congresso, a decretação de estado de sítio e a renúncia de Deodoro, que se seguiu ao descumprimento da Constituição, bem como a elevação do marechal Floriano Peixoto à presidência. Sendo anuncia-

²⁰ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”, in MARTINS, Ana Luiza; e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. P. 85.

²¹ MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit. Pp. 293-94.

²² Ibidem. Pp. 294-95.

²³ Ibidem. Pp. 296-97; MARTINS, Ana Luiza; e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). Op. cit., p. 85.

do em vários jornais da capital, José do Patrocínio retornou ao Brasil em março de 1892. E, reassumindo a direção da *Cidade do Rio*, colocou-se imediatamente na oposição ao governo de Floriano Peixoto, como vinham fazendo vários jornalistas que questionavam a legalidade da presidência florianista e julgavam que novas eleições deveriam ser convocadas.²⁴

Nesse momento, então, José do Patrocínio, por meio da *Cidade do Rio*, mais uma vez se destacou no cenário da capital, dedicando-se ativamente na campanha contra o “ditador” Floriano Peixoto. Além da *Cidade do Rio*, outro jornal que também ganhou destaque na imprensa foi *O Combate*, no qual o próprio Patrocínio publicou artigos de críticas ao governo. Fundado em janeiro de 1892, por Pardal Mallet e Olavo Bilac, este jornal tinha o propósito de fazer oposição ao marechal e defender a convocação de novas eleições presidenciais.²⁵

A campanha oposicionista travada na imprensa ganhou as ruas da cidade no dia 10 de abril de 1892, quando ocorreu uma manifestação de homenagem a Deodoro, que naquele momento convalescia. Reunindo um grupo formado por jornalistas, escritores, militares descontentes, congressistas e pessoas comuns nas imediações da casa do marechal Deodoro, “o evento implicava, mesmo que seus organizadores negassem, uma atitude pública antiflorianista, e assim foi entendida pelo governo, que a dissolveu como sedição contra a República”.²⁶ Após decretar estado de sítio na capital por três dias, Floriano ordenou a detenção dos envolvidos e suspeitos. E nesse grupo encontrava-se Patrocínio, que foi, juntamente com mais de quarenta civis e militares, desterrado para o estado do Amazonas.²⁷

O proprietário da *Cidade do Rio* retornaria à capital federal e às atividades na imprensa somente em setembro de 1892, beneficiado pela promulgação da anistia, em agosto. Junto com ele retornaram à redação da *Cidade do Rio* Pardal Mallet e Olavo Bilac, que, tendo em vista o desaparecimento de *O Combate*, voltariam a fazer críticas ao governo florianista, mais uma vez em torno de Patrocínio.²⁸

Todavia, embora tenham sido anistiados, a polícia e os partidários de Floria-

²⁴ Em linhas gerais, o debate girava em torno do desrespeito do artigo 42 da Constituição, o qual previa que em caso de vagância da presidência ou da vice-presidência em um período inferior a dois anos de mandato presidencial novas eleições deveriam ser convocadas. Cf. FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso”, in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 60-66.

²⁵ SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição*. Op. cit., p. 171.

²⁶ FLORES, Elio Chaves. Op. cit., p. 61.

²⁷ SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição*. Op. cit., pp. 173-74.

²⁸ Ibidem, p. 174; MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit., pp. 307-20.

no continuaram vigiando aqueles considerados suspeitos. Nesse clima, a redação da folha de Patrocínio sofreu constantes represálias dos simpatizantes do governo de então. Nos primeiros meses de 1893 foram publicadas várias notícias sobre ataques feitos ao prédio da *Cidade do Rio* por grupos jacobinos – tal como eram chamados os partidários do governo do marechal Floriano. E em resposta aos ataques sofridos, Patrocínio publicava artigos nos quais “acusava o presidente de ser o verdadeiro promotor de tais ações, planejando desta forma o assassinato indireto de jornalistas”.²⁹

Mantendo cada vez mais uma imagem oposicionista – e subversiva para o governo –, ao fazer críticas à atuação governamental em relação à Revolução Federalista no sul do país,³⁰ a redação da *Cidade do Rio*, principalmente seu diretor, foi imediatamente considerada suspeita da eclosão da Revolta da Armada, contra os poderes constituídos do vice-presidente Floriano Peixoto.³¹ Assim, em um momento em que a folha e seu proprietário afundavam em dívidas e passavam por processos comerciais que ameaçavam a circulação do jornal,³² Patrocínio se viu na iminência de ser preso. E de modo a garantir a circulação da folha, tendo em vista que iria refugiar-se na casa de seu sogro, em São Cristóvão, pediu para que Luís Murat assumisse a direção da *Cidade do Rio* no período em que estivesse afastado da cidade. Entretanto, tão logo assumiu a chefia do jornal, Murat publicou, em 24 de outubro daquele ano, no espaço dedicado ao editorial, o manifesto do líder da revolta, Custódio José de Mello. E no mesmo mês, devido à decretação do estado de sítio, foi suspensa a publicação do jornal, que, com o afastamento de seu proprietário e o agravamento dos consecutivos processos e ações comerciais movidos contra Patrocínio e seu empreendimento tipográfico, ficou sem circular até 1895.³³

²⁹ Ibidem, 174-76.

³⁰ Envolvendo um conflito entre as forças políticas que disputavam o governo do Rio Grande do Sul, a chamada Revolução Federalista foi uma guerra civil entre republicanos alinhados com a política centralista do governo de Floriano Peixoto, liderados por Júlio Castilhos, e federalistas defensores da descentralização política, liderados por Gaspar de Silveira Martins. Sobre o assunto consultar: FLORES, Elio Chaves. Op. cit., p. 72-82.

³¹ A Revolta da Armada foi um movimento de oposição ao marechal Floriano Peixoto que eclodiu no Rio de Janeiro e se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894. Liderados pelo almirante Custódio José de Melo, os revoltosos, localizados na Baía da Guanabara, bombardearam as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Sobre a revolta, consultar: Ibidem, pp. 66-72.

³² Ana Carolina Feracin afirma, sobre o empreendimento tipográfico de Patrocínio, que este “afundava em dívidas, os empregados não recebiam salários e a *Cidade do Rio* perigou não circular em algumas ocasiões pelas constantes ameaças de greve dos empregados. Os processos comerciais que acometeram Patrocínio quase que consecutivamente entre 1893 e 1894 são ainda mais indicativos da situação periclitante da folha, pois resultaram em ambos os casos na penhora executiva dos bens da empresa jornalística.” Cf. SILVA, Ana Carolina Feracin. *De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição*. Op. cit., p. 176.

³³ Ibidem. Pp. 178-80; MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit., pp. 307-20.

Patrocínio e a Cidade do Rio: 1895 a 1902

No dia 2 de maio de 1895, a *Cidade do Rio*, registrada sob a propriedade de Patrocínio & C., voltou ao cenário da imprensa carioca. Com escritório instalado na Rua do Ouvidor e tendo como redator-chefe Dermeval da Fonseca e redator-político o próprio Patrocínio, a *Cidade do Rio* reapareceu com uma estrutura muito semelhante àquela com que circulava anos antes. A folha de Patrocínio apresentava quatro páginas, sendo as duas últimas dedicadas aos anúncios e as duas primeiras ao editorial, às notícias diárias, aos folhetins, às séries cronísticas e aos boletins parlamentares, além das declarações, das colunas “sport”, “loterias” e “notas comerciais”, entre outras pequenas seções.³⁴

O retorno da *Cidade do Rio* à imprensa foi amplamente divulgado nos jornais da capital e de outros estados. Periódicos como o *Jornal do Commercio*, *O Paíz*, a *Gazeta de Notícias*, a *Notícia*, a *Gazeta da Tarde*, o *Correio da Tarde*, entre outros, notificaram o reaparecimento da folha. Fazendo elogios a José do Patrocínio frente às dificuldades vividas nos anos anteriores e ao passado do jornal na campanha abolicionista, tais referências à volta da *Cidade do Rio* na imprensa destacaram, sobretudo, dois pontos que caracterizariam a então chamada “nova fase” da folha.

O primeiro deles dizia respeito à composição da sua redação. De modo geral, vários jornais cariocas, quando apresentaram as “boas-vindas” à *Cidade do Rio*, salientaram os nomes que compunham a redação do jornal, bem como o conjunto de escritores colaboradores. Assim, utilizando expressões como “nomes dos mais conhecidos na literatura e no jornalismo”, a maioria dos jornais que referenciou a volta da circulação da *Cidade do Rio* mencionou, tecendo elogios, a questão do corpo jornalístico e literário nesse novo momento de existência do jornal.³⁵

(...) Sobre a redação (...) ficou organizada do seguinte modo: Dr. Dermeval da Fonseca, redator-chefe; Carlos Dias e Dr. Joaquim Campos Porto, redatores-literários; Dr. Cavalcanti de Mello, redator jurídico; Carlos Lacerda, redator da seção dos estados; José do Patrocínio, redator político. Além desses redatores, conta a *Cidade do Rio* com a colaboração de um grande número de escritores notáveis, entre os quais deve citar os nomes dos Drs. Martinho Garcez, Annibal Falcão, Gastão Bouquet, Barros Cassal, Emílio Nousbam, Dr. Silvio Romero, Figueiredo Coimbra,

³⁴ *Cidade do Rio*, 02 de maio de 1895.

³⁵ *Cidade do Rio*, 04 de maio de 1895, p. 2; *Cidade do Rio*, 05 de maio de 1895, p. 1.

José Barbosa da *Notícia* e Oscar Rosas. (...) ³⁶

De fato, esta parecia ser uma das marcas da *Cidade do Rio* na imprensa e uma das memórias que naquele momento já eram construídas sobre o jornal, visto que sempre que apareciam referências à redação e aos colaboradores da folha era comum que se manifestasse esse entendimento de que a *Cidade do Rio*, ao longo de sua história, reunia um importante grupo de escritores e literatos da época. Um exemplo desse tipo de referência apareceu ainda naquele ano de 1895. Em nota intitulada “Cidade do Rio” aparecia a seguinte colocação: “(...) Cremos que nos é lícito afirmar que a *Cidade do Rio* agrupou em seu seio a fina flor da nossa literatura, correspondendo assim à confiança e estima que lhe tem dispensado o público (...)”. ³⁷

Vale ressaltar que nos anos seguintes essa característica da *Cidade do Rio* foi frequentemente reforçada pelo jornal. Em 1900, na edição de aniversário da folha, encontramos outro exemplo. Trata-se de um pequeno artigo escrito por Dermeval da Fonseca no qual o autor fazia propaganda da *Cidade do Rio*, tentando definir sua natureza e seu papel na imprensa.

(...) É o grande segredo da Cidade do Rio não outro senão este mesmo: atrair os talentos e as competências, fazê-los contribuir com todos os seus esforços e com todos os seus valores, para a composição da folha, e de maneira a ser a Cidade do Rio o que realmente é neste momento: o jornal que exhibe ao público a colaboração artística a mais completa, porque nela se tem encontrado um verdadeiro steeple chase (...) toda uma plêiade de artistas que são os primeiros na audiência e na recepção simpática do público fluminense.

Vejam bem que a *Cidade do Rio* foi hábil. Reparem que a *Cidade do Rio* não poupou esforços. Reconheçam que a *Cidade do Rio* foi inteligente, atraindo a sua casa todos os bons talentos e todas as verdadeiras competências, para ser uma folha que devia ser aquilo que queria ser: o ateliê em que se encontrassem os intelectuais que fazem questão de laborar, de viver, de progredir. (...) ³⁸

³⁶ Nota do *Jornal do Commercio* citada na *Cidade do Rio*, em 04 de maio de 1895, p. 2.

³⁷ *Cidade do Rio*, 16 de dezembro de 1895, p. 2.

³⁸ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1900, p. 1.

O segundo ponto que foi destacado na imprensa quando do reaparecimento da *Cidade do Rio* foi a proposta apresentada no “artigo-programa” do seu primeiro número, de 1895. Segundo as referências feitas nos jornais, Patrocínio, depois de manifestar sua “fé” e seu “amor” pela república, declarou que iria trabalhar pela revisão da Constituição e pela pacificação do Sul.³⁹ No que se refere à questão constitucional, ele teria afirmado que iria dedicar todo o seu esforço no sentido de modificar o “autoritarismo presidencial”, uma vez que a primeira Constituição republicana, “obra de afogadilho, que não pode ser considerada fórmula intangível de uma civilização”, voltava-se para “a ameaça da ditadura”.

De fato, ao que tudo indica, o retorno da *Cidade do Rio*, em 1895, foi, fundamentalmente, marcado pela volta de Patrocínio à produção de textos políticos – na sua coluna semanal, intitulada “Semana Política” – e aos debates impressos. E a campanha pela pacificação do país foi o primeiro desses temas. Ao longo dos primeiros meses de circulação da *Cidade do Rio* em 1895, Patrocínio e outros redatores da folha trataram várias vezes da necessidade da pacificação do Rio Grande do Sul, demonstrando a expectativa de renovação trazida com a subida ao poder de Prudente de Moraes. Esperava-se também que se desse o fim da guerra civil, bem a anistia daqueles que haviam sido presos durante o período de confrontos – iniciado em agosto de 1895.⁴⁰

Ainda no ano de 1895, outro assunto que ocupou a pena de Patrocínio e as páginas da *Cidade do Rio* foi a notícia de que a Inglaterra havia ocupado a ilha de Trindade, situada próxima à costa do Espírito Santo. Esse acontecimento agitou o governo e o Congresso Nacional e foi, muitas vezes, tratado nos termos de “usurpação britânica”. A *Cidade do Rio*, especialmente Patrocínio, opinou bastante sobre tal questão nacional e sobre o debate que se estabelecia acerca da solução diplomática a que se deveria chegar. Em carta aberta, publicada na *Cidade do Rio* na edição de 18 de agosto de 1895, Patrocínio ironizava: “(...) A Inglaterra contenta-se com a ilha de Trindade, ou pretende tomar posse de mais algum território brasileiro? (...)”⁴¹

Nesses primeiros meses de circulação do jornal na sua “nova fase”, a atuação de Patrocínio na *Cidade do Rio* parecia bem intensa. Escrevendo sempre sobre questões políticas de caráter nacional, ao que parece Patrocínio não se manteve afastado dos debates do momento. Com seu estilo próprio – crítico e combativo –, manifestou-se acerca dos principais acontecimentos que agitavam a capital e a República e com eles se envolvia. Não por acaso, a edição de aniversário da folha,

³⁹ *Cidade do Rio*, 04 de maio de 1895, p. 2; *Cidade do Rio*, 05 de maio de 1895, p. 1.

⁴⁰ MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit., pp. 321-27.

⁴¹ Ibidem, pp. 323-26.

publicada em 28 de setembro de 1895, apresentou um pequeno texto que procurava destacar a importância da militância política do jornal.

Faz hoje nove [sic] anos de afanosa existência a *Cidade do Rio*. Não nos sentimos cansados ainda. (...) Duas heroicas campanhas venceu este jornal – a da Abolição e a da Paz. Quanta dor, quanto sofrimento, quanto lágrima foi derramada neste tirocínio nem o diremos. (...) Bastam que os seus leitores saibam que vencemos em toda a linha nessas duas magnas questões para a família brasileira – a libertação de uma raça e a ilaqueação das veias desta Pátria abertas na pavorosa sangria do Rio Grande. (...) Hoje travamos mais uma vez uma outra campanha – a campanha humanitária da anistia. Em todas essas lutas tivemos sempre do nosso lado a justiça, o que nos captou a geral simpatia brasileira. (...)⁴²

Para além do jornalismo cotidiano de combate, que se estendeu até o fim da sua vida e que levou o proprietário da *Cidade do Rio* a envolver-se, novamente, em polêmicas exaltadas – como aconteceria com Rui Barbosa, Campos Sales e Joaquim Murinho nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX⁴³ –, Patrocínio procurou investir, logo no primeiro ano de retorno do periódico, nos negócios do jornal. Assim, ainda naquele ano de 1895 ele entrou no campo dos anuários de modo a lançar em 1896 o *Almanaque da Cidade do Rio*.⁴⁴ Ainda não sabemos ao certo se o negócio prosperou, mas, ao que tudo indica, um elemento sempre esteve presente durante a existência do jornal de Patrocínio nos anos finais do século XIX: as dificuldades financeiras para a manutenção da circulação da folha e do quadro de funcionários.

Nos relatos feitos nas edições comemorativas de aniversário e em textos sobre a história do jornal encontramos com frequência referências aos problemas financeiros para a manutenção do jornal.

(...) Foi nesta data que nasceu a *Cidade do Rio* (...) Nasceu pobre, extraordinariamente combatida pelos elementos conservado-

⁴² *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1895.

⁴³ MAGALHÃES JR., Raimundo. Op. cit. Capítulos 33 e 34.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 330.

res do tempo. Este infortúnio de origem nunca mais foi vencido, de maneira que a *Cidade do Rio* tem sido sempre um posto de sacrifício de seus redatores. (...) ⁴⁵

(...) Para a *Cidade do Rio* descobriu-se um crime: ser pobre. (...) [José do Patrocínio]. ⁴⁶

(...) É preciso dizer, e dou disto o testemunho pessoal, que despendendo seus capitais e buscando uma colaboração brilhante, porém, muito dispendiosa, José do Patrocínio reduziu-se neste jornal do primeiro ao último dos serviçais: escreve dois, três artigos por dia, faz notícias, tem tempo para dirigir a pasta administrativa da folha, é impertinente fiscal – e está a toda e qualquer hora aqui, dentro de casa, dirigindo a *Cidade do Rio*. (...) D. da F. [Dermeval da Fonseca] ⁴⁷

Sendo vendido pelo mesmo valor – 100 réis – de 1895 a 1902 e apresentando um formato que pouco se alterou no decorrer desses anos, a *Cidade do Rio* parece ter de tido, de fato, uma trajetória difícil ao longo da sua última fase de existência. Embora ainda não tenha sido possível mapear com clareza de detalhes esse processo, é provável que, entre outros aspectos, estivesse em jogo o próprio contexto de mudanças da imprensa naquele momento. Como já se sabe, a imprensa oitocentista passou por um período de profunda inflexão nos anos finais do século XIX, momento em que os jornais se tornavam, pouco a pouco, grandes empresas, cuja circulação e cujo aparelhamento técnico, organizacional e financeiro, entre outros elementos, ganhavam novos contornos.

José do Patrocínio e a *Cidade do Rio* viveram de forma dramática o início desse processo histórico. Segundo Tânia Regina de Luca, a *Cidade do Rio* foi “testemunha de forma eloquente das mudanças em curso”, pois “o fracasso de Patrocínio assinala o crepúsculo do jornal feito de forma amadora e aventureira”, despojada de compromissos com a técnica e com a racionalidade de gerência demandada pelos moldes capitalistas. ⁴⁸

⁴⁵ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1897, p. 1.

⁴⁶ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1899, p. 1.

⁴⁷ *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1900, pp. 1-2.

⁴⁸ LUCA, Tânia Regina de. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”, in _____; MARTINS, Ana Luiza (org.). Op. cit., p. 157.

Palavras finais

Este texto compreendeu um esforço, ainda preliminar, de refletir sobre a trajetória de um importante intelectual do final do século XIX e suas relações com a imprensa. Seu objetivo foi o de tentar pontuar alguns elementos sobre a atuação de um destacado abolicionista brasileiro, José do Patrocínio, e sua atividade na imprensa carioca no período imediatamente posterior à Abolição. Partindo de um questionamento do pressuposto – comumente aceito em memórias, biografias e pela própria historiografia – de que a Abolição teria sido o ponto máximo da trajetória da vida pública de Patrocínio e o momento a partir do qual ele teria entrado em um profundo ostracismo, procuramos buscar algumas evidências sobre sua atuação na imprensa no período imediatamente posterior ao fim da escravidão.

Sendo assim, ainda que com dados incompletos em função do andamento da pesquisa, percebemos que Patrocínio permaneceu atuante na imprensa e no contexto histórico do pós-Abolição. E a *Cidade do Rio* constituiu-se importante espaço impresso, congregando um destacado grupo de escritores e literatos interessados na problematização da sociedade em que viviam.

Finalmente, pode-se dizer que as experiências de José do Patrocínio e de outros escritores, literatos e/ou jornalistas que em torno dele se concentraram na *Cidade do Rio* demonstram a postura de profundo engajamento e militância dos intelectuais da época frente às questões políticas e sociais de seu tempo.⁴⁹ Tendo em vista que tais “homens de letras” tinham em suas projeções a preocupação de pensar a nação e julgavam-se como sujeitos que possuíam um papel político de intervenção social, a literatura e a atividade escrita de modo geral – tal como a possibilitada pela imprensa – eram entendidas como campo privilegiado de ação, em que a produção textual era dotada de um forte poder transformador. E tal compreensão não se limitou ao período de ativa participação em causas específicas – como a da Abolição –, mas se estendeu ao longo da trajetória de vida daqueles intelectuais.

⁴⁹ Tal sentido do termo “intelectual” surgiu na França no final do século XIX, quando do chamado caso Dreyfus. Cf. FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. Pp. 34-42. Ver também: WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Parte 1.

Um indigesto netinho bastardo de D. Pedro II nas páginas do *Corsario*

Rodrigo Cardoso Soares de Araujo*

No raiar da década de 1880, as críticas ao regime imperial atingiram uma intensidade ainda não vista durante o Segundo Reinado. Ao lado da Questão Religiosa – que só seria superada totalmente com a separação entre Estado e Igreja promovida na República – e do Movimento Republicano, ganhava cada vez mais destaque no cenário político o Movimento Abolicionista, concentrado principalmente em sociedades e periódicos. Nesse contexto político, a imprensa também passava por grandes transformações, sobretudo no que diz respeito a seu aspecto empresarial.

O surgimento da *Gazeta de Notícias*, em 1874, inaugurou uma nova fórmula comercial na venda de periódicos, que a partir de então passaram a ser vendidos avulsos, em pontos fixos da cidade e, principalmente, nas mãos de jovens que os apregoavam pelas ruas. Antes dessas inovações operadas pela *Gazeta*, até era possível comprar os principais periódicos da Corte sem ser por assinaturas, mas eles eram vendidos discretamente, em algumas livrarias da cidade ou nas redações e tipografias onde eram impressos.

Nesse novo momento, porém, já podiam ser encontrados em diferentes casas comerciais da cidade, em diversos quiosques, estações de bonde, charutarias, armazéns, armarinhos e até mesmo em bilhares e lojas de louça.¹ Esses pontos de venda estavam concentrados no centro da cidade, mas também era possível ter acesso a esses periódicos em alguns bairros como Botafogo, Catumbi, Santa Tereza e Largo do Machado.

A nova estratégia comercial dinamizou a venda de periódicos de maneira que mesmo aqueles indivíduos sem condições financeiras – ou sem interesse – de obter a assinatura de alguma folha poderiam ao menos comprar algum exemplar em específico que lhe chamasse a atenção. Ademais, os transeuntes das principais ruas do centro da cidade eram constantemente bombardeados pela propaganda de diversos vendedores de jornais, que se esmeravam naquele trabalho que, para muitos deles, era o único meio de sobrevivência.

O jornalista teuto-brasileiro Carl von Koseritz, em sua estada no Rio de Janeiro

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ).

¹ Informação retirada dos pasquins que compõem o corpo documental deste trabalho.

ro, exagerava, como não raras vezes, em sua descrição de um aspecto do cotidiano da cidade. Em determinada ocasião, mencionou “milhares e milhares de rapazi-nhos italianos, negros e mulatos” vendendo periódicos. Por vezes, esses “rapazi-nhos” tentavam ludibriá-lo cobrando 100 réis pela *Gazeta de Notícias*, que valia, na verdade, apenas 40 réis².

Ainda no dia 2 de outubro de 1880, mais um entre tantos periódicos estreava no concorrido mercado de impressos da Corte Imperial, seus exemplares carrega-dos nos braços dos jovens vendedores de jornais estampavam o título: *Corsario*. Seu proprietário, que era também editor e principal redator, Apulco Marcos Mar-tins de Castro, nascido na província da Bahia, vinha, até então, exercendo a pro-fissão de tipógrafo, empregado na redação do diário *O Cruzeiro*. Não há registros de qualquer formação profissional de Apulco de Castro, entretanto, manejando as palavras com habilidade, este tipógrafo vislumbrou a possibilidade de obter rendi-mentos maiores com um periódico próprio. Optaria por uma linha editorial distinta da que era comum à imprensa em circulação à época: publicaria um pasquim. E, com a linguagem coloquial e agressiva própria desse gênero jornalístico, poderia não apenas atuar politicamente em torno das bandeiras que encampava como fa-zer de sua folha uma fonte de benefício pecuniário.

Mesclando atuação política com intenções empresariais, o *Corsario* logrou-se bem—sucedido em meio ao competitivo comércio de periódicos da Corte Imperial, principalmente se for levada em consideração a grande quantidade de folhas que surgiam e que, não atingindo boas vendas em suas primeiras semanas de circula-ção, logo deixavam de existir. Informando seus leitores sobre sua tiragem, em 16 de fevereiro de 1881, pouco mais de quatro meses após seu lançamento, o *Corsario* já atingia a marca de 25 mil exemplares. Vale lembrar que a *Gazeta de Notícias*, uma das principais folhas diárias em circulação à época, afirmava ter a tiragem de 24 mil exemplares, ou seja, menos que o *Corsario*. A marca é impressionante para a épo-ca, mas talvez mentirosa; no entanto, não foi encontrada, ao longo desta pesquisa, nenhuma acusação nesse sentido por parte de seus adversários. Pelo contrário, só se viram relatos que atestavam a grande popularidade deste pasquim.

Ernesto Matoso, jornalista contemporâneo de Apulco de Castro, afirmava o seguinte sobre o desempenho do *Corsario* perante o público da Corte:

Todo mundo dizia dele mal e envergonhava-se de dizer que o lia; entretanto tinha ele enorme tiragem. Na rua, quando apare-ciam os vendedores, pouca gente tinha coragem de comprá-lo

² KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

publicamente; todos fingiam não se aperceber mesmo de que o estavam apregoando, passavam como que distraídos pelos primeiros vendedores, mas adiante, em lugar menos concorrido, entravam no corredor da entrada de qualquer casa e aí compravam o *Corsario*, que cuidadosamente dobravam no bolso, para ler quando estivessem a sós, e saíam desse corredor minutos depois do vendedor de jornais. Curiosa predileção pelo escândalo! Quando alguém em palestra ousava referir-se a alguma notícia dada pelo *Corsario*, todos diziam como que indignados: - “Pois você lê o *Corsario*? Fiz sempre de si melhor juízo”; a verdade, porém, é que todos o liam, na sua grande maioria às escondidas, mas liam-no sempre.³

Lendo-o às escondidas ou não, para mera fruição ou para buscar seu nome ali impresso, não há dúvidas do sucesso atingido pelo *Corsario* na Corte. O pasquim aparentemente contava com um público heterogêneo, sendo lido tanto pela elite como pela camada média urbana, e por homens e mulheres. Com grande adesão do público, sua linguagem vulgar e agressiva engendrava um misto de denúncias e difamações que supriam as necessidades de um público plural. Era do interesse desse pasquim tratar do caráter privado e íntimo das principais personagens do cenário político nacional e dos aspectos obscuros da cidade, seu submundo. Além disso, seus leitores interessavam-se pela ousadia do *Corsario*, que não tinha “papas na língua” no trato dado a quem quer que fosse. A *Revista Ilustrada* também lembrava o desempenho público do *Corsario*: “O público educado pela mofina, comprou o *Corsario*, leu-o e Apulco de Castro teve admiradores, teve compradores. Foi um sucesso de escândalo; mas um sucesso.”⁴

A época durante a qual existiu o *Corsario* foi marcada pelo aparecimento de diversos pasquins na cidade, dos quais o mais famoso era o de Apulco de Castro. Com uma linguagem mais virulenta que os outros periódicos em circulação à época, o *Corsario* e diversos outros pasquins promoveram abusivas formas de benefício pecuniário por meio da imprensa. Para a maioria, o lucro era a preocupação primeira por trás desses empreendimentos. Alguns chegaram até mesmo a usar suas folhas como forma de chantagem e extorsão de indivíduos receosos de verem seus nomes difamados nas páginas desses periódicos.⁵

³ MATOSO, Ernesto. *Cousas do meu tempo*. Bordéus: Imprimeries Gounouilhon, 1916. P. 29.

⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1883.

⁵ Sobre isso, o advogado Feliciano Bernardino Batista Pereira, representando o visconde de Santa Cruz em processo movido contra Rodopinano Raimundo pelo crime de injúrias impressas, afirmava: “O crime cometido é tanto mais repugnante, quanto é geralmente sabido que o

Se do ponto de vista comercial o *Corsario* logrou tanto sucesso que desencadeou um surto pasquineiro na cidade em 1881,⁶ politicamente ele foi um dos mais afiados críticos do governo e da monarquia. Publicado duas vezes por semana ele circulou até 26 de outubro de 1883,⁷ atuando, ao longo desse período, na esfera pública da Corte Imperial como um dos mais insinuantes periódicos republicanos. Em diversos momentos Apulco de Castro fez apelos diretos à “revolução”, que seria uma revolução republicana de caráter marcadamente jacobino, conclamando o “povo” às armas. E, apesar de não ter provocado nenhuma alteração com a proporção que havia almejado Apulco de Castro marcava claramente a posição republicana do *Corsario*.

Com relação ao movimento abolicionista, ele era defendido com algumas ressalvas na forma pela qual deveria ser conduzido. O *Corsario* tinha como alvos constantes de suas colunas alguns dos mais renomados abolicionistas do país, como por exemplo José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Os dois eram acusados de propor a abolição de maneira impensada, com o único intuito de promoverem seus nomes, sem considerarem possíveis consequências nefastas para o país. Provavelmente, as críticas direcionadas a esses importantes abolicionistas levaram Raimundo Magalhães Júnior à conclusão errônea de que este pasquim era defensor da escravidão.⁸

Na prática, ao criticar, com extrema rispidez, alguns dos nomes de proa do abolicionismo, o *Corsario* inevitavelmente interferia negativamente para o movimento. Tendo em vista a forma pela qual o abolicionismo estava organizado, extremamente personalista, Patrocínio ou Nabuco eram nomes imediatamente associados ao abolicionismo, tal qual sinônimos. Embora aparentemente a posição de

R.[éu], como outros de iguais rendimentos, tomou por norma de conduta, adotou como meio de viver a torpe especulação de um [sic] jornais de pequeno formato e que hora publicam nesta Capital, difamar e injuriar a qualquer indivíduo ou família não respeitando posições ou virtudes, e só visando o lado pecuniário, com o fim único de extorquir dinheiro de quem mais tímido prefere abrir a bolsa a ver e ouvir apregoar pelas ruas o seu nome, as mais das vezes o mais limpo e livre de toda a mancha.” Ver: Processo movido pelo visconde de Santa Cruz contra Rodopiano Raimundo pelo crime de injúrias impressas. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal da Relação, Ano 1882, n. 2586, Maço 197, Gal. A.

⁶ Tratei da análise de vários destes periódicos em minha dissertação de mestrado, intitulada *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880 – 1883)* defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) em 2009.

⁷ Teve durante este período largos momentos de suspensão de sua publicação, sobretudo no ano de 1882, quando retomou sua publicação apenas no mês de setembro.

⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. “A trágica aventura de Apulco de Castro”, in *O Império em chinelos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

Apulco de Castro quanto à escravidão fosse ambígua, não resta dúvida quanto a sua posição política neste ponto, uma vez que era filiado à Sociedade Abolicionista Luso-Brasileira.

Tendo em vista essas diretrizes políticas defendidas pelo *Corsario*, esta comunicação tem como objetivo analisar o aspecto político de uma de suas colunas intitulada “Cartas ao vovô”. Nas cartas a ironia e o ataque *ad personam* contra a figura de D. Pedro II eram para Apulco de Castro instrumento para criticar a monarquia e defender a causa republicana. As cartas endereçadas a D. Pedro II, o “vovô”, eram escritas por seu netinho bastardo, o “Corsario”.

Diversos outros pontos poderiam ter sido pincelados na curta carreira do pasquineiro Apulco de Castro ou do *Corsario*, que era sua “voz” na esfera pública da Corte Imperial, para serem aqui apresentados. As “Cartas ao vovô”, entretanto, tinham uma importância significativa naquele contexto político. Não por acaso recebiam destaque na composição do *Corsario*, figurando em geral na primeira página.

As próprias cartas fornecem uma leitura de sua recepção por parte do público. Durante os três últimos meses de existência da coluna, elas foram publicadas em quase todas as edições do *Corsario*, sendo que nos meses de agosto e setembro somaram-se vinte cartas. Entretanto, por duas vezes em que as cartas não foram publicadas nesses meses sua falta perante o público seria comentada em cartas posteriores. Em 27 de setembro de 1883, a carta escrita ao vovô começava como de costume, sem delongas nos cumprimentos iniciais, e saudava-o: “Vovô. – É sempre com o mais profundo afeto que lanço mão da pena para escrever-lhe as mal traçadas regras de costume, não só porque lhe estimo das víceras, como porque o Zé-Povinho não fica satisfeito com o *Corsario* quando ele não traz carta ao vovô.”⁹

Poucos dias depois, o *Corsario* deixou de exibir as cartas novamente. A carta seguinte começava com uma curta saudação ao vovô ressaltando a importância comercial das cartas para aquele pasquim: “Saudades suas é que me estimulam a escrever-lhe. Os meus leitores quando não têm carta ao vovô, não dão importância ao *Corsario*; e é razoável. É por isso que o seu neto e íntimo amigo escreve-lhe estas mal traçadas regras.”¹⁰

Esses trechos são claros indícios da importância que a seção tinha para o público leitor do *Corsario*. Além disso, as duas citações também indicam um dos principais artifícios retóricos que seria utilizado na construção daquela ficção. O pretenso laço de intimidade que uniria o *Corsario* ao imperador permitia ao narrador

⁹ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1883.

¹⁰ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1883.

fazer uso de uma linguagem coloquial marcada por conversações de foro íntimo. Afirmava ele em uma de suas cartas: “Um neto nunca tem segredos para seu avô e por isso hei de dizer o que penso.”¹¹ Assim, nas cartas eram sempre enfatizados os laços de união entre os dois, com expressões como “seu netinho das víceras”, “seu neto do coração, tripas e tudo”, “íntimo amigo”, “vovozinho”, “vovozinho do coração” etc.

A partir desse suposto lugar social privilegiado de conversação com o imperador, o *Corsario*, neto de D. Pedro II, tinha como objetivo em suas cartas tornar ridícula a figura do imperador, caracterizando-o como um governante inadequado aos anseios de evolução do país. Nas 66 cartas publicadas no período de pouco mais de um ano,¹² as cartas endereçadas ao vovô tal qual nas correspondências particulares apresentavam um tom bastante intimista.

Ao longo da série foram tratados de assuntos diversos que eram constantemente interrompidos por digressões. Dentre esses assuntos estavam: a má atuação dos agentes do governo e da polícia da Corte Imperial; irregularidades na administração pública; a questão da imigração chinesa; o atentado a dinamite que Alexandre III sofreu na Rússia; o comportamento público do imperador; seu aborrecimento em ter de aturar o príncipe de Obá; a febre amarela e a polêmica quanto a cremar ou não os corpos dos mortos pela epidemia; uma viagem do imperador a Campos; a atuação da grande imprensa; a recepção do príncipe alemão Henrique, filho do rei Guilherme.

Em suma, foram muitos os temas abordados ao longo da série. Seria impossível, neste curto espaço, investigar com algum critério todos eles; portanto, interessa aqui analisar a maneira pela qual a ficção de parentesco criada nas cartas possibilitou forjar uma personagem caricata de D. Pedro II. Com o objetivo político de fazer propaganda contrária à monarquia, o imperador aparecia nas cartas como um indivíduo que se considerava e era considerado um sábio, mas que na verdade era um “burro”; além disso, ele seria totalmente desinteressado e mesmo incapaz de governar o país.

O real D. Pedro II, por outro lado, esforçava-se por cultivar uma imagem de amante e defensor das ciências e letras. Em diversas representações pictóricas o imperador era visto ao lado de livros, segurando-os ou lendo-os. Não por acaso seus críticos que o caricaturavam na imprensa ilustrada, principalmente Ângelo

¹¹ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1883.

¹² As “Cartas ao vovô” foram publicadas no período compreendido entre 2 de outubro de 1882 e 23 de outubro do ano seguinte. Tive acesso a 66 cartas, mas acredito que deve haver algumas mais, tendo em vista que me faltam seis edições do *Corsario*, de julho de 1883, momento em que a série ganhava cada vez maior destaque.

Agostini, representavam-no mais envolvido com seus conhecimentos literários e científicos do que com a política do país. Com frequência, também, o imperador era visto concorrendo a conferências e reuniões literárias, sendo homenageado na maior parte das instituições destinadas às letras ou às ciências no país.

Todavia, vale salientar que não se tratava apenas de um jogo de aparências. Mais do que uma imagem pública, o imperador de fato tinha grande interesse por tais assuntos. Escreveu ele à Condessa de Barral em 1862: “Nasci para consagrar-me às letras e às ciências.”¹³ Voraz leitor, o imperador reservava um interesse particular ao estudo de idiomas. Segundo José Murilo de Carvalho, D. Pedro II falava alemão, espanhol, francês, latim, inglês e italiano. Lia em árabe, hebraico, provençal, sânscrito e tupi-guarani, arriscando-se ainda a fazer algumas traduções dessas línguas. E cultivava um interesse especial pelo hebraico, tendo prazer em visitar sinagogas e debater problemas de interpretação da Bíblia com rabinos, para escândalo de sua filha D. Isabel.¹⁴

Seu netinho, conhecedor dessa predileção do vovô pelo estudo das línguas, em especial pelo hebraico, não deixou de comentar-lhe esta tal característica. Em uma de suas cartas, contava o seguinte episódio:

Com indefinível prazer soubemos um dia destes que você, de passeio em Iguazu, e visitando uma biblioteca, encontrara aí uns livros em hebraico.

As notícias dos jornais que nos comunicaram tão grata nova não dizem quantas caretas de contentamento você fez ao encontrar nas estantes poeirentas da biblioteca iguaçuana os respeitáveis volumes da tua predileta língua, mas nós daqui imaginamos toda a cena.

Você, ao descobrir os alfarrábios escritos na língua misteriosa dos rabinos, arregalou os olhos e arreganhou os beiços em uma contração feroz de chacal esfaimado, e depois, com os cabelos eriçados, a boca seca e as narinas latejantes, atirou-se de um salto sobre a presa tentadora, e zás...

Momentos depois, com lágrimas de ternura a escorrer-te pelas faces abaixo, você lia, com voz entrecortada de soluços sensibilizadores, umas página do alfarrábio judeu, e o auditório embasbacado murmurava: - É um alho! É verdade, vovô; e a tua

¹³ Apud. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. P. 224.

¹⁴ Idem. *Ibidem*. P. 226.

família, uma réstia... de cebolas (...).¹⁵

Nesta passagem, o *Corsario*, ao mesmo tempo que reconhecia o interesse do imperador pelas letras, corroborando a imagem pública que o imperador cultivava, apresentava tal gosto pelas letras como algo de menor importância. O *Corsario* enfatizava que não apenas ele, seu neto, pensava dessa forma, mas também o público em geral, representado no texto pelo auditório que acompanhou a cena narrada.

Ainda que reconhecesse no imperador um indivíduo engajado em seus estudos, seu neto encarava tal atividade intelectual como uma perda de tempo. Em outras cartas, as críticas tornavam-se mais ásperas. Por exemplo, ao questionar sua participação numa exposição pedagógica realizada naquele ano, o *Corsario* afirmava:

Vovô, você é um idiota, é um tolo, perdoe ao seu neto se usa desta linguagem tão franca, você é um desfrutável porque sendo, como se diz um sábio, concorre com a sua presença e o seu rico dinheiro para essas cousas. Vovô, das duas três: ou você é um sábio ou é um burro; nós, no entanto, vamos pela segunda hipótese. (...) Ora, vovô, não continue a envergonhar seu neto, que lhe estima, como um verdadeiro amigo das víceras.¹⁶

No gosto do imperador pelas letras e a ciência, seu neto também encontrava uma forma de ele ver-se livre do enfadonho cargo que ocupava para dedicar-se a algo de que realmente gostasse; o que, pensava seu neto, simultaneamente contribuiria para a prosperidade do país. Afirmava ele na carta:

Ponha-se ao fresco, vovô; vá-se embora. Olhe, você, com a reputação de sábio que tem adquirido, pode muito bem ser lá fora um bom astrônomo, um filósofo, um advogado, um farmacêutico, ou exercer assim qualquer profissão útil, que chame sobre você simpatias e amizades.¹⁷

Por diversas vezes seu netinho apelou para que o imperador renunciasse à coroa para poder se dedicar ao que realmente lhe alegrava. Em algumas das pri-

¹⁵ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1882.

¹⁶ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1883.

¹⁷ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1882.

meiras cartas ao vovô, o *Corsario* esforçava-se para demonstrar que a monarquia estava fadada ao fracasso no Brasil, por estar sendo regida por uma “corja de bandidos e assassinos”,¹⁸ como afirmava na primeira carta da série. Dessa forma, o vovô era aconselhado a ir embora do país a fim de evitar quaisquer represálias por parte do povo enfurecido no dia em que a “revolução” estourasse.

As cartas também oscilavam quanto à amabilidade no trato que o neto tinha para com seu vovô, de acordo com as circunstâncias de momento que permeavam as publicações. Por vezes o *Corsario* mostrava-se cordial, para em seguida expressar toda a sua raiva com ofensas diretas. Contudo, vale chamar a atenção para o fato de que mesmo nos casos em que o *Corsario* era cordial com D. Pedro II, era para caracterizá-lo como um “bom velhinho”, incapaz de governar o país e mais preocupado com suas questões pessoais do que com a administração do império.

Com as “Cartas ao vovô” tendo boa aceitação perante o público, Apulco de Castro incrementou ainda mais sua ficção com a publicação de supostas respostas que o vovô teria escrito ao seu netinho. As missivas de D. Pedro II, três em prosa e uma em verso, contribuíam para a representação negativa do imperador, pois nelas o vovô ponderava abertamente, por se tratar de uma carta de foro íntimo, sobre as dificuldades que vinha encontrando em seu reinado: “Acho-me bastante aborrecido com o diabo desta coroa, que pesa-me mais do que a consciência de uma condenada. Tenho tentado passar este trambolho para tua tia Isabel, mas ela, menina esperta, não quer aceitar (...)”.¹⁹

Avacalhado três vezes por semana por um neto bastardo, esse sujeito beirando a casa dos 60 anos e exercendo o alto cargo que lhe cabia dava-se ao desesperado papel de desabafar com uma criança que não lhe tinha o menor respeito. Despedia-se em seguida carinhosamente, ainda na mesma carta:

Bom, meu netinho, tenho muitas mágoas a mitigar, contando-as, mas já estou velho e não aguento por mais tempo o martírio de estar a escrever. Aceita muitas recomendações de Thereza, Zabelinha, de teus primos e a benção de teu querido avô das vísceras. Pedro de Alcantara.

Mesmo que se defendendo contra os ataques e acusações que seu netinho lhe fazia publicamente, o vovô aparecia sempre numa posição inferior ao *Corsario*. Mesmo que o vovô sustentasse por alguns breves momentos um tom de censura,

¹⁸ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1882.

¹⁹ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1883.

ao fim da carta o imperador amenizava sua linguagem, não sendo capaz de manter uma entonação agressiva em suas palavras. Em sua segunda carta, de 28 de agosto de 1883, o vovô, apesar de iniciar sua escrita com um tom mais agressivo, novamente, em seguida voltava a assumir uma posição de inferioridade em relação a seu neto.

Questionando as boas intenções do *Corsario* em relação às críticas que lhe eram feitas por ocasião de ter condecorado o príncipe Henrique da Prússia, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, com a Grã-Cruz do Cruzeiro, o vovô novamente mostrava sua submissão frente aos ataques que seu neto lhe atirava. Concluía a carta com afetuosa despedida: “O meu neto, apesar de ser um pouco arrepiado, é assim mesmo um dos mais generosos para comigo. (...) Meu delicioso neto, aperte estes ossos magros e conte sempre com teu avô das entranhas.”²⁰

Ainda que amparado contra os “usos indevidos da imprensa” e “calúnia e injúrias” pelo Código Criminal de 1830, o imperador foi duramente atacado pelo *Corsario* em quase todas as suas edições, assim como em muitos outros periódicos, embora não com a mesma veemência. Apesar disso, D. Pedro II tratava a imprensa com certa benevolência, permitindo-lhe liberdade quase plena.²¹

D. Pedro II, enquanto vovô do *Corsario*, foi uma ficção em que Apulco de Castro investiu tanto que o personagem passou a ser outra maneira pela qual o imperador era identificado naquele pasquim, mesmo que em outras colunas que não nas cartas. Assim, o vovô passou a dividir espaço com o “Rei Banana” ou o “Rei Bobêche”.²²

Numa tradição que remontava aos primórdios da imprensa no Brasil, ainda no princípio da década de 1820,²³ o ataque *ad personam* era um dos principais artifícios retóricos de que Apulco de Castro fazia uso para difamar seus adversários. Sua retórica prestava-lhe também como artifício para desqualificá-los do ponto de vista político. Outros indivíduos, renomados ou não, sofreram com as sabatinadas difamantes publicadas no *Corsario*. Porém, tendo esse periódico na causa republicana sua principal bandeira política, a D. Pedro II era reservada atenção especial. Nesse sentido, as “Cartas ao vovô” foram um importante instrumento político criado por Apulco de Castro em sua atuação política.

²⁰ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1883.

²¹ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. São Paulo: EDUSP, 1997.

²² Palavra francesa que traduzida significaria algo como rei-bufão ou rei-fanfarrão. Era o nome de um famoso personagem do teatro criado por Molière.

²³ CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, in *Topoi*, n. 1, p. 123-52. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

A última edição do *Corsario* foi publicada no dia 23 de outubro de 1883. Era um momento crítico na história daquele pasquim, pois sua tipografia havia sido empastelada duas vezes em um intervalo de três dias. Os ataques foram obra de militares do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira, uma resposta aos ataques que o *Corsario* vinha publicando contra aquela instituição militar. Esta última edição tratava exclusivamente desse conflito, mas mesmo assim não deixava de apresentar uma carta ao vovô.

Escrita em momento de grande tensão, pois os mesmos militares vinham ameaçando Apulco de Castro de morte, a carta ao vovô desse número foge ao padrão editorial das demais da série. Responsabilizando o imperador pelo “infame procedimento” de alguns de seus subordinados, esta carta iniciava-se sem fazer os cumprimentos iniciais e as despedidas de praxe. Transparecia para o leitor do *Corsario* que aqueles graves eventos nitidamente haviam abalado a disposição do autor para comentários criativos e jocosos. O assunto era vital, não havia espaço para a ficção naquele momento.

Após o primeiro ataque contra a tipografia do *Corsario*, Apulco de Castro publicou um boletim especial no qual exigia que medidas legais fossem tomadas contra seus agressores. Contudo, nada foi feito por parte das autoridades, e seus adversários persistiam como uma grande ameaça. Assim reclamava o netinho a seu vovô:

Você, que é um cínico com presunções de filósofo, nem se mexeu, e o nosso apelo foi correspondido com a insubordinação da sua guarda, que, armada de machadinhas, espadas, cacetes etc., nos assaltou o navio, escolhendo hora em que ele não podia ser defendido, visto não haver um só *tripulante a bordo*.²⁴

Três dias após essa publicação, Apulco de Castro foi assassinado pelos militares que o vinham ameaçando. O brutal homicídio aconteceu a poucos metros de distância da delegacia da Rua do Lavradio, onde a vítima em vão buscou socorro. O ato foi consumado por dois tiros à queima-roupa e sete punhaladas. Chegava ao fim a “trágica aventura de Apulco de Castro”, como Magalhães Junior bem caracterizou a trajetória desse pasquineiro na imprensa da Corte Imperial.²⁵

Esse episódio gerou diversos protestos violentos nos dias subsequentes, envolvendo manifestantes simpáticos à vítima, resultando em correrias e tumultos

²⁴ *CORSARIO*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1883.

²⁵ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Idem*.

pelo centro da cidade e em um alto número de feridos. Diversos indivíduos vieram, por meio da imprensa ou da tribuna, comentar o assassinato; contudo, com o passar do tempo ninguém foi punido e o caso foi caindo no esquecimento.

Mesmo após a morte de Apulco de Castro, a ficção que ganhara vida nas páginas do *Corsario* na seção das "Cartas ao vovô" ainda teria mais um capítulo. No dia 7 de dezembro daquele mesmo ano apareceria o *Novo Corsario*. Ao que tudo indica este pasquim tinha como proprietária a esposa de Apulco de Castro, Eufrazia de Castro, que já vinha fazendo dias afirmando que a ela pertencia o título *Corsario*.²⁶ Apenas um exemplar do *Novo Corsario* foi encontrado ao longo desta pesquisa, não sendo assim possível saber quantos números do periódico foram lançados ao certo. Mas pelas novas condições impostas aos pasquineros e dada a falta de outras fontes que mencionassem um possível prosseguimento dessa publicação, caso tenha havido o lançamento de mais edições, deduzimos que o *Novo Corsario* não logrou continuidade em sua publicação.

Esse novo periódico destinava, como vinha acontecendo com o legítimo *Corsario* quando em circulação, uma coluna para a carta ao vovô, só que intitulada "Carta do outro mundo". Nela, um ficcional Apulco de Castro comentava o próprio assassinato com seu ilustre parente:

Do céu é que lhe escrevo, vovô, para onde vim mandado pelos seus ministros com a aprovação e consentimento da polícia, em frente a cuja repartição fui apunhalado pelas costas, por sicários tirados de um dos corpos do Exército. No entanto, estou melhor do que você, vovozinho, porque ao menos estou com Deus. (...) O meu sangue derramado tornar-se-á dia a dia mancha indelével, medonhamente vermelha nas páginas da história do segundo império. (...) Seu neto, ainda que morto, amigo e obrigado. Apulco de Castro.²⁷

Apesar de ser notória a defesa do imperador pela livre manifestação da imprensa, não se sabe ao certo como D. Pedro II recebeu a notícia do assassinato de Apulco de Castro. Pode-se suscitar a hipótese de que, no caso específico de Apulco de Castro, o imperador talvez já não o suportasse mais e que tivesse desejado, ou mesmo "providenciado", seu assassinato. Todavia, não há indícios documentais suficientes para tal suposição; não foi encontrado

²⁶ CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Ibidem*. P. 282.

²⁷ *Novo Corsario*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1883.

até o presente momento qualquer registro da forma pela qual o imperador interpretou esse ocorrido.

No entanto, D. Pedro II teve uma atitude que gerou polêmica à época e que permanece como uma dúvida. No dia seguinte ao assassinato, o imperador foi pessoalmente visitar aquele regimento de cavalaria. Teria ele ido até lá com o intuito de repreender ou agradecer àqueles oficiais?

O *Pasquim*: de alternativo a jornal-empresa (1969-1991)

Andréa Cristina de Barros Queiroz*

A imprensa *alternativa* dos anos 1970

Podemos destacar que no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) brasileira foram criados cerca de 150 periódicos que, mesmo com suas especificidades, tinham um traço em comum: a oposição ao regime autoritário. Tais periódicos ficaram conhecidos como imprensa *alternativa* ou *nanica*.¹ De acordo com Bernardo Kucinski, a imprensa alternativa dos anos 1970 surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por parte de jornalistas e intelectuais, de espaços que servissem como uma segunda opção à grande imprensa e à universidade.²

Para Maria Paula Araújo, eram jornais de formato tabloide ou minitabloide, as tiragens eram geralmente irregulares, a venda se dava em bancas, e alguns circulavam de forma restrita, sendo sempre de oposição. Denunciavam a violência e a arbitrariedade dos governos militares, expressando uma opinião e uma posição de esquerda no momento em que o país havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição.³

A disseminação dos jornais alternativos durante o período autoritário brasileiro pode confirmar a hipótese de que os jornalistas expurgados dos grandes meios de comunicação estavam à procura de espaços para manifestar suas posições ou simplesmente exercer sua atividade profissional. Aliado a esse elemento primordial – ou seja, uma abundância de recursos humanos disponíveis e insatisfeitos –, acrescentava-se o papel das inovações técnicas da imprensa brasileira, que facilitaram a circulação de suas ideias.

Esses profissionais que seguiram o caminho alternativo se opuseram às condições de trabalho na grande imprensa, da qual muitos foram expulsos, e, no sen-

* Historiadora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Projeto Memória, Documentação e Pesquisa do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ. Doutoranda em História Social no PPGHIS/UFRJ. Mestre em História Social pelo PPGH/UFRJ.

¹ A expressão *nanica*, segundo Bernardo Kucinski, teria sido usada pela primeira vez por João Antonio, no artigo “Aviso aos Nanicos”, n’*O Pasquim* n. 318, de 01 a 07 de agosto de 1975. Já a expressão *alternativa* foi usada, a priori, por Alberto Dines em sua coluna “Jornal dos jornais”, na *Folha de S. Paulo*, em abril de 1976. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: USP, 2003. P.13.

² Idem.

³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P. 21.

tido mais amplo, ao regime ditatorial. Muitos jornais foram criados nesse cenário alternativo. Assim, a imprensa alternativa “constituía não apenas um fenômeno jornalístico, mas também um fenômeno político. Ela representava uma das mais importantes possibilidades de luta política na época. Por outro lado, ela também representava a difícil convivência entre o legal e o ilegal, o público e o clandestino”.⁴

Dessa forma, a imprensa alternativa pode ser classificada em três tipos essenciais: a) jornais de esquerda, que muitas vezes representavam partidos políticos; exemplos: *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Em Tempo*; b) jornais e revistas ligados ao movimento de contracultura, como: *Flor do Mal*, *Biscoitos Finos*, *Almanaque Biotônico Vitalidade*; c) publicações ligadas a movimentos sociais, como: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Tiçã*, *Koisa de Crioulo*, *Sinba* e *Lampião da Esquina*.⁵

Alguns deles, em particular o *PifPaf*⁶ e *A Carapuça*,⁷ estabeleceram as bases do que viria a ser *O Pasquim*, principalmente por contarem com colaboradores que usavam a linguagem do humor para se comunicar com a sociedade, e ainda porque muitos desses jornalistas depois iriam compor o semanário de Ipanema.

O semanário da *patota* de Ipanema

O Pasquim surgiu em junho de 1969, como um jornal de bairro. Em especial, de um bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – Ipanema –, um reduto bas-

⁴ ARAÚJO, 2000, p.22.

⁵ ARAÚJO, 2000, p.21.

⁶ O *PifPaf* chegou às bancas do Rio de Janeiro em 21 de maio de 1964, menos de dois meses após o golpe civil-militar. O jornal foi definido por seus autores como “carioca, quatorzenal, de irreverência e crítica”. Nos quatro meses de sua existência, ou seja, oito números, tinha o formato tabloide. O jornal pode ser considerado uma resposta de Millôr à sua expulsão da revista *O Cruzeiro*, um ano antes. Além da presença de Millôr, o novo periódico contou com a participação de outros jornalistas que viriam a ser seus colegas n’*O Pasquim*: Jaguar, Claudius, Ziraldo e Fortuna. Além de Sérgio Porto, Marina Colassanti, Rubem Braga, Antonio Maria, Dom Rossé Cavaca, Leon Eliachar, João Bethencourt, Ylen Kerr (diretor comercial) e Eugenio Hirsch (diretor de arte).

⁷ *A Carapuça* surgiu, em agosto de 1968, de uma ideia da Distribuidora Imprensa – a mesma que depois fazia a distribuição d’*O Pasquim* – em produzir um jornal de humor. Sérgio Porto – o Stanislaw Ponte Preta – assumiu a direção do semanário, depois da recusa de Jaguar, Claudius e Fortuna. Vendia cerca de 18 mil exemplares por mês. Em entrevista à autora (06/08/2004), Jaguar afirmou: “Era o Alberto Eça, que escrevia a revista inteira, fazia um pastiche [...] e como o Sérgio tinha muito nome, a revista vendia muito.” Por isso, os jornalistas desse periódico acreditaram que após a morte de Sérgio Porto seria inviável a continuidade do jornal, decretando-se automaticamente o fim da publicação. QUEIROZ, Andréa C. de Barros. *O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991)*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Niterói: UFF, 2005.

tante elitizado e cosmopolita. É certo que nem todos os seus jornalistas eram cariocas. Alguns vinham de Minas Gerais, outros do Sul e do Nordeste do país, mas na confluência de trajetórias distintas constituíram um jornal a partir das referências daquele microcosmo, lugar no qual a maioria residia e com a qual se identificava.

Havia uma aparente liberdade entre os jornalistas d'*O Pasquim* em relação à organização interna da redação e às escolhas dos temas por eles abordados. A redação não se pretendia hierarquizada e nem existia uma pauta pré-definida a ser seguida pelos colaboradores. Era um lugar de confronto de ideias e de sociabilidade. Mas isso não quer dizer que existia a ausência de conflitos e desacordos e até mesmo rachas na equipe. *O Pasquim* foi libertário quando trouxe questionamentos e críticas ao conservadorismo da sociedade, em especial da classe média (da qual provinha a maioria dos colaboradores), assim como ao autoritarismo dos governos civil-militares; e também quando dialogavam com o cenário da *contracultura*,⁸ como fazia Luís Carlos Maciel, que em sua coluna do semanário, *Underground*, discutia temáticas como a liberação sexual, o uso de drogas, a juventude hippie e o rock and roll. Contudo, também havia opiniões mais conservadoras, impregnadas por posturas fortemente machistas e por críticas aos movimentos feminista e dos homossexuais, posições e comportamentos tão arraigados na *cultura política* brasileira que se refletiam nas páginas do jornal – um grande paradoxo.⁹

Não podemos rotular *O Pasquim*, nem seus jornalistas, fixando sua estética em conservadora ou libertária, uma vez que eles poderiam atender tanto a uma quanto a outra concepção. *O Pasquim* foi um jornal de seu tempo, com os questionamentos e discursos próprios de sua época. Sendo assim, como eles mesmos sublinharam, “*O Pasquim* é um produto do meio; também ninguém é perfeito”.¹⁰

⁸ Sobre o fenômeno da *contracultura*, o historiador Daniel Aarão Reis Filho observa que havia um interesse na divulgação e defesa de novos valores e comportamentos que se opunham às preferências e às políticas do poder dominante. Era uma crítica ao conservadorismo que ultrapassava o domínio estrito do discurso político do poder para alcançar as raízes do comportamento, das relações afetivas e da vida cotidiana. Portanto, argumenta o autor, nesse ambiente, intelectuais, artistas e estudantes distinguiam-se na aparência das roupas (a revolução da minissaia), na preferência pelas cores, na comum hostilidade à rotinização da vida, na procura por novos horizontes musicais, por novas propostas de vida afetiva (a revolução da pílula) e de percepção da vida (o consumo das drogas leves estendia-se suavemente entre os adeptos da paz e do amor). REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998. P.20.

⁹ A *cultura política*, como observou Serge Berstein, nos permite uma explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência e compartilhado pelo tecido social no qual está inserido. BERSTEIN, Serge. “A cultura política”, in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 360.

¹⁰ *O Pasquim*, n. 6, agosto de 1969. Frase de capa.

É importante sublinhar que a existência, no periódico, de formações e opiniões distintas, da mesma maneira que possibilitou uma projeção nacional do semanário ressaltando o aspecto da diversidade cultural, ocasionou cisões na equipe, ora por crise financeira, ora por conflito de egos, ora por discordância nas opiniões. Destacam-se duas principais cisões, que provocaram toda uma transformação interna no jornal: a saída de Millôr Fernandes, em 1975, e a de Ziraldo, em 1982.

O semanário de Ipanema modificou a linguagem jornalística ao reproduzir, de forma escrita ou gráfica, a oralidade, e isso acabou por influenciar a propaganda, como também transformou a fala coloquial. As páginas do periódico estavam recheadas dessa linguagem oral, em todos os sentidos, seja nos artigos, seja nos desenhos, e até mesmo na publicidade. Isso fez com que *O Pasquim* deixasse de ser apenas um jornal de bairro e se tornasse um representante da fala nacional. Com isso, o periódico marcou não apenas a época, mas também toda uma *geração*,¹¹ sendo um marco gerador de profundas transformações nos meios de comunicação e no cotidiano da sociedade, que incorporaram essa nova *fala pasquiniana*. Aqueles que participaram do periódico, tanto colaboradores como leitores, marcaram a história do jornalismo no Brasil como a *geração Pasquim*.

Justamente por criar esse fenômeno geracional é que *O Pasquim* foi um dos poucos jornais caracterizados como *alternativos* que não teve uma vida efêmera, já que deixou de circular apenas em 1991. Millôr Fernandes, um de seus criadores, ao lado de Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prospero, Cláudio Ceccon e Ziraldo, afirma que desde o início do jornal já havia alertado seus companheiros de profissão sobre as distorções que poderiam ocorrer entre o projeto e a prática *alternativa*, em especial acerca da questão da independência, já que a proposta de constituir um jornal baseado na autonomia financeira e de pensamento durante um período em que as liberdades civis e políticas estavam cerceadas era difícil – e não somente para criar o periódico, mas também, e sobretudo, para mantê-lo em circulação.

No primeiro número, Millôr, em seu artigo “Independência, é? Vocês me matam de rir”, questionou como se definiria essa independência tão almejada pelos jornalistas da imprensa *nanica*. Escreveu ele:

Meu caro Jaguar, você me garante que *O Pasquim* vai ser independente. [...] Podem começar a contagem regressiva. Independente, com larga experiência no setor, falo de cadeia (perdão cadeira). [...] Em suma, Sérgio Magalhães Jaguaribe, vulgo Jaguar vai de *Banda de Ipanema*, que é “mais melhor”. Fazendo *O Pas-*

¹¹ SIRINELLI, Jean-François. “A geração”, in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Pp.131-37.

quim vocês vão ter de enfrentar: A) o *establishment* em geral que nunca tendo olhado com bons olhos a nossa atividade, agora positivamente, não vê nela a menor graça; B) as agências de publicidade, que adoram humor, desde que naturalmente, ele seja estrangeiro lá longe, feito pelo *MAD*, publicado na *Play-boy* ou filmado pelo Jacques Tati; [...] a Igreja que depois de uma guinada de 360 graus, é extremamente liberal em tudo que seja dito por ele mesma; D) a família, as classes sociais, as pessoas, os TFM, os *avant*-chatos que se fantasiam de *avant-garde*, et cetera. Não estou desanimando vocês não, mas uma coisa eu digo: se essa revista for mesmo independente não dura três meses. Se durar três meses não é independente. Longa vida a essa revista!¹²

O que Millôr ressaltava eram as dúvidas de quem se lançava na experiência *alternativa* e muitas vezes clandestina. Além das dificuldades financeiras e das perseguições dos grupos conservadores da sociedade que apoiavam a ditadura, o medo de ir para a prisão ou de nela desaparecer era uma constante.

Além dos já citados idealizadores do jornal, nos números seguintes aderiram ao projeto: Henfil, Paulo Francis, Fortuna, Luiz Carlos Maciel e Ivan Lessa, que escrevia de Londres. Não havia uma equipe no sentido estrutural, ou seja, organizada de maneira hierárquica. Existia um núcleo fixo que representava os principais colaboradores, os quais atuavam como redatores, seguindo-se dos colaboradores e dos leitores. Foram inúmeros os colaboradores eventuais do semanário, entre eles Martha Alencar, Moacir Scliar, Newton Carlos, Chico Buarque, Caetano Veloso, Chico Anísio, Ferreira Gullar, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Aldir Blanc e muitos outros.

Eles ficaram conhecidos como a *patota d'O Pasquim*, mas não representavam uma redação tradicional. Assim, a produção do periódico não tinha pauta definida, o que o tornava idiossincrático: cada autor trazia uma contribuição inteiramente pessoal e independente, sem obedecer a nenhum plano. A equipe do hebdomadário constituía uma organização não burocrática e essencialmente criativa.¹³ Bernardo Kucinski ressaltou que a *patota* representava “um exercício lúdico motivado pelo gozo”, contrapondo-se “à lógica da eficiência e da produção”, tão arraigada na grande imprensa.¹⁴

Entre os jornalistas não havia uma organização hierárquica da redação nem um controle financeiro administrativo, havia um espírito anárquico entre eles –

¹² FERNANDES, Millôr. “Independência é, vocês me matam de rir?”. *O Pasquim*, n. 1, junho de 1969.

¹³ BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais para epa que pra oba*. Brasília: UnB, 1991. P. 215.

¹⁴ KUCINSKI, 2003, p. 208.

eram “antiempresariais”. Por isso, analisa Kucinski, ocorreu um estrangulamento financeiro do jornal, mesmo sendo ele bem-sucedido editorialmente.¹⁵ Lembramos que após seis meses de circulação *O Pasquim* atingiu a tiragem de 200 mil exemplares, chegando próximo aos números de venda dos grandes veículos de comunicação de sua época.

Acrescentamos que *O Pasquim* foi submetido à censura prévia em março de 1970, mas mesmo antes de ela existir no jornal, chegava à redação uma lista dos “temas proibidos” de serem pronunciados, discutidos ou informados. Contudo, o semanário continuou publicando muitas dessas temáticas proibidas e, por esse motivo, teve muitas edições apreendidas antes mesmo da censura prévia. E no mesmo ano que esse mecanismo de controle de expressão entrou em vigor no jornal, nove de seus jornalistas foram presos durante dois meses.¹⁶ Vale destacar que, apesar do interesse do regime ditatorial em desarticular o hebdomadário alternativo, com a prisão de seus integrantes, *O Pasquim* continuou a circular com a contribuição dos que não foram presos – Millôr Fernandes, Martha Alencar, Henfil e Miguel Paiva –, que escreviam suas matérias e a de seus amigos como se fossem os que estavam enclausurados – e também por artistas e intelectuais que nada tinham a ver com a redação. Foi o chamado “rush da solidariedade”.

Todavia, isso não impediu que *O Pasquim* quebrasse financeiramente. Além do excesso de matérias cortadas pelo crivo da censura prévia e da prisão de grande parte da equipe nuclear, a partir de 1973 o jornal passou a ser censurado via Brasília, dificultando ainda mais a tarefa de colocar o periódico em circulação. A censura prévia centralizada na capital federal provocava danos em diversos níveis para os periódicos: editorialmente, pois gerava a perda de atualidade, uma vez que havia um intervalo de quase duas semanas entre o fechamento e a distribuição desses jornais; e comercialmente, pois causava prejuízos financeiros, já que grande parte do material já havia passado pela fotocomposição e era lacerado pelos censores.¹⁷

Com isso, o periódico enfrentou sua primeira grande crise. A fim de recuperar de vez o jornal, Millôr Fernandes assumiu a tarefa de administrar *O Pasquim* de setembro de 1972 até março de 1974. Em sua administração, ele decidiu cortar todos os gastos extras, telefonemas internacionais e despesas desnecessárias; houve um controle rigoroso dos custos. O novo diretor também mudou o nome-empresa do periódico, que de *O Pasquim, Empresa Jornalística Editora* passou a se chamar *Editora Codecri Ltda. – Comitê de Defesa do Criolêu* (segundo Henfil, a única em-

¹⁵ Idem.

¹⁶ Foram presos, em 1º de novembro de 1970, Flávio Rangel, Fortuna, Ziraldo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Jaguar, Tarso de Castro, José Grossi e o fotógrafo Paulo Garcez.

¹⁷ MAIA, Maurício. “Censura, um processo de ação e reação”, in CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: USP, 2002. P. 488.

presa brasileira que defendia o consumidor), que posteriormente passou a gerar receita financeira com a edição de várias matérias, artigos e entrevistas famosas d'*O Pasquim* organizadas em livros.

Outra meta do jornalista era recuperar as vendas do semanário, que haviam despencado dos 200 mil exemplares (número do período entre 1969 e 1970, quando o jornal recebeu muitos investimentos de publicidade) para 45 mil no segundo trimestre de 1972. Com o artigo "O leitor padrão d'*O Pasquim*", Millôr promoveu um concurso entre os leitores (por meio de um questionário) que poderia fazer aumentar as vendas com a distribuição de prêmios. O jornalista queria, na verdade, saber quem estava lendo o periódico naquele momento, ou seja, que público se estava atingindo.

O Pasquim, conhecido como um marginal que deu certo, vive sem dinheiro. Donde termos concluído que um enquadramento, mesmo dando errado, é mais negócio. E então, começamos a procurar os meios próprios para um auto-enquadramento. A primeira medida, copiando empresas mais dignas, que têm auditoria-permanente, pesquisas de marketing, controles de *media* e até alarmes contra ladrões [...] é saber quem lê *O Pasquim*.¹⁸

Apesar de ter conseguido recuperar o jornal, Millôr rompeu com o semanário em 1975, ano em que, tendo se encerrado a censura prévia, escreveu o editorial "Sem Censura", em que questionava a si próprio e aos pasquinianos qual seria o papel deles enquanto jornalistas da imprensa *alternativa* com o fim da censura prévia n'*O Pasquim*. Ou seja, a questão era: de quem seria a responsabilidade pelos não-ditos, do jornalista ou do censor? Discutia-se, assim, a existência dos interditos pessoais. Logo após esse episódio Millôr saiu do jornal.

Para Bernardo Kucinski, "com o fim da censura prévia encerrava-se o ciclo resistente d'*O Pasquim* e nascia uma outra fase, a do jornal politicamente calculista e promotor de campanhas políticas, personificada por Ziraldo".¹⁹ Do fim da censura prévia em diante houve uma intensa transformação no periódico. Devemos ressaltar que era um novo *Pasquim*, novo até no nome, pois havia perdido a sua vogal precedente havia alguns números, desde o início de 1975. Assim, ele deixou de ser *O semanário de Ipanema* para se tornar mais um jornal dentre tantos. Apesar de manter sua oposição ao regime autoritário, denunciando desmandos, ficou mais temeroso, recuando em certas posições quando lhe era interessante. E essas características eram contrárias à proposta que Millôr Fernandes tinha para o periódico.

¹⁸ FERNANDES, Millôr. "O leitor padrão d'*O Pasquim*". *O Pasquim*, n. 131, janeiro de 1972, p. 9.

¹⁹ KUCINSKI, 2003, p. 227.

Os motes de campanha em que o *Pasquim* se envolveu nesse período confluíram com a situação política em que o país se encontrava, entre os governos de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, enfatizando as promessas de distensão política e do fim do AI-5 e da campanha pela anistia. Esta última fez com que o jornal se recuperasse, voltando a vender 83 mil exemplares no final de 1978, conforme comentou Ziraldo.²⁰

Portanto, com fim da década e a passagem “lenta, gradual e segura” da ditadura para a democracia, o *Pasquim* morreu. Essa morte atingiu aquilo que o semanário tinha por definição: a estrutura anárquica sem engajamento partidário e uma crítica da situação política com criatividade e humor; assim, o jornal perdeu sua estética, a concepção do “autor como produtor”.²¹

O *Pasquim* da década de 1980 não pode mais ser chamado de *alternativo*, pois passou a figurar como empresa jornalística. Sua última edição saiu em 1991, mas a memória que se construiu do periódico, que nesse período era quinzenal, é sempre na década de 1970, justamente por ter se descaracterizado como alternativo e, principalmente, por ter perdido o referencial de linguagem que o lançara: inovador e visceral.

O velório de um folião

O *Pasquim* começou a década de 1980 enfrentando, junto com o restante do país, uma grave crise econômica, reflexo da ilusão do milagre econômico, agravada, principalmente, pela diminuição das vendas em banca e pelas constantes apreensões, que estavam levando o jornal a um quadro de asfixia. Além disso, o periódico foi obrigado a aumentar em quatro vezes seu preço no mesmo ano, mesmo sabendo que os salários no país nem sequer acompanhavam a inflação. Ao refletir sobre a crise financeira do jornal, Jaguar disse que

haveria um imenso suspiro de alívio na grande imprensa brasileira se o *Pasquim* fechasse, porque é um jornal que sacanea a desinformação que a grande imprensa passa para o público. [...] O *Pasquim* está hoje com problemas de marketing: custa Cr\$ 80.00 enquanto é feito pro povo. O *Pasquim* não é feito mais pro pessoal de Ipanema, que frequenta o Antonio's, e deveria ser vendido a Cr\$ 20.00, pra ter saída na Zona Norte, na periferia de São Paulo. O *Pasquim* hoje é mais popular do que naquela

²⁰ Entrevista a KUCINSKI em janeiro de 1990, 2003, p. 227.

²¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994. Pp.120-36.

época, e se fosse a Cr\$ 20.00 venderia pacas.²²

Além disso, o medo era frequente entre os jornalistas, pois mesmo com todo o discurso de distensão política promovido pelo governo o que se percebia era o predomínio do autoritarismo e da repressão. Por isso, a autocensura continuava marcante. Esse medo não era apenas entre os jornalistas, estava também entre os jornaleiros, pois sofriam atentados às suas bancas. Como consequência, a cada número o jornal ia morrendo, perdendo sua *fala* e sua identidade. Foi uma morte lenta e sofrida para todos – para os que faziam o *Pasquim*, para os que já haviam feito parte dele e para os leitores fiéis.

Nesse período, quem passou a sustentar o jornal foi a editora Codecri, que de filial passou a matriz. Entretanto, mesmo com vários best-sellers, a editora não conseguiu se ampliar, pelo contrário: caminhou para a decadência junto com o semanário. A secretária do *Pasquim*, Nelma Quadros, disse que

a Codecri sustentava o *Pasquim*, que não vendia, era decadente. Foi a editora que mais cresceu nessa época. [...] Mas os autores não recebiam seus direitos autorais e começavam a fugir para outras editoras. O próprio Ziraldo, um dos cotistas da Codecri, não publicou *Menino Maluquinho* pela Codecri porque sabia que não ia receber direito autoral.²³

Nesse momento de crise, quem resolveu assumir a direção do jornal, tentando quitar todas as suas dívidas, foi Ziraldo. Assumiu essa responsabilidade com a condição de ter total liberdade para modificar o que achasse necessário, a começar pelo próprio formato do periódico. Em 1981, substituiu o formato tabloide pelo estilo clássico, *standard*, dos jornais diários. Entretanto, isso durou apenas cinco meses.²⁴ Para Ângela Dias, a transformação do formato do jornal em jornalão já indicava uma politização do periódico e seu redirecionamento para uma dicção mais séria e menos lúdica em relação ao espaço público.²⁵

²² Entrevista de Jaguar ao *Pasquim* n. 626, junho-julho de 1981.

²³ Entrevista de Nelma Quadros a KUCINSKI, janeiro de 1990, 2003, p. 229.

²⁴ Esse formato grande durou 21 números, de 17/12/1981 a 12/05/1982. O formato tabloide voltou no número 672, que trouxe a seguinte frase editorial: “Quem nasceu pra tabloide nunca chega a jornalão.”

²⁵ DIAS, Angela Maria. “*Pasquim* 1980/1991: as vicissitudes de um nanico na década da comunicação megaempresarial”, in *Revista Comunicação & política*. Rio de Janeiro: Cebela, vol. VII, n. 3, set-dez 2000. Pp.159-96.

Além dessa mudança no formato, Ziraldo acreditava que o *Pasquim* tinha de ficar mais político, engajando-se na campanha do PMDB, o que para o cartunista o “salvaria” definitivamente.

Assumi vários compromissos pessoais, fazendo questão de todos serem em meu nome, não do *Pasquim*, que nunca assumiu nenhum compromisso com ninguém. [...] Fiquei com o *Pasquim*, e fui aguentando economicamente (consegui levantar recursos suficientes para pagar nossas dívidas). As pessoas gritavam: “Quêis-so! Se venderam”, nada disso, eu sempre estive no PMDB. Assumi um compromisso pessoal (bate no peito) e salvei o *Pasquim*.²⁶

Seja como for, após a tentativa fracassada de reerguer o jornal da crise que se arrastava havia alguns anos, Ziraldo e Jaguar levaram o *Pasquim* a uma disputa político-partidária, o que contrariava a tradição anárquica do hebdomadário e que acabou por descaracterizá-lo por completo, eliminando sua principal marca.

Ziraldo acreditava ser importante e viável eleger um conjunto de governadores peemedebistas na eleição de 1982, constituindo uma espinha dorsal de poder democrático, de norte a sul, no país.²⁷ Nesse sentido, ele propunha usar o *Pasquim* para apoiar Miro Teixeira, candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro. Nessa ideia de o periódico pôr-se a serviço de uma candidatura percebemos um reconhecimento de que o *Pasquim* havia falido, esgotado sua função original. Jaguar não acreditava na proposta do PMDB e entrou no mesmo jogo que Ziraldo, mas apoiando Brizola, candidato do PDT. Durante o período pré-eleitoral, o *Pasquim* saía com o “cantão do PMDB”, escrito por Ziraldo, e o “covil do Jaguar”, totalmente brizolista. E ainda apostaram que, dependendo do resultado, quem vencesse as eleições ficaria com todas as cotas do jornal. Como a vitória foi do candidato do PDT, Jaguar se tornou o “único dono do falido *Pasquim*, com 200 mil dólares em dívidas”.²⁸

A partir daquele momento o periódico se redefiniu, alinhando-se ao PDT e tendo em Jaguar seu grande porta-voz e idealizador. Era uma nova realidade para o *Pasquim*. Norma Pereira Rego ressaltou que era estranho ver o jornal com uma linha editorial definida, “ele estava profissional como a grande imprensa, mas sem os recursos dela”.²⁹

²⁶ Entrevista de Ziraldo ao *Pasquim* n. 704, dezembro de 1982.

²⁷ KUCINSKI, 2003, p. 228.

²⁸ Idem.

²⁹ REGO, Norma Pereira. *Pasquim: gargalhantes pelepas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. P. 81.

Havia perdido seu estilo, sua pluralidade, e, sobretudo, sua identidade.

Como sugere Pierre Bourdieu, o impasse entre a invenção da linguagem como aventura intelectual, no trânsito entre o campo literário e artístico – plástico-visual –, e a urgência da militância público-política pode ocasionar riscos e injunções de determinados alinhamentos.³⁰ O que podemos concluir dessas observações relacionado a este tema é que não importava o partido vencedor nas eleições de 1982: tanto Ziraldo quanto Jaguar transformariam o semanário de Ipanema num *intelectual orgânico*.³¹ O jornal assim afirmava-se principalmente pelo engajamento explícito de sua própria produção, como nos cartuns humorísticos sobre a política educacional do governo do estado do Rio de Janeiro. Com a história “A última do Juquinha”, o *Pasquim* expunha sua linha editorial daquele momento.

... não é amarrar uma lata no rabo da cachorra, nem botar pé-de-mico no tênis da priminha. A última do Juquinha é curtir ir à escola. Contando ninguém acredita. Só indo ao Ciep onde ele estuda. O Juquinha chama o Ciep de brizolão. Lá ele tem assistência médica e dentária, três refeições diárias, material escolar, faz esportes e ainda por cima se diverte de montão.³²

No ano de 1984, o *Pasquim* lançou o mote de campanha das Diretas Já, com o slogan “Direto pras Diretas”.³³ É importante destacar que mesmo com a candidatura de Tancredo Neves (PMDB-MG) à presidência, em 1984, o jornal permaneceu alinhado ao governador do PDT. Podemos perceber isso na entrevista que o *Pasquim* fez, nesse mesmo ano, com Darcy Ribeiro, então vice-governador e secretário de cultura do estado do Rio de Janeiro.

Henfil, que naquele momento já havia deixado o jornal – também por questões políticas, já que estava alinhado ao PT –, concedeu uma antológica entrevista cujo tema levava o semanário a fazer sua autocrítica. Ele propunha que estava na hora de reinventar o *Pasquim*, traçando seu histórico, ressaltando sua característica de oposição e os problemas pelos quais passava, associado às mudanças da conjuntura política.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

³¹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³² Apud DIAS, 2000, p. 183.

³³ Essa campanha se estendeu do número 762 até o 779, de 31 de maio a junho de 1984.

... tá na hora de reinventar o *Pasquim*, é hora dele ser alternativo, em face dos compromissos partidários da grande imprensa. [...] Na medida que as pessoas se identificavam com a oposição ao regime, o *Pasquim* era muito importante. Agora as pessoas estão sem alternativa, PDS ou PDS, Tancredo ou Maluf, qual é a alternativa? [...] Aí o *Pasquim* se torna de novo necessário, na sua sensibilidade de ser surfista. Você não mergulha tem, de estar por cima das ondas. [...] Você tem de ficar em pé ali em cima. Então: *um surfista em cima das ondas tem de ser livre*. Por isso o *Pasquim* tá sem credibilidade, porque de certa forma se acoplou ao sistema, apoiando Brizola ou Tancredo. [...] A credibilidade do *Pasquim* tá nele ser inconveniente; ele sempre terá de ser assim. [...] Se você tiver o mundo vivendo em liberdade – democracia, talvez o *Pasquim* seja diferente. [...] Qualquer pessoa tem na cabeça o que é o *Pasquim* e por isso dizem: “tá ruim, já foi melhor”. Há na cabeça de todo mundo qual o papel do *Pasquim*; se ele corresponder, todo mundo compra. Por isso o surfista acima das ondas; essa é a ideia que se tem do *Pasquim*: pessoas livres, incorruptíveis, moleques, mas ao mesmo tempo que se corrompem em costumes desvairados, decadências de costumes, homossexualismo, bebidas, orgias.³⁴

É interessante perceber que o alinhamento brizolista do jornal foi reiterado em 1986, principalmente pelas 28 Cartas Abertas ao Governador, além da campanha de oposição a Moreira Franco, adversário de Darcy Ribeiro, candidato à sucessão e então vice-governador. Com isso, fica evidente o sentido da fala de Henfil, provando que cada vez mais o *Pasquim* se afastava do ideal do “surfista livre em cima das ondas”. Hoje, Jaguar percebe que foi um erro o alinhamento do jornal ao PDT. Segundo ele, era melhor o periódico ter fechado as portas a ficar caracterizado como brizolista. Ainda assim, o cartunista declarou que “as intenções de Brizola em ajudar o *Pasquim* eram boas e o erro estava em aceitar a ajuda”.³⁵

Como considerou José Luiz Braga, esse período refere-se à “perda do pique” do jornal.³⁶ Ressaltamos que a *fala pasquiniana* foi morrendo, entrando numa crise de identidade, que culminou na reconstrução de uma memória por parte da própria sociedade, na qual o passado é observado sempre pelo viés da oposição política durante a ditadura, esquecendo-se da partidarização do *Pasquim* naquele

³⁴ Henfil em entrevista ao *Pasquim* n. 803, de novembro de 1984.

³⁵ Jaguar em entrevista à autora, agosto de 2004.

³⁶ BRAGA, 1991, pp. 97-126.

momento da década de 1980, e depois da sua transformação em empresa jornalística, que o levou a um apelo sensacionalista, com um resultado estético sobrecarregado, sem criatividade e nada inovador. Perdera-se tudo aquilo que caracteriza-va seus jornalistas como a *geração Pasquim*.

É importante compreender que a década de 1980, entendida como o início da era da informação, trouxe consigo uma progressiva midiaticização do espaço público, com uma intensa massificação, levando a uma despolitização dos problemas nacionais. Ângela Dias destacou que a liberdade de imprensa, tão almejada durante o período autoritário, na passagem para democracia revelou-se capciosa e parcial, ao mesmo tempo em que a progressiva escalada da mundialização econômica e cultural diminuía cada vez mais o espaço para qualquer iniciativa alternativa, voltando-se para um forte esquema empresarial e pragmático em termos da relação custo/benefício.³⁷

Cabe lembrar que naquela década, em virtude da transformação camaleônica da política e diante de algumas permanências na passagem da ditadura para a democracia, a chamada imprensa alternativa ficou esmagada entre o esvaziamento de seus quadros de colaboradores, que retornaram à grande imprensa, e o arejamento de sua linguagem, a qual passou fazer parte do cotidiano das grandes empresas de comunicação. Como não tinha condições de concorrência, “a imprensa nanica de vocação geral fica[va] assim sitiada entre o pequeno jornal-militante [...] e o jornal-empresa funcionando na base do lucro”.³⁸

Nessa perspectiva, o *Pasquim*, que tentava se manter em circulação, foi sendo absorvido pela segunda opção, ou seja, aos poucos foi se tornando um jornal-empresa, embora não possuísse os recursos financeiros para suportar a concorrência pela informação. Portanto, tendo se caracterizado inicialmente como um jornal de opinião, o *Pasquim* deixou seu estilo de lado e entrou na era da informação, mas sem renovar sua linguagem, e por isso foi se desgastando.

... esses jornais [alternativos] eram veículos de opinião numa época em que a opinião estava muito em demanda por ser uma mercadoria rara. Hoje, a demanda é de informação. Mais do que a questão das bombas, que foi gravíssima, a falta de informação fornecida acabaria com o *Pasquim*.³⁹

³⁷ DIAS, 2000, p. 183.

³⁸ BRAGA, 1991, p. 102.

³⁹ Participação de Zuenir Ventura na entrevista que Zivaldo concedeu ao *Pasquim* n. 704, dezembro de 1982.

Bernardo Kucinski sublinha que a decadência do *Pasquim* está totalmente relacionada à morte de sua linguagem. Foi um preço estético pago por não se renovar, e assim,

de tanto desenhar o forte batendo no fraco, o policial massacrando o estudante, o torturador e o torturado, o humor d'*O Pasquim* foi se contaminando pelo clichê do bom e do mau, pelo qual a polícia bate sempre, é má, o marginal sempre é bom. Ocorre que nos anos 1980 não havia mais lugar para essa visão esquemática, ou para qualquer visão racional. O humor absurdo do *Planeta Diário* tomou conta.⁴⁰

Para Jaguar, a nova geração de cartunistas do jornal não conseguiu superar a relação com a repressão, sempre buscando neste instrumento um meio de dialogar. Henfil lembrou que quando acabou a censura no *Pasquim*, “alguns daqueles que só sabiam fazer a língua do ‘P’ ficaram incapazes de falar clara e abertamente, eles ficaram perdidos no maternal”.⁴¹

Em meio à crise de identidade que descaracterizou a linguagem do *Pasquim*, surgiram outros semanários humorísticos, como *O Planeta Diário* e *A Casseta Popular*, que, conforme a grande imprensa, contribuíram para a disseminação ou normalização da *fala pasquiniana*, imbuída de irreverência e informalidade.⁴² No que tange à

⁴⁰ KUCINSKI, 2003, p. 230.

⁴¹ HENFIL. *Como se faz humor político*. Petrópolis: Vozes, 1984. (Depoimento a Tarik de Souza.) Pp. 82-83.

⁴² Em 1978, três estudantes de engenharia da UFRJ – Roberto Adler (Beto Silva), Hélio Antonio do Couto Filho (Hélio de la Peña) e Marcelo Garmatter Barreto (Marcelo Madureira) – lançaram o jornalzinho *A Casseta Popular*, mimeografado e de tiragem pequena. Em 1980, os alunos Cláudio Besserman Viana (Bussunda) e Claudio Manoel Pimentel dos Santos passaram a integrar o grupo e *A Casseta* se transformou em tabloide, vendido por eles mesmos em bares e praias. No ano de 1984, surgiu nas bancas *O Planeta Diário*, comandado por Hubert de Carvalho e Reinaldo Batista Figueiredo (ex-*Pasquim*). Com o sucesso de vendas, *O Planeta Diário* impulsionou o crescimento d'*A Casseta Popular*, tornando os cinco *cassetas* colaboradores d'*O Planeta*. Em 1986, com a criação da editora Toviassú (que vem da expressão "Todo viado é surdo"), *A Casseta Popular* chegou às bancas em forma de revista, mas a fusão dos grupos só ocorreu em 1988, quando todos se tornaram redatores na TV Globo, no extinto programa *TV Pirata*. O grupo estreou em frente às câmeras em 1990, na cobertura do Carnaval carioca pela rede Globo, ao vivo, direto do Sambódromo. No ano seguinte, 1991, eles já estavam escrevendo e atuando em um novo programa, *Doris para Maiores*, comandado por Doris Giesse. Mas foi em 1992, ao estrearem o *Casseta & Planeta Urgente!*, com o slogan "Jornalismo mentira, humorismo verdade", que os sete humoristas passaram a parodiar tudo e todos. O programa atualmente está sendo reprisado em um canal de TV por assinatura. QUEIROZ, Andréa C. de Barros. *O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está*

verve humorística desses dois periódicos, o que os distinguia do humor do *Pasquim* da década de 1970 era o escracho e um forte apelo sexual, tendendo a um sensacionalismo. Nesse sentido, quando o semanário de Ipanema, na década de 1980, quis fazer frente a essa nova investida, transformou a (auto)ironia, o deboche e o sarcasmo no escracho e no apelo erótico da política, massificando sua linguagem.

O agravamento das condições objetivas de manutenção do discurso pasquiano e seu progressivo isolamento fizeram com que Jaguar buscasse nos leitores um meio de salvar o jornal e, assim, declarasse, em um balão de fala de história em quadrinhos: “Compre o *Pasquim* ou eu mato este rato!” Ao que o *Sig* exclamava, com medo: “Ele está falando sério!”⁴³ Entretanto, como sua linguagem não se renovava e permanecia num contínuo desgaste, aqueles leitores que se identificavam com o *Pasquim* dos anos 1970 não gostavam mais do que liam nesse novo momento. É certo que da mesma forma que o jornal havia se transformado em algo diferente na passagem da década, os leitores também mudaram nesse processo; contudo, suas mudanças não correspondiam às do semanário de Ipanema.

O ano de 1988 caracterizou definitivamente a falência do projeto alternativo. Jaguar vendeu o *Pasquim* para João Carlos Rabello, empresário, jornalista e ex-colaborador do hebdomadário, que nessa época vendia 3 mil exemplares. Rabello estava disposto a “profissionalizar o jornal e ganhar dinheiro com ele”.⁴⁴

A desconfiguração do projeto se deu por diversos motivos. A primeira evidência era uma irregularidade periodística do jornal, afetado pelos reveses financeiros, que desde o número 969, de 11 de fevereiro de 1988, chegava às bancas entre edições quinzenais, sazonais e recuperações semanais; além do já mencionado desgaste de sua *fala*.

Mas a principal referência à morte do seu estilo diz respeito à proposta de João Carlos Rabello para o jornal, o que o fez perder definitivamente sua identidade. A partir de sua declaração “Por que comprei o *Pasquim*”, percebemos que daquele momento em diante o jornal se tornaria uma empresa-jornalística, eliminando efetivamente seu caráter alternativo. Segundo o empresário:

... comprei o *Pasquim* porque acredito que é uma publicação absolutamente viável e dá para ganhar algum dinheiro. Não vai ser muito, mas pelo menos dará para pagar os fornecedores e os

sem imaginação (1969-1991), 2005. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Niterói: UFF, 2005.

⁴³ *Pasquim*, n. 980, maio de 1988. Capa.

⁴⁴ DIAS, 2000, p. 179.

salários dos colaboradores. [...] Como disse, não sou herói, nem mártir. Quero ganhar dinheiro, mas dentro da minha fachada de empresário bate um coração de jornalista [em] que entre os seus orgulhos está o fato de incluir no currículo a condição de ex-colaborador do *Pasquim*.⁴⁵

E assim o *Pasquim* foi sendo absorvido pelo discurso da “indústria cultural”. Segundo Jaguar, naquele momento o mercado engoliu as ideias,

fez grandes estragos na criação cultural em geral. É mais difícil lutar contra ele do que contra a ditadura, porque você não sabe quem é o mercado. Ditadura você sabia: eram aqueles milicos querendo prender a gente, dar porrada e cortando o que a gente fazia. O mercado está em volta da gente mas não sabemos se estamos de frente ou de costas para ele (risos).⁴⁶

Além disso, outra evidência da ruína de uma linguagem, de uma estética jornalística, era a quase ausência de charges e cartuns. N’O *Pasquim* da década de 1970, os desenhos tinham a mesma importância dos textos, havia uma intertextualidade entre traço e escrita. Já nos anos 1980, isso desapareceu. Os desenhos eram escassos e pertenciam a zonas isoladas no jornal, como na seção “Dicas”.

No último ano do jornal, 1991, o que aparecia em suas páginas era apenas um forte apelo sexual e um tom de deboche banal.⁴⁷ O *Pasquim* havia perdido seu tom de crítica, estava inserido na órbita neoliberal, interessado no consumo de suas produções sem se preocupar com a estética jornalística. Deixara de lado o referencial de se fazer ouvir e passara a interagir com o fazer vender.

Seja como for, existiram dois *Pasquins*, um da década de 1970 e outro da década de 1980. Mas quando seus próprios jornalistas e a sociedade, de uma maneira geral, se referem ao jornal, sempre mencionam as características do primeiro e deixam o outro esquecido. Podemos afirmar que a memória sobre o jornal foi construída sob o signo da oposição política de seus jornalistas, muitas vezes caracterizados como “heróis de uma resistência”, aqueles que trouxeram a liber-

⁴⁵ Editorial de João Carlos Rabello no *Pasquim* n. 986, outubro de 1988.

⁴⁶ Jaguar em entrevista ao jornal *Bafafá* (agosto de 2003). Disponível em: <<http://www.bafafa.com.br/site.php?area=lerMaterias&codigo=169&titulo=Jaguar>>. Acesso em: 24 de setembro de 2010.

⁴⁷ De janeiro a abril o jornal saiu quinzenalmente, e em maio passou a ser mensal.

dade para um mundo de arbitrariedades, que foi a ditadura no pós-1964 no país. Essa imagem heroicizada do periódico foi sendo construída ainda durante a sua existência, depois rememorada intensamente pela sociedade e principalmente por aqueles que fizeram parte de sua história. Portanto, quando se ouve falar, ainda hoje, sobre o passado do jornal, a referência que se tem está atrelada a essa marca.

Isso ficou evidente quando os jornalistas do *Pasquim* foram homenageados em fevereiro de 1990, durante o Carnaval carioca, como enredo da escola de samba Acadêmicos de Santa Cruz, no grupo especial da Liga de Escolas de Samba do Rio de Janeiro. O próprio samba-enredo tinha como título “Os heróis da resistência”,⁴⁸ e a letra trazia à memória a atuação do jornal na década de 1970, sem qualquer referência à década seguinte. Na edição de número 1.033, na seção “Dicas”, o *Pasquim* trouxe a letra do samba, “para os quase 4 mil integrantes dos acadêmicos de Santa Cruz adentrarem a Sapucaí sabendo o que estão cantando”,⁴⁹ e ao lado da letra havia uma interpretação do samba, ou seja, “as entrelinhas”. Eis a letra:

Oh! Divina luz que nos conduz
 Com humor e irreverência
 Hoje ninguém vai nos “gripar” [1]
 Somos os heróis da resistência [2]
 Vamos “pasquinar” [3], recordar
 Sorrir sem censura [4]
 Botar a boca no mundo [5], buscar bem fundo
 Sem a tal ditadura [6]
 Soltaram as bruxas [7], o pau comia [8]
 De golpe em golpe [9], quanta covardia! [10]
 Venha com a gente, povão
 Abra o seu coração
 Para o *Pasquim* [11], o “pequenino” [12] “imortal” [13]
 Simbolizado pelo sacana ratinho [14]
 Mesmo bombardeado [15], virou paixão nacional [16]
 Aí, na palidez da folha [17]
 Imprimimos personagens geniais [18]
 Lindas mulheres [19] espelhando nossas páginas
 Ipanema [20] foi o centro cultural

⁴⁸ Os compositores deste samba foram Zé Carlos, Carlos Henri, Carlinhos de Pilares, Doda, Mocinho e Luís Sérgio.

⁴⁹ *O Pasquim*, n. 1033, janeiro de 1990. P. 22.

Hoje, essa história é carnaval [21]

Gip Gip Nheco Nheco [22]

Por favor não apague a luz! [23]

Goze desta liberdade [24]

Nos braços da Santa Cruz [25]

A seguir faço a correspondência dos números com a explicação sobre a letra do samba segundo os pasquinianos, acrescentando, posteriormente, minhas observações [entre colchetes] às intervenções deles:

[01] Gripe é o codinome que inventamos pros dois meses que o pessoal do *Pasquim* passou em cana, em 69 [Não foi em 1969, foi entre 1970 e 1971].

[02] Resistência contra a censura e a repressão do governo militar. E também a resistência dos leitores que davam força, comprando o jornal.

[03] Termo ainda não incluído no *Aurélio*, que significa fazer o *Pasquim* ou agir que nem o *Pasquim* [essa era uma das maiores marcas do jornal, a sua oralidade, a capacidade de criar novas expressões e incluí-las no cotidiano da sociedade, principal referência dos anos 1970, a inovação].

[04] Um negócio que encheu o nosso saco até o nº 300 [nesse ponto eles deixam de mencionar duas situações: a primeira, que o jornal estava, sim, sem a censura prévia, mas ainda existia censura; e a segunda que deixaram de mencionar, é claro, a existência da autocensura entre os próprios jornalistas].

[05] Estrilar, bronquear [referência à liberdade de expressão que desejavam, mas que nem sempre foi possível].

[06] Um negócio que encheu o saco do povo brasileiro durante mais de vinte anos.

[07] É o mesmo que o pau comia [uma referência à truculência dos governos militares].

[08] É o mesmo que soltavam as bruxas.

[09] O governo militar chamava de redentora [quem chamava a ditadura de redentora de forma irônica era Stanislaw Ponte Preta; os militares e a sociedade que a apoiou acreditavam que era uma “revolução”].

- [10] E bota covardia nisso.
- [11] Um jornal lançado em junho de 1969 por Tarso de Castro, Claudius, Sérgio Cabral, Prospero.
- [12] Só no formato pequeno, tabloide.
- [13] Enquanto dure, como dizia Vinícius.
- [14] O Sig, rato-propaganda do jornal.
- [15] Figurativamente pela censura e literalmente por bombas, como a que jogaram uma vez na redação [referência às inúmeras tentativas da ditadura de destruir o jornal].
- [16] Agradecemos a gentileza dos autores...
- [17] Pra nós, o verso mais belo do samba-enredo.
- [18] Os Fradins, do Henfil; Jeremias, do Zivaldo; Malaquias, do Claudius; madame e seu bicho muito louco, do Fortuna; o Tavares, do Ivan Lessa; Natanael Jebão, do Fausto Wolff; a Anta, de Jaguar; etc.
- [19] Leila Diniz, Odete Lara, Tânia Scheer, Ionita, Fátima Porto, Adele Fátima, Jussara Calmon, Martha Anderson etc.
- [20] Ipanema, e depois o mundo! [Olha o *Imperialismo ipanemense* aí, gente!]
- [21] Como vocês poderão ver na Sapucaí.
- [22] Imortal seção criada por Ivan Lessa.
- [23] Em cima do “ame-o ou deixe-o”, acrescentamos: “O último a sair apague a luz do aeroporto.”
- [24] Aquela que deveria abrir os braços sobre nós.
- [25] Os seis autores do samba poderão explicar isso melhor que nós.

Diante da representação da letra do samba e da própria interpretação dos jornalistas do *Pasquim*, podemos perceber que a memória sobre o periódico está sempre enquadrada na década de 1970, como de total resistência, deixando de fora temáticas polêmicas como a existência da autocensura, seu conservadorismo em relação às mulheres e aos homossexuais e, sobretudo, toda a descaracterização do projeto alternativo que figurou nos anos 1980 e que ocasionou a perda de sua identidade.

Ao fim deste estudo, é importante notar as três representações do *Pasquim*: o alternativo dos anos 1970; o intelectual orgânico do PDT; e a empresa jornalística dos anos 1980, com todas as suas especificidades, contradições e pluralidade. O periódico foi um ator político e social que representou duas épocas distintas, dialogando com as rupturas e permanências desse processo, que no imaginário social, ainda hoje, é exaltado como símbolo de uma geração de jornais e jornalistas.

CONCLUSÃO

Os intelectuais e a imprensa: uma reflexão sobre a polifonia do semanário *A.B.C.* (RJ, 1915-1919)

*Magali Gouveia Engel **

Não há dúvida de que a imprensa é um dos espaços fundamentais de atuação dos intelectuais. Como ressaltou Norberto Bobbio, “o aumento daqueles que vivem não apenas pelas ideias, mas também das ideias, deveu-se à invenção da imprensa e à facilidade com que as mensagens transmissíveis por meio das palavras podem ser multiplicadas e difundidas”.¹

O próprio sentido do termo intelectual referido não apenas à cultura e à instrução, mas também ao engajamento nos embates políticos, tem origem no episódio que ficou conhecido como o caso Dreyfus, quando o termo aparece na língua francesa. Escritores de grande prestígio, como Marcel Proust e Émile Zola, posicionaram-se em defesa da revisão do processo que condenou o capitão do exército francês de origem judaica, Alfred Dreyfus, à prisão perpétua, acusado de traição, assinando o “Manifesto dos intelectuais”, publicado no diário *Aurore* em 14 de janeiro de 1898. Quatro meses depois, o panfleto assinado por Zola, intitulado “Eu acuso!” era divulgado através de uma edição especial do mesmo jornal que, em poucas horas, vendeu em torno de 300 mil exemplares. Consolidava-se, assim, a manifestação de repúdio a uma postura anti-semita e às suas implicações. Conforme assinalou Adriana Facina, “o fato de os *dreyfusards* terem ganhado a batalha da opinião pública conferiu legitimidade à intervenção política específica do intelectual”.² Torna-se evidente, portanto, o papel fundamental da imprensa nesse sentido.

Nesta altura, já ficou explícito que o conceito de intelectuais aqui adotado afirma a impossibilidade de concebê-los “acima das classes sociais”, atuando como árbitros neutros dos conflitos e disputas políticas. Primeiramente é preciso nos remetermos à concepção de Antonio Gramsci, segundo a qual todos os seres humanos são intelectuais, posto que, por definição, a condição humana pressupõe a capacidade e o ato de pensar ou de produzir idéias. Diz o filósofo italiano,

(...) não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha cons-

* UERJ.

¹ Norberto Bobbio, Os intelectuais e o poder. *Os intelectuais e o poder*, São Paulo, Unesp, 1997, p. 120.

² Adriana Facina, *Literatura & Sociedade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, pp. 36-37.

ciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas formas de pensar.³

Mas, adverte Gramsci, se todos os homens são intelectuais, apenas alguns exercem a função de intelectuais na sociedade, de organizadores da cultura ou de construtores da hegemonia ou contra hegemonia dos grupos sociais ou das frações de classe que representam. Mesmo os intelectuais tradicionais já desempenharam, enquanto “categoria organicamente ligada às antigas classes dominantes” – como foram os eclesiásticos da aristocracia fundiária – ou desempenharão tal papel - ao serem “assimilados e conquistados ideologicamente” pelos novos grupos dominantes.

Se tomo de Gramsci a referência conceitual que define o intelectual inserido no universo das classes sociais, creio ser, entretanto, o conceito de campo intelectual, tal como proposto por Pierre Bourdieu, o mais adequado para apreender e compreender a complexidade das articulações entre os intelectuais, a sociedade e a política. Para o sociólogo, do mesmo modo que “o campo magnético”,

(...) o *campo intelectual* ... constitui um sistema de linhas de força: isto é, os agentes ou sistemas de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispendo, opondo e comendo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo.⁴

Constitui-se, pois, em um microcosmo dotado de leis sociais próprias e, portanto relativamente autônomo em relação ao macrocosmo.⁵

Assim, se os pensamentos e as ações dos intelectuais não podem ser compreendidos ignorando-se seu pertencimento de classe, a relação que “... mantém com sua classe social de origem ou de fato é mediatizada pela posição que ocupa no campo intelectual ...”.⁶ No que se refere às relações entre intelectuais e política, Bourdieu sugere que se ambos os campos são autônomos entre si, são, por outro lado, ao mesmo tempo indissociáveis.

³ Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, pp. 7-8.

⁴ Pierre Bourdieu, Campo intelectual e projeto criador. In: Vários. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 105.

⁵ *Idem*, *Os usos sociais da ciência*, São Paulo, Editora UNESP, 2004, pp. 20-21

⁶ *Idem*, *Campo intelectual ...*, *op.cit.*, p. 145.

A partir das referências teóricas até aqui apresentadas como poderíamos compreender as relações entre os intelectuais e a imprensa? Segundo Gramsci, instituições que não se encontram pautadas em ações políticas no sentido estrito, como a imprensa, podem ser consideradas como “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”, entendidos como “o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção”.⁷

Vale lembrar que para Gramsci o partido seria o Príncipe dos tempos modernos, caracterizando-se pela capacidade de compreender e organizar coletivamente as vontades individuais. Assim, o sentido do termo assume amplitude e flexibilidade, podendo ser aplicado à definição dos espaços da sociedade civil onde alguns grupos constroem sua identidade como intelectuais orgânicos, ou seja, onde “elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’”, são transformados “em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política”.⁸ Neste sentido, as publicações periódicas de diversos tipos seriam os intelectuais coletivos responsáveis pela construção da hegemonia da classe ou da fração de classe às quais estariam organicamente vinculados.

Se, de um lado, tal concepção se adéqua perfeitamente a certos periódicos – como, por exemplo, a revista *Veja* na atualidade, veículo importante na disseminação da visão de mundo e dos projetos políticos de determinadas frações da classe dominante como verdades únicas e absolutas para todos os brasileiros, – por outro, parece-me que em certos casos torna-se importante submetê-la a uma reavaliação, a fim de torná-la mais flexível em relação às especificidades de cada periódico e do contexto histórico onde surgem e circulam. Se de fato é possível encontrar jornais e revistas em diferentes conjunturas históricas que se caracterizam como espaços do consenso político e ideológico, revestidos pelo véu de uma suposta neutralidade, é possível também nos depararmos com publicações periódicas que, explícita ou veladamente, se configuram como espaços do dissenso e de embates.

Examinarei aqui o exemplo do jornal *A.B.C.*⁹ com o qual venho trabalhando em minhas pesquisas sobre os debates em torno das questões relativas à saúde e à educação da população brasileira como fundamentos básicos na construção do país como nação *moderna e civilizada*, que se disseminaram no campo intelectual

⁷ Antonio Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 23 e 20, respectivamente.

⁸ Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, vol.II, p. 24.

⁹ Foram pesquisados os números relativos ao período compreendido entre 1917 e 1919 existentes no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

entre fins do século XIX e as primeiras décadas republicanas.¹⁰ Associações de diversos tipos – especialmente, as Ligas que proliferam, sobretudo, na década de 1910, tais como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915), a Liga de Defesa Nacional (1916) e a Liga Pró Saneamento do Brasil (1918) – e a imprensa, entendidas como espaços fundamentais de organização e atuação de segmentos da intelectualidade, são objetos privilegiados de minhas reflexões.

O semanário *A.B.C. – Política, Atualidade, Questões Sociais, Letras e Artes*, dirigido por Fernando Borla, começou a circular na cidade do Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 1915. A partir do número 150, publicado em 19 de janeiro de 1918, assumiram a direção do periódico, Paulo Hasslocher e Luis Moraes – já figurando este último entre os seus mais antigos e assíduos colaboradores. O número avulso era vendido a 100 réis e a assinatura anual custava cinco mil réis até o n. 173, último de junho de 1918, subindo o preço da assinatura para dez mil réis a partir do número seguinte.

Tudo indica, contudo, que a manutenção do jornal devia-se, sobretudo, à publicidade, aliás, em quantidade considerável. Ao lado de anúncios de diversos tipos de produtos – bebidas, cigarros, remédios, sabonetes, etc. –, dos mais variados serviços - alfaiates, médicos, dentistas e advogados -, tornavam-se cada vez mais frequentes propagandas de companhias de importação e exportação, de seguradoras, de empresas construtoras, loterias, bancos e indústrias - como, por exemplo, as Indústrias Reunidas F. Matarazzo –, muitas das quais eram estrangeiras.

Em nota editorial publicada no seu primeiro número foram explicitados os objetivos do jornal:

A tarefa que ele pretende desempenhar, é *menos maquiavélica e mais didática*. Procuraremos iniciar o nosso público na compreensão elementar de certas *verdades* sobre as quais se costuma basear, na generalidade dos países cultos, o juízo da opinião (grifos meus).

Definia-se, ainda, como temas que teriam prioridade em suas páginas “as incógnitas da nacionalidade” e “os problemas genéticos da nossa formação étnica,

¹⁰ Trata-se aqui dos resultados parciais da pesquisa de pós doutorado “Os caminhos de (re) construção do Brasil sob a ótica dos intelectuais anarquistas (1915-1922)” – desenvolvido na Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. Sidney Chalhoub –, desdobramento do projeto intitulado “Sonhos de um Brasil letrado e saudável: os intelectuais em busca de um Povo (1915-1922)”, cujos objetivos se orientam no sentido de analisar o debate intelectual em torno das diversas leituras da realidade brasileira que fundamentaram os projetos de construção de um futuro viável para o Brasil naquele momento histórico, que contou com o apoio da UERJ (bolsa de prociência), do CNPq (bolsa de produtividade em pesquisa) e da FAPERJ (APQ1).

econômica e cultural, para *decifrarmos* no meio desta confusa e tumultuosa e obscura alquimia de raças, o mote do porvir do país” (grifo meu). Os editores do periódico o colocavam, assim, no centro das discussões que constituíam item prioritário na agenda intelectual do momento, defendendo a perspectiva, então bastante difundida, segundo a qual o cerne da questão da identidade nacional situava-se na associação entre elementos biológicos e sócio-culturais. Além disso, o editorial fazia uma dura crítica ao regime republicano vigente, caracterizado pela ação de um Estado qualificado como “Providência”, “cozinha econômica” e “albergue noturno”, diante do qual acomodava-se um “povo” composto de “funcionários públicos, de candidatos a funcionários públicos, de aposentados do funcionalismo público”.

Em termos da proposta editorial adotada pela direção do semanário *A.B.C.*, de conteúdo nitidamente liberal, é possível identificarmos, claramente, uma intenção pedagógica, ao se colocarem como tarefa “didática” fundamentar o “juízo da opinião”, tornando “certas verdades” acessíveis ao seu público leitor. Assim, a tarefa fundamental do periódico era *decifrar* os enigmas de uma realidade mestiça, esclarecendo a “opinião pública” sobre quais os caminhos que viabilizariam a construção de um futuro para o Brasil, bem como *despertar* o povo brasileiro do estado de letargia e passividade em que se encontrava, vivendo à sombra de um Estado do qual se esperava que tudo pudesse prover.

O sentido pedagógico do papel a ser desempenhado pelo jornal, explícito no seu primeiro editorial, aproxima-o de um partido tal como concebido por Gramsci, sendo possível, portanto, identificá-lo como intelectual orgânico construtor da hegemonia de certas frações das classes dominantes republicanas. Entretanto, apesar da clareza de sua linha editorial, o *A.B.C.* franqueou suas páginas a colaboradores que defendiam as mais diversas posições políticas, configurando-se como um espaço plural, onde ressoavam vozes às vezes bastante dissonantes entre si, o que, no meu entender, leva necessariamente a uma problematização e redefinição do conceito gramsciano.

Segundo Denilson Botelho,¹¹ o próprio tom liberal assumido pelo jornal determinou a polifonia dos discursos publicados em suas edições, onde ressoavam, de um lado, as versões oficiais de artigos escritos por autoridades republicanas e, de outro, vozes como as de Lima Barreto, como se sabe, crítico contumaz e impiedoso dos governos da Primeira República. O escritor teve intensa participação no *A.B.C.*, onde publicou pela primeira vez os contos satíricos que comporiam o volume do famoso *Os Bruzundangas*¹², recheados de profundas e refinadas críticas

¹¹ Cf. Denilson Botelho, *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*, Campinas, Tese (Doutorado em História) - PPGH-UNICAMP, 2001.

¹² Pouco depois da morte de Lima Barreto, o livro foi publicado em dezembro de 1922 por

à política republicana, além de inúmeras crônicas marcadas pelo tom de denúncia das discriminações e das desigualdades que marcavam o cotidiano das classes trabalhadoras da capital republicana.

Além de Lima Barreto, o periódico contava, ainda, com a colaboração de anarquistas como Astrogildo Pereira e socialistas como Agripino Nazareth – o primeiro fundador e diretor e o segundo colaborador do jornal de orientação anarquista *O Debate*¹³ – que figuravam ao lado de nomes como os dos jornalistas liberais Carlos Maul e Alcides Maya – ambos deputados da República - e de um dos mais importantes representantes do pensamento autoritário católico da época, o advogado Jackson de Figueiredo.

Tal heterogeneidade levou, às vezes, a situações de tensão, como no caso do artigo intitulado “Conselho aos operários”, publicado por Basílio Torrezão, em 3 de março de 1917. No texto o autor assumia uma postura radical diante do problema da carestia que insidia de forma drástica na vida classes trabalhadoras da cidade do Rio, aconselhando aos “famintos” que realizassem saques, pois “se os armazéns estão cheios, devem esvaziar-se em benefício de quem tem fome”. Junto ao artigo há, contudo, uma nota da redação, onde Torrezão era comparado a Dias Martins, um dos principais líderes da Revolta da Chibata, ocorrida na capital republicana em 1910. Associada aos “planos revolucionários” de Martins, a atitude do articulista era ridicularizada pelos redatores do periódico: “O ‘diasmartinismo’ do nosso colaborador não passa ... de uma atitude mimética”.

Pouco depois um outro artigo no qual Basílio Torrezão tecia duras críticas à Liga de Defesa Nacional, publicado em 17 de março de 1917, seria objeto de ressalva dos editores do *A.B.C.* Desta vez, estes últimos explicavam que, mesmo não concordando com as idéias do articulista, lhe franquearam suas colunas por prezarem o princípio da liberdade crítica. De fato, o jornal assumia a defesa do serviço militar obrigatório, combatendo veementemente o sorteio, conforme observamos, por exemplo, na matéria publicada em 3 de fevereiro de 1917 com o título “Um gesto histórico: o Senador Francisco Salles inicia, pelo ‘A.B.C.’, a cruzada em prol do serviço militar obrigatório”. Na entrevista, o político mineiro condenava o sorteio, argumentando que o “dever de servir à pátria” não poderia caber apenas a “uma fração de cidadãos”. Contando com inteiro apoio do periódico, Salles acreditava que o serviço militar obrigatório para todos os brasileiros seria um instrumento fundamental no combate ao analfabetismo e para assegurar a “coesão

Jacinto Ribeiro dos Santos que havia adquirido os direitos autorais em julho de 1917.

¹³ O jornal de orientação anarquista foi criado na cidade do Rio de Janeiro em 12 de junho de 1917 por Adolpho Porto e Astrogildo Pereira. Como muitos outros jornais operários, teria vida curta não chegando a sobreviver ao fim da Primeira Guerra.

republicana”. Tal posicionamento é reafirmado pelo *A.B.C.* no artigo “Realizemos a nação armada! Não pode haver defesa da Pátria sem o serviço militar obrigatória”, publicado poucos meses depois, em 30 de junho, sem assinatura.

No ano seguinte, colocando-se mais uma vez como espaço democrático, o jornal publicava o artigo intitulado “Militarice ...”, de Ricardo Pinto (*A.B.C.*, 30/03/1918), precedido por uma nota, onde se esclarecia que os “extremados conceitos” contrários à “organização das linhas de Tiro”, defendidos pelo referido colaborador, não eram, de forma alguma, endossados pelos editores. A posição favorável aos Tiros de Guerra, pode ser observada, por exemplo, na fotografia que ilustrou a primeira página do *A.B.C.*, de 1º de fevereiro de 1919, acompanhada da seguinte legenda:

Uma bela escola de educação cívica e militar é o Tiro de Guerra 5. Das instituições congêneres brasileiras raras equivalem, em cultura e disciplina militares, o Tiro 5. A gravura representa mais um contingente de reservistas que a patriótica agremiação leva às fileiras do Exército Nacional.

Tais palavras contrastam claramente com a posição assumida por Ricardo Pinto no artigo publicado quase um ano antes, onde o autor afirmava que a “militarice” que então agitava a “mocidade nacional” era “uma questão puramente de moda” suscitada pelo contexto da guerra que garantiu o sucesso de uma ideia antiga, retomada nos discursos do ministro da Guerra e de Olavo Bilac, um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional.¹⁴

Com o mesmo tom jocoso, Lima Barreto referiu-se aos discursos proferidos na festa de entrega de prêmios e cadernetas às linhas de tiro, realizada no dia 12 de novembro de 1919. A atenção do escritor centrou-se na cerimônia do Tiro de Guerra 525 que, como era sabido, constituía-se no Tiro da Imprensa, “... porque na nossa democracia, há um ‘tiro’ para cada classe e mesmo para cada repartição” (“Um domingo de discursos”, *A.B.C.*, 15/11/1919). Na crônica, Lima Barreto criticava os excessos de eloquência de seus “patrícios”, sobretudo daqueles que se diziam “homens de ciência”: “... médicos, engenheiros, etc. Não há gente que ‘fale’ mais ...”. Depois de citar a referência aos sete oradores da festa, entre os quais figurava Coelho Netto, secretário da Liga de Defesa Nacional, alvo de seus comentários mais ácidos, o cronista concluiu: “Está aí em que deu a festa militar do Tiro 525.

¹⁴ Criada em 7 de setembro de 1916, como desdobramento concreto da campanha liderada pelo poeta Olavo Bilac, pelo jurista Pedro Lessa e pelo engenheiro Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional (LDN), articulava a defesa do serviço militar obrigatório com a luta contra o analfabetismo.

Não houve manobras, nem evoluções; houve discursos à beça”. Também Leôncio Correia não escaparia à pena ferina do escritor, segundo o qual o “singular discurso” proferido pelo poeta na instalação da Sociedade de Estudos Internacionais, “começou em prosa e acabou em verso – uma verdadeira epopéia que não faz absolutamente lembrar Camões ...”.

Como se sabe Lima Barreto identificava-se com algumas concepções anarquistas, tendo sido, inclusive, um grande colaborador de periódicos libertários, tais como, por exemplo, *O Debate*. Entre as posições tradicionalmente defendidas pelas diversas vertentes do anarquismo destaca-se, justamente, o antimilitarismo, expresso pelo escritor em várias ocasiões. É o caso, por exemplo, da crônica intitulada “Liga de Defesa Nacional”, publicada na revista *Careta*, em 25/10/1919, onde escarnecia das medidas aprovadas em sessão da referida instituição. E, mais uma vez, a eloquência e a qualidade poética de Coelho Netto e de Leôncio Correia eram objeto da troça do cronista:

Ficou estabelecido nessa memorável sessão que se fortificasse a margem brasileira do Oiapoque, a linha de cumeada das serras de Tumucumaque, Aracá e Paracaima, a fim de evitar as incursões dos franceses da sua Guiana no nosso território.

Aprovada sem debate tão importante resolução, foi votada a verba de um maciço discurso do Senhor Coelho Neto, para custear a construção dos fortes, fortins e fortalezas indispensáveis.

(...)

Outra resolução importante foi a de melhorar a situação de nossas forças na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai.

Toda a gente sabe em que estado lamentável está tudo aquilo, quanto a quartéis, cavahada, etc., etc.

Pois bem: a liga destinou a verba de uma versalhada do Senhor Leôncio Correia, para que tão triste estado de cousas acabasse de vez.

Em muitas imagens veiculadas no *A.B.C.*, os benefícios do serviço militar obrigatório vinham associados, não apenas à disseminação do sentimento patriótico, aliado às necessidades da defesa nacional, mas também ao fortalecimento moral e físico dos jovens brasileiros. Na notícia publicada em 23 de março de 1918, sob o sugestivo título “Uma cruzada eugênica: o escotismo”, por exemplo, afirmava-se que os “batalhões de escoteiros” que surgiam em todo o país, “cada vez mais pujantes” representavam a continuidade do “levantamento do caráter nacional

que se iniciou com a campanha brilhante em prol do serviço militar”. A primeira página deste mesmo número, trazia estampadas fotos dos escoteiros de Petrópolis¹⁵ que haviam sido homenageados no dia anterior. Na legenda que acompanhava as imagens sublinhava-se que o “escotismo” constituía “... uma escola de caráter e o meio mais próprio de purificação da raça no Brasil pelos exercícios ao pleno ar revigorante dos campos e das montanhas”.¹⁶

Os princípios fundadores do programa eugênico¹⁷ eram também veiculados, através das fotografias que ilustravam a primeira página do número seguinte do periódico (30/03/1918), retratando cenas protagonizadas por jovens ginastas, sob o título “Fortalecendo a raça”. Vale a pena reproduzirmos algumas passagens da legenda:

Corre em todo o país uma rajada forte de rejuvenescimento. Em todas as nossas cidades, surgem, numa florescência magnífica, os grêmios desportivos em que a mocidade se adentra em exercícios olímpicos, procurando na fortaleza de um corpo sadio a saúde do espírito geradora máxima do otimismo, a energia dos triunfadores. (...) E a nossa gravura ... vem de S. Paulo, terra brasileira, onde esse ‘helenismo nacionalista’ tem os aspectos de uma cruzada patriótica, e onde já se fala na construção de um ‘stadium’, destinado a fazer dos nossos jovens raquíticos homens alegres e dignos da alegria e da vitalidade do ambiente que os circundam ...

Nota-se aqui que certas ideias eugênicas aparecem associadas a noções racistas, permeadas, contudo, pela crença na viabilidade da *regeneração* dos jovens brasileiros. A prática regular de exercícios físicos seria o meio mais eficaz de trans-

¹⁵ O batalhão de escoteiros de Petrópolis foi criado em agosto de 1914 pelo engenheiro britânico E. P. Guillmann, tendo se constituído na primeira organização deste gênero fundada no país.

¹⁶ Vale lembrar que entre as medidas indispensáveis para que fossem atingidos os objetivos da LDN no sentido de “soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação” e de “fortalecer o caráter nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu próprio valor”, destacava-se a de “fundar e sustentar associações de escoteiros” (Estatutos da LDN, 23/09/1916).

¹⁷ Em janeiro de 1918, o médico Renato Kehl, com o apoio de muitos intelectuais paulistas, fundava na capital do estado a Sociedade Eugênica de São Paulo com o intuito de promover uma “campanha pela eugeniização da pátria”. A partir de então, a “ciência do melhoramento do patrimônio hereditário”, segundo a definição dada pelo seu próprio fundador, o fisiologista inglês Francis Galton, passou a ser amplamente disseminada dentro e fora dos meios acadêmicos e científicos brasileiros.

formar os corpos “raqúíticos” em corpos física e mentalmente saudáveis, sustentáculo de uma identidade nacional que viabilizaria a colocação do país nos trilhos do *progresso* e da *civilização*.

A questão racial ocupava por certo um espaço importante no *A.B.C.*, já que, como vimos, era essa uma das temáticas centrais de sua linha editorial, representando outro exemplo que ilustra bem a polifonia que caracterizou o semanário. A crença segundo a qual a miscigenação, marca fundamental da especificidade do *povo brasileiro*, era um mal de difícil superação era veiculada, por exemplo, no artigo intitulado “Como se forma uma nacionalidade”, assinado por Agripino Nazareth e publicado em 10 de fevereiro de 1917. Tecendo elogios às concepções e às práticas dos “homens de ciência”, como Oswaldo Cruz e Moncorvo Filho, no âmbito da saúde pública, o advogado socialista criticava duramente o descaso dos governos republicanos na disponibilização de recursos que viabilizassem a ampliação das medidas de combate às doenças que grassavam na cidade do Rio e em todo o país. Concluindo suas considerações afirmava o articulista:

Imagine-se agora que esplêndido futuro está reservado a uma nacionalidade que, *além de etnicamente mestiçada no desastre inicial da fusão do português decadente, do índio e do negro*, tem na tuberculose, na sífilis e na alimentação má, os fatores secundários da sua cristalização. (grifos meus)

Visão muito próxima era defendida pelo jornalista e político liberal Carlos Maul, no artigo publicado no *A.B.C.* de 2 de novembro de 1918, com o significativo título “Pandemonio de sub-raças ...”. Segundo o articulista, os “nossos sociólogos embrionários” haviam cometido um grande equívoco ao nutrirem a “convicção de que do suposto amálgama de raças florescendo do nosso território brotaria o tipo étnico característico e definitivo de uma pátria nova, e que dos atavismos transfundidos veríamos germinar uma consciência nacional”. Tal equívoco teria levado à crença, segundo a qual aos “indivíduos mestiços”, nascidos “da fusão do negro, do bronzeo autóctone e do branco luso”, competiria “a salvaguarda da nova raça”, desconsiderando-se que “através dos sucessivos caldeamentos o mulato estava condenado a desaparecer, absorvido pelo imigrante [ilegível] e robusto ...”.

Contudo, vale lembrar aqui a diversidade de posicionamentos assumidos pela intelectualidade brasileira diante dos pressupostos do racismo científico desde o advento da chamada geração dos anos 1870. É inquestionável o desconforto gerado entre os intelectuais que se dispuseram, então, a enfrentar a questão crucial “quem somos”, diante de convicções que, assumindo o *status* de verdades científicas, desqualificavam sociedades marcadas pela miscigenação, condenando-

-as irremediavelmente ao estado de *barbárie*.¹⁸ Tais idéias seriam apropriadas e reinterpretadas por esses intelectuais a partir de sua inserção numa realidade miscigenada. Entre os que aceitaram a concepção das raças biologicamente determinadas e hierarquizadas em superiores e inferiores, havia os que, como por exemplo Nina Rodrigues,¹⁹ defenderam uma visão pessimista em relação à miscigenação do povo brasileiro - mesmo assim não isenta de certas contradições e dúvidas em relação às características dos mestiços. Havia ainda os que como Sílvio Romero,²⁰ embora de forma ambígua, viam na miscigenação a viabilidade do branqueamento da população e, portanto, a via de redenção do país. Mas muitos outros, entre os quais Olavo Bilac,²¹ Lima Barreto²² e Manoel Bomfim,²³ questionaram a legitimidade dos fundamentos das discriminações raciais, pautados em referenciais científicos, a partir de enfoques da sociedade brasileira teórica e politicamente bastante distintos entre si.

Assim, enfoques do “Brasil mestiço”, impregnados por uma perspectiva pessimista e preconceituosa como os defendidos por Agripino Nazareth e Carlos Maul, se contrapunham radicalmente a posições defendidas por outros colaboradores do semário *A.B.C.* Segundo Francisco de Assis Barbosa, em 1º de fevereiro de 1919, Lima Barreto teria suspenso “a sua colaboração no *A.B.C.*, pelo fato de ter sido publicado nessa revista um artigo contra a raça negra.”²⁴ Ainda em novembro de

¹⁸ Neste sentido, veja-se, por exemplo, o estudo clássico de Lília M. Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo, Cia das Letras, 1993.

¹⁹ Cf. Rodrigues, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894; e, *Idem. Collectividades anormaes*, coletânea de artigos, organizada por seu discípulo Arthur Ramos e, publicada em 1939.

²⁰ Cf. Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*, cuja primeira edição data de 1888.

²¹ Em algumas de suas crônicas Olavo Bilac assumiu uma postura crítica à discriminação racial (cf., por exemplo, Crônicas publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*, em 21/01/1906 e em 24/03/1907 e crônicas publicadas no *Correio Paulistano* em 13/09/1907 (com o título “O que se diz de nós”) e em 23/06/1908. Veja-se também a análise de Carolina Vianna Dantas sobre as concepções do poeta em relação à questão racial, através de sua atuação como cronista da revista *Kosmos*, ressaltando a visão positiva de Bilac no que se referia à miscigenação como traço característico da sociedade brasileira (Carolina Vianna Dantas, *O Brasil “café com leite”*: mestiçagem e identidade nacional em periódicos Rio de Janeiro, 1903-1914, Rio de Janeiro, Ed. Casa Rui Barbosa, 2010).

²² O conjunto da obra limiana é marcado pelo questionamento e pela denúncia da discriminação racial na sociedade brasileira. A título de exemplo pode-se citar o seu famoso romance intitulado *Clara dos Anjos*.

²³ Cf. Bomfim, Manoel. Parecer sobre *Compêndio de História da América*, de Rocha Pombo, 1899 (Manoel Bomfim, Prefácio. In: Rocha Pombo, *História da América*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1900); e, *Idem, A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Garnier, 1905.

²⁴ Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, 6ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1981, p. 391. De acordo com Denilson Botelho, “após uma retratação, o escritor reto-

1918, duas semanas após a publicação do artigo de Carlos Maul, o semanário veiculava, sob o título “A redenção da raça negra”, uma matéria sobre a carta enviada pelo professor Hemetério dos Santos²⁵ ao general Charles Mangin,²⁶ que teria tido grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros da época. O entrevistado declarava nutrir profunda admiração pelo general francês, “grande conhecedor da história etnográfica” e “generoso amigo dos negros”. Ao lado da obra de Jean Finot, *Le Préjugé des races*²⁷, o livro *Force Noire* de Mangin era “digno de demorada leitura”. Segundo Hemetério dos Santos, as origens da carta relacionavam-se também ao encontro que tivera em outubro de 1913 com o ex presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt²⁸ no Colégio Militar, onde lecionava. Na ocasião o professor negro afirmara estar certo de que “... estas paixões doentias vão desaparecer dos Estados Unidos, diante da assombrosa epopéia que acaba de produzir, a qual não foi estranho o leonino valor do negro”. E, completava suas considerações, ressaltando que no Brasil, apesar da existência de “raízes sérias de temer, estes preconceitos não existem ...”.

Conforme observou Carolina Vianna, Hemetério dos Santos “acreditava ser o Brasil uma obra de tolerância e amor, na qual os negros teriam um papel im-

ma sua participação no periódico” (*op.cit.*, p. 142).

²⁵ Poeta, professor, gramático e filólogo, Hemetério José dos Santos nasceu em Codó, no Maranhão, em 1858 e faleceu na capital republicana em 1939. Foi professor do Colégio Militar e professor e diretor do *Pedagogium* no Rio de Janeiro.

²⁶ Em 1918, o general francês Charles Mangin comandava o Exército 10, que em julho daquele ano deteve a ofensiva alemã nas proximidades de Paris. Autor de *La noire force* (Hachette, Paris, 1910) e de *La Mission troupes noires. Compte-rendu fait le devant Le comité de l'Afrique française* (Comité de l'Afrique française, 1911), defendia a utilização de tropas coloniais, a sua chamada “Força Negra”, a serviço da França.

²⁷ Crítico das concepções defendidas por Gobineau, Jean Finot afirmava em *Le Préjugé des races* que a obra do conhecido teórico do racismo do século XIX, “... constitui um hino entusiasta a favor das raças ditas superiores e uma condenação impiedosa das ditas inferiores, encerra um verdadeiro arsenal de argumentos onde tem ido se inspirar todos os campeões da perseguição, da opressão e da exterminação de povos e raças mais fracos” (*apud* José Luís Petruccelli, “Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 7, dezembro 1996, p. 135).

²⁸ Segundo José Augusto Drummond, a viagem de Roosevelt “começou em outubro de 1913, quando ele e pequena comitiva partiram de navio dos EUA, desembarcaram no Rio de Janeiro e viajaram por vários trechos do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. A segunda parte começou em dezembro de 1913, em Corumbá, hoje localizado no Mato Grosso do Sul, combinando o uso de barcos pelos rios do Pantanal e a travessia terrestre até Cuiabá e daí até as proximidades do rio da Dúvida, cuja descida (entre fevereiro e abril de 1914) foi o clímax da viagem. Roosevelt ainda chegou a Manaus e de lá partiu para os EUA” (José Augusto Drummond, “Roosevelt e Rondon desvendam um rio amazônico”, *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2010, p. 850-851) .

portantíssimo”²⁹ e que deveria ser exemplo para todas as sociedades. Segundo o professor, “a sociedade brasileira é sem modelo na história pelos exemplos de altas virtudes constantes, múltiplas e variadas desses três tipos que se irmanaram pelo sentimento, tornando-se um só espírito para a cultura do bem, desde os tempos de Vieira e Gregório”.³⁰

Na entrevista concedida ao *A.B.C.*, Hemetério dos Santos reafirmava a perspectiva segundo a qual a miscigenação era uma característica positiva da sociedade brasileira, fundamentando tal posição numa leitura bastante peculiar das ideias de Gobineau, ao afirmar: “Os mais delicados sentimentos, o grande esplendor artístico, as maiores criações líricas, os grandes surtos épicos, se deram, dizem os historiadores, e Gobineau o demonstra ‘par la mélange des blancs avec les peuples noirs’”. Autor do *Essai sur l’inégalité des races humaines*, publicado originalmente em 1853, defendia “um determinismo racial absoluto”, associando a “degeneração da raça” à “mistura de espécies humanas diferentes”. Conforme salientou Lilia Schwarcz, “... seu argumento previa a impossibilidade do progresso para algumas sociedades compostas por ‘sub-raças mestiças não civilizáveis’, concebendo, assim, as “versões mais negativas sobre o ‘futuro das espécies’, pautadas na convicção de que “o cruzamento entre raças diversas levava sempre à ‘degeneração’ dos ‘tipos’ mais nobres e portanto à decadência do gênero humano”.³¹

Entretanto, tal percepção da obra do diplomata francês, não parece ter sido unânime entre os intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX, já que Hemetério dos Santos não seria o único a ter uma compreensão diferente das concepções nela veiculadas. Em muitos dos seus escritos, o médico psiquiatra Juliano Moreira,³² por exemplo, defendeu posturas críticas em relação à crença na inferioridade dos mestiços, resultantes, segundo ele, de observações unilaterais do

²⁹ Carolina Vianna Dantas, “Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República”, *Programa Nacional de Apoio a Pesquisa* Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008, p. 13. Hemetério publicou no jornal carioca *Gazeta de Notícias* em 1908 e no *Almanaque Garnier* de 1910, uma carta na qual acusava Machado de Assis de “ter negligenciando o ‘problema negro’, fundamental na ‘vida da nação’ brasileira” (Carolina Vianna Dantas, “O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república”, *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, 2009, p. 74).

³⁰ Hemetério dos Santos, “Machado de Assis”, *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1910 apud Carolina Vianna Dantas, “O Brasil café com leite. Debates intelectuais ...”, *op.cit.*, p. 74.

³¹ Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo, Cia das Letras, 1993, p. 63-64, 257.

³² Considerado “pai da psiquiatria brasileira”, Juliano Moreira formou-se e ingressou na carreira docente na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1903 assumiu a direção a Assistência Nacional de Alienados, bem como sua mais importante instituição, o Hospício Nacional de Alienados, cargo que exerceu até 1930. Adepto e difusor do organicismo alemão no âmbito da medicina mental brasileira, conquistou grande projeção no campo científico da Primeira República.

problema, respaldadas em uma “leitura apressada e errônea” das teses de Gobineau.³³

Voltando às reflexões em torno da polifonia que teria caracterizado o semanário *A.B.C.*, podemos, portanto, concluir que o tão prezado “princípio da liberdade crítica”, constantemente reivindicado pelo editores do periódico, conferia legitimidade e, portanto, credibilidade ao discurso do jornal, ou seja, aquele que era assinado e/ou ratificado pelos seus editores. Enquanto espaço plural, veiculador de diversas opiniões, o *A.B.C.* comprometia-se a assegurar a seus leitores o direito da livre escolha. Trata-se de uma estratégia que, ao escamotear o cunho autoritário da pretensão de “iniciar o nosso público na compreensão elementar de certas verdades” sobre as quais se respaldaria a opinião pública dos “países cultos” – que, como vimos, era explicitada em seu primeiro editorial –, pode, certamente, tornar mais eficaz o exercício do papel de “persuasor permanente”, que caberia ao partido enquanto intelectual orgânico, organizando a vontade coletiva, construindo e consolidando a hegemonia das frações da classe dominante que representa.

Tal estratégia não deve, contudo, ser vista, sob um enfoque reducionista, puramente como uma manobra maquiavélica. Primeiramente deve-se levar em conta que a credibilidade do jornal, enquanto instrumento importante na conquista e ampliação do mercado – constituído pelo público leitor e, principalmente, pelos anunciantes – é fundamental para assegurar o sucesso do empreendimento comercial que ele representa. Além disso, é preciso considerar que, ainda que se possa identificar um discurso predominante ou até mesmo hegemônico no semanário aqui analisado, a polifonia dos discursos por ele difundidos garantia, efetivamente, ao leitor, o acesso à polissemia das mensagens, bem como às tensões e embates entre diferentes opiniões, o que ampliava de forma bastante significativa as possibilidades de interpretação do que era veiculado pelo jornal, se concebemos o leitor como sujeito ativo capaz de ressignificar o que lê, conforme os referenciais sócio-culturais que informam sua inserção social, política, cultural, etc. O exemplo das interpretações específicas de Hemetério dos Santos e Juliano Moreira sobre as ideias de Gobineau revela a pluralidade e a complexidade das diferentes apropriações e recriações dos significados das teorias científicas no universo intelectual brasileiro, onde as discussões em torno do futuro do Brasil como nação miscigenada ocupavam lugar privilegiado e suscitavam convergências e divergências entre diferentes projetos para a colocação do país nos trilhos do *progresso* e da *civilização*, cujos significados em termos políticos, econômicos, sociais e culturais eram também apreendidos de diferentes formas.

³³ Augusta Moreira, “Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil”. In: Gilberto Freyre, *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, Recife, Editora Massangana, 1988, p. 146.

**ESTUDOS DE IMPRENSA NO BRASIL:
I SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUANDOS EM
HISTÓRIA DA UFF**

1ª Edição

Edição PPGHISTÓRIA-UFF
2012

ISBN 978-85-63735-07-2



9 788563 735072